



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL EM DIFUSÃO DO
CONHECIMENTO**

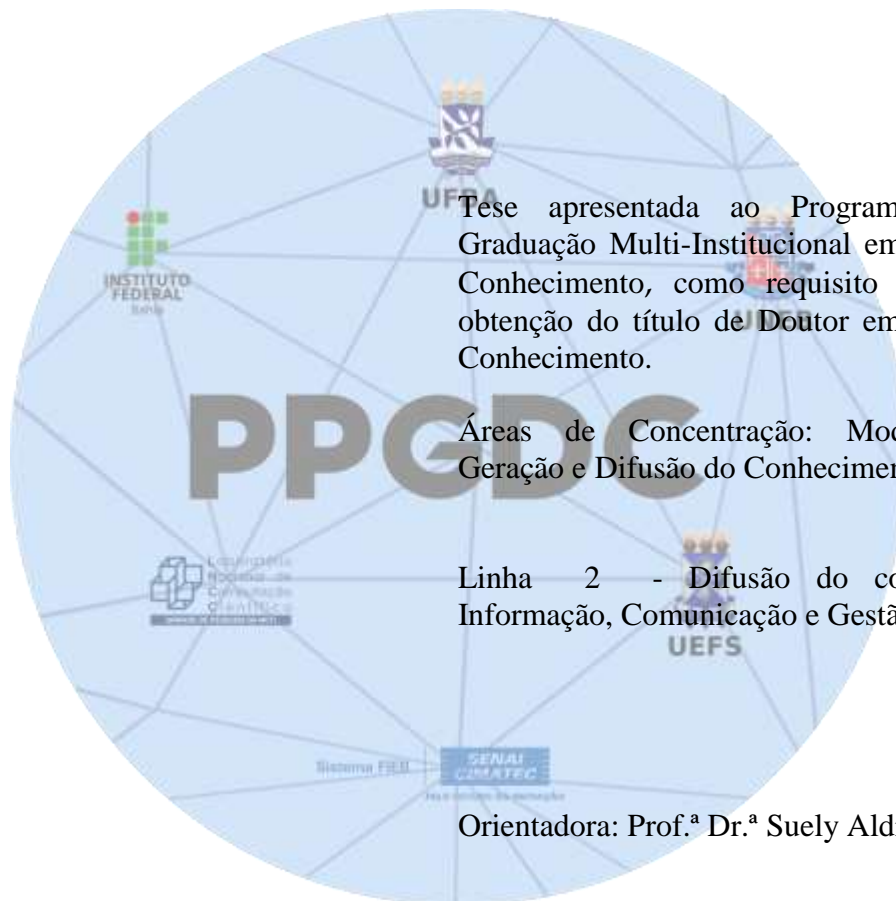
CLEBEMILTON GOMES DO NASCIMENTO

**A GESTÃO ENCARNADA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-ACADÊMICO:
CARTOGRAFIAS DE GRUPOS DE PESQUISA EM GÊNERO, SEXUALIDADE E
QUEER NA BAHIA (2009-2019)**

Salvador
2021

CLEBEMILTON GOMES DO NASCIMENTO

**A GESTÃO ENCARNADA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-ACADÊMICO:
CARTOGRAFIAS DE GRUPOS DE PESQUISA EM GÊNERO, SEXUALIDADE E
QUEER NA BAHIA (2009-2019)**



Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Difusão do Conhecimento.

Áreas de Concentração: Modelagem da Geração e Difusão do Conhecimento.

Linha 2 - Difusão do conhecimento: Informação, Comunicação e Gestão

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suely Aldir Messeder

Nascimento, Clebemilton Gomes do.

A gestão encarnada do conhecimento científico-acadêmico: cartografias de grupos de pesquisa em gênero, sexualidade e *queer* na Bahia (2009-2019) / Clebemilton Gomes do Nascimento. – 2021.

387 f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suely Aldir Messeder.

Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento, Salvador, 2021.

1. Pesquisadores. 2. Gestão do conhecimento. 3. Conhecimento científico. 4. Grupos de pesquisa. 5. Cartografia. 6. Gênero. 7. Sexualidades. 8. Teoria queer. I. Messeder, Suely Aldir. II. Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento. III. Título.

CDD 378.007 - 23.ed.



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO
(DMMDC)**

ATA Nº 42

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DMMDC), realizada em 05/07/2021 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO no. 42, área de concentração MODELAGEM DA GERAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO: INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E GESTÃO, do(a) candidato(a) CLEBEMILTON GOMES DO NASCIMENTO, de matrícula 216123012, intitulada *A gestão encarnada do conhecimento científico-acadêmico: Cartografias de grupos de pesquisa em gênero, sexualidade e queer na Bahia (2009-2019)*. Às 14:00 do citado dia, na modalidade virtual, foi aberta a sessão pela presidenta da banca examinadora Profª Dra. SUELY ALDIR MESSEDER, quem apresentou os outros membros da banca, quais sejam: Prof. Dr. DANTE AUGUSTO GALEFFI (membro interno), Profª. Dra. URANIA AUXILIADORA SANTOS MAIA DE OLIVEIRA (membro interno), Prof. Dr. ANDERSON FERRARI (membro externo) e Profª. Dra. PRISCILA DORNELLES (membro externo). Em seguida, foram esclarecidos os procedimentos pela presidenta que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, após isso, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela presidenta da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dr. ANDERSON FERRARI

Examinador Externo à Instituição

Dr. PRISCILA DORNELLES, UFRB

Examinador Externo à Instituição

Dr. DANTE AUGUSTO GALEFFI, UFBA

Examinador Interno

Dra. SUELY ALDIR MESSEDER, UNEB



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO
(DMMDC)**

Examinadora Interna

Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira

Dra. URANIA AUXILIADORA SANTOS MAIA DE OLIVEIRA, UFBA

Examinadora Interna

Clebemilton G. do Nascimento

CLEBEMILTON GOMES DO NASCIMENTO

Doutorando(a)

A Teresinha Fróes Burnham pela inspiração e caminhos abertos que me conduziram em direção a uma modelagem de gestão do conhecimento voltada para uma complexidade radicalmente compreensiva e circunstanciada, projetada para a diversidade humana, suas lutas e insurgências.

A Fran Demétrio (in memoriam), parceira e interlocutora nesta pesquisa e que nos deixou dias depois da defesa dessa tese, uma pesquisadora encarnadamente genial cujas ideias povoam essa escrita.

Aos nossos/as ancestrais, pessoas aguerridas que lutaram por um mundo plural, justo e com igualdade de direitos para todos e todas.

A todas aquelas pessoas comprometidas com a luta em defesa de um mundo sem sexismo, racismo, homofobia, lesbofobia e transfobia.

A todas/os as/os pesquisadoras/es que enfrentaram/enfrentam as condições mais adversas na produção de conhecimento científico-acadêmico no Brasil, resistindo às agressões da atual política anticiência, ao negacionismo e por serem atacados/as por seus temas de pesquisas.

A todos/as aqueles/as que resistiram e vêm resistindo bravamente na construção de uma ciência orientada pelas epistemologias feministas e queer cujo legado é indestrutível.

[...] a gente precisa ziguezaguear - passar por todos os cantos e espaços - militância, academia, gestão, legislativo. E fazer de nossa atuação a possibilidade da mudança. E as preocupações éticas não devem ser esvaziadas.¹

[...] nós somos todas as beeshas que antes viveram, nós estamos vivos nelas e elas em nós. Nossas existências e corpos são vidas que existem em afeto e afetação.

Carlos Henrique de Lucas

O autopoder envolve o amor, o autoconhecimento. Então, para trabalhar categorias como o poder com que é o poder no coletivo, vamos precisar destruir a forma de vivenciar, de governar que é hierárquica.²

Salete Maria da Silva

¹ Fala de uma pesquisadora proferida durante o Fórum de pesquisadores e pesquisadoras que integrou a programação do V Seminário Enlaçando Sexualidades, que aconteceu em Salvador em 2017.

² Excerto da entrevista concedida pela pesquisadora.

AGRADECIMENTOS

*Povoada
Quem falou que eu ando só?
Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma, mas não sou só...*

(NUNES, 2021).³

No início, esta tese era uma forma de (re)existência, tornou-se uma prova de resistência e agora eu a transformo em festa. Porque é uma graça alcançada, uma existência que se celebra, uma aposta, uma esperança. Com ela, eu me reconcilio para agradecer, apenas agradecer, por ela e por mim. É que às vezes eu me transformo nela e ela em mim. Eu me transmuto, me confundo com ela, eu não estou acostumado a ser ela, é um exercício. Ela é uma urgência, assim como é a vida. Eu queria imensamente celebrar a conquista do direito epistêmico de não escrever nesta tese sentenças do tipo “o autor dessa tese quer afirmar ...” Eu sou o autor desta tese e nada está pronto, tudo é processo, é experimentação.

Certa vez, ouvi de uma pesquisadora renomada a provocação de que “existe dois tipos de teses: as perfeitas e as defendidas”. Eu decidi defender a minha, não sem antes ter me enredado em uma trama avassaladora de avanços e recuos. Eu só fui entender isso tudo quando eu já havia me perdido nela. Mas sempre que eu me perco eu me acho. Eu sempre acho que vou me encontrar por isso eu não me perco em mim, eu sou porque somos falíveis e essa é nossa condição humana. Esta tese é um meu melhor, eu tenho vários melhores. Eu fiz esta tese para mim, mas eu sempre desejei que o que é bom para mim é melhor ainda para os outros. Esse é o seu modo encarnado de existir e resistir em mim e nos outros.

Mas, eis que chega o tempo de agradecer os atravessamentos nessa encruzilhada cheia de vida, de envolvimento e de crescimento. Quero abraçar as pessoas e instituições que me acolheram nessa *pesquisa*. Em tempos de pandemia de COVID-19 e distanciamento social, os abraços serão lançados através de múltiplas vibrações. Agora celebro as existências de um mundo de gente, porque nada, absolutamente nada, se produz sozinho, especialmente uma tese de doutoramento.

³ Trecho de Povoada, vídeo promocional da música e letra de Sued Nunes, lançado no dia 31 de julho de 2021, disponível no Canal do Youtube da Mugunzá Records.
Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=dIFzUVxAb8c>.

Acima de tudo foi uma jornada de superação e muita persistência, por isso mesmo agradecer a todo o panteão de deuses, deusas e encantados que me acompanham e não me deixaram só nessa jornada, me dando força, persistência e firmeza no Ori.

Adupé aos donos do meu ori: *Babi mi Oxolufon, Baba mi Sango, Ya mi Yemojá,*

A minha Ya, Mãe Hilda de *Lógun Edé.*

Ya mi motumbá!

À Prof.^a Dr.^a Suely Aldir Messeder, pelo acolhimento no Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) e no Enlace, pelo apoio e “cumplicidade utópica” e por ter despertado o desejo de grupo em mim, além de incansavelmente nos mostrar a potência do Pesquisador Encarnado.

À minha mãe Josefa Francisca Ferreira, pela vida e pelo cuidado.

Aos meus irmãos José Romilson Nascimento e Robson Luiz Gomes do Nascimento, por tudo.

A Ton Amorim, pelo carinho e apoio durante todo o processo.

Ao Programa de Pós-graduação Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (PPGDC).

A todos e todas da comunidade epistêmica grupo de pesquisa Enlace, pelo acolhimento em sua tessitura colaborativa e encarnada, me afetando e deixando-me ser afetado.

Às minhas companheiras e meus companheiros do Departamento de Ciências Humanas, *campus V* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especialmente ao colegiado de Língua Inglesa e suas literaturas, pela generosidade e compreensão ao permitir o meu afastamento para cursar o doutoramento.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) pela ajuda tão necessária durante uma parte do curso. Esse apoio teve um significado ainda mais especial em tempos tão incertos e nebulosos para a produção do conhecimento no Brasil.

À Ívia Alves – minha orientadora da vida *ad sempre* –, porque há lições que suplantam a formação acadêmica e se espriam por toda nossa existência.

Às pessoas pesquisadoras, pelas trocas e aprendizagens em diálogos encarnados, (interlocutores e interlocutoras em momentos vários que reservaram um tempinho de suas vidas para partilhas tão valiosas), são elas: Claudia de Lima Costa, Larissa Pelúcio, Daniela Auad e Maíra Kubik Mano.

A todos/as os/as pesquisadores/as, líderes e/ou vice-líderes dos grupos de pesquisas que me acolheram proporcionando momentos de muitas partilhas em nossas conversas encarnadas: Claudia Pons Cardoso, Laila Rosa, Isaura Cruz, Kiki Givigi, Leandro Colling,

Saete Maria da Silva, Zuleide Paiva, Carlos Henrique de Lucas, Felipe Fernandes, Fran Demétrio e Marcos Lopes.

A minha mais sincera gratidão aos professores/as do DMMDC, pelo despertar para outras perspectivas, outros olhares sobre o conhecimento.

Aos pesquisadores/as que contribuíram no exame de qualificação com suas atentas e generosas leituras: Anderson Ferrari da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Suzana Maia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Maria de Fátima Campos Hanaque do DMMDC da UNEB.

E a outras tantas pessoas e instituições que serão sempre lembradas com muito carinho. Sintam-se todas e todos reverenciados/as.

Abaixo eu assino o meu nome com sobrenome e dato, é para eu lembrar da minha existência epistêmica e científica.

Clebemilton Gomes do Nascimento

Julho de 2021.

NASCIMENTO, Clebemilton Gomes do. *A gestão encarnada do conhecimento científico-acadêmico: Cartografias de grupos de pesquisa em gênero, sexualidade e queer na Bahia (2009-2019)*. Orientadora: Suely Aldir Messeder. 2021. Tese (Doutorado em Difusão do conhecimento) – Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do conhecimento, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

RESUMO

Na última década, aconteceu um crescimento expressivo na produção de conhecimento científico sobre gênero, sexualidades e *queer* no Brasil e, especialmente, na Bahia. Essa guinada quantitativa e qualitativa é decorrente de uma política de governo (2003-2016) que possibilitou a emergência de um cenário favorável à institucionalização dos temas, à formação e consolidação de grupos de pesquisas nas universidades ainda que de modo precário. Esta tese compreende um esforço de estabelecer conexões e rupturas entre o saber fazer desses estudos em grupos de pesquisas com a gestão do conhecimento, um campo cujas formulações teóricas, quase sempre, estão voltadas para a proposta neoliberal, para o lucro e a competitividade das empresas. O objetivo é cartografar os processos de produção, gestão e difusão de conhecimento científico-acadêmico mediante a trajetória dos líderes de dez grupos de pesquisas sobre gêneros, sexualidades e *queer* na Bahia entre os anos de 2009 e 2019. Para acessar e compreender esse *modus operandi*, assumo a perspectiva do “Pesquisador Encarnado”, uma modelagem experimental e teórico-analítica construída no acontecer do grupo de pesquisa Enlace da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), nas experiências pessoais e no diálogo com as epistemologias feministas. Para tanto, lanço mão de uma abordagem qualitativa a partir de uma bricolagem de diferentes técnicas e instrumentos que inclui entrevistas semiestruturadas, fontes documentais como o Diretório de grupos de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e outras textualidades culturais. Em sintonia com o saber fazer do cartógrafo em sua política de invenção, construo um campo problemático com vistas a ampliar o estatuto teórico-epistemológico da gestão do conhecimento desde uma terceira via, entre as lógicas capitalistas de mercado, o compromisso político com a vida, as justiça e a ciência colaborativa. Os resultados levaram em conta a especificidade dos sujeitos, dos contextos e do conhecimento produzido para chegar à conclusão de que esses grupos de pesquisas se juntam pela reverberação de temas candentes que organizam suas existências. A análise evidenciou uma ideia de gestão como fenômeno cognitivo encarnado em, pelo menos, três dimensões fundamentais – a gestão da vida, a gestão epistêmica e os aspectos organizacionais das existências coletivas em grupos de pesquisas.

Palavras-chave: pesquisador/a encarnado/a; gestão do conhecimento científico-acadêmico; grupos de pesquisa; cartografia; gênero; sexualidades; *queer*.

NASCIMENTO, Clebemilton Gomes do. *The horizons of management: production and dissemination of academic scientific knowledge embodied in research groups on gender, sexuality and queer in Bahia (2009-2019)*. Advisor: Suely Aldir Messeder. 2021. Thesis (Doctorate in Knowledge Diffusion) – Posgraduate Program in Dissemination of Knowledge, Federal University of Bahia, Salvador, 2021.

ABSTRACT

In the last decade there has been an expressive growth in the production of scientific knowledge about gender, sexualities and queer in Brazil and, especially in Bahia. This shift, quantitative and qualitative, stems from a government policy (2003-2016) that enabled the emergence of a political-academic scenario favorable to the institutionalization of themes, the formation and consolidation of research groups at universities, albeit in a precarious way. On the other hand, knowledge management, a field whose theoretical and practical formulation, apparently does not dialogue with the themes of gender and sexuality. This study comprises an effort to bring these two areas of knowledge closer together, since there are no studies dedicated to establishing connections and ruptures with the neoliberal proposal that overdetermines management practices. The objective is to map the processes of production, management and diffusion of scientific knowledge through the trajectory of the leaders of ten research groups on gender, sexuality and queer in Bahia between the years 2009 and 2019. To access and understand this *modus operandi*, I assume the perspective of the “Pesquisador Encarnado”, an experimental and theoretical-analytical modeling built in the course of the UNEB Research Group, in personal experiences and with feminist epistemologies. To this end, I use a qualitative approach based on a bricolage of different techniques and instruments that includes semi-structured interviews, documentary sources such as the CNPQ group directory and other cultural textualities such as facebook. In line with the cartographer's know-how in his invention policy, I build a problematic field with a view to expanding the theoretical scope of knowledge management from a third way, among the market capitalist logics, the political commitment to life, the justice and collaborative science, in addition to contributing to the consolidation of the epistemological statute of “knowledge management”, a field in formation. The results point to an idea of management as a cognitive phenomenon embodied in other (re) existences that places in relation to the three dimensions: life management, epistemic management and organizational management.

Keywords: researcher incarnate; management; academic scientific knowledge; research groups; cartography; gender; sexualities; queer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fatores estruturantes e motivacionais da escolha do tema e do constructo de pesquisa	102
Figura 2	Informações acessadas e modeladas	130
Figura 3	Capturas de telas do Facebook pessoal de Salete Maria da Silva e Suely Messeder	144
Figura 4	Os horizontes da gestão do conhecimento nas suas dimensões constitutivas e fluxos	183
Figura 5	Modelo da Espiral do conhecimento baseada em Vogt	200
Figura 6	A intersecção entre docência, pesquisa e ativismo na trajetória dos/as entrevistados/as	203
Figura 7	Ilustração inspirada na logomarca do Grupo Enlace	232
Figura 8	Circuito dos grupos de pesquisa acessados	243
Figura 9	Logomarca do grupo Diadorim	252
Figura 10	Logomarca do Centro Diadorim	252
Figura 11	Logomarca do CUS	260
Figura 12	Logomarca do NUCUS	260
Figura 13	Logomarca do Grupo Enlace	269
Figura 14	Logo comemorativa dos dez anos do Grupo Enlace	269
Figura 15	Logomarca do grupo Feminaria Musical	275
Figura 16	Logomarca do Núcleo Capitu	278
Figura 17	Logomarca do grupo GIRA	286
Figura 18	Logomarca do LabTrans	294
Figura 19	Logomarca do grupo Jusfemina	297
Figura 20	Logomarca do Grupo Corpus Possíveis	301
Figura 21	Cartaz da 5ª edição do Seminário Enlaçando Sexualidades em 2017	336
Figura 22	Logomarca do Festival Anual Múltiplas Sexualidades promovido pelo Núcleo Capitu/UFRB/Amargosa	339
Figura 23	Cartaz do evento	340

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Quadro-síntese do projeto de pesquisa	102
Quadro 2	Quadro sinóptico das atividades desenvolvidas durante o percurso da pesquisa .	127
Quadro 3	Participação em eventos vinculados à temática da tese e aos grupos pesquisados (2016-2020)	131
Quadro 4	Universidades públicas localizadas no estado da Bahia com seus cursos de pós-graduação avaliados e reconhecidos pela Capes	156
Quadro 5	Grupos de pesquisas cadastrados no Diretório do CNPq por instituição	158
Quadro 6	Líderes de grupos de pesquisas entrevistados/as com suas respectivas áreas de formação	168
Quadro 7	Quadro-síntese do campo teórico-epistemológico dos/as pesquisadores/as	219
Quadro 8	Identificação Diadorim	246
Quadro 9	Participação em redes de pesquisas Diadorim	248
Quadro 10	Repercussão dos trabalhos do grupo Diadorim	248
Quadro 11	Linhas de pesquisas Diadorim	249
Quadro 12	Indicadores de Recursos humanos Diadorim	250
Quadro 13	Informações aglutinas sobre o Diadorim	251
Quadro 14	Identificação Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS)	256
Quadro 15	Repercussões dos trabalhos de grupo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS)	256
Quadro 16	Linhas de pesquisas Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS)	257
Quadro 17	Indicadores de Recursos humanos Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS)	258
Quadro 18	Informações aglutinadas no NUCUS	259
Quadro 19	Identificação Enlace	263
Quadro 20	Repercussões do grupo Enlace	264
Quadro 21	Participação em redes de pesquisas do Grupo Enlace	265
Quadro 22	Instituições parceiras Enlace	265
Quadro 23	Linhas de pesquisas Enlace	265
Quadro 24	Recursos humanos Enlace	266
Quadro 25	Informações aglutinada do Grupo Enlace	267
Quadro 26	Informações aglutinadas do Grupo Feminaria Musical	273
Quadro 27	Identificação Núcleo Capitu – Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades	275

Quadro 28	Linhas de pesquisas Núcleo Capitu – Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades	275
Quadro 29	Indicadores de recursos humanos do grupo Capitu.....	276
Quadro 30	Informações aglutinadas Núcleo Capitu – Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades	277
Quadro 31	Identificação Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades	279
Quadro 32	Repercussões dos trabalhos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades	280
Quadro 33	Linhas de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades	280
Quadro 34	Recursos humanos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades	281
Quadro 35	Informações aglutinadas sobre o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades	281
Quadro 36	Identificação GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação ...	283
Quadro 37	Repercussões dos trabalhos do grupo GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação	284
Quadro 38	Participação em redes de pesquisas GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação	284
Quadro 39	Linhas de pesquisas GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação	284
Quadro 40	Recursos humanos GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação	285
Quadro 41	Ações aglutinadas GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação	286
Quadro 42	Identificação LabTrans	288
Quadro 43	Repercussões dos trabalhos do grupo LabTrans	289
Quadro 44	Linhas de pesquisas LabTrans	289
Quadro 45	Recursos humanos LabTrans	290
Quadro 46	Instituições parceiras relatadas pelo grupo LabTrans	291
Quadro 47	Quadro de ações do grupo LabTrans	291
Quadro 48	Identificação Jusfemina	294
Quadro 49	Repercussões do grupo jusfemina	295
Quadro 50	Linhas de pesquisas Jusfemina	295
Quadro 51	Indicadores de Recursos humanos Jusfemina	295
Quadro 52	Instituições parceiras relatadas pelo grupo Jusfemina	296

Quadro 53	Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas – Jusfemina	296
Quadro 54	Identificação do grupo Corpus Possíveis	298
Quadro 55	Instituições parceiras relatadas Corpus Possíveis	299
Quadro 56	Linhas de pesquisas Corpus Possíveis	299
Quadro 57	Repercussões dos trabalhos do grupo Corpus Possíveis	299
Quadro 58	Indicadores de Recursos humanos Corpus Possíveis	300
Quadro 59	Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas Corpus Possíveis	300

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1	Grupos de pesquisas por universidade	159
Gráfico 2	Grupos de pesquisa por instituição – Gênero	161
Gráfico 3	Grupos de pesquisa em sexualidades – instituições e números de grupos	162
Gráfico 4	Grupos de pesquisas por descritor	163
Gráfico 5	Grupos de pesquisa em gênero – área do conhecimento	164

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABEH	Associação Brasileira de Estudos de Homocultura
ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABRALIC	Associação Brasileira de Literatura Comparada
ABRASITTI	Associação Brasileira pela Saúde Integral de pessoas Trans, Travestis e Intersexo
ADC	Análise de Discurso Crítica
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPOCS	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais
ANPOLL	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística
BIS	Bacharelado Interdisciplinar em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEGRES	Centro de Estudos em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades
CFP	Centro de Formação de Professores
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CULT	Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
CUS	Núcleo de pesquisa em Cultura e Sexualidades
DMMDC	Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento
EDI	Encontro de Diálogos Interseccionais
EDUFBA	Editores da Universidade Federal da Bahia
ENECULT	Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
ENUDS	Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual
ENUFBA	Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia
FAPESB	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia
FFCH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
GEMBA	Grupo de Estudo e Pesquisa de Música na Bahia
GESE	Grupo de Estudos Sexualidade e Escola
GIRA	Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação

IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFBAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IHAC	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos
ISC	Instituto de Saúde Coletiva
JUSFEMINA	Grupo de Pesquisa e Extensão em Gênero, Direito e Políticas para a Igualdade
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Transexuais, Queer, Intersexos, Assexuais
MEC	Ministério da Educação
NATA	Núcleo Afro-brasileiro de Teatro de Alagoinhas
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
NIGS	Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades
NUCUS	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades
NUPE	Núcleo de Pesquisa e Extensão
ODEERE	Órgão de Educação e Relações Étnicas da UESB
ONU	Organização das Nações Unidas
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PÓS-CULTURA	Pós-Cultura Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPGCHS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais
PPGDC	Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional em Difusão do conhecimento
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGEDUC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
PPGICH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
PPGMUS	Programa de Pós-Graduação em Música
PPGNEIM	Programa de Pós-Graduação de Estudo sobre Mulheres, Gênero e Feminismos
PPGREC	Programa de Pós-Graduação em relações Étnicas e Contemporaneidade
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação

PRONEM	Programa de Apoio a Núcleos Emergentes
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REDOR	Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBGC	Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento
SBPC	Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SENACORPUS	Seminário Corpus Possíveis no Brasil Profundo
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México
UnB	Universidade de Brasília

UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIBAHIA	Unidade Baiana de Ensino, Pesquisa e Extensão
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
URCA	Universidade Regional do Cariri
USP	Universidade de São Paulo

MENÇÃO HONROSA

VOZES DIVERSAS DA CIÊNCIA FEMINISTA E *QUEER* NA BAHIA

Homenagem a todas as pessoas pesquisadoras que fizeram e fazem ciência orientada pelas teorias e epistemologias feministas e queer na Bahia. A ordem dos nomes que constam nesta relação é intencionalmente aleatória evitando-se, com isso, uma suposta hierarquização valorativa. Nela, figuram importantes nomes de pessoas pesquisadoras de diferentes pertencimentos institucionais, de várias gerações, de diversos níveis de formação (mestras, mestres, doutoras, doutores, bacharelas e bacharéis, trata-se de pessoas pesquisadoras com trajetórias consolidadas nesse campo de estudos e que produzem e/ou produziram pesquisas em instituições baianas). Nem todas elas são, necessariamente, baianas de nascimento, mas atuam como produtoras e difusoras de conhecimento nesse campo desde terras baianas. Refiro-me a um coletivo de sujeitos encarnados que compartilham o mesmo desejo e compromisso com a justiça social, de gênero, racial em suas intersecções com outros marcadores sociais da diferença, existências e resistências epistêmicas, tributárias de um volume bastante expressivo e representativo de pesquisas que contribuíram para a construção de um legado exponencial. Assim, corresponde a um campo do conhecimento bastante heterogêneo teórica e epistemologicamente, inter/trans/multidisciplinar na sua vocação primeira. Estou a falar de diferentes formas de nomear um campo de conhecimento: estudos sobre mulheres, estudos feministas, relações de gênero, sexualidades, estudos da homocultura, bem como mais recentemente, aqueles estudos orientados pelas teorias *Queer*, ou das dissidências sexuais e de gênero. Por fim, certamente serei injusto e deixarei muita gente de fora desta lista. Assim, peço a você leitor que mentalmente me ajude a completá-la, pois esta lista será em sua gênese sempre incompleta, porque existimos e resistimos como embriões de mundo prestes a geminar e geminamos, apesar das forças que nos querem apagar, nos aniquilar e nos calar.

Ivia Alves, Viviane Vergueiro, Zahidé Machado Neto, Luiza Bairros, Lícia Maria Barbosa, Leandro Colling, Fábio Fernandes, Suely Messeder, Priscilla Dornelas, Claudenilson Dias, Nancy Rita, Paulo Garcia, Sônia Wright, Linda Rubim, Fran Demétrio, Mary Garcia Castro, Marcos Lopes, Carlos Henrique Lucas Lima, Kiki Givigi, Carla Akotirene, Felipe Fernandes, Djalma Thurler, Daniel dos Santos, Laila Rosa, Cecilia Sardenberg, Isaura Cruz, Claudia Pons Cardoso, Estela Aquino, Ângela Figueiredo, Carla Patrícia, Alvanita Almeida, Darlane Andrade, Silvia Lucia Ferreira, Tereza Cristina Fagundes, Marilu Dantas, Elizete Passos, Gilmaro Nogueira, David de Souza, Simone Brandão de Souza, Acácia Batista, Salete Maria da Silva, Ângela Freire, Isaura Cruz, Elizete Passos, Marcia Macedo, Ramon Fontes, Carol Barreto, Ana Alice Alcântara Costa, Rebeca Sobral, Denise Carrascosa, Denise Bastos,

Miriam Paiva, Eulália Azevedo, Zelinda Bastos, Alda Motta, Ana Claudia Pacheco, Mayana Soares, Amanaiara de Santana Miranda, Claudia Andrade, Lina Aras, Maíra Kubik Mano, Suzana Maia, Jalusa Silva Arruda, Lea Santana, Maria de Lourdes Scheffler, Enilda Rosendo Nascimento, Luiza Bairros, Elizete França, Iole Macedo Vannin, Vanessa Cavalcanti, Marcia Tavares, Maria Gabriela Hita, Zilmar Alverita, André Mittidieri, Fernanda Argolo...

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	26
----------	-------------------------	----

CAPÍTULO I

2	UM “PESQUISADOR ENCARNADO” ENTRA NA TRILHA DO ANALISTA COGNITIVO PARA MODELAR UM CAMPO PROBLEMÁTICO DE PESQUISA	55
2.1	PRIMEIRO MOVIMENTO: UM PESQUISADOR ENCARNADO E A “ESCRITURA EM ABISMO”	56
2.2	SEGUNDO MOVIMENTO: EXPERIMENTAÇÕES, METAMORFOSES E APOSTAS DE UM PESQUISADOR ENCARNADO MODELANDO SEU CONSTRUCTO DE PESQUISA	92
2.3	MOVIMENTO SEGUINTE: A EMERGÊNCIA DE UMA OUTRA IDEIA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO UM CAMPO PROBLEMÁTICO	104

CAPÍTULO II

3	O PESQUISADOR ENCARNADO MODELA SEU DISPOSITIVO METODOLÓGICO E O CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO	122
3.1	MODELAGENS, CARTOGRAFIAS E BRICOLAGENS COMO EXPERIMENTAÇÕES	124
3.2	TRAÇANDO OS (DES)CAMINHO(S) DA INVESTIGAÇÃO	127
3.3	MODELANDO OS MODOS DE INFORMAÇÕES E COMPREENSÕES	129
3.3.1	Conversas Encarnadas: o diálogo com os/as interlocutores/as	136
3.3.2	A Análise de Discurso Crítica: um momento da Análise Cognitiva	139
3.3.3	Facebook – um <i>locus</i> complementar de produção discursiva	144
3.3.4	Modelando um modo de dizer: o desejo de uma escrita encarnada?	148
3.4	O CONTEXTO DOS GRUPOS DE PESQUISA EM GÊNERO, SEXUALIDADE E <i>QUEER</i> NA BAHIA	152
3.4.1	As universidades públicas na Bahia e a produção do conhecimento científico-acadêmico	153
3.4.2	Panorama dos grupos de pesquisa em gênero, sexualidades e <i>queer</i> na Bahia	159

CAPÍTULO III

4	CARTOGRAFANDO OS PROCESSOS DA GESTÃO ENCARNADA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-ACADÊMICO: PESQUISADORAS, PESQUISADORES E OS HORIZONTES DA GESTÃO	166
----------	--	-----

4.1	QUEM ENTRA NA RODA E SEGUE COMIGO: PESQUISADORES E PESQUISADORAS, LÍDERES DOS GRUPOS	167
4.1.1	Considerações gerais sobre os/as líderes dos/as grupos	180
4.2	OS HORIZONTES DA GESTÃO ENCARNADA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-ACADÊMICO	182
4.2.1	Existência ontológica – a gestão da vida (a vida viva)	186
4.2.2	Existência epistêmica – a gestão epistêmica	206

CAPÍTULO IV

5	O PESQUISADOR ENCARNADO E A GESTÃO ORGANIZACIONAL NA E DA ACADEMIA BAIANA DOS ESTUDOS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E <i>QUEER</i>: GRUPOS E SEUS ENREDAMENTOS	231
5.1	EXISTÊNCIAS COLETIVAS: A IDEIA DE GRUPO, GRUPO DE PESQUISA, FEMINISTA E <i>QUEER</i>	231
5.2	OS GRUPOS DE PESQUISAS: DA MODELAGEM DO CNPQ A OUTRAS (RE)EXISTÊNCIAS	242
5.2.1	Grupo de pesquisa Diadorim	246
5.2.2	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS) ..	255
5.2.3	Grupo de Pesquisa Enlace	263
5.2.4	Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentações sonoras	270
5.2.5	CAPITU – Núcleo de Pesquisa em Gênero, Diversidade e Sexualidade	275
5.2.6	Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades	279
5.2.7	GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação	283
5.2.8	LabTrans – (Co) Laboratório Humano de Estudos e Pesquisa e Extensão transdisciplinares em Integralidade do cuidado em Saúde e Nutrição	288
5.2.9	Jusfemina – Grupo de Pesquisa e Extensão em Gênero, Direito e Políticas para a igualdade	294
5.2.10	Grupo de pesquisa Corpus Possíveis	298
5.3	UM OLHAR CONTRASTIVO SOBRE OS GRUPOS	303

CAPÍTULO V

6	O PESQUISADOR ENCARNADO E AS EXISTÊNCIAS EM REDES: CONEXÕES, ALIANÇAS E A GESTÃO DA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-ACADÊMICO	328
6.1	RODAS E OUTRAS (RE)INVENÇÕES: ALEGORIAS PARA PENSAR GRUPOS E REDES	341

7	CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS	350
	REFERÊNCIAS	358
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	380
	ANEXO B – QUADRO DOS/AS PESQUISADORES/AS E O ENVOLVIMNTO NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS DA ÁREA	382

1 INTRODUÇÃO

Nos anos de 2020 e 2021, se por um lado estamos atravessando um complexo contexto de pandemia de SARS-CoV-2, temos ainda que conviver com uma crise política, marcada por muitas incertezas, tristezas e sofrimentos, sentimentos que não podem nos paralisar a ponto de impedir que transformemos a raiva em um bom combate traduzido em lutas motivadas por uma utopia que se consolida no ato blasfêmico de fazer e pensar a ciência, e mais do que isso, pensar os modos como estamos produzindo, gestando e difundindo conhecimento científico no âmbito da academia e nos nossos grupos de pesquisas.

Por outro lado, além de tudo isso que precisa ser levado em conta quando estamos escrevendo uma tese de doutoramento versando sobre a gestão de conhecimento, mais especificamente em grupos de pesquisa especializados nos temas do gênero, sexualidades e *queer* no estado da Bahia, é necessário que estejamos sempre atentos ao fato de que, talvez, nessa conjuntura, não faça sentido “isolar *um só* momento, o momento da revolta e da repressão, teorizando retrospectivamente sobre as falhas teóricas e programáticas do movimento” (D’SOUZA, 2010, p. 170, grifo do autor), mas de reforçar o verdadeiro papel das universidades nas sociedades capitalistas justamente em um cenário no qual se discute no Brasil a reestruturação das universidades em modelos neoliberais.

Em que pese uma produção já consolidada de estudos acerca da gestão do conhecimento no Brasil, com posição destacada, predominantemente, nos programas de pós-graduação da área de Administração, Ciências da Informação e afins, é possível afirmar, de um modo geral, que prevalece muita aplicação de um saber importado e pouca criatividade teórica ou metodológica local. Ao que tudo indica, prevalece um viés neoliberal, ou seja, voltado ao lucro, à competitividade e as empresas quando se fala em gestão do conhecimento. Com isso, a colonialidade desse campo de estudos é notória tanto nas abordagens teóricas quanto na formulação de modelos de gestão do conhecimento que, na maioria dos casos, não levam em conta a complexidade dos sujeitos e dos seus contextos. Aliás, quando se trata da gestão do conhecimento científico voltada para o espaço acadêmico, ainda temos um número bastante reduzido de estudos e há que se considerar que são ainda bastante incipientes.

Esses traços de colonialidade nos estudos da gestão tanto como teoria quanto como prática, de forma mais imediata, significa um certo esforço de aplicação de teorias tomadas como universalmente válidas e, de certa forma, pouco modificadas ou modificáveis em contextos situados, mas também com implicações sobre o papel do/a Analista Cognitivo nesse

local de subalternidade no campo acadêmico – esse espaço que ocupamos, nós os/as pesquisadores/as de gestão do conhecimento, em relação a nossos pares do Norte Global – e, de outras áreas consideradas mais prestigiadas e cientificamente legitimadas, sobre a possibilidade de experimentar alternativas teóricas que possam contribuir para a ampliação do estatuto teórico-epistemológico e metodológico desse campo.

Quando nos voltamos para o interesse de estudo desta tese com os grupos de pesquisa em gênero, sexualidades e *queer* nas universidades públicas brasileiras, especialmente nas instituições baianas, nosso *locus* de análise, nos deparamos, de um lado, com uma certa precariedade no modo de fazer a gestão organizacional e, por outro, com uma urgência pela gestão da vida e a gestão epistêmica, dimensões essas desconsideradas, tanto teórica quanto prática nos modelos tradicionais de gestão. Nesse sentido, essa inflexão aponta para micropontos de resistência aos modelos capitalistas de acumulação de capital e do lucro, em defesa de uma vida vivível. Os grupos de pesquisas em gênero, sexualidades e *queer*, conforme poderemos perceber, são coletivos que se juntam por essa reverberação e por agendas de justiça e defesa da vida e não estão apenas produzindo conhecimento científico, mas promovendo vidas em ações de diversas ordens seja no ensino, na extensão ou nos ativismos e no diálogo com o Estado.

Colocaremos em suspensão o(s) conceito(s) de gestão do conhecimento a partir das próprias demandas do campo dos estudos de gênero e sexualidades na tentativa de vislumbrar uma outra ideia de gestão capaz de ampliar o seu escopo teórico, metodológico e epistemológico. Com efeito, não é a intenção aqui fazer uma revisão teórica nem tampouco discutir o que é e o que não é a gestão do conhecimento. Não pretendo entrar nessa contenda, nem tampouco pretendo propor mais um outro “modelo” de gestão. Meu trabalho consiste em tensionar os limites e alcances dessas formulações, sempre tomando como horizonte mais imediato da investigação o contexto dos grupos de pesquisas estudados. Pensar, inclusive, o que há de colonialidade nessas formulações teórico-práticas, tensionando a própria ideia de modelo e sua viabilidade para os grupos em gênero e *queer*. Como, confessadamente, não me impus a fazer um adensamento no conceito de gestão de conhecimento por questões já esclarecidas, detenho-me nesta introdução aos conceitos de gênero e *queer* que efetivamente mobilizam o meu campo de pesquisa nesta tese. Além dos conceitos, importa-me cercar a periodização e a composição deste campo de estudos no Brasil, mais especificamente na Bahia, com notícias da produção e dos mecanismos de difusão dessa produção de conhecimento. Dessa forma, componho meu objeto de pesquisa, numa cadeia de acontecimentos nas categorias de território e tempo. Nesse sentido, farei um esforço analítico

para traçar essa introdução em quatro grandes tópicos: a) “Sobre os temas de gênero e estudos *queer*”; b) “No cerco da periodização”; c) “Problematizando a pesquisa de tese”; e d) “A modelagem da tese em capítulos”.

a) Sobre os temas de gênero e estudos *queer*

O conceito de gênero é extremamente útil para pensar a pluralização dos sujeitos sociais, a construção da ideia de “normalidade”, o determinismo biológico e a própria naturalização da heterossexualidade. Mas essa não é uma questão unívoca, assim como são vários os feminismos, são múltiplas as concepções de gênero. Gênero é, portanto, um conceito – ou uma categoria analítica⁴ – bastante caro tanto do ponto de vista teórico quanto da ação política prática dos grupos de pesquisas acessados.

Em meados dos anos 1970, as feministas americanas e inglesas começaram a utilizar o conceito de gênero para se referir à construção social do masculino e feminino. O termo inicialmente emprestado da gramática, em seu uso mais comum significa a diferença cultural entre homens e mulheres. No entanto, para além dessa definição baseada na dicotomia que exclui as diferenças, o gênero vem se tornando um objeto de contínuas teorizações e conceituações que flutuam entre diversos marcos analíticos, mas também tem sido um objeto de contestações e disputas políticas.

Na verdade, não existe uma teoria de gênero, mas uma metateoria acerca da construção social do masculino e feminino. Com isso, estamos tratando da plasticidade do ser humano, supondo que a noção de que o masculino e o feminino não são determinados pelo sexo biológico e descola, portanto, da questão da anatomia. As maneiras de trabalhar com esse conceito são diferentes e é importante pontuar que o campo da produção do gênero está para além do feminino e do masculino. O conceito de gênero aliado às correntes estruturalistas e pós-estruturalistas trouxe essa negação do essencialismo, inflexão que de alguma forma já vinha sendo feita desde a passagem do conceito de mulher para mulheres. No entanto, há mais ou menos uma concordância em relação à questão dominante das ciências

⁴ Em um dos conceitos de gênero mais difundidos no Brasil, Joan Scott (2019) define gênero como uma categoria histórica, cujas preocupações apareceram somente no século XX, o termo “gênero” faz parte das tentativas levadas a cabo pelas feministas contemporâneas para reivindicar um campo de definição sobre o caráter inadequado das teorias existentes até aquele momento. De forma bastante simplificada, para Scott (2019, p. 67), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas”.

sociais de que gênero é um dos elementos constitutivos das relações sociais, pois ele se imbrica, intersecta outros elementos constitutivos das relações.

Atualmente, ele é um conceito-chave dos estudos feministas e está presente em várias disciplinas, na perspectiva transdisciplinar, de diferentes correntes teóricas do pensamento e apareceu como supostamente passível de ser ajustado a tudo, o que não é exatamente assim. Claudia de Lima Costa (1998) relata que o conceito de gênero possibilitou teorizar e pensar as relações de poder com mais força, apesar de considerar que esse conceito permitiu uma certa despolitização dos estudos feministas na América latina no momento em que o uso relacional do termo pode ter trazido algumas consequências consideradas problemáticas como o deslocamento do foco das relações de poder que estruturam os sistemas de dominação e desigualdades para centrar-se no caráter relacional entre homem x mulher e, mais tarde, vir a resultar em uma supervalorização dos estudos que versam sobre masculinidades dentre outras inflexões. Além disso, há que se considerar os usos e abusos desse conceito.

Esse debate, a meu ver, é salutar e tem contribuído para aprofundar a sofisticação teórica e força analítica do conceito na medida em que ele é adaptado ou refutado a depender dos contextos políticos e marcos históricos, mas é necessário que se tenha um cuidado ainda redobrado com essa precisão conceitual nos usos e desdobramentos políticos e discursivos. Isso faz todo sentido em um cenário de total desqualificação, banalização e demonização do termo, capturado como “ideologia de gênero” em redes de *fakenews* e em um momento de pós-verdade.

Mais recentemente, muito por força das contribuições do pensamento feminista de mulheres negras, o conceito de gênero tem recebido muitos investimentos a partir de propostas de (re)leituras decoloniais, levando a cabo a noção de que “tanto raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc, são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbrincada, que produzem o sistema colonial moderno.” (CURIEL, 2020, p. 133).

Quando falamos de relações sociais, estamos tratando de relações de poder, da mesma forma, as relações de gênero. Em uma perspectiva transcultural, articulando tempo e espaço, podemos ver que existem variações em termos de ordens de gênero, ou seja, a organização social de gênero se diferencia. Assim, existem organizações sociais de gênero mais igualitárias e menos igualitárias, mais hierarquizadas ou menos hierarquizadas através de diferentes sociedades no tempo.

No campo da produção do conhecimento, desde a década de 1980, o termo “gênero” vem sendo usado de forma genérica para uma miríade de posições e disputas teóricas, no

campo político e epistemológico. Longe de ser um todo unificado, o pensamento feminista resulta da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticos do movimento feminista. Conforme sintetiza Adriana Piscitelli (2002, p. 12):

As posturas das autoras que discutem atualmente o conceito de gênero são extremamente variadas. Elas oscilam entre realizar uma crítica a várias das ideias associadas à distinção sexo/gênero, procurando saídas sem abandonar, porém, princípios associados à noção de gênero, ou, ao contrário, procurar categorias alternativas uma vez que pensam o gênero com par inseparável numa distinção binária. Esse movimento de re-elaboração teórica que questiona o conceito de gênero está, por sua vez, associado a uma re-elaboração, muitas vezes conflitiva, dos pressupostos teóricos e políticos feministas.

Alguns marcos foram importantes para a emergência das questões relacionadas a gênero e sexualidade. Na esfera internacional, temos o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), possibilitando a entrada dessas temáticas em fóruns internacionais da década de 1990. Os processos de participação dos movimentos sociais de mulheres na formulação e implantação de políticas públicas iniciaram-se na década de 1980 e se intensificaram a partir da década de 1990, chegando ao seu melhor momento na primeira década de 2000. Há que se destacar outros fatores como as mudanças sociais, epidemiológicas e demográficas como o crescimento da população idosa e a epidemia de HIV/AIDS. Por outro lado, destaca-se o debate sobre a despatologização da homossexualidade e o fortalecimento das abordagens desconstrucionistas e pós-estruturalistas e, nos anos 1980, temos ainda a emergência dos *queer studies*.

O conceito de *queer* é bastante caro para este estudo e vem no bojo dessas reelaborações das teorias feministas, das tensões sociais, teóricas e políticas. De origem inglesa, o termo “queer” significa estranho, peculiar, excêntrico e esquisito. No entanto, em seu uso corrente, passou a ser usado como xingamento para todas as pessoas que subvertiam as normas de gênero e sexualidades. Na década de 1980, o termo “queer” foi ressignificado e ganhou o sentido de autoafirmação, de positivação do insulto e desconstrução dos papéis de gênero por pessoas gays e homossexuais nos Estados Unidos em um contexto em que a epidemia de HIV/AIDS passou a assombrar a sexualidade e sob ameaça de um retorno moral ao controle sobre as práticas sexuais.

Mais tarde, o termo foi se transformando em teoria a partir do momento que passou a ser usado como “teoria queer” pela primeira vez pela teórica feminista Teresa de Lauretis na década de 1990 durante sua fala em um seminário que discutia a conjuntura dos estudos gays e lésbicos. Do ponto de vista teórico e analítico, é fruto de uma aliança, nem sempre muito

tranquila com algumas teorias feministas, com o pós-estruturalismo e teorias psicanalíticas. Trata-se de uma apropriação radical e subversiva desse termo usado como ofensa, insulto ou injúria. Segundo Eve Sedgwick (1990), o *queer* é um momento, um movimento contínuo-recorrente, vertiginoso e perturbador, não está preocupado com definições, estabilidade, fixidez, é transitivo, múltiplo e avesso a assimilações.

Na verdade, a adesão desse campo teórico no Brasil conta com uma história bastante fragmentada que ainda precisa ser reconstruída. Empiricamente, em muitos casos, o termo “queer” tem sido traduzido, muitas vezes, como diversidade sexual, uma espécie de conceito guarda-chuva que incluiria as diferentes identidades dissidentes de gênero e sexuais, mas essa é uma visão um tanto quanto reducionista e simplista da complexidade e sofisticação conceitual que o termo alcançou nos últimos anos. No Brasil, há todo um debate em torno dos limites e alcances do termo produzindo em muitos casos certo desconforto visto que estaria introduzindo um pensamento colonizado. Mais que isso, muitas vezes, é visto por alguns pesquisadores e militantes avessos a essa perspectiva como uma forma de apagamento das identidades históricas. Para Leandro Colling (2020, grifo nosso),

As nossas maneiras de lidar com a sexualidade e com o gênero variam no decorrer do tempo. Há 15 anos, nós, acadêmicos, e, também, muitas pessoas trans, dizíamos que as identidades trans, travestis e transexuais, eram variações da homossexualidade. Hoje, o movimento social entende que as identidades trans são variações das identidades cisgênero. Em um curtíssimo espaço de tempo, vimos uma grande transformação na comunidade LGBT. Várias pessoas se identificando como bicha não-binária, umas trans não binária... E a ideia de não-binária vem de uma pegada *queer*.

Já para Richard Miskolci (2014, p. 1) a teoria *queer* só pode ser compreendida quando situada como parte de “uma inflexão histórica recente na maneira de produzir conhecimento, aquela que vinculou o saber às demandas políticas de grupos historicamente subalternizados por suas diferenças de gênero, sexualidade e/ou raça”. De fato, a teoria *queer* marca a politização e ressignificação de sexualidades e gêneros dissidentes, assim, “não existe gênero em uma estrutura corpórea, mas somente na prática, nós fazemos gênero no dia a dia”, complementa Berenice Bento (2017, p. 108).

A princípio, é necessário ter a clareza de que os estudos *queer* não formam um todo uníssono e homogêneo,⁵ mas possui pontos de consensos. Muito embora como eu estarei utilizando o termo “queer” ao longo da tese, vale ressaltar que, em muitos casos, ao dizer

⁵ Esses estudos vêm tendo seu uso disseminado, questionado e contestado – e muitas das vezes, (re)apropriado – por teóricos/as brasileiros/as, a exemplo de Pelúcio (2012), Bento (2015), Pereira (2012) e Colling (2015).

queer eu esteja falando de gênero e sexualidades dissidentes e, muito provavelmente, essa seja uma tendência, ou seja, de fato, uma forma de tentar escapar do rótulo de *queer* e da sua assimilação no sul global como um saber colonizado, muito embora isso não implique negação, mas uma forma de escapar de uma terminológica contestada pelo debate decolonial.

Conforme ressalta Berenice Bento (2010, p. 88), o termo *queer* refere-se “a crítica à concepção de sujeito herdada do iluminismo e que continua operando as políticas dos Estados e dos movimentos sociais”. No entanto, esses estudos formam um corpo de conhecimento que vem sendo difundido a partir da incorporação de importantes contribuições advindas de vários lugares epistemológicos, a exemplo da filosofia da diferença, dos feminismos pós-coloniais, estudos pós-estruturalistas, estudos subalternos e estudos de[s]coloniais, bem como a partir da incorporação local dessas reflexões.

No entanto, para algumas autoras, a exemplo de Larissa Pelúcio (2012), o contato de pesquisadores/as brasileiros/as com as pessoas teóricas *queer* do Norte Global não tem resultado até o momento em um diálogo mais profícuo, ou seja, em trocas mais horizontais. Por outro lado, Colling (2015, p. 248, grifo do autor), em sua pesquisa realizada com ativistas de cinco países, dentre os quais três da América latina e dois da Europa, concluiu que “ao contrário do que algumas pessoas acreditam, os coletivos *queer* não estão apenas reproduzindo de forma colonialista alguns textos famosos de teóricas escritos em outros países”. Segundo esse autor, o que acontece é justamente o contrário, ou seja, há um esforço de acadêmicos e ativistas em recontar a genealogia do *queer* em seus países, positivando e resignificando os insultos usados em suas línguas e gírias, mostrando que é possível fazer pesquisas que levem em consideração a singularidade dos contextos.

No que se refere ao Brasil, resta, portanto, analisar de modo mais detido e ampliado como se dá essa dinâmica na realidade brasileira, ou seja, quais são as cores do *queer* no Brasil e como essa teorização pode ser compreendida a partir da articulação com os marcadores sociais da diferença. Uma genealogia possível do *queer* no contexto brasileiro certamente terá como ponto de partida o campo da Educação. Richard Miskolci (2012), dentre outras pessoas pesquisadoras, considera a publicação do texto “Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação”, de Guacira Louro, em 2001, o marco inaugural dessa teoria em terras brasileiras. Ainda assim, é preciso destacar os apontamentos de Leandro Colling (2015a), bem como de outras pessoas pesquisadoras, no sentido de demonstrar como, desde antes mesmo de as teorias e os estudos *queer* terem por aqui aportado, a América Latina, de um modo geral, e o Brasil, de um modo específico, já produziam reflexões que atualmente são

consideradas de *queer*. Contudo, para os propósitos deste estudo, o texto de Guacira servirá como marco fundador.

Voltando ao recorte deste estudo, a Bahia é um importante polo de produção de conhecimento em gênero, sexualidades e *queer*. É no mínimo desonesto, independente de perspectiva teórico-epistemológica e sob qualquer pretexto, falar das trajetórias dos estudos de gênero e sexualidades e *queer* no Brasil sem apontar o estado da Bahia. Primeiro, porque é notório o crescimento desses estudos nas universidades baianas, bem como o protagonismo e pioneirismo de pessoas pesquisadoras em seus programas de pós-graduação, grupos e núcleos de pesquisa, seja produzindo, fazendo a gestão organizacional e a difusão desse conhecimento. Se tomarmos apenas a última década, ainda assim teremos um panorama bastante significativo a nos ensinar tantas lições quanto apontar tantos outros caminhos para aqueles/as que, como eu, estamos encarnados nesse “saber-fazer”.

Apesar disso, pouco espaço tem sido dado para a produção do Nordeste e, principalmente da Bahia, a esse *boom* crescente de pesquisas e eventos promovidos para visibilizar e difundir essa produção acadêmica, grande parte idealizados e coordenados por pesquisadores/as de grupos de pesquisa das/nas universidades baianas. Mas essa discussão fica para outro momento. Por hora, cabe assinalar algumas dessas iniciativas para compor o cenário emergente desses estudos e pesquisas.

b) No cerco da periodização

Para algumas estudiosas do campo, em muitos casos, o feminismo acadêmico é anterior ao ativismo da mesma forma que o *queer* é considerado por alguns estudiosos primeiro como teoria e depois ativismo. Conforme aponta Heloisa Buarque de Hollanda (2019), os trabalhos históricos produzidos no final da década de 1960 e início de 1970 por Eva Blay e Heleieth Saffioti, dentre outras, mostram a dimensão do panorama cultural e político no qual a ciência feminista produzida no Brasil deu os primeiros passos. Felipe Bruno Martins Fernandes, Miriã Moraes Dantas e Maira Daiana Amaral Pereira (2016), líder do grupo de pesquisa Gira e interlocutor neste trabalho, ao investir na biografia de Zahidé Machado Neto, chama a atenção para o protagonismo dessa pesquisadora na Bahia. Ele mostra em sua pesquisa como a agência pessoal e de pesquisadora, apesar da hostilidade, contribuiu para a construção desse campo de estudos, sendo, portanto, uma das pioneiras dos estudos feministas no Brasil.

Não tenho dúvida de que problematizar a produção e difusão das pesquisas realizadas no estado da Bahia sobre gênero e sexualidades precisa passar, necessariamente, pela experiência do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM). Esse núcleo é pioneiro no Brasil e foi criado em um contexto de expansão e institucionalização dos estudos sobre a mulher no Brasil, mais exatamente em 1983 por um pequeno grupo de professoras e alunas do mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 1995, ele tornou-se órgão suplementar da UFBA. Com isso, passa a ser o primeiro centro de pesquisa feminista integrante da estrutura de uma universidade federal brasileira (COSTA; SARDENBERG; VANIN, 2010).

O NEIM surgiu integrado às dinâmicas e demandas do movimento feminista. Advém daí o seu caráter militante, sem deixar de fazer uma grande investida na interdisciplinaridade, reunindo pesquisadoras das mais diversas áreas, com destaque para a Ciência Política, Antropologia, Sociologia, História, Letras, Enfermagem e Comunicação. Ainda segundo Costa, Sardenberg e Vanin (2010), havia o reconhecimento da necessidade política de formar profissionais capazes de desenvolver políticas públicas de gênero e de realizar e incentivar o ensino e a pesquisa no campo dos estudos feministas.

Outro grande investimento do NEIM se deu a partir da institucionalização dos estudos feministas. A grande largada começou com a oferta de cursos de pós-graduação *lato senso*, a exemplo dos cursos de pós-graduação sobre mulheres, gênero e feminismos. Eu mesmo fui discente, da primeira turma do curso de Metodologia e Prática de Ensino em Gênero em 2004, o primeiro na Bahia e um dos pioneiros no Brasil sobre essa temática. Recordo-me que era um dos poucos homens da turma. Para ser mais preciso, éramos três, dois homens cisgêneros gays e um homem cisgênero negro. Antes de investir nas especializações, o NEIM também já havia inovado ao propor disciplinas específicas em distintos departamentos. Segundo Ana Alice Costa, Cecília Sardenberg e Iole Vannin (2010), inúmeras disciplinas foram criadas na graduação, mas eram apenas optativas. Dessas primeiras experiências, foram produzidas inúmeras monografias tanto nos cursos de graduação como nas especializações, além de diversos trabalhos de conclusão de cursos.

O grande salto para a consolidação da institucionalização dos estudos feministas no NEIM e na Bahia, por consequência, foi a criação do Programa de Pós-Graduação de Estudo sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) em 2005. O PPGNEIM foi o primeiro programa de mestrado no país e o primeiro doutorado da América Latina totalmente dedicado a essa temática. A criação do referido programa de pós-graduação aconteceu em um contexto de implantação de dois outros programas interdisciplinares pioneiros no âmbito da UFBA,

exatamente na esteira dos dois primeiros da instituição implantados em 2004 (Cultura e Sociedade e Estudos Étnicos e Africanos). Vale destacar que o levantamento realizado por Felipe Bruno Martins Fernandes, Miriã Moraes Dantas e Maiara Daiana Amara Pereira (2016) revelou que, em dez anos, o PPGNEIM produziu 77 dissertações e 24 teses.

Além disso, conforme ressaltou Cecília Sardenberg, Ana Alice Costa e Iole Vanin (2010), esse intenso investimento na institucionalização dos estudos feministas e de gênero vai desde os cursos de extensão, passando pela graduação até o doutorado.⁶ Todo esse esforço representou também um importante desdobramento no desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar em termos de ensino.

O professor e pesquisador Leandro Colling (2015a), um dos protagonistas da recente história desses estudos na Bahia⁷ e com uma consequente inserção no campo, com base nas suas experiências, arrisca enumerar algumas razões para o crescimento vertiginoso desses estudos: uma delas diz respeito à expansão do ensino superior no Brasil na última década, a valorização da inter/trans/disciplinaridade, a expansão/divulgação e criação de novas perspectivas teóricas, conceituais, metodológicas, epistemológicas e, por fim, ele acredita que as pessoas têm sido interpeladas a produzir e discutir sobre diversidade sexual e de gênero em função da conjuntura dos últimos anos. A fala de Colling acontece a partir do conhecimento produzido sobre diversidade sexual e de gênero, seu campo teórico-epistemológico no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS), núcleo de pesquisa que coordena. Nesse balanço, Colling (2015a) considera que há muita produção e pouco impacto, pouca influência na sociedade, nos movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) e no Estado.

De certa forma, as provocações de Leandro Colling têm como foco uma vertente do campo que são os estudos teoricamente orientados pelo pós-estruturalismo, estudos decoloniais, estudos culturais e, principalmente, pelas epistemologias *queer*. Assim, é preciso fazer uma análise mais ampla das múltiplas vozes que enunciam em seus contextos e agendas específicas visto que, antes da entrada do conceito de gênero nas teorias feministas, os estudos

⁶ Em 2001, passou a ser oferecido o curso de especialização em Mulher, Gênero e Desenvolvimento Regional. Em 2004, foi iniciado o curso de especialização em Metodologia Prática de Ensino de Gênero e outros temas transversais. Além das inúmeras turmas do curso de qualificação para professores em Gênero e outros temas transversais, com um total de 120 horas.

⁷ O ativista, professor e pesquisador Luiz Mott teve um papel importantíssimo na história do movimento homossexual da Bahia e do Brasil. Considerado decano do movimento homossexual, Mott recebeu diversos prêmios e honrarias pela sua atuação à frente do Grupo Gay da Bahia (GGB), um dos fundadores do grupo atuando como presidente da instituição durante décadas. É professor aposentado da UFBA com contribuições no campo da Antropologia e História com estudos dedicados a temas como inquisição, homossexualidades, AIDS e direitos humanos.

eram denominados de estudos sobre a mulher. Nas últimas décadas, vimos esses eixos de investigação produzirem importantes desdobramentos teórico-epistemológicos que muito contribuiu para a consolidação do campo.

Apesar dos riscos sempre eminentes de se fazer uma periodização que cubra a década de 1970, considerada um marco para esses estudos porque representou um início desse processo de institucionalização, Albertina Oliveira Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (2019) destacam que algumas importantes inflexões devem ser consideradas naquela década. Segundo essas autoras, antes de 1970, os estudos sobre a mulher viveram uma espécie de limbo, exceto por algumas tentativas de insurgência. A emergência do tema somente veio acontecer por volta de 1975, momento marcado pelo esforço de visibilizar “a mulher” como agente histórico e social, desvendar a opressão e, acima de tudo, provar a pertinência dessas abordagens.

Segundo Albertina Oliveira Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (2019), naquela conjuntura, as pesquisadoras viveram em uma zona fronteira de tensão e ambiguidade, uma espécie de fogo cruzado. Por um lado, elas eram consideradas “feministas para a comunidade acadêmica” e “acadêmicas” para as feministas, ou seja, de um lado, a comunidade científica e, do outro, as agências de fomento e organismos internacionais de apoio à pesquisa. Era preciso provar que aquela era uma atividade científica e não de denúncia militante. A expansão e consolidação dos estudos da mulher fortaleceram-se somente a partir de 1978 quando as pesquisadoras foram desafiadas a investir em mais rigor científico e elaboração teórica.

Mas a década de 1970 foi importante também porque se observou o início de um processo de ampliação de espaços acadêmicos através da criação de importantes associações científicas específicas e seminários a exemplo da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), além de criar espaços de participação na Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (SBPC) e a entrada na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Esse debate acerca da legitimação do campo de estudo ainda persiste com outras nuances.

A bem da verdade é que os eventos se expandiram por todo o Brasil a exemplo dos grandes seminários como Fazendo Gênero,⁸ um dos mais importantes e longevos do campo.

⁸ O Seminário Internacional Fazendo Gênero aconteceu em sua primeira edição em 1994 e de lá para cá foi tomando proporções gigantescas. Ao longo dos 27 anos discutiu temáticas que refletem o tom do debate em torno das questões de gênero nas quase três últimas décadas: interdisciplinaridade (1996), gênero e saúde (1998), cultura, política e sexualidade no século XXI (2000), Feminismo como política (2002), Saberes globais/fazer locais. Fazer globais/saberes locais (2004), Gênero e preconceitos (2006), Corpo, violência e poder (2008), Diásporas, Diversidades, Deslocamentos (2010), Desafios atuais dos feminismos (2013) e a mais

Corroborando com a análise de Colling e ampliando para pensar mais especificamente o contexto baiano, na última década, a Bahia sediou importantes eventos nacionais e internacionais organizados para abrigar as produções dessa área do conhecimento que se amplificava com a entrada na carreira acadêmica de novos/as pesquisadores/as com formação nessas temáticas e/ou motivados por elas. Os desdobramentos produzidos no âmbito desses estudos têm acontecido na ambiência que vem permitindo a abertura de novos espaços epistêmicos e inflexões teóricas que problematizam novas concepções de humanidades e de sujeitos.

É possível atribuir esse *boom* de estudos na Bahia ao crescimento das universidades estaduais e às políticas públicas de expansão das universidades federais na Bahia, especialmente nos dois governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e, posteriormente, na gestão da presidenta Dilma Rousseff. Por outro lado, as universidades estaduais tiveram um salto no número de vagas em cursos de graduação, cursos de pós-graduação e projetos de pesquisas. Essa ambiência política também possibilitou a abertura de programas de pós-graduação e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), ampliação do corpo docente e a configuração de um cenário institucional que mobilizou pesquisadoras e pesquisadores para propor a criação de novos programas, bem como a formação de novos núcleos e linhas de pesquisas, além da reestruturação de currículos e projetos pedagógicos dos cursos em muitos casos.

Em junho de 2009, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criada no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, promoveu o II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de pesquisa – Pensando Gênero e Ciências. Nesse aspecto, as palavras de Nilcéa Freire, proferidas em sua fala de abertura do encontro, e na condição de ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), sintetiza a conjuntura:

[...] a SPM, o Ministério da Ciência e tecnologia, o Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Ministério da Educação lançaram em 2005, o Programa Mulher e Ciência. Integram este Programa o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, realizado anualmente; o edital de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos, realizado a cada dois anos; e o Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências, realizado a cada três anos. Os editais foram lançados em parceria direta com o CNPq – o primeiro em 2006 com recursos de 5 milhões de reais. Pela primeira vez na história da ciência brasileira foi aberto um financiamento especial para as questões de gênero. Ainda é pouco, mas é preciso ter perseverança e construir parcerias com os órgãos governamentais encarregado da política de fomento científico no País e a SPM vem com garra abrindo essas portas (FREIRE, 2010, p. 10).

O II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa (2009) começou a materializar os objetivos gerais do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e da primeira edição do mesmo evento realizada em 2006, que era o de promover o fortalecimento da participação igualitária das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas e na produção do conhecimento em gênero no Brasil sob a chancela da recém-criada SPM, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como do Ministério da Educação. Resultado de um edital pioneiro no Brasil e com o tema “Institucionalização dos estudos feministas, de gênero e mulheres nos sistemas de Educação, Ciências e Tecnologia no Brasil”, completamente voltado para a interface gênero e ciência.

Dessa forma, discutia-se os diversos obstáculos a enfrentar como a construção de parcerias com órgãos governamentais encarregados da política de fomento científico no país, promoção das mulheres na pesquisa, dificuldades na formação em estudos de gênero, mulheres e feminismos, políticas de qualificação e impactos das publicações nas diferentes áreas disciplinares. Além disso, foi um espaço de avaliação e elaboração de recomendações relativas ao fortalecimento do campo da educação, promoção das políticas públicas de incentivo aos encontros, interações dos grupos de pesquisa em gênero, ciência e tecnologia para a ampliação do quantitativo e alcance.

O ano de 2009 representou também um importante marco para os estudos de gênero e sexualidades na Bahia. Naquele mesmo ano e mês, aconteceu em Salvador a 1ª edição do Seminário Enlaçando Sexualidades, evento pioneiro no campo dos estudos de gênero e sexualidades promovido pelo Grupo Diadorim da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e que foi o nascedouro do grupo de pesquisa Enlace, hoje Centro de Pesquisa Enlace da UNEB. As palavras de Suely Messeder, idealizadora do seminário, sintetizam a motivação e a intenção do evento:

Em 2008, idealizei o Seminário Enlaçando Sexualidades (2009, 2011, 2013, 2015, 2017), imaginava a formação de uma rede construída por educadores/as, pesquisadores/as, estudantes, ativistas dos direitos humanos, instituições públicas, setores do governo, movimento social enfim todos/as que desejassem o caminho para uma mudança radical positiva no repertório linguístico sobre a sexualidade e relações de gênero. Era uma mudança de mentalidade para que não houvesse o monopólio da sexualidade, o tom monocórdio seria evitado e aviltado em nosso território, as identidades vilipendiadas e as ‘não identidades’ (os seres humanos ditos

hegemônicos) seriam acolhidas no tom paciente para não deixar escapar as ‘boas almas’.⁹

Paralelamente a esse movimento que mobilizou a construção do Seminário Enlaçando Sexualidades no âmbito da UNEB, outro movimento estava sendo gestado na UFBA coordenado pelo professor Leandro Colling. Naquele contexto, estavam sendo traçadas as primeiras ações rumo à criação do então Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS), hoje, NUCUS. Leandro Colling, juntamente com um grupo de estudantes da UFBA, majoritariamente de graduação, começava a se debruçar sobre os textos da Teoria Queer.

Seguindo essa trilha, o CUS organizou mais tarde o seu primeiro evento batizado de “Stonewall 40+ o que no Brasil?”, que aconteceu em 2010 em Salvador.¹⁰ Três anos depois, em 2015, a Bahia sediou a 2ª edição do II Seminário Internacional Desfazendo Gênero promovido e coordenado pelo CUS. As palavras de Leandro Colling, um dos organizadores, no texto de apresentação do evento parecem sintetizar o tom do momento:

Depois de muito trabalho e dificuldades, chegamos vivas e lindas em nossa segunda edição. Uma segunda edição que comprova várias coisas. Uma delas é que o Nordeste se consolida como um dos mais importantes articuladores e produtores de pesquisa e ativismo em torno das sexualidades e gêneros no Brasil. Outra evidência: não somos meia dúzia de malucas que insiste em trabalhar dentro de perspectivas pouco convencionais. Somos centenas, milhares. A programação de nossa segunda edição fala por si só.¹¹

De fato, os números envolvendo o evento comprovam a sua magnitude bem como a multiplicidade e complexidade das temáticas constantes das ementas que compuseram os 759 trabalhos distribuídos em 71 simpósios temáticos. A 2ª edição realizada em Salvador teve 1.500 pessoas inscritas, um crescimento de cerca de 50% em relação à sua 1ª edição realizada em Natal no Rio Grande do Norte dois anos antes, edição do evento capitaneado pela pesquisadora Berenice Bento, à época, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e hoje da Universidade de Brasília (UnB).

⁹ Fragmento de *e-mail* endereçado à comunidade epistêmica – docentes e discentes – do Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (PPGDC), cujo teor foi a prestação de contas e agradecimentos por ocasião do encerramento da gestão da pesquisadora na coordenação do programa.

¹⁰ O evento teve como principal objetivo debater e avaliar as políticas para a população LGBT tendo como marco a comemoração dos 40 anos da revolta ocorrida no famoso bar de Nova York em 1969. Os textos resultantes das falas dos conferencistas desse evento foram reunidos na obra *Stonewall 40+ o que no Brasil?*, organizada por Leandro Colling, e publicada pela Editora da UFBA (Edufba) em 2011.

¹¹ Fragmento do texto impresso de apresentação do evento que integra o caderno de Programação do II Seminário Internacional Desfazendo Gênero.

Além dos eventos já referendados, destacam-se também vários outros a exemplo do Festival Múltiplas Sexualidades da UFRB (2012), coordenado pelo Núcleo Capitu, o VI Congresso da Associação Brasileira de Estudos de Homocultura (ABEH) em 2012, ambos coordenados por pesquisadoras/es baianas/os do campo das sexualidades e *queer*.¹² Seguindo essa trilha, em 2012, aconteceu a 17ª edição do já consolidado Simpósio Baiano de Pesquisadoras/es sobre Mulheres e Relações de Gênero, organizado pelo NEIM com a temática Estudos Feministas e de Gênero e as Matrizes das Desigualdades: sexismo, racismo e Lesbo-homofobia, organizado pelas pesquisadoras do NEIM. Na contramão dos grandes eventos, pesquisadores e pesquisadoras foram se organizando em eventos menores, voltados para um público mais restrito, sem a badalação dos eventos consolidados.¹³

Diante do exposto, parece razoável tomar o ano de 2009 como marco histórico e corte temporal da pesquisa, ou seja, uma década. No momento que escrevo este texto, ou seja, no ano de 2020, 11 anos depois da referida conferência de Nilcéa Freire no Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas, o cenário é completamente diferente, incerto e absurdamente adverso. Enquanto naquela conjuntura vibrávamos com a entrada das questões de gênero na agenda governamental, apesar das críticas e com a implantação de políticas públicas de governo mais concretas que começavam a ganhar força e forma, no contexto atual, instalou-se uma crise de valores, ética e de certa forma cognitiva materializada nos ataques ao conhecimento científico de forma generalizada, rebaixamento da produção intelectual e, sobretudo, no campo das Humanidades. Nos estudos de gênero, os ataques se intensificaram e a agenda de governo passa a ser, declaradamente, uma agenda anti-igualitária, antigênero e anticonhecimento científico.

Nesse sentido, já é possível verificar nas publicações mais recente uma preocupação que é de alguma forma uma reação a esses ataques. Apenas para ficar no âmbito da Bahia, podemos tomar como exemplo os temas de importantes periódicos do campo como os três últimos dossiês da revista *Periódicus* (2018.1, 2018.2 e 2019.1), que se voltam para o contexto atual que são, respectivamente: “Gênero e sexualidades em regime de exceção”;

¹² Além dos eventos citados, destaca-se a penetração e consolidação dessas temáticas em eventos de associação de pesquisadores/as, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic), dentre outros eventos de temáticas mais amplas como o já consolidado Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), que desde as primeiras edições vem reservando espaço em Grupos de Trabalhos (GTs), cujos eixos temáticos estão voltados para as questões de gênero e sexualidades. Paralelamente, temos o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (Enuds), que realizou nove edições entre 2003 e 2012. Em 2012, também foi realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o Queering Paradigms 4, com o objetivo de analisar os futuros desafios dos estudos *queer* e LGBT no Brasil e de forma ampla os discursos e paradigmas nos vários campos acadêmicos.

¹³ No quadro do Anexo B, listei uma série de outros eventos do campo realizados no período.

“Crimes de ódio e ataques morais contra feministas, LGBTQs e defensores de direitos sexuais e reprodutivos”; e “Migraciones y exílios motivados por dissidências sexuais e de gênero”. Também na Bahia, temos ainda a revista *ODEERE* do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), dossiê publicado no primeiro semestre de 2019 intitulado “Visibilidades, (re)existências e fissuras no campo das relações étnicas, de gênero e diversidades sexuais”. Durante o ano de 2019, a revista *Tabuleiro de Letras*, periódico ligado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UNEB, lançou proposta de dois dossiês voltado para os estudos de gênero e sexualidades: “Diversidade sexual e de gênero: corte na censura” (2019.1); e “Corpos e sexualidades: caminhos de saberes e de lutas a partir das Letras, da Linguística e das Artes” (2019.2).

No campo das publicações, a professora e pesquisadora do Pós-Cultura, Linda Rubim, organizou, juntamente com Fernanda Argolo (2018), a obra intitulada *O golpe na perspectiva de gênero*. A publicação reuniu importantes pesquisadoras para analisar os impactos do afastamento da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e o processo de enfraquecimento da participação das mulheres nas instâncias de poder, as perdas de direitos, o sexismo, misoginia e violências por trás do golpe. Além disso, analisou-se os avanços e retrocessos no processo histórico de inserção feminina no espaço político.

Cabe destacar também algumas tentativas de construção de redes de coalizão, a exemplo do Fórum Baiano de pesquisadores e pesquisadoras, iniciativa do Grupo Enlace durante o V Seminário Enlaçando Sexualidades. O encontro reuniu pesquisadores/as de diversas partes do Brasil e de diversas áreas, e teve como principal objetivo criar um espaço de construção de alianças, análise da conjuntura e discutir caminhos possíveis para evitar a dispersão e investir na potencialidade de cada grupo.

Com relação às estratégias difusoras, embora tenha acontecido algumas ações no sentido de nos aproximarmos do grande público, é notório que esse diálogo não vem acontecendo de forma efetiva no que diz respeito à forma como a sociedade pensa as questões relacionadas às relações de gênero e diversidade sexual e de gênero. Para Leandro Colling (2015a), se por um lado a nossa produção aumentou em quantidade e qualidade, ela exerceu pouco impacto na forma como a sociedade, o Estado e os movimentos sociais LGBTQ pensam essas questões, bem como são elaboradas as políticas da sexualidade e gênero no Brasil. É necessário destacar ainda que o significado de difusão do conhecimento aqui empregado tem a ver com o envio de mensagens elaboradas em códigos e/ou linguagens que são universalmente compreensíveis para a totalidade das pessoas haja vista que o conhecimento é

um bem público. Nesse aspecto, a impressão que fica é de que, provavelmente, tenhamos produzido um repertório bastante sofisticado teoricamente, mas ininteligível para os sujeitos não acadêmicos.

Em face do exposto, torna-se urgente e vital fazer um balanço dessa conjuntura de ameaças à democracia, à liberdade acadêmica, aos ataques ao direito de expressão política, bem como a busca de estratégias para o enfrentamento, as resistências e construção de redes mais solidas e ampliadas. Essa é uma reação crucial frente às ondas fundamentalistas, ultraconservadoras e fascistas que temos vivenciado no Brasil. Esse trabalho de tese se faz na intersecção entre passado, presente e com olhos bem abertos para o futuro.

Nas últimas décadas, o(s) feminismo(s) vêm se proliferando em uma explosão de expressões, ativismo das mobilizações, em marchas, redes coletivas, nos “rolezinhos”, fazendo os constrangimentos pedagógicos e diversas ações protagonizadas por ativistas jovens. Há um intenso movimento que vem tecendo novas configurações, friccionando as noções de identidades, sujeitos, transformando os processos de engajamento, as estratégias ativistas e modos de aparição, novas dinâmicas de movimentos sociais, novos modos de pensar, novas agendas.

A difusão das ideias feministas produzidas nos grupos e núcleos de pesquisas vem acontecendo a partir dos tradicionais eventos científicos – encontros, seminários, simpósios, congressos e similares –, das publicações científicas – livros, periódicos, anais de eventos e repositórios institucionais – e das atividades extensionistas e políticas (cursos de formação, oficinas, aulas). Mais tarde, com a entrada dos meios digitais, *sites* e *blogs* foram sendo incorporados às dinâmicas dos grupos. Na última década, as redes sociais Facebook, Instagram, Twitter e WhatsApp começaram a ser incorporadas como meio de comunicação, informação e divulgação científica dos grupos e de suas produções. Além disso, produtos artísticos e culturais são montados por coletivos difundindo as ideias sobre dissidências de gênero e sexuais.

c) Problematizando a pesquisa de tese

Apesar de toda esta narrativa histórica, estamos testemunhando atualmente uma conjuntura social e geopolítica que tenta nos impor uma racionalidade perversa em que a economia é a vida e o conhecimento é visto como meio de se alcançar lucro, rentabilidade e produtividade. Dessa forma, somos desafiados a todo o tempo a pensar as estreitas relações entre conhecimento, ciência e política e como essas dimensões estão atreladas na complexa

teia nas quais nossos corpos¹⁴ são submetidos ao controle da biopolítica e da governamentalidade, conforme apontou Michel Foucault (1979, 2006, 2007) em seus inscritos. Com o fortalecimento da extrema direita conservadora, estamos assistindo a um completo esfacelamento das já parcas políticas públicas existentes, crise das organizações sociais/desarticulação das lutas, crise do capitalismo global, da política, desgaste da democracia representativa e das políticas ambientais. Isso tudo, por outro lado, afeta os grupos de pesquisas em suas dinâmicas existenciais.

Para pensar esse cenário complexo, essas análises são atualizadas e ampliadas a partir do debate proposto por Vladimir Safatle (2020) sobre a crítica ao neoliberalismo e o “estado suicidário” em diálogo com Achille Mbembe (2018) acerca do conceito de necropolítica, das contribuições de Bruno Latour (2020) e Judith Butler (2015a, 2015b) com o debate sobre as vidas precárias. Dante Galeffi (2020) ajuda-nos a pensar o contexto atual trazendo o conceito de nazicapitalismo e Michel Foucault (1985, 2006, 2007) sobre o cuidado de si, estética da existência, biopoder e governamentalidade.

Além disso, com o advento da pandemia de coronavírus em 2020, a questão da gestão da vida social, das instituições, das ideologias e da nossa subjetividade foi se tornando cada vez mais latente e ganhando espaço no debate contemporâneo. É nessa direção que o campo dos estudos do corpo, gênero e sexualidades nos desafiam a pensar uma outra racionalidade possível como uma espécie de contraconduta à racionalidade neoliberal perversa que sobredetermina, inclusive, as teorias e práticas de gestão do conhecimento hegemônicas.

Para tanto, nos são muito úteis as análises decoloniais do pensamento feminista contemporâneo, a exemplo de autoras como Ochy Curiel (2020), Maria Lugones (2020), María Elvira Días Benites (2020), bem como a produção baiana representada por Messeder (2020a, 2020c), além das próprias pesquisadoras e pesquisadores, interlocutores da pesquisa, que em seus diversos campos de estudos mobilizam esforços teóricos e práticos para decolonizar seus saberes e fazer uma autocrítica do tempo presente e do impacto dessa conjuntura em suas práticas de pesquisa.

O campo dos estudos de gênero e sexualidades é relativamente novo se considerarmos que ele vem sendo trabalhado com mais destreza há cerca de 50 anos. No

¹⁴ No decorrer deste estudo, estou considerando “corpo” a partir de uma tradição teórico-epistemológica que o define não como algo dado naturalmente, mas como produto de representações e práticas sociais diversas e processos de subjetivação, historicamente específicos. Em sua análise do poder, Foucault mostra que o poder não atua somente sobre a consciência, mas sobre o corpo e sobre a subjetividade haja vista que é através dele que nós somos produzidos. Por outro lado, Foucault em suas análises do final dos anos 1970 aposta no corpo como resistência ao poder ao analisar a biopolítica.

entanto, ele é também um campo teórico-discursivo bastante vasto, heterogêneo, teórico e epistemologicamente, fissurado por inflexões, dobras e disputas, um campo político por excelência. Por isso mesmo, em virtude de sua amplitude, precisei fazer delimitações e escolhas que foram sendo ajustadas na trama dessa construção.

Após uma análise da literatura especializada sobre a temática da gestão do conhecimento científico, não encontrei registro algum de pesquisas voltadas especificamente para o contexto dos estudos de gênero e sexualidades com foco na gestão e difusão, tampouco na Bahia, especialmente na última década, *locus* e recorte histórico da investigação aqui proposta. Parto do pressuposto de que há peculiaridades contextuais que singularizam os processos de gestão do conhecimento científico resultantes de atividades que entrelaçam docência com pesquisa e ativismo. Além disso, o diálogo com o Estado e partidos políticos produz variantes significativas que não podem ser desconsideradas.

Diante do exposto, considero essas atenuantes e suas especificidades como uma inflexão analítica de grande relevância da natureza do conhecimento – para que serve o conhecimento no âmbito dos grupos – e do contexto investigado (universidades públicas). Tomando como horizonte uma conjuntura de guerra declarada à produção do conhecimento científico cuja agenda governamental é anticiência, anti-igualitária, antigênero e negacionista, nós, pesquisadores/as desse campo, somos convocados a (re)pensar nossos modos de produzir conhecimento e a propor novas ações e reações.

O cenário do tempo presente tem mobilizado, ainda que de forma tímida, através dos grupos, núcleos, linhas de pesquisa e redes de pesquisadores/as, uma busca por análises mais sistêmicas da conjuntura que vem se desenhando nos últimos anos. No entanto, não temos logrado êxito nas iniciativas voltadas para viabilizar redes de coalizão mais amplas e consequentes com impactos reais, estou me referindo aqui a uma agenda coletivamente estruturada que seja institucionalmente sustentada e sustentável porque pressupõe o fortalecimento das ações e podendo assim ultrapassar a alegria de pesquisadores e pesquisadoras de estarem juntos/as, reunidos/as nos eventos, momento de celebração com os pares.

É comum que essas discussões acabem se esvaindo e se enfraquecendo com o encerramento dos eventos, ficando apenas na celebração, sem força para a continuidade e desdobramentos mais efetivos e consequentes. Alguns exemplos de mobilização e tentativas de consolidação de redes aconteceram em dois importantes eventos durante o tempo da pesquisa para a tese. Apenas para permanecermos no território baiano, foi o XX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de

Gênero (Redor),¹⁵ que aconteceu em Salvador em 2018 cujo título foi “Feminismos, Produção do Conhecimento e Ativismos”. No ano anterior, em 2017, o V Seminário Enlaçando Sexualidades investiu nessa temática com o título “Sexualidades e relações de gênero: produção e gestão do conhecimento”. Na oportunidade, os/as pesquisadores/as foram provocados a revisitar suas produções, temáticas, as parcerias com outros grupos de pesquisas e a inserção de suas produções na sociedade.

Desde o seu nascedouro, o Seminário Enlaçando Sexualidades esteve voltado para a produção e difusão do conhecimento articulando temas, desafios e demandas políticas e teóricas. A partir da parceria com o Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC), esse debate encontrou uma ambiência propícia devido à sua área de concentração que é a geração e difusão do conhecimento. Ao que tudo indica, essas trocas têm possibilitado experimentações, aproximações e avanços no conhecimento produzido. Além disso, em sintonia com a colocação de Sandra Maria Corazza (2007, p. 104),

Para os que fizeram da academia seu espaço de trabalho, parece que sempre costuma chegar um tempo em que é preciso descrever os modos como realizamos as práticas de investigação. Este tempo não é o do relógio, nem aquele do tipo cronológico; não advém de nenhuma herança metafísica, não é determinado por qualquer etapismo evolucionista, por onde irrecorrivelmente devemos passar para atingir um estágio de maior progresso. Ao contrário, para que este tempo se constitua – na descontinuidade que lhe é própria –, é preciso que necessidades específicas tenham sido criadas, tais como nossas atividades enquanto alunos/as dos cursos de pós-graduação, ou aquelas da formação de educadores/as, onde os trabalhos passam a exigir que, além de estudar as práticas formalizadas pela tradição de outros/as pesquisadores/as, também nos façamos responsáveis pelas práticas de pesquisa que utilizamos, sejam aquelas adotadas como pontos de partida, sejam as que, a partir dessas, vimos inventando.

Aqui não se trata, única e exclusivamente de pensar as práticas de investigação em seus aparatos metodológicos, mas todo um saber fazer circunscrevendo um *modus operandi* que coloca em cena a existência de grupos, temas de pesquisa, funcionamento, comunicação e diálogo entre diferentes esferas da sociedade. Mas, acima de tudo, essa mobilização em torno do pensar a produção e gestão do conhecimento diz respeito à emergência de um contexto neoliberal que tem acentuado um individualismo competitivo e um tipo de exaltação a um tipo de empreendedorismo que incide sobre a precarização do trabalho, perda de direitos e do vínculo social. Isso tudo traduz aquilo que me mobiliza nessa investida, ao percorrer um caminho tortuoso e desafiador, porém necessário.

¹⁵ A Redor foi fundada em 1992 por duas pesquisadoras feministas históricas da Bahia, Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg. No contexto da sua fundação, a rede tinha como principais objetivos: aglutinar núcleos e grupos de pesquisas; fortalecer as atividades; e estimular a institucionalização. Atualmente, agrupa mais de 30 núcleos de estudos vinculados às instituições de ensino superior.

Assim como bem coloca Corazza (2007), permito-me deslocar de zonas, mais ou menos seguras, no sentido do experimentado e familiar para me lançar em conceitos e operadores que vêm sendo modelados no âmbito do DMMDC, como a Análise Cognitiva cuja marca é a multirreferencialidade e a complexidade. Nesse sentido, trata-se de um campo fértil do conhecimento orientado para a interdisciplinaridade, em processo de construção com o dever de (trans)formar um novo profissional capaz de realizar “uma atividade polilógica que exige diferentes registros de experiência humana compartilhada.” (MESSEDER; GALEFFI, 2019, p. 9).

Compreender os processos de gestão do conhecimento inerentes aos grupos de pesquisas sobre gênero, sexualidade e *queer* na Bahia exigiu um esforço no sentido de buscar tratar a problemática de forma integrada para pensar a experiência tanto em Jorge Larossa como em Foucault. Além disso, foram de fundamental importância os conceitos de Teorização polilógica de Dante Gallefi tanto para pensar a gestão do conhecimento quanto a Análise Cognitiva, referenciais teórico-epistemológicos que adensam a experimentação do Pesquisador Encarnado e introduzem um debate mais profícuo em torno da gestão da vida social, das instituições, das ideologias e subjetividades. Nesse aspecto, não podemos deixar de considerar a complexidade do tema visto que a diversidade de gênero e sexual compreendem experiências políticas que se interseccionam com os outros marcadores sociais das diferenças, quer sejam raça/etnia, idade/geração mobilizando agendas e agenciamentos em várias direções.

Para ampliar o horizonte da gestão do conhecimento, a partir dessa perspectiva, busquei problematizar a ideia de grupalidade nos aspectos processuais que mobiliza afetos como experiência coletiva e como movimento de insurgência micro e macropolítico (ROLNIK, 2018). Para tanto, lancei mão de uma abordagem qualitativa muito embora algumas informações quantitativas sejam apresentadas no decorrer da tese, especialmente no capítulo que traço um panorama geral dos grupos. Com isso, investi em uma modelagem metodológica, na qual flertei com a perspectiva da cartografia, teorização de Deleuze e Guattari a partir das pistas elaboradas por Virginia Kastrup, Eduardo Passos e Silvia Tedesco (2014) e Eduardo Passos, Virginia Kastrup e Silvia Tedesco (2015). Para operar com a experimentação do Pesquisador Encarnado, dialoguei com as contribuições de Suely Messeder (2020a, 2020c), bem como pude usufruir de toda construção teórica e conceitual que vem sendo empreendida no âmbito do Grupo Enlace no conjunto de artigos reunidos em Messeder e Nascimento (2020). Esse exercício interpretativo somente foi possível mediante a

perspectiva do Pesquisador Encarnado que permitiu pensar a ciência e as teorias feministas enquanto saberes localizados, como coloca Donna Haraway, cuja teorização foi muito útil.

A perspectiva do Pesquisador Encarnado visa investir em uma criação “própria e apropriada” (GALEFFI, 2014), forjada no âmbito do grupo de pesquisa Enlace, por isso mesmo experimental e experimentada no vivido e vivível cuja gênese se dá no saber fazer da ciência colaborativa. Minha compreensão sobre o que seja o/a “pesquisador/a encarnado/a” passa por essa ideia de uma modelagem teórica, ética, estética, epistemológica e, principalmente, um enquadramento político que nasce das experiências de um ser vivente e de suas trajetórias de pesquisa enquanto ser pensante.

A perspectiva do Pesquisador Encarnado é também uma (re)ação concreta e um gesto geopolítico na produção do conhecimento, uma resposta a um movimento perverso que nos relegou, a nós, nordestinos e, mais especificamente, baianos, à condição de meros aplicadores de conceitos externos produzidos no Norte Global, seja ele hegemônico ou não. Por outro lado, esses mesmos conceitos nos alijam de qualquer protagonismo. Estou me referindo, mais precisamente, a uma geopolítica interna a nível de Brasil que, quase sempre, ignora e invisibiliza a produção das instituições de ensino e pesquisa fora do eixo sudeste-sul, mais distante dos “autoproclamados” centros de excelência.

Além disso, aposto em um diálogo pouco comum, mas que pode ser estratégico entre campos disciplinares que aparentemente não dialogam: as epistemologias feministas, base dos estudos de gênero e sexualidades, com suas insurgências no modo de construção, nos agenciamentos e instabilidades no domínio do conhecimento com as bases histórico-epistemológicas hegemônicas da “gestão do conhecimento”. Nesse sentido, para além do pré-conceito com o termo “gestão”, Teresinha Fróes Burnhum (2012a, p. 387) nos lembra que no paradigma comportamental da teoria da gestão “o objetivo último é a justiça social e as relações humanizadas, o que fortalece a disposição e espírito do grupo e oportuniza o desenvolvimento pessoal através da priorização de necessidades sociais, de estima e autorrealização, bem como um clima de abertura e honestidade.”

Essa investigação é de forma desejosa um esforço de lançar um olhar metateórico e metametodológico sobre os processos de “gestão do conhecimento científico-acadêmico” por mim produzidos, uma autoprodução desde a perspectiva do “Pesquisador Encarnado”, perspectiva que será defendida ao longo da tese, na qual diálogo com as experiências dos líderes de grupos de pesquisas do campo dos estudos de gênero, sexualidades e *queer* na Bahia na última década, coprodutores de reflexões encarnadas sobre esse saber fazer. Estamos diante de uma pesquisa sobre pesquisas, feita com pessoas que produzem conhecimento

científico, sobre grupos de pesquisa, sobre a criação de conhecimento na intersecção da tríade produção, gestão e difusão do conhecimento em um campo em permanente transformação e reinvenção.

Com isso, o objetivo deste estudo é de compreender os processos de produção, gestão e difusão de conhecimento científico mediante a trajetória e experiências de dez líderes de grupos de pesquisas sobre gêneros, sexualidades e *queer* do estado da Bahia no período compreendido entre 2009 e 2019. Como objetivos específicos temos:

- ✓ identificar os grupos de pesquisas em gênero e sexualidades nas universidades públicas da Bahia;
- ✓ construir o perfil dos/as pesquisadores/as líderes dos grupos, suas trajetórias de formação e inserção no campo, formação de recursos humanos, construção de redes de colaboração e difusão do conhecimento produzido;
- ✓ identificar informações sobre “atos de gestão” nos grupos de pesquisa estudados;
- ✓ verificar como as experiências dos estudos feministas e *queer* podem contribuir para pensar a Análise Cognitiva e vice-versa, mais especificamente, o papel do sujeito pesquisador enquanto caminhos para produzir/gestar e difundir conhecimentos;
- ✓ explorar (inter)conexões entre narrativas pessoais dos líderes dos grupos de pesquisas com os atos de gestão, individuais e coletivos;
- ✓ contribuir para a construção das bases epistemológicas do conceito de “gestão do conhecimento” a partir das especificidades do contexto investigado, da perspectiva do Pesquisador Encarnado e da ampliação dos seus horizontes.

Para adensar na compreensão, utilizo entrevistas semiestruturadas com os líderes dos grupos com foco em seu saber-fazer em três níveis: a) a trajetória pessoal e inserção no campo de gênero e sexualidades; b) práticas e saberes no fazer científico-acadêmico; c) estratégias de difusão do conhecimento. Além disso, utilizo de forma complementar as textualidades discursivas produzidas no Facebook em páginas pessoais dos/as entrevistados/as. Para analisar esse material empírico, invisto em um dispositivo no qual a análise discursiva é um momento da Análise Cognitiva. Com isso, busco compreender a dinâmica desse campo, suas especificidades, os aspectos teórico-epistemológicos, organizacionais e culturais. Além disso,

busca-se contribuir para a consolidação do estatuto epistemológico da “gestão do conhecimento” e seus horizontes teórico-epistemológicos, um campo em formação.

O fio condutor dessa trilha será a perspectiva do Pesquisador Encarnado, uma experiência utópica que nasce da urgência mesma de produzir, gestar e difundir conceitos no acontecer da (inter)transdisciplinaridade, da complexidade e da multiplicidade a partir de uma agenda coletiva e decolonial, como também de uma gramática individual desse que aqui se anuncia, pois conforme destaca Galeffi (2017, p. 37, grifo do autor): “o perceber e o pensar são afetações do vivido no vivente. Pensar consiste em afetar-se como corpo pensante. Um corpo vivo em busca pulsiva de *mais-vida*.” Nesse sentido, a ideia de “encarnado” não está circunscrita, meramente, a uma adjetivação, mas às dimensões ontológica, epistemológica e metodológica na produção de subjetividade.

Nesse aspecto, o processo de escrita da tese ganhou centralidade na medida em que compreende uma importante dimensão da investigação e na constituição do próprio Pesquisador Encarnado em sua urgência orgânica de enunciar. Há um sujeito que se anuncia com sua história própria e protagonizada nessa produção de conhecimento encarnado nas tramas de suas existências (ontológica, epistemológica e institucional). Por isso mesmo, a perspectiva do Pesquisador Encarnado foi se adensando como um exercício mesmo de automodelagem e de agenciamento que persegue um metaponto de vista (HARAWAY, 1995), ou vários, visando à complexidade e à multiexperiencialidade. Desse modo, minha relação com o projeto de pesquisa teve uma história tortuosa e complexa que é contada como uma “escrita de si”, uma experiência a ser apreendida no saber fazer mesmo da tessitura da tese. Conforme ressalta Macedo (2015, p. 98, grifos nosso),

Como nem toda aprendizagem é boa, a formação pela pesquisa da/com a experiência precisa de reflexões *metaformativas*, na qual o exercício de aproximação e distanciamento, percebidos como movimentos compreensivos dialéticos e dialógicos *fazem com que o observador não só observe, mas também e (in)tensamente se observe e realize sua autocrítica formativa.*

A partir desse ponto e ao longo de todo o texto da tese, a construção discursiva “Pesquisador Encarnado” segue grafada com letras iniciais maiúsculas. Trata-se de uma decisão que não é um mero adorno da escrita, ao contrário, materializa um projeto político, um investimento com pretensão de marcar uma produção própria e apropriada com todos os riscos pois, assim como adverte Renato Janine Ribeiro (1999), não considero correto

(enriquecedor) esvaziar de pronto o temor e a dificuldade, a ansiedade que suscita em nós quando nos enveredamos na produção do conhecimento.

Conforme relatei na apresentação do livro organizado com Suely Messeder e Clebemilton Nascimento, obra intitulada *Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências* (2020), publicação comemorativa dos dez anos do Grupo Enlace com o objetivo de apresentar ao leitor/a as experimentações e apostas do grupo em torno dessa categoria/operador, reitero que o “Pesquisador Encarnado” tornou-se, para mim, um gesto de (re)existência epistêmica e cumplicidade utópica com o grupo de pesquisa Enlace, a UNEB, universidade na qual atuo e o DMMDC, lugares de pertença que orientam a minha produção do conhecimento. Em tempos de ataques à ciência, criar conceitos foi se constituindo um modo de resistir, uma modelagem metodológica cara, de modo que ao incorporá-lo visceralmente nessa minha experiência pesquisante, reafirmo meu compromisso com o conhecimento científico desde o grupo de pesquisa Enlace e para além dele.

A bem da verdade, proponho uma discussão extremamente cara e espinhosa desde os seus primórdios e que se mostra cada vez mais desafiadora na atual conjuntura de ofensivas à produção científica no Brasil e de afloramento do negacionismo, que nos afeta a todos e todas nós, pesquisadores/as que enunciamos desde os estudos subalternos, saberes considerados subversivos e indisciplinados e, em alguns casos, lidos como “pouco científicos”: as teorias e epistemologias pós-coloniais/de(s)colonial, estudos culturais, teorias feministas e *queer*.

Nesse estudo, analiso gestos, práticas e implicações teóricas e epistemológicas que considero relevantes para pensar a gestão do conhecimento para além das relações organizacionais, a partir de uma leitura mais complexa e localizada do problema em questão que são as experiências dos grupos de pesquisas acessados, não para verificar suas experiências, mas para compreendê-las em suas singularidades e complexidades.

Dessa forma, a especificidade dos sujeitos, dos contextos e do conhecimento produzido me levou a uma ideia de gestão com pelo menos três dimensões fundamentais – a ontológica, a epistêmica e os aspectos mais objetivos ligados à dinâmica de funcionamento organizacional dos grupos. Ao longo do estudo, essas dimensões foram desmembradas para que pudessem ser compreendidas no diálogo entre o campo empírico e as referências teóricas utilizadas para o estabelecimento das ideias.

Alguns dos mais importantes e atuantes grupos de pesquisas em gênero, sexualidades e *queer* na Bahia se formaram nas duas últimas décadas e de forma mais intensa nos últimos anos. Talvez possamos pensar nesse período como um cenário que marca a passagem de, pelo

menos, três importantes momentos nesses estudos: **a euforia, a consolidação e o desmonte**.¹⁶ A **euforia** marca a alegria de produzir conhecimentos sobre esses temas e nas apostas em aberturas de um campo de pesquisa em expansão. Tudo isso, obviamente sem contar as tensões e embates políticos e teóricos. Nesse período, destaca-se um aumento significativo de projetos, linhas e grupos de pesquisa, muita mobilização em torno da criação de eventos específicos do campo, alocando temáticas que antes estavam relegadas a apêndices ou tratadas de forma periférica nos eventos já consolidados das diversas áreas.

Em seguida, passamos por um período de **consolidação** do campo, através do fortalecimento dos grupos e de diversas ações, inclusive com alguns desses grupos alçados ao *status* de núcleo. Aliado a isso, observamos o fortalecimento dos canais de difusão como a criação de periódicos específicos da área na Bahia e fora dela como um momento integrado, a consolidação de periódicos mais antigos como os *Cadernos Pagu* da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da *Revista Estudos Feministas* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nos últimos anos e de forma mais acentuada a partir de 2016, iniciou-se um período que podemos denominar de **desmonte**, processo ainda em curso e que se caracteriza pelo acirramento dos ataques ao campo através de uma evidente política de governo antigênero que se materializa em projetos como Escola sem Partido e ideologia de gênero.

Embora o NEIM seja o grupo mais antigo no contexto da Bahia e uma das principais referências nesses estudos no Brasil, ele ficou de fora do *corpus* selecionado devido à opção de analisar a trajetória dos grupos de pesquisas que foram formados na sua esteira a partir dos anos 2000 conforme já devidamente justificado. Dessa forma, reforço a necessidade de um estudo específico desse núcleo no qual possa se investir no resgate histórico, na atuação política e todo o legado de ativismo e produção acadêmico-científica que marcou essa trajetória.

Criado em 1983 em um contexto em que as universidades passaram a abrigar grupos e núcleos que eram denominados naquela conjuntura de “estudos sobre a mulher”. Não é por acaso que o NEIM até hoje é denominado de Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher. Nas décadas de 1980 e 1990, o NEIM era isoladamente a principal referência no campo. Somente nos anos 2000, mais precisamente entre 2003 e 2015 – principalmente a partir de 2009 –, vimos o florescer na Bahia dos grupos Diadorim (UNEB), Enlace (UNEB),

¹⁶ Ao longo do texto da tese utilizarei alguns critérios gráficos. Alguns já previstos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), outros marcam o desejo de uma escrita encarnada nos processos inventivos. O itálico será usado em termos e expressões de língua estrangeira e para títulos de livros citados. Usarei o negrito como artifício da escrita para demarcar palavras, expressões, trechos de citações como grifos, mas que também foram importantes para compor um plano argumentativo, as conexões e o estabelecimento das ideias.

NUCUS (UFBA), Feminaria Musical (UFBA), Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (UESB), Capitu (UFRB), Jusfemina (UFBA), GIRA (UFBA), Corpus Possíveis da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e LabTrans (UFRB), dentre outros não menos importantes que ficaram de fora do *corpus* por uma questão de recorte. É o caso das importantes contribuições de dois importantes núcleos de investigação sobre mulheres, gênero e saúde na Bahia, como o Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Cooperação técnica (MUSA) no Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da UFBA e o Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, Gênero, Saúde e Enfermagem (GEM) na Escola de Enfermagem da UFBA.

d) A modelagem da tese em capítulos

Esta tese está dividida em cinco grandes partes. Entre uma e outra, fiz uma breve introdução de cada capítulo, uma espécie de narrador em terceira pessoa faz a transição entre um capítulo e outro, anunciando cada movimento da escrita. Trata-se de uma espécie de síntese introdutória que dará ao leitor/a um panorama do que ele irá encontrar no capítulo seguinte para que não se perca nos labirintos, por vezes incontornáveis, do pesquisador às voltas de sua “escrita encarnada”.

No primeiro capítulo, intitulado “Um pesquisador encarnado entra na trilha do Analista Cognitivo para modelar um campo problemático de pesquisa”, proponho três movimentos no sentido de discutir como se dá a minha inserção na pesquisa a partir da entrada em cena de um pesquisador que se intitula de “encarnado”. No primeiro momento, trato da relação entre o sujeito pesquisador com o seu constructo de pesquisa e como essa modelagem assume uma dimensão estruturante na tese, com isso, o Pesquisador Encarnado assume o lugar de enunciação. O segundo movimento intitulado “Experimentações, metamorfoses e apostas de um Pesquisador Encarnado modelando seu constructo de pesquisa”, o pesquisador encarnado parte das memórias – pessoal, profissional, histórica e afetiva –, bem como dos saberes experienciais para modelar o seu constructo de pesquisa, apresentar o problema, traçar seus objetivos e a justificativa, contextualizando local e globalmente. Na terceira parte, coloco em debate a emergência de uma outra ideia de gestão do conhecimento na construção de um campo problemático.

Para tanto, faço uma imersão autobiográfica nas minhas memórias e esquecimentos, me colocando na idade de uma outra experiência, aquela que Roland Barthes (2004, p. 47) denomina de “desaprendizagem”, ou seja, “de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que

atravessamos.” Para tanto, mergulho nas experiências bem como no instrumental teórico-metodológico que perpassam esses processos, perseguindo uma utopia produtora de investir em uma “pesquisa encarnada” mobilizada pelo desejo e necessidade de tensionar, fraturar, reorganizar essa produção do conhecimento científico. Nesse sentido, propondo uma leitura com o propósito de compreender e problematizar o pesquisador encarnado e os possíveis pressupostos teórico-epistemológicos que o sustentam.

O segundo capítulo, intitulado “O pesquisador encarnado modela seu dispositivo metodológico e apresenta o contexto”, está dividido em dois blocos. No primeiro momento, será apresentado a modelagem metodológica da tese, seu percurso, bem como os modos de informação e compreensões. Na segunda parte, lanço um olhar panorâmico sobre o contexto dos grupos de pesquisa em gênero, sexualidade e *queer* situados nas universidades públicas baianas e suas especificidades a partir de dados quantitativos.

No terceiro capítulo, me adenso no campo empírico para dialogar com os líderes dos grupos a fim de cartografar os processos de gestão do conhecimento científico-encarnado imiscuídos nas dinâmicas da docência, pesquisa e militância. Para abrir o capítulo, apresentarei os pesquisadores e as pesquisadoras, líderes dos grupos que contribuíram para a análise empírica com suas narrativas e experiências. Em seguida, passarei a apresentar os horizontes da gestão encarnada aprofundando, nesse primeiro momento, na gestão da vida e gestão epistêmica, dimensões que transversalizam a ideia de uma pesquisa encarnada.

No quarto capítulo, intitulado “Cartografando os processos de gestão encarnada do conhecimento científico-acadêmico: pesquisadoras, pesquisadores e os horizontes da gestão”, volto-me para as existências coletivas dos grupos dando ênfase na gestão organizacional. Na primeira parte, discuto a ideia de grupo, grupo de pesquisa feminista para, em seguida, reportar-me ao campo empírico que são os dez grupos de pesquisas selecionados para compor o *corpus* analítico. Para tanto, parto da modelagem do CNPq e avanço aglutinando informações outras decorrentes das ações efetivas dos grupos. Para fechar o capítulo, proponho uma análise contrastiva desses grupos aprofundando questões estruturais e organizacionais.

No quinto e último capítulo, retomo os capítulos anteriores para pensar as existências em redes dos grupos, a difusão e a gestão da difusão do conhecimento científico-acadêmico encarnado. Por fim, invisto na metáfora da roda para pensar as redes, alianças e outras (re)existências.

Em suma, cabe advertir o leitor que não projetamos um grande capítulo de análise visto que as unidades analíticas estão atravessando todo o processo desde o primeiro

movimento da pesquisa. Os conceitos, operadores e teorias serão esclarecidos, comentados e problematizados sempre que se fizerem necessários para a construção da argumentação, e defesa do ponto de vista e do estabelecimento das ideias. Sendo assim, optei por não produzir um extenso capítulo com uma grande revisão teórica. Ao anunciar essa opção, não estou deixando de lado o rigor, mas experimentando um rigor outro (GALEFFI, 2009), o rigor do Pesquisador Encarnado em suas experimentações.

Em suma, ciente dos limites e avanços deste estudo, bem como os possíveis e necessários desdobramentos que se impõe como desafios a enfrentar, parto do pressuposto de que assim como eu ao produzir esta tese, todos/as os/as interlocutores e interlocutoras que fazem pesquisas, fazem também a gestão do conhecimento, ainda que de um *modus operandi* específico, “próprio e apropriado” (GALLEFI, 2014)¹⁷ no interior de uma comunidade epistêmica, seja em grupos institucionalmente constituídos, como em parcerias, nunca individualmente.

¹⁷ A ideia do “próprio e apropriado” vem de Dante Augusto Gallefi (2014). Para esse autor, o mundo vivido nos deflagra a ideia do “próprio e apropriado”, um caminho filosófico, ético, estético e transdisciplinar na produção do conhecimento. Convido o leitor a visitar sua tese escrita como requisito para a passagem de professor associado IV para titular da UFBA e publicada posteriormente. Ver: Galeffi (2017).

CAPÍTULO I

2 UM “PESQUISADOR ENCARNADO” ENTRA NA TRILHA DO ANALISTA COGNITIVO¹⁸ PARA MODELAR UM CAMPO PROBLEMÁTICO DE PESQUISA

O pesquisador encarnado se anuncia e assume o lugar de enunciação da tese...

A proposta deste capítulo é de realizar três movimentos que serão apresentados em três grandes partes: o primeiro, a entrada em cena do Pesquisador Encarnado através da sua “escritura em abismo”; o segundo, a modelagem de seu constructo de pesquisa; e o terceiro, a construção de um campo problemático, no qual se discute a emergência da gestão do conhecimento em outras bases epistemológicas. Na primeira parte, o/a leitor/a encontrará uma profusão de ideias que se estruturam em torno da anunciada presença de um pesquisador que toma como ponto de partida suas experiências, cuja voz insurgente aspira a entrar na ordem do discurso científico-acadêmico desde uma perspectiva denominada de “encarnada”. Para tanto, se arrisca em uma escrita e modelagem teórico, estética e epistemológica experimental produzida no entrelaçar de diferentes linguagens e aportes metodológicos, utiliza-se de várias referências consideradas relevantes para o estabelecimento das ideias. É importante que o/a leitor/a saiba que esse “pensar em cena aberta” expõe o pesquisador-escritor em permanente movimento refletindo em sua escrita os processos mesmos de subjetivação, ou seja, “a experiência subjetivante em exercício.” (SOUZA, 2008, p. 214) Cabe ressaltar que esse foi o primeiro movimento da tese e, conseqüentemente, se impôs como uma necessidade vital de ser registrado como ponto de partida da escrita. Com isso, o Pesquisador Encarnado: 1) assume o lugar de enunciação da tese; 2) problematiza a sua condição ontológica de sujeito encarnado; 3) promove um mergulho nas memórias, acontecimentos e experiências para adensar o seu lugar epistêmico e posicionado com relação ao seu “constructo de pesquisa”; 4) problematiza a noção de “Pesquisador Encarnado”: um conceito/categoria/dispositivo/um conjunto de atos performativos?; 5) tensiona e aproxima o saber-fazer do Pesquisador Encarnado com o do Analista Cognitivo na produção e gestão de conhecimento; 6) apresenta algumas implicações éticas, estéticas, políticas e epistemológicas desse saber-fazer; 7) discute algumas contribuições dos “saberes subalternos”, especialmente das epistemologias feministas para a proposta de pesquisa encarnada nas experiências dos estudos de gênero,

¹⁸ Este capítulo, em especial a primeira parte, é uma versão bastante modificada e expandida do ensaio embrionário intitulado *Experimentações, apostas e conexões pessoais e profissionais de um Pesquisador Encarnado*, texto publicado na obra *Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer da ciência* (2020). Agradeço imensamente a todos e todas que generosamente contribuíram com suas partilhas de leituras encarnadas durante sua feitura, especialmente os/as companheiros/as do grupo Enlace.

sexualidades e *queer*; 8) problematiza os limites, alcances, bem como o potencial epistêmico e metodológico dessa proposta; 9) descreve a ambiência acadêmica que possibilitou essa experimentação em torno do Pesquisador Encarnado e discute o seu possível mito de origem; 10) apresenta a conjuntura política e histórica que compõe o pano de fundo da tese, suas condições de produção. Assim, no primeiro movimento, o Pesquisador Encarnado apresentará recortes de suas experiências com/nas pesquisas em gênero e sexualidades para mostrar como esses acontecimentos influenciaram nas escolhas de pesquisa e como essas escolhas não estão dissociadas dos saberes experienciais. No segundo movimento, seguindo a trilha do Pesquisador Encarnado, será narrada brevemente as idas e vindas do projeto de pesquisa, sua história e transformações. Nesse espaço, será também apresentado, agora de modo mais sistematizado e contextualizado, com todas as marcas do Pesquisador Encarnado, a temática, o problema e os objetivos da pesquisa. Para o Pesquisador Encarnado, bem como para as epistemologias feministas, o gesto mesmo de narrar essa relação de envolvimento entre pesquisador e o caminho de pesquisa é uma forma de reconhecer a existência de uma dimensão encarnada tecida no processo, no manejo com as escolhas, com os desafios e de como as transformações ao longo dessa experiência de pesquisa contribuíram para a sua modelagem. E, por fim, para fechar o capítulo, no terceiro movimento, o Pesquisador Encarnado estreitará um diálogo com o campo da gestão do conhecimento no sentido de promover uma aproximação crítica que evidencie a lógica capitalista em suas concepções e modelos de gestão vigentes e como podemos escapar dessa racionalidade em nossas práticas cotidianas de pesquisas as quais os sentidos da gestão transbordam para outras dimensões.

2.1 PRIMEIRO MOVIMENTO UM PESQUISADOR ENCARNADO E SUA “ESCRITURA EM ABISMO”

*Viver é um desastre que sucede a
alguns
Nada temos sobre os não nenhuns
Que nunca viriam
As cascas das árvores crescem no
escuro
As cascatas a 24 fotogramas por
segundo
Os vocábulos iridescem
Os hipotálamos mingam
Tudo é singular
Dói
Tudo dói ...*

(TUDO..., 2011)

*Há alguma coisa dentro de mim, contagiosa e mortal,
perigosíssima, chamada vida. Lateja como um desafio.*

(Herbert Daniel, 2018)¹⁹

Nunca estive muito à vontade para falar de mim, mas é improvável que eu consiga fazer esta travessia sem levantar algumas cascas da árvore da minha vida. Consequentemente, é bastante provável que a minha escrita resvale para uma dimensão bastante hermética para os cânones acadêmicos e, possivelmente, me atirarei em um lamaçal de digressões subjetivas, ou sentimentais que não tenham valor algum para aqueles/as pesquisadores/as mais afeitos/as a modelos canônicos e engessados de fazer pesquisa. Peço, portanto, licença e paciência a você leitor/a, pela escrita, por vezes, transbordante e melódica demais, bem como seu caráter visceral, efeito produzido em alguns momentos, em outros nem tanto. Assim,

[...] quando vieres a me ler, perguntarás o porquê não me restrinjo à pintura, já que escrevo tosco e sem ordem. É que agora sinto necessidade de palavras e *'porque foi assim que me autorizaram relatar*. Escrevo porque minha verdadeira palavra foi até agora intocada' (LISPECTOR, 1998, p. 10, grifo nosso)

De fato, ao longo da minha vida, por incontáveis vezes, precisei engolir as palavras, ou falseá-las para sustentar uma pseudoneutralidade e dar tempero à carne²⁰ na ilusão de que estava protegendo a minha intimidade e identidade. Aquela ideia de que dia a dia temperamos a nossa rotina, ideias e personalidade camuflando o real sabor da nossa carne crua, em uma tentativa de tornar nossa existência palatável ao outro e nos afastamos cada vez mais do que somos. (TEMPERO..., 2019).

Em inúmeras outras situações, precisei me silenciar, me acuando, me apequenando para, paradoxalmente, continuar existindo, nas sombras, nas frestas, nas dobras, nos entre

¹⁹ Ver: [HÁ alguma coisa] (2018).

²⁰ Aqui, faço uma referência ao título de uma exposição que pude apreciar como uma experiência visual e sensorial na cidade de São Paulo, em cartaz no Museu da Diversidade Sexual durante a finalização deste capítulo, em dezembro de 2020. Trata-se de um trabalho inspirado na montagem intitulada *Canela Fina* do Balé Cidade de São Paulo (2008). Os ensaios fotográficos com pessoas temperadas da cabeça aos pés com diferentes aromas e temperos – colorau, açafraão, *curry*, cravo, canela etc. –, convidam o público para uma viagem multissensorial. O trabalho explora o corpo (carne) e os temperos são as camadas de sabor e realce. Através dessa provocação, instala-se o confronto pessoal entre o que a pessoa se identifica e o que ela se expressa. Para maiores informações sobre a exposição e para ter acesso a alguns dos trabalhos exibidos, ver: https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cultura/tempero-da-carne-museu-da-diversidade-ganha-nova-exposicao?fbclid=IwAR1tKuW6HrQK0lXGmDmdZKZI-DieK6sRpHWgcKA4uuy9LG_JIF_I9bzEOww.

lugares. Outras vezes mais, precisei ser **blasfêmico**²¹ e subversivo como estratégia de resistência e luta. Com efeito, esse jogo de atos performativos que acontece nas práticas sociais mais diversas aponta para uma existência que vem sendo talhada e/ou tolhida no limiar entre o silêncio e a palavra, na/pela linguagem, marcada pelas intertextualidades,²² pelas rasuras e fissuras, pelos ditos e não ditos dos discursos, pela força irrepitível e produtora dos enunciados.²³ Enfim, refiro-me a um **pensar corporificado por um sujeito encarnado**, conforme propõe Emerson Inácio (2016, p. 58) pelo desejo de “um texto escrito no corpo, pelo corpo e com o corpo, que seja ato, no ato.”

A árvore da minha vida, essa metáfora que me reporto para ajudar a pensar, é viva, rodopia e verseja. Apesar de, muito provavelmente, a metáfora da árvore pressupor certa ideia de segmentaridade endurecida ou algum outro resquício de princípio de dicotomia, uma árvore, se expande e se renova sempre, é acima de tudo, um eixo de rotação, “uma estrutura ou rede esquadrinhando o possível” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, v. 3, p. 98), mas que também se define por suas linhas de fuga, renovação e criação. Assim, é com os pés no chão, porém em movimento como no samba de roda, que me lanço nessa “**aventura utópico-producente**” fazendo um giro, uma espécie de **samba de roda epistêmico e utópico**. A metáfora do samba de roda, esse espaço de interação e entrelaçamento de corpos, me parece produtiva para pensar a dinâmica da produção colaborativa de conhecimento na medida que articula movimentos com processos de interação, posições, protagonismos e afetações entre sujeitos envolvidos em sua dinâmica.

²¹ A ideia de blasfêmia é aqui acionada em consonância com a perspectiva de Donna Haraway (2009), ou seja, como potente estratégia política de resistência aos regimes regulatórios de gênero e sexualidade. Para uma experiência de produção do conhecimento científico com base na ideia de blasfêmia, sugiro o artigo produzido sobre a experiência do grupo Enlace em uma atividade extensionista, em coautoria com Suely Messeder. Ver: Messeder e Nascimento (2018).

²² O sentido de intertextualidade é usado na acepção adotada por Julia Kristeva a partir de sua leitura de Bakhtin, ou seja, diz respeito ao “cruzamento de superfícies textuais, diálogo de várias escrituras, cruzamento de citações”. Para Fiorin (2006), a intertextualidade refere-se ao encontro de duas materialidades linguísticas existentes no interior do texto, ou seja, é preciso reconhecer a existência de pelo menos dois textos. Um deles precisa ter existência independente do texto com o qual dialoga. É nessa perspectiva que compreendo a intertextualidade como um mecanismo textual e discursivo que proporciona a modelagem do “conhecimento tácito” em “conhecimento explícito”, aqui dialogando com os conceitos de Polanyi (1966), ressignificados e ampliados por Fróes Burnham (2012a). A intertextualidade, base dessa escrita, favorece as (re)conexões e a circularidade das ideias.

²³ Os enunciados, por sua vez, são entendidos como unidades da língua viva, no acontecer único, irrepitível e singular das práticas sociais. Nesse sentido, eles carregam emoções como paixões, ódio, raiva, julgamentos. Na perspectiva de Bakhtin, os enunciados estão dentro de relações dialógicas e contêm ecos e lembranças de outros discursos. Assim, na perspectiva dialógica da linguagem, eles funcionam como resposta a outro discurso na intenção de reforçá-los, confirmá-los ou completá-los.

Aqui, remeto-me ao samba de roda²⁴ como metáfora viva que enuncia e transpõe uma experiência de produção de conhecimento coletiva e contagiante para uma prática sociocultural coletiva na qual os/as participantes dançam no centro da roda em um gesto de envolvimento e princípio mobilizador. Ao serem tocados, ou seja, afetados por aquele/a que protagoniza a performance da dança, as outras pessoas dançantes que compõem a roda assumem também o seu momento de protagonismo ao lançar-se no centro da roda.

Esta tese, assim como no samba de roda, **na vida e na dinâmica das lutas políticas, nasce de movimentos**: de mulheres, negro, de pessoas LGBTTQI+,²⁵ sem-terra, sem-teto, docente etc. Pesquisar é movimento e exige um gesto de alquimia. Durante muito tempo, acreditou-se que pesquisa e vida social não se misturam, são como água e óleo. Mas, eu começo defendendo o princípio de que todo conhecimento é político e vem de algum lugar. Pesquisar é, portanto, politizar vidas em movimento no/pelo conhecimento e, acima de tudo, é um (re)conhecer-se e (re)conhecer o outro. Ao apresentar a ideia de **movimento** que pressupõe deslocamentos, estou me comprometendo politicamente com um modo de produzir conhecimento engajado e eticamente implicado na responsabilidade de contribuir para a emancipação dos sujeitos. Estou, assim, a concordar com Edward Said (2007, p. 37, grifo nosso) quando ressalta que:

Ninguém jamais inventou um método para distanciar o erudito (*pesquisador/a*) das circunstâncias da vida, da realidade de seu envolvimento (consciente ou inconsciente) com uma classe, um conjunto de crenças, uma posição social, ou do mero fato de ser membro da sociedade. Tudo isso continua a ter relação com o que ele faz no exercício de sua profissão, mesmo que naturalmente a sua pesquisa e os frutos desse trabalho tentem atingir um nível de relativa isenção e restrições da bruta realidade de todos os dias.

²⁴ O samba de roda, como metáfora desse saber-fazer coletivo, colaborativo, próprio e apropriado, será recuperado e apresentado de forma mais detida no último capítulo da tese.

²⁵ Convém alguns esclarecimentos acerca dessa nomenclatura, quase sempre contestada, por vezes incompreendida, até mesmo desqualificada, demonstrando, na maioria das vezes, muito mais preconceitos do que desconhecimento. Dessa forma, é importante ressaltar que a denominação por meio de siglas é bastante recente, conforme colocado por Simões e Facchini (2009). Segundo esses autores, até 1992, a denominação utilizada era “movimento homossexual brasileiro”. Naquele contexto, os homens predominavam nas organizações do movimento gay brasileiro, e o movimento lésbico era ainda bastante invisibilizado, só veio a ganhar autonomia na segunda metade dos anos 1990, bem como as organizações de travestis e coletivos de pessoas trans a partir dos anos 2000. A sigla mais conhecida como LGBT foi aprovada pela I Conferência Nacional GLBT referindo-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. Ao longo do tempo e dentro de um debate em torno de questões identitárias e políticas, a sigla passou por inúmeras transformações na medida em que as identidades de gênero passaram a ser politizadas e teve desdobramentos significativos nos debates históricos no âmbito do movimento como, por exemplo, a afirmação e visibilidade das identidades em suas singularidades e relações de pertencimento, a exemplo de diferenciar transexuais de travestis (TeT), relacionadas a intersexualidades (I), ou ainda, não exatamente uma identidade ou expressões pós-identitárias na linha dos estudos *queer* (Q) e o símbolo de mais (+), deixando em aberto a possibilidade de existências outras, de gêneros plurais, nem sempre nomináveis, ou mesmo avesso a qualquer tipo de nomeação e binarismos.

Nesse movimento, essa produção de conhecimento nos convida a fazer uma **cartografia que produz uma sequência de movimentos multidimensionais** que se mantêm vibrantes através de uma sucessão de **gestos encarnados nas atitudes, decisões, agenciamentos, negociações, escolhas, interações, trocas, tensões, celebrações, alianças etc., em todos os momentos da pesquisa.** Assim posto, nada mais óbvio, mas também tão necessário para que, minimamente, se possa avançar no conhecimento, de mim, do outro, de nós, do mundo, função primeira e vital da pesquisa, **um modo de pensar junto (com) e desde dentro**, seguindo fluxos de corpos políticos em ações.

Nessa direção, Donna Haraway (2009, p. 58) faz uma potente asserção quando afirma que “**‘epistemologia’ significa conhecer as diferenças.**” Assim como Haraway (2009), estou certo de que algumas diferenças são lúdicas; outras, no entanto, são sistemas históricos de dominação. Paul Beatriz Preciado (2011) propõe algo ainda mais radical ao apresentar a noção de “multidões queer”, ressaltando as vantagens teóricas e políticas em relação à perspectiva dominante nas epistemologias feministas durante muito tempo que se estrutura na compreensão “de diferença baseada no sexo”. Nessa perspectiva, todos os corpos importam, porque:

Não há diferença sexual, mas uma *‘multidão’ de diferenças*, uma transversalidade das relações de poder, uma *diversidade das potências de vida*. Estas diferenças não são ‘representáveis’, uma vez que são ‘monstruosas’ e *põem em questão*, por isso mesmo, não apenas os *regimes de representação política*, mas também os *sistemas de saber científico dos ‘normais’*. Neste sentido, *as políticas das multidões queer se opõem tanto às instituições políticas tradicionais que se apresentam como soberanas e universalmente representativas, como às epistemologias sexo políticas heterocentradas que dominam ainda a produção da ciência.* (PRECIADO, 2011, p. 19, grifos nossos)

O que Paul Beatriz Preciado faz ao trazer a ideia de multidão *queer* como alternativa à ideia de diferença é, de certa forma, ampliar – ou de modo mais radical, implodir – o conceito de gênero²⁶ para algo que está além de uma ideia, atuando sobre a matéria passiva, sem qualquer espécie de agenciamento, ou seja, o efeito de um sistema fechado de poder, mas aquilo que comporta um conjunto de “dispositivos sexopolíticos”. Assim, essa “multidão sexopolítica” constitui-se como um lugar que extrapola o poder, um espaço de criação no qual

²⁶ Por considerar basilares para a discussão proposta e para o/a leitor/a não familiarizado/a com esse campo de estudos, os conceitos de gênero, sexualidade e *queer* foram apresentados, ainda que brevemente na introdução, de modo que não é a intenção aqui circunscrevê-los a um capítulo teórico-metodológico específico, mas problematizá-los sempre que se fizer necessário, considerando seus contornos teóricos, políticos e históricos ao longo do texto.

se justapõe as diferentes minorias sexuais como os **movimentos feministas, de lésbicas, homossexuais, transexuais, transgêneros e pós-coloniais**.

Dessa forma, o conhecimento científico, produzido a partir dessa perspectiva, **nasce de uma ferida íntima**, e é preciso antes um querer, desejar tocar nessa ferida, **reconhecer sua existência** como desafio a um “problema” e, acima de tudo, o **reconhecimento daquilo que fere nossa existência em sua plenitude enquanto sujeito, aquilo que representa** um obstáculo para a compreensão dos movimentos de libertação e emancipação. Muitas vezes, essa ferida não está tão visível em determinado modo de ver, como também “o olho do invisível não consegue ver porque percebe apenas a máscara resultante de simulação; e é só”, conforme ressalta Suely Rolnik (2014, p. 32).

A partir desse entendimento, o movimento pensante, criativo e consequente, indispensável à construção do conhecimento que aqui se impõe, é uma tentativa de **modelagem multimodal, multirreferencial, “polilógica”**.²⁷ Trata-se de **um exercício experimental** de construção do conhecimento científico visto que acontece no entrelaçamento de diálogos com outros saberes, outras vozes dissidentes, outros corpos abjetos, outros fazeres dissonantes, outros referenciais teóricos e metodológicos, outras epistemes, linguagens outras, nas produções culturais – música, cinema, pintura, literatura, teatro –, repertórios acionados, além de uma seleção de autores e autoras que me atravessam, me afetam e me acompanham neste **itinerário pesquisante e/ou (des)aprendente**, ou quem sabe **(re)aprendente**.

Por fim, deixo saber minha intenção de entrar em sintonia com um **delírio pesquisante**, uma **viagem utópico-producente**. E falo de utopia na direção daquilo que coloca Eduardo Galeano, como algo que está lá no horizonte. “Me aproximo dois passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” Nessa trilha, parafraseando Manoel de Barros(2015),²⁸ digo que em pesquisa que é voz de pessoa que pesquisa, que é a voz de fazer nascimentos – o verbo tem de pegar delírio, ou “pegar visão”²⁹ cujo sentido na fala da nossa

²⁷ A ideia de “teorização polilógica” é aqui empregada na dimensão proposta por Dante Galleffi (2014) e em vários outros momentos de sua produção teórica, ou seja, a teoria é uma ação, uma práxis, apropriação, uso que se faz de uma potência, contraste a uma razão monológica, realiza-se na complementariedade da arte (afetos, perspectos), ciência, mística, religião, intuítos, fusões, da Filosofia (conceitos), opera na multiplicidade do olhar, na percepção criativa e desejanete. Trata-se de “um campo de forças do exercício da diferença e da heterogênese criadora incontornável”.

²⁸ Transcrevo aqui o poema na inteireza, o grifo é meu e corresponde ao trecho parafraseado no corpo do texto: “No descomeço era o verbo/Só depois é que veio o delírio do verbo/O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: *Eu escuto a cor dos passarinhos*. A criança sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som. Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira. *Em poesia que é voz de poeta, que é voz de fazer nascimentos – O verbo tem que pegar delírio.*” (BARROS, 2015, p. 83, grifos nosso)

²⁹ Ver: Azevedo (2015).

gente baiana – que ocupa lugar social de subalternidade – obriga o sujeito a agir e ensinar o outro a agir, remete a uma estratégia de existência e re(ex)istência cotidiana, um chamado de tomada de consciência para as ameaças prementes.

Você, caro leitor/a é meu/nosso convidado/a para juntos fazermos essa imersão experimental aberta para outros possíveis olhares sobre a produção científica do conhecimento desde a experiência que aqui se estrutura. Com isso, aspiro, portanto, a um movimento que seja um **saber-fazer com e desde as alteridades**, uma modelagem política e estética que aposta no **potencial epistêmico da emoção**,³⁰ que coloca razão e sensibilidade em harmonia em uma ordem ética, na qual o jogo do outro nos afeta, nos transforma, nos provoca (OLIVEIRA, E., 2016).

Assim sendo, no momento que aqui enuncio e me anuncio, a metáfora que melhor me representa vem da poesia de Drummond (1992, p. 211, grifo nosso), ou seja, uma “estranha xícara” formada com “os cacos da vida, colados, no [aparador/(apara(a)dor)], sem uso, a nos espiar” . O “nós” dos versos acima transcritos, referem-se a mim e a você, leitor/a. Nesse momento, assim como vocifera Carlos Henrique Lucas Lima (2017) no texto introdutório da sua tese de doutoramento,³¹ declaro em alto e bom som que **esta escrita não teme declarar o lugar de enunciação**.

É interessante observar que as minhas experiências pesquisantes têm me ensinado que o **conhecimento** é isso: **doloroso** e ao mesmo tempo **um poderoso caminho para a libertação**. Conforme enuncia o sujeito da canção, epígrafe que abre este capítulo: “tudo dói”, mas é uma dor singular, uma dor de mundo fulgurante. Por outro lado, refere-se a uma dor que é também a constatação de que fica sempre um silêncio à margem do texto, algo que não consegue ser dito, porém audível, pois trata-se de uma ausência que empurra a escrita para frente, procurando significar “a inapreensível totalidade do vivido.” (HOMEM, 2012, p. 33).

Nesses dois aspectos, tanto o da **dor** que é **sofrimento** quanto da esperança que é **libertação**, fica o desafio de começar uma escrita que precisa ter um princípio e esse dizer não signifique um mero ato de buscar na linguagem a atitude de representar, de conceituar, enquanto os “vocábulos iridescem”, conforme sugerem os versos da canção. Serão as minhas indagações compreendidas? Que efeitos de sentidos terão as minhas palavras se todo dizer experimenta um movimento de **em(raiz)amento** e **desen(raiz)amento**? Começo, portanto,

³⁰ Destaco aqui o meu diálogo com Alisson Jaggar (1997, p.180) ao propor um “modelo”, e deixo em suspenso a ideia de modelo, de conhecimento que considera a emoção vital para o conhecimento sistemático. Entende-se a emoção como “uma abstração conceitual de um complexo processo da atividade humana, que envolve agir, sentir e avaliar.”

³¹ Ver: Lucas Lima (2017). Obra resultante da pesquisa de doutoramento do autor, cuja tese foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade em 2015.

propondo um exercício de tentar juntar um amontoado de fragmentos e produzir sentido a uma existência fluída, complexa, quase inapreensível e ininteligível **na iridescência da materialidade e da multiplicidade das coisas do mundo**, aleatoriamente nomeadas, catalogadas e hierarquizadas. Nessa caminhada, tento não cair na cilada de me isolar em um só momento, “o momento da revolta e da sua repressão, teorizando retrospectivamente sobre as falhas teóricas e programáticas do movimento”.

Chega o momento que se faz necessário deixar registrado aqui **as condições de produção desta pesquisa**. O marco inicial desse percurso é a construção de um projeto de pesquisa preliminar que possibilitou o meu ingresso no DMMDC. A minha entrada no DMMDC tem como conjuntura a crise política que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, atravessa toda a instabilidade do governo de Michel Temer, atravessou a guerra política que foi a eleição presidencial de 2018 e seguiu com a expectativa nada animadora com a posse do presidente eleito e a consciência dos perigos a enfrentar na reta final da tese. Portanto, os marcos históricos elencados brevemente como panorama da linha do tempo das vivências nessa jornada são índices do quão dolorosa e desafiadora tem sido a experiência de produzir uma **pesquisa acadêmica de doutoramento sobre a temática de gênero e sexualidades em tempos tão sombrios**, marcados pelo medo, pela defesa da democracia sob ameaça constante, pela proliferação de discursos de ódio, perseguições e ataques a pesquisadores e pesquisadoras desse campo do conhecimento.³² De fato, verdadeiramente, esta produção não está imune aos estilhaços da política obscurantista em

³² Apenas alguns exemplos: temos o caso do Cine Blasfêmia, uma experiência extensionista do Grupo Enlace em 2017. O grupo foi notificado pela Ouvidoria do estado da Bahia sob alegação de incentivo à blasfêmia no projeto Escola de verão da UNEB cuja proposta do projeto extensionista era blasfemar “saberes tradicionais”. A notificação acusava o grupo de blasfemar “saberes cristãos”, uma leitura de viés da expressão “saberes tradicionais”. Esse caso é narrado e analisado no artigo já indicado (Ver: MESSEDER; NASCIMENTO, 2018) anteriormente quanto dialoguei com Donna Haraway para apresentar a ideia de conhecimento blasfêmico. Há vários exemplos de atos concretos de censura e perseguição ao campo, entre eles, podemos destacar ainda as ameaças sofridas pela coordenadora do NEIM, bem como o ataque à página do II Seminário Desfazendo Gênero que aconteceu em Salvador, com ameaças aos organizadores do evento, pesquisadores/as do NUCUS. Mais recentemente, com a intensificação das atividades realizadas através da mediação tecnológica e de modo síncrono durante a pandemia do coronavírus (2020/2021), tivemos vários casos de ataques às plataformas digitais as quais eram realizadas reuniões de grupos de estudos e pesquisas, assembleias, reuniões plenárias etc. Um exemplo dessas invasões aconteceu durante uma atividade do Diadorim – Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade da UNEB em 16 de setembro de 2010. Na ocasião, um grupo de *hackers* tentou impedir que os/as discentes do curso de especialização do Diadorim apresentassem suas pesquisas em um webnário sobre Sexualidades na Formação de Educadoras e Educadores, realizado na plataforma *Google Meet*. O ataque teve início nas falas de abertura do evento, seis hackers, usando diferentes nomes, invadiram a sala e começaram a falar palavrões e dizer insultos com a tentativa de acabar com o evento. A coordenação do evento conseguiu excluir os invasores da sala e impedir a entrada dos mesmos, contudo eles continuaram tentando invadir o evento. Os ataques a eventos virtuais promovidos por instituições acadêmicas e movimentos sociais têm a clara intenção de intimidar, silenciar e impedir a continuidade da luta no enfrentamento do racismo, sexismo, lgbtfobia, as desigualdades de classe e obstruir a circulação de pensamento libertário, anticonservador e antiautoritário. Ver em: <https://www.facebook.com/marco.martins.5680899>.

curso que toma forma e força, não mais em discursos, mas em ações concretas. Estou falando de tempos em que se criou o sentimento de que “a realidade é perigosa, a natureza traiçoeira e a humanidade imprevisível.” (COUTO, 2018).³³

Neste cenário, cada **movimento pesquisante** aqui produzido carrega os sintomas das tensões, disputas políticas e dilemas do mundo ao meu/nosso redor, tudo aquilo que enforma essa conjuntura histórica e sociopolítica de incertezas, de intolerância que assusta minha/nossa existência e fragiliza a continuidade das pesquisas sobre essa temática no Brasil. Cabe adiantar também que venho desenvolvendo estudos nesse campo desde que ingressei na pós-graduação³⁴ em 2004 e, de lá para cá, não tem sido fácil e confortável falar do lugar de subalterno que se arvora a produzir conhecimento científico. É sempre uma atitude de **persistência ontológica e epistêmica**, aliás, eu diria que somos diplomados/as em matéria de subversões e resistências, como bem nos lembra Marielle Franco (2018), “resistir é pleonasma”. De modo que continuaremos na luta, isso é fato, apesar do medo que rouba a coragem de viver e cria muros em muitos momentos. Sabemos que há “muito a fazer... (des)tecem de um lado, (des)teemos de outro. Eis a costura da vida. Junt@s nas trincheiras.”³⁵

É muito difícil a constatação dos riscos eminentes de quebra do regime democrático no Brasil. Na verdade, estamos atravessando mais um *backlash*,³⁶ explícito de dimensões ainda incalculáveis, ou seja, um contra-ataque arrogante às ideias do feminismo especialmente no seu lema central de que “o pessoal é político”, nas conquistas históricas de direitos das mulheres e nas poucas conquistas das pessoas LGBTQ+. Diante dessa conjuntura, faz-se necessário uma análise cuidadosa da onda de retrocessos cuja dimensão histórica e política não pode ser minimizada como mero pano de fundo, mas estruturante na medida que se impõe como um obstáculo direto a ser enfrentado e, conseqüentemente, superado.³⁷ Assim, fazer pesquisa sobre temas demonizados e sob a pressão de tantos mecanismos de controle social ultraconservadores e fundamentalistas de extrema direita que assume o poder do Estado com uma agenda montada para expurgar de todas as formas as vozes das diferenças é, de fato, **um**

³³ Ver: <https://www.facebook.com/IvanValentePSOL/videos/1006690129375869>.

³⁴ Especialização em Metodologia e Prática de Ensino em Gênero e outros temas transversais (NEIM-UFBA).

³⁵ Andréa Mascarenhas. Disponível em sua página pessoal do Facebook. Ver: <https://www.facebook.com/alebemilton.nascimento/posts/10217971058935212>.

³⁶ Para Susan Faludi (2001), os anos de 1980 presenciaram um poderoso contra-ataque aos direitos da mulher, um discurso extremamente insidioso camuflado de verdade, levando a um retrocesso, a uma tentativa de reduzir as poucas vitórias que o movimento feminista conquistou a duras penas nas décadas anteriores. Tratarei dessa ideia de *backlash* na atualidade e seus contornos e desdobramentos mais adiante.

³⁷ Tratarei dessa conjuntura de forma mais aprofundada mais adiante no momento que analisar o contexto da pesquisa.

desafio premente que nos põe a pensar novas formas de reinventar o modo como produzimos e gestamos o conhecimento científico, nossa práxis.

Dito isso, por outro lado, navego no contrafluxo, um tempo outro, o tempo da tese, do rigor acadêmico, da avaliação. Pode até parecer um clichê, mas produzir uma tese é como gerar e gestar uma vida, uma existência que precisa seguir um fluxo contínuo em seu processo de modelagem: obedecer a prazos, ritos e marcos, um percurso a trilhar se impõe com data para começar e terminar. Para tanto, me reinvento ao construir, cotidianamente, estratégias de resistências para aprender a entrar e sair da realidade nua e crua. Faço isso não para tentar alcançar a grande quimera que é a “neutralidade” da ciência, mas para não me deixar abater, perder a força e a esperança durante a travessia. Diante disso, acredito estar envolto em um movimento no qual a pessoa que produz conhecimento científico precisa ter inteligência emocional, cuidado e equilíbrio para que esse **trançado** seja, **fluido, produtivo e alegre, para “não deixar subir para a cabeça nem descer para o coração”,** pois **“não há aguaceiro que não passe”**, sabedorias da minha Yalorixá, Mãe Hilda de Logunede.³⁸

Por outro lado, todos/as nós que persistimos em pesquisar essas temáticas e/ou militamos em espaços que problematizam as diferenças, as inclusões, as desigualdades, os corpos dissidentes, os regimes produtivos de subalternização estamos, o tempo todo, vivenciando essa mesma angústia. Nesse aspecto, Mary Castro, com sua experiência vem e nos alerta que:

*São tempos a pedir cuidados. Que não sejamos por ingenuidade, desatenção e narcisismos vitimistas, os algozes, fazendo o trabalho sujo de sem querer colaborar com ‘escolas sem partido’, escolas sem expressões de religiões malditas, como as afro-brasileiras, por apologia implícita a supremacia branca disfarçada em defesa de normas, ou do eu, eu, eu; recorrer a métodos da repressão, como gravar professores e os ameaçar. Cuidado são tempos de ódio, não colabore para sem querer dividir e não somar na defesa da liberdade. São tempos que pedem sororidade, coerência na defesa do feminismo negro, da educação libertaria e mais o respeito às diferenças, defendê-las de forma dialógica para questionar a norma.*³⁹

Na senda das ações obscurantistas em curso, sigo reiterando as ponderações de Larissa Pelúcio,⁴⁰ antropóloga, feminista e como ela mesma se autointitulou “antropofagicamente queer”, para lembrar que *“nosso papel agora é dizer, são corpos possíveis, nós somos possíveis. A nossa política não é de ódio, nem de dissolução de família, nem dessas coisas*

³⁸ Mãe Hilda de LogunEde é yalorixá, líder religiosa do Ilê Axê Ibecê Omô Odé, comunidade terreiro com sede na cidade de Cachoeira, Recôncavo Baiano.

³⁹ Texto publicado na página pessoal da autora no Facebook. Ver: <https://www.facebook.com/mary.garciacastro.7/posts/1547630725340107>.

⁴⁰ Entrevista realizada na UERJ (Rio de Janeiro), por ocasião do Seminário Gênero Ameaçando que aconteceu em 29 de outubro de 2017.

absolutamente descabidas que estão nos acusando, todos/as nós somos promotores de vida”. Na esteira dessa reflexão, as observações de Suely Messeder corroboram para reafirmar o nosso compromisso, nem sempre consciente, com o saber-fazer da **ciência colaborativa** enquanto eixo estruturante desse *modus operandi* que nos atingirá individualmente em algum momento de nossas trajetórias. Para Messeder, fazer ciência colaborativa é “*um esforço coletivo que está para além da academia, mas que diz respeito a uma ética que nos leva ao território utópico da justiça social, racial, de gênero, erótica, da ciência e daquilo que ainda é o ininteligível.*”⁴¹

Depois desse início de conversa, chega o momento de deixar explícito que esta seção introdutória do trabalho pretende alcançar, minimamente, **dois objetivos**: o primeiro deles é de **refletir sobre a minha experiência e como a partir dela me coloco diante do meu “objeto” de pesquisa** que apresentarei de forma sistematizada mais adiante, ao passo que pretendo **problematizar a noção de “pesquisador encarnado”, um conceito/categoria/ um dispositivo/um conjunto de atos performativos?** Por enquanto, **aprendemos como uma perspectiva** que orienta uma práxis, um *modus operandi* de produzir conhecimento no âmbito do grupo de pesquisa Enlace,⁴² comunidade teórico-epistêmica na qual eu estou filiado, institucionalmente, afetivamente e politicamente. Nesse sentido, a perspectiva do/a pesquisador/a encarnado/a acaba por assumir uma dimensão estruturante no desenho cognitivo desta tese.

A proposta do grupo de pesquisa Enlace desde a sua configuração inicial já apontava para essa dimensão conforme está muito bem delineada nas palavras de sua idealizadora, fala proferida por ocasião da primeira edição do Seminário Enlaçando Sexualidades, evento que se consolidou como um espaço de produção e difusão do conhecimento no campo dos estudos de gênero e sexualidades na Bahia e no Brasil:

O Enlaçar não tem por propósito a defesa dos semelhantes e sim o que constitui no ato do enlace. *É o desejo de se tecer com experimento* e, em cada fio do laço, traçar o que difere frente a concepção de cores e dos choques de fiar quando *o movimento*

⁴¹ Registro oral de sua fala na abertura do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, promovido pelo DMMDC e UNEB, evento que aconteceu em Salvador em maio de 2017, grifos nosso. Sobre o grupo Enlace e o Enlaçando Sexualidades, tratarei mais adiante.

⁴² O Enlace é um Núcleo interdisciplinar e interinstitucional de pesquisa oficialmente institucionalizado em 2010, mas efetivamente iniciado em 2008 no retorno do doutorado de sua idealizadora e coordenadora, Prof.^a Dr.^a Suely Aldir Messeder. O núcleo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da UNEB e ao DMMDC. O Enlace está estruturado em três (quatro) linhas de pesquisa, a saber: Difusão e gestão do conhecimento; Educação e trabalho; Sexualidades e Direitos Humanos; e Homocultura e Linguagens. Em 2014, o Enlace é alçado à condição de Núcleo e, em 2020, passa a ser um Centro. Conforme já mencionado na introdução, o grupo Enlace integra o *corpus* de pesquisa deste estudo e será apresentado de forma mais aprofundada mais adiante a partir do capítulo IV.

ocorre no plano avesso de enunciados fixos. Ao revelar o sentido de sexualidades por esse tom, as marcas que revestem o indivíduo são relocadas no processo de desconstituição de sua essência, o que denota a disseminação de cortes e entrefeches diante do poder de desafiar o dado, o disciplinar, reprogramando lugares-comuns, como práticas de leituras que pouco ou nada desafiam o plano das ordens e de vias interpretativas (MESSEDER; MARTINS, 2009, p. 10, grifos nossos).

O Pesquisador Encarnado é um movimento, um acontecimento, uma práxis. Conforme Suely Messeder nos lembra, existe um mito de origem por trás desse conceito/operador/construção discursiva. Não é por acaso que ele entra na frequência do grupo des/rearrumando o campo, “formando um tecido coletivamente em processos de encontros, pesquisas e que desestabilizam o comum acento acadêmico no autoral, na aula episódica, magistral”, conforme acentua Mary Castro (2020, p.12) no prefácio do livro *Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências*, obra que reflete a força dessa produção coletiva organizada por Suely Messeder e por mim.

Os rastros dessa tessitura, para além dos vários artigos que compõem a coletânea, são passíveis de serem capturados na narrativa de Messeder e nas movências de sentidos de sua existência ontológica, epistêmica e organizacional encarnadas em experiências diversas como sujeito-pesquisadora em muitos momentos. Cronologicamente, esse percurso vai desde sua primeira experiência como bolsista de iniciação científica na UFBA na década de 1990, passando pelos atravessamentos das teorias feministas e estudos da sexualidade, da fenomenologia, bem como no espraiamento do termo na produção dos membros do grupo, herdeiros dessa tradição que se faz no acontecer mesmo da formação acadêmica e da criação do conhecimento. Como bem testemunha a pesquisadora:

A nomeação da modelagem do grupo de pesquisa Enlace ‘pesquisador(a)-encarnado(a)’ aparece mais precisamente, de forma pública, no II Congreso de Estudios Poscoloniales e III Jornada de Feminismo Poscolonial ‘Genealogías críticas de la Colonialidad’, ocorrido no período de 9 a 11 de dezembro de 2014, na Biblioteca Nacional, em Buenos Aires. Reconhecíamos em nós o esgarçar da nossa carne no empreender científico, com efeito, o compromisso ético se adensava em nosso saber-fazer científico, apostávamos em nossa escrita encarnada. Nos anos seguintes, fomos adensando nossa perspectiva histórica nos dez anos de existência do grupo Enlace (2010-2019) no qual as experiências vivenciadas pelos(as) membros têm intensificado o debate nos três eixos que estruturam e são estruturantes do(a) pesquisador(a) encarnado(a): a) a ancestralidade; b) o processo da subjetivação corpórea pelos marcadores sociais; e c) a produção do conhecimento compromissada, ética e esteticamente, com a geopolítica do conhecimento. Partindo dos três eixos, temos nos debruçado sobre o debate teórico acerca de meritocracia, razão pura, memória, gestão do conhecimento, ética, autonomia e criatividade (MESSEDER, 2020c, p.87).

O Pesquisador Encarnado segue entranhado no Grupo Enlace, mas aspirando outras afetações na medida que cruza com outras experiências, saltando de ponto em ponto, de rede em rede, sempre infindo e inacabado a delinear uma produção de conhecimento que se difunde em projetos, livros, artigos e capítulos de livros (MESSEDER 2020a, 2020c), (MESSEDER; NASCIMENTO, 2020) em seminários e debates em rede com instituições brasileiras e estrangeiras e em dissertações e teses como esta que acabo de produzir e devolvo como produto de um processo. Assim sendo, deixo saber que nem nesta minha produção, nem de qualquer outra pessoa pesquisadora que decola do grupo, a perspectiva do Pesquisador Encarnado, não acontece como um jogo banal de palavras, um mero acidente de escrita, uma epifania, tampouco uma simples repetição de um termo *open access* apropriado sem um cuidado e rigor com a sua historicidade.

Um questionamento que é sempre recorrente e que nós que estamos envolvidos nesse processo de construção coletiva muitas vezes não nos damos conta que ele não é autoexplicativo, geralmente, pode deslizar para a desqualificação. De alguma forma, nós do Enlace estamos nos interrogando o tempo todo, com nós mesmos, entre nós, enquanto grupo e convocados a dar respostas para fora, sem correr os riscos de esvaziá-lo conceitualmente. O Pesquisador Encarnado não é uma entidade romântica, exótica e sobrenatural. E justamente para não correremos os riscos de nos lançarmos nas garras do inimigo alimentando as tetas do epistemicídio e da colonialidade do saber, reafirmo as colocações de Suely Messeder (2020a, p. 165) de que:

Para sairmos dessa cilada da episteme do conhecimento eurocêntrico-colonial, devemos implodir o mapa epistêmico, questionar os espaços privilegiados, as fronteiras, os fluxos e as direções que o estruturam dessa forma, cuja aparência é de uma lei natural. Por um lado, a lei intocável institui a percepção da existência da ‘região Norte’ do planeta como produtora do conhecimento universalmente válido e, como efeito, legitimam-se as culturas de investigação do Norte. Por outro lado, existem as culturas do Sul, receptivas à teoria produzida pelo Norte, a serem investigadas.

Para mim, fez muito sentido apostar nessa potência que é o Pesquisador Encarnado. Nela, prevalece uma ideia de tensão que está posta nesse movimento, não uma tensão que promove o aniquilamento, mas a uma potência reativa e criadora. Fora da tensão o que existe são as normatividades assinalando desigualdades geopolíticas, de gênero, raça, geração e sexualidades. O Pesquisador Encarnado se move nessa tensão, mas também, acima de tudo, se coloca em um entrelugar, em uma zona de subversão e insurgências que do ponto de vista do estabelecimento da ciência não foi colocado como algo legítimo, trabalhando com

provisoriedades, suspendendo verdades, rasurando-as. O Pesquisador Encarnado surge como um respiro, devolvendo-nos a possibilidade de sermos protagonistas da nossa própria produção do conhecimento.

Ao revisitar essa proposição do Grupo Enlace, estou reafirmando o meu compromisso com a proposta do PPGDC e sua vocação de formar pessoas e, conseqüentemente, profissionais que possam compreender a ciência como uma base para a compreensão de suas próprias vidas. Por outro lado, paira o entendimento, em profundidade, dos processos de produção, processamento e difusão do conhecimento, pensando apenas nos três grandes macroprocessos de trabalho com o conhecimento (FRÓES BURNHAM, 2012a). Com esse gesto, estou assumindo uma **zona da iridescência** como **lugar de enunciação ontológica, epistemológica, cosmológica, ético-política e poética**. A “iridescência”, palavra derivada do grego, corresponde a um fenômeno óptico que faz certos tipos de superfícies refletirem as cores do arco-íris.⁴³ O sentido de iridescência remete à diversidade, à diferença, à pluralidade, ao deslocamento, à coexistência, à variedade, à difusão e à propagação de movimentos de abertura, de convergências e divergências.

Ao deslocar da mitologia grega, encontro outros sentidos da iridescência na mitologia africana. A representação do arco-íris, por exemplo, produzida a partir desse lugar, remete a Oxumaré, divindade/orixá que revela o traço de união entre o céu e a terra que quando dança aponta o dedo para cima e para baixo. Segundo Beniste (2002, p. 115, grifos nosso), essa divindade “dirige as *forças que produzem o movimento*, e representa o princípio da *continuidade, da mobilidade e da riqueza*.”

O DMMDC,⁴⁴ na sua gênese, assume o compromisso político, social e econômico de construir instrumental teórico e prático para superar a distribuição desigual do conhecimento na sociedade. Nessa perspectiva, esse reconhecimento mobiliza um olhar atento e desafiador sobre o que se espera ser a função social da Análise Cognitiva⁴⁵ enquanto complexidade analítica, teórica, epistemológica e política. Nos labirintos da investigação, o analista se implica no compromisso, enquanto sujeitos produtores e difusores/as do conhecimento, com a socialização e a superação da segregação sociocognitiva. Para Therezinha Fróes Burnham (2012a, p. 11), uma das propositoras do Doutorado em Difusão do Conhecimento, o profissional egresso, formado no DMMDC será, conseqüentemente, um Analista Cognitivo.

⁴³ O arco-íris também tem uma grande simbologia para a comunidade LGBTTIQ+.

⁴⁴ Refiro-me aqui a minha dissertação de mestrado intitulada *Pagodes baianos: entrelaçando sons, corpos e letras*, defendida em 2010 sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ivya Alves no PPGNEIM da UFBA.

⁴⁵ A Análise Cognitiva tem aqui um sentido bastante ampliado, ou seja, não está restrita a modelos teóricos, mas principalmente pela sua dimensão política, metodológica, epistemológica e, principalmente, experimental. A Análise Cognitiva será discutida de forma mais aprofundada ao longo da tese.

Para tanto, atuará em duas vertentes: na modelagem do conhecimento e na Análise Cognitiva. Com isso:

O analista cognitivo vai ter muita coisa a fazer, muitos desafios a enfrentar. Vai terminar podendo ser pesquisador, consultor professor, empreendedor autônomo, cientista, político [...] assumir diferentes ocupações, funções e papéis em diferentes espaços sociais; mas ele vai ter um traço fundamental, que o distingue de todos os demais profissionais: a preocupação com o papel que o conhecimento pode assumir na formação humana, quer de indivíduos, grupos ou comunidades que constituem uma formação social. Ele será o grande mediador do conhecimento, com certeza!

Esse profissional com múltiplas funções, qualificações e possibilidades nos convoca a lançar novos olhares no sentido de produzir material teórico-metodológico e epistemológico sobre processos empíricos nos variados contextos das práticas sociais, como o esforço, esse meu esforço de pensar a Análise Cognitiva a partir das experiências individuais e coletivas de pesquisadores e pesquisadoras no campo dos estudos de gênero e sexualidades. Esse investimento, que é um flerte com a complexidade, nos convida a novas inflexões e deslocamentos. Conforme esclarece Messeder e Galeffi (2019, p. 9, grifos nosso), o/a Analista Cognitivo, ou Cognólogo:

[...] não se configura como um tipo de especialista que sabe apenas de sua área técnica, sendo agora analista da cognição em sua dinâmica produtiva na sociedade que sabe que o conhecimento é alma de todo negócio, de toda fabricação, de toda produção para saciar os desejos e produzir/reproduzir máquinas desejantes. Não se trata, pois, de uma teoria da cognição e sim de *uma abordagem também teórica do acontecimento cognitivo das organizações humanas a partir de seus agenciamentos.*

Como se pode perceber, com essa proposta, a Análise Cognitiva vem desafiando as fronteiras disciplinares e metodológicas. Por razões meramente didáticas, essa pesquisa está alocada na Linha 2 do referido programa de pós-graduação cuja temática norteadora é um chamado à produção de pesquisas acerca da “difusão do conhecimento: comunicação, informação e gestão”. Nesse aspecto, ela se encarna nos propósitos da linha, mas transita pelas outras duas, articulando produção e difusão do conhecimento em uma cultura científica específica que é a cultura dos grupos de pesquisas cartografados. Nesse percurso, é inevitável não relacionar o objeto de pesquisa com a construção do conhecimento (linha 1) e a cultura (linha 3).⁴⁶ A propósito, o campo simbólico da cultura constrói representações, influencia,

⁴⁶ As ementas das linhas de pesquisa do DMMDC são as seguintes: Linha 1) Construção do conhecimento: cognição, linguagens e informação – Trata da geração do conhecimento, sua relação com diferentes linguagens e processos cognitivos e informacionais, é o objeto desta linha de pesquisa, que visa desenvolver estudos relativos à Análise Cognitiva e à modelagem do conhecimento, buscando aprofundar as relações entre criatividade, construção de conhecimento, linguagens que permitem a comunicação deste, e sua codificação como informação e aprendizagem; Linha 2) Difusão do conhecimento: informação, comunicação e gestão –

forma, conforma e transforma comportamentos, atitudes, aqui compreendido como de (re)produção de identidades sociais, mas principalmente, uma zona de intersecção entre classe social, gênero, raça/etnia, sexualidades, geração, dentre outros marcadores. Dar conta da complexidade dessas relações pressupõe um intenso debate em torno do enfrentamento de disputas conceituais e apropriação de territórios discursivos.

Por outro lado, essa prática de produção do conhecimento científico implica no reconhecimento de um movimento complexo de descentramento capaz de provocar aberturas para epistemologias outras que coloque em tela a necessidade de pensar o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento. Trata-se de um esforço de fazer um diálogo horizontal entre saberes, uma espécie de “ecologia” que opere na percepção de que a injustiça social global está diretamente relacionada com a injustiça cognitiva global e a luta por uma é também a luta pela outra (SANTOS, 2010).

Nós que produzimos conhecimento no campo de gênero e sexualidades, estamos situados/as em **comunidades epistêmicas** cujos lugares de enunciação são reconhecidos como **zonas “inóspitas” do conhecimento científico**, uma ameaça a ser combatida, expurgada a qualquer preço a perturbar um projeto de poder dominante que sempre nos rondou e, nos últimos anos, se acirra. Desde os seus primórdios, essa produção que entra nos espaços acadêmicos quase sempre via militância foi considerada pouco científica, sem relevância social tanto por grande parte da comunidade científica como pelas agências de fomento à pesquisa. Como veremos mais adiante, em muitos casos, esses estudos foram também invisibilizados por parte do próprio movimento feminista que contrapunha a dimensão teórica (feminismo acadêmico) da prática (movimentos sociais). **Embora o debate tenha avançado no sentido de conciliar teoria e prática como dimensões intercambiantes, ainda há pontos de dissonâncias.**

Estudo dos processos de difusão do conhecimento na sociedade, através da Análise Cognitiva e da modelagem do conhecimento, é o propósito desta linha, que procura relacionar tais processos com meios e modos de informação e comunicação que possibilitam a tradução, transferência, (re)apropriação e (re)construção do conhecimento que se difunde. Pretende-se ainda integrar estudos sobre as contribuições da gestão do conhecimento para ampliar o potencial desses processos, notadamente no que se refere à recuperação de dados, informações e memórias, socialização de conhecimentos tácitos, combinação de conhecimentos explícitos e aprendizagem colaborativa; Linha 3) Cultura e conhecimento: transversalidade, interseccionalidade e (in)formação – acolhe estudos do entrecruzamento de diversas perspectivas de cognição e cultura, levando em conta mediações epistemológicas que dão informação das tensões dos processos de cognição pela: transversalidade, interseccionalidade, diversidade, descontinuidade, diferenças, rupturas, transformações, não regularidades que são constitutivas da cognição humana em cada espaço de produção do conhecimento e na articulação polilógica. Considera-se a Análise Cognitiva como um processo central desta linha, buscando gerar e organizar processos de transdução como necessidade no intercâmbio dessas perspectivas cognitivas. Informações disponíveis em: <http://www.difusao.dmmdc.ufba.br/linhas-de-pesquisa>.

Assim, atualmente, na ausência de redes de solidariedade mais consistentes entre grupos e núcleos de pesquisas, muitas vezes nos fortalecemos mutuamente com gestos de solidariedade e afeto nas redes sociais, especialmente no Facebook,⁴⁷ um *locus* de produção de discursos com dupla dimensão. Por um lado, como espaço de acolhimento, circulação de ideias, pontos de vista sobre as questões sociais atuais, articulação política, socialização de informações, inclusive pelo caráter imediatista no compartilhamento de dados, no calor da hora. Por outro lado, funciona como espaço de luta simbólica, de ataques e de confrontos em relações de poder. Nesse sentido, compreendo ser essa rede social um potente e possível espaço de experiência pesquisante.

De fato, o que eu queria mesmo era cantar a vida, dançar para não “dançar”, para assim como enuncia os versos de Caetano Veloso “tudo ficar odara: corpo, ‘cuca’, cara”. A propósito, a música já foi meu “objeto” de investigação no curso de mestrado e, quando o fiz, entrelacei sons, corpos e letras.⁴⁸ De acordo com Braga e Guimarães (2017), não somente o campo das expressões musicais, mas as artes de modo mais amplo, vêm produzindo insurgências nos modos de produção de conhecimento, implodindo modelos discursivos hegemônicos e, com isso, rompendo com o limite dos estudos das identidades para o estudo das vivências e das humanidades para as artes. Nesse aspecto, cabe registrar o crescimento nos últimos anos do número de coletivos e artistas que têm buscado pautar em suas letras de músicas e performances as dissidências sexuais e de gênero.

O território da música pode parecer mais fácil, posto que “cantar é um valor porque liga a pessoa ao mundo em todas as dimensões: corpo, alma, feitos.” (SOVIK, 2018, p. 152). Na impossibilidade de romper totalmente com uma narrativa e estética convencional do texto científico que seja, pelo menos, uma **escrita cantante**. Desse modo, caríssimo/a leitor/a, não me furtarei das **metáforas**. Conforme assinala Maffesoli (2010, p. 207), elas enfatizam aspectos do cotidiano contribuindo para suavizar os “momentos de uma investigação – que se pode reter como adequadas, talvez, à melhor aproximação possível de seu objeto.”

Com isso, quero dizer que eu venho de um recanto muito escuro, das profundezas da abjeção e vivo a provocar fissuras para me tornar visível. Com efeito, não disponho, assim, do

⁴⁷ Tratarei do Facebook mais adiante em capítulo voltado para aspectos metodológicos da pesquisa, ou seja, mostrarei como esse espaço produtor de discursos tem me inspirado e auxiliado nas análises, trazendo modulações discursivas outras.

⁴⁸ A obra é resultado de uma pesquisa intensa e extensa realizada para a minha dissertação de mestrado a partir de uma abordagem interdisciplinar que me permitiu colocar em diálogo diversas áreas como a Análise do Discurso, Música, Dança, Teatro, História. O próprio objeto que é multidimensional sugere esse movimento teórico-metodológico e toma a sexualidade como fator determinante na mudança social na contemporaneidade. Procura identificar como a mulher, seus corpos e sexualidades passam a ser temáticas presentes e recorrentes nas letras que se espetacularizam na interação entre artistas, músicas e plateia.

privilégio ontológico e epistêmico de pertencer a um modelo hegemônico de norma social. Segundo Butler (2015b), para sermos inteligíveis, devemos estar fora de nós mesmos, pois somos constituídos pelos outros, cercados de convenções e regras que nos afetam, e deles dependemos para viver. Minha matéria é dissidente, não estou em conformidade com os paradigmas dominantes, socialmente aceitos e legitimados. Lamentavelmente, não aprendemos ainda a reconhecer o outro na sua singularidade, sequer chegamos a tolerar, o que ainda é muito pouco, a existência do outro está condicionada, geralmente, ao conjunto das imagens previamente elaboradas para que esse outro possa habitar.

A partir dessa perspectiva, passo a indagar o que pretendo já que carrego no corpo as marcas de ser beesha,⁴⁹ “macumbeiro”, pobre, da roça, professor e ter essa estranha mania de duvidar daquilo que se mostra acabado e posto, com cheiro de “verdades”. A essa altura, você leitor/a deve estar a perguntar: **quem é, afinal, esse ser que se arvora a entrar na ordem do discurso e se diz produzir conhecimento?** Quem deu a esse sujeito o direito de falar? Afinal, desde quando pode o subalterno falar? E deixo saber que estou dialogando, explicitamente com Gayatri Spivak (2010) e tantas “outras falas” que como mostra Claudia Pons Cardoso (2012) e Claudia de Lima Costa (2003), um movimento epistêmico vem se desprendendo do conhecimento europeu, elaborando um pensamento próprio a partir de experiências próprias apropriadas de resistência, enformando e transformando uma ciência feminista.⁵⁰ Assim, compreendo que ter voz, enunciar, é, acima de tudo, existir absolutamente para o outro e, por conseguinte, suportar o peso de uma cultura, uma civilização (FANON, 2008). Ou, para nunca esquecer que:

Voz é corpo
 Tudo nasce de uma ferida íntima
 Tudo nasce de uma escuta
 O processo é de invenção
 se reinventar,
 Iluminar os escombros escuros
 Eu só quero a pausa, entende?
 (ela acontece entre os movimentos)
 Desatar os nós
 Remixar...
 Nogueira ([2008], grifos nosso)⁵¹

⁴⁹ A palavra “Beesha” segue grafada dessa forma para diferenciar de “bicha”, substantivo feminino de bicho. Um termo pejorativo, um enunciado de insulto para pessoas gays.

⁵⁰ O que estou chamando aqui de saberes subalternos corresponde a um conjunto de saberes que emergiu nas últimas décadas, que vem tensionando as disciplinas canônicas das ciências humanas e Sociais. Os saberes subalternos integram a denominada Teoria Social Crítica – perspectiva que tensiona os modelos científicos e epistemológicos dominantes. Fazem parte dessa corrente o pensamento feminista contemporâneo, os estudos culturais, pós-coloniais e *queer*, por exemplo.

⁵¹ Disponível em sua página pessoal do Facebook. Isabel Nogueira é musicóloga, compositora-performer, pesquisadora, professora titular de Música do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisa gênero e música e desenvolve projeto sonoro em pesquisa artística feminista.

E como um corolário, a saber que “todo nó traz consigo duas pontas soltas” (BLOCH, 1997, p. 13), ao propor uma série de atos, não estanques nem hierárquicos, elejo esse como primeiro fio a puxar que me leva em direção a uma dolorosa e desafiadora tarefa de esculpir a mim mesmo. Esse encaminhamento, se justifica muito mais por uma questão estrutural da narrativa para adequar, minimamente, ao rigor científico e às regras da academia do que por uma escolha pessoal. **Desde aqui, lanço pistas sobre o campo teórico-epistemológico através do qual transito/transformo/reformulo, um trançado sobreposto de discursos.** Assim, tudo acontece simultaneamente, até mesmo a **pausa que produz lampejos de deslocamentos, como a parada sincopada e provocativa do samba de roda que tensiona, inclui, distribui, afeta, dar e recebe tons de alegrias.**

Deixo saber que preciso da pausa para aprumar as ideias, avaliar os (des)caminhos trilhados, esboçar o devir, saborear o povir. Há outro(s) “nós” a serem desatados, tessituras a fazer e nós estamos apenas começando essa jornada. Enfim, quem sou eu? Perguntam-me, eu me pergunto. Até aqui deixei escapar algumas marcas, mas penso que essa é uma pergunta que segue sem resposta, sem palavra final, persegue como deriva sígnica, como devir, como parte de **uma série de movimentos de construção de sentidos.**

O que posso adiantar desde já é que aprendi muito nas minhas andanças com as companheiras feministas negras e pessoas pesquisadoras que falam a partir desses lugares de dissidências com as quais convivo e convivi. Aprendi, por exemplo, e isso não é trivial, que devemos nos apresentar com nome e sobrenome, sempre com autoestima elevada, “de cabeça erguida e bicão na diagonal”⁵² para que as nossas identidades não sejam apagadas e invisibilizadas pelos sistemas dominantes de representação. Da mesma forma, eu que sou uma “monstra”, aprendi com as amigas⁵³ beeshas, que em bom Pajubá sempre me encorajaram, me motivaram, mostrando sempre que é possível: “ – *Vá Bee, vá mona, arrase bunitta, lacre, força na peruca, dê o seu nome e sobrenome*”, que dito de outra forma, quer dizer “vá e dê o seu melhor, mostre o seu potencial, você é capaz, você pode, estamos contigo”. Nós, corpos abjetos, sempre tivemos que provar que somos capazes, nossa competência. Concordo plenamente com a tese de Carlos Henrique Lucas Lima (2017, p. 156) sobre as linguagens

⁵² Faço aqui uma referência e reverência à Luiza Bairros e, especialmente, à Vilma Reis, mulher negra, ativista, socióloga, professora, feminista com quem convivi durante algum tempo no *campus XIII* da UNEB. Ela utiliza a expressão como forma de chamamento para a resistência, a autoafirmação da ancestralidade e da existência e resistências das mulheres negras.

⁵³ Essa grafia compreende mais uma insurgente reação ao binarismo que estrutura a nossa cultura e que passa pela dimensão simbólica da linguagem.

pajubeyras⁵⁴ cuja serventia, e eu gosto dessa palavra porque ela tem potência, é “apagar as palavras, desbotar os sentidos, rasurar a semântica, e **sambar** nenada na cara da sociedade.”

Assim, o diálogo que travo comigo mesmo, ao passo que não deixo de dialogar com o/a(s) outro/a(s), será sempre agônico conforme tenho dito, sem princípio nem fim, um movimento doloroso de “encarnação” enquanto sujeito, que reverberará no **modo de produzir conhecimento e, conseqüentemente, transborda e se encarna na escrita**, forjando assim um “**saber dizer**”, que aqui estarei chamando de “**escrita encarnada**”.⁵⁵ Portanto, caro/a leitor/a, “quando eu morder a palavra, por favor, não me apressem, quero mascar, rasgar entre os dentes, a pele, os ossos, o tutano do verbo, para assim versejar o âmago das coisas.” (EVARISTO, 2017, p. 121).

Reitero, nesse caminhar, o entendimento de que a ciência, definitivamente, “não é produzida na neutralidade fria dos/das cientistas, mas em espaços nos quais múltiplas teias de desigualdades e enfrentamentos são tecidas e negociadas.” (PELÚCIO, 2012, p. 22). Dessa forma, busco, ainda que de forma provisória, um sentido, existencial e experimental, uma aposta na possibilidade, na inquietação e no desejo de produzir um movimento produtor acerca da minha construção enquanto sujeito e, conseqüentemente, como “**pessoa pesquisadora**”.⁵⁶

Foi também com os feminismos de diferentes vertentes epistemológicas, que aprendi que o conhecimento humano tem sua gênese na diversidade,⁵⁷ no deslocamento, na

⁵⁴ Na sua obra tese, Carlos Henrique (2015) defende o Pajubá como estratégia de descolonização das subjetividades injuriadas. Ele argumenta que o repertório constitutivo do Pajubá, usado e performatizado por pessoas LGTBTTQ+, é uma possibilidade de deslocamento epistemológico, “uma ferramenta política de desconstrução do pensamento colonial em questões de sexualidades e gêneros”. E não apenas desconstrução, mas de enfrentamento à heterossexualidade compulsória. Para tanto, apresenta três argumentos: a) as linguagens pajubeyras promovem a distensão do sistema linguístico; b) performances de gênero plurais; e c) inaugura outras relacionalidades.

⁵⁵ Tentarei esboçar uma argumentação mais elaborada e articulada com o campo empírico acerca do que estou chamando de “escrita encarnada” mais adiante no segundo capítulo, que é dedicado aos aspectos metodológicos da pesquisa.

⁵⁶ Tenho observado com certa frequência alguns autores e autoras, especialmente do campo dos estudos *queer*, utilizarem em seus escritos a construção discursiva “pessoa pesquisadora” como tentativa de enfrentamento do sexismo e da dicotomia na linguagem que produz uma ciência androcêntrica e que tem como principal marca o masculino genérico. Assim como eu, esses autores e autoras vêm investindo em (re)criar/rasurar construções discursivas, artifícios linguísticos, que visam minimizar a violência das formas linguísticas binárias, trata-se de uma criação linguística com um propósito eminentemente político. Nesse sentido, “pessoa pesquisadora” parece uma escolha razoável naquilo que representa o desejo de representar as múltiplas identidades dos sujeitos sem apagar suas singularidades, subjetividades e existências. No entanto, outros autores entendem essa construção discursiva como uma espécie de tecnologia de gênero a mobilizar um sentido de um falso universal. No caso do/a sujeito encarnado/a, optamos pela forma pesquisador/pesquisadora e quando estivermos nos referindo a pessoas não binárias, estaremos utilizando formas alternativas, lembrando dos riscos que continuamos a correr mesmo com a neolinguagem, pela própria insuficiência da linguagem.

⁵⁷ Há um debate caro entre os teóricos e teóricas do campo dos estudos de gênero e sexualidades envolvendo o termo da “diversidade”. Richard Miscolki (2012, p. 15) destaca que no Brasil há uma tendência de misturar a “diversidade” com “diferença”. Para ele “o termo ‘diversidade’, quase sempre, vem ligado à ideia de tolerância

instabilidade, na metamorfose, na sua potência transformadora e emancipatória que se caracteriza, fundamentalmente, como um processo criativo, aberto e, acima de tudo, crítico e reflexivo. Do narrador pós-moderno, tento reter o olhar como exercício, mas, ao mesmo tempo, procuro atribuir uma dimensão utilitária a essa experiência ao empreender um esforço de aprender com as narrativas e dores do outro.

Quando nasci, interpelaram-me nomeando de Clebemilton Nascimento, em outros momentos, as “amigues beeshas” me chamam carinhosamente de “Cleba”, ou ainda “aquele professor da UNEB que vem ensinar a gente a ser veado e sapatão”⁵⁸, e neste último caso, pouco importa o nome, mas o que se diz sobre ele, ou seja, o “é” da coisa. Minha vida é formada por fragmentos de textos marcados por poucas certezas, muitas indagações, lutas, enfrentamentos tanto na esfera pessoal quanto no campo profissional e institucional ao produzir um conhecimento considerado periférico, menor, marginal e pouco científico. Carrego no corpo as marcas de existência injuriada, precária e inacabada.

Na pequenina cidade de Barra do Mendes, situada entre a Chapada Diamantina e o Sertão Baiano, eu nasci e cresci. Meus pais eram agricultores com pouquíssimos recursos, que, para sobreviver, sempre buscaram outras fontes de renda para driblar os catastróficos efeitos das sucessivas temporadas de estiagem. Meu pai era motorista de caminhão e minha mãe costureira. Sou o segundo filho de uma prole de três homens, acidentalmente separados pela distância de seis anos um do outro. Muito provavelmente, esse dado tenha influenciado na pouca convivência entre nós. Aos 15 anos, precisei mudar para a cidade grande na esperança de condições mais dignas de vida, tentando decidir entre dois únicos caminhos possíveis apresentados por meu pai naquela conjuntura: “ou a enxada ou o estudo”. Assim, apostando na segunda opção e, conseqüentemente, nas possibilidades de oportunidades de trabalho que esse investimento me daria, segui repetindo a saga de muitos dos meus conterrâneos e antepassados.

Passaram-se anos difíceis e não tenho como relatar aqui e agora em detalhes essa trajetória seguindo uma linha cronológica. No entanto, considero significativo reter dessa parte da narrativa que minha vinda para Salvador, a cidade da Bahia, contou com a ajuda do meu irmão mais velho, que a partir de uma escuta sensível, de um olhar cuidadoso, conseguiu entender minhas angústias e inquietações, apesar do meu silêncio. Isso tudo tem a ver com

ou de convivência, o termo diferença é mais ligado a ideia de reconhecimento como transformação social das relações de poder, do lugar que o Outro ocupa nelas.”

⁵⁸ Fala de um aluno do ensino médio, de uma escola pública da cidade de Santo Antônio de Jesus, durante a realização de oficinas de leitura crítica de produções imagéticas, um projeto coordenado por mim em parceria com a UNEB e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

uma ética do cuidado, um gesto de irmandade, solidariedade e afeto. Trata-se de algo na direção do que Paco Vidarte (2007) denominou de “Ética Marica” e Carlos Henrique Lucas Lima (2017) reelabora em seu estudo sobre as linguagens pajubeyras traduzindo para o contexto brasileiro como “Ética Beesha”. Uma ética que diz tanto no sentido de solidariedade quanto como estratégia de enfrentamento aos poderes que nos querem exterminar, ou seja, tanto do ponto de vista de uma reação às heteronormas quanto na maneira criativa de afirmação da vida, da existência, um **movimento de “(re)existência cultural”**.

Por outro lado, não foi somente isso o que me empurrou para fora daquela cidadezinha cheia de pessoazinhas de candura, mas os intensos processos de normalização social, bem como os interesses biopolíticos que regulam e controlam os corpos dissidentes, aqueles mesmos os quais eu estava enredado. Ao fim e ao cabo, aquele garoto nada viril, de corpo franzino e afeminado, tímido, de voz fina habitava um “armário” de mil faces. Eu era uma “criança-veada” que adorava criar bonecas esplendorosas de espigas de milho verde, com os retalhos de tecidos dispensados por minha mãe costureira, e com eles produzia belos vestidos, enquanto os cabelos eram arrumados com esmero. Para dar vida, desenhava os sete buracos da cabeça: olhos, boca, nariz e ouvidos, brincava de tornar humanas aquelas espigas de milho com seus cabelos voluptuosos, aquelas madeixas maravilhosas. Era, portanto, debaixo da mesa de costura da minha mãe onde eu armava minha tenda, meu território “heterotópico”.⁵⁹

O espaço público me era hostil, nutria verdadeiro pavor de conviver com garotos porque era um processo doloroso lidar com as injúrias e ataques à minha masculinidade dissidente. Ali, tentei “pegar a masculinidade do verdadeiro homem” no sentido depreendido por Suely Messeder (2008), ou seja, de uma construção a partir do corpo e sobre o corpo que modela uma performatividade pública de gênero no diálogo com o desejo e a sexualidade, mas confesso que fracassei nessa tentativa de forjar a mim mesmo. De modo que eu preferia ficar em casa e ajudar minha mãe nas tarefas domésticas me abstendo de situações que pudessem ser alvo de injúrias.

Na escola, eu era elogiado pelo bom comportamento e era visto e avaliado apenas pela dimensão cognitiva. Não raro, a professora era questionada pelos meus pais sobre o rendimento escolar e, quase sempre, se tinha como resposta: “- O menino vai bem adiantado,

⁵⁹ A heterotopia, conceito trabalhado por Michel Foucault, dialoga com a ideia de uma ordem social que cria possibilidades de modos de existência, de invenção de outros espaços – físicos, geográficos, simbólicos, políticos, subjetivos – antes não imaginados visto que aprendemos a ver de maneira empobrecida na Modernidade, perdendo sua multiplicidade. Foucault (2013) diferencia a noção de utopia em relação à heterotopia. Conforme coloca Margareth Rago (2014), a heterotopia, ao contrário das utopias que levam a lugar nenhum e a algum tempo distante no futuro, diz respeito ao aqui e agora e à possibilidade de transformar o mundo exterior e interior, individual ou coletivamente. Em uma perspectiva analítica, a utopia designa um espaço irreal, o qual não poderia ser concretizado no espaço sociológico.

mas precisa estudar matemática”. Para além disso, qualquer outro tópico acerca da minha subjetividade, era ignorado, ou melhor, interdito. Para dizer desse momento, a poesia de Barros (2015, p. 77), novamente me traduz:

Quando eu nasci
O silêncio foi aumentado.
Meu pai sempre entendeu
Que eu era torto
Mas sempre me aprumou.
Passei anos procurando por lugares nenhuns.
Até que me achei – e fui salvo.
Às vezes caminhava como se fosse um bulbo.

Para entrar na linha de inteligibilidade do gênero, ou seja, mantendo coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo,⁶⁰ ou seja, por estar fora da lógica da heteronormatividade compulsória, fui incontáveis vezes simbólica, psicológica e fisicamente violentado. De fato, me parece bastante evidente que dentre os excluídos, ou seja, as pessoas que sofrem algum tipo de discriminação, os homossexuais não recebam nenhum gesto de solidariedade por parte da família, como tem sido mais comum com os portadores de necessidades especiais, negros e outras “minorias”, por exemplo. Não raro se ouve discursos de pais do tipo: “prefiro um filho bandido a veado”. Mas, apesar de todas essas adversidades, eu ousava desafiar, não era de tudo um espelho daquilo que queriam que eu fosse. Desse modo, como coloca Butler, os corpos escapam e eu dava um jeitinho de alimentar meus desejos eróticos mais recônditos percorrendo cartografias marginais e proibidas. Era lá, nas zonas de pegação, onde eu cometia alguns “pecadinhos” e me movia entre sentimentos bastante tóxicos à existência humana: o **medo** – conflito com a dificuldade de reconhecer o fracasso –; a **culpa** – oriunda do discurso religioso judaico-cristão internalizado na minha formação –; e a **vergonha**⁶¹ (moral burguesa).

A bem da verdade, **nessa pausa me reinvento para iluminar os escombros escuros** buscando outras chaves de entendimento proporcionadas pela experiência e pelo **autoconhecimento**. E esse exercício de autoconhecimento tem muito a ver com o meu encontro com as epistemologias feministas, os estudos da subalternidade, especialmente, os estudos *queer*. Posso afirmar, sem pestanejar, que o contato com esses estudos e aportes

⁶⁰ Judith Butler (2008) argumenta que a construção social da identidade de gênero acontece a partir de uma sequência de atos performativos que estão sempre e inevitavelmente ocorrendo. Para ela, o gênero é radicalmente independente do sexo, aliás não há qualquer tipo de coerência entre sexo, gênero e desejo. Gênero é, portanto, o efeito e não uma causa do discurso.

⁶¹ No campo dos estudos feministas, Berenice Fisher (1984) já na década de 1980 alertava para uma atenção especial para a culpa e vergonha, emoções que necessitavam e creio que ainda necessita de uma reavaliação crítica no que diz respeito às ações e crítica política da ciência feminista.

teóricos provocaram mudanças na minha existência e isso tudo vem influenciando, de forma consciente e consequente nas minhas escolhas políticas, éticas e existenciais. De lá para cá, muita coisa se sucedeu e sigo driblando as condições adversas e subvertendo normas e supostas lógicas, quase sempre perversas, me aventurando por (des)caminhos para inventar itinerários outros, em outras geografias.

Nesse caminhar, fui em busca da cidade de São Salvador, a capital da Bahia, viver uma utopia de lugar que não demorou muito para mostrar sua face mais cruel, a violência homofóbica e sua intersecção com marcadores sociais da diferença, seja de gênero, classe, de origem rural, de pertencimento religioso, dentre outras.

Por outro lado, a minha formação católica, judaico-cristã, foi abalada a partir do momento que fui acessando um espaço-tempo no qual fui construindo outro sentido mítico, cosmológico e ontológico a partir das minhas (com)vivências no/com o candomblé. Desde esse lugar, apresento-me como um Yaô, uma condição de iniciado no culto dos orixás, filho de Oxalá e Xangô. Minha composição é metade água e metade fogo. De um lado, carrego o Opaxoró,⁶² do outro, o Raio e o Oxê.⁶³ Nessa cosmologia, nasci das mãos de Logunede, Oyá e Ogyan⁶⁴ e de mãos dadas comigo caminha um imenso panteão de encantados encarnados na minha existência. Portanto, não ando só. Aspiro a um futuro de paz e justiça para todes. Nesse aspecto, assumi o compromisso por ter sido escolhido pelos orixás para ser o *Sobaloju* cujo significado é: os olhos e o rosto de Xangô. Entre guerra e paz, princípios éticos dessas duas divindades que habitam o meu ori, venho aprendendo que a guerra é um espaço de aprendizado de coexistência, “[...] da guerra quero sim, só aprender a paz...”. (QUERO..., 1981)

Nesse itinerário, recorro, portanto, às lembranças, ou seja, as **sinapses das memórias – pessoal, histórica e inventiva** – que são evocadas como forma de assegurar a tentativa desse relatar a mim mesmo, de (re)compor, de alguma forma, uma possibilidade de existência, escancarando a precariedade da vida. Por fim, volto a reafirmar e reivindicar a legitimidade de sujeito cognoscente e epistêmico.

Arrisco um modo de estabelecer relações de sentido às minhas vivências e apagamentos, processos de negação da existência. Nessa trilha, talvez eu possa dar um sentido renovador, pessoal e político a toda essa teia simbólica que é remontada para (re)significar a

⁶² Cajado em metal branco com adornos, encimado com a pomba que foi encarregado de espalhar a terra na criação do mundo.

⁶³ Símbolo de Xangô em formato de machado ou chifre de carneiro. Representa o seu poder destrutivo. É uma representação de dois raios em direções opostas, denotando a condição que a justiça é cega, sendo a potência do relâmpago comparada à do machado.

⁶⁴ Representação de Oxalá Jovem, um guerreiro destemido.

trajetória pessoal, profissional e política que se entrelaçam, estão imbricadas, embora eu nem sempre tivesse esse entendimento. Recordo-me que essa foi uma das primeiras lições que eu aprendi com o feminismo dos anos 1970, cuja retórica fundamental era, e continua sendo, a afirmação “o pessoal é político”.⁶⁵ Isso implica no reconhecimento de que a separação entre a esfera privada (pessoal) e a esfera pública é apenas aparente. Trata-se de uma concepção do político, tradicionalmente limitado à descrição das relações dentro da esfera pública, tidas até então supostamente como diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida privada.

Esse percurso me faz revisitar a **proposta/aposta/utopia** da “**pesquisa encarnada**” a partir das experiências no cotidiano do Grupo Enlace. Nesse exercício, percebo que esse “saber-fazer” confirma, aprimora, potencializa uma práxis que venho percorrendo nas minhas vivências com maior ou menor tonalidade e robustez a depender das singularidades e peculiaridades do espaço-tempo nos quais vivenciei ao longo da minha construção enquanto sujeito e pessoa pesquisadora. Com efeito, a construção discursiva “pesquisador/a encarnado/a”, singulariza uma prática social de um “saber-fazer” que é plural como também dialoga com **princípios éticos e poéticos modeladores de uma dinâmica que desafia o “saber-viver”, ou bem viver**, além de informar uma prática coletiva e colaborativa de produção e gestão do conhecimento, referência fundamental à forma, estrutura e conteúdo.

Encarnar-se na pesquisa é um processo permanente, orienta e atravessa todos os momentos. Assim, engana-se quem pensa que estamos encarnados apenas na escolha do objeto de investigação. A pessoa pesquisadora se encarna no compromisso com uma ética, com a coletividade, com as mudanças sociais e com a dimensão política. Conforme sinaliza Claudia de Lima Costa (2016, p. 34, grifos nosso), uma forma de,

pensar corporificado e relacional, já que os conceitos e abstrações resultantes do processo de conhecimento não constitui um mundo separado da matéria e das coisas. Para conhecer precisamos estar imersos na matéria e no mundo através de um engajamento contínuo.

Dessa forma, quero seguir reafirmando o meu alinhamento a essa perspectiva não somente na escolha do “objeto” de pesquisa, mas em todo seu percurso, nos referenciais teóricos e escolhas metodológicas. Posso falar que estamos diante de uma prática que se caracteriza por um conjunto de **atos performativos, ou gestos interpretativos que nos**

⁶⁵ Meu encontro com as teorias feministas se deu ainda na graduação via estudos culturais, mas ainda de forma bastante incipiente. Uma discussão que ficava restrita ao campo dos estudos literários, da historiografia e crítica. A primeira experiência formativa com os estudos feministas e de gênero foi como discente da primeira turma de especialização em Metodologia e Práticas de ensino em Gênero promovida pelo NEIM em 2004.

mantêm encarnados, implicados nos modos de produzir, gerar e difundir o conhecimento. Nesse aspecto, surgem vários questionamentos e interessa, nesta investigação, compreender **quais seriam as contribuições da perspectiva do/a pesquisador/a encarnado/a para a Análise Cognitiva?** Aqui, delimitarei como recorte de análise os estudos de gênero e sexualidades na Bahia na última década, *locus e* recorte temporal da investigação, mais especificamente, a partir das experiências e trajetórias de pesquisadores e pesquisadoras. Ao fim e ao cabo, **quais seriam as contribuições das epistemologias feministas para a Análise Cognitiva, bem como para uma modelagem do/a pesquisador/a encarnado/a e vice-versa?**

Dessa forma, a perspectiva de **sujeito/pesquisador encarnado** altera, predicativamente, aquilo que se diz do sujeito, mas também enuncia uma precariedade provocativa e propositiva na direção de sentidos outros. Assim, alguns questionamentos orientam essa reflexão ao explorar as acepções, usos e os sentidos do ato de “encarnar-se”. Nesse aspecto, o **movimento de encarnação** vai promover um **giro epistemológico** como também se insere em um movimento de **virada ontológica** que nos instiga a problematizar **o que essa dimensão promove, altera, orienta e (re)significa na ação pesquisante.** Conforme sinalizam Claudia de Lima Costa e Susana Funck (2017, p. 904, grifos nossos):

A virada ontológica efetua um movimento em direção às coisas, aos corpos, aos organismos, a qual não reduz o processo cognitivo apenas aos seres humanos. Enfim, estamos diante de uma *ecologia de saberes e de cosmopolíticas* que prometem revolucionar as teorias feministas, os campos disciplinares e, principalmente, os limites da perversa dicotomia do humano e não humano, instituidora da modernidade ocidental e constitutiva da *colonialidade do poder*.

É importante salientar que a construção discursiva “pesquisador/a encarnado/a”, muito provavelmente, vem sendo usada em outros contextos por diferentes sujeitos que produzem conhecimento, que interpretam, ressignificam, apropriam, traduzem em diferentes nomeações, realizam aproximações que ora dialogam, ora confronta, questiona, amplia. No campo das epistemologias feministas, é possível mapear, ainda que precariamente, algumas teorizações como aproximações, a exemplo dos conceitos de “objetividade forte e epistemologia posicionada” de Sandra Harding (1993), “saberes localizados” de Donna Haraway, (1995), “feminist standpoint” de Patricia Hill Collins (2000), dentre outros operadores conceituais pelos quais transitam as pessoas pesquisadoras que colaboraram com a pesquisa. Assim, tentarei de forma mais sistematizada em capítulo subsequente delinear como as epistemologias feministas podem contribuir para pensar a **pesquisa encarnada.**

Os passos dos feminismos foram trilhados por uma multidão de corpos insurgentes desde muito longe, antes de se dizer de uma condição pós-moderna. Nesse sentido, conforme aponta Valeska Wallerstein (2004), diferentemente do que apregoa alguns autores, o feminismo na sua pluralidade de perspectivas, não é o filho mais importante do pós-modernismo. Para a autora, antes da discussão iniciada por Lyotard (2009) ao escrever *A condição pós-moderna*,⁶⁶ várias feministas de tendências diversas já se preocupavam com essas questões. De modo que não há motivos para afirmar que o feminismo deva a sua existência ao pós-modernismo uma vez que os movimentos feministas vinham se organizando já há muito tempo, isto é, muitas preocupações de feministas (sobretudo políticas), não se agregariam a pós-modernidade.

Do ponto de vista etimológico, “**encarnar**” é verbo transitivo indireto, uma ação cujo significado é **fazer-se carne, tornar-se humano**. Do ponto de vista semântico, qualifica a ação pesquisante na qual (re)cria, reorganiza e subverte o processo investigativo. Assim, “encarnado” é a qualidade de **apreender potencialmente a experiência latente e encorpada** que carrega no corpo uma vitalidade e densidade produtora no ato de conhecer. Conforme destaca Foucault (2013, p. 14):

O corpo é o ponto zero, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos.

Como disse anteriormente, o corpo se apresenta nessa **zona iridescente** para anunciar um experimento, um **exercício de autoconhecimento, autodescoberta, de percepção de eixos de opressão**. Esse processo mobiliza a experiência no seu aspecto cognitivo que nos força a prestar atenção aos **acontecimentos, um convite a construir redes colaborativas de produção do conhecimento, de dentro para fora e de fora para dentro para compreender os fenômenos e tudo que se inscreve no instante e no presente**, “[...] enquanto prática do conhecimento, uma tarefa que vai se cumprindo em diálogo com o mundo e que é afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que compõem o nós, acomodados, ou revoltados.” (SANTOS, 1989, p. 13).

Na sua constituição, o/a pesquisador/a encarnado/a herda, amplia e exercita o **trabalho do antropólogo** primordialmente o caráter constitutivo do **olhar, do ouvir e do**

⁶⁶ Título original: *La condition post-moderne*.

escrever enquanto atos cognitivos no processo de produção do conhecimento. Ao propor uma aproximação desse esboço do trabalho etnográfico apresentado por Roberto Cardoso de Oliveira (1998), também me desloco para dialogar com leituras outras, a exemplo de Messeder (2016a) ao propor um entrelaçar entre pesquisador/a encarnado/a, saberes localizados (HARAWAY, 1995) e a geopolítica do conhecimento (GROSFOGUEL, 2008) que esses processos cognitivos parecem nos sugerir.

Há, assim, o reconhecimento de um “conhecimento” empírico cotidiano que não pode, nem deve ser dispensado, ou seja, que mobiliza um olhar crítico sobre o “**saber-fazer**”, “**saber-dizer**” e “**saber-viver**”, com suas múltiplas implicações” (MAFFESOLI, 2010, grifos nosso). Assim, podemos considerar **que a pesquisa encarnada legítima e torna possíveis outros corpos tecerem corpus de investigação deslocados para as margens**, marginados quando lidos pelas lentes da modernidade ocidental.

A proposta de uma “pesquisa encarnada”, além de incorporar e potencializar as experiências das epistemologias feministas e posteriormente dos estudos queer; por outro lado, de modo singular, também agrega um potencial teórico e metodológico capaz de plasmar uma produção de conhecimento científico com um **dever formativo, reflexivo, criativo e aberto para a multirreferencialidade, ou seja, ação forjada na multiplicidade de olhares**. Desse modo, **não deixa de ser uma arena de conflitos e posições de poder, interesses e vaidades**. Digo isso tudo para não dar uma de fetichista e romantizar esse saber-fazer como algo que paira apenas no plano da vontade, do desejo, do devaneio sem rigor científico, mas, um rigor outro, conforme propõe Galeffi (2009) também no seu valor enquanto compromisso e prática social concreta e viável.

Assim posto, para entrar nessa dimensão estruturante acerca da produção do conhecimento científico, é necessário um “**querer fazer**”. Na perspectiva da razão encarnada, não deve haver imposições, amarras institucionais e pertencimentos compulsórios a uma coletividade. O que estou querendo dizer é que tem sido muito comum na cultura científica uma relação de poder assimétrica bastante acentuada entre orientador/coordenador de grupos de pesquisas e demais membros, uma prática que em certa medida pode sugerir uma aderência compulsória dos sujeitos que fazem parte de grupos de pesquisas a obedecer uma lista de diretrizes e filiação teórica impositiva, sem abrir brechas para possíveis agenciamentos dos sujeitos em formação, sem uma ideia fechada que singulariza a identidade coletiva de um grupo. Assim:

Quando mobilizados por um desejo alternativo, a irrupção subversiva tende a produzir utopias coletivas não apenas singularizantes, mas também abertas e

desejosas de se transformarem a partir de outras subjetividades que se molecularizam. Quando a identidade do grupo se fecha, passando a laminar ou territorializar a subjetividade dos novos participantes que devem assumir os códigos anteriores de maneira inquestionável, então ele vai perdendo o caráter subversivo, passando a ser conservador. (OLIVEIRA, E., 2016, p. 280).

Nesse aspecto, uma marca da pesquisa encarnada é o seu devir motivacional cujo caráter de inacabamento e a provisoriade apesar de causar certo desconforto, desorganiza, impulsiona, mas no meu caso em particular, também me motiva a pensar de forma mais sistemática a cerca desse *modus operandi*. É preciso, portanto, ressaltar que **esse modo de produzir conhecimento vem sendo experimentado coletivamente no cotidiano⁶⁷ do Grupo Enlace, conforme já ressaltado. Nesse aspecto, orienta, provoca e impacta nas produções dos membros do grupo, no processo de modelagem/gestão das dissertações e teses.**

O modo como cada um/a dos/as pesquisadores/as do grupo passam a operar com essa perspectiva pode ser conferido na produção individual de cada um/a, especialmente nas teses, dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e artigos, mas que, no seu bojo, reflete o processo coletivo de construção. No cotidiano das atividades do grupo, buscamos sempre assegurar um espaço para que, não só a construção metodológica seja coletivamente debatida como os aspectos teóricos e, inclusive a escrita como marca do Pesquisador Encarnado. A título de amostragem dessa produção orientada pela perspectiva do/a pesquisador/a encarnado/a, ainda que não seja esse o objetivo da pesquisa, cito aqui, de modo exemplar, as teses de doutoramento defendidas no DMMDC que foram produzidas nessa ambiência da pesquisa encarnada: Amanaiara Conceição de Miranda (2018); Elisete França (2018); Adriana dos Santos Marmori Lima (2018); Adilson Menezes da Paz (2019); Graciela Nieves Pellegrino Fernandez (2019), todas integrantes do grupo de pesquisa Enlace e orientadas pela professora e pesquisadora Suely Messeder.

Nessas produções, é possível observar o investimento dos/as pesquisadores/as de mostrar como a sua trajetória tanto pessoal como profissional influenciaram a escolha do seu objeto de pesquisa. Uma leitura minuciosa na narrativa dessas narrativas permite localizar índices que apontam para algumas marcas que localizam, singularizam o saber-fazer do pesquisador encarnado.

O que lastreia a pesquisa encarnada que vem de uma produtividade fundante dos feminismos e que ganhou robustez nos anos 1980. Refiro-me mais concretamente às oficinas

⁶⁷ Explica de forma mais detalhada como se dá esse cotidiano, o que faz, como se faz e quais os resultados práticos dessas experiências.

de autoconsciência. Essa metodologia/prática, nos setores populares, tinha como objetivo exercitar nas mulheres a prática de questionar, refletir e olhar para dentro de si, por uma ótica diferente da usualmente utilizada pelos códigos vigentes, de tal forma que o grupo seja um espaço no qual cada mulher possa expressar suas experiências de opressão na vida privada. Na ideia de pesquisa encarnada há muito do que os feminismos me ensinaram, bem como algumas contribuições dos estudos *queer*.

Nesse aspecto, produzir conhecimento colaborativamente torna possível uma **polifonia pensante, um fazer orquestrado horizontalmente distribuído**, cujos sujeitos e suas vozes, na medida do possível, serão aqui apresentados/as e referendados/as, de modo direto ou indireto a partir de um compromisso com uma geopolítica do conhecimento que, mais concretamente, se traduz no **exercício da citação como espaço de descolonização, autonomia e autoria do pensar**.

Tarefa difícil essa de tentar, minimamente, conceituar/definir a perspectiva do/a pesquisador/a encarnado/a. Com isso, sigo juntando pistas aqui e ali em certos horizontes epistemológicos decoloniais e aberturas metodológicas fluidas e complexas. Conforme destaca Maffesoli (2010, p. 177), “nada é uniforme, linear, explicável por um conceito unívoco; ao contrário, encontramos abundância, redundância e repetição.” O saber-fazer encarnado do pesquisador deixa marcas capturáveis, especialmente visíveis na escrita enquanto produto apresentável ao leitor. Trata-se de um processo que encerra uma série de implicações éticas e políticas. Visto com uma vivência de pesquisa experimental, uma pesquisa que forma o pesquisador, ela precisará

tocar na intimidade do pesquisador com profunda intensidade, a medida em que se disponibilizam a trabalhar de forma densa com as implicações significativas dos sujeitos da pesquisa e do próprio pesquisador, numa ética cuidadosa e rigorosa, pautada em como a pesquisa vai se relacionar com seus sujeitos e consigo próprio. (MACEDO, 2015, p. 98).

Para Suely Messeder (2018), a construção discursiva “pesquisador/a/x encarnado/a/x” é uma categoria analítica cujo objetivo é evidenciar a nossa densidade enquanto pesquisador/a, tonifica uma potência que, de certa forma, traduz-se no reconhecimento e valorização da trajetória biográfica de cada um, nos nexos entre o pessoal e o profissional, na relação entre pesquisador/a e tema desenvolvido em suas pesquisas científicas. Nesse aspecto, privilegia-se os marcadores sociais que nos atravessam bem como a subjetividade corpórea. Por outro lado, em tempos sombrios como o que estamos vivendo, assumir essa dimensão é,

no mínimo, uma atitude corajosa, arriscada, porém necessária que ameaça a nossa própria existência:

[...] nos faz seguir em frente em uma caminhada que nos parece em direção à fogueira da Inquisição, mas, se é necessário queimar os corpos dos/as/xs pesquisadores/as/xs e professores/as/xs que buscam perscrutar os atos performativos de gênero e analisá-los, minuciosamente, diante dos sentidos elaborados pelo ‘ser no mundo’, então, correremos o risco de ter os nossos corpos incinerados. (MESSEDER, 2018, p. 2)

É nessa perspectiva que a “categoria” pesquisador/a encarnado/a é apresentada como um dispositivo, um operador conceitual e metodológico que atravessa a produção do conhecimento na dinâmica de uma “ética partilhada” (GALEFFI, 2020). No contexto do grupo de pesquisa Enlace, a heterogeneidade e pluralidade de sujeitos é uma marca forte. Nele, estão presentes estudantes de graduação, mestrandos, doutorandos, recém-doutores egressos quem mantêm vínculos afetivos e políticos com o grupo. Toda essa diversidade de sujeitos e trajetórias, inclusive formativas, possibilita que cada integrante questione, traduza, incorpore, subverta e, por fim, produza a partir de múltiplas dimensões permitindo o avanço do conhecimento. Devo dizer que há uma singularidade de cada sujeito pensante sobre o que seja uma pesquisa encarnada. De todo modo, as contribuições aqui colocadas dizem respeito a uma leitura muito peculiar que se modela nas encruzilhadas das minhas experiências, no “fazer acontecimental”, nesta zona mesma de confluência entre o individual e o coletivo.

Enquanto dimensão coletiva e colaborativa, o gesto encarnado do pesquisador/a caracteriza-se pelo acolhimento da voz do outro a partir do compartilhamento de saberes experienciais que promovem aberturas para a criação do conhecimento enquanto dimensão dialógica. A dimensão existencial subjetiva de cada sujeito interfere no(s) modo(s) como acionamos uma cultura científica hegemônica a ponto de promover tensionamentos nos processos de produção e gestão do conhecimento científico. É o que o conceito de “política cognitiva”, ou “políticas da cognição” adotado por Virginia Kastrup, Tedesco e Passos (2008) busca evidenciar. Para esses autores, o gesto de conhecer diz respeito a uma espécie *ethos*, de posição do sujeito em relação ao mundo e a si próprio, um fazer-se positivo e produtivo. Nesse emaranhado de vozes, produz-se narrativas surpreendentes marcadas pela “coragem de ser próprio e apropriado em um mundo que insiste em alienar o ser-sendo de cada mistério encarnado.” (GALEFFI, 2016, p. 29).

Assim, a provisoriidade, a experimentação e o inacabamento, por vezes comparável à prática de um cartógrafo bem ao modo apresentado Suely Rolnik (2014), e outras vezes

incompatível com a performance do pesquisador afeito a positivismos, segue um fluxo de desterritorialização e esperança no qual, ao fim e ao cabo “o sonho é ter tudo resolvido/ Com o passar do tempo pela vida/ A casca da ferida se formando/ A cicatriz na pele do futuro.” (VIAGEM..., 2018).

A partir desse ponto, **destacarei alguns recortes das minhas vivências como pesquisador nesse campo de estudos e como essas experiências modelaram, de alguma forma, o meu “constructo de pesquisa”**.⁶⁸ Assim, para não cair na tentação de construir uma narrativa linear ao relatar essas experiências, algo próximo do gênero textual memorial, embora consciente do risco, farei um recorte, e muito provavelmente, nesse exercício de filtragem do que narrar, reste apenas filigramas,⁶⁹ ou seja, aquilo que não cabe no Currículo Lattes, a vida, ela mesma. No entanto, com isso não quero aqui minimizar a importância do Currículo Lattes como artefato de saber-poder, mas reconhecer que ele não é demasiadamente humano para caber as nossas existências, as marcas corpóreas mais profundas do Pesquisador Encarnado. Contudo, concordo com a pesquisadora feminista Debora Diniz quando nos lembra que a publicidade da trajetória acadêmica foi uma conquista de transparência da ciência brasileira. Segundo Diniz, no Currículo Lattes está a prova do que ousamos pronunciar como ciência, algo diferente de uma postagem de mídia social em que cada um se adjetiva como bem quer.

Quero dizer que minha formação acadêmica teve início com o ingresso no curso de licenciatura em Letras com Inglês na UFBA. Naquela conjuntura, início dos anos 1990, acessar a universidade para quem era de origem rural com poucos ou quase nenhum recurso era um obstáculo quase intransponível. As instituições de ensino superior eram poucas e localizadas nos grandes centros. Sem políticas públicas de permanência estudantil e pouquíssimas bolsas de iniciação à pesquisa disponíveis, tampouco programas de bolsas de iniciação à docência, precisei me inserir no mercado de trabalho já na docência bem cedo, ainda durante a graduação, a fim de garantir, minimamente, o sustento. Mesmo sem experiência docente, submeti-me às mais diversas formas de precarização e exploração de trabalho docente com carga horária exaustiva em troca de salário de fome em pequenas escolas privadas de Salvador. Com isso, fui me afastando da vida acadêmica e postergando a continuação dos estudos, ou seja, a entrada na pós-graduação.

⁶⁸ Deixarei a ideia de “constructo de pesquisa” em suspenso para me dedicar de forma mais detida no capítulo II. Por enquanto, essa construção discursiva equivale a “objeto” de pesquisa.

⁶⁹ A ideia de filigramas remete a uma trama de filetes de cobre, formando letras ou desenhos, cuja marca aparece na espessura da folha, mais transparente nos lugares em que os filetes foram colocados; marca d’água.

Após a conclusão da graduação em Letras, o caminho mais previsível era cursar uma especialização na área ou na Educação, que é uma área correlata. No entanto, não consegui ficar preso àquele espaço marcado por um currículo embolorado e fechado em suas teorias. Comecei a achar todo aquele universo acadêmico extremamente restrito, pouco democrático e distante da minha realidade, além de girar em torno de um eixo monotemático e disciplinar, com suas caixinhas, as quais eu não me identificava e, portanto, não me sentia confortável. A bem da verdade, esse cenário tem mudado, contudo, aquele desconforto tinha a ver com os limites do pensamento e da política educacional tradicional que ignorava, e penso que continua a ignorar a presença do corpo. Após a conclusão do curso de graduação, mais especificamente com a entrada na pós-graduação, minha formação foi aos poucos ganhando contornos interdisciplinares.

Cabe ressaltar que esse percurso, por um lado, foi bastante produtivo para minha formação, mas, por outro, representou um obstáculo para meu objetivo naquele momento que era de ingressar na carreira acadêmica que exigia e, em muitos casos ainda se pede, como pré-requisitos uma formação linear, ou seja, graduação e doutorado na área. Não muito consciente dessa dimensão pragmática, dei o meu primeiro passo para subverter essa lógica linear na formação acadêmica ao ingressar na primeira turma do curso de especialização em Gênero e outros temas transversais, um curso pioneiro no Brasil oferecido pelo NEIM em 2004.

Era uma conjuntura de forte investida na institucionalização dos estudos feministas e eu estava lá vivenciando essa história. A partir daquele momento, conforme eu já relatei, eu começava a construir uma formação tortuosa para a vida prática dos concursos, para a construção de uma carreira acadêmica, ou seja, para o mercado de trabalho. Assim, eu fui cruzando fronteiras me deslocando, teimando em buscar respostas para as questões as quais eu estava me propondo estudar e pelas próprias circunstâncias e dinâmica do mundo contemporâneo.

O NEIM era, e ainda é, um espaço autorizado e legítimo para fazer todo esse debate. Atualmente, está bem mais estruturado do que naquela época. Nesse percurso, fui conquistando espaço nesse campo de estudos e fazendo história, quebrando barreiras ideológicas, históricas e hegemônicas, inclusive porque os estudos de gênero se consolidaram no âmbito da pesquisa, presente na extensão e na pós-graduação própria. O NEIM saiu na frente no Brasil, e fundou um Programa de Pós-Graduação exclusivamente dedicado aos estudos sobre a mulher, gênero e feminismos, passando pela especialização até o doutorado, além do bacharelado em Gênero e Diversidades, curso pioneiro e único no Brasil, criado em 2009.

Dessa forma, esse Núcleo de estudos foi alargando o seu raio de atuação e, junto com essa expansão, fui me envolvendo, participando de simpósios, ministrando aulas em projetos voltados para a extensão, especialmente aqueles voltados para a educação como o Gênero e Diversidade na Escola (GDE), participando de oficinas, ocupando espaços. E foi lá que tive acolhida e complementei a minha formação, me especializei em Metodologia e Prática de Ensino em Gênero em um momento que poucos homens se interessavam por esses temas, poucos se atreviam a dizer que era feminista, mesmo porque, para algumas feministas mais radicais, isso não era possível, o que é um grande equívoco, mas esse é outro debate.

Naquela época, o NEIM era um dos poucos espaços no qual se discutia essas questões. Atualmente, nós temos inúmeros outros grupos que abordam essas temáticas, como o Grupo Enlace, o Diadorim na UNEB e o Núcleo de pesquisa sobre Cultura e Sexualidade (CUS), vinculado ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), dentre uma série de outros grupos e programas de pós-graduação que vêm formando uma geração de jovens pesquisadoras produzindo excelentes pesquisas e, apesar do pouco tempo, acumula uma expressiva produção científica, artística e atividades extensionistas.

Foi, portanto, no NEIM por onde eu transitei por todos esses anos, como estudante, em cursos de extensão, pesquisando, e como professor, ministrando disciplinas na área de cultura, linguagem e gênero no curso de Gênero e diversidades durante dois anos. Foi lá que encontrei a professora Ívia Alves, pesquisadora entusiasta das questões de gênero e linguagem com quem pude dialogar e aprender em diversas parcerias.

Atualmente, sou professor da UNEB, atuando no curso de licenciatura em Letras com ênfase em Ensino de Língua e Literaturas de Língua Inglesa. Nesse caminho de volta para o campo das Letras, essa minha formação vem fazendo um diferencial. Tenho orgulho de poder ter feito esse percurso que modificou e vem modificando cada vez mais toda a minha visão de mundo e práticas pedagógicas. Hoje, me sinto muito mais completo e preparado para dialogar com as várias áreas do conhecimento, para enfrentar os desafios da docência, principalmente as questões das diferenças, além das preocupações que regem as teorias e políticas feministas, e mais recentemente, despertando meu interesse pela teoria *queer*, pelo estudo das masculinidades, motivado pelo diálogo com outros estudiosos e estudiosas de outros espaços e militantes de movimentos sociais. Tudo esse percurso, de uma forma ou de outra, tem me levado a fazer uma apropriação crítica dessas discussões.

Consequentemente, minhas pesquisas obviamente passaram a ter “gênero” como principal categoria analítica, articulando minhas análises com outros marcadores sociais da diferença, na perspectiva da nova política de gênero, nos questionamentos das demandas

colocadas pelos sujeitos e as normas que os criam. A propósito, o gênero está em todas as coisas, nós que não fomos treinados para enxergar para além do senso comum. Mas nem tudo é uma questão de gênero, é preciso que fique claro. Não dá para achar que gênero responde a todas as questões que explodem com a contemporaneidade, a exemplo do Ensino de Línguas, mas deixá-lo de fora é, no mínimo, empobrecedor, invisibiliza e escamoteia as diferenças porque a sociedade é racista, classista e sexista.

Minha primeira experiência no ensino superior foi exatamente como professor substituto da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da UFBA, unidade na qual o NEIM está alocado. Eu havia sido selecionado para ministrar disciplinas da área de Gênero, Linguagem e Cultura no Bacharelado de Gênero e Diversidades e nos Bacharelados Interdisciplinares (BIs) durante dois anos. Naquele momento, abordando as temáticas de gênero e sexualidades, em disciplinas específicas com ementas minuciosamente planejadas para atender à formação de um novo profissional que é o bacharel em Gênero e Diversidade. Essa experiência se deu logo após a conclusão do Mestrado. O referido bacharelado, pioneiro no Brasil, foi criado através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Naquela conjuntura, ministrar disciplinas totalmente voltadas para as temáticas de gênero era algo totalmente novo, potente e, altamente desafiador.

Logo após essa primeira experiência no ensino superior, fui aprovado em concurso para a UNEB e, conseqüentemente, nomeado para o *campus* XXIII na cidade de Seabra, região da Chapada Diamantina. Lá estava eu fazendo o caminho de volta para a minha formação inicial e com a tarefa de ministrar disciplinas específicas do curso de licenciatura em Letras tanto na habilitação em Língua Portuguesa como Língua Inglesa.

A grande inquietação era como levar gênero e toda essa discussão que estava candente para as ementas, aparentemente, totalmente desconectadas dessas questões nas Licenciaturas em Língua Portuguesa e suas Literaturas e Língua Inglesa e suas Literaturas. Logo nos primeiros meses, comecei a construir espaços formativos nos quais eu pudesse levar essas discussões para o departamento que oferecia apenas os cursos de Letras. Sempre envolvido nas atividades acadêmicas, fui agarrando todas as oportunidades que encontrava pela frente, quando não achava, procurava criar estratégias de fazer algo que extrapolasse a sala de aula e tivesse um impacto social.

Uma das experiências que tenho um imenso orgulho de relatar, e aqui será feito de forma breve, haja vista que meu envolvimento com essa proposta que coordenava foi o projeto “Lendo criticamente imagens da contemporaneidade – transversalizando classe,

gênero, raça/etnia, sexualidades e geração nas aulas de Língua Portuguesa”, o primeiro subprojeto com foco nos marcadores sociais da diferença no projeto institucional do Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) da UNEB financiado pela Capes. Estive vinculado ao Pibid da UNEB desde seu nascedouro. Inicialmente, como supervisor e na condição de professor da Educação Básica entre 2009 a 2011. Posteriormente, entre 2012 e 2016, em dois outros momentos na condição de coordenador em dois subprojetos. Durante aquele período, procurei fazer parcerias com outros docentes que tinham projetos de pesquisa nessa área, e no meu caso não eram muitos, organizei eventos, rodas de conversas, orientei inúmeros TCCs e supervisionei vários projetos de estágio supervisionado com as temáticas de gênero e sexualidades.

Foto 1 – Grupo de bolsistas do PIBID/UNEB⁷⁰



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Passados três anos de intensa produção, fui transferido para o *campus* V e atuei, exclusivamente, no Colegiado de Língua Inglesa. Assim que cheguei e assumi a vaga, submeti outro subprojeto pioneiro no Pibid na UNEB em um curso de Língua Inglesa cujo objetivo principal era levar essas temáticas para o currículo do curso de licenciatura e para as escolas públicas parceiras do subprojeto. Entrava em cena o subprojeto “Tecendo leituras, (re)construindo identidades: o lugar das diferenças no ensino-aprendizagem da Língua Inglesa”. Naquele momento, eu era de **um professor de Língua Inglesa discutindo gênero e sexualidades**. Aquela experiência era uma proposta de mudança “na forma de conceber e

⁷⁰ Grupo de bolsistas de iniciação científica do subprojeto “Lendo imagens da contemporaneidade: transversalizando classe, gênero, raça/etnia e sexualidades nas aulas de Língua” – Pibid/UNEB – *campus* XXIII.

vivenciar o currículo de Língua Inglesa na escola, focalizando as linguagens que produzem desigualdades baseadas no sexo, gênero, raça/etnia, sexualidades e práticas sexuais e religiosas. Além desse subprojeto, organizei e coordenei junto à professora e pesquisadora Claudia Pons Cardoso, naquela época professora do departamento no curso de licenciatura em História, O I e II Encontro de Diálogos Interseccionais (EDI). Em nossa conversa para esta tese, Claudia Pons Cardoso rememora essa iniciativa:

Eu estou aqui me lembrando daquelas nossas tentativas dos EDIS como aquilo foi sofrido [...] Mas aquilo, por outro lado, veja... hoje eu uso aqueles dois momentos que a gente fez, eu uso como proposta, uma proposta que eu chamo de pedagogia feminista decolonial e aí para mostrar (com ênfase) como que a gente pode subverter, pode insurgir, eu mostro aquilo e ainda digo. Não foi fácil, foi muito difícil, até porque nós fomos rotulados, com certeza, institucionalmente, ninguém liberava o auditório para os nossos eventos. Aquilo, aquilo gente! Tudo aquilo foi muito, muito insurgente, aquilo foi resistência, foi ótimo e depois daquilo não teve mais. (excerto da entrevista).

Encerro esta primeira parte, reiterando a importância do Pibid na minha formação de docente-pesquisador e pesquisador-docente como interfaces desses dois movimentos e como espaço de provocação, criação, experimentações, ousadias que não cabiam nas divisões de tempo e espaço das unidades escolares, nem na frieza dos relatórios. No Pibid, me fiz pesquisador e docente, e principalmente docente-pesquisador. Lá no Pibid aprendi a ser sendo, a fazer fazendo a gestão de conhecimento, intuitivamente movido por uma utopia de projeto para uma utopia de universidade.

2.2 SEGUNDO MOVIMENTO EXPERIMENTAÇÕES, METAMORFOSES E APOSTAS DE UM PESQUISADOR ENCARNADO MODELANDO O SEU CONSTRUCTO DE PESQUISA

O 'Pesquisador Encarnado' modela seu constructo de pesquisa...

O problema de pesquisa não é descoberto, mas engendrado. Ele nasce desses atos de rebeldia e insubmissão, das pequenas revoltas do instituído e aceito, do desassossego em face de verdades tramadas, e onde nos tramaram.

Maria Corazza (2007, p. 116).

Antes de me adentrar na modelagem do problema de pesquisa engendrado em suas tramas, arranjos e apostas, gostaria de tensionar a construção discursiva “objeto de pesquisa”, frequentemente usada *stricto sensu* nos repertórios de pesquisa cujos sentidos construídos no

limiar da ciência moderna e positivista ainda são perpetuados por certas abordagens de viés pós-estruturalista e decolonial. Ora vejamos, ao introduzir a perspectiva do “Pesquisador Encarnado” estou tentando produzir uma ruptura epistemológica ao me colocar como sujeito implicado de forma anunciada e consciente na produção do conhecimento. Para as epistemologias feministas, a ideia de objeto é muito cara. As problematizações levantadas pela ciência feminista, inicialmente, tensionaram conceitos-chave, revolucionaram formas de pensar o mundo com o objetivo de promover uma transformação epistemológica que implica em agenciamentos nos domínios do conhecimento. Nesse sentido, vale ressaltar o caso dos feminismos cujas mulheres passaram a questionar o modelo de ciência no qual elas eram silenciadas e deslegitimadas como produtoras de conhecimento.

A passagem de mero objeto para o protagonismo de sujeito e ao mesmo tempo “objeto” na produção de conhecimento vem influenciando outros sujeitos (LGBTs), abrindo-se assim caminho para uma espécie de epistemologia da alteridade. Como bem destaca Ângela Arruda (2019), o projeto epistemológico feminista é bastante ambicioso. Nele, está contido uma proposta de mudança que vai além da crítica à ciência. Por outro lado, me apoio na argumentação de Macedo (2018) ao colocar sob rasura a denominação “objeto”. Compartilhando desse mesmo ponto de vista, passarei a utilizar a construção discursiva “constructo de pesquisa”, como opção provisória e, também em suspensão, no entanto sem a carga semântica já embolorada de “objeto”.

Mas a essa altura o/a leitor/a já deve se perguntar: por que não ir direto ao problema de pesquisa sem rodeios e floreios? Porque na condição de pesquisador em processo de transformação, eu perseguia, como um corolário, a orientação de que uma das minhas incumbências como pesquisador diante de um campo problemático era descobrir a melhor maneira de criá-los e de tê-los (BUTLER, 2008).⁷¹ Partindo desse entendimento, o desafio posto era descortinar uma maneira plausível de enfrentar os problemas, de modelá-los enquanto um *corpus* de pesquisa possível e autorizado. Donna Haraway (1995) encampou um instigante debate acerca da objetividade na ciência ao discutir os saberes localizados como um modo de produzir ciência não inocente, mas objetivamente posicionado e corporificado. Para Haraway (1995), a ética e a política são o corolário da insistência que encoberta e abertamente oferecem as bases da objetividade da ciência. Dessa forma, “saberes localizados requerem que

⁷¹ É dessa autora que aqui me sirvo para trazer a ideia de performatividade de gênero como performatividade do político como um processo de subjetivação do Pesquisador Encarnado. Em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2008), Judith Butler coloca que a linha de coerência sexo/gênero/desejo é um sistema discursivo no qual opera a diferença sexual. Para essa autora, a estrutura na qual os corpos performatizam gêneros a partir de uma sequência repetida de atos é a mesma na qual são encontradas as possibilidades de transgressão que evidenciam a condição precária da vida.

o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento ‘objetivo’’. (HARAWAY, 1995, p. 35).

Para um Pesquisador Encarnado, nesse jogo entre agência e autoridade em sua objetividade engajada no seu aparato de produção corporal, nunca um problema de pesquisa está pronto e acabado, até porque por entender como algo não peremptório e da concretude do mundo, transita na zona de desconforto e no deslocamento como trilha para a ciência colaborativa e a ética do cuidado (MESSEDER, 2020a). Nesse sentido, no início de tudo, eu não tinha um “objeto” de pesquisa/um problema claramente estabelecido, o que existia eram apenas provocações, uma vontade e um desejo de pensar algumas ideias em desarmonia, mas imaginadas como potências.

Devo admitir que a minha inclinação para trilhar caminhos difíceis, ao propor problemas complexos nos quais o desconhecido se amplifica como um labirinto, vem de longe. A minha experiência com pesquisa no mestrado seguiu nessa direção. Naquela ocasião, parti de um tema completamente inexplorado e, conseqüentemente, sem um lastro teórico e empírico que pudesse ajudar mais diretamente na pesquisa. Apesar da referida pesquisa ter aberto um campo vasto, um caminho a ser seguido com potenciais desdobramentos para um provável projeto de tese, não me senti convencido de que aquele era um caminho que eu desejava seguir. Por algum motivo que não sei exatamente explicar, mas isso provavelmente tenha pouca importância, fui me distanciando do meu projeto de investigação que deu origem a dissertação de mestrado,⁷² posteriormente publicada em livro pela Editora da UFBA (Edufba),⁷³ um trabalho recomendado pela banca examinadora para ser continuado no doutorado. Apesar da emergência dessa temática naquele momento, preferi dar uma pausa para digerir tudo aquilo, amadurecer as ideias e, para tanto, decidi adiar o doutoramento.

Após a conclusão do curso de mestrado, retornei à rotina docente e me vi enredado em outras demandas mais emergentes no cotidiano da docência, me lançando em outros

⁷² Refiro-me ao estudo intitulado *Pagodes baianos: entrelaçando sons, corpos e letras* (2012). É uma obra pioneira na temática, o objetivo foi o de contribuir para preencher uma lacuna histórica, tanto no campo da pesquisa como no mercado editorial, pois não havia nada publicado sobre esse fenômeno cultural tão presente na cultura baiana, nenhum estudo mais vertical sobre a temática havia sido feito. Em *Pagodes baianos: entrelaçando sons, corpos e letras* (2012), faço uma reconstituição da trajetória dos grupos de pagode que emergiram na década de 1990 na esteira do estrondoso sucesso do grupo “É o tchan” para compor o *corpus* de estudo, mostrando como essa música ganha o gosto das classes médias, traçando assim um percurso dessa temática a partir da tensão que se estabelece entre a normalização e a subversão. Vale ressaltar que houve grande interesse por parte dos estudantes, jovens pesquisadores que vivenciam essa cultura e se interessam pelo assunto.

⁷³ Ver: Nascimento (2012).

caminhos. A partir desse ponto, comecei a perder a vontade de saber mais sobre o tema, apesar de acompanhar um crescimento significativo de trabalhos em torno dessa temática em conexão com as diversas áreas do conhecimento. Mesmo assim, participei de várias bancas de avaliação de TCCs sobre o tema, de eventos e publiquei alguns artigos com o material que ficou de fora da dissertação.

Naquele contexto, tinha a convicção de que a pesquisa havia cumprido seu objetivo que foi de desconstruir leituras rasteiras, preconceituosas, pautadas pelo senso comum, por um discurso moderno, quase sempre reforçado pela mídia sobre os atuais pagodes produzidos na Bahia e os sujeitos envolvidos, não a única, mas uma possível e coloquei um ponto final.

Após a conclusão do mestrado, ao retornar à docência, no cotidiano das práticas pedagógicas, fui provocado a me aproximar dos estudos *queer*, um campo promissor e provocador cujas teorias estavam entrando no Brasil com muita força. Muito provavelmente porque ela era considerada naquele momento uma espécie de “teoria da vez” para pensar subjetividades e dissidências sexuais. Essa inflexão me motivou a investigar questões consideradas mais mundanas e pragmáticas, algo mais imediato e que dialogava diretamente com minha existência abjeta e cidadania precária, enquanto homem gay e que respondesse à grande demanda de promoção de direitos políticos, civis e sexuais de pessoas LGBTQIA+. Naquele momento, também vivenciei algumas experiências que me motivaram a querer me aprofundar nessa perspectiva teórica.⁷⁴

Nessa senda, ao decidir pleitear o doutoramento, propus um projeto que partia de uma provocação recorrente e advinda dos movimentos LGBTTQIA+ como também de pessoas pesquisadoras de que a teoria *queer* não serve para fazer política, especialmente políticas públicas de Estado. Em linhas gerais, naquela proposta primeira de projeto de pesquisa, eu pretendia investigar quais foram os impactos dos estudos *queer* sobre as políticas públicas para as diferenças no Brasil durante os governos petistas. Tratava-se de um desejo de analisar a produção acadêmica vinculada, em alguma medida, com os estudos *queer*, seu percurso e suas contribuições no âmbito da cidadania e da elaboração e implementação de políticas públicas para a população LGBTQIA+ no Brasil, especialmente nas duas últimas décadas, período que, não por acaso, coincidiu com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Conforme aponta Santos (2010), toda reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimentos e seus impactos em outras

⁷⁴ Uma delas foi a organização e escrita em coautoria com Amélia Maraux e Claudia Pons Cardoso e outras pessoas pesquisadoras do grupo Diadorim uma cartilha sobre “Nome social na UNEB e cidadania para pessoas trans e travestis”, durante a minha rápida passagem por esse núcleo de estudos.

práticas sociais, muito embora, eu pretendia evidenciar, ao longo da tese, que não se dissocia o ativismo/estudos *queer* da materialidade da vida, das preocupações com a “realidade” mesma, com as questões, em suma, que atravessam, os corpos dos sujeitos que ousam desafiar as normas de gênero e sexualidade. No entanto, nos diálogos com outros pesquisadores e pesquisadoras do campo, e usando as palavras de Daniela Auad, fui aos poucos sendo convencido de que:

[...] buscar o queer nas políticas públicas e as políticas públicas que foram influenciadas pelo queer é um trabalho quase de quem escava a fina areia no deserto. Você vai escavando e a areia caindo de volta em cima daquele objeto que existe, depois ele desaparece, sabe uma coisa arqueológica, recente, mas arqueológica, que coisa incrível! [...] (excerto da entrevista, grifos nosso).⁷⁵

De fato, não foi a dificuldade do trabalho pesado e arqueológico de escavar a fina areia no deserto, para usar a bela metáfora da minha interlocutora, que me fez refletir e redimensionar a minha proposta inicial, mas a própria viabilidade da pesquisa nas suas implicações políticas, metodológicas e práticas. Naquele contexto, eu estava diante de outras afetações que me tocaram de forma mais significativa. Enumero aqui pelo menos três delas.

Primeiro, a minha entrada na docência do ensino superior foi decisiva para fomentar um desejo de me **reinventar** na docência do ponto de vista teórico e epistemológico. Parecia bastante previsível que a escolha do constructo de pesquisa fosse se aproximando dessa minha vivência, desse trânsito entre a pesquisa e a docência, como pesquisador no campo dos estudos de gênero e sexualidades. Como docente sempre interessado em pensar a docência e as práticas pedagógicas, comecei a perceber que estaria mais próximo das minhas vivências. Nesse sentido, um recorte mais voltado para a pesquisa científica e o seu saber-fazer do que com a área das políticas públicas passou a fazer mais sentido e começou a despertar um interesse maior.

Em segundo lugar, a experiência no/com o Grupo Enlace, ambiência cuja proposta de construção coletiva e colaborativa estava posta, especialmente devido a uma relação mais horizontalizada entre orientadora e orientando. Havia ali uma abertura para uma cumplicidade utópica que promoveu uma escuta sensível, científica, ética e estética. Essa discussão aqui

⁷⁵ Entrevista realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) por ocasião do Seminário Gênero Ameaça(N)do: análises e resistências, em 31 de outubro de 2017, evento que estive presente compondo a equipe de relatoria do II Fórum permanente de Grupos, Núcleos e Centros de Pesquisa em Gênero e Sexualidades (FORGSEX), atividade que integrou o encontro. A professora e pesquisadora Daniela Auad da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) participou da mesa de debates “Educação e democracia: assegurando direitos”. Embora não tenha acontecido na Bahia, esse evento teve um sentido especial enquanto fórum de debates e avaliação e tentativa de fortalecimento de pesquisadores/as do campo em virtude das ameaças e pela situação da UERJ na crise que se abatia o estado do Rio de Janeiro.

introduzida pode parecer uma digressão, mas novamente se adentra na trama do “Pesquisador Encarnado”, na relação entre orientador e orientando no processo formativo do pesquisador-autor e na gestão do conhecimento para mostrar que:

A invenção de problemas deve ser entendida nesse círculo criador. O problema não está no mundo, ele não é objetivo. Também não está no sujeito. Ele é configurado numa zona de encontro no campo movente da experiência de problematização. Marcada pela circularidade, a aprendizagem ganha nuances de autoprodução. (KASTRUP; TEDESCO; PASSOS, 2008, p. 292).

Como **terceiro** elemento disparador, destaco as discussões promovidas nos componentes curriculares do doutorado e sua ambiência formativa. O contato com aquele horizonte teórico-epistemológico contribuiu para um outro olhar sobre o PGDC, na época DMMDC e, conseqüentemente, na construção/transformação do recorte de investigação inicialmente proposto. Naquele contexto, aparecia para mim de forma provocativa um novo conceito – a “gestão do conhecimento” – e, aos poucos, fui percebendo que esse conceito poderia me ser útil nessa criação do problema de pesquisa e reverberaria na abertura de espaço para novas experimentações.

Conforme mostrei, essas vivências nesse espaço-tempo provocaram reflexões que me mobilizaram a fazer uma inflexão importante no meu projeto inicial. Por outro lado, a minha participação e imersão em dois eventos do campo dos estudos de gênero e sexualidades, o V Seminário Enlaçando Sexualidades,⁷⁶ realizado em Salvador em 2017, promovido pelo Grupo

⁷⁶ No referido evento, propus e coordenei juntamente com a professora e pesquisadora Elaine Cristina Cambuí Barbosa um enlace temático ET26 (Grupo de trabalho), intitulado de “Modos de produzir e representar o conhecimento: aproximações entre as humanidades e outros domínios do saber nos estudos de gênero e sexualidades”, cuja proposta era inédita e que pode ser traduzida na seguinte ementa: “O momento histórico e político em que estamos atravessando nos coloca diante do grande desafio de experimentar outros modos de pensar e fazer pesquisa, especialmente no campo dos estudos de gênero e sexualidades. Entendemos que existe uma crescente necessidade de buscar caminhos investigativos que vislumbrem a complexidade dos nossos objetos de estudos e rompam com as fronteiras disciplinares e metodológicas entre as diferentes áreas do conhecimento. Esse movimento pressupõe o reconhecimento de conceitos e operadores que ultrapassem as disputas políticas e promovam trocas epistemológicas mais efetivas e dialógicas que vão exigir um esforço coletivo de criação de princípios para a construção de redes colaborativas e solidárias na modelagem e difusão do conhecimento. A proposta desse enlace temático é discutir sobre os atuais estudos de gênero e sexualidades, os modos como são produzidos, as metodologias e os sistemas de representação desse conhecimento, privilegiando propostas metodológicas que expressem toda a complexidade desses temas. Pretendemos abrir um espaço de trocas de experiências que permita o cruzamento de saberes entre pesquisadorxs que desejam aproximar abordagens metodológicas do campo das Humanidades com outros domínios de saber aparentemente distantes (Ciência da computação, Física, Medicina, Direito, Economia, dentre outros). Acolhe trabalhos oriundos de pesquisas concluídas ou em andamento que friccionam pontos de contato e de intersecção entre diferentes áreas. Acreditamos que as pesquisas no campo das Humanidades, quando inscritas na dinâmica do digital e da sua dimensão multitransdisciplinar, integram legitimamente a construção epistemológica complexa, multirreferenciada e polilógica da produção e difusão do conhecimento”. Mais tarde, em 2019, durante a reformulação das linhas de pesquisas do Núcleo de Pesquisa Enlace, essa experiência serviu de base para a necessária reorganização dos objetivos e escopo das pesquisas.

Enlace e o Seminário Gênero Ameaçando, realizado na UERJ, no Rio de Janeiro-Brasil,⁷⁷ foi determinante na decisão final. Nesses dois eventos, tive a oportunidade de participar como relator de duas tentativas de construção de um Fórum de pesquisadores e pesquisadoras do campo de Gênero e Sexualidades. Além disso, o V Enlaçando Sexualidades trouxe como temática norteadora “Sexualidades e relações de gênero: produção e gestão do conhecimento”. O tema foi um convite para um mergulho, uma reflexão, e principalmente um balanço, um esforço de pensar estratégias de resistências nesses estudos.

A partir desse marco, comecei a investir no estudo da bibliografia disponível referente à gestão do conhecimento científico. Após uma análise das produções disponíveis, observei que não existem estudos sobre a gestão do conhecimento científico aplicados aos estudos em gênero, sexualidades, tampouco na perspectiva dos estudos *queer*. Por outro lado, apesar do crescimento desses estudos, conforme já apontado anteriormente, não temos trabalhos mais direcionados a pensar o(s) modo(s) como produzimos nosso conhecimento e os impactos na qualidade e alcance desse conhecimento.

Em síntese, do encontro com o “pesquisador encarnado”, com o conceito de “gestão do conhecimento” no DMMDC e da minha trajetória como pesquisador nos estudos de gênero e sexualidades, desenhou-se a alquimia do meu constructo de pesquisa e com ela algumas indagações preliminares: de que forma nós produzimos o nosso conhecimento? Será que de fato precisamos do conceito de “gestão do conhecimento” tal qual ele tem sido apresentado? Será que realmente precisamos do conceito de “gestão do conhecimento” para pensar as nossas práticas de pesquisas, um conceito produzido no Norte Global e demasiadamente colonizado? De que forma ele pode nos ser útil para pensar os modos como produzimos conhecimento científico-acadêmico no campo dos estudos de gênero e sexualidades? Quais as vantagens e desvantagens em deslocar fontes disciplinares de outras áreas para pensar nossas práticas de pesquisas? Quais os limites e possibilidades desse conceito? Quais são as nossas dificuldades que nos impedirem de lograr êxito em muitas de nossas ações enquanto grupos de pesquisas? Que tipo de aproximação entre esses dois campos do conhecimento podemos ensaiar?

Tornar transparentes as nossas dificuldades, ou seja, trazer a discussão para o centro do debate no sentido de fazer um balanço do nosso *modus operandi* tem sido um desafio constante. Em uma sociedade estruturada pelo capitalismo, como conciliar práticas

⁷⁷ Na ocasião, em 2017, eu estava interessado em conversar com pesquisadores e pesquisadoras que desenvolviam estudos a partir dos aportes teóricos da teoria *queer* sem o recorte na produção baiana.

competitivas (competição) com práticas mais colaborativas (colaboração, cooperação)? Como conciliar desenvolvimento com acolhimento e defesa da vida em todas as suas esferas?

No entanto, não tenho a ilusão de que seja uma tarefa fácil abordar o(s) conceito(s) vigentes de gestão do conhecimento nessa literatura e traduzi-los da cultura dos estudos organizacionais para um contexto mais específico que enforma as práticas de pesquisas de viés feminista em grupos e/ou linhas de pesquisa nas universidades públicas baianas. Por outro lado, é mister não perder de vista o contexto sociocultural mais imediato que é o contexto acadêmico baiano cuja cultura científica universitária não está dissociada da cultura baiana de forma mais ampla no seu *modus vivendi*.

O início dos estudos sobre a gestão do conhecimento se deu no âmbito da Ciência da Informação, aqui entendida como uma área do conhecimento que se constituiu a partir do diálogo com outras áreas do conhecimento a exemplo da Linguística, Ciência da Computação e Comunicação com o objetivo de estudar a produção, organização, o uso e a disseminação da informação. A ideia de “gestão”, palavra historicamente ligada ao campo da Administração, das organizações, sejam elas públicas ou privadas, vem ganhando novos contornos a partir do diálogo com outros campos do conhecimento. Atualmente, o conceito vem se alargando e agregando múltiplas adjetivações, como, por exemplo: gestão ambiental, gestão administrativa, gestão estratégica, gestão educacional, gestão da aprendizagem, gestão econômica e gestão do conhecimento científico. Esta última nos interessa de modo particular quando se refere ao espaço institucional das universidades cujos grupos de pesquisa estão vinculados. Ao propor a ideia de gestão do conhecimento, aciono uma complexidade de conceitos, seus trânsitos, aspectos contextuais, ou seja, as diversas áreas do conhecimento, destacando as convergências e divergência de sentidos.

O conceito de “gestão do conhecimento” não é visto entre pesquisadores/as/x dos estudos de gênero, sexualidades como um dispositivo sistêmico, palatável, bem como um operador familiar, usado racionalmente e de forma sistemática para aprimorar os processos de produção, gestão e difusão do conhecimento. Aliás, trata-se de uma terminologia *outsider*, ou seja, que não está posta nas práticas e/ou horizontes teórico-epistemológicos, muito embora, se substituirmos o conceito de gestão do conhecimento científico pela construção discursiva “modos de produzir conhecimento”, é possível apreender importantes recortes dessas experiências que permitem fazer uma inflexão consequente para os estudos sobre a gestão do conhecimento científico e ou acadêmico, bem como para o avanço no conhecimento acerca das teorizações da gestão do conhecimento científico.

A bibliografia disponível mostra que o tema da gestão do conhecimento tem colocado um foco nas organizações empresariais, muito embora a literatura aponte para um interesse recente pela gestão do conhecimento científico nos espaços acadêmicos. No entanto, os estudos são ainda muito incipientes e geralmente tratados na perspectiva das tecnologias e da inovação.

Os grupos de pesquisa e programas de pós-graduação organizam-se em linhas temáticas, uma divisão quase sempre didática, isso porque o conhecimento não é estanque, nem tampouco fica circunscrito a um determinado campo de investigação e dimensão do conhecimento⁷⁸ no qual foi gerado, modelado e difundido. A produção científica, compreendida a partir dos grupos de pesquisas, possuem uma dinâmica interna e singular que diz respeito a modos específicos de funcionamento, embora estejam dentro de uma “cultura científica” na qual inclui-se aspectos da gestão do conhecimento como o planejamento, a organização, direção e comunicação, além da utilização de canais difusores do conhecimento próprios. Vogt (2016), conceitua a “cultura científica” como tipo particular, de ampla generalidade no mundo contemporâneo, construída pelo conjunto de fatores, eventos e ações do homem nos processos sociais voltados para a produção e divulgação do conhecimento científico.

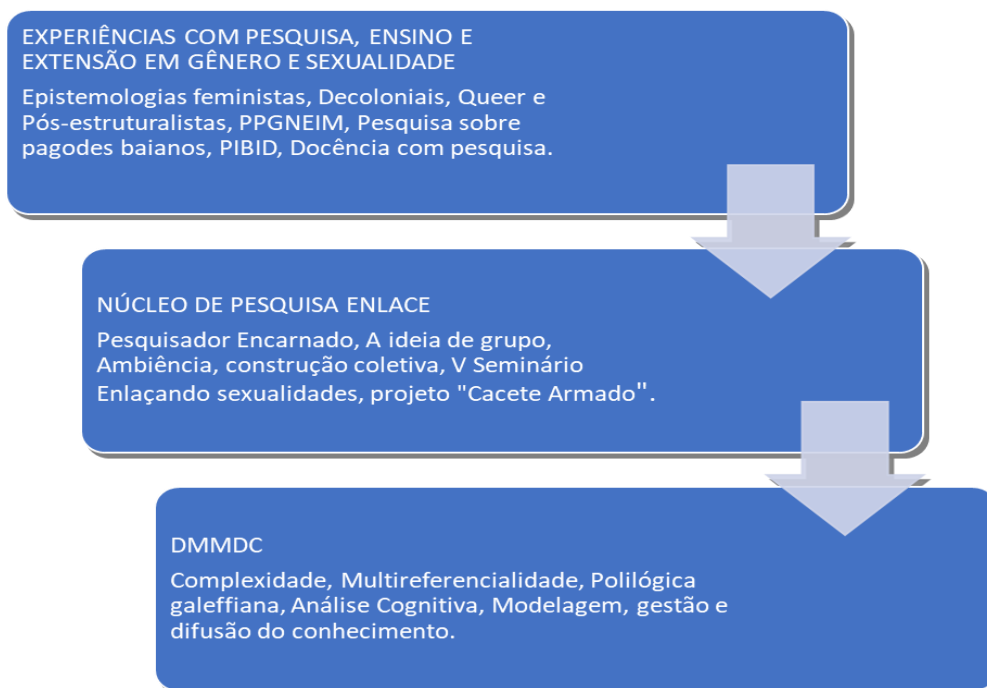
Nesse aspecto, ainda de acordo com Vogt (2016), a cultura científica pode ser entendida a partir de três eixos estruturantes: a cultura gerada e própria da ciência; a cultura através e a favor da ciência; e a cultura voltada para a ciência a qual inclui-se a produção e socialização. Minha problematização se estrutura, portanto, a partir dos seguintes argumentos que passo a detalhar:

- ✓ As diferenças disciplinares e as temáticas das pesquisas apontam para modelos diferentes de gestão em diferentes áreas do conhecimento científico. No campo dos estudos de gênero e sexualidades, o funcionamento dos grupos, núcleos e linhas de pesquisas não segue exatamente os mesmos modelos mentais construídos e já solidificados de organizações mais tradicionais. Desde os seus primórdios, os estudos feministas têm um viés interdisciplinar e se organizaram em coletivos, grupos de conscientização e com a necessidade de formação em grupos de estudos e pesquisas a partir da institucionalização e entrada nas universidades.

⁷⁸ Ao longo do texto, deixei escapar algumas considerações sobre o entendimento do que seja o conhecimento.

✓ O modo como entendemos e vivenciamos a ideia-conceito de grupo de pesquisa no contexto dos estudos de gênero e sexualidades interfere na sua dinâmica, na organização, no funcionamento e na produção e difusão do conhecimento produzido. Assim, o conceito de grupo de pesquisa tem um sentido ampliado da descrição do CNPq ([2014]), como sendo um conjunto de indivíduos que se agrupam e interagem e trabalha com um objetivo em comum para satisfazer objetivos coletivos. Produzir conhecimentos por meio de atividade de pesquisa. Em linhas gerais, os grupos de pesquisa que produzem conhecimento sobre gênero e sexualidades vêm se estruturando a partir do entrelaçamento de atividades de cunho prático, político e acadêmico. Em alguns casos, esses coletivos carregam na própria denominação a dupla orientação: pesquisa e extensão; pesquisa e ação. Os espaços de produção científica não estão imunes ao racismo institucional, ao machismo, à misoginia, à lesbotransfobia. Mesmo aqueles autoproclamados de “saberes subalternos”, identitários ou de minorias.

✓ Há conhecimentos científicos relevantes para a criação de novos conhecimentos científicos que são utilizados e compartilhados informalmente em grupos de pesquisa, conversas, orientações e aulas. A convivência e interação entre pesquisadores/as nos seus ambientes de produção do conhecimento, como, por exemplo, as reuniões de grupos de pesquisa, oferecerão dados importantes sobre a dinâmica do conhecimento tácito nas ciências. A própria experimentação com o/a pesquisador/a encarnado/a é exemplo de um conhecimento tácito que vem recebendo no interior do Grupo Enlace um investimento no sentido de fazer esse giro decolonial que coloca em tensão a colonialidade do ser, saber e poder. Vem sendo explicitado pelos/as pesquisadores/as do grupo em suas produções. No esquema a seguir, temos a síntese da modelagem do constructo de pesquisa:



Fonte: elaborado pelo autor.

A partir dessas provocações e após os ajustes, metamorfoses e diálogos necessários, a versão final que aqui é apresentada como proposta de investigação pode ser sintetizada através do seguinte quadro:

Quadro 1 – Quadro-síntese do projeto de pesquisa

Tema	A tríade produção, gestão e difusão do conhecimento nos estudos de Gênero e Sexualidades
Temática	Modos de produzir, gerar e difundir conhecimento nas experiências de pesquisadores e pesquisadoras que estudam gênero e sexualidades na Bahia.
Título	A gestão encarnada do conhecimento científico-acadêmico: cartografias de grupos de pesquisa em gênero, sexualidade e <i>queer</i> na Bahia (2009-2019).
Pergunta de partida	Como são gestados e difundidos pelos pesquisadores/as as produções do conhecimento que versam sobre gênero e sexualidades na Bahia (2009 a 2019)?
Constructo de estudo	A gestão e a difusão da produção do conhecimento de gênero e sexualidades pelos pesquisadores/as no estado da Bahia no período de 2009 a 2019.
Universo de pesquisa	Pesquisadores e pesquisadoras que lideram os grupos e núcleos de pesquisa em gênero e sexualidades nas universidades públicas na Bahia.

Fonte: elaborado pelo autor.

Objetivos da pesquisa:

❖ **Objetivo geral:**

✓ **cartografar** os processos de produção, gestão e difusão do conhecimento científico e encarnado no âmbito dos grupos de pesquisas em gênero, sexualidades e *queer* no contexto baiano a partir das experiências de pesquisadores e pesquisadoras.

❖ **Objetivos específicos:**

✓ **identificar** os grupos de pesquisas em gênero e sexualidades nas universidades públicas da Bahia;

✓ **construir o perfil dos pesquisadores(as)** e suas trajetórias de formação e inserção no campo na formação de recursos humanos, construção de redes de colaboração e difusão das pesquisas;

✓ **identificar** informações sobre “atos de gestão” nos grupos de pesquisa estudados;

✓ **verificar** como as experiências dos estudos feministas e *queer* podem contribuir para pensar a Análise Cognitiva e vice-versa, mais especificamente, o papel do sujeito pesquisador enquanto caminhos para produzir/gestar e difundir conhecimentos;

✓ **explorar** interconexões entre narrativas pessoais dos líderes dos grupos de pesquisas com os atos de pesquisa;

✓ **contribuir** para a construção das bases epistemológicas do conceito de “gestão do conhecimento” a partir das especificidades do contexto investigado e da perspectiva do pesquisador encarnado.

Após apresentar o campo problemático da pesquisa, na seção seguinte, me volto para os sentidos da gestão do conhecimento em seus percursos e movências para assim argumentar no sentido da urgência de um outro olhar sobre a gestão do conhecimento, produzido nesse diálogo com a produção do conhecimento em gênero, sexualidades e *queer* na trajetória dos líderes e grupos de pesquisas.

2.3 MOVIMENTO SEGUINTE: A EMERGÊNCIA DE UMA *OUTRA* IDEIA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO COMO UM CAMPO PROBLEMÁTICO

Ao produzir uma pesquisa acadêmica como esta tese de doutoramento, estou fazendo a **gestão do conhecimento científico**. Mesmo que não seja algo sistematizado e consciente, há uma percepção ainda que intuitiva de que toda atividade de produção de conhecimento, qualquer que seja a área, o método, quaisquer que sejam os sujeitos envolvidos termina por mobilizar algum movimento de gestão [do/com/para o conhecimento]. Isso porque, conforme destaca Angeloni (2008, p. 3, grifos nosso), refere-se “às várias facetas e teorias relacionadas aos atos humanos de criar, aprender, intuir, decidir, codificar, compartilhar e agir.” Com isso, entende-se que, sem a mediação de uma teorização não existe a “gestão do conhecimento” (*stricto sensu*) nos termos propostos pela literatura vigente construída ao longo das últimas décadas.

O que essa literatura se propõe? Por certo, a construção da gestão do conhecimento como um campo problemático de estudos e cuja proposta de modelos conceituais que orientam práticas sociais no âmbito organizacional, especialmente no que se refere ao meio empresarial, já dispõe de um expressivo percurso teórico e inúmeros estudos aplicados. Nas últimas décadas, com o advento das tecnologias da informação e comunicação, a gestão do conhecimento vem se constituindo como um campo do conhecimento cada vez mais multidisciplinar, o que demonstra o seu esforço de abertura para a complexidade, multirreferencialidade e transdisciplinaridade. Esse esforço tem sido levado a cabo no PPGDC. Teresinha Fróes, uma das mentoras do programa, aposta no potencial da gestão do conhecimento como instrumento conciliador na promoção de relações mais solidárias e humanizadas, mas admite existir um longo caminho pela frente, um futuro de investimentos teórico-metodológicos articulados que se faz necessário para o avanço desses estudos. Com isso, o alargamento do seu lastro teórico-metodológico vem sendo construído a partir de várias frentes e tem exigido importantes deslocamentos.

Cabe ressaltar ainda que a gestão, de forma mais ampla, é considerada uma atividade humana muito antiga que deixou rastros capturáveis no curso da história e nas práticas sociais. Até chegar ao ponto em que nos encontramos com relação ao tema, o conceito de gestão passou por importantes marcos histórico-epistemológicos. Fróes Burnham e Reis (2012) destacaram a polissemia que o termo “gestão” vem adquirindo nas últimas décadas, disseminando múltiplos sentidos ao se espalhar por diferentes campos. Segundo esses autores, essa trajetória pode ser sistematizada em, pelo menos, três principais paradigmas: clássico,

comportamental e sistêmico. Para traçar, ainda que brevemente esse percurso, os autores mobilizam informações encontradas em teóricos como Pindur, Rogers e Kim (2007), construindo assim um breve panorama da área.

O pano de fundo do **paradigma clássico da gestão** é o advento da industrialização, uma conjuntura na qual não havia conhecimento prévio de como gerir as organizações que se formavam. Com isso, “**eficiência, planejamento, organização e controle**” passaram a ser palavras de ordem. Ainda segundo Fróes Burnham e Reis (2012, p.385), nesse paradigma, o foco teria sido **o trabalhador enquanto indivíduo** e a sua relação com a remuneração, isto é, a concepção do trabalhador como ser humano é de “um indivíduo racional, que responde ao treinamento e executa suas tarefas do modo como é orientado a fazer, a fim de maximizar a produção e, conseqüentemente, o seu ganho.”

Dessa forma, no paradigma clássico, o objetivo final da gestão é a **eficácia e a produtividade, cabendo ao gestor a função de planejar, organizar, coordenar e controlar o trabalho**. A principal consequência desse tipo de relação é também a mais danosa, a exploração. Diante disso, as limitações e críticas a esse paradigma recaem, principalmente, no fato das teorias terem pouco alcance nas respostas aos aspectos humanos das organizações, ou seja, uma dimensão mais subjetiva e mais humanizada.

Em seguida, passemos para o **paradigma comportamental** cujo marco histórico de origem é a revolução industrial. O surgimento desse paradigma pode ser melhor entendido como uma reação ao anterior, o clássico, colocando no centro do debate a necessidade de superação da ideia de eficiência mecânica, **passando a focar os aspectos humanos tais como “motivação, liderança, satisfação, valor, cooperação, autoridade”**. Com essa virada de paradigma, acentuou-se, dentre outras coisas, uma preocupação com os efeitos das relações informais, ou seja, com as questões relacionadas à dimensão tácita do conhecimento (cabe ressaltar aqui que naquela conjuntura era entendido como extensivo às relações ligadas ao fator da **produtividade**). Por fim, o principal traço desse paradigma é a **mudança da unidade de análise do individual para o coletivo**.

Nesse movimento, entrou em cena uma “ideia de grupo” cuja fonte de motivação foi deixando de ser vista unicamente como de natureza econômica, passando a ser consideradas as necessidades sociais. A partir dos aportes teóricos da psicologia industrial, da gestão de recursos humanos e do comportamento organizacional, chegou-se a uma compreensão de que são os aspectos mais subjetivos e não a razão que impulsionam as pessoas, **ganhando centralidade o papel da cognição e das relações interpessoais**. Ainda para Fróes Burnham e Reis (2012, p. 387, grifos nosso), “aspectos como *percepção de desafios, realizações,*

reconhecimento, responsabilidade, desenvolvimento, [intelectual] e crescimento pessoal são fundamentais para o funcionamento dos grupos.” Em consequência disso, o papel do **gestor** passou a ter o sentido de **facilitador** a fim de garantir a satisfação do trabalhador para repercutir na produtividade, a autoridade deixa de ser exercida a partir de uma posição de mando para se tornar uma relação de integração influenciando assim nas escolhas e decisões. Nesse aspecto, no âmbito desse paradigma, o objetivo último da gestão passou a ser as relações mais humanizadas, criando um clima de harmonia e autorrealização, pelo menos no plano da idealização.

O terceiro paradigma, denominado de **sistêmico**, tem como o seu nascedouro o contexto da Segunda Guerra Mundial. Nessa visada, considera-se como fundamento principal **a ideia de sistema**, aqui entendido como um todo constituído por partes interconectadas. Fróes Burnham e Reis (2012) reportam que o ponto de inflexão do paradigma sistêmico consiste na ampliação do papel da gestão e do gestor, dimensões tidas como inseparáveis. Com isso, decola-se de aspectos como os comportamentos observáveis – paradigma dominante na gestão clássica –, da cognição e relações interpessoais – gestão comportamental –, ampliando-se, para a organização como um todo, ressaltando a interdependência entre seus subsistemas (gestão sistêmica).

Além disso, depreende-se que uma organização, em suas interações internas e externas, não é autônoma, nem opera em condições estáveis. O gestor tem múltiplos papéis, dentre eles o de mediação das relações entre todos os componentes (do sistema) e atua na integração (coordenação dos objetivos estratégicos o que implica na potencialização das articulações dos elementos entre si e com o todo). Por fim, o paradigma da gestão sistêmica leva em conta “uma complexa dinâmica de interações e de energias, ao longo de todo o fluxo envolvendo todos os subsistemas/componentes do sistema e suas relações com o ambiente externo.” (FRÓES BURNHAM; REIS, 2012, p. 390). Ainda sobre a ideia de sistema, afirma Deleuze (1992, p. 46):

[...] um sistema é um conjunto de conceitos. Um sistema é aberto quando os conceitos são relacionados a circunstâncias, e não mais a essências. Mas, por um lado, os conceitos não são dados prontos, eles não preexistem: é preciso inventar, criar os conceitos, e nisso há tanta criação e invenção tanto na arte quanto na ciência. Um conceito é cheio de uma força crítica, política e de liberdade. É justamente a potência do sistema que pode, só ela, destacar o que é bom ou ruim, o que é novo ou não, o que está vivo ou não numa construção de conceitos.

Evoco Deleuze para lembrar que o conceito de gestão, e principalmente a “gestão do conhecimento” tem uma historicidade e está circunscrito a práticas específicas, não pode ser

encerrado em definições universais, fixas e infalíveis, e, portanto, aplicadas acriticamente esvaziando sua potência vital e inventiva, bem como descolado dos processos de subjetivação aos quais está vinculado como prática social. Compreendo que o contexto que estamos operando – os grupos de pesquisa em gênero, sexualidades e *queer* – suscitam um esforço de pensar a gestão em outra direção. Muito provavelmente, mobiliza uma outra inflexão ainda não apontada de modo contundente pelo campo conceitual da gestão do conhecimento científico, tampouco se reflete nos modelos aplicados. Nessa emergência teórico-epistemológica, é possível que sejamos motivados a denominá-lo de outra coisa que não seja exatamente de “gestão do conhecimento”, ou ainda que seu estatuto teórico precise ser ampliado e, para isso precise ampliar seus horizontes. Dito isso, consideradas suas limitações e supostas potências, como podemos avançar nesse conhecimento acerca da gestão científica em grupos de pesquisas e como esse campo empírico pode indicar pistas para ampliar o debate acerca do tema?

A gestão do conhecimento não é um conceito e um referencial teórico apropriado e operacionalizado pelas líderes dos grupos em seus espaços de produção do conhecimento. No entanto, é relevante adensar nas experiências desses grupos “cartografados”, identificando-os como organizações dentro de uma estrutura mais macro que são as universidades públicas em sua vocação para a pesquisa e o compromisso com a emancipação humana e com as justiça em todas as suas dimensões.

Na verdade, existem muito poucos estudos sobre a gestão do conhecimento no contexto científico-acadêmico, sobretudo aqueles focados em grupos de pesquisas em universidades brasileiras. Entre os poucos trabalhos disponíveis, destaca-se a dissertação de Leite (2006). Nesse estudo, o autor aponta que a gestão do conhecimento é recorrentemente abordada na literatura sob a perspectiva dos processos tecnológicos e raramente, do ponto de vista dos **processos propriamente ditos**. O que se está chamando de processos propriamente ditos? Creio que aqui temos um ponto em comum e que, ao me debruçar sobre o contexto dos grupos estudados, verifico que a dimensão processual precisa ser levada em conta. Isso pressupõe considerar como elementos estruturantes desses processos o conhecimento em si, o contexto e os sujeitos envolvidos. Há que se lançar um olhar mais interessado nos processos que envolvem, por exemplo, a qualidade da comunicação científica e da divulgação como estratégia e as dinâmicas da grupalidade, ou seja as motivações que levam a um grupo de indivíduos se juntarem por uma ou mais causas, com um ou mais propósitos.

Michel Polanyi (1958) em seu já clássico texto “Personal Knowledge: towards a post-critical philosophy”, texto que vem exercendo grande influência no campo da gestão do conhecimento, coloca que conhecemos mais do que podemos expressar e do que somos capazes de traduzir em códigos. Embora Polanyi coloque bastante ênfase no conhecimento tácito, ele não está necessariamente se referindo aos processos de construção de conhecimento, prática de si, relações de poder, ética e afetos, questões tão caras aos estudos dos grupos de pesquisas como **a gestão da subjetividade**, conforme destaca Galeffi (2020), questões materiais e sutis, não só o corpo físico, mas também o corpo emocional, composto pelos afetos, emoções, desejos; o corpo mental pelos pensamentos, ideias e racionalidade. Em sua fala, Polanyi coloca a questão da insuficiência da linguagem para traduzir os modos de subjetivação que não podem ficar subsumidos à ideia de conhecimento tácito nos processos de gestão do conhecimento.

No entanto, como fazer isso sem nos render aos apelos do neoliberalismo e das lógicas do mercado? Morin (2019) ressalta que esse modelo de crescimento baseado na competição e que coloca as empresas no lugar dos homens com o intuito de liquidá-las e aliená-las é lamentável. Justamente por isso ele defende uma globalização que cria solidariedades entre as pessoas e com o planeta, devendo ser condenado todo e qualquer modelo de globalização que não traz prosperidade e estimula a corrupção e a desigualdade. Vale destacar que, ainda para Morin (2019), somos prisioneiros da ideia de rentabilidade, produtividade e competitividade, ideias que foram levadas à exaustão como a concorrência globalizada e desenfreada, nas empresas, e depois essa racionalidade foi se espalhando para outros ambientes sociais e institucionais como o mundo da escola, da universidade e da relação professor-aluno. Por certo que o ambiente científico-acadêmico não escapou de ser capturado por essa lógica.

Por outro lado, é urgente entender o circuito das informações dentro dos grupos, quais processos são utilizados para disseminação de novos conhecimentos e como são gerados. Tudo isso implica na observação da estrutura dos grupos, bem como da cultura geral e específica de cada um no que diz respeito ao compartilhamento de conhecimentos, princípios da gestão do conhecimento. Por outro lado, o próprio conceito de cultura organizacional, que prevalece sendo voltado para as empresas, não dá conta das especificidades do contexto mais amplo que são as universidades públicas e de modo específico os grupos de pesquisas em gênero e *queer*. Neste estudo, cabe pensar até que ponto os/as líderes dos grupos alcançados, principal via de acesso às informações da pesquisa que são as entrevistas/conversas, se enxergam como gestores e qual a concepção de gestor(a) que está subjacente a essas práticas. Quais os processos de subjetivação estão sendo mobilizados nas interações que fundam uma

ideia de grupo atravessada pela dimensão afetiva, pelas coalizões políticas em torno de a[r]tivismos, e principalmente a partir de saberes localizados? (HARAWAY, 2009).

As relações de poder tanto intra como intergrupos é um fator importante na análise dos grupos e na dinâmica de funcionamento como organizações e como isso tudo interfere na produção de conhecimento. Barragán e demais autores (2020), em “Pensar a partir do feminismo”, defendem uma análise entrelaçada das diferentes dimensões do poder no sentido de investir em uma crítica feminista sobre o discurso do desenvolvimento assentado em um pensamento integral que permita dialogar tanto com a academia e os discursos políticos quanto com as lutas individuais e coletivas das mulheres para transformar em um sistema político, social e econômico desigual haja vista que as ciências econômicas continuam a ignorar não só a dimensão de gênero, como também raça/etnia, sexualidades e demais marcadores sociais das diferenças.

Por outro lado, ao perseguir a trilha do sujeito e Pesquisador Encarnado, dimensão que assumidamente atravessa este estudo, reitero a urgência de pensar uma perspectiva de desenvolvimento eticamente possível. Assim, falando tanto como herdeiro do feminismo quanto das bases teóricas-epistemológicas e paradigmáticas do/a Pesquisador/a Encarnado/a, ao me aproximar dos líderes dos grupos, tento exercitar uma escuta mais sensível, na medida em que faço um esforço de “articulação”. Aqui, utilizando esse termo na acepção de Latour (2007), ou seja, aquele sujeito que vai a campo e move-se para aprender, posição que se opõe à presença de um pesquisador “inarticulado”, ou seja, “aquele que vai a campo para confirmar o que já sabia, para coletar o que procurava, para aplicar uma teoria”. Esse movimento aprendente me coloca em uma zona tênue e permeada de tensionamentos que estão o tempo todo articulando princípios éticos, políticos e epistemológicos.

Para Núbia Moura Ribeiro, Ana Maria Menezes e Maria de Fátima Hanaque Campos (2016, p. 154, grifos nosso), **apesar de não haver consenso do que seja a gestão do conhecimento, entre convergências e divergências, prevalece uma certa compreensão de que se trata de** *“um processo sistemático, articulado e intencional, apoiado na geração, codificação, disseminação e apropriação de conhecimentos.”*

Com isso, nem sempre nos damos conta de que o trabalho com o conhecimento é uma ação sistemática, operacional, conceitual e combinada, para usar a já clássica caracterização de Nonaka e Takeushi (1997), nem sempre temos essa clareza e usamos racionalmente na nossa produção do conhecimento. Por trás de nossas práticas de pesquisa, das políticas institucionais subjacentes às nossas relações interpessoais, no interior das vivências em grupo, coexistem determinados modos de (inter)ação (ações, comportamentos, traços culturais,

relações de poder). Há sempre um saber-fazer que enforma o *modus operandi* de produzir conhecimento, muitas vezes considerados como não legitimados, não “científicos” de acordo com os paradigmas da “ciência hegemônica.”

O saber-fazer pesquisa coletivamente e em redes pressupõe diálogos abertos e articulados, bem como troca de saberes. É, portanto, um saber-fazer que precisa estar articulado e isso exige comunicação, compartilhamentos, trocas, responsabilidades, compromissos e o reconhecimento das especificidades da sociedade do conhecimento. Para Radha D’souza (2010), assim como os efeitos das dimensões institucionais da pesquisa nos levam a questionar o efeito da nossa produção científica sobre o mundo, da mesma forma, reformular o problema da subjetividade na pesquisa requer ultrapassar a questão da metodologia de pesquisa. O *modus operandi* dos grupos de pesquisa, aqui entendido na perspectiva sistêmica, ou seja, um saber fazer interno e ao mesmo tempo também externo porque diz respeito a nós, enquanto indivíduo e com os outros (processualidade do coletivo). Tudo isso informa práticas, independente de uma teorização, de uma sistematização e da aplicação dos modelos produzidos com os objetivos concernentes à gestão do conhecimento.

Nesse sentido, significa que de um modo ou de outro, estamos lidando com o conhecimento que produzimos. O fato é que levamos a cabo as nossas pesquisas, defendemos um protagonismo epistêmico, um modo de existir e resistir apesar de toda sorte de problemas e dificuldades que atravessamos no contexto das universidades e no cotidiano dos grupos e núcleos de pesquisas. Seguimos fazendo pesquisas, seja de forma mais ou menos precária, mais ou menos organizada. Por consequência, o que deixamos de fazer a fim de “qualificar” nossas práticas investigativas e os impactos dessa difusão precisa ser considerado se almejamos estar no jogo da ciência como um campo de disputa e a cultura do improvisado que sobredetermina as nossas práticas não seja um empecilho para o avanço das pautas humanitárias dos grupos, que não coaduna com uma visão de desenvolvimento que deixa de fora os sujeitos em suas demandas pessoais e coletivas de crescimento humano.

Ainda que tentemos nos insurgir aos modelos hegemônicos de produzir conhecimento nas universidades brasileiras, nossa produção está inserida em uma lógica produtivista e sujeita aos controles de resultados e avaliação pelo setor público e agências de fomento. Por isso mesmo, é necessário que coloquemos em suspenso a ideia de “valor” da nossa produção e seus critérios, da mesma forma que nos aventuremos em *epistemes* muito pouco seguras para os cânones da produção científica. Por isso mesmo, não podemos perder de vista que “cabe à própria comunidade científica, assegurar a pluralidade de concepções, antídoto do

dogmatismo e do aligeiramento, a circulação do pensamento crítico e o compromisso com valores sociais mais amplos.” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2009, p.32).

Quer seja no improviso, quer seja no atomismo das ações e no calor das nossas pautas e agendas, sempre tão urgentes e tão voltadas a salvaguardar vidas e intervir nos processos de promoção das justiça sociais, estamos quase sempre enfrentando toda sorte de adversidade, contra todo e qualquer ataque à produção de conhecimento científico – movimento que vem se intensificando no Brasil atualmente. Quando nos voltamos para o campo dos estudos de gênero, um campo heterogêneo e poroso, vamos observar que, de um lado, a entrada do próprio conceito de gênero representou uma estratégia de abertura de diálogo com o Estado e com os organismos financiadores demonstrando uma certa capacidade de barganha, apesar das críticas ao modo como isso aconteceu. Por outro lado, no que se refere aos estudos *queer*, a ênfase nas micropolíticas em detrimento de macropolíticas aponta para aquilo que PocaHy (2006, p. 227, grifo do autor), sugere:

A alergia social *queer* age de forma tática e deliberada através do dissenso. Como política epistemológica, como experimentação (re)inventiva do fazer-corpo e ainda como fazer acadêmico em movimentos minoritários, dissidentes, estudiosxs-ativistas queer assumem, como ponto de partida, a proposição de que a pesquisa, a arte, as formas de associativismo e a feitura de nossas práticas sociais são produzidas a partir de jogos de poderes-saberes-prazeres que são vividos sem nenhuma promessa de vida certa.

Michel Polanyi (1976), ainda na década de 1970, destacou duas dimensões estruturantes no conhecimento: o **conhecimento tácito** e o **explícito**. Para Polanyi, o conhecimento tácito é considerado **subjetivo**, ou seja, ligado ao ser humano e, portanto, a contextos sociais específicos. É, portanto, considerado de difícil formalização e o modo de transmissão é, conseqüentemente, complexo. Entendido dessa forma, o conhecimento tácito acaba por ser compreendido como propriedade individual, isto é, não pertence a uma organização ou coletividade. Quanto ao **conhecimento explícito**, é considerado **objetivo** porque é passível de ser transmitido em linguagem formal e passível de uma sistematização. Trata-se de um conhecimento que pode ser obtido através do acesso às informações. É o caso, por exemplo, do conhecimento que chega via educação formal, das bases de dados, em grande número, principalmente nos tempos atuais, pelas redes temáticas. Para Terra e Angeloni (2002), por ser um campo interdisciplinar, não é possível se pensar em realizar a gestão do conhecimento sem uma grande atenção às diferenças entre conhecimento tácito e explícito.

Essa teoria-síntese classificatória do conhecimento proposta por Polanyi vem servindo de base para a maioria dos estudos e modelos aplicados em gestão do conhecimento. Quando nos dedicamos a pensar essa proposta de Polanyi e trazemos para a cena problemática a perspectiva do Pesquisador Encarnado, veremos como se trata de uma dimensão atravessada pelos processos de subjetivação e, por isso mesmo, o conhecimento advindo desse exercício se torna mais difícil de ser representado e explicitado enquanto movimento de linguagem.

A subjetividade é da ordem dos conhecimentos tácitos e muitas vezes não explícitos ou explicitáveis. Reinventá-la nessa dimensão é torná-la “útil” em nossas compreensões de sujeitos produtores do conhecimento. Nesse exercício, pelo menos duas questões se apresentam como norteadoras da problemática:

- 1) Até que ponto as teorias sobre a gestão do conhecimento e os modelos vigentes aplicados podem ser úteis em nossas práticas de líderes e membros de grupos de pesquisas em gênero, sexualidades e *queer*, nosso raio de observação empírico?
- 2) Ao nos apropriar do conceito de gestão do conhecimento, não estaríamos mais uma vez caindo em uma “cilada teórico-epistemológica colonizadora” nos apropriando de mais uma teoria criada no Norte Global e com isso correndo os riscos de reproduzir acriticamente, um saber colonizado, sem uma análise que não leve em conta nossas especificidades do campo, dos sujeitos e das relações de poder?

A questão do conhecimento tácito compreende um ponto central para a gestão do conhecimento científico. Conforme destaca Angeloni (2008), do ponto de vista das organizações – leia-se empresas –, é importante o reconhecimento de que grande parte do conhecimento das organizações permanecerá nas cabeças das pessoas, e não pode ser facilmente codificado, estruturado e, principalmente, armazenado em suporte tecnológico, necessitando de relação direta de seus detentores.

No entanto, não podemos perder de vista que os “saberes são sempre resultado de processos de transculturação, isto é, de negociações interculturais características das zonas de contato”, conforme nos mostra Claudia de Lima Costa (2000, p. 931). Diante do exposto, a pergunta que sintetiza esta reflexão é: se é possível uma outra ideia de gestão do conhecimento que suplante a lógica mercadológica e, acredito a “problemática dos modelos”. Ao longo deste estudo, sempre que eu usar a ideia de problematização, estou dialogando com a acepção de Foucault para quem a problematização, diferentemente da polêmica:

Trata-se, pelo contrário, de um movimento de análise crítica pelo qual se procura ver como puderam ser construídas as diferentes soluções para um problema; mas também como essas diferentes soluções decorrem de uma forma específica de problematização. Fica então evidente que qualquer nova solução que fosse acrescentada às outras decorreria da problematização atual, modificando somente alguns postulados ou princípios sobre os quais se sustentam as respostas dadas. O trabalho de reflexão filosófica e histórica é retomado no campo de trabalhos do pensamento com a condição de que se compreenda a problematização *não como um ajustamento de representações, mas como um trabalho de pensamento*. (FOUCAULT, 2010, p. 233, grifos nossos).

Dialogando com Foucault, como trabalho do pensamento, essas indagações se desdobram em muitas outras não menos relevantes. No entanto, para se chegar a algumas pistas que possam dar conta minimamente de respondê-las, será necessário, ainda que de forma provisória, a partir dessa altura, compreendermos alguns sentidos e usos frequentes das teorias de gestão do conhecimento disponíveis na literatura vigente.

Iremos retomar aqui os sentidos da gestão do conhecimento a partir de importantes teóricos do campo. A bibliografia existente já dispõe de uma expressiva revisão da literatura sobre o controverso tema da área. Alguns autores e autoras vêm se debruçando sobre esse tema em inúmeros trabalhos que visam o mapeamento semântico, análises de frequência de descritores em teses e dissertações e na elaboração de propostas metodológicas para demarcar o tema, como é o caso dos trabalhos de Souza e Alvarenga Neto (2003).

No estudo bibliométrico realizado por Souza, Alvarenga Neto e Mendes (2007), que cobre o período de 2006 a 2015, temos um estudo bibliométrico em programas de mestrado e doutorado no Brasil no período de 2006 a 2015. Nessa análise, os autores observaram uma tendência de ligeiro decréscimo nos dois últimos anos do período analisado, sendo que o ano mais profícuo foi 2013. A instituição que apresentou a maior quantidade de trabalhos foi a UFSC, com seu programa Interdisciplinar de Engenharia e Gestão do Conhecimento. Assim, demonstraram que os estudos sobre gestão do conhecimento têm um viés e ênfase interdisciplinar, e os autores afirmam que esse tema está se consolidando como uma nova disciplina acadêmica, não podendo ser considerado apenas um modismo de gestão, mas dispõe de sua literatura própria, inclusive com periódicos científicos específicos, além da participação de mais autores em um mesmo trabalho acadêmico, o que representa alguns dos sinais de maturidade acadêmica. Além disso, a criação da Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC), em 2001, com destaque para o intercâmbio empírico na disseminação de conceitos e práticas de gestão do conhecimento, é um índice desse crescimento alcançado pelo campo.

Mesmo a despeito dessa maturidade e consolidação do campo, é visível a permanência de uma perspectiva colonizada de gestão do conhecimento. A análise de Rosa e Alves (2010), por exemplo, problematiza a hegemonia da Língua Inglesa no âmbito dos estudos organizacionais, apontando a subalternização da Língua Portuguesa, defendendo que não se trata de um processo neutro, mas um mecanismo que visa reproduzir uma lógica colonial em que o Norte Global define os parâmetros de produção, circulação e disseminação em gestão em contexto transnacional, excluindo assim os conhecimentos do Sul Global.

Apesar do crescente número de estudos desenvolvidos nas duas últimas décadas, a gestão do conhecimento é um tema ainda em disputa, ou seja, está longe de ser um consenso. De certa forma, buscar um consenso mostra-se muito pouco produtivo, significa desprezar a potência criativa e inventiva do próprio conceito que tende a se reinventar e se mostrar em outras potências à medida que ele é tensionado. Segundo Souza, Alvarenga Neto e Mendes (2003, p. 20), a polissemia da construção discursiva “gestão do conhecimento” usada em diferentes domínios do conhecimento leva a compreensões parciais, ou seja, “cada domínio clama para si que a compreensão parcial da temática represente a articulação definitiva do conceito”, o que não dá conta da ideia de complexidade.

Para Teresinha Fróes Burnham (2012b), a “gestão do conhecimento” é um campo do conhecimento interdisciplinar e carece de um *corpus* teórico mais robusto para ampliar o seu escopo. Nesse sentido, para esse processo de consolidação e instituição da área, precisará dialogar com as diversas áreas do conhecimento a fim de estabelecer estatuto epistemológico. Por outro lado, a autora ressalta ainda a necessidade de análise das práticas de gestão do conhecimento no cotidiano das organizações como também nas instituições de pesquisas com o objetivo de articular teoria e prática. A bem da verdade, para além do binômio teoria e prática, a gestão do conhecimento, nos termos vigentes, separa de forma hermética o pessoal e político, sujeito e objeto, individual e coletivo, convive com duas outras percepções, a meu ver um tanto quanto problemática. Por um lado, ela é compreendida como recurso, ou seja, como “ferramenta” em áreas como a Biblioteconomia e Engenharia de Processos bem como na teoria organizacional.

Já na área da Administração, o conceito, ao que parece, é tratado de modo mais diluído em outras áreas como teorias da administração ou disciplinas funcionais que destacavam o trato das informações e sua transformação em competitividade, compreendendo a gestão do conhecimento como uma “capacidade” conduzida pela organização para evoluir em determinado contexto (ALVARENGA NETO, 2005; DAVENPORT, 2005). Angeloni (2008), por sua vez, aposta na multiplicidade de abordagens, de usos de ferramentas e práticas de

gestão como virtudes do campo com o propósito de dar apoio às organizações, criando um futuro organizacional mais competitivo. Ávila e Freire Junior (2008) descrevem como vantagens da gestão do conhecimento as organizações privadas o aumento da satisfação dos clientes, a inovação dos processos de trabalho, o aumento da produtividade, da rentabilidade e o desempenho com relação à concorrência. Já para o setor público, esses autores enumeram uma finalidade mais ampla que vai transcender a melhora do desempenho organizacional, o que possibilita uma maior transparência, ética e economia do cuidado para o cidadão.

Um mapeamento mais atento do plano semântico utilizado nas definições, funções e qualificações da gestão do conhecimento demonstra claramente que esse “conceito/operador” tem sido pensado para atender às demandas do mundo empresarial em uma lógica capitalista, ou seja, busca atender às necessidades de um capitalismo que exacerba a ideia de um “fundamentalismo econômico”, conforme coloca Ramose (2010). Esse termo é usado para se referir a uma estrutura e organização do pensamento no sentido de uma relação “tão absolutista e dogmática quanto as três religiões monoteístas. O seu ‘deus’ – o dinheiro – exigindo, a qualquer custo, a perseguição estrita do lucro, demanda apenas a obediência das suas criaturas.” (RAMOSE, 2010, p. 178).

Essa literatura concernente ao campo, pelo menos a que tive acesso, disponibiliza uma série de conceitos e princípios que norteiam o entendimento do que seja a gestão do conhecimento em seus objetivos e alcances, são eles:

- um meio de identificar um conhecimento conhecido o que possibilita o desenvolvimento, disseminação e atualização de conhecimento estrategicamente relevante para a organização utilizando os **processos** internos ou externos. (FLEURY; OLIVEIRA JUNIOR, 2001);
- conjunto de **processos** de criação, usos e disseminação de conhecimentos na organização, uma mistura fluída de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado. (DAVENPORTE; PRUSAK, 2003);
- um modo de comportar-se no qual cada pessoa é um trabalhador do conhecimento, um empreendedor, de modo que **a criação do conhecimento se refere mais sobre ideais que sobre ideias**. (NONAKA, 1991);
- um **processo de negócios**, em que a empresa usa seu conhecimento institucional ou coletivo. (SARVARY, 1999);

- uma **filosofia de negócios** direcionada para o **compartilhamento** em ação do conhecimento. (GURTEEN, 1999);
- um conjunto dinâmico e contínuo de **processos** e práticas incorporadas em indivíduos assim como nos grupos e estruturas físicas. (ALAVI; LEIDNER, 2001);
- um conjunto de **processos** que governa a criação, a disseminação e a utilização de conhecimento no âmbito das organizações. (ANGELONI, 2002);
- um conjunto de todas as **tarefas que envolvam a geração, codificação e transferência do conhecimento**. (DAVENPORT; PRUSAK, 2003);
- uma forma de interação de **processos** simultâneos que vai desde a **criação ao uso pleno do conhecimento viabilizado pela cultura de aprendizado e de compartilhamento, no ambiente das organizações**. (DUARTE, E. N., 2003);
- um elemento que fornece a sustentação, por meio da interface entre as etapas do **processo** e o fluxo do conhecimento, entendendo-a como a tarefa de criação, institucionalização e disseminação do conhecimento estrategicamente relevante para a empresa. (SANTOS; TAKAHASHI, 2015);
- um esforço gerencial em promover e facilitar as atividades de aquisição, armazenamento, compartilhamento e utilização do conhecimento por indivíduos e grupos. (GONZALES; MARTINS, 2015);
- processo de aquisição, troca e uso do conhecimento dentro das organizações, incluindo os **processos** de aprendizado e os sistemas de informação, ou seja, um **processo** que requer transformação do conhecimento pessoal em conhecimento corporativo de forma a ser compartilhado e apropriadamente aplicado nas organizações. (LOUGHBRIDGE, 1999);
- um conjunto de **processos** que governa a criação, uso e disseminação e a utilização de conhecimento no âmbito das organizações. (MORAN, 1994).

Nas definições e compreensões elencadas acima, a ideia de processo prevalece, é reiterada permanentemente. Chama a atenção que a ideia de processo em circulação tem muito mais a ver com “processamento”, ou seja, está pautada na teoria da informação, de acordo com regras lógicas, ou seja, com orientações teóricas-metodológicas subjacentes as quais observa-se uma espécie de cognição científica sobre a qual repousa **competências e habilidades**, daí a recorrência de ações como **aquisição, criação, armazenamento, compartilhamento, usos, mensuração, disseminação**, dentre outras.

Dito isso, é flagrante a presença de termos como “rentabilidade”, “produtividade” e “competitividade” no bojo dessas concepções, marca ideológica capturáveis nos discursos e representada pelos sentidos. Isso em certa medida se explica, porque durante muito tempo a gestão do conhecimento ficou restrita ao ambiente organizacional. Atualmente, a gestão do conhecimento vem se abrindo para outros contextos, como o contexto acadêmico. Sobre os estudos da gestão de conhecimento nas organizações no ambiente acadêmico, Fróes Burnham, Carneiro e Rios (2012) ressaltam que a universidade é uma organização “aprendente”, e por isso as estratégias de gestão de conhecimento nesse contexto têm grande potencial para ajudar a criar um ambiente que proporcione o desenvolvimento da aprendizagem, não somente individual como também coletiva.

É nessa ambiência de aprendizagens e aberturas para e com o conhecimento que Terezinha Fróes (2012a) vislumbra um território fértil para a produção de novas subjetividades entre fronteiras e intersecções. Assim, no âmbito dos grupos de pesquisas em gênero e sexualidades, se quisermos fazer uma aproximação, sem uma apropriação acrítica da gestão do conhecimento, teremos que nos debruçar inicialmente sobre algumas questões latentes e sensíveis ao tema. A primeira delas diz respeito ao enfrentamento da lógica capitalista que sobredetermina essas concepções e modelos de gestão de conhecimento vigentes.

Sendo assim, por que é importante superar, senão suspender essa lógica capitalista? Estou certo de que estamos diante de uma questão complexa, multifacetada e eivada de desdobramentos principalmente no atual contexto no qual as universidades públicas passam por mudanças promovidas por uma correlação de forças econômicas que deram vida a programas como o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se),⁷⁹ proposto pelo governo de Jair Messias Bolsonaro.

Inicialmente, tentarei seguir algumas pistas a partir do próprio material empírico tendo em vista o contexto político econômico da produção de conhecimento científico no Brasil nas universidades públicas, especialmente aquelas cujas experiências convergem para o campo

⁷⁹ O Future-se foi apresentado às universidades federais na atual gestão do presidente Jair Bolsonaro, sob o comando de Abraham Weiraub no Ministério da Educação. Em linhas gerais, nessa proposta, as universidades que aderissem ao programa poderiam realizar contratos de gestão com Organizações Sociais). A lógica do Future-se pressupõe uma mudança na episteme da ciência, com a privatização de bens patrimoniais e recursos públicos. Com isso, ela fica à mercê das grandes corporações nacionais e mundiais, reorganizando as universidades públicas em Organizações Sociais dependentes do setor privado e vendendo serviços. Nesse sentido, esse projeto indica uma inflexão radical para a mercantilização máxima, além de implicitamente, do ponto de vista ideológico, representar o desmonte não só das universidades, mas de todo o sistema de ciência e tecnologia do país, que, além das universidades, contém as agências públicas de fomento, responsáveis pelo financiamento de quase 90% da produção científica do país. Com isso, a previsão é de um acirramento do processo de dependência científica e tecnológica, conforme avaliam alguns autores a exemplo de Leher (2018).

das Humanidades e Ciências Sociais e, principalmente, o mais imediato que são os estudos de gênero e sexualidades no Brasil e, especificamente na Bahia, em suas experiências tanto orgânicas quanto inorgânicas.

O primeiro ponto consiste em avaliar o modelo econômico vigente que sobre determina os modelos de gestão dominantes, haja vista que esse modelo capitalista negligência o cuidado em todas as suas dimensões, além de estimular uma competição nociva. Esse traço do capitalismo parece ficar mais latente em momentos de crise como o atual contexto de pandemia que nos força o confinamento. Nesse aspecto, Bruno Latour (2020) propõe que nos coloquemos em um exercício permanente de imaginar gestos que barram o retorno da produção pré-crise uma espécie de reação contra cada elemento de um modo de produção que não queremos que não seja mais retomado, que nossos gestos acoplados uns aos outros conseguirão suspender o sistema produtivo. Latour fala de um gesto que deve ser individual, mas também em grupo no sentido de nos insurgir contra essa cadeia de produção.

Vladimir Safatle (2020) chama a atenção para a existência de um “estado suicidário”, uma hipótese que visa dar conta de uma espécie de mudança de paradigma no exercício do poder soberano nas sociedades ocidentais. Em sua análise, Safatle considera que essa é uma mudança significativa que nos coloca em outro patamar de estrutura de governamentalidade.⁸⁰

Para Safatle (2020), esses processos estariam acontecendo inicialmente nos países periféricos do sistema de capitalismo global, como o Brasil, mas posteriormente poderão ser utilizados em outros contextos, o que faz do Brasil uma espécie de laboratório mundial do neoliberalismo que flerta com o fascismo, ou seja, um contexto que dispõe de condições propícias para analisar tais mudanças. Para Safatle (2020), há uma mutação na estrutura da violência estatal que não cabe no paradigma da necropolítica. Como sabemos, o conceito de necropolítica foi desenvolvido por teóricos importantes a exemplo de Achille Mbembe (2018) que insistiu em uma “falha” na reflexão do poder soberano do Foucault, basicamente de gestão da vida e da administração dos corpos.

Safatle (2020) argumenta que nas sociedades que foram submetidas à colonização, o poder se exerce principalmente de maneira mais evidente como instrumentalização generalizada de existência humana e material de corpos e populações. Essa dinâmica do poder

⁸⁰ Cabe destacar aqui que o termo governamentalidade é utilizado por Foucault e aparece segundo Edgardo Castro (2016, p. 190-200) de, pelo menos, duas maneiras como forma de governar condutas: “[...] 1) conjunto construído pelas instituições procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício do poder que tem, por objetivo principal, a população; por forma central, a economia política; e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. 2) a tendência deste tipo de poder que é o governo sobre todos os outros: a soberania, a disciplina e que, por outro, permitiu o desenvolvimento de toda uma série de saberes.”

soberano opera através de uma distinção ontológica fundamentalmente entre dois processos de subjetivação: de um lado, um processo faz com que os sujeitos sejam reconhecidos como pessoas, portadores de direitos e direitos de proteção do Estado; e, de outro, um processo de subjetivação de reificação brutal de mercantilização, sujeitos são colocados na condição de coisas, sem direito à proteção do Estado. Dito isso, ao invés de um Estado protetor, eles vão conhecer uma espécie de “estado predador”, o que parece que fica muito claro no destino das mortes daqueles sujeitos que efetivamente importam, quando acontece o luto; e daqueles sujeitos submetidos à condição de coisa cuja morte é transformada em uma estatística, um mero número.

A hipótese de Safatle (2020) é de que estamos caminhando para um processo ainda mais brutal na medida em que as sociedades coloniais encontraram uma forma de paralisar a potência das lutas de classe através de uma reorganização geográfica específica da violência de Estado. Isso porque, ainda segundo Safatle, estaríamos entrando em uma indistinção, diferente do paradigma da necropolítica em que há dois modos distintos de funcionamento do Estado, a diferença em relação as mortes que ocorrem em todos os setores da população para se transformarem em uma norma. Nesse caso, o Estado abandona o seu caráter de Estado protetor para todos, ele vai vivenciado de forma e intensidade diferentes a partir da maneira com que os sujeitos têm acesso a outros bens ou a outras esferas da vida social como o mercado. Dentro desse horizonte, Safatle considera relevante recuperar o conceito de Estado suicidário.⁸¹ A hipótese de Safatle é de que a noção de Estado suicidário ganha uma atualidade inaudita dentro do atual desenlace do neoliberalismo, ou seja, o capitalismo estaria entrando em um processo irreversível de decomposição na medida em que não consegue mais garantir macroestrutura de proteção.

Por fim, Safatle arremata chamando a atenção para o fato de que nada que está acontecendo no Brasil hoje se confunde com nossa história é fruto de um improviso. Pensando com Safatle, parece oportuno pensar que quem está improvisando somos nós, em nossas experiências individuais e coletivas no âmbito dos grupos de pesquisas nos quais produzimos conhecimento, ao passo que quanto ao Estado esse parece fortalecer um projeto de poder e de necropolítica nada improvisado, mas bem articulado.

Para Ramose (2010, p. 208), a metafísica da competição fere o princípio da partilha e do cuidado mútuo. Nesse sentido:

⁸¹ Vale ressaltar que o conceito de Estado suicidário não é de Vladimir Safatle. Trata-se de um conceito desenvolvido pelo filósofo francês Paul Virilio, mas que foi apropriado por Safatle para caracterizar o contexto atual do neoliberalismo em andamento e seus desdobramentos.

‘Competição’ ou ‘competitividade’ é o dogma da globalização econômica capitalista. De acordo com este dogma, mesmo o direito humano à vida - a dignidade humana – deve ser subordinado e reduzido ao impulso totalizador de produzir lucros ilimitados. A produção de lucro torna-se então irracional e não-ética, precisamente porque perde ser caráter como meio para fins racionais e éticos. A lógica e o dinamismo da globalização econômica contemporânea são, de facto, contraditórios ao significado de competição.

Visto a partir da perspectiva do significado original de competição. O dogma da globalização econômica contemporânea está orientado para a exclusão do “outro”, neste caso em especial do outro ser humano. Assim:

Negar a exterioridade do outro é, ontologicamente, equivalente a negar a sua existência: é igual a matá-lo. Sobre tal raciocínio, a lógica do dogma contemporâneo baseia-se na premissa metafísica de que ‘vós deveis matar outro ser humano para sobreviver’. O problema com esta premissa metafísica é que ela aceita um entendimento limitado de sobrevivência. A restrição está em primeiro plano (lugar). Todo o resto, incluindo matar um outro ser humano, é permitido, desde que seja feito em nome da sobrevivência individual. (RAMOSE, 2010, p. 208).

O conhecimento é visto como um meio para se alcançar lucros, ou seja, volta-se para a rentabilidade e produtividade. Além disso, há certo consenso entre os teóricos que estudam a gestão do conhecimento acerca da compreensão de que o conhecimento é peça central na “estratégia competitiva” das empresas. As impressões iniciais foram muito importantes para balizar todo o processo do estudo e a pesquisa certamente aportou significativas contribuições para a compreensão da complexidade do trabalho com o conhecimento, mais especificamente com a gestão do conhecimento. Nesse sentido, o primeiro ponto se trata de, partindo da ideia de grupo, da relação sujeito-objeto, do plano comum problemático e coletivo de forças, pensar a gestão do conhecimento como um processo e fazer a gestão do conhecimento é, assim acompanhar esses processos, com especial ênfase nos conhecimentos tácitos. Muito embora a título de difusão e dentro da lógica produtivista das agências de fomento e avaliação da produção do conhecimento, se espera chegar a um processo de externalização complexo, nem sempre fácil de ser gerido no âmbito da cultura científica dos grupos de pesquisas em gênero, sexualidades e *queer*.

Considerando que a bibliografia disponível sobre a gestão do conhecimento é descolada da realidade/especificidade/das experiências e do cotidiano dos grupos de pesquisas em gênero e sexualidades, pelo menos os estudados, de que forma o método cartográfico nos ajuda a compreender esses processos? Os usos que se faz da gestão do conhecimento – que gestão queremos? Para Leite (2006), um dos problemas reside no fato de que, as organizações e instituições de pesquisa nem sempre conseguem registrar adequadamente o conhecimento

gerado e difundido interna e externamente. Nesse sentido, as iniciativas na área de gestão do conhecimento são experiências que têm apontado caminhos para soluções promissoras.

Diante do exposto, é pertinente indagarmos sobre: 1) quais são o(s) caminho(s) que percorremos para fazer a gestão do conhecimento nos grupos de pesquisa em gênero e sexualidades na Bahia?; 2) como nos organizamos do ponto de vista institucional, como se dá a formação de recursos humanos?; 3) como dialogamos com a sociedade civil, o Estado e as agências de fomento à pesquisa? Partindo da perspectiva do “Pesquisador Encarnado” considerando como *corpus* de estudo as experiências dos grupos de pesquisas analisados, é possível pensar em uma gestão do conhecimento “encarnada”? O que caracteriza uma gestão encarnada? Após discutirmos sobre alguns aspectos relevantes acerca da gestão do conhecimento científico na literatura disponível, considero pertinente ensaiar algumas provocações sobre a ideia de gestão a fim de estabelecer possíveis diálogos críticos, zonas de contatos, limites e aberturas inventivas no sentido de fazer emergir renovadas energias no avanço do conhecimento sobre a temática. A partir desse ponto, argumentar-se-á acerca da viabilidade de uma outra gestão do conhecimento, produzida não exatamente através de modelos desenvolvidos para serem implementados e replicados sem uma avaliação crítica dos conceitos, princípios, modelos e ferramentas. É importante um olhar atento a tudo aquilo que nos chega sobre o discurso do “novo” paradigma para a boa gestão.

Precisamos ter claras quais são as nossas dificuldades como “grupo” de pesquisa, e até que ponto podemos buscar vias de aprimoramento de nossas práticas sem nos deixarmos cooptar totalmente pelos discursos do produtivismo e do capitalismo. Se não buscamos o lucro, para além de nossos investimentos individuais de engordarmos nossos currículos, obtermos nossos diplomas e ascender na carreira acadêmica, para que serve o conhecimento que produzimos e compartilhamos nos grupos de pesquisas?

De toda sorte, muito provavelmente a nossa falta de profissionalismo no trato cotidiano com essa produção de conhecimento nos coloca em desvantagem quanto se trata de alavancarmos nossa produção e conseguir meios de difusão mais eficientes, aperfeiçoar nossa comunicação no que se refere não só às vivências cotidianas, como também à comunicação científica. Quando deixamos de investir em parcerias institucionais e ficamos à mercê dos acordos tácitos, deixamos também de imprimir um outro sentido menos endógeno e mais aberto. Essa é a problemática que se impõe e sobre a qual nos dedicaremos nos próximos capítulos. O próximo capítulo será dedicado à modelagem do dispositivo metodológico da tese.

CAPÍTULO II

3 O PESQUISADOR ENCARNADO MODELA SEU DISPOSITIVO METODOLÓGICO E APRESENTA O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

O 'Pesquisador Encarnado' se adentra no percurso do Analista Cognitivo para modelar seu dispositivo metodológico ...

Não é por tal ou qual método de pesquisa que se opta, e sim por uma prática de pesquisa que nos 'toma', no sentido de ser para nós, significativa. (CORAZZA, 2007, p. 120).

O cartógrafo sabe que é sempre em nome da vida, e de sua defesa, que se inventam estratégias, por mais estapafúrdias que sejam. (ROLNIK, 2014, p. 68).

O próximo movimento será metodológico e de questões afins. Nele, o leitor encontrará de forma detalhada uma descrição dos modos de produção das informações e compreensões utilizados nessa investigação. Aqui, pretende-se ir além da descrição metodológica como um atributo inerente ao Pesquisador Encarnado, mas um ato de gestão, um espaço para explicitar alguns conceitos lançados como promessa no capítulo anterior referentes aos aspectos metodológicos e que serão agora apresentados de forma mais aprofundada a exemplo de “modelagem”, “método cartográfico”, “escrita encarnada”, “entrevista encarnada”, o Facebook como *locus* de textualidade cultural, dentre outros. Nesta seção, serão apresentadas também as técnicas e ferramentas de coleta de informações e análise. Além disso, teremos uma descrição das atividades realizadas na pesquisa com seus objetivos e outra com a participação em eventos com os respectivos períodos e objetivos. Por fim, o Pesquisador Encarnado pede para alertar o/a leitor/a, com pedido de desculpas, para o fato de que se, em alguns momentos, ao descrever os aspectos metodológicos, o texto assumir um tom analítico, é porque “todo fio cortado no tamanho indicado será sempre curto demais” (BLOCH, 1977, p. 35), ou comprido demais, naquilo que transborda e excede. Por fim, toda construção metodológica é descrição, mas é principalmente um caminho de experimentação analítica em diálogo com o campo empírico.

Depois dos caminhos percorridos até aqui, acredito ter deixado escapar, ao longo do texto, rastros de escolhas e procedimentos utilizados na modelagem de um **dispositivo teórico-metodológico que, como colocou Corazza (2007), é sempre aquele que nos toma e somos subjetivados, ficando sempre a sensação de que nós não escolhemos, mas fomos escolhidos na medida que funcionam como dispositivos históricos.** O termo “dispositivo”

aparece no vocabulário conceitual de Foucault (1999), e de outros autores como Gilles Deleuze (1991) e Giorgio Agamben (2005). Ele surge na década de 1970 e atravessa diferentes momentos da obra de Foucault ganhando o sentido de discursos, práticas e outras definições mais amplas quando passa a substituir nesse percurso teórico a noção de episteme. Em *A microfísica do poder*, Foucault (1999, p. 137, grifos nosso) descreve dispositivo como:

Um conjunto decididamente heterogêneo, o qual abrange discursos, instituições, planejamentos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, morais, filantrópicas, resumindo: o dito e o não dito [...]. O próprio dispositivo é a *rede que se pode estabelecer entre esses elementos*.

Se para Foucault a episteme era considerada como objeto da descrição arqueológica, o dispositivo, mais geral do que a episteme, é objeto da descrição genealógica, conforme descrito em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1988). Em muitos contextos, definidos como “exclusivamente discursivos”, os sentidos de dispositivo aparecem na obra foucaultiana em diferentes modelagens. Nesse caso, o dispositivo funciona como imperativo estratégico no controle-sujeição da loucura, neurose, sexualidade etc. Com isso, percebe-se que Foucault distingue dois momentos do dispositivo: o objetivo estratégico, conforme dito; e a sua constituição propriamente dita.

Nesse caso, o sentido de dispositivo que desejo acolher nessa análise, se situa nessa linha inventiva que mobiliza, modelagens teóricas, epistemológicas e uma forma de estabelecer relações entre ideologias, discursos, práticas sociais e investigativas. Aqui tomamos de modo “próprio e apropriado” para tratar de aspectos teórico-epistemológicos e metodológicos.

Nesse estudo, a ideia de dispositivo atravessa a modelagem do Pesquisador Encarnado para adensar as suas condições de surgimento e funcionamento e entender os princípios e eixos que lhe são vinculados e atribuídos. Ao perseguir essa modelagem, conforme venho argumentando, não há como dissociar a dimensão ontológica da epistemológica e, conseqüentemente, da orientação metodológica adotada haja vista que são dimensões indissociáveis e complementares. Nesse aspecto, tudo está imbricado pois **todo giro epistemológico promove, mobiliza e orienta escolhas metodológicas “próprias e apropriadas”** (GALEFFI, 2014), **ao constructo de investigação**, deixando, assim **pistas** de como tem sido produzido e gestado o conhecimento científico.

Esse é um estudo no qual se privilegia o **viés qualitativo**, de caráter experimental, muito embora **alguns dados quantitativos** são também apresentados para corroborar com as análises e apresentar um panorama mais horizontal que será aprofundado mais verticalmente

através da análise discursiva que atravessa as experiências de pesquisadores/as e grupos que colaboraram com a investigação.

3.1 MODELAGENS, CARTOGRAFIAS E BRICOLAGENS COMO EXPERIMENTAÇÕES

Muito provavelmente a linguagem não dê conta de representar cada passo do percurso, delinear cada deslocamento, cartografar cada desejo, capturar cada movimento dessa trajetória. Até porque nem tudo pode ser dito, bem como não existe uma linearidade apreensível no tempo e espaço das ações, estamos falando de descontinuidades. Em tese, partimos de um planejamento prévio, sempre revisitado, mas quase sempre redimensionado porque é produzido na dinâmica mesma de cada passo errante, nas idas e vindas. Refiro-me a um movimento que tem várias cores, cortes, emendas, texturas, rasuras, infinitas gradações e tons de encarnado que se transmutam, escapam, recuam, avançam. Eis que surge uma **bricolagem alquímica como experimentação**.

Aliás, a ideia de experimentação que venho utilizando reiteradamente ao longo desta escrita não tem, de forma alguma, o sentido de provisoriade ou mesmo de algo inferior e inconcluso porque pressupõe algo menor cientificamente, ou porque, supostamente precisa ser validada, ou seja, a ideia de que a experimentação é um primeiro passo rumo a algo que precisa chegar a um acabamento definitivo para ter legitimidade como se a experimentação retirasse a seriedade e rigor do trabalho investigativo. Assim, experimentação tem a ver com improvisação, mas com um caráter inventivo.

Nessa arquitetura, há um devir inconformista que teima em se ajustar, um *ethos* inquieto de pesquisador preocupado com as práticas e como nos constituímos como sujeitos do saber, o que fazemos e como fazemos do/com o(s) saber(es). Por outro lado, há o esforço desejanste de um saber-fazer outro, dos riscos que a curiosidade impulsiona nessa via da experimentação, do desafio mesmo que paira no intermédio entre o “chapado e o complexo”, na direção de outro, e não o dado, pronto e acabado.

Seguindo esse entendimento, me aproprio do conceito de “modelagem” para reinventá-lo também como um **dispositivo cartográfico** próprio do conhecimento produzido nesse saber-fazer encarnado cuja **tessitura é bricolar, experimental, situada, ética, estética e, principalmente, política**. Com isso, me distancio um pouco do sentido de modelagem proposto por Karam-Filho (2018).⁸² Para esse autor, a modelagem é um processo que consiste

⁸² É preciso esclarecer que o conceito de modelagem é bastante caro para a comunidade epistêmica do DMMDC, que apesar de heterogênea e diversa na sua gênese, tem utilizado bastante em seus estudos esse conceito na perspectiva de Karam-Filho (2019), especialmente os trabalhos voltados para a área das ciências experimentais

na prática de substituição de um sistema por outro, ou seja, interessa construir um caminho a partir de um modelo que nos leve até o fenômeno. A modelagem põe em jogo estruturas e limites, os limites mesmos postos pela representação. Busca-se, nesse exercício, trazer para um plano de imanência que considere importante a estrutura visto que partimos do entendimento de que quando se modela algo, de algum modo, se faz um recorte e, conseqüentemente, exclui algo.

Nesse entendimento, o gesto de modelar é, portanto, um processo que visa estudar, entender os fenômenos, suas causas e conseqüências, bem como prever comportamentos. Nesses termos, a modelagem requer do investigador habilidades como a imaginação, a criatividade e o conhecimento prévio acionadas não somente para entender as coisas – uma questão/problema –, como também com o objetivo de resolvê-los. Ao propor um sentido de modelagem como **dispositivo cartográfico**, estou reconhecendo que:

Nossos projetos são cartografias, mapeamentos móveis que se fazem no momento mesmo do movimento, rumo ao desconhecido, porque é insuficiente, e por que não dizer, arrogante, (apenas) elaborar respostas (definitivas) para problemas. A abertura para esse incógnito não significa caminhar vendado sobre uma corda ligando montanhas, mas estabelecer estratégias para que tal ligação entre esses dois blocos possa ser estabelecida. Nossos projetos precisam incluir o desejo de criar e a rebeldia para contestar aquilo que está assentado. Para mover as terras endurecidas pela falta de água. Para revolver o terreno. Traçadas as estratégias, compreendida a quão criativa e inventora é cada etapa do processo, mergulhamos na investigação cientes de que a escrita é tanto interpretação aguda quanto um labor tecelão. (LUCAS LIMA; NASCIMENTO; FERNANDES, 2019, p. 10)

Embora o conceito de cartografia apareça na obra de Gilles Deleuze e Felix Guattari (2011), eles não entregam ao leitor uma descrição pronta de um possível método cartográfico, nem há uma pretensão para isso. Na verdade, apesar de os autores escaparem de qualquer proposta de formalização de um método, eles fornecem um material teórico bastante vasto para possíveis esforços em torno de uma sistematização de ferramentas metodológicas. O que temos de fato são alguns esforços de apresentar possíveis pistas de um método cartográfico (KASTRUP; PASSOS; TEDESCO, 2014), um exercício livre da obra de Deleuze e Guattari e capturáveis nos trabalhos de Suely Rolnik, especialmente em *Micropolítica: cartografia do desejo* (2011) e *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo* (2006). Sem regras para serem aplicadas, conforme podemos acompanhar na coletânea de textos organizados por Virginia Kastrup, Eduardo Passos e Silvia Tedesco (2014) e Virginia

e da informação, bem como “modelagem física” – elétrica, mecânica etc. –, ou modelagem computacional que também já tem um uso bastante consolidado na produção científica do DMMDC.

Kastrup, Eduardo Passos e Liliana de Escóssia (2015), esses textos serviram de base para a perspectiva de cartografia aqui adotada.

Assim, entende-se que a pesquisa cartográfica sugere um nível de participação na investigação que pressupõe um engajamento mínimo entre pesquisador e demais sujeitos envolvidos. Depreende-se que há uma experiência de pertencimento que está para além do plano da intencionalidade, ou seja, não basta simplesmente propor fazer uma pesquisa participativa, é necessário garantir a efetividade desse engajamento, caso contrário, corre-se o risco de se alcançar apenas uma “participação mitigada” (KASTRUP, 2014). Se formos em busca de uma descrição da prática do cartógrafo, facilmente chegaremos a alguns pontos em comum com a modelagem do Pesquisador Encarnado. Segundo Rolnik (2014), o cartógrafo se interessa pelas formações do desejo no campo social, não importando quais referências teóricas ele tenha, permite várias entradas, todas consideradas boas e válidas, sendo que o importante é que se tenha saídas múltiplas, servindo-se de variadas fontes. A prática do cartógrafo diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social e essa análise do desejo é fundamentalmente uma ética.

Nessa direção, na sua constituição mesma dos fundamentos da gestão de conhecimento, situam-se os conhecimentos tácitos, aqui entendidos de modo combinado com os conhecimentos explícitos e na criação de novos conhecimentos, articula presente, passado e futuro, “[...] as dicotomias dão lugar aos híbridos e as fronteiras apresentam seus graus de abertura, suas franjas móveis por onde os saberes se erguem e as práticas mostram sua complexidade”. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 202). Isso porque o fazer-saber do Pesquisador Encarando se modela em um conjunto de gestos cognitivos que solicita:

[...] uma virada, uma reversão da atitude naturalizada e que exige, em princípio, um esforço. Tal esforço, no entanto, pode transformar, com a prática, numa *atitude encarnada*, configurando uma política cognitiva corporificada nas ações de quem se lança na tarefa de conhecer e intervir sobre a realidade. Produzir conhecimento e produzir realidade se tornam face e contraface da experiência cognitiva, o que impõe a complexidade ética-estética política da ação do pesquisador. Não se chega à cognição inventiva por adesão teórica, mas por *práticas cognitivas efetivas e encarnadas*. O mesmo vale para nossa formação no método da cartografia. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 203, grifos nossos).

3.2 TRAÇANDO OS (DES)CAMINHO(S) DA INVESTIGAÇÃO

Iniciei esse percurso investigativo acessando as fontes disponíveis. O primeiro passo foi fazer um levantamento das universidades públicas baianas e dos programas de pós-graduação credenciados e autorizados pela Capes em funcionamento. Para tanto, primeiramente, recorri à Plataforma Sucupira da Capes e, posteriormente, aos *sites* oficiais das universidades identificadas. A partir desse levantamento, fez-se necessário conhecer o histórico de cada uma delas, o contexto no qual elas se inserem.

Em seguida, passei para a etapa seguinte que foi localizar nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento quais as linhas de pesquisa existentes, bem como as ementas e demais informações disponíveis nos *sites* e documentos disponíveis que contemplavam as temáticas de gênero, sexualidade e *queer*. Ao adotar os programas de pós-graduação como critério de busca, verifico que alguns grupos, núcleos e até mesmo centros de pesquisas acabaram ficando de fora porque não estão necessariamente vinculados aos programas através dos seus líderes. Por outro lado, me deparei com a precariedade de algumas informações que se encontravam por demais desatualizadas e fragmentadas com relação aos grupos e linhas de pesquisas.

Após essa etapa, verifiquei que além do mapeamento dos programas de pós-graduação, era necessário conhecer quais eram os grupos de pesquisas em funcionamento nas universidades selecionadas. Para acessar essas informações, utilizei o *Diratório de grupos de pesquisas do CNPq* em pelo menos três momentos: a) mapeamento dos grupos existentes nesse campo; b) levantamento das informações dos grupos selecionados para compor o *corpus*; e c) na reta final da pesquisa, atualização e consolidação dos dados e informações. Em seguida, busquei os líderes dos grupos, realizei entrevistas e organizei-as para a posterior análise. Na tabela a seguir, estão as atividades realizadas no curso da pesquisa, com seus objetivos, o período correspondente e os resultados alcançados.

Quadro 2 – Quadro sinóptico das atividades desenvolvidas durante o percurso da pesquisa

Atividades	Período	Objetivos	Resultados
Cursagem dos componentes curriculares do curso	Julho de 2016 a julho de 2018	Cumprir os créditos dos componentes curriculares, acessar e discutir o referencial teórico que baliza o doutorado.	Acesso a uma literatura específica do DMMDC sobre gestão, difusão do conhecimento – informação, comunicação e gestão.

Pesquisa bibliométrica no Banco de dados para verificar o estado da arte	Agosto de 2017 a novembro de 2018	Mapear o campo da gestão, suas teorias e práticas; explorar o campo de estudo.	Concluiu-se que inexistem estudos disponíveis acerca da gestão do conhecimento em grupos de pesquisa sobre gênero, sexualidade e <i>queer</i> .
Levantamento dos programas de pós-graduação da Bahia	Julho a setembro de 2017	Mapear os programas de pós-graduação existentes na Bahia e observar a presença da temática de gênero e <i>queer</i> .	Construiu-se uma visão panorâmica dos programas de pós-graduação na Bahia.
Levantamento de grupos de Pesquisas no Diretório do CNPq	Março a junho de 2017	Mapear os grupos de pesquisas em gênero, sexualidade e <i>queer</i> .	Construiu-se uma modelagem dos grupos a partir dos dados e informações obtidos: construção de gráficos e tabelas.
Análise dos currículos dos/as pesquisadores/as na Plataforma Lattes	Junho a dezembro de 2018	Mapear a trajetória acadêmica dos líderes e sua produção no campo.	Escrita da seção sobre os pesquisadores/as, líderes dos grupos.
Entrevistas com pesquisadores/as que investigam gênero e sexualidades fora do estado da Bahia	2018	Conhecer os grupos e o <i>modus operandi</i> ; aglutinar informações.	Subsidiou-se a análise dos grupos e dos processos de gestão do conhecimento; subsidiou a escrita dos capítulos III e IV da tese ao reunir informações para a modelagem dos grupos.
Encontros semanais com o Grupo Enlace	2016 a 2020	Participar das discussões de textos teóricos, e contribuir para a construção coletiva do Pesquisador Encarnado.	Subsidiou as decisões acerca da modelagem da tese, desde as questões teóricas até as questões metodológicas. Contribui para a escrita da tese, especialmente o capítulo sobre o Pesquisador Encarnado.
Coleta de informações no Facebook	De 2017 a 2020	Obter informações complementares sobre pesquisadores e grupos.	Agregou informações que foram valiosas para a análise do saber fazer dos pesquisadores/as e grupos.
Transcrição das entrevistas	2018	Compor um <i>corpus</i> discursivo sobre pesquisadores e grupos.	Geração de informações e categorias analíticas.
Tabulação das informações das entrevistas	2018	Organizar o <i>corpus</i> de pesquisa	Geração de categorias e subcategorias de análise.
Análise das entrevistas	2018 a 2019	Compreender e analisar o <i>corpus</i> de pesquisa.	Subsidiou a construção e sistematização dos resultados.
Leitura da bibliografia	2016 a 2020	Conhecer o referencial teórico que subsidiou as análises.	Construção do marco teórico e metodológico.
Participação nos eventos do campo	2016 a 2020	Acessar grupos e pesquisadores/as; participar das discussões relativas ao campo.	Contribuiu para a compreensão dos eventos e o debate em torno das redes.

Escrita do texto da qualificação	2016 a 2020	Compor o material a ser apresentado para a banca.	Texto da qualificação.
Escrita da tese	2019 a 2020	Apresentar a defesa.	Conclusão do curso.

Fonte: elaborado pelo autor.

Após apresentar os caminhos da investigação, na próxima seção, passarei para a apresentação dos modos de produção das informações e compreensões da tese e como essas ferramentas contribuíram na produção da pesquisa.

3.3 MODELANDO OS MODOS DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E COMPREENSÕES

Antes de me adentrar na apresentação dos modos de produção das informações acionados para essa pesquisa, é pertinente explicitar alguns conceitos necessários para uma melhor precisão acerca do que seja “dado”, “informação” e “conhecimento”. Segundo Vieira (2016), “dado” é a “matéria-prima para a formação da informação”. Assim posto, dado é a informação em seu estado bruto e caracteriza-se pela sua incompletude, ou seja, contém apenas parte da informação por esse motivo não proporciona a tomada de decisão. Trata-se de algo anterior à significação e à interpretação. Como um dado é algo incompleto, a informação leva em conta o conjunto de dados organizados de forma inteligível, coerente e atualizados. Para que haja informação de fato, é necessário que os dados recebam um significado relevante e consistente. Nesses termos, informar significa, portanto, atribuir forma e significado aos dados.

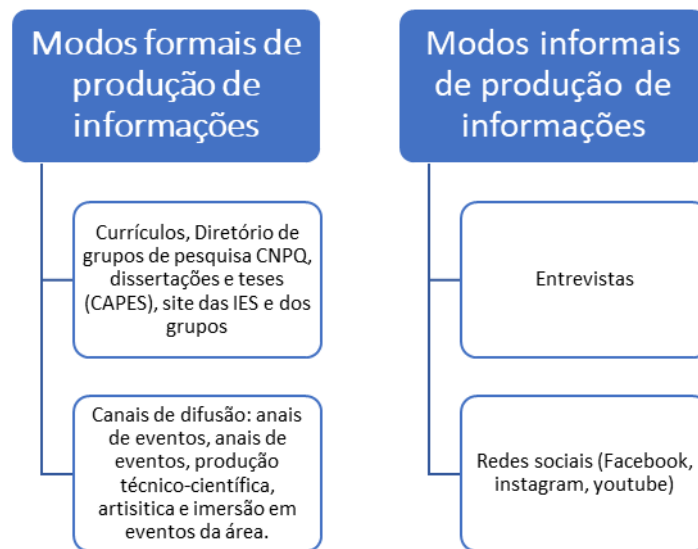
Robredo (2007) adverte para alguns cuidados que precisam ser tomados no sentido de garantir a **qualidade da informação**. O primeiro deles é atentar para a sua **atualidade**, manter a qualidade da informação não é uma tarefa fácil devido a grande quantidade de informações disponíveis e a rapidez do seu fluxo.⁸³ Outro cuidado deve ser tomado com relação à **relevância da informação**, devido à grande quantidade disponível o que vai exigir uma filtragem e um olhar mais crítico sobre as fontes. Além disso, faz-se necessário uma certa **rapidez na recuperação da informação**, imprescindível durante a tomada de decisão. Caso contrário, corre-se o risco de torná-la inútil ou defasada. Conforme já foi dito anteriormente, os dados precisam ser interpretados para que sejam, de fato, uma informação apresentada com clareza.

⁸³ No caso desta pesquisa, informações oriundas de currículos, bancos de dados, como os da Capes através da Plataforma Sucupira, bem como *sites* oficiais das universidades, estão permanentemente susceptíveis a sofrerem modificações a qualquer momento ou estarem desatualizados no momento do acesso.

Há que se considerar que, atualmente, as redes sociais facilitam o compartilhamento de informações, mas ao mesmo tempo exige um cuidado com a procedência. Com as mudanças acentuadas no acesso às informações e no protagonismo das mídias de base digital, no qual prevalece a comunicação instantânea em um ambiente de hiperconexão, faz-se necessário um olhar mais atento à produção e circulação de pseudoinformações, informações falsas ou *fake news*.⁸⁴

No que diz respeito à produção do **conhecimento**, é necessário que se tenha, primeiramente, **acesso aos dados e, a partir destes, produza-se informação**. Segundo Vieira (2016, p. 8), “o conhecimento é formado por dados e informações relevantes, que de alguma forma promovem a apreensão de novos saberes a um indivíduo ou grupo”. Dessa forma, separei os modos de produção de informações da pesquisa em formais e informais, conforme retrata a figura a seguir:

Figura 2 – Informações acessadas e modeladas



Fonte: elaborado pelo autor.

No desenho cognitivo da tese, utilizei a ideia de bricolagem como forma de modelar diferentes abordagens, metodologias e técnicas de pesquisas. Nesses termos, lancei mão da “observação participante” que aqui mantenho em suspensão visto que essa observação não aconteceu de forma contínua e com a mesma intensidade em todos os grupos. Ao assumir a perspectiva do Pesquisador Encarnado, eu estou de algum modo sendo convocado a fazer um movimento de imersão que pressupõe algum tipo de participação, mas ainda assim com suas

⁸⁴ *Fake news* são notícias falsas, calcadas em distorções e mentiras que intencionalmente falseiam os acontecimentos e produzem uma certa subjetividade.

limitações. Estou certo de que para considerar a observação participante em toda a sua complexidade, é necessário que aconteça durante todos os momentos da pesquisa e não apenas em momentos pontuais.

Dito isso, em um caderno de campo, fiz anotações provenientes de produções discursivas orais como, por exemplo, pronunciamentos em painéis temáticos em eventos promovidos nesse campo do conhecimento (congressos, seminários, simpósios, colóquios, conferências, fóruns de discussões etc.). Na tabela que apresento a seguir, reporto alguns momentos dessa **participação em atividades seja promovidas e/ou protagonizadas pelos/as líderes dos grupos ou relacionadas às ações dos grupos de pesquisas, considerando-as como estratégia de pesquisa**, ou seja, como modo de acessar os grupos através dos seus líderes e ou integrantes. Incluem-se, nesse caso, também, espaços e tempos de aprendizagem e interlocução com o campo e com pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram para a minha formação durante esse percurso enquanto pesquisador e membro de grupo de pesquisa.

Quadro 3 – Participação em eventos vinculados à temática da tese e aos grupos pesquisados (2016-2020)

Evento	Temática	Instituição promotora/ Local/ano	Desdobramentos para a tese
II Seminário e Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Sexualidades, Relações de Gênero e Direitos Humanos	Formação de jovens pesquisadores/as em Sexualidades, Relações de Gênero e Direitos humanos do Grupo Enlace	Núcleo de pesquisa Enlace, em Salvador (BA), entre 6 e 8 de agosto de 2016	Particpei como painalista em uma mesa sobre linguagem e pesquisa, além de contribuir com a organização do evento no qual também tive contato com vários pesquisadores e pesquisadoras do campo. Essa ação foi também uma forma de chegar até os líderes dos grupos.
I Seminário Gênero Ameça(n)do e II Fórum Permanente de Grupos, Núcleos e Centros de Pesquisas (FORGESEX)	Análises e resistências frente a movimentações conservadoras sob a perspectiva dos Direitos Humanos	UERJ, Rio de Janeiro (RJ), 30 e 31 de outubro de 2017	Entrevistei três pesquisadores/as que participaram do evento no qual se discutiu a cruzada antigênero. Na ocasião, também participei como relator de uma ação que visava a criação de um fórum permanente de pesquisadores/as da

			área.
V Seminário Enlaçando Sexualidades	Sexualidades e relações de gênero: produção e gestão do conhecimento	Núcleo de pesquisa Enlace, Salvador (BA), 6 a 8 de setembro de 2017	Participei intensamente desde a organização até a coordenação de um Enlace temático (GT) junto à professora Elaine Cambui do DMMDC; participei como relator do Fórum de pesquisadores/as do campo e áreas afins.
XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de estudos e pesquisas sobre mulher e Relações de Gênero (Redor)	Feminismos, ativismos e produção de conhecimento	NEIM/UFBA, Salvador (BA), 4 a 7 de dezembro de 2018	Apresentei comunicação em GT sobre o Pesquisador/a Encarnado/a e a experiência do Grupo Enlace. Participei de mesas temáticas que tinham estreita relação com o meu constructo de pesquisa. Dialoguei com pesquisadores/as do campo presentes no evento.
IV Seminário Internacional Pós-Colonialismo, Pensamento Decolonial e Direitos Humanos da América Latina	Pensamento Decolonial e Direitos Humanos	Universidade Católica de Pernambuco, Recife (PE), 12 e 13 de agosto de 2019	Participei das discussões sobre a temática do evento que dialogava com a tese. Apresentei trabalho em andamento sobre a tese.
V Seminário do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade	A formação do(a) pesquisador(a) nos cursos de pós-graduação; produção intelectual e inserção nos grupos de pesquisa	UESB – <i>campus</i> de Jequié (BA), 22 a 24 de março de 2019	Troquei experiências com o grupo de pesquisas coordenado pelo professor Marcos Lopes e órgão <i>Odeere</i> da UESB em um seminário cuja temática tinha estreita relação com a tese.
Curso de Revisão Sistemática – Uso do <i>Start up</i>	Representação discente do DMMDC	Salvador/UFBA/ DMMDC, 6 e 7 de junho de 2019	Atividade de formação para aprendizagem dessa ferramenta de pesquisa bibliométrica.
I Seminário da Linha de Pesquisa Cultura, Identidade e	Diálogos em linhas – trocas de experiência	UNEB- Campus XI Serrinha (BA), 4 e 5 de dezembro	Participei das discussões e trocas de experiências da linha de pesquisa do

Corporeidade	sobre pesquisa		programa de pós-graduação.
Encontro da Comunidade Epistêmica do DMMDC/DCHT/ <i>campus</i> XIX	O DMMDC- conhecendo as linhas de pesquisa e sua história: a perspectiva dos egressos	<i>Campus</i> XIX da UNEB, 24 de julho de 2019	Dialogar com a produção do DMMDC através das experiências dos egressos acerca dos conceitos do DMMDC.
I Seminário Interno do Grupo de pesquisa Enlace	Encontro de avaliação e planejamento do Enlace, intitulado de “Acolhimento, experimentações e pretensões colaborativas”	Barra do Jacuípe/Camaçari (BA), 2 e 3 de agosto de 2019	Avaliar as ações e políticas de intervenção do grupo Enlace; discutir o Pesquisador/a Encarnado/a em sua constituição ética e política.
10 anos de Pibid: o protagonismo da UNEB no processo de formação inicial para a docência	Práxis pedagógica aliando pesquisa, ensino e extensão	Todos os <i>campi</i> da UNEB por videoconferência, 7 de agosto de 2019	Apresentar a minha leitura do Pesquisador Encarnado a partir da minha experiência em docência com pesquisa.
Fórum Sociedade Crítica	Diálogo entre academia e gestão para oferecer uma educação transformadora ao maior número de pessoas criando impacto positivo para a sociedade	UFOB, Barreiras (BA), 11 a 13 de setembro de 2019	Ministrar oficina sobre difusão do conhecimento; participar dos debates e trocas de experiências.
VI Encontro de Leitura e Literatura da UNEB	Direitos humanos, leitura e literatura: criar, existir e resistir	UNEB, <i>campus</i> I, Salvador (BA), 8 a 10 de outubro de 2019	Apresentar a minha leitura acerca da Pesquisa Encarnada e da Escrita Encarnada.
I Seminário Modelagens de redes no/do DMMDC	Consolidação de espaço/território para produção e produção de pesquisas sobre modelagens de redes no/do DMMDC	UNEB, <i>campus</i> XIX/DMMDC, Camaçari (BA), 17 de outubro de 2019	Ouvir e trocar experiências sobre pesquisas realizadas na área da gestão do conhecimento e modelagens de redes, temas que atravessam a minha pesquisa.
III Seminário Internacional de Análise Cognitiva (Sianco)	Análise Cognitiva e Difusão do Conhecimento em espaços	DMMDC-UFBA, Salvador (BA), 18 e 19 de novembro de 2019	Participar das discussões e debates em torno da Análise Cognitiva e da difusão, temas que

	multirreferenciais de aprendizagem: emoção, cognição e memória		transversalizam essa investigação no meu esforço e pensar a relação memória, emoção e Pesquisador Encarnado, tema do evento.
Webseminário Sociedade Crítica Pensamento e transformação do presente	Evento organizado pelo Grupo de pesquisas Corpus Possíveis e pelo PPGCHS da UFOB	Evento virtual. Lançamento virtual da revista <i>Sul-Sul</i> , junho 2020	Conhecer mais de perto as ações do grupo de pesquisa Corpus Possíveis, além de ter sido de fundamental importância a temática do evento para a tese.
Congresso virtual do DMMDC	Evento organizado pelo PGDC	Virtual e disponível no YouTube, 21 a 27 de outubro de 2020	Conhecer e debater as temáticas do evento em sintonia com meu constructo de pesquisa.
II Seminário Interno do Grupo Enlace	Evento realizado pelo Grupo Enlace em comemoração aos dez anos do grupo	Virtual e disponível no YouTube, 2 a 4 de dezembro de 2020	Celebrar os dez anos do Grupo Enlace; apresentei algumas pistas para os eixos constitutivos do Pesquisador Encarnado; participei do lançamento do livro <i>Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências</i> .

Fonte: elaborada pelo autor.

As entrevistas, aqui consideradas “conversas” apenas, serviram como porta de entrada para uma imersão consequente na produção acadêmica de cada um dos/as interlocutores/as – líderes de grupos e pesquisadores/as entrevistados/as – e mitigar a crueza das informações constantes na Plataforma Lattes do CNPq. Com isso, foi mobilizada toda sorte de documentos que favoreceram a compreensão dos **enredos e fluxos teóricos e pessoais de cada um/a dos/as interlocutores/as**. Assim, em alguns momentos, especialmente na apresentação vertical dos grupos e, posteriormente, na análise horizontal e contrastiva, precisei acessar textos acadêmicos – dissertações, teses, projetos de pesquisas, artigos, ensaios, além de produções técnicas e artísticas em alguns casos –, tanto dos/as líderes dos grupos quanto dos/as orientandos/as e demais docentes-pesquisadores/as que integram os grupos.

Cabe ressaltar ainda que o registro das falas dos/as pesquisadores/as que colaboraram com a investigação será apresentado ao longo da tese de duas maneiras: 1) as **informações autorizadas** terão os nomes dos/as pesquisadores/as revelados e identificados no fluir da análise; nesses casos, estão inclusos desde a produção textual oral dos entrevistados/as em

eventos, documentos pessoais disponibilizados – memorial de concurso público, projetos de realização de eventos com pedido de recursos financeiros para agências de fomento à pesquisa –, além dos textos publicados em periódicos, capítulos de livros e afins cujos direitos autorais foram previamente cedidos e tornaram-se, assim, um bem público; 2) **as informações não autorizadas são aquelas que os/as pesquisadores/as não autorizaram a publicização**; nesses casos, os nomes dos/as autores/as foram omitidos respeitando a decisão de privacidade de cada um/a de não ter sua identidade revelada para um público mais amplo.

Como membro do grupo de pesquisa Enlace, a observação participante aconteceu, **desde dentro**, ou seja, durante os encontros ordinários do grupo, nas defesas de tese, no cotidiano de reuniões e debates, nas tomadas de decisões e ações promovidas como, por exemplo, os eventos, na produção de artigos de forma colaborativa, capítulos de livros e, especialmente, na organização do livro *Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências*, obra em parceria com Suely Messeder, líder do grupo, e publicado em 2020 pela Edufba. Além disso, como fontes e documentos, temos também os anais das cinco edições do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades.

No caso dos demais grupos, utilizo informações do banco de dados do CNPq ([2014]), para apresentar a sua modelagem e, em seguida, a partir do próprio roteiro das entrevistas gravadas em um item denominado de “Anotações de campo: impressões sobre a entrevista e outros dados relevantes não previstos”,⁸⁵ adicionei outras informações aglutinadoras. Como produzir conhecimento é uma prática que não se faz isoladamente e reconhecendo que há um conhecimento tácito que circula no saber-fazer dos grupos, é necessário responsabilidade e compromisso ético com as contribuições dos/as companheiros/as do grupo. Assim, citá-los/as na trama simbólica da tese torna-se uma estratégia de provocação de práticas sociais de descolonização do pensamento cuja geopolítica do conhecimento é uma prática a ser perseguida enquanto diretriz. O saber-fazer de todo esse legado de conhecimento já produzido compreende um repertório significativo de experimentações conceituais, nem sempre sistematizado e explicitado com muito a nos ensinar. Advém daí a necessidade dessa sistematização que se faz via Pesquisador/a Encarnado/a e seu saber fazer.

Ainda dialogando com o campo da Linguagem, taremos no próximo tópico o contexto das entrevistas aqui compreendido como um *locus* de produção discursiva e de sentidos que contribuiu para a compreensão dos processos cartográficos encarnados no saber-fazer dos/as pesquisadores/as e grupos de pesquisas.

⁸⁵ Bloco V do Roteiro de entrevistas disponível nos anexos.

3.3.1 Conversações Encarnadas: o diálogo com os/as interlocutores/as

Compreender é apreender em conjunto, é criar relações, englobar, combinar, conjugar e, com isso, qualificar a atitude atenta e de discernimento do que nos rodeia e de nós mesmos, a fim de apreender o que entrelaça elementos no tempo e no espaço. É um modo de atenção construído no entre dois, nas relações, no entre-nós. (MACEDO, 2018, p. 90).

A entrevista, entendida como um dispositivo do método cartográfico, permite pesquisar a experiência como via de compreensão dos processos de aprendizagem em conjunto. Conforme defende Macedo (2018, p. 93), “não existe entrevista cartográfica, mas um manejo cartográfico da entrevista”. Com isso, espera-se que o movimento de interação entre entrevistador e entrevistado produza uma partilha de saberes para além da experiência pessoal e não fique apenas no plano da informação e da opinião.

Durante o ano de 2018, realizei 14 entrevistas, sendo quatro dessas com pesquisadores/as de outras universidades brasileiras,⁸⁶ de outros estados, em diferentes áreas; e dez com pesquisadores/as de instituições baianas, líderes de grupos de pesquisa. As entrevistas variaram entre 1h18 (uma hora e dezoito minutos) e 1h36 (uma hora e trinta e seis minutos), perfazendo um total de 14h13 (quatorze horas e treze minutos). Para tanto, fui a campo com um protocolo, uma espécie de **roteiro semiestruturado** (Anexo A), elaborado com o objetivo de cobrir aspectos relativos à produção, à gestão e à difusão do conhecimento nas experiências das pessoas colaboradoras. Assim, as perguntas foram estruturadas na expectativa de atender, minimamente, os seguintes tópicos:

- a) a trajetória do pesquisador/a com ênfase na sua formação e inserção no campo de pesquisa;
- b) formação e histórico do grupo ou linha de pesquisa na qual atuam;
- c) os modos de produzir conhecimento, ou seja, suas práticas investigativas e ações intervencionistas e ligadas ao grupo;
- d) levantamento do campo teórico-epistemológico, ou seja, as principais categorias/conceitos com as quais operam;
- e) as estratégias utilizadas para a difusão do conhecimento produzido;
- f) por fim, acrescentei um item – “Anotações de campo” –, no qual eu fui anotando as minhas impressões sobre a entrevista, alguns dados não previstos no roteiro e considerados relevantes.

⁸⁶ Claudia de Lima Costa da UFSC, Larissa Pelúcio da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Daniela Auad da UFJF, Márcio Caetano da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

A entrevista foi escolhida como técnica de acesso às informações com o objetivo de abrir um canal de interlocução entre pares, ou seja, um pesquisador desse campo de estudos conversando com outras pessoas pesquisadoras que assim como ele também produzem pesquisas na área. Com isso, pretendeu-se aprofundar os dados das fontes documentais acessadas anteriormente através dos currículos dos pesquisadores e pesquisadoras na Plataforma Lattes, no banco de dados da Capes, nas suas produções científicas.

O sentido é de compreender as trajetórias de vida, formação dos grupos e ações com o intuito de permitir uma análise mais verticalizada tentando quebrar uma lógica vigente sobre o gênero discursivo “entrevista” que, historicamente, tende a oferecer uma retrospectiva dos acontecimentos, podendo ser ensinados/as a responderem de forma a satisfazer os interesses do entrevistador em relação a tópicos de interesse e pormenores.

Havia vários desafios postos sobre o ato de entrevistar que consistia em **não “pensar sobre” os/as pesquisadores/as (entrevistados/as), mas “pensar com”**. Devo dizer que, inicialmente, ainda havia da minha parte enquanto pesquisador um receio de não me envolver nessas narrativas, provavelmente resquício da política cognitiva na qual fui formado. Há nessa relação entre pesquisadores/as, a presença de um eu-entrevistador que se identifica/solidariza com muitas das angústias, tensões e acontecimentos das vivências no campo de pesquisa do/a outro/a entrevistado/a. Mas também se dá em outras dimensões, em vários aspectos, as dores, dilemas e desafios desse saber-fazer que se reinventa em/com muitas dessas experiências com os pares, os interlocutores desse momento da entrevista que, aqui, preferimos chamar de **conversa**, apenas. Durante esses momentos, muitas vezes, estava diante de um movimento marcado por estreitas conexões entre cognição e toda uma produção de subjetividades que emergia das conversas encetadas. Isso porque, conforme argumenta Donna Haraway (2015, p. 27, grifos nosso):

A topografia da subjetividade é multidimensional bem como, portanto, a visão. O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem precisar ser outro. Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial. Não há maneira de ‘estar’ simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero, raça, nação e classe.

A partir desse diálogo com Haraway, assumi os alcances e limites dessas “conversas” com o ganho real de permitirem um contato mais denso, humanizado e porque não dizer “encarnado” com os sujeitos, sem a frieza e formalidade dos documentos e da escrita. A

escolha dos pesquisadores-líderes-entrevistados aconteceu depois da escolha dos grupos. Não foi uma escolha tranquila diante do elevado número de grupos e de pesquisadores. Diante desse cenário, estabeleci, minimamente alguns critérios na escolha dos/as entrevistados/as. Desse modo, essa seleção aconteceu levando-se em conta os seguintes aspectos:

- a) participar de um grupo de pesquisa em atividade na condição de líder ou vice-líder;
- b) possuir uma produção acadêmica na área seja ela na pesquisa ou extensão;
- c) atuar na área na última década seguindo o recorte estabelecido;
- d) ter disponibilidade e abertura para colaborar com a pesquisa;
- e) cobrir, minimamente, as diferentes áreas do conhecimento;
- f) abranger os principais grupos de pesquisa em atividade obedecendo ao recorte;
- g) abranger grupos e pesquisadores/as tanto de instituições federais como estaduais;
- h) abarcar pesquisadores/as de grupos da capital e interior do estado da Bahia.

As condições de produção das conversas encarnadas realizadas individualmente com essas pessoas foram as mais diversas e em situações bastante distintas. Algumas delas aconteceram nas residências dos/as pesquisadores/as, outras na própria universidade onde atuam, entre uma atividade e outra, bem como em espaços outros, durante encontros, seminários e congressos da área. Nesse exercício, eu tinha consciência desse atenuante e tentava me esquivar “de um jogo interlocutivo em que o/a entrevistador/a ‘quer saber algo’, propondo ao/a entrevistado/a uma espécie de exercício de lacunas a serem preenchidas.” (SILVEIRA, 2007, p. 38).

O ato de entrevistar que tem um sentido de conversar, pensar conjuntamente, partilha, afetações, espaços de (com)versações, afetividade, solidariedade, cumplicidade. É importante ressaltar que a minha formação no campo dos estudos de gênero e sexualidades aconteceu, em muitos casos, paralelamente a de muitas dessas pessoas pesquisadoras. Algumas foram parceiras em projetos, outras colegas de departamento etc. Isso significa que em algum momento nossas trajetórias se cruzam. O grau de intimidade acaba influenciando na fluidez da conversa, se adensando em alguns pontos e impregnando de subjetividade outros.

Nesse aspecto, a entrevista é um gênero discursivo que apresenta uma dimensão complexa visto que elas não são apenas coproduções geradas a partir da interação entre entrevistador e entrevistado, mas levam em conta fatores outros como as imagens de si e do

outro, as expectativas que circulam tanto de uma parte como de outra no momento da realização, ou seja, na cena enquanto *locus* enunciativo e na produção discursiva.

Da mesma forma, todos os atenuantes descritos anteriormente também se aplicaram durante a escuta, transcrição, análise e, conseqüentemente, na triangulação das informações. Cabe destacar que o exercício de transcrição das entrevistas que, para muitos pesquisadores/as, pode ser visto como uma tarefa enfadonha, exaustiva e desimportante, nesta pesquisa, de modo especial, revelou-se um momento profícuo de mergulho no material disponível, de revisitar a cena da entrevista com todas as marcas que entrelaçam elementos no tempo e espaço. Com isso, foi possível identificar zonas de conexões aparentes ou implícitas bem como de redimensionar caminhos e categorias analíticas. Assim, foi-se construindo feixes de significação, muitas vezes não vistos no momento de realização das entrevistas. Por esse motivo, eu mesmo fiz questão de, artesanalmente, transcrevê-las, uma a uma logo após a outra, depois da realização.

3.3.2 A Análise Discursiva Crítica: um momento da Análise Cognitiva⁸⁷

Na modelagem que estamos propondo, a linguagem tem um importante papel. Na geração do conhecimento, nos cercamos da linguagem em todas as etapas da investigação. Ela permeia todo o processo de construção de nossos projetos de pesquisa e nos acompanha até o momento da escrita final do texto, o ponto de chegada no qual se materializa o produto de um percurso que tem por finalidade a representação e difusão do conhecimento produzido.

A linguagem e seus efeitos práticos e explícitos na constituição da pessoa pesquisadora me remetem mais uma vez ao saber-fazer do Grupo Enlace, do qual faço parte e cuja proposta evoca/recupera/amplia a noção de “Pesquisador Encarnado” e implicado na construção de um conhecimento colaborativo e interativo. Ademias, essa perspectiva potencializa aquilo que penso ser o compromisso e atribuição do Analista Cognitivo, quer seja construir modelos de explicação, interpretação e análise do conhecimento através da transversalidade, da interseccionalidade e da geopolítica do conhecimento. Essa dimensão nos coloca diante da linguagem como espaço de produção de exclusões e da ideologia em seus modos e estratégias de funcionamento. Assim, privilegia-se na análise das práticas sociais as conjunturas nas quais se posicionam sujeitos forjados discursivamente em contextos sociais e

⁸⁷ A produção desta seção inspirou a publicação do artigo de minha autoria, intitulado “O gesto interpretativo do pesquisador(a): apontamentos teórico-metodológicos para análise de práticas sociais”, pela *Revista eletrônica do Netlli*, em 2020.

históricos específicos cujas subjetividades são atravessadas pela classe, gênero, práticas sexuais e complexos processos de racialização.

Como acessar o material discursivo disponível, o que analisar, de que forma se modela a análise, como organizar e categorizar os resultados, quais os caminhos a trilhar. Esses e outros tantos são questionamentos que nos toma na construção de um dispositivo analítico da produção discursiva das variadas fontes. O caminho que irei percorrer passa por um roteiro semiestruturado e elaborado a partir das contribuições da Análise de Discurso Crítica (ADC),⁸⁸ passível de ser ampliado e, também, questionado, subvertido enquanto possibilidade de operar metodologicamente.

Nesta pesquisa, a opção pela vertente denominada de “crítica” se justifica, em grande medida, pela sua motivação de investigar criticamente como a desigualdade social se manifesta no discurso. Em linhas gerais, a ADC tem suas bases na teoria social do discurso e da linguística crítica. O objetivo dessa vertente visa não apenas descrever e confrontar os mecanismos da linguagem e ideologia, como também evidenciar contradições com vistas à mudança social e transformações na vida contemporânea. Para Ramalho e Resende (2011, v. 1, p. 149), essa orientação teórico-metodológica na qual se situa a ADC procura transcender uma divisão entre pesquisas no campo das Ciências Sociais e pesquisas inspiradas pela Linguística na medida em que “a análise textual é concebida não apenas como a análise das relações internas da língua, mas também externas de textos, isto é, de suas relações com outros elementos de eventos, práticas e estruturas sociais.”

Em síntese, a **linguagem** está diretamente relacionada com a **construção da dimensão simbólica**. É no plano simbólico que vamos acessar os modelos e tipos ideais, hegemonicamente idealizados sobre o feminino e o masculino, apenas para citar um par dicotômico forjado na modernidade que se relaciona com a **dimensão normativa** atuando na organização do mundo em normas e valores culturais. Em consequência da dimensão normativa, de condutas biopolíticas e disciplinadoras, encontramos com a **dimensão institucional** que começa com a família, passando pela escola, o Estado, a igreja, entre outras instâncias, aquilo que Althusser (1985) denominou de “aparelhos ideológicos do Estado”. Além disso, temos a **dimensão subjetiva** que diz respeito à interiorização dos valores e normas e comportamentos. Nessa esfera, estão os aspectos singulares e singularizantes da vida cotidiana, da experiência, da construção e reconstrução das identidades sociais dos

⁸⁸ Para um mergulho mais detalhado, aprofundado e sistemático da ADC, sugiro a leitura de Ramalho (2006) e Ramalho e Resende (2011).

sujeitos. Todas essas dimensões **atuam de forma complementar e integrada em um movimento circular, contínuo e produtivo.**

De forma mais ampla, é consenso entre os/as teóricos/as do campo algumas certas premissas consideradas basilares da ADC. É sobre elas que me deterei a seguir: a primeira delas refere-se ao fato de ser uma vertente preocupada em abordar problemas sociais, visto que partimos da compreensão de que **as relações de poder são discursivas.** Assim posto, admitimos que o discurso constitui a sociedade e a cultura, pois é através dela que **a ideologia se manifesta utilizando-se de modos e estratégias típicas.** Thompson (1995) elenca cinco modos de operação da ideologia, a saber: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Cada um desses modos, segundo o autor, utiliza estratégias de construção simbólica. A legitimação, por exemplo, utiliza-se da racionalização, universalização e narrativização na realização do trabalho ideológico. Por exemplo, nos casos em que a ideologia opera como reificação, ela contribui para eliminar ou ofuscar o caráter sócio-histórico dos fenômenos sociais.

Quando uma criação social é lida como algo natural,⁸⁹ estamos diante da naturalização enquanto estratégia de estruturação da ideologia. Cabe pensar mais detidamente as relações entre a linguagem, representações e produção de significados, mais especificamente, no caminho, não necessariamente direto e compulsório, entre a enunciação e a ação e/ou prática social.

Todo ato de investigação que se pretende, de fato, “crítico” precisa alcançar a ideologia operante e compreender seus mecanismos de funcionamento através da linguagem. É a crítica ideológica que consiste no ato de analisar informações discursivas mobilizando um esforço permanente de compreensão de mecanismos ideológicos subjacentes ao material discursivo em análise. Compreende-se aqui ideologia na perspectiva de Eagleton (1997, p. 36, grifos nosso), ou seja, alguma coisa que não deve ser entendida como “uma ilusão infundada, mas uma sólida realidade, uma força material ativa que deve ter, pelo menos, suficiente **conteúdo cognitivo** para ajudar a organizar a vida prática dos seres humanos.” Em síntese, ao analisar discursos, estamos imersos também no **campo da cognição**, observando sua dimensão política que é processada cognitivamente.

Por outro lado, a dimensão crítica carrega em seu bojo também o sentido de investimento estético, (po)ético no qual a parcialidade do sujeito que produz conhecimento

⁸⁹ Para um aprofundamento e detalhamento dos modos e estratégias de construção simbólica apresentados por Thompson, recomendo a leitura da sua obra *Ideologia e cultura moderna*. Nela, o autor fornece um conjunto de ideias acerca do conceito de ideologia além de fornecer um referencial teórico-metodológico bastante prático para o estudo de formas simbólicas, em especial, a ideologia.

proporciona a visão desde um corpo complexo estruturante e contraditório. Assim, está circunscrito no gesto do criticar, sem qualquer relação com julgamento de valor, a ação de criar, reinventar, didatizar a palavra, fissurá-la, colocando seus efeitos de sentido naturalizados em suspensão. Nesse sentido, há uma urgência de borrar os sentidos historicamente arraigados e enraizados no campo simbólico da cultura. “Cri(tic)ar” é uma ação que pressupõe um exercício de **metalinguagem**, ou seja, construir a linguagem da linguagem, fazer o trabalho de bricolagem a partir do amplo e diversificado material que se tem à mão para compor um material novo, produto da análise que, criativamente, mobiliza as relações de significação. Sem esquecer, principalmente, que:

O sentido, assim, não é algo que acompanha a palavra, pois uma palavra só se torna significativa no seu uso em determinadas circunstâncias e contextos de comunicação. Isso quer dizer que a significação não é algo anterior às práticas discursivas vigentes em uma comunidade das quais aprendemos a participar. Haveria, então, vínculo indissociável entre linguagem, produção de sentidos, contexto, comportamento social e atividades humanas, o que aponta para o entrelaçamento entre cultura, práticas discursivas, conhecimento e visão de mundo. (FABRICIO, 2006, p. 57).

A **criatividade na pesquisa científica** em sua imbricação com a **linguagem** produz ações reativas que se contrapõem aos apagamentos linguísticos e existenciais forjados na crueza da modernidade dicotômica. Nesse aspecto, segundo Donna Haraway (1995), na produção de conhecimento localizado, muito apropriado pelas epistemologias feministas, o ato de alocar-se, em qualquer que seja a perspectiva, exige reponsabilidade. Quando falamos de responsabilidade feminista, por exemplo, estamos diante de um conhecimento afinado à ressonância e não à dicotomia. Assim, “um mapa de tensões e ressonâncias entre finais fixos de uma dicotomia forte representa melhor as poderosas políticas e epistemologias da objetividade corporificada.” (HARAWAY, 1995, p. 29).

Nesse sentido, traduzir conhecimento significa interpretar, tensionar, isto é, um exercício que não pretende invalidar a capacidade explicativa da experiência enquanto dimensão humana de autoconhecimento e conhecimento do outro, mas algo que valoriza a potência do pensar como algo radicalmente produtor. Assim, **entendo que a ADC aqui apresentada como proposta de análise discursiva das fontes, isto é, da produção textual disponível como material de pesquisa, se insere em um processo mais amplo que estamos chamando de Análise Cognitiva.**⁹⁰ Diferentemente do campo dos Estudos Críticos do

⁹⁰ Convém aqui uma breve digressão necessária para explicitar as bases teóricas e epistemológicas da Análise Cognitiva, esse vasto campo do conhecimento que vem sendo construído a partir de uma visada inter/multi e transdisciplinar. O campo demonstra em suas origens uma abrangência que envolve uma multiplicidade de

Discurso, no qual a Análise de Discursos se insere e cujo caminho já é bastante consolidado, a Análise Cognitiva é um campo em construção que opera na dupla face do cognitivo/epistemológico, mobiliza diferentes campos disciplinares, tem um caráter multirreferencial e complexo, diz respeito a um campo comprometido com a produção, gestão e difusão do conhecimento, bem como com a democratização do conhecimento. Para Teresinha Fróes (2012a, p. 53, grifo nosso), percussora nessa área de investigação, a Análise Cognitiva, compreendida a partir dos marcos da multidisciplinaridade e da multirreferencialidade, caracteriza-se da seguinte forma:

Campo do conhecimento de trabalho com/sobre o conhecimento e seus imbricados processos de construção, organização, socialização, que incluem dimensões entrecidas de caráter teórico, estético, epistemológico, metodológico, ontológico, axiológico, ético, estético, afetivo e autopoético e que visa o entendimento de diferentes sistemas de estruturação do conhecimento, com o compromisso de traduzi-lo, (re)construí-lo e difundir-lo segundo perspectivas abertas ao diálogo e à interação entre comunidades vinculadas a esses diferentes sistemas, de modo a tornar o conhecimento público todo aquele de caráter privado que é produzido por uma dessas comunidades, mas que é também de interesse comum a outros grupos/comunidades/formações sociais mais amplas.

Assim, nesse possível **caminho de análise**, uma vez identificado o **“problema”**, ou os problemas, será necessário identificar **os obstáculos para que o problema seja superado**. Logo, cabe identificar **a função do problema na prática**, para, em seguida analisar as possibilidades de **ultrapassar esses obstáculos**. De acordo com Van Dijk (2008), para a análise ser considerada efetivamente “crítica”, é necessário que se atenda a alguns critérios. **O analista precisa verificar se seu percurso investigativo permite:**

- 1) **avaliar** se as relações de dominação estão sendo estudadas a partir do grupo dominado;
- 2) **observar** se as vivências, ou seja, as experiências dos pesquisadores/as junto aos grupos dominados permitem **identificar e evidenciar o discurso dominante**;
- 3) **avaliar a legitimidade das ações discursivas do grupo dominante** e, em seguida;
- 4) **verificar se a análise aponta para alternativas que são efetivamente viáveis e em consonância com os interesses dos grupos dominados**.

disciplinas e áreas do conhecimento. Trata-se de uma área que vem se constituindo ao longo dos últimos 80 anos. Assim, podemos destacar a Psicologia, Educação, Linguagem, Filosofia, Neurociência, Inteligência Artificial, Antropologia a partir de referências filosóficas, éticas, estéticas, tecnológicas, políticas, mí(s)tica, religiosas, científicas. Metodologicamente, a Análise Cognitiva se dá a partir de diversos processos de modelagem – computacional, matemática, análises qualitativas (textuais, de redes sociais, de discursos, contrastivas –, neurocognitiva, comportamental, mapas mentais, conceituais, ontologias, taxonomias, dentre outros. Essas são as bases iniciais, no entanto, o aprofundamento do seu estatuto vem com a sua aproximação de outras disciplinas, como um campo aberto a novas contribuições.

E, por fim, como objetivo dessa análise, caberá ao analista mapear as conexões entre relações de poder e recursos linguísticos utilizados em textos, assimetrias entre linguagens, contextos culturais e povos. Desse modo, faz-se necessário uma reflexão mais ampliada sobre o espectro emancipatório da análise. Assim, muito provavelmente, no horizonte epistemológico do “Pesquisador/a Encarnado/a”, o salto qualitativo do conhecimento produzido pela pesquisa acha-se justamente na sua potência de provocar transformações, ou seja, “na capacidade de transformar as relações injustas e desiguais existentes no mundo tal como ele é hoje, bem como de transformar radicalmente as estruturas geradoras da opressão, da desigualdade e da injustiça.” (D’ SOUZA, 2010, p. 146).

Na medida do possível, essa análise permitirá ao Pesquisador/a Encarnado/a, na sua condição de analista, propor uma ação de intervenção, um gesto propositivo e consequente. No caso desta tese, em específico, que se estrutura através de gestos que produzem atos, terá como gesto final (in)conclusivo, ao fim e ao cabo, algumas pistas para uma agenda mínima em pesquisa encarnada.

3.3.3 Facebook – um *locus* complementar de produção discursiva

Figura 3 – Capturas de telas do Facebook pessoal de Salete Maria da Silva e Suely Messeder⁹¹



Fonte: Facebook de Salete Maria e Suely Messeder.

⁹¹ Figura à esquerda: Salete Maria descontraidamente apresenta, no Facebook, sua definição do que seja feminista. Ver: <https://www.facebook.com/saletemaria.dasilva>.

Figura à direita: A pesquisadora Suely Messeder, líder do Enlace, celebra sua ancestralidade acadêmica com postagem no Facebook. Ver: <https://www.facebook.com/suely.messenger>.

O Facebook é uma das maiores e mais populares redes sociais atualmente no Brasil e compreende uma importante fonte de pesquisa. Essa ferramenta vem produzindo na última década práticas sociais reveladoras de novas formas de participação política através de diversas “textualidades culturais” estéticas e simbólicas. Por meio dela, os usuários podem compartilhar textos de diferentes gêneros e tipos como, por exemplo, vídeos, imagens, *memes*, divulgar eventos, produtos culturais e, através de *chats*, realizar conversas em tempo real sobre temas diversos. Observa-se na última década um crescimento bastante representativo no uso das redes sociais pelas pessoas pesquisadoras que falam desde os mais diversos lugares – feministas, gays, lésbicas, transexuais, mulheres negras –, com diferentes abordagens, linguagens e traços geracionais. Esse comportamento se tornou ainda mais exacerbado durante a pandemia de SARS-CoV-2 que teve início no Brasil em 2020. Para Heloisa Buarque de Hollanda (2018, p. 45, grifos nossos), as redes sociais contribuíram para uma explosão feminista. Nesse aspecto, o feminismo jovem evidencia essa tendência:

Em outubro de 2015, no calor dos protestos feministas, o *Facebook* atingiu o número de 74,8 milhões de usuários no país, conectando três de cada quatro internautas brasileiros. Verificamos em janeiro de 2016, na esteira do *boom* de 2015, a enorme quantidade de páginas que tratam do feminismo com diferentes linguagens e abordagens: *Feminismos sem demagogia* (884.075), *Lugar de Mulher* (75 202), *Feminismo Radical* (54 451), *Feminismo de ¾* (45. 971), *Feminismo na Rede* (20. 215), *Preciso do Feminismo Porque ...* (17.384), entre outras.

Seguindo a mesma compreensão de Heloisa, arrisco dizer que essa tendência de comportamento não fica restrito às feministas jovens como uma dimensão geracional, mas é possível observar que algumas feministas veteranas mais resistentes às redes sociais também se renderam ao Facebook. Para além dos números apresentados por Heloisa Buarque, reveladores de como os feminismos invadiram as redes sociais, há uma proliferação de perfis (páginas pessoais de pesquisadoras e pesquisadores feministas). Também algumas pessoas participam paralelamente de coletivos, espaços de ativismo como grupos que são criados com fins específicos. A produção de subjetividades e performances discursivo-corpóreas em espaços virtuais como o Facebook favorece uma distensão no nível de formalidade da linguagem permitindo que os sujeitos se mostrem de outra forma. Foi por perceber essa tendência nos comportamentos, muito provavelmente, motivado pelo contexto histórico no qual estamos imersos, que tomei esse tipo de produção discursiva como **material de pesquisa informal e complementar** às fontes documentais e entrevistas.

Grande parte dessa produção discursiva diz respeito não somente à atuação política e acadêmica dos/as pesquisadores/as, mas também dos grupos e coletivos aos quais estão

inseridos/as. Assim, ao assumir esse *locus* discursivo como material de pesquisa, assumo também uma rotina de coleta de informações nesse espaço que aconteceu da seguinte forma: diariamente, acessei as páginas pessoais das pessoas entrevistadas que colaboraram com a pesquisa, bem como as páginas coletivas dos grupos. Para tanto, estabeleci uma espécie de **protocolo de pesquisa**. Primeiramente, lia as postagens e salvava em um arquivo específico apenas aquelas publicações de autoria própria dos pesquisadores/as e líderes; em seguida, anotava minhas impressões e conversava com eles/as através da escrita. É válido registrar que todos têm um perfil nessa rede social, muito embora alguns/mas participam com mais frequência e de forma mais atuante, outros/as utilizam de forma mais esporádica. O mesmo procedimento acontece com as páginas que pertencem aos grupos de pesquisa. Estas podem ser administradas tanto pelos coordenadores/as como por outros membros responsáveis pela administração da página.

A partir desse critério de seleção, optei por descartar os compartilhamentos de outra natureza como as postagens sobre a vida privada, como, por exemplo, fotos e textos com amigos, eventos em família etc. Com isso, fui observando que, ao incorporar também esse ambiente de produção discursiva, podia ver outras dimensões e não apenas aquelas circunscritas ao momento da entrevista.

Trata-se de uma produção discursiva produzida no calor da hora, na explosão dos acontecimentos, uma escrita encarnada que carrega traços de um *cyberativismo* visceral, apesar de ser distenso no nível de formalidade da linguagem, prenhe de subjetividades. Muitas vezes, mostra-se como um diário carregado de emoções, tristezas e alegrias, revelando complexas estratégias de interação:

Querido diário,

Admito que nunca serei uma acadêmica puro sangue, afinal, creio em Deus, não fetichizo o PT, odeio mesa de autoridades, adoro sofrência (arrocha mesmo), jogo na loto fácil semanalmente, gosto de vozes dissonantes, acho que a democracia precisa ser democrática, chego na aula com muita antecedência, onde houver chapa única voto nulo, e quando alguém me apresenta como advogada e/ou feminista ainda ouço cochichos de 'nem parece'... Ah, e prefiro o salmo 91 aos discursos de posse das hegemonias. Sou uma vergonha para a 'classe'. Deus me abençoe na caminhada.⁹²

Dessa forma, a linguagem revela sua potência enquanto um espaço de luta hegemônica, de construção de estratégias coletivas de existências e resistências (pessoal, institucional e coletiva). Uma arena fértil para contestação de narrativas hegemônicas, bem

⁹² Salette Maria da Silva, da sua página pessoal do Facebook.
Ver: <https://www.facebook.com/saletemaria.dasilva>.

como também de contra narrativas e outras produções de sentidos. Uma das pesquisadoras-colaboradoras da pesquisa ponderou em sua página pessoal no Facebook:

O Facebook acaba de me sugerir uma narrativa visual do que eu teria feito ao longo deste ano. Eu me acabei de rir e de confirmar que o que uma mulher negra realiza na vida está muito além do panóptico e muito abaixo do radar... Este é o nosso grande trunfo!⁹³

A mídia na contemporaneidade é sem dúvida um campo profícuo para entender as relações de gênero, que são relações de poder. As redes sociais são espaços de produção discursiva, de produção e difusão de conhecimento para o bem ou para o mal. Nesse ponto, é importante identificar o discurso dominante em várias frentes e como o pensamento dicotômico, binário e hierarquizado foi sendo cooptado por discursos supostamente contemporâneos. Subentende-se que todo discurso é ideológico e é através da linguagem que as ideologias operam. Nesse sentido, as relações de dominação e as formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos e processos socialmente estruturados, legitimando, naturalizando e retificando hegemonias, mas também transformando e operando mudanças. É assim que eu penso o papel e o lugar da linguagem na cultura contemporânea, bem como o papel crítico do Analista Cognitivo. Para Heloisa Buarque de Holanda (2018, p.47), a linguagem utilizada nas redes sociais tem características muito próprias que vai além da escrita em primeira pessoa e da potência política mobilizadora dessas experiências com o outro que passa afetar. Para essa autora:

Respondendo ao recrudescimento de um forte conservadorismo que ameaça, inclusive, direitos já conquistados, os feminismos em rede se empenham no uso e na forma de novos instrumentos em suas lutas. Mais do que defender racionalmente ideologias, os grupos produzem laços que tecem uma expressiva percepção comum.

Um exemplo da força mobilizadora dessa linguagem é o uso das *hashtags* como uma das principais ferramentas políticas do feminismo da última década. O pensamento feminista, nas suas variadas formas e versões, transborda os espaços acadêmicos e se lança de forma visceral e impressionante nas redes sociais, recusa-se a permanecer, majoritariamente preso aos espaços tradicionais de difusão do conhecimento científico e aqui me refiro aos periódicos e às publicações específicas da área, bem como a nichos como os eventos acadêmicos e científicos. Assim, é inegável a força dessa linguagem que corrobora para forjar confluências

⁹³ Denise Carrascosa. Disponível em sua página pessoal.

Ver: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100009371013247>.

e abertura de lugares de fala nunca vistos antes na história. Nessa dinâmica, descortina-se um cenário promissor e promotor de uma geopolítica própria do ciberespaço na qual as redes sociais dão um novo e renovado sentido ao conhecimento e sua geopolítica. O conhecimento que se difunde e ganha feições próprias, um modo bastante espontâneo cuja subjetividade é exposta no calor da hora dos acontecimentos. No entanto, como alerta uma de nossas colaboradoras, é necessário não esvaziar o potencial político dessas ações. Assim, para ela:

Capitalismo. Mercado. Globalização. Davos. Bozonazi. Discurso. Memes. Rede Globo... tudo isso é muito ruim. Mas a resistência não pode se limitar a fazer piada ou aplaudir a Rede Globo, dia após dia. Acho que podemos mais. Já fomos bem melhores em outras épocas.⁹⁴

No fragmento em destaque, temos uma postagem publicada no Facebook de uma de nossas colaboradoras. Nela, é possível encontrar as marcas da conjuntura política. Observa-se também uma crítica ao comportamento nas redes sociais e o caráter polarizado dos discursos. Por essa e pelas outras razões já apresentadas, entendo que esse material discursivo deva ser utilizado como *locus* de pesquisa de forma responsável e ética.

3.3.4 Modelando um modo de dizer: o desejo de uma escrita encarnada?

O pesquisador se encarna na escrita...

O destino da palavra é se desintegrar quando chega a tocar o que é mais sólido do que ela: a carne. Ao se desintegrar como se desintegra cada signo apenas cumpre sua incumbência, isto é, ao mostrar aquilo a que se dirige. Porém, de novo, a palavra, felizmente, é mais do que um signo: é uma força viva que se desfaz quando alcança a matéria que há de lhe dar nova forma. *A palavra se encarna, seu destino é encarna-se.* (LARROSA, 2016, p. 113, grifos nosso)

Escrita vida viva, escrita resistência, escrita blasfêmica. Vários modos de aproximação daquilo que estamos denominando de “escrita encarnada”. No início deste texto eu falava da tentativa malsucedida de me anunciar sem me deixar imprimir na escrita uma dimensão subjetiva que resvalasse para o sentimental e melódico. Ao me insurgir, em alguns momentos, contra um modelo de escrita mais tradicional, percebo que todo esse esforço era, de certo modo, um desejo de alterar a política da escrita acadêmica hegemônica. Com isso, compartilho da crença de que a escrita é uma forma de superação dos limites impostos por um

⁹⁴ Salette Maria da Silva na sua página pessoal no Facebook.
Ver: <https://www.facebook.com/saletemaria.dasilva>.

modo de subjetividade que nos impede muitas vezes de “ver”, especialmente nos processos de produção e difusão do conhecimento “científico”. A escrita, muito provavelmente, é o gesto mais encarnado do/a pesquisador/a e não deve ser desqualificado como “simples” conduta, menor em forma e conteúdo, porque é aquilo que se oferece ao leitor/a de forma generosa como contribuição e entrega. A escrita encarnada é força crítica, política e de liberdade, um conceito no sentido apreendido por Deleuze (1992, p. 46): “ora necessita de uma nova palavra para ser designado, ora se serve de uma palavra ordinária à qual dá um sentido singular.”

A princípio, faz-se necessário, ainda que de modo provisório, apontar algumas pistas para o que estou denominando de “escrita encarnada”. Como experimentação, a escrita encarnada é uma construção própria, porém apropriada de múltiplas experiências de escritas de si e das insurgências de acontecimentos com os quais fui sendo atravessado ao longo do processo. Por isso mesmo, o presente tópico é um atravessamento colocado em suspensão já que, no plano empírico, a escrita encarnada, pelo menos aqui, dialoga com os gestos encarnados do pesquisador a partir das experiências empíricas que é a aproximação dos através das conversas encarnadas. Creio que não existe um manual para uma escrita encarnada *a priori*, anunciada *de per se*, sem ligação com o Outro, o sujeito da alteridade e com as outras dimensões da pesquisa. Não se trata, portanto, de algo apartado que caiba em um conjunto de normas e condutas, de práticas estilísticas ao qual teremos de perseguir a fim de (ele)levar a minha escrita a essa condição que é quase uma performance.

A proposta de uma escrita encarnada levada a cabo nesta tese compreende um investimento de escrita de si, como exercícios de modelagem do Pesquisador Encarnado no cotidiano do Grupo Enlace. Inicialmente, nós do Enlace, não com o nome de escrita encarnada, prosseguíamos um caminho de escrita colaborativa na produção das dissertações e teses dos membros do grupo durante os encontros semanais. A partir de então, fui sendo mobilizado a investir de modo mais radical nesse querer dizer mais experimental que passou a fazer muito sentido para mim.

Com isso, me lancei em uma viagem errante e arriscada com o objetivo de trazer contribuição para o campo e para o próprio estatuto teórico-metodológico e epistemológico do Pesquisador Encarnado. Desse modo, a escrita encarnada é um modo de dizer que nada tem a ver com algo místico e transcendental, tampouco de psicografia. A escrita encarnada é um gesto cartográfico que, dentro dos limites impostos pela linguagem de quem produz, organiza e subverte conceitos. É uma forma de invenção de uma possibilidade de vida, um modo de existência e reinvenção. Dito de outro modo, a escrita encarnada é o efeito da enunciação enquanto uma prática social. É, portanto, a propriedade da linguagem em ação.

A partir do momento que me implico na pesquisa, **o caminho da escrita encarnada é inevitável** porque ela se faz com sangue, com vida, durante todo o processo. Como destaca Roland Barthes (2004), as palavras funcionam como projeções, vibrações, explosões que fazem do saber fecundo. **A escrita é um gesto encarnado de re(ex)istência**, vital e visceral na sua racionalidade indisciplinada, um fazer contínuo, um gesto político orgânico que deseja entrar em sintonia com a convocação de Gloria Anzaldúa (2000, p. 235):

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem amordaçar suas vozes. Ponham suas tripas no papel.

Esse gesto é movido por um desejo de **“querer dizer”** que mobiliza uma necessidade de **“saber dizer”** e, conseqüentemente, **“saber escrever”**, um modo de dizer as coisas para o mundo que sintoniza com a ideia de uma **“escrita ciborgue”**, isto é, com o poder de sobreviver, sem a inocência original, mas na tomada de posse dos mesmos instrumentos usados para marcar o mundo que marcou as outras formas de poder, além de apontar saída para a cilada da linguagem comum e permitir **“uma poderosa e herética heteroglossia.”** (HARAWAY, 2009).

Uma escrita encarnada é uma forma de existência, pode ser entendida como um modo de dizer no qual a pessoa pesquisadora **“afia bem as palavras, para nelas não transigir, afim também de não transigir nos sentidos”**. O espetáculo teatral *Oxum*,⁹⁵ concebido, escrito e encenado por atores e atrizes negras do Núcleo Afro-brasileiro de Teatro de Alagoínhas (NATA), da cidade de Alagoínhas, interior da Bahia, segue nessa direção. Essa montagem faz um mergulho no universo mítico dessa divindade para com ela e sobre ela refletir e legitimar a voz das mulheres negras potencializando sua dimensão política, o poder do autoconhecimento, da compreensão de si e do universo, dos mecanismos de dominação do patriarcado e da produção de uma outra masculinidade.

A escrita encarnada é um movimento de análise (processo) e ao mesmo tempo de síntese (produto) de encarnação do sujeito que emerge das entranhas. É, portanto, um movimento que se pretende libertador, emancipatório, por vezes até terapêutico, no sentido mais ampliado da palavra. A escrita encarnada possibilita a dinâmica de compreensão e intervenção na realidade, para todos os fins práticos, **“mostra-se em toda sua exuberância,**

⁹⁵ *Oxum* é uma montagem integrante do Afrobumerangue, projeto de manutenção do Grupo NATA, realizado através do Edital de Apoio a Grupos e Coletivos 2016 da Funceb. O espetáculo que comemorou os 20 anos do Coletivo, esteve em cartaz no Teatro Vila velha, em Salvador (BA), em novembro de 2018.

transbordamentos e derivas, permitindo ao pesquisador com-versar intercriticamente com essas narrativas e seus ‘etnométodos’.” (MACEDO, 2018, p. 93).

A **pessoa pesquisadora encarnada no desejo e urgência de escrever** produz um diálogo em profundidade, um exercício demasiadamente comprometido com o conhecimento que produz, seja eticamente, afetivamente e institucionalmente. Escrever de modo encarnado é, principalmente, um ato de afirmação de compromisso com nossa ancestralidade. Nesse aspecto, dialoga também com a ideia de uma “escrevivência” (EVARISTO, 1996). Em consequência disso, a tomada de posse pela escrita materializa o poder da comunicação com um significado especial para os povos colonizados o poder de enunciar, o poder epistêmico que legitima uma outra forma de conhecer marcada pela redescoberta da ontologia e pelo compromisso com a transformação social e toda sorte de implicações políticas do conhecimento. Nesse sentido, é preciso que a escuta seja sensível para saber dizer, sem esperar esgotar as palavras, pois a escrita encarnada se revela também na ausência de palavras. Sendo assim, escrever é o modo mais encarnado de produzir existências, resistências e reinvenções, pois, como nos alerta Gloria Anzaldúa (2000, p. 235), “mesmo se estivermos famintas, não somos podres de experiências.”

Vale ainda ressaltar que o formato e as regras das publicações acadêmicas muitas vezes acabam influenciando na nossa escrita e, conseqüentemente, na criatividade, na medida em que impõe normas e práticas que impedem certas ousadias na representação do conhecimento científico. Nesse ponto, tem também sua potência quando produzida no gerúndio, ou como coloquei no primeiro capítulo, um lançar-se no abismo, um gesto mobilizado por uma urgência enunciativa, de não poder esperar pelo envolvimento em uma trama existencial e sociopolítica que exige um engajamento permanente e imediato com os fatos sociais.

A possibilidade de uma escrita encarnada vem do reconhecimento de que há uma singularidade importante a ser percebida e apre(e)ndida durante o processo de escrita da pesquisa com a experiência. Segundo Macedo (2015, p. 101, grifo do autor), é quando “a experiência se prepara para ser comunicada e viver uma certa tensão da *comversa-ação* e seus modos de criação”, em um encontro partilhado com a narrativa dos sujeitos participantes da pesquisa. E, assim, relatar a experiência não é o mesmo que a experiência, na escrita podemos fazer uma outra experiência, uma espécie de hermenêutica singular e singularizante sem deixar de lançar mão de certo rigor, da ética e da responsabilidade, princípios que orientam uma pesquisa encarnada.

No entanto, dizer-se, no sentido de anunciar-se pesquisador encarnado na sua escrita também encarnada não é o mesmo que fazer. Sem as certezas e garantias da escrita acadêmica canônica, a escrita encarnada será sempre um devir, uma aposta, uma experiência, mas ela deixa escapar lampejos de um desejo de ser encarnada, mesmo sem ser. Muito provavelmente, a escrita encarnada não precise ser anunciada, ela apenas é. É uma utopia do possível, é um outro corpo no qual habitamos, para dialogar com Eliane Brum (2017). Na escritura encarnada, colocamos o tempero da carne. Como veremos mais adiante, a escrita encarnada é um gesto de gestão epistêmica.

Dito e tendo percorrido os caminhos metodológicos da tese, na próxima seção, daremos sequência em nosso percurso, traçando um panorama da pesquisa em gênero, sexualidade e *queer* nas universidades baianas. Para tanto, serão apresentados alguns dados quantitativos que nos serão úteis para ajudar a compreender o contexto.

3.4 O CONTEXTO DOS GRUPOS DE PESQUISAS EM GÊNERO, SEXUALIDADE E *QUEER* NA BAHIA

Esta seção está dividida em duas partes: a primeira compreende um olhar panorâmico sobre os grupos de pesquisas na Bahia em universidades públicas; na segunda, apresentaremos os dados exploratórios sobre os grupos de pesquisas em gênero, sexualidade e *queer* na Bahia a partir do Diretório do CNPq [(2014)]. Para compor esse panorama, serão apresentados gráficos com alguns dados quantitativos relativos a instituições, áreas do conhecimento, além de outros descritores que informam sobre esse campo do conhecimento.

A pesquisa científica acontece em organizações privadas, agências governamentais e instituições de ensino e pesquisa, a exemplo das universidades públicas. Os dados mais recentes de 2017, através do estudo intitulado *Pesquisa no Brasil: um relatório para a CAPES*,⁹⁶ comprovam o protagonismo histórico das universidades públicas no Brasil nas últimas décadas, sejam elas estaduais ou federais. A referida pesquisa aponta que 99% da produção científica no Brasil é realizada nas instituições públicas. Dentre esses dados, chama a atenção o fato de que no topo das 20 instituições que mais produzem pesquisas, 15 das quais são federais e 5 estaduais, todas elas localizadas no Sudeste e Sul do Brasil, a exemplo da Universidade de São Paulo (USP) que lidera o *ranking* com 54.108 documentos na *Web of*

⁹⁶ Ver: Reisdoefer (2019).

Science,⁹⁷ enquanto no estado da Bahia a liderança fica com a UFBA que ocupa a 18ª posição com 4.198 documentos, um número relativamente baixo se comparado ao da USP.

Esses dados nos mobilizam a entender as relações de poder e a geopolítica do conhecimento da pesquisa no Brasil e na Bahia, ao passo que sugerem algumas assimetrias entre as diferentes regiões do Brasil no que se refere à produção do conhecimento nos seus contextos específicos que são as universidades. Esse debate se mostra ainda mais complexo quando nos voltamos para o contexto dos estudos de gênero e sexualidade que entrelaça movimento social e um campo de pesquisa científica cuja necessidade de legitimação tem sido permanente.

3.4.1 As universidades públicas da Bahia e a produção do conhecimento científico-acadêmico

Atualmente, o estado da Bahia dispõe de nove universidades públicas, sendo quatro delas estaduais e seis federais, além dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) espalhados por diversas regiões do estado e do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).⁹⁸ A maior parte da pesquisa científica produzida nessas instituições está diretamente relacionada aos programas de pós-graduação. Segundo dados da Capes,⁹⁹ o estado da Bahia lidera o *ranking* de programas de pós-graduação avaliados e reconhecidos na região Nordeste, mas esses mesmos dados mostram que essa produção é proporcionalmente inferior ao que se produz nas regiões Sul e Sudeste do país. Ao todo, a Bahia possui 201 programas de pós-graduação, 72 mestrados acadêmicos, cinco programas somente com cursos de doutorado, 43 mestrados profissionais, 81 deles oferecem mestrados e doutorados simultaneamente. Desse total, 179 estão alocados em universidades públicas.

A UNEB, por exemplo, uma das instituições com maior capilaridade em virtude da sua composição no modelo de multicampia, é composta de 24 *campi* espalhados por todo o território baiano, oferece 25 programas de pós-graduação ainda segundo dados da Capes. De acordo com o relatório de gestão (2014-2017) da UNEB, organizado pelas Pró-Reitorias de

⁹⁷ Essa produção é avaliada, dentre outros critérios, pela quantidade de documentos publicados – ensaios, artigos, periódicos especializados e anais de congressos –, bem como o impacto dessa produção nacional e internacionalmente.

⁹⁸ Na Bahia, existem dois institutos federais. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), que é fruto da transformação do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) da Bahia, instituição pública federal que oferta cursos técnicos profissionais de nível médio e superior de forma gratuita em várias cidades da Bahia; e o IF Baiano que vem das antigas Escolas Agrotécnicas Federais e das Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

⁹⁹ Disponível na *Plataforma Sucupira* (2016).

Planejamento e Avaliação, houve um crescimento significativo no número de cursos e oferta de vagas. Entre 2014 e 2017, o número de cursos passou de 14 para 18. Nesse mesmo período, as vagas ofertadas saltaram 339 para 420.

Após um levantamento das linhas de pesquisas dos respectivos programas, bem como dos componentes curriculares oferecidos, dos currículos dos/as pesquisadores/as¹⁰⁰, o descritor “gênero” e/ou “sexualidade” apareceu, explicitamente, em apenas seis desses programas. Alguns dados chamam a atenção como, por exemplo, o fato de nenhum deles apresentarem esses descritores explicitados nas ementas de suas áreas de concentração, exceto o PPGNEIM que é o único programa dedicado exclusivamente a esse campo de estudos, com a área de concentração denominada de Mulheres, Gênero e Feminismos. Além disso, os dados revelam também que nenhum desses programas possui linhas de pesquisas específicas sobre essa temática. Em alguns casos, a temática de gênero aparece como desdobramento da área de concentração do programa ou das linhas de pesquisa como é o caso, por exemplo, do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA cuja linha Cultura e Identidade acolhe diversas propostas de trabalhos na temática de gênero, sexualidades e afins. Nesses casos, isso acontece muito provavelmente em função da presença de pesquisadores/as com formação na área e dispostos/as a levar essa discussão a cabo em suas produções.

Outras categorias que se aproximam desse campo, ou categorias derivativas com aparente aderência foram observadas, porém foram descartadas como, por exemplo, – inclusão, diversidade, desigualdades, identidades, direitos humanos –, por entender que são abordagens, por vezes, bastante genéricas e não necessariamente operam com teorias feministas e *queer* que são os campos científicos nos quais situam-se os estudos de gênero, sexualidade e *queer* e na intersecção com estudos étnicos e raciais.

Outro dado relevante é o tempo de existência dos programas. Vale ressaltar que todos eles são programas ainda muito recentes e estão ainda em processo de consolidação, implementação ou reestruturação. Os programas identificados na Bahia que contemplam a temática de gênero e feminismo em suas linhas são: o de Crítica Cultural da UNEB, tanto em número de pesquisadores/as – quatro pesquisadoras e um pesquisador – quanto em quantidade de trabalhos orientados (33 dissertações). O Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC), embora seja o programa de pós-graduação em Educação mais antigo e com a melhor nota atribuída pela Capes – nota 5 na última avaliação –, o maior programa de pós-graduação da UNEB em número de docentes e discentes e com cursos de

¹⁰⁰ Foram observados apenas os currículos dos docentes credenciados nas linhas de pesquisas nas quais gênero, sexualidades e/ou estudos *queer* aparecem como descritores.

mestrado e doutorado, respectivamente, não oferece uma linha de pesquisa específica sobre a temática de gênero e sexualidades. Na análise dos currículos, podemos observar apenas uma docente com um grupo de pesquisa em funcionamento com foco nessas discussões, no entanto, o seu credenciamento é ainda recente, sem impacto nessa produção. Vejamos no quadro a seguir as instituições com seus respectivos programas de pós-graduação.

Quadro 4 – Universidades públicas localizadas no estado da Bahia com seus cursos de pós-graduação avaliados e reconhecidos pela Capes

Instituição de ensino	Total de Programas de Pós-Graduação							Total de cursos de pós-graduação				
	TOTAL	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	TOTAL	ME	DO	MP	DP
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)	2	0	0	2	0	0	0	2	0	0	2	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	2	0	0	2	0	0	0	2	0	0	2	0
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	19	10	0	6	0	3	0	22	13	3	6	0
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	18	9	0	4	0	5	0	23	14	5	4	0
Universidade Estadual Santa Cruz (UESC)	20	11	0	2	0	7	0	27	18	7	2	0
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	16	10	0	0	0	6	0	22	15	6	0	0
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	80	15	4	11	0	50	0	130	65	54	11	0
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	3	3	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	15	8	0	5	0	0	2	17	10	2	5	0
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	3	1	0	1	0	1	0	4	2	1	1	0
Universidade do Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Totais	179											

Siglas: ME – Mestrado acadêmico; DO – Doutorado; MP – Mestrado Profissional; DP – Doutorado Profissional.

Fonte: dados da Plataforma Sucupira (2016).

Com o objetivo de delimitar o universo da pesquisa, decidimos considerar para efeito de *corpus* de estudo e universo da pesquisa apenas as universidades estaduais e federais baianas, a saber UFBA, UFRB, UFOB, UESB, UFSB, UNEB, UESC, UEFS, desconsiderando-se assim os institutos federais e as instituições privadas.

Os números da UNEB de acordo com os dados divulgados no relatório de gestão 2014-2017 servem de exemplo do crescimento de grupos de pesquisa nessa instituição e que se reproduzem também nas demais com maior ou menor proporção. Os grupos de pesquisas da UNEB, segundo o corpo gestor, têm por objetivo prover, fomentar e incentivar o desenvolvimento e realização de pesquisas, dentro da política institucional de pesquisa e desenvolvimento, e fortalecer a infraestrutura visando a geração e difusão de novas tecnologias (2018).¹⁰¹ A série histórica de 2000 a 2016 mostra um crescimento bastante significativo, passando de 24 em 2000 para 263 em 2016. O grande salto aconteceu justamente entre 2008 e 2016 – período que recobre o recorte dessa pesquisa –, passando assim de 102 para 263.

Outros dados também chamam a atenção no contexto da UNEB. Em 2000, eram 200 participantes em grupos de pesquisas (61 estudantes, 131 pesquisadores-docentes e oito técnicos). 16 anos depois, o número de participantes passou para 4.937, um aumento bastante expressivo. A quantidade de projetos de pesquisas saltou de 389 em 2014 para 454 em 2016.

Como podemos observar, esse crescimento é notável em todas as instituições. Para este estudo, inicialmente, a escolha do *corpus* seria através dos programas de pós-graduação, mas como esse *corpus* ficaria bastante alargado, essa escolha foi muito em função das minhas experiências já narradas em capítulos anteriores nesses espaços de produção de conhecimento, **um corpus de estudo encarnado na vida, nas vivências tanto como discente-pesquisador quanto docente-pesquisador forjado e (trans)formado nesses espaços entre a UFBA e a UNEB.**

Inicialmente, a ideia era delimitar apenas as universidades públicas que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, que oferecem cursos de mestrado e doutorado. Isso por entender uma estreita vinculação dos grupos de pesquisas com os programas de pós-graduação. No entanto, não é possível desconsiderar toda uma produção que não está vinculada diretamente a programas de pós-graduação, mas se articula com os outros eixos basilares das universidades na composição do tripé ensino, pesquisa e extensão. Nesses casos,

¹⁰¹ Relatório de gestão (2012-2014) da UNEB. Material impresso e encadernado em capa dura distribuído nos departamentos, sem ficha catalográfica. Ver: <https://portal.uneb.br/transparencia/relatorios-de-atividades-2014-2017/>.

estou me referindo aqui às pesquisas que se entrelaçam com a docência e com experiências extensionistas, com projetos de iniciação científica e iniciação à docência em muitos casos ligadas à graduação e aos cursos de especialização *lato senso* que culminam em monografias de conclusão de cursos e, em muitos casos, se desdobram em futuros projetos de pesquisa de mestrado e doutorado.

Após uma pesquisa exploratória que levantou os grupos de pesquisas na Bahia, realizado no Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil do CNPq, chegou-se à seguinte configuração representada no quadro a seguir.

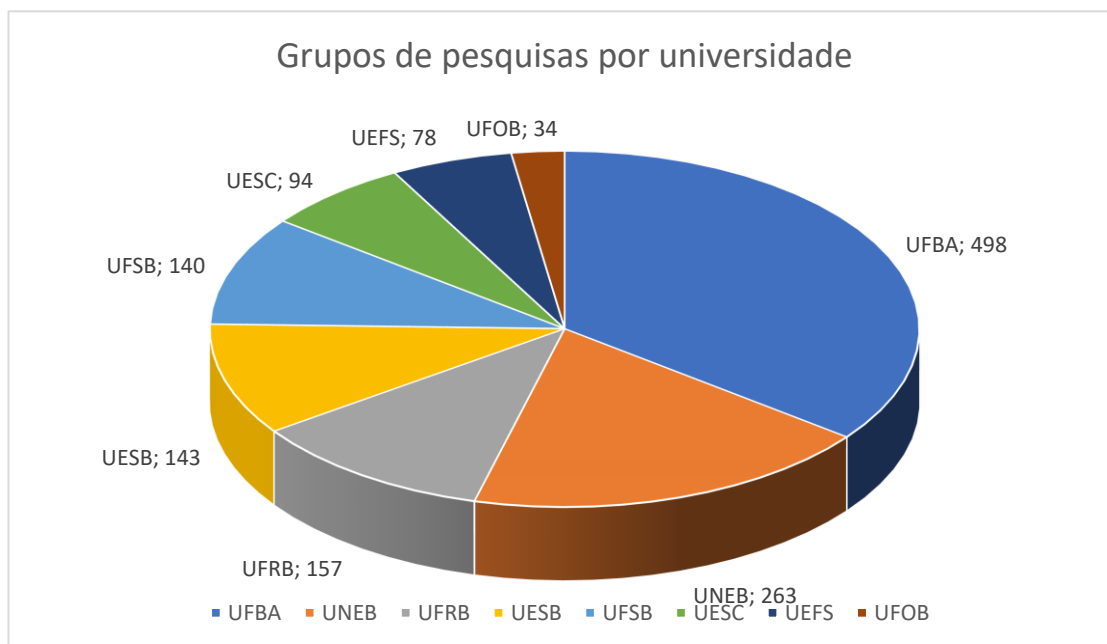
Quadro 5 – Grupos de pesquisas cadastrados no Diretório do CNPq¹⁰² por instituição

Instituição	Grupos de pesquisa
UFBA	498
UNEB	263
UFRB	157
UESB	143
UFSB	140
UESC	94
UEFS	78
UFOB	34
Total de grupos nas instituições	1.262

Fonte: elaborada pelo autor, dados acessados em dezembro de 2020, no *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

¹⁰² Há um risco eminente dessas informações estarem um pouco desatualizadas em virtude da própria dinâmica da plataforma que permite o cadastramento de novos grupos e a atualização de dados no diretório. De acordo com as normas do CNPq, esse cadastramento pode acontecer a qualquer momento. Ainda assim, as atualizações das informações não devem modificar, substancialmente, o panorama em espaço de tempo curto. Último acesso em janeiro de 2021.

Gráfico 1 – Grupos de pesquisas por instituição



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Conforme podemos observar, a UFBA detém o maior número de grupos cadastrados (498), quase o dobro da UNEB (263) que ocupa a segunda posição. Muito provavelmente, isso se explique porque a UFBA é uma das mais antigas universidades públicas do estado da Bahia e, segundo dados¹⁰³ da própria instituição, esse contingente envolve cerca de 1.966 pesquisadores doutores, distribuídos em 1.996 linhas de pesquisas. Comparativamente, outras universidades federais mais recentes possuem números bem mais modestos, é o caso da UFRB, UFSB e a UFOB. Não podemos desconsiderar, todavia, o quantitativo de docentes e de discentes nessas instituições. Além disso, não se pode desprezar os dados relativos ao financiamento das pesquisas realizadas nesses grupos. Acredita-se que o expressivo número de pesquisadores doutores esteja contribuindo para alavancar essa produção, apesar da disponibilidade orçamentária que tem sido sistematicamente comprometida a ponto de inviabilizá-la em muitos casos.

3.4.2 Panorama dos grupos de pesquisas em gênero e sexualidade e *queer* na Bahia

Antes de adentrar nos resultados desse esforço exploratório do campo, cabe ressaltar algumas dificuldades e limitações inerentes ao descritor “gênero”. O termo “gênero” é

¹⁰³ Informações disponíveis no *site* oficial da instituição ver: <http://www.propci.ufba.br>.

bastante polissêmico, além de nomear de modo bastante genérico um vasto campo de estudos diversificado teoricamente, é também um termo bastante ambíguo usado nas mais variadas acepções o que dificulta o acesso a informações mais precisas e qualificadas. No entanto, esse levantamento via *Diretório de grupos de pesquisa do CNPq* ([2014]) apresentou algumas limitações, apesar de ser a fonte mais indicada pela sua abrangência.

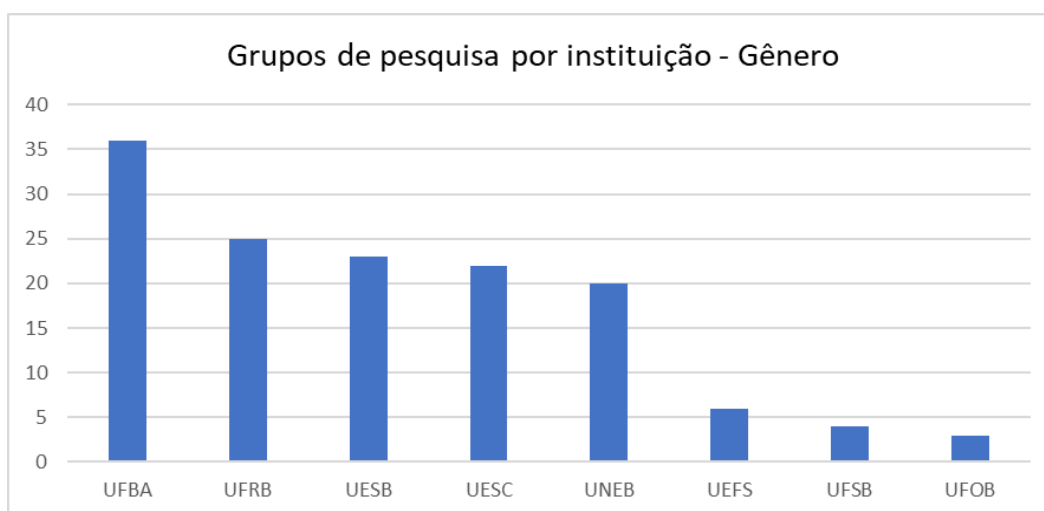
Embora seja o caminho mais natural de acesso e formalização dos dados, essa plataforma apresentou limitações metodológicas no sentido de uma precisão conceitual nesse campo que tensiona conceitos e teorias de modo permanente. O primeiro ponto a ser ressaltado diz respeito às várias formas de entrada no âmbito desses estudos via nome do grupo, aqui genericamente designados pelos três principais descritores que informa o campo de pesquisa: “gênero”, “sexualidade(s)” e “queer”.

Há que se considerar as várias reentrâncias, ou seja, denominações, intracampo que demarcam as filiações e disputas teóricas, além dos marcos teórico-epistemológicos em constante (re)construção. Fazendo alusão a dois dos maiores eventos do campo no Brasil, o *Fazendo Gênero* e o *Desfazendo Gênero*, enquanto uns (re)produzem o conceito de gênero como uma categoria útil de análise, outros movimentos acontecem de implodir o próprio conceito de gênero, rechaçando como conceito e/ou categoria analítica. Conforme nos lembra Claudia de Lima Costa (2003, p. 43, grifos nosso):

O conceito de gênero é uma arena de disputas políticas, teóricas e epistemológicas. No caso específico das teorias feministas, *mapear seus itinerários se complica ainda mais porque suas categorias analíticas são produzidas no (des)encontro das formações feministas heterogêneas, marcadas pelas diferenças de raça, de classe, de orientação sexual, de linguagem, de etnia e de trabalho do nacional, entre muitas outras*. Devido a tudo isso, nessas migrações as teorias encontram condições epistemológicas, institucionais e políticas, fazendo com que passem por terrenos imperfeitos, peguem desvios súbitos e encontrem armadilhas ocasionais.

Muito embora o objetivo aqui seja menos ambicioso do que mapear as migrações desses macroconceitos – gênero, sexualidade e *queer* –, nos propomos a identificá-los em suas acomodações e denominações, ou seja, em grades classificatórias que nomeiam grupos e organizações em torno da produção de conhecimento científico-acadêmico, ainda que fique visível a complexidade de representá-los em suas especificidades. O gráfico a seguir mostra a presença dos grupos por instituição quando se considera para efeito de busca o descritor “gênero”:

Gráfico 2 – Grupos de pesquisa por instituição – Gênero



Fonte: adaptado do *Directório de grupos de pesquisa do CNPq* ([2014]).

O gráfico acima mostra a distribuição dos grupos por instituição quando consideramos o descritor “gênero”. Nele, é possível verificar que a UFBA detém o maior número de grupos cadastrados. Levantamos algumas hipóteses sobre esse protagonismo da UFBA no estado da Bahia. A primeira e aparentemente a mais provável explicação é o fato de ser a mais antiga universidade pública do estado. Em segundo lugar, a UFBA detém o maior número de pesquisadores doutores e ao mesmo tempo conta com grupos e programas de pós-graduação já consolidados, os pioneiros nessa área. Chama a atenção também a posição da UFRB, que é uma instituição fundada mais recentemente, e já consta com um número bastante expressivo de grupos (25), bastante próximo ao da UFBA (36). Podemos verificar ainda que as instituições federais UFOB e a UFSB, que atendem as regiões oeste e sul do estado, respectivamente, possuem um quantitativo de grupos bem pequeno. Isso se deve, em alguma medida, ao tempo de existência dessas instituições. No gráfico abaixo, podemos conferir essa distribuição por instituições, dessa vez utilizando o descritor “sexualidade”:

Gráfico 3 – Grupos de pesquisa em sexualidades – instituições e números de grupos



Fonte: adaptado do *Diretório de grupos de pesquisa do CNPq* ([2014]).

Já o gráfico seguinte mostra a distribuição dos grupos por área do conhecimento cujo cenário considera o descritor “sexualidade”. Para tanto, utilizou-se a classificação própria do CNPq das consideradas grandes áreas (Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências da Saúde e Ciências Humanas). Como se pode observar, os grupos estão alocados majoritariamente na área de Ciências Humanas, em seguida, e em um percentual bastante menor, aparecem como cadastrados nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e, por fim e, conseqüentemente, em menor número, na grande área de Linguística, Letras e Artes. Não há registro de grupo com o descritor “sexualidade” nas áreas consideradas de “ciências duras” (Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias).

Diante das dificuldades colocadas sobre o termo “gênero”, conforme apontado, experimentei mapear o campo combinando outros descritores afins como “mulher”, “mulheres”, “mulheres negras” – lembrando que em muitos casos eles não podem ser lidos necessariamente como sinônimos de gênero –, muito embora em muitos trabalhos não exista essa precisão conceitual. Outro conceito utilizado como descritor foi “interseccionalidade” por entender que nele está contido não só o gênero, como dimensão estruturante dos eixos de

opressão, mas outros marcadores sociais como raça/etnia, classe, sexualidade, idade/geração etc.

Outros descritores também foram utilizados para tentar acessar esse campo no que se refere aos gêneros e sexualidades dissidentes, bem como as questões da subjetividade, a exemplo de toda uma temática vinculada à legenda LGBT, masculinidades, transexualidades e *queer*. No caso do *queer*, a terminologia comporta em seu bojo uma complexidade de conceitos e operadores, um território fértil para experimentações conforme aponte na introdução deste trabalho. Vejamos o que mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Grupos de pesquisas por descritor



Fonte: adaptado do *Diretório de grupos de pesquisa do CNPq* ([2014]).

Esse gráfico mostra que quando ampliamos a busca para outros descritores afins, temos ainda um cenário marcado predominantemente pelos termos: “gênero” (136 grupos); seguido por “sexualidade” (45 grupos), um número relativamente bem menor, isto é, um terço daqueles que levam gênero no nome; em seguida, em maior número, estão os descritores “mulher”, “relações de gênero”, “feminismo” e “interseccionalidade”; e, em número bem pequeno, os relacionados aos descritores “LGBT”, “Transexualidade”, “Mulheres negras”, “lesbianidade” e “masculinidade”. Conforme já dito, o termo “queer” nomeia um número reduzido de grupos, mas esse possível apagamento pode ser explicado porque os estudos *queer* operam com um referencial teórico-epistemológico que tem servido para fundamentar muitos estudos sobre transexualidades, lesbianidades, corpos, gênero e sexualidades dissidentes e abjeção.

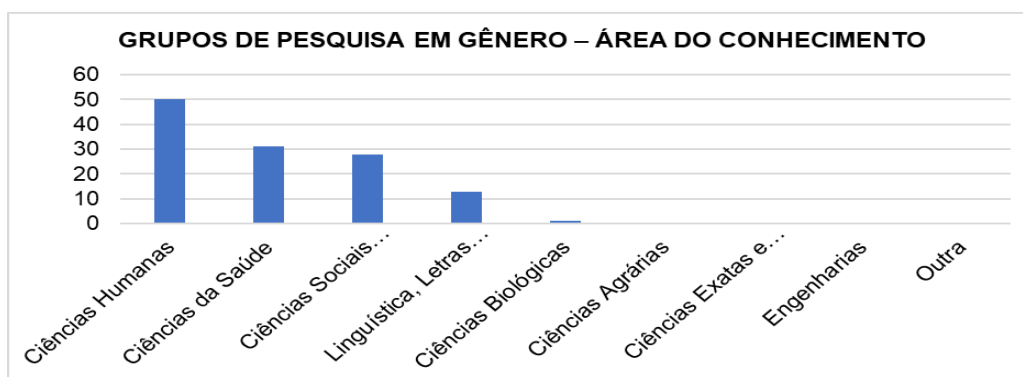
Um exemplo do que estou dizendo é o NUCUS, núcleo de pesquisa declaradamente influenciado pelas teorias/estudos *queer*. No entanto, quando utilizamos o descritor “queer”, esse mesmo grupo não aparece no Diretório do CNPq porque são utilizadas essas

denominações derivadas do termo guarda-chuva que é o “queer”, como “corpos dissidentes”, “abjeção”, “vidas precárias”. Cabe também lembrar que esse levantamento considera o nome dos grupos e, ainda que tenha sido feito um cotejamento das ementas dos grupos disponíveis no Diretório dos grupos no CNPq a partir de itens como repercussões do grupo e descrição das linhas de pesquisa, a análise está centrada na denominação dos grupos. Outro aspecto é que o nome dos grupos leva em conta aspectos teóricos-políticos vigentes na conjuntura que foram criados, no entanto, como veremos mais adiante, há um movimento de reinvenção teórica no próprio âmbito interno dos grupos.

Com relação às áreas do conhecimento, foi possível encontrar um número significativo de grupos alocados na área de Educação. No entanto, se examinamos a instituição de origem desses trabalhos, nos damos conta de que a maioria deles não está alocada em Faculdades de Educação, necessariamente. Um exemplo disso que estou tratando, apenas para citar os grupos mais antigos, são as dissertações e teses orientadas via NUCUS e o Pós-Cultura, que é o programa de pós-graduação ligado a esse grupo, da mesma forma o NEIM via PPGNEIM, e o Grupo Enlace com suas pesquisas na área de Educação seja no cotidiano da escola, bem como na formação de educadores/as.

Um levantamento em dois dos principais programas de pós-graduação na Bahia, porque bem avaliados e já consolidados – o Programa de Educação da UFBA e o PPGEDUC da UNEB – mostrou que não há pesquisadores/as estudando gênero e sexualidades. Em consequência disso, é natural que esses espaços não gerem produtos sobre esse tema como dissertações e teses, como categoria central, mas apareça de forma periférica em algumas análises. Além disso, grupos de pesquisas com configuração interdisciplinar são alocados em áreas disciplinares. Por exemplo, o Enlace/DMMDC, O NUCUS/Pós-Cultura, Pós-crítica/PPGNEIM.

Gráfico 5 – Grupos de pesquisa em gênero – área do conhecimento



Fonte: adaptado do *Diretório de grupos de pesquisa do CNPq* ([2014]).

Nesse gráfico, vemos a distribuição dos grupos por área do conhecimento considerando o descritor “gênero”. Observa-se que há um padrão bastante similar ao gráfico anterior que utiliza o descritor “sexualidade”. O recorte evidencia que ainda há uma predominância de grupos que utilizam esse conceito/operador na forma de nomear grupos e, por consequência, em suas concepções de grupos e na orientação teórico-política. A maior parte dos grupos encontra-se cadastrada nas áreas de Ciências Humanas, Saúde e Ciências Sociais Aplicadas. Em proporção bem menores, temos os grupos alocados na grande área de Letras, Linguística e Artes. Nas demais áreas, não há registro de grupos cadastrados e em atividade.

Durante o levantamento, especialmente lendo as ementas, os objetivos e as repercussões dos trabalhos dos grupos, observamos a presença de grupos que em nada se relaciona com o campo. Dessa forma, descartamos o descritor “gênero” usado em contexto significando “gênero discursivo”, “gênero textual” e “gênero literário” comuns às áreas de Letras, Linguística e Educação, quando relacionados ao ensino de línguas e letramento. Encontramos também a palavra “gênero” com referência a “gênero digital”, “midiático” e “autobiográfico” empregada em outros contextos.

Os resultados obtidos revelaram ainda que há um número significativo de grupos que tem o descritor “gênero” como temática central. Nesse caso, ele compreende o eixo norteador dentro da área de predominância aparecendo, inclusive, como palavra-chave no título do grupo. Por outro lado, o descritor “gênero” aparece, em alguns casos, apenas dando nome a uma ou mais linhas que integram o grupo. Nessas situações, a temática aparece de forma mais periférica com fraca predominância da área. *Grosso modo*, sem uma leitura atenta dos dados dos grupos individualmente e utilizando apenas o descritor “gênero”, considerando-se para efeito de busca somente os grupos certificados e atualizados como filtro.

Os gráficos apresentados mostraram o quantitativo de grupos por instituição, área do conhecimento e descritor. Outros dados secundários serão explorados no capítulo IV no qual será apresentada a modelagem do CNPq relativa aos grupos selecionados. Por enquanto, no próximo capítulo, iremos conhecer os líderes dos grupos que junto comigo irão ajudar a traçar os horizontes da gestão encarnada do conhecimento científico-acadêmico.

CAPÍTULO III

4 CARTOGRAFANDO OS PROCESSOS DE GESTÃO ENCARNADA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-ACADÊMICO: PESQUISADORAS, PESQUISADORES E OS HORIZONTES DA GESTÃO

Do sujeito encarnado ao pesquisador encarnado/ Do diálogo do Pesquisador Encarnado com os pesquisadores-interlocutores, líderes dos grupos...

Neste capítulo, o Pesquisador Encarnado encontra com os pesquisadores e pesquisadoras líderes dos grupos de pesquisas para propor conversas encarnadas em torno de seus enredamentos existenciais e epistêmicos. A proposta é um movimento cartográfico que se baseia nos diálogos com os/as líderes dos grupos e se espraia para as práticas coletivas nos grupos. O plano argumentativo e problemático modula-se na travessia da tríade criação, existência e resistência, conjunto de atos, não estanques nem hierárquicos que entrelaçam as experiências dos/as pesquisadores/as. Em sintonia com o saber-fazer do cartógrafo em sua política de invenção, lança pistas sobre o campo teórico-epistemológico através do qual os pesquisadores/as transitam/reelaboram/experimentam um trançado sobreposto de horizontes teórico-epistemológicos que vai das epistemologias feministas aos estudos *queer*. Especial atenção é dada aos processos de subjetivação que subjaz aos atos de gestão, gestos performativos que produz lampejos de deslocamentos, como a parada sincopada e provocativa do samba de roda que tensiona, inclui, distribui, afeta, dar e recebe tons de alegrias para a produção do conhecimento. Assim, o ziguezaguear dos/as pesquisadores/as entre ativismo, pesquisa e docência compõe uma configuração de gestão plasmada entre a existência ontológica, epistêmica e organizacional.

Avançamos no entendimento de que a gestão do conhecimento tem sido tratada comumente a partir dos aspectos e espaços organizacionais, no entanto, a ideia de uma gestão ampliada nos mobiliza a fazer uma rearrumação do campo, lançando um olhar mais atento para as subjetividades, ou seja, para os processos de subjetivação. Antes disso, iremos apresentar na próxima seção os pesquisadores e pesquisadoras, líderes dos grupos de pesquisa. Conhecer esses sujeitos e suas narrativas será fundamental para uma compreensão mais encarnada dos movimentos de gestão em suas vidas e nos grupos que coordenam. Assim, no desejo de fazer uma cartografia que possa alcançar uma gestão verdadeiramente encarnada será necessário conectar o plano dos afetos, assim como um cartógrafo que precisa,

[...] ativar o potencial se ser afetado, educar o ouvido, os olhos, o nariz para que habitem durações não convencionais, para além de sua função sensível trivial, ativando algo de suprassensível, dimensão de virtualidade que só amplia à medida que é exercitada. O cartógrafo, assim, vai criando corpo junto com a pesquisa. Trata-se de ganhar corpo para além de sua funcionalidade orgânica, biológica. Algo se passa, algo de virtual pode ser acessado, e aí está o corpo, o mundo e o tempo. (POZZANA, 2014, p. 63).

4.1 QUEM ENTRA NA RODA E SEGUE COMIGO: PESQUISADORES E PESQUISADORAS, LÍDERES DOS GRUPOS

A via de acesso ao empírico chega via líderes dos grupos, **eles/as puxam o fio e a gente segue pensando junto**. O que se pretende com isso, em certa medida, é fazer um diálogo horizontal e encarnado no desejo de aprofundar, verticalmente, outros enredos em suas existências e resistências no âmbito desses estudos. De que forma as contribuições desde as experiências nos/com os grupos de pesquisa de gênero e sexualidades acessados podem apontar possíveis entradas e compreensões para o debate sobre a gestão do conhecimento nesse campo? De todo modo, sigo na trilha do Pesquisador Encarnado e dos processos cartográficos como poética de reinvenção de territórios, entendendo que esse movimento:

[...] pressupõe de parte do investigador deixar de lado qualquer juízo de valor moral, os positivos e os negativos. *A cartografia não é uma representação do território no qual se insere o pesquisador com seus aparatos metodológicos normativos, mas uma poética como reinvenção de territórios que necessitam emergir de processos de criação próprios e apropriados*. É uma cartografia que opera como *movimento de subjetivação transgressora*, porque não segue a norma estabelecida, e sim o impulso vital próprio de quem se implica em *uma experiência criadora singular*. (GALEFFI, 2014, p. 23, grifos nossos).

Iremos compreender essas “(trans)singularidades”, conforme propõe Macedo (2018), seus enredos e trajetórias encarnadas nos grupos e para além deles, haja vista as dificuldades de projetar e descrever um coletivo posto sobre a ideia de grupo que é, quase sempre, uma idealização e uma utopia ante a impossibilidade de vivenciar, cotidianamente, cada um deles.

Nesse sentido, apesar de não ter conseguido acessar pesquisadores/as de todas as universidades públicas federais e estaduais baianas, foi possível mobilizar 11 pesquisadores/as de cinco universidades públicas baianas com os quais dialogaremos de forma mais efetiva a partir de agora, isto é: três universidades federais (UFBA, UFRB e UFOB) e duas estaduais (UNEB e UESB). Meu itinerário começou na UFBA¹⁰⁴ com Leandro Colling que coordena o

¹⁰⁴ Na UFBA, também dialoguei com Maíra Kubik Mano, coordenadora e pesquisadora permanente do NEIM, que gentilmente me concedeu um tempo para uma conversa encarnada. Apesar de ter ficado fora do *corpus* de

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidade (NUCUS); Salete Maria da Silva que coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão em Gênero, Direito e Políticas para a Igualdade (Jusfemina); e Laila Rosa que trouxe a sua experiência que transita entre a Escola de Música da UFBA e o NEIM através “da” Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentações sonoras. Ainda na UFBA, conversei com Felipe Fernandes, fundador do Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIRA) que coordena junto com Mariângela Nascimento, sua parceira em diversos projetos.

No âmbito da UFRB, meu diálogo se deu em dois espaços e áreas distintas. No Centro de Formação de Professores (CFP), localizado na cidade de Amargosa, no qual fui ao encontro de Ana Cristina Givigi (KiKi Givigi) que coordena o Núcleo de Pesquisa em Gênero, Diversidade e Sexualidades (Capitu); em seguida, encontrei com Fran Demétrio, pesquisadora do Centro de Ciências da Saúde da UFRB, situado na cidade de Santo Antônio de Jesus, Recôncavo Baiano. Mais tarde, adentrando para o oeste do estado, dialoguei com Carlos Henrique de Lucas a partir de suas experiências na concepção e ações no Corpus Possíveis, grupo de pesquisa que coordena no Centro de Humanidades da UFOB, em Barreiras.

Avançando para as universidades estaduais, conversei com as pesquisadoras Zuleide Paiva e Claudia Pons Cardoso, respectivamente, coordenadora e vice-coordenadora do grupo de pesquisa Diadorim e do Centro de Estudos em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades (Cegres) da UNEB. E desde dentro, como membro do grupo, trago as experiências do Núcleo Enlace, também da UNEB, coordenado por Suely Messeder. Na UESB, fui ao encontro de Marcos Lopes para juntos conversarmos sobre suas experiências com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade que coordena na cidade de Jequié.

A seguir, apresento um quadro-síntese dos/as pesquisadores/as colaboradores/as, os respectivos grupos que coordenam, instituições e áreas de formação:

Quadro 6 – Líderes de grupos de pesquisas entrevistados/as com suas respectivas áreas de formação

Líderes	Instituição	Área de Formação	Grupo de Pesquisa
Ana Cristina Givigi (Kiki)	UFRB	Ciências Sociais	Grupo Núcleo Capitu de Gênero, Sexualidade e Diversidade/ Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade
Carlos Henrique Lucas Lima	UFOB	Letras	Grupo de Pesquisa Corpus Possíveis – Educação, Cultura e Diferenças

pesquisa devido ao recorte, senti necessidade de buscar pesquisadoras do NEIM, um núcleo de fundamental importância pelo pioneirismo e protagonismo nesse campo.

Claudia Pons Cardoso	UNEB	História	Educação e Interseccionalidade de Gênero, Orientação sexual, Raça/etnia, classe social e nacionalidade
Felipe Bruno Martins Fernandes	UFBA	Educação	GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação
Fran Demétrio	UFRB	Nutrição	(co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade do Cuidado em Saúde e Nutrição, Gêneros e Sexualidades – LabTrans/UFRB
Laila Rosa	UFBA	Música	Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros
Leandro Colling	UFBA	Comunicação	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS)
Marcos Lopes	UESB	Biologia	Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da UESB
Saete Maria da Silva	UFBA	Direito	Jusfemina – grupo de pesquisa e ação em gênero, direito e políticas para a igualdade
Suely Messeder	UNEB	Antropologia	Núcleo Enlace
Zuleide Paiva	UFBA	Letras/ Biblioteconomia	Diadorim – Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade; Pesquisadora do grupo de pesquisa Formação, Experiência e Linguagens (FEL). Coordena o DIADORIM.

Fonte: adaptado do *Diretório de grupos de pesquisa do CNPq* ([2014]).

Como se trata de um campo bastante heterogêneo tanto do ponto de vista das agendas políticas, das filiações teóricas e das identidades desses sujeitos, houve uma preocupação em tornar bastante diversificado o quadro dos/as pesquisadores/as-colaboradores/as, líderes dos grupos de pesquisas que serão apresentados a seguir. Para compor o perfil desses/as pesquisadores/as, trago informações disponíveis nos seus currículos na Plataforma Lattes, agregando informações que foram disponibilizadas nas entrevistas, em suas produções científicas – artigos, capítulos de livros, ensaios e outras publicações –, além de informações publicadas pelos/as próprios/as pesquisadores/as em suas redes sociais como o Facebook. Em ordem alfabética, são interlocutores/as nessa conversa encarnada:

1) Ana Cristina Givigi (Núcleo Capitu)

Foto 2 – Da janela do meu terreiro vejo o mundo



Fonte: publicada no perfil do Facebook da autora.

Inspirada pela *doçura amiga* de Vanessa Maia e pelo dia lindo com a educação do campo. *Da janela do meu terreiro vejo o mundo*. Eu vejo a bandeira branca da luta vermelha e negra, e chão batido marcado de passos de povo fugido para o quilombo. Vejo mandioca nascendo, batata doce e aroeira e o tomate ainda não maduro que colhi hoje. Da janela de meu terreiro vejo *o povo de luta com as mãos marcantes segurando enxadas, foices, martelos, livros e brinquedos, cujos olhos estão erguidos e vigilante ao passarinho*. Da janela de meu terreiro vejo meu filho crescendo enquanto a folha do dendezeiro reluz no céu azul de esperança. Vejo a *força ancestral*, mais forte que nunca, mais linda que nunca, mais perto que nunca dos desprivilegiados pela concentração de riqueza, mas que são a fonte de sabedoria sem tamanho, cheia de segredos. Da janela de meu terreiro vejo o acaçá arriado, *a resistência*, o levante e *a insurreição dos que não se sujeitam* e avisto tantas *pontes*, tantas *alianças* e tantas possibilidades em tempos de estio e de fascismo. *A janela de meu terreiro é um portal para o mundo, é uma aliança com os povos do campo e da terra, é um estado existencial, é uma passagem por onde o Vento mostra que o Tempo não para e que nada nesta vida nos fará desistir!!!!* Obrigada pela foto Kelly Santiago, com Vanessa Dias, Lilian Souza, Manoel Messias, Roquelina Oliver, Pedro Santana, Cheirla Souza.¹⁰⁵

Na fotografia acima publicada no Facebook, vemos uma janela aberta com a paisagem ao fundo. Vista desde dentro, ela se projeta para fora, sua exterioridade. É um “portal para o mundo”. Dali, a pesquisadora Ana Cristina Givigi se projeta para o futuro, sem esquecer do passado, de olhos atentos aos dilemas e demandas do presente. Bem ali da janela ornada de mariô do seu terreiro, ela nos deixa penetrar em sua humanidade de existências, alianças, pontes e insurgências. É a (re)afirmação de sua condição de sujeito-pesquisadora em seu diálogo informado com uma ética, compromisso, afetos e ancestralidade. Da sua janela-corpo-

¹⁰⁵ Foto e texto (grifos nosso) – publicados na página pessoal da pesquisadora no Facebook. Ver em: <https://www.facebook.com/kiki.givigi>.

político, ela anuncia seu saber-fazer e sua escrita encarnada, traçando rotas de re(ex)sistências e coalizões, dimensões não contempladas no Currículo Lattes.

Com esse gesto emblemático, Kiki Givigi, seu pequeno nome de sentido grande, está a nos mostrar que “cartografamos com afetos, abrindo nossa atenção e nossa sensibilidade a diversos e imprevisíveis atravessamentos.” (KASTRUP; PASSOS, 2014, v. 1, p. 39). Através daquela janela que ela nos convida, generosamente, a adentar junto para conhecer a história do seu movimento ontológico e epistêmico, seus pertencimentos ético-políticos e estéticos.

A pesquisadora KiKi Givigi é graduada em Comunicação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tem mestrado em Sociologia pela Unicamp e doutorado em Educação pela UFES. Atualmente, é professora adjunta da UFRB no CFP, onde estuda questões epistemológicas e políticas geradas pelas intersecções entre cultura, raça, gênero e sexualidade. Atualmente, é conselheira do Conselho Municipal de Educação de Amargosa.

Nos últimos anos, na UFRB, vem se dedicando às cartografias de femininos camponeses e estratégias coletivas orientadas pelos saberes ancestrais, tradicionais e de luta pela terra. Junto a isso, coordena o Núcleo Capitu e pertence ao Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade, além de atuar no Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, orientando trabalhos em gênero, culturas e ancestralidade em intersecção com a questão agrária brasileira.

2) Carlos Henrique de Lucas (Grupo de pesquisa Corpus Possíveis)

Carlos Henrique é licenciado em Letras pela UFRGS. É mestre em Letras e Linguística, área de concentração em História da Literatura, pela FURG, e doutor em Cultura e Sociedade pela UFBA. Carlos Henrique é gaúcho e veio para a Bahia para cursar o doutorado. Sua passagem por Salvador foi rápida, porém intensa. Antes de concluir o doutoramento, prestou concurso para a recém-criada UFOB em 2015.

De lá para cá, Carlos tem construído uma trajetória acadêmica marcada pela intensa produção no ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, é professor adjunto I e líder do grupo de pesquisa Corpus Possíveis, também na UFOB. É um dos proponentes da proposta de criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS) da UFOB, projeto recomendado pela Capes em outubro de 2018, no qual atuou como coordenador do curso de mestrado. Seus interesses de pesquisa são os estudos culturais, estudos de gênero e sexualidade, literatura brasileira, literatura comparada, educação em

direitos humanos estudos decoloniais, cultura brasileira, cultura latino-americana, estudos sobre a contemporaneidade, estudos sobre as subjetividades. Carlos Henrique organizou ainda eventos importantes como o Seminário Corpus Possíveis no Brasil Profundo (Senacorus), o Fórum Sociedade Crítica, e o exitoso projeto de extensão “Resistência LGBT.”

Em sua tese de doutorado, Carlos se debruçou sobre o pajubá, como ele mesmo define, “um repertório vocabular e performativo LGBT, como possibilidade de fissura, de distensão e deslocamento de uma epistemologia colonial para outra decolonial ou deconstrutora.” (LIMA, 2017, p. 31). Carlos, nessa produção, foi se deslocando de fazeres teóricos tradicionais se afetando das nomeadas perspectivas *queer* para entender como a performatividade das palavras pode criar sujeitos, fundar subjetividades, “instância de subjetivação”, como ele prefere chamar. Em sua tese, Carlos realiza um exercício encarnado de produção e gestão do conhecimento, narrando como a construção de seu constructo de pesquisa está impregnada de experiência e de modos de resistência e, principalmente como o pajubá o ajudou a enfrentar discursos de ódio, da minoração da vida.

3) Claudia Pons Cardoso (Diadorim)

Os passos de Claudia Pons Cardoso vêm de longe, muito embora sua memória pessoal remeta ao Movimento de Mulheres Negras de Porto Alegre, cidade onde nasceu e viveu até mudar-se para a Bahia depois de prestar concurso público para a UNEB.

É com um sentimento de muita gratidão que ela se refere à sua experiência no movimento de mulheres negras: “eu me fortaleci como ser humano que busca o tempo todo construir um projeto de justiça social que tem uma visão um pouco mais crítica”. Claudia foi sócio-fundadora e coordenadora-geral durante duas gestões do Maria Mulher, Organização de Mulheres Negras. Atuou também como coordenadora-geral do projeto “Reciclando a cidadania de meninas/adolescentes em situação de vulnerabilidade social”, que através da arte-educação, buscava resgatar a autoestima e identificar e desenvolver habilidades. Além disso, participou também de atividades técnicas nos projetos “Capacitação profissional de mulheres portadoras de HIV/AIDS”, “SOS Racismo” e “Atendimento psicossocial a mulheres vítimas de violência doméstica”. Na organização Maria Mulher, também coordenou o curso de formação em Relações Raciais para Educadores em parceria com o Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (SEC-RS).

É graduada em Ciências Contábeis pela UFRGS e em licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), cursou mestrado em

História do Brasil pela PUC-RS. É egressa do PPGNEIM, onde cursou o doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela UFBA.

Em sua tese de doutorado intitulada *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras*, defendida em 2012, a pesquisadora buscou compreender o lugar de enunciação dos discursos das mulheres negras que circulavam pelo espaço feminista e suas contribuições para o debate feminista brasileiro, mostrando a diversidade de contextos, realidades e culturas que fazem das mulheres um sujeito plural. Escreveu Claudia (2012, p. 18) em sua tese:

Minha identidade étnico/racial começou a ser construída em casa, pois o fato de meus pais formarem um casal inter-racial teve influência em minha identidade negra, na medida em que sempre me soube negra, devido aos inúmeros comentários racistas e depreciativos vindos do lado branco da família. Aprendi com a dor, mas foi, com certeza, em Maria Mulher, que me construí mulher negra, positivando a dor e transformando-a em afirmação.

Atualmente, é professora titular da UNEB, coordena um grupo de pesquisa sobre pensamento de mulheres negras, além de integrar o Diadorim/CEGRES/Diadorim/UNEB. Seus projetos de ensino, pesquisa e extensão acolhem temáticas como gênero, mulheres negras, feminismos, raça/etnia, educação, ensino, cidadania, movimentos sociais e políticas públicas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em metodologia do ensino de história e formação de professores/as.

4) Felipe Bruno Martins Fernandes (GIRA)

Felipe Fernandes é mineiro, atualmente professor da UFBA, no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, muito embora sua trajetória seja atravessada pelo ativismo em movimentos sociais. É mestre em Educação pela FURG, onde, como integrante do Grupo de Estudos Sexualidade e Escola (GESE), defendeu sua dissertação sobre a construção da identidade ativista gay no Brasil. É doutor em Ciências Humanas, área de Estudos de Gênero, pela UFSC. Além disso, Felipe possui estágio doutoral no Center for Lesbian and Gay Studies (CLAGS) da City University of New York (CUNY). É fundador e atual coordenador do GIRA, além de integrar o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) na UFSC. Em 2011, defendeu sua tese sobre as políticas educacionais implementadas nas duas gestões do governo Lula, através do Programa Federal Brasil Sem Homofobia. Possui pós-doutorado em Estudos de Gênero do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da UFSC, em Anthropologie Sociale (EHESST/Toulouse) e em

Antropologia da Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFSC. Em 2019, foi professor visitante júnior com bolsa Capes na Chaire de Recherche sur l'Homophobie da Université du Québec à Montréal. Seus temas de pesquisas giram em torno das políticas públicas de gênero e sexualidades, bem como práticas de associativismo em movimentos LGBTTTT e feministas. Suas áreas principais de interesse são ensino de gênero, sexualidades e antropologia.

5) Fran Demétrio (LabTrans)

Fran Demétrio é líder, coordenadora e pesquisadora do (co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade do Cuidado em Saúde e Nutrição, Gêneros e Sexualidades (LABTrans) da UFRB, do Diretório dos grupos de pesquisa do CNPq. Pós-doutora em Filosofia pela UnB. Possui doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da UFBA, mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (Enufba) e Graduação em Nutrição pela Enufba. Atua como professora adjunta no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) do Centro de Ciências da Saúde da UFRB. Participa como pesquisadora colaboradora do grupo de pesquisa Metafísica e Política contemporâneas (Anarchai/UnB/CNPq), do grupo de pesquisa sobre Medidas em Saúde (GPMSA/USP/CNPq), do Grupo de Pesquisa Epistemologia Aplicada (UFMT/CNPq) e do Núcleo de Investigação em Saúde Materno Infantil (Nisami-UFRB). É membra da Associação Brasileira pela Saúde Integral de pessoas Trans, Travestis e Intersexo (ABRASITTI) e do Coletivo de Trans Pra Frente, em Salvador (BA). Foi coordenadora do Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Educação da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da UFRB (2017-2018) e do Programa de Educação pelo Trabalho (PET) – BIS GraduaSUS/2016-2018. Foi coordenadora do Colegiado do curso de graduação em BIS da UFRB no período de outubro de 2013 a outubro de 2014. Nesse mesmo período, foi presidenta do Núcleo Docente Estruturante (NDE), no qual participou da construção do novo Projeto Pedagógico do Curso do BIS. Tem experiência nas áreas de saúde coletiva, epidemiologia, gêneros e diversidade sexual e socioantropologia da saúde, atuando, principalmente, nos seguintes temas: humanização, integralidade e interseccionalidade do cuidado em saúde e nutrição; saúde, nutrição, gêneros e sexualidades; nutrição clínica ampliada; qualidade de vida; racionalidades em saúde e nutrição; aleitamento materno; nutrição materno-infantil; epistemologia nutricional e sanitária; segurança alimentar e nutricional; formação interdisciplinar em saúde; e direitos humanos epistêmicos.

6) Laila Andresa Cavalcante Rosa (Feminaria Musical)

Laila Rosa é pernambucana, radicada na Bahia, compositora, cantora, instrumentista e pesquisadora. É líder do grupo Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros, que, desde a sua fundação em 2012, integra a linha da pesquisa Gênero, Cultura e Arte do NEIM. Começou sua trajetória de pesquisadora bem cedo como bolsista de iniciação científica enquanto cursava Música na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Veio para a Bahia em seguida para construir uma trajetória acadêmica brilhante onde cursou mestrado e, logo em seguida, doutorado no Programa de Pós-Graduação em Música (PPGMUS) da UFBA. Cursou também doutorado sanduiche nos Estados Unidos na New York University, onde esteve vinculada ao Center for Latin American and Caribbean Studies (CLACS). Um ano após a conclusão do seu doutorado em 2010, ela prestou concurso para a Escola de Música da UFBA e passou a integrar o corpo docente. Em seguida, foi convidada a integrar o PPGMUS na área de etnomusicologia, além de coordenar na gestão de 2016 a 2018. É professora credenciada permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos sobre Gênero, Mulheres e Feminismo da UFBA.

A entrada de Laila Rosa na Escola de Música da UFBA, tanto na graduação como na pós-graduação, é marcada pela introdução dos estudos feministas e de gênero, tendo criado, em 2014, o componente curricular “Introdução aos estudos de gênero, relações étnico-raciais e sexualidades em música” nos níveis de mestrado e doutorado. Tem feito parcerias importantes com pesquisadores/as de outras instituições fora da Bahia. É pesquisadora permanente do NEIM da UFBA, do Grupo de Estudo e Pesquisa de Música na Bahia (GEMBA) da UFBA e do Grupo Estudos de Gênero, Corpo e Música da UFRGS. Com a Feminaria Musical, vem desenvolvendo pesquisas sobre epistemologias feministas em música no Brasil e compositoras atuantes em Salvador, Bahia, bem como realizando atividades diversas de extensão como eventos, performances, intervenções e interlocuções com os movimentos sociais enquanto grupo ativista feminista. Enquanto orientadora de Estágio Docente em Música, no campo da educação musical, vem trabalhando com a articulação entre educação musical e etnomusicologia, com os marcadores sociais da diferença para compreender as matrizes de desigualdades presentes na educação como o racismo, o etnocídio, o sexismo e a LGBTQI-fobia, Leis nº 10.639 e Lei nº 11.645 – inclusão do ensino da História e cultura afro-brasileira e indígena – e a Lei nº 11.769 (obrigatoriedade do ensino de Música na Educação Básica). Em 2013, lançou o CD *Água Viva: um disco líquido*,

trabalho autoral livremente inspirado na obra homônima de Clarice Lispector e dos orixás femininos Yemanjá e Oxum.¹⁰⁶ Laila Rosa tem feito diversas parcerias e intercâmbios com universidades dos Estados Unidos da América e México como a experiência realizada em 2018, nos Estados Unidos para realizar Estágio de Professora Visitante e Residência Artística no Departamento de Música e Centro de Estudos Latino-Americanos (William and Mary University, Virgínia). No México, teve várias experiências e intervenções artísticas na Universidad Autónoma de la Ciudad de México; Seminaria Feminismos de Abya Yala - UACM, Cidade do México, na Red Napiniaca de Etnomusicologia e no Programa de Estudios e Intervención Feministas (Centro de Estudios Superiores de México y Centroamérica – CESMECA /Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas – Chiapas, Nesses espaços, realizou performances e promoveu círculos de mulheres para partilhar como pensam suas vivências enquanto criadoras – compositoras e/ou xamãs – através da voz, do corpo e da improvisação experimental, como parte do projeto de pesquisa “Dos mitos de invisibilização à produção de conhecimento sobre mulheres e música no Brasil: as vozes curandeiras das cantautoras, sacerdotisas e xamãs”. Sua produção científica transita pelas epistemologias feministas decoloniais, (etno)musicologias feministas, sagrado feminino, religiões afro-brasileiras, música popular, compositoras, cantautoras, composição, improvisação

7) Leandro Colling (NUCUS)

Leandro Colling é gaúcho radicado na Bahia. É idealizador e coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS). Atualmente, é bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq, professor associado I do IHAC, professor permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA. Leandro Colling nasceu no Rio Grande do Sul e veio para a Bahia em 1998 para cursar o mestrado (2000) e, em seguida, o doutorado (2006) na área de Comunicação e política no Programa de Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Entre 2013 e 2014, realizou o pós-doutoramento na Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais (CES). Sua trajetória acadêmica começou com pesquisas na área do Jornalismo (dissertação e tese). Somente depois do doutorado, começou suas pesquisas no campo de gênero e sexualidades. Atualmente, tem se dedicado a pesquisas sobre os ativismos das dissidências sexuais. Leandro tem uma vasta produção com cerca de 19

¹⁰⁶ Ver em: www.soundcloud.com/laila-rosa.

dissertações e cinco teses sobre o tema do gênero, sexualidade e afins, realizou duas supervisões de pós-doutorados, além de ter coordenado importantes eventos do campo, como II Desfazendo Gênero e o Congresso da ABEH. Junto aos orientandos, tem vários artigos publicados em periódicos e capítulos de livros. Desenvolveu junto com o grupo inúmeros projetos de extensão na UFBA, como o Cineclube sexualidades e o ciclo permanente de palestras sobre subjetividades e sexualidade. Além disso, Leandro defende uma ampla participação de pesquisadores/as na construção de políticas públicas para a diversidade sexual e de gênero. Ele também teve uma participação ativa em instâncias como o Conselho Nacional LGBT, Conselho Nacional de Políticas Culturais, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, Conferências estaduais e nacionais e outros fóruns diversos. O pesquisador defende que “é impossível pensar em produção acadêmica sem pensar em políticas. A produção acadêmica é política”. É um dos criadores e editores da revista acadêmica *Periódicus*,¹⁰⁷ primeira e única inteiramente dedicada aos estudos queer no Brasil. Presidiu a ABEH na gestão de 2011 a 2012 e é autor de vários artigos e capítulos de livros sobre a representação de LGBTs na mídia, as temáticas LGBT e *queer* nos produtos culturais e nas artes e sobre políticas para o respeito à diversidade sexual e de gênero. É autor do livro *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer* – traduzido e publicado, em 2019, na Espanha, pela Editora Egales – e organizador dos livros *Stonewall 40 + o que no Brasil?*, *Estudos e políticas do CUS* e *Dissidências sexuais e de gênero*, todos editados pela Edufba.

8) Marcos Lopes de Souza (Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades)

Marcos Lopes nasceu na cidade de Ribeirão Preto em uma família de camadas populares no interior de São Paulo. Aos 18 anos, iniciou a militância como secretário da ONG/LGBT Rosa Vermelha participando de espaços de formação e de ações voltadas para a cidadania LGBT, combate a homofobia e saúde, especificamente as questões de HIV/AIDS: “não era fácil no interior, a violência era muito forte e realizávamos ações em boates, tínhamos muito medo porque nossos companheiros estavam morrendo de complicações do HIV e não existia medicamentos eficazes como hoje”. Paralelamente à sua militância na década de 1990, investiu na formação acadêmica e graduou-se em Ciências Biológicas pela USP com inserção na iniciação científica. De lá para cá, nunca abandonou a militância. É

¹⁰⁷ Ver em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>.

mestre e doutor em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Realizou estágio de pós-doutorado pela UFJF sob a supervisão de Anderson Ferrari. É professor titular do Departamento de Ciências Biológicas da UESB, *campus* de Jequié (BA). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da UESB. É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG-ECFP) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPG-REC), ambos da UESB, *campus* de Jequié (BA).

9) Salete Maria da Silva (Jusfemina)

Salette Maria da Silva é líder do Jusfemina – grupo de pesquisa e ação em gênero, direito e políticas para a igualdade. É graduada em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA), mestrado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela UFBA. É docente do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA, e do PPGNEIM da UFBA. Foi subchefe do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da UFBA e pesquisadora do NEIM. É advogada com atuação especial na defesa dos direitos das mulheres e da população LGBTI+. Tem formação especial em Direitos Humanos do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop) da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e capacitação na mesma área pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) do governo federal. Tem formação em Metodologia para a Incorporação da Perspectiva de Gênero no Direito pela Unión Nacional de Juristas de Cuba. Realizou estância acadêmica – doutorado-sanduiche – na Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM), como bolsista da Capes. Ministrou aulas no Curso Regional Poder y Participación Política de las Mujeres (FLACSO) no Equador. É membro da Rede Latino-Americana de Acadêmicas del Derecho (REDALAS). Atua na linha de pesquisa Gênero, Poder e Políticas Públicas, dedicando-se aos seguintes temas e campos de interesse: Gênero e poder; gênero e estado; gênero e direito (com ênfase em feminismo jurídico e empoderamento jurídico das mulheres); gênero e cidadania; gênero e sistema de justiça; direitos humanos das mulheres; direitos para LGBTTS; direito e transformação social. Tem sido referenciada nos debates acerca do Direito Constitucional, mulheres e constituição, gênero e igualdade jurídica. Além disso, aprecia, produz e publica literatura popular (cordel), estabelecendo diálogos entre arte, direitos e transformação social. Em sua tese de doutoramento, intitulada *A carta que elas escreveram: a participação das*

mulheres no percurso de elaboração da constituição federal de 1988 (2011), Salete se dedica a analisar o apagamento da contribuição das mulheres na construção da constituição de 1988. Para isso, ela lança mão de uma extensa pesquisa documental e entrevistas. À luz da teoria feminista, ela propõe a inserção da perspectiva de gênero no ensino e na prática jurídico-política nacional, a começar pelo campo constitucional.

10) Suely Aldir Messeder (Enlace)

Suely Messeder é líder do núcleo de pesquisa Enlace e professora da UNEB. É graduada em Ciências Sociais pela UFBA, com mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA e doutorado em Antropologia pela Universidade Santiago de Compostela, validado no Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFBA. É professora titular da UNEB. Foi coordenadora do DMMDC e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da UNEB *campus* II – Alagoinhas. É coordenadora do grupo de pesquisa Enlace e foi primeira secretária da ABEH no decorrer da gestão de 2010 a 2012. É gestora do termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público e a UNEB para a articulação e interação em atividades da área técnica-científica, tendo por objetivo a proteção e a defesa dos direitos humanos da população LGBT. É associada ao GT de Homocultura e Linguagens da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Seus interesses em ensino, pesquisa e extensão estão nas áreas de sexualidades, homocultura, masculinidades, relações de gênero, corpo, relações étnico-raciais, baianidade, fluxos migratórios, antropologia urbana, teoria cognitivista, teoria feminista e teoria *queer*. À frente do núcleo de pesquisa Enlace, Suely capitaneou diversas ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. O principal projeto do Enlace foi o Seminário Enlaçando Sexualidades (cinco edições). Orientou cerca de 12 teses de doutorado defendidas, 15 dissertações e 10 trabalhos de iniciação científica. Além disso, diversos outros projetos como: “Masculinidades em corpos femininos e suas vivências” e “Masculinidades e turismo”, o blog “Mulheres cientistas”, o documentário *Fio das masculinidades*.

11) Zuleide Paiva (Diadorim)

Zuleide Paiva, ou Eide Paiva, é professora assistente da UNEB, possui formação interdisciplinar, com o DMMDC (UFBA, IFBA, UNEB, UEFS, Senai-Cimatec, LNCC), mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA,

Mestrado Profissional em Gestão Integrada das Organizações pela UNEB e pela Unidade Baiana de Ensino, Pesquisa e Extensão (Unibahia), especialização em Arquivologia e Novas Tecnologias documentais pela UNEB, graduação em Biblioteconomia e Documentação pela UFBA, graduação em Licenciatura curta em Letras pela UNEB. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa FEL da UNEB. É coordenadora do Diadorim – Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade, gestão 2018 a 2020. Desenvolve ensino, pesquisa e extensão no Departamento de Educação, da UNEB *campus* XIV, atuando no campo dos estudos feministas com foco na interseccionalidade de gênero, raça, sexualidade, primando pelo diálogo e parceria com os movimentos sociais no processo de produção e difusão do conhecimento. Desde 2010, é ativista da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), atualmente, representa essa rede no Conselho Estadual LGBT da Bahia como conselheira titular.

4.1.1 Considerações gerais sobre os/as líderes dos/as grupos

Como se trata de um campo bastante diversificado tanto do ponto de vista das agendas políticas, das filiações teóricas e das identidades dos sujeitos produtores do conhecimento, houve uma preocupação em diversificar o perfil desses/as pesquisadores/as a fim de compor essa zona de iridescência que pretende realçar a multiplicidade e diversidade de sujeitos e seus contextos. Nesse sentido, acessei sete mulheres que se identificaram de diversas formas – cis, negra, não negra, lésbica, trans – e três homens, todos gays – um autodeclarado negro e dois não brancos. A presença de cada uma dessas pessoas com suas vivências e trajetórias compõe um painel político e epistêmico formando um *corpus* de pesquisa cujos corpos encarnam um saber-fazer singular, mas com vários pontos de convergência que, em muitos momentos, acenam para eixos comuns de análise que nos permitem fazer aproximações, distanciamentos e diferenciações.

Passemos assim para os aspectos que singularizam e aqueles que tornam suas experiências comuns. A análise das trajetórias dos/as pesquisadores/as entrevistados/as, seus itinerários formativos, inserção e atuação no campo, bem como os caminhos percorridos nos estudos de gênero e sexualidades mostram que apesar de ter recortado o território baiano como *locus* da pesquisa, curiosamente, apenas duas pesquisadoras são baianas de nascimento, as demais nasceram em diversas partes do Brasil: Rio Grande do sul (três), São Paulo (uma), Pernambuco (uma), Ceará (uma).

A maioria dessas pessoas pesquisadoras chegaram à Bahia com, pelo menos, dois propósitos principais: a) completar seus estudos em cursos de mestrado e doutorado em

programas de pós graduação que, naquele momento – final da década de 1990 e início dos anos 2000 –, começavam a introduzir ou ampliar a perspectiva feminista, de gênero e/ou *queer* em seus currículos e projetos de curso; b) concorrer a uma das inúmeras vagas que foram abertas em concursos públicos decorrentes das políticas públicas de expansão das universidades federais e estaduais na primeira década dos anos 2000.

No âmbito das universidades públicas federais na Bahia, vale salientar as políticas públicas de expansão, a exemplo do Reuni sob o comando dos governos petistas, especialmente nos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006) e (2007 a 2011) e que tiveram seguimento, em menor intensidade, no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2012-2015). É, portanto, nessa conjuntura que foram criadas quatro das mais recentes universidades federais, modificando sobremaneira o mapa das instituições federais na Bahia, antes limitado apenas a UFBA. Por ordem de criação: UFRB¹⁰⁸ (2005), UFOB (2013), a UFSB (2013).

Com relação à formação desses/as pesquisadores/as cabe algumas considerações que considero relevantes. Interessa destacar o fato de apenas dois deles – Marcos Lopes e Leandro Colling – não terem formação acadêmica na área, ou seja, não produziram dissertação ou tese sobre as temáticas de gênero e sexualidades ou áreas afins. Nesses casos, a formação aconteceu em áreas correlatas, ou sobre temáticas e abordagens bastante distintas que não dialogam diretamente com esse campo. No entanto, esses pesquisadores deram um outro encaminhamento a suas trajetórias formativas ao escolherem se dedicar aos temas do gênero e sexualidade em seus estágios de pós-doutorado.

Vale ressaltar ainda que a busca pelo referencial teórico sobre os temas se deu pela própria necessidade e desejo de se apropriar das discussões ou do próprio envolvimento com a militância. A análise da formação das pesquisadoras reforça a importância do PPGNEIM na formação de, pelos menos diretamente, quatro delas: Salete Maria, Claudia Pons Cardoso, Laila Rosa e Zuleide Paiva (todas egressas do PPGNEIM). Felipe Fernandes também teve formação em um doutorado interdisciplinar, fora da Bahia, mas em uma linha de estudos em gênero bastante consolidada na UFSC. Em função do pioneirismo na institucionalização desses estudos em todos os níveis de formação, o PPGNEIM atraiu estudantes de outros estados, bem como candidatos/as para as vagas nos primeiros concursos específicos para a

¹⁰⁸ A UFRB foi criada pela Lei nº 11.151, de 29 de julho de 2005. Pensada a partir do modelo de multicampia, tem sua sede na cidade de Cruz das Almas e mais outros cinco municípios da Bahia: Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus.

área de Gênero que aconteceu no Brasil. Por outro lado, o NEIM e PPGNEIM acolheram em seu quadro docentes pesquisadoras egressas de seus cursos de pós-graduação.

O relato de Kiki Givigi parece sintetizar uma experiência observada muito comum a todos/as eles/elas:

Se você me perguntar como você veio estudar gênero e sexualidade, eu respondo: no exercício do magistério, pelas categorias secundárias que apareciam na minha pesquisa de mestrado e doutorado e que acabaram se tornando aquilo que me moviam, juntando com a minha formação militante feminista, o exercício político com o feminismo. (excerto da entrevista).

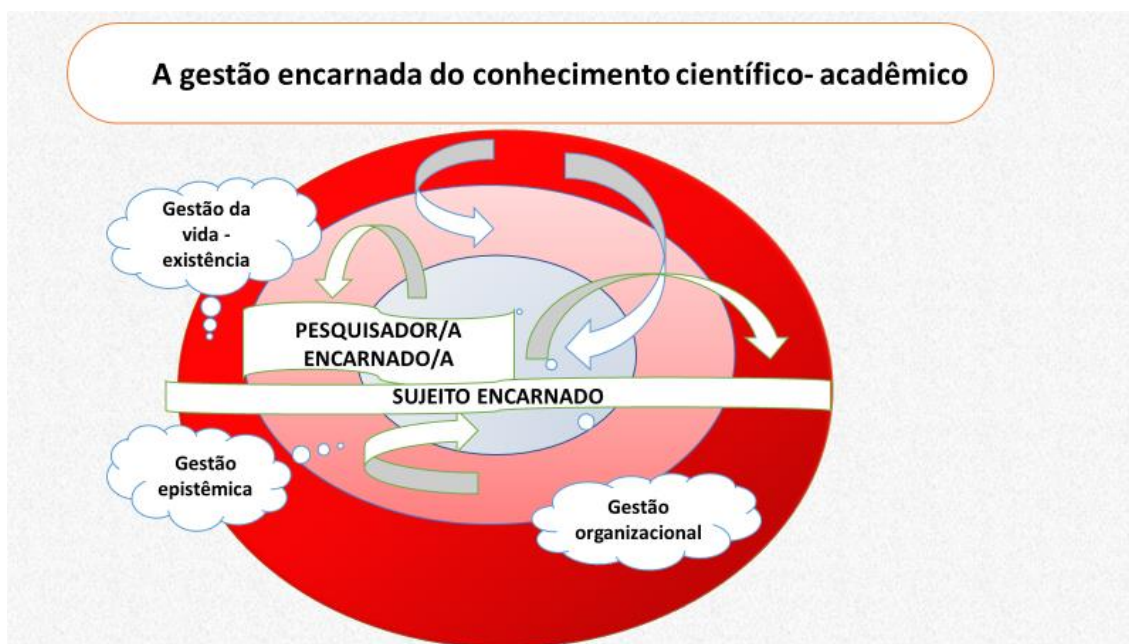
Todos os pesquisadores e pesquisadoras, em suas diversas áreas e instituições, possuem uma trajetória acadêmica de expressivo envolvimento com ensino, pesquisa e extensão, inclusive na organização de eventos em suas instituições ou com instituições parceiras, conforme podemos ver no quadro anexo (Anexo B). Por isso mesmo eles/elas têm contribuído ativamente para a criação, ampliação e consolidação de grupos e/ou linhas de pesquisas nas instituições em que estão vinculados/as, bem como em programa de pós-graduação nos quais atuam. Eles/elas são percursos/as de um nicho de investigação em um campo metodologicamente e epistemologicamente orientado pelas epistemologias feministas e/ou *queer* em seus departamentos e instituições, seja a partir de parcerias construídas por afinidades temáticas, afetivas ou institucionais.

Todos/as tiveram ou continuam tendo estreitos vínculos com o ativismo em algum tipo de movimento social, coletivo e ou em partidos políticos. Nesses casos, essa relação dentro do espaço acadêmico ganha outras modulações na forma de articular docência com pesquisa e extensão. No próximo capítulo, a partir das experiências desses/as pesquisadores/as, farei um esforço de mostrar como o lugar da pesquisa situa-se na intersecção entre a docência e as experiências com o ativismo. Tudo isso nos conduz a uma quebra da dicotomia entre teoria e prática, mundo externo e mundo interno da academia de forma que a ideia de gestão precisará ser analisada a partir de outros horizontes os quais entrelaçam as dimensões ontológica, epistemológica e a dimensão organizacional, cuja objetividade não implique em desengajamento, mas em uma corporificação situada.

4.2 OS HORIZONTES DA GESTÃO ENCARNADA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-ACADÊMICO

Na figura a seguir, esforço-me na criação de um infográfico que nos permite visualizar o movimento não redutor da **gestão encarnada do conhecimento científico**, abarcando a relação entre sujeito encarnado e pesquisador encarnado, bem como os três eixos analiticamente depreendidos: a) gestão de vida; b) gestão epistêmica; e c) gestão organizacional.

Figura 4 – Os horizontes da gestão do conhecimento nas suas dimensões constitutivas e fluxos



Fonte: elaborado pelo autor.

Em outras palavras, esse infográfico configura a **gestão científica-acadêmica encarnada** inspirada nas experiências individuais dos pesquisadores e pesquisadoras, mas que de algum modo, se espraiam como cartografias da grupalidade, como potência e ideia de um comum, que como sugere Peter Pál Pelbart (2007, p. 4), nada tem a ver com unidade mas com “uma experimentação que é imanente desse comum, pelas composições e recomposições que o perfazem, pelas redistribuições de afetos propiciados por essas composições e recomposições, pelos novos possíveis que a partir daí se abrem e se inventam.”

Ainda nesse infográfico, pretendo demonstrar a presença de um sujeito igualmente encarnado e, por consequência, de um Pesquisador Encarnado nos termos que temos discutido e evidenciado ao longo da tese. Nessa perspectiva, **proponho três planos da gestão, três dimensões que promovem (re)conexões entre sujeitos, contextos e instituições, sem hierarquias e sem ordem. A gestão ampliada é a manifestação de um fenômeno cognitivo polilógico e multirreferenciado, reúne horizontes que se aproximam e deslocam-se, se**

interligam e se complementam produzindo zonas de contato e convergências de linhas de fuga. A intersecção dessas zonas na gestão produz aquilo que poderíamos chamar de movimento de **interseccionalidade da gestão** e coloca em relação a **gestão da vida** ou da existência – aqui entendida como dimensão ontológica e política –, **gestão epistêmica** – teórico-epistemológica e política –, e a **gestão organizacional** – dimensão que regula e legitima a existência institucional. A gestão organizacional diz respeito não só ao modo de produção do conhecimento científico-acadêmico com os processos de difusão – gerenciamento da informação, existência científica, comunicação científica, diálogo institucional, redes de colaboração etc. – que figura na esfera acadêmica e, de modo mais localizado, nos grupos acessados.

Neste capítulo, nos deteremos a desenvolver as duas dimensões da gestão do conhecimento: a) gestão da vida; e b) gestão epistêmica. Quanto à gestão organizacional, esta será abordada no capítulo seguinte a partir do campo empírico que são os grupos de pesquisas. A gestão da vida recobre uma dimensão mais macro e amplificada, pois é anterior e ao mesmo tempo paralela à dimensão epistêmica e organizacional. O infográfico acima pretende mostrar que a gestão epistêmica e a gestão organizacional estão interligadas, uma interferindo na outra em uma relação de complementariedade. Em outras palavras, a gestão da vida (re)organiza a vida social, política, subjetiva e institucional dos indivíduos e da sociedade. Por outro lado, a gestão epistêmica diz respeito à **experiência subjetiva** em sua existência no/com o conhecimento científico, mas não é somente isso, ela situa **efetivamente a entrada do sujeito no campo científico-acadêmico**. O momento em que se torna pesquisador e se compromete assumindo como um ato político, ético e social.

Assim, a gestão epistêmica atravessa a gestão da vida no momento que teorias e epistemologias interferem no modo como os sujeitos vivem suas vidas e constroem subjetividades. Se por um lado envolve a questão ética, por outro, diz respeito ao modo de organizar no plano coletivo as questões políticas e dos afetos, bem como adensa um comprometimento com uma concepção ampliada de justiça (FRASER, 2002, 2007) e a superação da subordinação como movimento de “justiça científica” (MESSEDER, 2015) e (PERUCCHI, 2015). Os processos de gestão epistêmica, conseqüentemente, passam a ser adensados e são decisivos quando da imersão na esfera acadêmica aqui considerada em seu arranjo organizacional, ou seja, os grupos de pesquisas em gênero e sexualidades, foco deste estudo.

Em certa medida, a gestão epistêmica se relaciona também com a gestão da vida de modo mais amplo em termos macropolíticos, já que é um prolongamento desta, ou seja,

engloba o conhecimento de si e dos outros, mas também ativa processos de subjetivação como micro gestos políticos. Nos grupos de pesquisas estudados, é a gestão epistêmica que orienta o comportamento organizacional e as formas de gestão levadas a cabo. Mas o gesto epistêmico independe da entrada do sujeito no campo institucional.

As experiências epistemológicas não estão necessariamente atreladas a uma experiência de organização porque a gestão epistêmica está atrelada à vida na constituição dos sujeitos, até mesmo na sustentação de certos negacionismos epistêmicos. A gestão epistêmica se adensa na experiência coletiva, é ela que orienta a entrada e a permanência em cena do(a) Pesquisador(a) Encarnado(a) nos moldes que temos defendido. Pensar na ideia de uma gestão epistêmica é tratar da relação de como o conhecimento enquanto prática cotidiana, ou seja, uma “prática de si” – pensando a partir da teoria foucaultiana –, altera e afeta a gestão da vida e de como ela **subjetiva os processos de gestão organizacional**.

Nesse infográfico, pretendo ainda demonstrar que a gestão da vida abrange a condição de sujeito encarnado que se acentua quando da sua entrada em uma cultura científica. Todas essas dimensões se modelam e se modulam a partir da transformação de problemáticas individuais em coletivas, ou de como problemáticas coletivas singularizam o individual como uma via de mão dupla. Se tudo é político e ao mesmo tempo macro e micropolítica, conforme coloca Deleuze e Guattari (2012) nas formas de poder e desejo, resistências também estão contidas nesse horizonte por suas linhas de fuga, por aquilo que escapa, muito mais pela impotência do que pelas zonas de potência.

Por fim, essa visão encarnada da produção de conhecimento que estou defendendo está integrada à ideia de **atos de gestão** produzida e processada através de uma sequência de gestos modeladores de atitudes, tomadas de decisões e resolução de problemas. Nos próximos tópicos, me ocuparei de cada uma dessas dimensões na tentativa de melhor compreendê-las em seus domínios e de como cada uma delas se vincula com as outras apontando para uma outra ideia de gestão mais complexa, mais integral. Desde já, deixo saber que essa separação é feita por razões meramente analíticas e para efeito de representação do conhecimento. Tudo isso, conforme coloca Suely Rolnik (2018), mobiliza uma prática analítica que funciona como uma política de subjetivação dissidente permitindo a reapropriação da potência vital de criação e o desenvolvimento do que ela chama de “saber-do-corpo”, algo na direção da performance do Pesquisador(a) Encarnado(a) promovendo em seu devir político, ético e estético, gestos que impulsionam uma radicalização da noção de micropolítica.

4.2.1 Existência ontológica – a gestão da vida (a vida viva)

Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através da afirmação de direitos. (FOUCAULT, 1988, v. 1, p. 158).

O debate em torno do que é a vida perpassa a produção de diversos teóricos e está no centro de uma série de estudos contemporâneos. Muitos deles são inspirados na obra de Michel Foucault e outros tantos que têm tomado a vida a partir da perspectiva da precariedade, ou seja, problematizar os processos que tornam a vida possível (BUTLER, 2015b). Nas análises de Foucault, a vida ganha certa centralidade seja nas análises biopolíticas que demonstram o modo de o estado gerir não só a vida do indivíduo como ser vivente, mas de toda a população. Em Foucault, conforme destaca Revel (2011, p. 152), “a vida é ‘naturalizada’, a fim de permitir tanto a patologização das formas de descaminho social quanto a instauração, substituindo a antiga regra jurídica, pelo recurso sistemático à norma, como novo instrumento de gestão dos seres vivos.”

Mas o pensamento de Foucault se abre no sentido de mostrar que onde o poder assujeita a vida também há resistências, um movimento que é ao mesmo tempo ontológico e político no sentido da criação e ampliação do ser. Em seus últimos textos, Foucault investiu na possibilidade de uma “estética da existência” que pode ser entendida como uma prática ética de produção de subjetividade, ao mesmo tempo assujeitada e resistente. Assim, o fazer da vida uma obra de arte é, para Foucault, estar em uma relação com a própria existência que realce a criação de novos modelos de vida, de relações de amizade na sociedade, na arte, na cultura, novos modelos sexuais, éticos, um gesto eminentemente político.

Atualmente, vivemos um momento de retrocessos, de perda de direitos e de desmonte de políticas públicas que criam aberturas para transformar a vida das pessoas; em especial, as políticas públicas dirigidas para mulheres, negros e pessoas LGBTQ+ – a via mais concreta de efetivação de acesso a direitos e cidadania – começaram a ser pressionadas. E sabemos também que essas conquistas de direitos e de políticas públicas aconteceram muito em virtude do movimento de mulheres e LGBTQ+, ainda que essas teorias sejam consideradas de pouco impacto na sociedade e no Estado, como sugere Leandro Colling (2015a).¹⁰⁹

¹⁰⁹ Vale ressaltar aqui que Leandro Colling fala de sua experiência desde a perspectiva dos estudos *queer* e das dissidências sexuais e de gênero. Com isso, consideraremos que este é um movimento muito mais recente, diferentemente dos estudos e movimentos feministas que, mais longo, produziu várias dobras e inflexões no

O meu argumento segue no sentido de que se quisermos compreender as práticas de “gestão do conhecimento”, como um modo de produção discursiva, teórica e política, por excelência – aqui colocada sob rasura em suas múltiplas dimensões enquanto construção discursiva cujos significados vêm sendo construídos ao longo das últimas décadas dentro de um campo do conhecimento específico –, será necessário avançar em direção a uma ideia de gestão que está para além do contexto das organizações, dos limites disciplinares, não somente daquilo que está posto pelo campo da administração e das ciências da informação. Isso vai exigir um esforço multidisciplinar para que possamos apreender a complexidade necessária ao diálogo com os diversos saberes, permitindo analisar os processos encarnados durante toda a nossa existência, seja ela ontológica, epistêmica ou organizacional.

Diante disso, defende-se aqui que uma **gestão de conhecimento encarnada** não pode prescindir dos processos existenciais e epistêmicos. Isso abre as portas, ao menos no interior desta leitura, para a ideia de que a gestão da vida, assim como a gestão do conhecimento encarnado, se faz através de um conjunto de atos performativos que (re)dimensionam a capacidade de agenciamento de nossa força reativa e criadora, tanto individual quanto coletiva. Consequentemente, estamos tratando de um movimento que não está circunscrito ao contexto científico-acadêmico, como no caso dessa investigação, mas a movimentos de gestão que são movimentos de vida. **A gestão da vida é, grosso modo, uma construção da/na vida de cada ser vivente, na vida como política. Assim, ela só é possível na vida viva, isto é, pela via da experiência.** De modo que:

Se chamamos de existência a esta vida própria, contingente e finita, a essa vida que não está determinada por nenhuma essência nem por nenhum destino, a essa vida que não tem nenhuma razão nem fundamento fora dela mesma, a essa vida cujo sentido se vai construindo e destruindo no viver mesmo, podemos pensar que tudo o que faz impossível a experiência faz também a existência. (LARROSA, 2016, p. 33).

Cabe salientar que estamos nos referindo a um conhecimento que atravessa as experiências e localiza-se no eixo Sul-Sul do mapa geopolítico, se organiza no compromisso com a formação de sujeitos políticos, com agendas de justiça e com a construção de políticas públicas que visam transformar a vida das pessoas. Tudo isso não está descolado da luta anticapitalista. Em nossos corpos, encarnamos cotidianamente os processos de gestão da

atravessamento de contextos adversos como os anos 1960 e 1970, os considerados anos de chumbo. Além do mais, o atual contexto global, especialmente no Brasil de forma mais visível, escancara o acirramento do anti-intelectualismo, anticiência, cruzadas contra o gênero. Apesar de tudo e das recorrentes ondas de *backlash*, é possível contabilizar importantes avanços na agenda política internacional feminista muito em função da pressão de movimentos sociais; por outro lado, acumula ataques em agendas históricas como o aborto e direitos sexuais, enfraquecimento de canais de interlocução entre os movimentos e o Estado.

nossa própria vida, uma luta permanente e constante contra o esvaziamento da nossa condição ontológica, dimensão vital no campo político, visto que:

O ser humano vivendo no mundo *se encontra completamente atado ao mundo da necessidade*. Vive-se, em princípio, para manter a vida recebida no nascimento. Quem nasce está atado à vida em sua passagem inevitável: florescer para fenecer. O pensar humano, então, se dá no curso da vida vivida e vivente, e se aprende tendo em vista o desenvolvimento humano em suas circunstâncias vitais. *Aprender a pensar, então, é a maior necessidade humana diante do que se encontra aberto como projeto ontológico em andamento*. (GALEFFI, 2017, p. 31, grifos nosso).

O projeto de humanidade que vislumbramos em harmonia com os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza só é possível dentro de outro ordenamento social, no qual a reciprocidade e a solidariedade são valores inafiançáveis. Com isso, estou me referindo a um projeto ontológico que, como propõe Acosta (2016), não pode sucumbir aos ditames de uma lógica consumista que se infiltra no imaginário coletivo através de uma avalanche de informação e avanços tecnológicos para criar círculos perversos de produção crescente e de dependência a esse modelo de desenvolvimento.

Nesse sentido, pensar e imaginar outros mundos parte do reconhecimento de que nem tudo começa e termina em nós, que nossos corpos sexuados, nossa cor de pele e nossos desejos não podem ser marcadores de desigualdade e opressão. Por conseguinte, a produção de conhecimento que daí emerge vai precisar de uma ideia de comunidade que, conforme destaca Julieta Paredes Carvajal (2020, p. 201), “[...] se move e se projeta construindo também complementaridades não hierárquicas, reciprocidades e autonomias com outras comunidades, na produção e proteção política do território.”

A gestão da vida é uma potencialidade do mundo vivido, um projeto que tende a se intensificar quando nos enxergamos muito mais em nossas vulnerabilidades do que em nossas identidades essenciais (o ser mulher, gay, lésbica, transexual, travesti ou gênero-diverso). Nessa existência precária, somos mobilizados tanto a fazer esse reconhecimento de nossa condição humana como aprender a conviver com as experiências da abjeção – racismo, machismo, sexismo, lesbohomotransfobia, corporalidades e capacitismo –, conforme narra uma das pesquisadoras e colaboradoras da pesquisa/na pesquisa:

[...] eu me torno, me reconheço, me assumo ser político a partir de uma situação de lesbofobia, mas o ser lésbica, a questão da lesbianidade, da vivência da prática sexual, eu me desperto para isso, na verdade lendo o livro de Luiz Mott, lendo o livro Lesbianismo no Brasil. Então aquele título, aquela capa, tudo me chamou atenção, aquilo me despertou o sentido de ser lésbica, aquilo ficou me causando inquietações, os textos, o que é uma lésbica, as histórias que o livro traz. A partir daquele instante, eu comecei a observar a cidade e

perceber lésbicas na cidade e a aguçar minha curiosidade. (excerto da entrevista, concedida por Eide Paiva – grupo Diadorim, grifos nosso).

Nesse tópico, tratarei da gestão da vida ou gestão da existência a partir do diálogo encarnado que travo com Zuleide Paiva e demais interlocutores/as da pesquisa que agenciam suas trajetórias na vida e na pesquisa, tanto no plano individual como no coletivo. É a partir dessas narrativas e experiências que, de saída, proponho um debate narrando o meu **encontro encarnado** com alguns/algumas interlocutores/as, e, portanto, iniciarei com Fran Demétrio, líder do grupo LabTrans, a quem tomo o fio condutor que me conduz ao acontecimento como território da experiência. Dito isso, narrar essa experiência de/com Fran Demétrio não significa coisificá-la para forjar “dados” de pesquisa, mas para contar algo que produziu sentidos para nós, nos afetou, nos mobilizou e nos implicou, a mim, pelo menos, e a ela em nosso encontro encarnado. Arrematando com o entendimento de Larrosa (2016), duas pessoas que enfrentam o mesmo acontecimento não fazem a mesma experiência, da mesma maneira pois a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece.

O saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal, principalmente se estamos em lugares de enunciação diferentes. É um exercício de se colocar por inteiro, de forma encarnada na análise. Assim, lembrando que o modo encarnado de dizer, e uso o pronome na primeira pessoa do plural, é porque me sinto envolvido de diversas formas nesse acontecimento, inclusive no que tange a meus privilégios como a branquitude¹¹⁰ e a cisgeneridade,¹¹¹ campos problemáticos da minha enunciação.

Vejamos as condições de produção discursiva. Fran Demétrio é uma mulher negra trans, jovem professora e pesquisadora da UFRB na área de Saúde Coletiva cuja trajetória tem muito a nos contar sobre os processos de subjetivação e dessubjetivação, sobre a gestão das

¹¹⁰ A branquitude, ou branquidade conforme coloca a autora, é aqui entendida nos termos discutidos por Suzana Maia (2012, p. 312), ou seja, “o branco num sentido quase invisível, não questionado, não desmascarado na sua hegemonia pretensa e silenciosa de si mesmo como um problema”. Nesses termos, temos uma posição de sujeito inominada, portanto, não problematizada, forjada por discursos que promovem corpos ideais e operam naturalizando hierarquias de classe, gênero e raça. Para mim, discutir o tema da branquitude está muito menos relacionado com uma autorrepresentação já que não me enxergo como branco, mas como ela foi colocada em lugar de privilégios na nossa sociedade estruturada pelas intersecções de gênero e classe e raça.

¹¹¹ Para dialogar com a cisgeneridade como um conceito, me amparo nas teorizações de Viviane Vergueiro (2015). A partir de uma perspectiva autoetnográfica transfeminista, a autora defende a proposição conceitual e analítica da cisgeneridade enquanto crítica decolonial. Além disso, ela defende a análise *cistêmica* como forma de enfrentamento das violências institucionais contra as diversidades corporais e de gênero. Para Vergueiro, em uma primeira definição “a cisgeneridade é uma referência que denota corporeidades e identidades de gênero tidas como ‘normais’, ‘não transtornadas’ e ‘biológicas’”. Ou seja, um esforço de se referir a essas normalidades sem recorrer a uma terminologia que reforça a superioridade cisgênera. Assim, *grosso modo*, cisgêneras são pessoas “cuja experiência interna e individual de gênero” corresponde ao “sexo atribuído no nascimento”. Trazer à baila a discussão da cisgeneridade faz parte de um importante investimento na problematização de normalidades e dos dispositivos que a produzem que já dispõe de uma produção robusta de pesquisador(e)s trans.

nossas existências e re(ex)istências como sujeitos-pesquisadores nesse campo de estudos. O caráter singularizante não somente da sua experiência, mas a experiência dos outros traz uma inflexão relevante no que diz respeito ao modo como o entrelaçamento entre ativismo e a carreira acadêmica contribuiu para o seu processo de subjetivação.

Fran nasceu em uma família de camadas populares no interior da Bahia, de onde migrou-se para Salvador e investiu pesado na carreira acadêmica (graduação, mestrado e doutorado). Logo em seguida, prestou concurso para a UFRB, sendo aprovada para uma vaga de professora adjunta. Essa trajetória é cheia de conflitos, e sua passagem de gênero aconteceu quando ela já havia ingressado na universidade como docente e pesquisadora. Até aquele momento, ela não tinha se reconhecido na identidade transgênera, a opressão de gênero, a transfobia não permitiram que entendesse que “*mesmo sabendo que aquele seria um caminho*”, conforme ela mesma relata em nossa conversa.¹¹² Na UFRB, fundou o LabTrans, “*um grupo de estudo e pesquisa e extensão cujo foco é a integralidade do cuidado considerando as dimensões de gênero e sexualidade e outras que agora eu estou chamando, quer dizer, estou tentando construir um conceito chamado cuidado interseccional*” (excerto da entrevista, concedida por Fran Demétrio),¹¹³ assim ela descreveu o LabTrans em nossa conversa.

Para Fran, o encontro com o Coletivo De Trans Pra Frente trouxe um sentido renovador para sua vida. A história de sua passagem de gênero tem no encontro com o coletivo um importante marco em sua vida e na sua existência como mulher trans. Aqui ela narra o primeiro encontro com o coletivo:

[...] aquela foi a primeira vez que eu vi um homem trans, mulher trans eu já tinha visto, travesti, mas um homem trans ali falando com propriedade e conhecimento e falando da experiência tinha sido a primeira vez. Aquele evento me afetou e eu saí dali turbinada com várias ideias, com ressignificações outras que eu não tinha. Quando eu vi Viviane Vergueiro, eu vi uma outra representação de ser trans, e não é uma representação inferior ou superior, mas positiva, não que a outra seja negativa, mas ela abrange vários aspectos na constituição da discussão do debate da transgeneridade que eu não via muito em outros espaços e com outras pessoas. Viviane é incrível, um ser fora da curva, ela é fantástica, eu tenho a maior admiração por aquela mulher. Os escritos dela, as provocações, o carinho, extremamente afetiva, cuidadora. (excerto da entrevista, concedida por Fran Demétrio, grifos nosso).

Na cena remontada acima, ainda que precariamente, a experiência de Fran produziu um espaço para o acontecimento, ou seja, para o sujeito da experiência. Nos termos de Larrosa (2016), o sujeito da experiência corresponde a um território de passagem cuja

¹¹² Excerto da entrevista, concedida por Fran Demétrio.

¹¹³ Excerto da entrevista, concedida por Fran Demétrio.

superfície sensível nos toma e produz afetos, deixando marcas, vestígios, efeitos. Nesse aspecto, Larrosa ressalta ainda que tanto como “território de passagem”, “lugar de chegada” ou “espaço do acontecer”, o sujeito da experiência é definido por sua passividade, por sua capacidade de produzir aberturas, se *ex-pôr* com todas as vulnerabilidades e riscos. Aquele acontecimento que se produz e é produzido na vida de Fran quando da sua participação pela primeira vez em uma atividade do Coletivo De Trans Para Frente reverberou naquilo que Jorge Larrosa denominou de “gesto de interrupção” possibilitado pela experiência.

Fran Demétrio vem protagonizando uma história singular como mulher trans e pesquisadora tanto na academia como fora dela. Ela é a primeira mulher trans que conseguiu alcançar uma carreira acadêmica exitosa como professora e pesquisadora na Bahia que temos conhecimento. A bem da verdade, nesse movimento, temos também um jogo de privilégios e relações de poder que devem ser considerados, bem como o atravessamento do discurso meritocrático. Não que a experiência acadêmica com o conhecimento científico a torne maior ou melhor do que outras mulheres e homens trans cujas vidas tiveram outro encaminhamento, nem superior ao saber fazer das travestis, das mulheres trans que estão nas trincheiras da vida, e que não são intelectuais e acadêmicas, mas são sabias da vida, que inflexão! Neste fragmento de sua narrativa, Fran fala de como acontece a gestão da sua existência dentro da universidade, como ela é vista através da comunidade acadêmica e como nessa relação ela se agencia:

Com relação à minha presença, eu diria que passa por três fases, eu denomino de três porque por enquanto é o que consigo perceber, que é a fase do estranhamento, a fase da negociação simbólica e a fase, que eu não gosto de falar, em vez de aceitação humana, um reconhecimento da minha humanidade. Então eu sinto nos olhares, agora não porque como eu tenho sido uma professora que conseguiu esse destaque, muitos já me conhecem por falar, a professora Fran saiu no jornal O Globo em uma matéria. E eu estou trabalhando para não exotificar porque se eu me permito ser essa estrela, até que ponto esse tornar-se estrela de fato representa outras pessoas trans e se de fato vai representar. Por outro lado, esse meu lugar alimenta o imaginário de outras meninas também. (excerto da entrevista, grifos nosso)

Logicamente que nessa fala de Fran temos não somente um movimento em direção à gestão de vida, mas um gesto de gestão científica ressoando sobre a gestão epistêmica, como um caminho estratégico de garantir existência institucional. Essa experiência mostra que nossa precariedade enquanto sujeitos nos mobiliza a construir **estratégias** que aqui estou chamando de **gestão da vida**, da nossa existência. Estamos mergulhados a todo tempo em intensos processos de subjetivação e dessubjetivação (FOUCAULT, 2006) que nos empurram para o autoconhecimento. A subjetivação é um conceito de Michel Foucault com sentidos

bem distintos em diferentes momentos da sua obra. Foucault opera com, pelo menos, três noções de subjetividade: a) subjetividade como assujeitamento; b) atitude crítica; e c) prática de si. Em todas elas, há uma relação com normas extraídas da cultura. A subjetividade corresponde a uma reflexividade, a uma prática, a um modo de relacionar consigo mesmo para se construir, elaborar. Ao trazer toda a discussão sobre o cuidado de si, Foucault (1984) faz uma integração com o tecido social e mostra como constitui um motor da ação política.

Aqui, estou tratando da subjetivação como prática de si, como resistência na sua relação com as práticas de governo, como um trabalho interindividual e ao mesmo tempo também coletivo e institucional. Quando Foucault (2004) fala em modos de subjetivação, ele está querendo dizer dos modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e poder, ao passo que ele também trata da maneira em que o ser humano se transforma em sujeito. Ainda para Foucault (2003), as práticas de subjetivação são também práticas de objetivação. Tudo isso implica dizer que o sujeito pode ser objeto tanto de saber como de poder para si mesmo e para os outros.

Podemos denominar esses **processos de autogestão da vida** como ligados à produção de subjetividades. Independentes das experiências coletivas e individuais, esses processos se adensam quando estamos conscientes dos efeitos alquímicos dos marcadores sociais das diferenças que nos constitui enquanto sujeitos. Judith Butler (2016) defende a ideia de que algumas definições como gênero, premissas sobre o corpo, sexualidade, de como o poder opera são tomadas como dadas dentro do campo político de modo que elas tornam a vida menos vivível quando não estamos confinados em categorias que não funcionam para nós.

Nossa existência precária nos convoca a fazer a gestão da vida na medida em que nossos corpos estão permanentemente submetidos a práticas institucionais, processos de normalização das políticas institucionais e formas de governamentalidade. Nesses termos, essa gestão da existência é um processo que acontece dentro da coletividade, entre o eu e o outro, no jogo dialógico porque vivemos em sociedade, ou seja, em uma cultura com normas e valores próprios. É nesse aspecto que:

A tarefa do feminismo, a tarefa da teoria e do ativismo queer, a tarefa da teoria e do ativismo trans é seguramente a de fazer com que respirar seja mais fácil, com que andar pelas ruas seja mais fácil, com que encontrar uma vida vivível seja mais fácil, obter reconhecimento quando necessariamente tê-lo, uma vida que possamos afirmar com prazer alegria, mesmo em meio as dificuldades. (BUTLER, 2016, p. 24).

A gestão da vida acontece, portanto, no enfretamento das opressões em todas as instâncias sociais: na família, na escola, no trabalho, nos processos de socialização, ou seja, na

intersecção de nossa subjetividade corpórea como ação política reativa em espaços de poder e conhecimento. Na medida em que tanto o racismo como o gênero são dimensões geradoras de subjetividade, o ativismo em sua dimensão coletiva atravessa as existências dos sujeitos e pode mover o desejo de construir agendas coletivas e plasmar novos movimentos de transformação nas existências. Vejamos o depoimento de Claudia Pons Cardoso que construiu sua trajetória entre movimentos sociais e a academia:

Eu não seria uma docente, uma pesquisadora, um sujeito sem o Movimento de Mulheres Negras porque eu aprendi, inclusive, a viver com as minhas dores, a entender as minhas dores do racismo, dores da rejeição, com o movimento de mulheres negras, nunca foi uma relação tranquila porque é grupo, é movimento então tem desculpa, obviamente, mas eu acho que aquela ideia, mesmo que em alguns momentos, ela seja muito tênue de querer construir alguma coisa coletivamente e uma ajudar a outra mesmo que isso não seja uma verdade absoluta, mas é o que move o grupo. Em algum momento isso está presente, com algumas pessoas um pouco mais do que outras, enfim, então essa ideia de ativista eu tenho muito isso porque me fortaleci. (excerto da entrevista, grifos nosso).

Lendo a partir de Foucault, a fala de Claudia Pons mostra como o movimento de mulheres contribuiu para plasmar uma subjetividade marcada pela experiência coletiva e o cuidado de si. Conforme a leitura de Foucault, o cuidado de si não é uma prática individual e solitária, mas modelada nas relações sociais, ou seja, é uma prática que não pode ser lida como uma atitude de renúncia ao mundo e os outros, mas um modo outro de (re)modular esta relação com os outros pelo cuidado de si, uma atitude que não é espontânea nem natural. O cuidado de si pode supor, a uma primeira leitura, uma exclusão do outro, a manutenção de uma certa distância, mas é exatamente o que permite um aprofundamento entre o eu e o mundo. Trata-se de uma distância constitutiva de uma ação que é regulada, circunstanciada e refletida, ou seja, um aprofundamento entre o eu e o mundo. Assim, conforme destaca Frédéric Gros (2008, p. 135), “não se cuida de si para escapar do mundo, mas para agir como se deve.”

A gestão da vida se relaciona com o acesso a um conhecimento que é de alguma forma uma prática de liberdade, via de transformação. O sentido que o conhecimento teve nas vivências de Fran Demétrio e as (des)aprendizagens no/com o ativismo trans, uma forma de conhecer que Claudia Pons também vivenciou com o movimento de mulheres negras. Da mesma forma aconteceu com Marcos Lopes em sua trajetória pessoal com o grupo de pesquisa que lidera, suas itinerâncias com o movimento LGBT e como esse movimento reverberou na sua prática acadêmica. Ainda podemos acompanhar esse deslocamento na forma como Zuleide Paiva transita entre a academia e o movimento de lésbicas, como Laila

Rosa encontra com as epistemologias feministas, se reinventa e recria a si mesma e ao grupo Feminaria Musical em uma etnomusicologia feminista. O mesmo que dizer quando Leandro Colling reinventa a sua trajetória acadêmica fazendo uma inflexão que potencializa e adensa não só a sua produção acadêmica, mas a compõe uma existência epistêmica e institucional com o CUS.

Voltando para o percurso de Fran Demétrio, as teorias de gênero contribuíram para fornecer todo o instrumental metodológico para que ela pudesse de fato não só pensar o que é interdisciplinaridade, mas entendê-lo através do instrumental analítico de gênero, constituindo-se em uma literatura que abriu sua experiência para o mundo e isso tem sido um exercício libertador e fundamental. Larissa Pelúcio relatou em nossa conversa como nós pesquisadores/as desse campo somos **promotores de vida**, citando o exemplo de uma jovem estudante que se dirigiu a ela afirmando que a teoria *queer* salvou a sua vida, durante uma edição do Enuds.¹¹⁴

Por outro lado, a gestão da vida diz respeito a ações práticas e urgentes, ainda para concordar com Larissa Pelúcio, “ninguém vai ler Judith Butler para tirar alguém da cadeia”.¹¹⁵ Para Butler (2015b, p. 15), “ser um corpo é estar em uma modelagem e a uma forma social, e isso é que faz da ontologia do corpo uma ontologia social.” Desse modo, para Butler (2015b), não é possível definir primeiro uma ontologia do corpo para somente depois definir os significados que o corpo assume haja vista que essa ontologia é viva, ou seja, produzida em relação a outros, normas e organizações que precarizam vidas.

A gestão da existência em sua relação com o plano ontológico, entre a esfera pessoal e política, nas interações e vivências, dimensão estruturante nas epistemologias feministas, está implicada nos processos de subjetivação, nas experiências da vida em si mesma, a vida viva, nas lutas por uma cidadania “ativa e passiva”, como bem lembrou Salete Maria, líder do grupo Jusfemina, em nossa conversa, ao cuidado de si, a algo mais imediato, a uma luta permanente por dignidade, na luta pela manutenção de direitos humanos fundamentais em uma conjuntura de apagamento das diferenças e expurgo do outro. Salete Maria da Silva chama a atenção para a ideia de uma “cidadania subjetiva”, como um compromisso com a sua produção de conhecimento:

Eu estou muito preocupada com o acesso à justiça como empoderamento jurídico dos sujeitos e com o empoderamento político que já é uma categoria conhecida. Cidadania na perspectiva subjetiva (ativa e subjetiva). Pensando na perspectiva subjetiva, entra gênero, sexualidades porque você está falando da construção de identidades e isso envolve, por exemplo, em poder

¹¹⁴ Encontro que reúne anualmente estudantes de todo o país para discutir pautas relacionadas à diversidade sexual dentro e fora das universidades.

¹¹⁵ Entrevista concedida por Larissa Pelúcio por ocasião do Seminário Gênero Ameça[n]do na UERJ em 2018.

ou não se casar, as interdições que os sujeitos historicamente sofreram, e isso envolve questões de reprodução, isso envolve questão de sucessão de bens. A cidadania ativa e subjetiva estão juntas, intercambiantes porque a cidadania hegemônica ela é vista como algo objetivo, aquilo que a lei prevê e você exerce. Na perspectiva subjetiva, por exemplo, quando um LGBTQIA+ diz que homofobia é crime, não está criminalizado no Brasil, mas subjetivamente ele acha que aquilo é um absurdo, então vai transformar uma palavra de ordem no que futuramente vai ser uma lei, futuramente vai ser um conceito.

Salete junto ao grupo Jusfemina vem desenvolvendo pesquisas sobre o pensamento jurídico feminista e uma crítica feminista ao Direito. Além da luta por cidadania, Salete aposta na gestão da vida como uma potência dos afetos. Para os corpos abjetos, o afeto é uma expressão genuína de uma estética da existência pensada como forma de vida. Conforme relata Miskolci (2008), nas metrópoles ocidentais, novas formas de sociabilidade permitiram a formação de *enclaves gay* através de laços de amizade. Através da sua arte como cordelista, Salete Maria narra a (po)ética e a potência do afeto no movimento feminista em seu cordel “Afeto feminista”:

Aquela ação concreta
Real e coletivista
Que a teoria completa
De forma não dualista
Capaz de ter sobrenome
A isto damos o nome
De afeto feminista

Aquela camaradagem
Que incomoda o machista
Que desmonta a engrenagem
Da roda capitalista
Deixa o racismo insone
A isto damos o nome
De afeto feminista.
(MARIA, 2010).

E aqui talvez seja importante pensar a amizade como uma forma reativa instauradora de um processo de subjetivação, um cuidado de si que se instaura em um outro modelo de amizade que permite que o sujeito se fortaleça e se ocupe de si, tendo o olhar do outro, não para vigiar e punir, mas como uma mão que se estende para fazer aquilo que representa a passagem da *estutia* para a sabedoria, conforme expõe Foucault (2004). No seu diálogo com os gregos, ele nos coloca diante de um outro modelo de amizade e é essa amizade que interessa aqui. Nesse sentido, ainda segundo Miskolci (2008, p. 230), através dos laços de amizades, as pessoas gays passaram a criar uma comunidade a partir de experiências conjuntas:

Desprovidos de laços de parentesco tradicionais, desenvolviam outros fundados na experiência comum de uma vida à margem das normas e dos modelos socialmente prescritos. A amizade é a forma na qual se cristalizavam essas relações diferenciadas, proporcionando conforto, apoio e um senso de pertencimento a um grupo social.

O sujeito implicado com a sua existência precária é o **sujeito encarnado**. Nessa dimensão, o sujeito está mergulhado na experiência, nos labirintos e entremeios da memória pessoal, histórica e inventiva, nos dramas existenciais, na trama dos acontecimentos, nos saberes, sabores e dores da existência. A entrada no autobiográfico *per si* não representa simplesmente uma retomada desavisada aos marcos vividos em busca de significados orientados por uma racionalidade neoliberal de desenvolvimento. O fazer encarnado é uma ação estruturante que fratura, desloca, tensiona, reorganiza o conhecimento. O sujeito-pesquisador encarnado se lança no jogo incerto da des(re)territorialização e (re)construção de identidades sociais. A fala de Fran Demétrio aponta para essa leitura ao retomar, mais uma vez, seu encontro com Viviane Vergueiro:

A transgeneridade me possibilitou isso. Ver a partir de mim mesma que antes eu via o mundo a partir dos outros. Aí eu me implico, conheço o coletivo a convite da Viviane Vergueiro que faz essa ponte para eu conhecer o coletivo e então é uma coisa muito rápida, de repente eu estou ali relatando minha experiência, dessa experiência de conhecimento, das minhas leituras de estudo de gênero e sexualidade e aí vou fazendo essa hermenêutica da minha constituição dos estudos de gênero. (excerto da entrevista, grifos nosso)

Em sua hermenêutica do sujeito, Foucault trata o cuidado de si como uma experiência filosófica, uma experiência que leva o sujeito a pensar em si próprio, um ocupar-se, cuidar-se. Foucault não deixa de insistir que o cuidado de si não é uma atividade solitária, mas ao contrário, uma modulação intensificada da relação social. Para Fran Demétrio, o cuidar-se de si compreende uma atitude inteligente e nos convoca a uma outra racionalidade, um esforço de desconstrução da lógica do gênero como atrelado à genitália. Para ela, “a transgeneridade é genial, não genital. É a superação da genitalidade do ser para a genialidade do ser”.¹¹⁶

Quem são essas pesquisadoras? De que lugar elas estão enunciando e produzindo suas epistemologias? Em geral, as respostas resvalaram para uma imbricação entre o pessoal e o político, o individual e o coletivo: “*Eu sou uma ativista-pesquisadora-docente. Até porque o que eu faço, o que eu pesquiso, onde eu milito é mulheres negras, eu ensino mulheres negras.*

¹¹⁶ Da página pessoal da pesquisadora em 4 de novembro de 2019. Ver em <https://www.facebook.com/fran.demetrio.trans>.

Então, está tudo muito junto, muito misturado. Eu sou isto uma ativista, docente, pesquisadora.” (excerto da entrevista concedida por Claudia Pons Cardoso, grifos nosso).

Sou professora, lésbica, feminista, sapatão, do axé. Uma pessoa engajada, mãe, avó, tia, um monte de coisa em uma coisa só, um corpo só que é um corpo político, um corpo plural. É assim, lésbica e feminista, branca, sapatão. Eu gosto de me identificar como sapatão porque entendo que sapatão é um ser político. É uma atitude política em um contexto de invisibilidade lésbica, em um contexto de negação de um ser. (excerto da entrevista concedida por Zuleide Paiva)

Eu sou gay, me assumi homossexual aos 18 anos, vindo de uma família de classe popular. Meu pai era mecânico, minha mãe, dona de casa. Eu iniciei a discussão sobre gênero e sexualidade como militante. Eu era secretário de uma ONG no interior de São Paulo, uma ONG LGBT, isso por volta de 1994-1995 e fui aos poucos me mantendo sempre na militância, nunca abandonei desde então, sempre participando das ações em termos de ONG mesmo LGBT, inclusive em espaços de discussão, ações para a comunidade LGBT, lugar onde também ocupo hoje. (excerto da entrevista concedida por Marcos Lopes, grifos nosso).

Eu vivo um desconforto eterno. Eu sou uma mulher bissexual, uma advogada que não preencho os estereótipos da advogada, então é preciso que eu prove que eu sou advogada. Então eu tenho me apresentado assim, do ponto de vista curricular como uma cordelista, feminista, professora, pesquisadora e advogada, necessariamente, nessa ordem, porque é o que vem primeiro para mim em termos do que me interessa falar. Para falar de Ciências, eu estou usando literatura de cordel, para falar de justiça, eu estou usando literatura de cordel, para falar de ‘n’ coisas. Eu me coloco como uma pessoa incomodada socialmente, inclusive com as teorias com as quais eu tenho afinidade. (excerto da entrevista concedida por Salete Maria da Silva, grifos nosso).

Uma mulher, sempre foi mulher espiritualmente, conscientemente, pragmaticamente no meu modo de agir, das práticas da minha vida sempre foi por meio de uma essência, sem biologizar é claro, mas com uma fragrância, um tom, uma pegada nesses termos mais conhecidos por nós de entendimento. O universo do meu ser é eminentemente feminino, não me vejo muito reproduzindo ou fazendo atos e práxis que está culturalmente estabelecida dentro desse processo de interação social que a gente vai aprendendo, modos de ser, de fazer e de saber, também muito masculino. Tenho muito pouca influência desse modus. Eu não tenho essa identificação, nunca tive. Isso é uma principal característica da minha constituição existencial. Eu tenho muita facilidade de me moldar às coisas, de me ajustar, de me adequar, mas também de romper determinada formas. Fran Demétrio gira nesses lugares que não têm uma definição fixa. Eles podem se movimentar. Eu sou um pouco isso, eu sou molde, mas também sou resistência. (excerto da entrevista concedida por Fran Demétrio, grifos nosso).

É importante destacar que as narrativas dos/das pesquisadores/as revelam a construção dos sentidos do saber-fazer de uma ciência própria de inspiração feminista na qual a objetividade é compreendida como “racionalidade posicionada”, ou seja, que não aspira a transcendência de limites, isto é, qualquer tipo de visão de cima para baixo, “mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar.” (HARAWAY, 1995, p. 94). O que isso sugere? Sugere uma

tessitura do conhecimento científico-encarnado no projeto de vida e de promoção da justiça social, ou seja, não desvinculada, não dissociada da docência e do ativismo. Muito embora caiba esclarecer que lugar localizado não é a mesma coisa de lugar identitário.

Tendo dito isso, dizer de um conhecimento encarnado é ter/estar consciente do lugar identitário não apenas naquilo que nos une em termos de opressões, práticas de discriminação que nos acometem e acontecem de modo velado ou explícito, mas acima de tudo, diz respeito a uma postura crítica que nos coloca também em condições de rever nossos próprios privilégios. Lugar identitário é, especialmente, lugar de escuta visto que tudo se imbrica e se estrutura de modo complementar e complexo. Dessa forma, é preciso muito cuidado para não confundir conhecimento encarnado como sendo sinônimo de identitário e com isso reificar aquilo que Donna Haraway (1995) justamente nos ajuda a desconstruir.

Ela aposta exatamente na coexistência de grupos distintos porque as dissidências são próprias do diálogo e da coexistência. É na coexistência que são construídas as redes de conexões e de afeto, fundamentais para a existência e manutenção dos grupos de pesquisas, principalmente aqueles com uma orientação mais identitária como são os grupos em gênero, sexualidades. Donna Haraway nos provoca a pensar em uma nova narrativa de ciência na qual os saberes localizados são modos de **reinventar objetividades corporificadas em discursividades que são singulares, porque não são de qualquer um, mas que precisam coexistir no jogo político e dessa nova ciência que se preconiza.**

Assim, em uma perspectiva encarnada de construção de conhecimento, primeiro a pesquisa e seus desdobramentos precisam fazer sentido para o sujeito pesquisador. O passo seguinte é torná-la disponível para a comunidade científica para que possa fazer sentido também para essa comunidade, trabalhando com as provisoriiedades e com as rasuras. Dessa forma, há uma ideia de tensão inerente à própria perspectiva do pesquisador encarnado, não uma tensão que leva ao aniquilamento, mas a uma potência reativa e criadora. Conforme nos lembra Peter Pál Pelbart (2006), nós somos um grau de potência que é definido por nosso poder de afetar e de ser afetado, tudo isso é uma questão de experimentação já que não sabemos o quanto podemos afetar e ser afetados.

Na trajetória dos/as líderes dos grupos com os/as quais conversei, essa tensão advinda dos múltiplos pertencimentos com o jogo político, com o jogo da ciência é bastante evidenciada. Os excertos elencados anteriormente demonstram que a relação dessas pessoas com seus temas de pesquisas, as ações e projetos extensionistas enforma uma produção do conhecimento científico forjada neste percurso ziguezagueante entre a docência, o ativismo e o diálogo com o Estado, sempre levando em conta as especificidades dessa estreita

intersecção que sugere complexos tensionamentos, re/des/configurações políticas e reinvenções de novas teorizações. A fala de uma pesquisadora durante uma mesa temática que aconteceu no V Seminário Enlaçando Sexualidades, em Salvador, em 2017, sintetiza bem essa multiplicidade de lugares pelos quais transitamos: “[...] a gente precisa zigzaguear – passar por todos os cantos e espaços – militância, academia, gestão, legislativo. E fazer de nossa atuação a possibilidade da mudança. E as preocupações éticas não devem ser esvaziadas”. (excerto da entrevista)¹¹⁷

Na fala dessa pesquisadora, a gestão é colocada com algo distinto da militância, da vida acadêmica que também inclui docência, pesquisa e extensão, além da imersão política no diálogo com o Estado e a própria militância. Podemos observar nessa fala uma certa separação do que seja gestão dessas outras atividades concernentes ao perfil médio do pesquisador desse campo. No entanto, explicitamente, está posto o entrelaçamento de lugares e posições de sujeito nessas práticas sociais. Ao que parece, a ideia de gestão nessa fala está voltada para os cargos de chefia, para a liderança, seja ela no campo acadêmico como as coordenações de colegiados, grupos de pesquisa, departamentos, linhas de pesquisas, programas de pós-graduação etc. Se consideramos a gestão do conhecimento como uma ação projetada para todas essas instâncias, porque diz respeito ao trabalho com o conhecimento, não estamos considerando que a gestão do conhecimento acontece em todas as dimensões da nossa vida através de microprocessos de gestão, e não apenas a posições de liderança e chefia.

Alguns autores, a exemplo de Carlos Vogt (2003), defende a existência de uma “cultura científica” presente nos processos de produção e difusão do conhecimento nas universidades através dos grupos de pesquisas. Esse autor define a cultura científica como um tipo particular de cultura, de ampla generalidade no mundo contemporâneo, constituída pelo conjunto de fatores, eventos e ações do homem nos processos sociais voltados para a produção, o ensino e a divulgação do conhecimento científico. No modelo de representação da cultura científica proposto por Vogt (2016), o conhecimento científico está dividido em quatro quadrantes, que podem ser lidos como momentos da produção e difusão do conhecimento. Nessa compreensão, o início desse processo se dá a partir da **produção e difusão da ciência**, passando, em seguida, pelo plano do **ensino da ciência e formação de cientistas**, continua através do **ensino para a ciência** e, finalmente, completa seu ciclo com a **divulgação da ciência**. Essa dinâmica pode ser conferida na figura a seguir:

¹¹⁷ Fala de uma pesquisadora proferida em uma mesa do V Seminário Enlaçando Sexualidades que aconteceu em Salvador em 2017.

Figura 5 – Modelo da Espiral do conhecimento baseada em Vogt



Fonte: elaborada pelo autor baseada em Vogt (2003).

Na trajetória dos líderes dos grupos pesquisados, esses deslocamentos acontecem tanto do ativismo¹¹⁸ para a docência, da docência para o ativismo, do ativismo para a academia, da academia para o ativismo de forma que o desejo de pesquisar se alimenta e é retroalimentado pelos diversos movimentos construídos no limiar desses interstícios. A fala de Marcos Lopes, líder e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades da UESB em Jequié, destaca como em sua trajetória o conhecimento acadêmico também foi importante para a militância, como movimentos que se retroalimentam:

[...] ao mesmo tempo que eu era militante, eu procurei respaldo do conhecimento científico, da academia para poder ajudar a fortalecer a militância. Eu não queria que a gente fosse para a militância sem uma contribuição do conhecimento científico porque eu percebia como alguns estudiosos poderia nos ajudar no fortalecimento da militância. Existiam os materiais produzidos pelas ONGs, mas também a gente procurava utilizar outros referenciais, claro que naquela época ainda com muita dificuldade de acessar isso. Me lembro que trabalhamos com Raul Pamplona na época, lemos Devassos no Paraíso de Trevisan e, também diversos outros autores e autoras. Nós procurávamos referenciais para o fortalecimento das nossas lutas e era um trabalho paralelo à universidade, mas com um aspecto importante porque buscávamos

¹¹⁸ Para nós que estamos mergulhados nos estudos de gênero e da diversidade sexual, “ativismo” é um vocábulo que parece sempre estar na ordem do dia, mas com uma multiplicidade de sentidos. Concordando com Radha D’Souza (2010), trata-se de um vocábulo genérico e dotado de uma carga semântica negativa, ele corre o risco de não transmitir conteúdos e substâncias específicos. E isso tem várias implicações porque refere-se a um ativismo que põe em causa o capitalismo, a ordem patriarcal, as desigualdades de gênero, a homofobia, a transfobia e o racismo. Radha, nesse mesmo trabalho destaca que “ativismo pode querer dizer o contrário da passividade, significando que se participa no mundo do mercado, mas que não se é nada fora dele.” (D’SOUZA, 2010, p. 153).

sempre espaços de formação para aprofundar nossos conhecimentos. Eram espaços híbridos, tinham os encontros produzidos pelos povos das ONGs, seminários, conferências, mas também tinham os eventos acadêmicos que o povo da militância também participava. (excerto da entrevista, grifos nosso).

Outros movimentos também acontecem, conforme aponta Claudia Pons, vice-líder do Diadorim, que teve uma intensa passagem pelo movimento de mulheres negras, com as ONGs e, também, vem de intensos diálogos com o Estado em suas jornadas políticas:

Eu sou muito grata ao movimento de mulheres porque eu me fortaleci enquanto ser humano, ser humano questionador, um ser humano que busca o tempo todo construir um projeto de justiça social que tem uma visão um pouco mais crítica, foi o movimento de mulheres negras que me deu isso, foi com ele que eu consegui, então eu não tenho muito essa coisa de pesquisadora, de docente, de ativista, está tudo junto. (excerto da entrevista).

Além disso, a educação tem um sentido crítico e emancipatório, funcionando como um vetor de conexões de saberes e formação de sujeitos políticos socialmente engajados e críticos, cognitivamente conectados com o mundo. Desse modo, a atividade docente é vista como um movimento implicado na pesquisa e vice-versa, assume uma dimensão radicalmente política, (trans)formadora e emancipatória. Conforme destaca bell hooks (2010, p.119), é:

A busca do conhecimento nos permite unir teoria e prática, é uma dessas paixões. Na medida que nós, professoras e professores, carregamos esta paixão, que tem de estar fundamentalmente enraizada num amor pelas ideias que somos capazes de inspirar, a sala de aula se torna um lugar dinâmico no qual transformações nas relações sociais são concretamente realizadas e a falsa dicotomia entre o mundo externo e o mundo interno da academia desaparece. Isso é, sob muitos aspectos, uma coisa ameaçadora. Nada no modo como fui treinada como professora realmente me preparou para presenciar minhas estudantes e meus estudantes transformando-se a si próprios.

Na maioria das vezes, a sala de aula é o lugar do gesto pedagógico insurgente, que difunde conhecimentos e ao mesmo tempo produz outros. É a aula o ponto de partida, mas também o nó de irradiação, ou seja, é a partir dela e em torno dela que se tece os sentidos do conhecimento produzido. Nesse sentido, a descrição de aula feita por Deleuze traduz bem essa tessitura de afetações e construções de sentidos:

Uma aula não tem como objetivo ser entendida totalmente. Uma aula é uma espécie de *matéria em movimento*. É por isso que *é musical*. Numa aula cada grupo ou estudante pega o que lhe convém. Uma aula ruim é aquela que não convém a ninguém. Não podemos dizer que tudo convém a todas as pessoas. As pessoas têm de esperar. Obviamente, tem alguém meio adormecido, porque ele *acorda misteriosamente no momento que lhe diz respeito*. Uma aula é *emoção*. É tanto emoção quanto inteligência. Sem emoção não há nada, não há interesse algum. Não é uma questão de entender e ouvir tudo, mas acordar em tempo de captar o que lhe

convém pessoalmente. É por isso que um público variado é tão importante. Sentimos os deslocamentos dos centros de interesses que pula de um para o outro. Isso torna uma espécie de *tecido esplendido*. Uma espécie de textura.¹¹⁹

Vida pessoal, docência e pesquisa são dimensões que estão em estreita conexão nesse saber-fazer da pesquisa encarnada. Vejamos como o sentido da aula nos dois excertos apresentados a seguir refletem uma visão bastante divergente pela visão de dois diferentes pesquisadores. A crítica empreendida pela segunda pesquisadora aponta para uma espécie de esgarçamento de uma necessidade de criar uma zona de enunciação para uma epistemologia que não dialoga, ao fim e ao cabo, com outros campos do conhecimento, ficando preso no seu próprio círculo. Segundo ela, enquanto espaço do múltiplo, a universidade não pode se fechar em uma zona conceitual, única e exclusiva, sem dialogar com outros campos do conhecimento sob o risco de criar uma bolha epistemológica endógena, apagando, assim a complexidade como potência do pensar e a multidimensionalidade dos problemas da investigação. “*Meu problema não é de teoria, de conceitos, meu problema é esse daí, o visceral, é o estômago*”, reitera em sua fala. Para Claudia Pons, a sala de aula, constitui o grande *locus* privilegiado da docência:

[...] eu gosto de dar aulas no curso de formação de professores, porque são professores, eles precisam estar em sala de aula. Veja bem, para mim, Clebemilton, é uma delícia. Primeiro, porque a ementa é aberta, então o que que eu fiz? Eu construí a ementa e o programa discutindo essa ideia de Estado, nação e uma identidade única, ou seja, desconstruindo isso para pensar as diferentes identidades e as diferenças, e aí eu entro com gênero, raça e sexualidades. Ele tem toda uma construção, todo meu programa tem uma construção e concepção feminista, mas eu não digo isso porque essa é minha estratégia, eu só vou dizer isso no final quando os alunos e as alunas estão completamente deslocados porque no primeiro dia eu digo para eles: meu objetivo aqui dentro é deslocar vocês, vocês precisam, porque eu não acredito que a gente consiga pensar na Lei nº 10.639, que a gente possa pensar em sexualidade, que a gente possa pensar nas relações de gênero se a gente não se deslocar, se a gente não desaprender o racismo se a gente não desaprender a lesbohomotransfobia, se a gente não desaprender o sexismo. Se a gente não tiver essa compreensão, eu não vou ter empatia por nada, então meu objetivo é esse.

Eu acho que o papel da universidade é do múltiplo, não é um discurso de neutralidade, ele é posicionado, mas a minha fala é institucional, é uma fala da instituição, não é uma fala da esquerda, não é uma fala da identidade negra, não é da viada. Eu olho para alguns grupos de pesquisa hoje e eu vejo que eles foram sequestrados por pautas que as vezes são pessoais, ou são de grupos muito pequenos. É legítimo que você estude, que você construa conhecimento sobre isso, mas a questão é a seguinte, o que eu acho é que está havendo radicalismos teóricos e epistemológicos.

¹¹⁹ Fragmento da fala de Deleuze disponível na página do Facebook “Quintal Terapêutico”. Ver: <https://www.facebook.com/watch/?v=349286368767959>.

Figura 6 – A intersecção entre docência, pesquisa e ativismo na trajetória dos/as entrevistados/as



Fonte: elaborada pelo autor.

No infográfico acima, procurei representar a intersecção entre docência, pesquisa e ativismo nas experiências dos/as entrevistados/as. Com isso, tento mostrar como essa configuração embaralha, de certo modo, a própria ideia de uma espiral da cultura científica apresentada por Vogt (2016). Para esse autor, trata-se de um modelo espiralar que evolui horizontalmente no tempo e, verticalmente, no espaço. A análise das narrativas dos pesquisadores/as mostra que essa intersecção acontece em algum momento de suas trajetórias, invariavelmente de forma mais intensa ou não, sempre com implicações de uma sobre a outra.

Por outro lado, há que se problematizar a própria ideia de cultura, uma cultura constitutiva dos grupos que se desdobra e resvala para a própria composição e configuração. Trata-se, portanto, de uma ideia de cultura articulada entre a ação política das lutas e que dialoga em grande medida com o campo teórico. É possível reconhecer uma dinâmica tanto no feminismo quanto nos movimentos LGBT em torno de pautas identitárias, direitos humanos e cidadania, a diluir qualquer espécie de fronteira entre a vida e a cultura. Estamos assim diante de uma dimensão de cultura que não se separa da vida, na qual a cultura é vida. Cultura como rede, seja ela de mulheres, de pessoas LGBT que, supostamente, traz diversidade nos seus pertencimentos.

Quando nos debruçamos sobre o atual contexto, é possível observar como essas interpelações cotidianas e intersecções assumem novas percepções e requerem alguns cuidados, ou seja, requer um olhar mais atento, um outro tipo de ativismo com um outro tipo

de postura. Nesse aspecto, essa pesquisadora avalia o atual cenário para propor quatro exercícios:

[...] um ativismo com impactos reais (aquele que materializa o cuidado e a defesa da Terra e de tudo que a constitui, inclusive o ser-humano) *acontece através de uma série de gestos: reunião e circulação de contra-informação; análise crítica da conjuntura e sua história; articulação de pessoas e organizações não cooptadas por partidos políticos; mobilização e organização de recursos e energias; planejamento e execução de ações coletivas e, em primeiro plano, uma consciência precisa sobre o Território de Luta em que estamos pisando*. Todo esse movimento se dá contra o violento Estado de coisas, que trabalha, incessantemente, para selecionar a possibilidade de vida de alguns poucos, em detrimento da maioria das pessoas e comunidades exploradas e assassinadas, assim como da Terra em que todos vivemos. Sabemos que *não é tarefa fácil viver em Ativismo. Tanto porque a sedução da autopromoção individual e do espetáculo do eu tem esvaziado os impactos do trabalho real, quanto porque a alta energia empregada nos consome e tende a nos afastar do cuidado de si e de todas as nossas famílias*. Mas, se ainda assim, continuamos a apostar nesta postura de vida, talvez, valha a pena investir em quatro exercícios: 1) realizar o autocuidado comunitário; 2) compartilhar as tarefas mencionadas acima com muitas outras pessoas, que precisarão ser mobilizadas de diversas formas (contra a insensibilidade vigente); 3) compreender que trabalhamos pela construção de um projeto de mundo para as próximas gerações que, provavelmente, nunca veremos acontecer, se é que acontecerá um dia; 4) aceitar que a Terra sabe e vê além de nós. (CARRASCOSA, 2020, grifos nossos)¹²⁰

O ativismo como gesto permanente em defesa da vida em todas as suas esferas requer um posicionamento consequente e propositivo não só com relação à produção do conhecimento, mas ao mundo de modo mais amplo nesse permanente “viver em ativismo”.

As histórias de vida dos/as pesquisadores/as se entrelaçam com suas histórias epistêmicas e permitem afirmar que o sujeito encarnado é anterior e ao mesmo tempo entrelaçado ao saber-fazer do Pesquisador Encarnado, nunca sinônimos. O sujeito-pesquisador encarnado, quando no exercício de uma produção de conhecimento científico, não se esvai ou se enfraquece com a entrada no plano acadêmico de um grupo de pesquisa; pelo contrário, a potência do Pesquisador Encarnado está na sua força de grupalidade. Com isso, ao que tudo indica, as experiências com as epistemologias *queer* têm nos mobilizado a pensar que:

[...] um dos efeitos *queer* na cena acadêmica também nos remete a um plano de pesquisa (in[ter]venções como modo de problematização que escarnifica os regimes discursivos que se organizam a partir da gestão da vida, historicizando o presente em suas formas de controle, deciframento, incitação para o corpo dócil e útil – na ordem e na organização espacial e institucional das subjetividades. (POCAHY, 2016, p. 231, grifo do autor).

¹²⁰ Da página da autora no Facebook, publicação de 25 de maio de 2020.

Ver em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=2687956084860066&id=100009371013247.

É nesse sentido que, em nossa conversa, Kiki Givigi resalta a relevância do grupo de pesquisa Capitu, que é coordenado por ela, como sendo “*um espaço superpotente que gera visibilidade para a existência dos femininos*”, um tema muito demandado em sua universidade e, principalmente, no centro de formação em que atua. É seguindo essa modelagem de gestão que a perspectiva encarnada é uma espécie de metateoria-prática e, também, uma teoria-método que serve para explicar tanto os autoprocessos de cada um, como na construção desta tese ao aproximar experiência pessoal e coletiva, entre o plano da construção simbólica do problema de gestão encarnada com a experiência dos grupos de pesquisas.

Pensando os muros e pontes nesse horizonte entre teorias e práticas feministas, María Elvira Díaz-Benítez, ao analisar a conjuntura atual, nos lembra que as feministas vêm enfrentando certas “*ciladas internas*”, especialmente quando se trata de temas relacionados ao corpo e à sexualidade, debate caro às suas existências. No entanto, essas armadilhas não podem prescindir do entendimento de que, segundo essa autora, posição com a qual compartilho:

[...] nosso grande desafio hoje no Brasil está colocado em relação ao Estado que, do planalto, insiste em governar nossa vida. Desde 2019, a eleição de Jair Bolsonaro e a equipe que o acompanha, como Damares Alves na direção do Ministério da mulher, da Família e dos Direitos Humanos, duplicam as dificuldades de vislumbrarmos novos caminhos, uma vez que nos demonstram que é sempre possível usar o poder de forma extremamente controversa, arbitrária e até insólita. (DÍAZ-BENITEZ, 2020, p. 261).

Essa análise se estende para corpos e sexualidades dissidentes e parece apontar para a compreensão de que a finalidade principal de uma gestão do conhecimento em gênero e sexualidade passa, majoritariamente, por essa gestão da vida, um mecanismo discursivo e reativo em prol da manutenção e defesa de corpos abjetos e vidas precárias. O debate e o enfrentamento público são o que os/as pesquisadores/as em gênero, sexualidades e *queer* fazem para dentro e para fora da academia. Nesse aspecto, **a gestão epistêmica constrói uma ponte de convergência entre o plano ontológico e o plano epistêmico, visões complementares de uma mesma ordem política, social e organizacional**. Assim, a dimensão de gênero em suas intersecções com outros marcadores sociais da diferença são aprofundamentos de deslocamentos epistêmicos, políticos, éticos e estéticos com o objetivo de derrubar muros, para ficar na metáfora de Díaz-Bentez, que nos impedem de tornar a vida possível e vivível. Tomar o problema por esse prisma é uma forma de contraconduta. É o que

veremos no próximo tópico, que será um adensamento da gestão da vida através da sua potência existencial, criativa e reativa que é a gestão epistêmica.

4.2.2 Existência epistêmica – a gestão epistêmica

Meu encontro com as teorias feministas e, conseqüentemente, com as pesquisas feministas, teve um sentido emancipatório e transformador, não somente na minha experiência subjetiva como na práxis docente. Desde então, venho tentando apurar o meu olhar para questões relativas ao gênero e à diversidade sexual. O que move a minha atividade docente e de pesquisa é o compromisso com a justiça social, de gênero, sexual, racial e científica-acadêmica e como isso pode reverberar em uma efetiva mudança social. Acredito que essa esperança nos liberta e esse caminho se abre quando colocamos em suspenso nossas certezas e lançamo-nos sobre o desconhecido, lidando, muitas vezes, com o desconforto da “(des)aprendizagem”.¹²¹ É na dúvida que somos desafiados a construir soluções para os nossos problemas.

Todo esse conhecimento vem interferindo no meu desejo de saber, alguma coisa insurgente e revolucionária se impõe na medida que provoca em mim cada vez mais vontade de conhecer, de promover (re)conexões em um ambiente que está provocando desconexões a todo o tempo, nos desafios de produzir agenciamentos tanto no campo político quanto no campo-teórico epistemológico. Por outro lado, na condição de docente, sinto-me desafiado e comprometido a não repetir as velhas práticas pedagógicas através das quais fui forjado.

Como nós não somos exclusivamente pessoas pesquisadoras, e que bom que assim seja, haja vista que as nossas experiências docentes, quase sempre, estão atreladas aos nossos projetos de pesquisa e/ou extensão. No meu caso, não tenho uma vivência em movimentos sociais como muitas pessoas pesquisadoras desse campo, de modo que meu “ativismo” se estrutura entre a docência e a pesquisa tanto como professor da Educação Básica¹²² quanto como professor da Educação Superior na UNEB. As minhas experiências com pesquisas

¹²¹ Estou utilizando a categoria “desaprendizagem” na perspectiva proposta por Branca Falabela Fabrício (2006) como possibilidade de produção do conhecimento que se move em uma trama interdisciplinar enquanto prática de pesquisa sócio-historicamente situada e crítica, sem pretensões a respostas definitivas, sem qualquer ideia de neutralidade, apostando em um percurso nômade que estimula o desejo de curiosidade e criação, lançando-me no desconhecido, ou seja, no movimento contínuo de autorreflexão e deriva de si, sem destino fixo. Por outro lado, o sentido de “desaprender” dialoga com a perspectiva de Roland Barthes (2004), ou seja, de um momento no qual o ato de pesquisar consiste no exercício do esquecimento como experiência de remanejamento de saberes, crenças e culturas sedimentadas.

¹²² Vale destacar aqui a minha atuação há 28 anos na Rede Pública Estadual de Ensino.

sempre estiveram vinculadas a projetos que defendem uma concepção de docência não dissociada da pesquisa.

Desse modo, trata-se de um movimento que está o tempo todo a friccionar uma lógica dicotômica e estanque que separa teoria e prática. Na minha trajetória, os saberes e fazeres se imbricam na utopia de uma docência com pesquisa. Por outro lado, o exercício de revisitar essas experiências é revelador do quanto toda essa experiência contribuiu nas modulações engendradas no constructo de pesquisa do doutorado, bem como no design cognitivo da tese.

Em *A beleza do gesto: uma estética das condutas* (2008), Jean Galard defende a tese de que as artes fornecem o exemplo de certos esquemas ou modelos que podem ser aplicados além do seu domínio e se expandem para a conduta da vida em geral, ou seja, as artes fornecem modelos aplicáveis também à conduta da existência. E, assim, Galard (2008) enxerga na arte um lugar privilegiado que visa prover a conduta humana meios e conceitos para que ela se torne menos insípida, pobre e feia. Assim, **o gesto se difere do ato pela sua intransitividade e sua capacidade de chamar a atenção para o processo, diferentemente do ato, o gesto fica subsumido a uma finalidade objetiva**, ao produto (GALARD, 2008). Ao nos voltarmos para a palavra “gesto”, estamos diante de processualidades, de movimentos cartográficos que constituem e são constituídos tanto na trajetória pessoal dos/as pesquisadores/as quanto na posterior criação e (re)organização de grupos de pesquisa.

O trabalho do/a pesquisador/a, e aqui estamos tratando especificamente das experiências dos/as pesquisadores/as líderes dos grupos com os quais dialogamos, é constituído por gestos que vão desde a escolha do constructo de pesquisa e se estendem por todo o processo, seja modelando um campo teórico-metodológico, seja fazendo a gestão propriamente dita das pesquisas junto a um conjunto de outros pesquisadores que estão em formação. Outros gestos devem ser atribuídos aos pesquisadores e pesquisadoras em razão da própria natureza das pesquisas desenvolvidas com a mediação da própria docência, na interlocução com o Estado, com os movimentos de mulheres e feministas, com os movimentos e coletivos LGBTQIA+ e *queer*.

Tudo isso tem como finalidade a difusão e disseminação do conhecimento produzido com vistas a contribuir para a mudança social, através de ações concretas que impactam diretamente na vida das pessoas e, com isso, garantir a gestão de forma mais ampla, a saber: dimensão ontológica, epistêmica dos sujeitos e, por consequência, a organizacional já que estamos tratando de grupos de pesquisas e da universidade como lugar de produção de conhecimento. Com isso, observa-se que há uma subjetividade concernente ao gesto e uma estética de conduta inerente a ele.

O **gesto encarnado** como movimento do Pesquisador Encarnado é eminentemente político e emancipatório e produz implicações, desdobramentos e consequências. Isso porque pressupõe um salto qualitativo na pesquisa na medida em que ela é avaliada pelo seu poder transformador, ou seja, “sua capacidade de transformar as relações injustas e desiguais existentes no mundo tal como ele é hoje, bem como de transformar radicalmente as estruturas geradoras da opressão, da desigualdade e da injustiça”. (D’SOUZA, 2010, p.146)

Esse é o primeiro ponto a ser tratado aqui e diz respeito à **perspectiva da pesquisa encarnada**, mais especificamente, na relação entre os constructos de pesquisa com os/as líderes de grupos, com a autoprodução e gestão de suas subjetividades corpóreas, existências e resistências no mundo da produção científica e acadêmica do conhecimento. **Ao alargarmos o escopo da gestão para dar conta da complexidade do campo, estamos acolhendo gestos vitais que não podem ficar circunscritos apenas a um conjunto de normas e sua instrumentalidade no campo organizacional.**

Assim, ao nomear a relação com o constructo de pesquisa como um gesto primeiro, o **gesto encarnado na criação de um campo problemático de pesquisa** e ação política, não estamos querendo supor uma ordem cronológica rígida, mas uma sucessão de atos que não são estanques, mas encadeados e geradores de uma profusão de movimentos implicados de construção de sentidos entre sujeitos e a realidade vivida. Todos os nossos atos são constantemente suscetíveis de se converterem em gestos, isso porque:

Há um ‘feito’ do gesto, que não se reduz aos resultados que se esperam de um ato. O gesto se mostra. Ele tem sentido, ao marcar um tempo de pausa no encadeamento dos atos. Há em qualquer gesto, algo suspenso que dá margem à repercussão simbólica, ao valor do exemplo. (GALARD, 2008, p. 59).

Estamos tratando de atos de gestão, isso nos sugere que, na modelagem do/a Pesquisador/a Encarnado/a, o gesto de escolha do tema, do universo de pesquisa e da própria maneira de formular a pergunta jamais será algo indiferente, ao fim e ao cabo, é quase sempre “*um acerto de contas com a história do/a pesquisador/a*”,¹²³ como bem lembrou Anderson Ferrari.

O movimento cartográfico se faz na encarnação dos gestos e possibilita um mergulho no autobiográfico e na memória. Esse exercício da/na experiência pode apontar conexões da nossa vida como uma sucessão de gestos e acontecimentos que significam e tem efeito prático

¹²³ Fala pública registrada durante a palestra intitulada “A formação da(o) pesquisador(a) nos cursos de pós-graduação: produção intelectual e inserção nos grupos de pesquisas”, em 22 de março de 2019, na cidade de Jequié (BA), no *campus* da UESB.

na nossa existência científica que é esse reconhecer-se na condição de sujeito cognoscente, e na forma como nos enredamos com nossos constructos de pesquisas. Muito provavelmente, nossa relação com os temas de pesquisa com os quais nos debruçamos, as escolhas metodológicas e inflexões epistemológicas não podem ser vistas apenas como utilitárias. Entretanto, em alguns casos, esse acerto de contas não aparece de forma tão visível e aparente em nossa produção de conhecimento científico nem nas nossas escolhas teórico-metodológicas, como nos chama a atenção Suely Messeder, em sintonia com a perspectiva Pesquisador Encarnado. Ela adverte que:

Antes de adentrarmos a escrita para produzir o nosso TCC, a dissertação ou a tese sobre a temática específica que elegemos e com a qual nos comprometemos, já deveríamos ter nos olhados no espelho e nos interpelando em nossa corporeidade, em nossa memória, sobre e como esta temática possui uma história em minha vivência e na minha ancestralidade. Será que estou visceralmente comprometido com esta produção do conhecimento? (MESSEDER, 2016b, p. 10).

Com isso, Messeder está a nos lembrar que não se trata meramente de uma afinidade temática, mas, acima de tudo, de um compromisso com a investigação e com implicação política desse conhecimento para a sociedade, especialmente com grupos socialmente vulneráveis e em situação de desvantagem. Contudo, conforme adverte D'Souza (2010), compreender as restrições institucionais postas à produção do conhecimento é condição necessária para uma epistemologia emancipatória. Se estamos enxergando a perspectiva encarnada como um modo de produção de conhecimento que se baseia em princípios éticos e políticos, essa é uma questão que deve ser considerada, como lembra Radha D'Souza (2010, p. 159, grifos da autora e nossos) “deve ser posta *não apenas naquilo que conhecemos, mas no modo como conhecemos aquilo que conhecemos*.”

Em nossa conversa, Fran Demétrio chama a atenção para a academia como um lugar de pesquisa científica universitária com projeto político cuja demanda é exponencial na luta por uma ciência comprometida com as justiça, ou seja, com a vida. Advém daí a responsabilidade dos grupos de pesquisas feministas e *queer* com a formação de novas gerações de pesquisadores, mas também de modo latente com uma militância feminista, atividade de engajamento que é, em grande medida, voluntária. É um pensamento dominante nas teorizações e práticas de gestão do conhecimento o argumento que se sustenta no reconhecimento de que o conhecimento é peça central na estratégia competitiva das empresas. No entanto, no ambiente acadêmico dos grupos de pesquisas feministas e *queer*, estão

colocadas outras demandas com o conhecimento, uma luta permanente contra o desconhecimento.

[...] a demanda vem para a gente como um projeto de humanidade e não como um projeto econômico porque eu sinto que as outras ciências, sobretudo as exatas, da própria ciência da natureza é muito mais para atender a uma lógica econômica do que uma lógica existencial, de projeto ético de humanidade. (excerto de entrevista concedida por Demétrio, grifo nosso).

Por consequência, outros modos de circulação e compartilhamento de informações desafiam as formas neoliberais de produzir conhecimento que visam manuais de gerenciamento e motivação como bússolas, as narrativas de sucesso e a *coaching*, bem como aos discursos que produzem sujeitos estruturados como uma empresa. Dessa forma, o neoliberalismo se impõe como uma tecnologia específica de poder que captura as pautas feministas, um modo de gestão que incide sobre os nossos corpos. Assim, pensando com Foucault entre teorias e criação de práticas de si, o(s) feminismo(s) trouxeram o cuidado de si, como um projeto de humanidade para as mulheres pensarem os seus corpos, as violências e as inflexões *queer*, permitindo pensar com mais destreza sobre as experiências subjetivas, a precariedade da vida, os gêneros e as sexualidades dissidentes.

Nessa perspectiva, conhecimento é vida e a sua gestão se sobrepõe a qualquer prática capitalista insidiosa. Em suma, a gestão da vida preconiza uma ontologia crítica e reativa de nós mesmos, sobre nós mesmos, em resposta à biopolítica da governamentalidade da vida social/individual, mas que, como coloca Suely Rolnik (2018), reverbera em modos de cooperação tanto no plano macropolítico quanto nos movimentos micropolíticos em frequências de afetos como emoções vitais.

Na gestão epistêmica, o horizonte da vida é o motor de gestos encarnados e encadeados por mergulhos teóricos e imersões teórico-epistemológicas. Para Judith Butler (2016), a “teoria”, à primeira vista, tende a ser vista como algo que é efetivado somente na academia, uma espécie de especialização ou “etiqueta de mercado”. No entanto, seja na formulação de políticas públicas ou no campo jurídico,¹²⁴ por exemplo, em geral, apoiamo-

¹²⁴ Observemos o caso da votação da lei de criminalização da homofobia que aconteceu em 20 de fevereiro de 2019 no plenário da suprema corte do Superior Tribunal Federal (STF). Naquela votação, o ministro Celso de Melo, em seu voto, utilizou para sustentar seus argumentos vários artigos científicos com referências a destacadas teóricas feministas. Em sua construção argumentativa de defesa, ele cita estudiosos da homofobia e da transfobia, cita pesquisas acadêmicas – dissertações e teses –, além de apresentar dados estatísticos. No seu voto composto por 155 páginas, ele faz um importante resgate histórico das perseguições sofridas por homossexuais e pessoas trans, lembra casos recentes de violências, apresenta dados de crimes homofóbicos e da subnotificação dessas mortes. Da mesma forma, ao conceituar o racismo, ele recorre a teóricos do campo para demonstrar a lógica de exclusão e intolerância e a urgência de defesa por parte do estado da vida e da

nos em premissas teóricas, ou como ela denomina de “formas abreviadas de teoria”. Butler (2016) advoga que não há mais como se fazer distinção entre política de um lado e a teoria de outro, esta considerada menor, inútil, tampouco uma obstrução à política em si.

Para ela, as perspectivas teóricas emergem em processos históricos, como parte de embates constantes acerca de como pensar a respeito de termos básicos como sexo, gênero e corpo. Nesse caso, a teoria é vista como experimentação com o possível, “expande a ideia mesma do que seja possível e, por vezes, torna a vida mais vivível.” (BUTLER, 2016, p. 41). Em linhas gerais, o que Judith Butler quer apontar é a centralidade das teorias tanto na formulação de premissas ontológicas quando epistêmicas, tanto na constituição dos sujeitos como das instituições. Muito embora não tenha sido a teoria *queer* que inventou a sexualidade e os gêneros, ela apontou para os processos de normalização, patologização e pedagogização das identidades de gênero e sexuais cisheteronormativas.

A entrada do sujeito encarnado em uma cultura científica acadêmica mobiliza gestos de afirmação de existência epistêmica que aqui estamos acolhendo como **atos encarnados de gestão epistêmica**. Na verdade, falar de gestão epistêmica é falar de relações de alteridade, o que parece não fazer sentido para aqueles sujeitos que estão em uma espécie de **zona de conforto epistêmico**. Afinal, parafraseando Stuart Hall (2020), qual a necessidade de se problematizar a gestão epistêmica? Quem precisa fazer a gestão epistêmica? Quem tem necessidade de reivindicar essa dimensão invisível que é a gestão epistêmica? Se partimos dessas indagações, **a gestão epistêmica terá como horizonte a diferença na produção de conhecimento científico-acadêmico**.

Mas, a essa altura, o que é a gestão epistêmica? Em primeiro lugar, precisamos enfrentar a problemática de uma ciência que é produzida por sujeitos corporificados, atravessados por gênero, raça/etnia, sexo, identidades em construção e, portanto, parte do reconhecimento desse outro na produção do conhecimento. A gestão epistêmica se impõe para dar conta de atender a essa demanda colocada por Fran Demétrio na epígrafe desta seção que é a de atender a um projeto de humanidade, lógica existencial e projeto ético sem com isso ter de se render aos apelos de projetos econômicos de viés neoliberal que não têm compromisso algum com a ética do cuidado e das justiça. Por isso mesmo falar de gestão epistêmica é

problematizar a “justiça acadêmica”¹²⁵ (FRASER, 2002), (MESSEDER, 2015) e (PERUCCHI, 2015).

A imersão no plano epistemológico mobiliza práticas de gestão de várias ordens, gestos epistemológicos que se traduzem em tomadas de posição, escolhas teóricas, disputas políticas e contrapontos de resistências, fatores esses que são estruturantes de uma ambiência de produção de conhecimento científico marcada pela subalternidade acadêmica. Se esse campo nos evoca a gestão epistêmica é porque estamos tratando da existência mesma de um/a pesquisador/a em sua singularidade, das relações de poder (relações de gênero, raça/etnia, nível de formação, classe social e práticas sexuais em suas intersecções). Estamos reconhecendo a existência do racismo, homofobia, lesbofobia e transfobia, dimensões estruturais no ambiente acadêmico. Nessa direção, significa problematizar esses processos de subjetivação, fatores quase sempre desconsiderados nos modelos clássicos de gestão do conhecimento. Via de regra, nessas abordagens, deixa-se de problematizar os processos que legitimam a ideia de um sujeito universal, de um sujeito androcêntrico, branco e heterossexual como sujeito produtor do conhecimento.

Em uma revisão crítica do estado da arte das “teorias hegemônicas” da gestão do conhecimento, Neto (2012) utiliza o método bibliométrico para apontar as limitações teóricas e práticas das pesquisas sobre esse tema. Nesse estudo, o autor observa a presença ainda dominante de um viés positivista e cartesiano na maioria dos trabalhos da área. No referido estudo, o autor reivindica uma maior complexidade nas abordagens da gestão do conhecimento. A partir de um diálogo com Snowden (2003), o autor retoma alguns pontos de inflexão na linha evolutiva da gestão do conhecimento. Segundo ele, uma trama com três marcos históricos, ou como prefere denominar, três gerações de estudos. A primeira se caracterizaria pelo mapeamento dos conhecimentos existentes nas organizações. A segunda, teria como principal traço o modelo espiralar de Nonaka e Takeushi (1997), para a conversão

¹²⁵ O trabalho com o conhecimento nos grupos de pesquisas em gênero, sexualidade e *queer* tem como marca o compromisso e a luta pela “justiça científica” (FRASER, 2002) e (PERUCCHI, 2015), esse é um exercício de gestão epistêmica. O argumento de Juliana Perucchi (2015) se estrutura a partir da leitura crítica do modelo de *status* proposto por Nancy Fraser e é por ela compartilhado. Para Fraser, “a política de reconhecimento exige uma concepção ampliada de justiça, isso significa uma política que visa superar a subordinação, em que as interações acadêmico-científicas não sejam reguladas por um padrão institucionalizado de valoração cultural, social e científico, construindo as categorias de pesquisadores/as de um lado como normativos e de outro deficientes e inferiores ou “menos científicos”, todavia isso implica no reconhecimento das particularidades e especificidades desses estudos. Em sua experiência acadêmica na universidade como professora e pesquisadora lésbica, Perucchi enfatiza que mais do que valorizar sua identidade lésbica na universidade, há um outro desafio ainda maior que é a superação da própria subordinação. No modelo de *status* de Fraser (2015), o que se exige é o reconhecimento, não é a identidade específica de um grupo – mulheres lésbicas pesquisadoras, homossexuais –, por exemplo, mas reivindica-se a condição de que todos participem de forma equânime.

de conhecimentos tácitos em explícitos.¹²⁶ E, um terceiro momento, seria aquele que está mais voltado para a criação de conhecimento e para a inovação. Segundo esse autor, a presença de uma terceira vertente, em via de desenvolvimento, se caracterizaria por uma abertura para a complexidade.

No entanto, essa ideia de complexidade não dá conta de um certo apagamento da subjetividade corpórea dos sujeitos envolvidos nos processos de gestão, nas concepções de gestão e de gestão do conhecimento, bem como nos modelos aplicados. A emergência de uma inflexão mais consequente na gestão do conhecimento voltada para uma complexidade radicalmente compreensiva e circunstanciada, de modo a considerar a diversidade humana, é um desdobramento vislumbrado por Teresinha Fróes (2012a, 2012b, 2012c) em seus escritos Entendo que falar de complexidade é ir além dos “objetos” de investigação, dos contextos e ir ao encontro da diversidade e pluralidade desses sujeitos, dos seus discursos, caso contrário, teremos apenas uma **complexidade desencarnada**. É interessante destacar que a complexidade precisa ativar a percepção de que as “verdades” teórico-epistemológicas são contingentes. Para superar o drama da verdade única, invariavelmente teremos que escapar também de uma narrativa única e ultrapassar as fronteiras disciplinares. Sem essa complexidade que se pretende encarnada, estamos diante de uma forma de cognitivismo sem o corpo, sem os afetos, sem os processos históricos, que deixa de fora a experiência.

O horizonte que temos é de uma ciência que é produzida por um saber que não pode ser dissociado do indivíduo concreto, ou seja, de quem encarna. Isso porque esse saber da experiência sublinha uma relação singular e ao mesmo tempo concreta com sujeitos também singulares e concretos (LAROSSA, 2016). Os grupos de pesquisas em gênero, sexualidade e *queer* mobilizam uma produção acadêmica posicionada e engajada. Isso fica muito evidente nas atividades desenvolvidas pelos grupos, conforme veremos no capítulo seguinte, e como bem reforçou Leandro Colling em nossa conversa, trazendo sua experiência enquanto pesquisador nesse campo:

[...] qualquer pessoa da nossa área ou de áreas que tratam mais diretamente desses marcadores identitários, pesquisas que têm a ver com Direitos Humanos e coisas do tipo,

¹²⁶ O modelo espiral de Nonaka e Takeushi (1997), teorização bastante difundida entre os/as estudiosos/as da gestão do conhecimento, tem sido uma referência importante em grande parte dos estudos da área, sempre incorporando algumas adaptações. No entanto, o pensamento desses autores se estrutura basilamente a partir da percepção de que o conhecimento se transforma e se expande através de processos de interação que convertem conhecimentos tácitos em explícitos através de quatro operações: socialização, combinação, exteriorização e internalização. A socialização é um processo que envolve a transformação de conhecimento tácito para tácito, a combinação (explícito para explícito), a externalização (de tácito para explícito) e a internalização (de explícito para tácito).

escolhemos estudar essas coisas porque elas nos atingem diretamente em nossas vivências, pelo fato de ser gay, lésbica ou pessoa trans ou ser mesmo heterossexual, mas não se enquadrar plenamente nesses padrões rígidos heteronormativos e coisas do tipo. É óbvio que essa minha vontade de estudar gênero e sexualidade também tem a ver com a minha própria homossexualidade e de não ter tido nenhuma formação a respeito sobre isso porque não tive nenhuma discussão em todo o meu momento acadêmico, em todos os níveis até o doutorado, eu não tive nenhuma formação específica sobre gênero e sexualidade. (excerto da entrevista).

Trata-se de uma produção de conhecimento encarnada no diálogo com o ativismo e protagonizada por intelectuais negras e negros, mulheres e homens trans, homossexuais, lésbicas, pessoas LGBTTQIA+, pessoas com necessidades especiais que enfrentam a todo tempo discursos de desqualificação como sendo “militantes”. Muito embora, não podemos cair na cilada de pensar na opressão como algo comum a todos os sujeitos, porque por vezes é vista dessa forma, mostrando um certo esvaziamento crítico dessas categorias. Mas há que se considerar o fato de que a teoria e o(s) movimento(s) sociais supostamente devem caminhar em uma base ética de alianças e solidariedades. Isso porque a teoria sozinha não tem o poder de difusão das ideias que ela comporta/sustenta/defende, ela só fará sentido na prática. Assim, a questão da decolonialidade pode balizar essa discussão na medida em que nem sempre o lugar social constrói um lugar epistêmico, como algo de essencial, ou seja, ocupar esse lugar epistêmico implica nele ser internamente subversivo. É nesse sentido que a perspectiva do ponto de vista trás contribuições para fazer esse conhecimento avançar de uma forma mais múltipla e abrangente.

Quer dizer, essa produção de conhecimento é considerada “menos científica” porque remete a um modo de produzir conhecimento que desafia o tempo todo o mito da neutralidade científica e os padrões axiológicos de cientificidade. Joana Maria Pedro (2008,) nos lembra que a entrada do feminismo na universidade não foi fácil e sempre esteve marcado por muitas tensões, como ainda hoje. Muito provavelmente, hoje temos um negacionismo voltado para a ciência de forma muito insidioso, e temos que considerar as ofensivas ao campo do gênero e das sexualidades, como pressuposto de expurgo do outro, do outro epistêmico. Segundo Joana Pedro (2008.) ainda nos anos 1970, havia uma tensão entre feministas acadêmicas e militantes. Assim,

[...] para muitas pessoas da universidade, as mulheres que compunham esses diversos núcleos de estudos, que se formavam desde os anos setenta, eram consideradas ‘apenas’ feministas, portanto sem qualificações acadêmicas; para as feministas que continuavam no movimento, essas mesmas mulheres eram desqualificadas como sendo ‘acadêmicas’. (PEDRO, 2008, p. 88).

Nos anos 1980, havia uma tensão devido à preocupação do feminismo de manter sua autonomia, que lhes era tão cara, participando do governo que àquela altura estava saindo da ditadura. Se para algumas feministas aquilo representava o fim das atividades políticas, para outras, significava encontrar novos espaços de interferência para as mudanças na sociedade. Esses espaços por mais abertos e democráticos que podiam parecer, são instituições com regras e normas que zelam pela “verdadeira ciência”. Não se pode perder de vista que são espaços forjados por relações de poder com implicações éticas e políticas. Estar na universidade produzindo conhecimento nessas condições exige esse movimento que eu estou chamando de “gestão epistêmica”, processo que dá sustentação a uma existência epistêmica como grupo entendendo o direito à alteridade como um direito epistêmico. E aqui me reporto ao modo como defende Fran Demétrio e Bensusan (2019, p.12), ou seja, **o direito epistêmico como um direito humano**. Assim,

Considerar o conhecimento dos outros como um direito é uma maneira de exorcizar a noção cibernética do conhecimento que tem sido um elemento central nas narrativas coloniais bem como nas narrativas racistas, sexistas e cisheteronormativas. Considerar direitos humanos epistêmicos é mudar o cenário mesmo em que o conhecimento tem lugar: não em um vácuo onde há a ignorância, mas em uma ecologia de saberes. Trata-se de uma transformação imensa – uma transformação no estatuto do epistêmico nas estruturas preponderantes do mundo. E este estatuto tem consequências de muitas naturezas.

E isso ressoa nas narrativas dos/as pesquisadores/as, como podemos acompanhar no relato de Eide Paiva, líder do grupo Diadorim: *“ao me colocar como lésbica, feminista sapatão eu estou me posicionando em um lugar assim bem fora do centro. No lugar mesmo de enfrentamento a um monte de coisas e dentro da universidade um lugar de enfrentamento ao que a gente reconhece como androcentrismo da ciência”*. (excerto da entrevista).

Outra questão que não escapa a esse debate é o fato de ser uma produção que mobiliza a experiência, e como tal:

Atualmente, o conhecimento é essencialmente a ciência e a tecnologia, algo essencialmente infinito, que somente pode crescer; algo universal e objetivo, de alguma forma impessoal; algo que está aí, fora de nós, como algo que podemos nos apropriar e que podemos utilizar. E algo que tem que ver fundamentalmente com o útil no seu sentido mais estreitamente pragmático, num sentido estritamente instrumental. O conhecimento é basicamente mercadoria e, estritamente, dinheiro; tão neutro e intercambiável, tão sujeito à rentabilidade e à circulação acelerada como o dinheiro. Recordem-se as teorias do capital humano ou essas retóricas contemporâneas sobre a sociedade do conhecimento, a sociedade da aprendizagem, ou sociedade da informação. (LAROSSA, 2016, p. 33, grifos nossos).

Pensando mais uma vez com a perspectiva da pesquisa encarnada, a entrada no espaço acadêmico do sujeito, agora também Pesquisador Encarnado, é atravessada pelos acontecimentos que se modelam e são modelados nos territórios nos quais se pensa em habitar como um exercício cartográfico. Como bem lembra Alvarez e Passos (2015), cartografar é habitar territórios. O Pesquisador Encarnado realiza uma experiência cartográfica epistêmica singular ao ocupar territórios, principalmente o território acadêmico científico, mas como podemos observar através das experiências narradas, não se restringe a ele porque não se trata simplesmente de um lugar geográfico e espacial, mas um lugar de passagem, de movimentos micropolíticos de agenciamentos. Segundo Jorge Larrosa, “o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que o que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos.” (LARROSA, 2016, p. 25).

A gestão epistêmica é uma potência existencial, criativa e reativa, uma forma de contraconduta. Ela coloca em processo um conjunto de (re)ações que mobilizam pelo menos três gestos em direção: a) à criação do conhecimento; b) à legitimação da existência desse conhecimento; e, c) ao enfretamento aos ataques à ciência que acontecem através de ações de resistência. Conforme destaca Suely Messeder (2020c), esse processo de reinvenção da produção do conhecimento científico-acadêmico é encarnado na razão com o corpo, sem dicotomias, articulado entre teorias e experiências. Assim, ainda segundo Messeder (2020c, p. 59), em seus contextos específicos, o Pesquisador Encarnado se enreda em três eixos: “o processo de subjetivação encarnada ou corpórea, a geopolítica do conhecimento e o compromisso com a produção do conhecimento.”

Penso que esses três eixos argumentativos apresentados por Messeder nos auxiliará na compreensão do que foi dito acerca da gestão epistêmica e daquilo que gostaria de acrescentar a partir desse ponto. Os gestos insurgentes em torno dos agenciamentos que nos conduzem a esses princípios e entendimento ético da ideia de grupo precisam estar articulados na gestão epistêmica dos/as pesquisadores/as, tanto na dimensão individual quanto em suas experiências ampliadas em grupos de pesquisa. Dito isso, essa imersão no campo epistemológico requer habilidades e competências para o saber-fazer no interior dos grupos. E aqui me refiro à gestão organizacional que são as formas de organização coletivas institucionalmente reguladas através de normas e regras próprias da cultura científica acadêmica. A gestão epistêmica nos grupos de pesquisas acontece por meio de processos cognitivos nos quais os sujeitos estão encarnados em comunidades epistêmicas, aqui definidas como:

Aquelas que trabalham profissionalmente com a produção do conhecimento segundo normas específicas, rigorosas, com base em referenciais explícitos, validados e legitimados por pares, atendendo a critérios definidos e consensuados; normalmente esta produção é colocada a escrutínio dos membros dessa própria comunidade, quer através de eventos, de agências de fomento, veículos de difusão/disseminação reconhecidos, por meio de *double blind peer review*, previamente à aceitação e aprovação para apresentação em eventos, financiamento ou publicação. (FRÓES BURNHAM, 2012a, p. 60, grifos da autora)

Além desse traço constitutivo, Teresinha Fróes (2012) difere a comunidade epistêmica da comunidade científica quanto ao pertencimento. Enquanto as comunidades científicas são formadas exclusivamente por cientistas, as comunidades epistêmicas se ampliam para outros profissionais como os políticos, empresários, banqueiros, administradores dentre outros que trabalham com o conhecimento como um bem público e comum que deve ser a base para implantação de políticas públicas e de um projeto político fundado em valores compartilhados por determinada comunidade. As comunidades epistêmicas estão geralmente vinculadas às instituições acadêmicas e organizacionais que podem ser tanto de caráter acadêmico como científico, tecnológico, legislativo e jurídico.

A constituição epistemológica e política dos grupos em discussão gira em torno, de um lado, das teorias feministas e, de outro, a partir do manejo da(s) teoria(s) *queer*, seja buscando chaves de leituras e base de sustentação teórica ou mesmo produzindo deslocamentos necessários aos nossos contextos mais específicos toda a potência epistêmica. Existe uma narrativa que se tece em torno de conceitos e categorias que forjam aquilo que estamos chamando de teorias feministas ainda que essa narrativa seja disputada e cheia de pontos de inflexão. Como propôs Foucault (2006), a teoria é uma prática e, portanto, carrega as marcas dos sujeitos que procura representar, como também deixa marcas naqueles e naquelas que são tocados por ela, que vive por ela, que acredita, luta e defende, ainda que inconscientemente. Assim, temos um campo que foi se constituindo por sujeitos com múltiplos pertencimentos, comunidades epistêmicas forjadas entre o lugar de ativista e de pesquisadora, conforme já discutimos na primeira seção deste capítulo. Como bem coloca a pesquisadora Zuleide Paiva:

[...] não tem ordem nem ponto que separa: lésbica, feminista, sapatão, branca, ativista, engajada. É isso.... tudo junto e misturado nessa mistura que eu me constituo o que eu sou. Quando você se reconhece um ser político, então você se identifica na sua pluralidade, um ser fragmentado, cheio de contradições. (excerto da entrevista)

O pensamento feminista vem contribuindo de forma contundente para o debate em torno do projeto da ciência moderna, o eurocentrismo e a colonialidade na sua relação com os saberes científicos e outros saberes, bem como os modos de produzir conhecimento. A feminista Sandra Harding (1993), embora estivesse enunciando a partir do quadro do

eurocentrismo, defendeu o termo “ciência” para outros saberes como forma de valorizá-los perante a desqualificação empreendida pela ciência moderna. Na esteira do pensamento abissal (SANTOS, 2010), e da crítica ao projeto moderno da epistemologia e dos limites dessa crítica no quadro de um pensamento abissal, Zuleide Paiva coloca que:

Existe uma cultura científica que é androcêntrica e machista. Para mim, a grande contribuição das epistemologias feministas é trazer, evidenciar outras vozes, outros corpos, e outros caminhos, outras fontes, e além desses outros a leitura que se faz, do caminho, das fontes, o diálogo que se estabelece, que é diferenciado porque são outras lentes. O feminismo é uma lente. Eu me lembrei agora de Sandra Harding. Existe um caminho, um método feminista? Não existe, mas existe um olhar diferenciado para o caminho percorrido ou a percorrer, eu acho essa diferença que contribui porque mostra outras coisas, esse posicionamento eu acho muito importante. Eu gosto muito das epistemologias feministas, essa localização do sujeito que pesquisa e do sujeito pesquisado. Essa horizontalidade que há entre sujeito/objeto, essa quebra radical dessa dicotomia que há entre sujeito e objeto, enfim. (excerto da entrevista, grifos nosso).

No campo dos feminismos, a luta para ampliar o cânone do reconhecimento da diferença e da igualdade na construção de cidadanias plurais e conhecimentos descolonizados “passa, necessariamente, pela re-imaginação do saber que, por conseguinte, implica abrir espaço para novas narrativas de saberes entrelaçados e epistemologias da fronteira.” (COSTA, 2009, p. 208). É nessa direção que María Lugones (2020, p. 57) faz uma importante inflexão com contribuições igualmente relevantes para o feminismo decolonial. Partindo da crítica da colonialidade de Maldonado-Torres e Aníbal Quijano, Lugones insere a categoria gênero no pensamento decolonial analisando como um fenômeno mais amplo que atravessa o controle do acesso ao sexo e não diz respeito apenas à classificação racial, “ou seja, toda forma de controle do sexo, a autoridade coletiva e do trabalho existe em conexão com a colonialidade.” Ainda para Lugones (2020), a colonialidade do poder é central, formulou o conceito de colonialidade de gênero e agora busca construir uma episteme feminista decolonial. Pensar apenas na colonialidade do poder como central nas lutas e filosofias de resistência é ocultar e ignorar necessidades específicas de mulheres que têm seus próprios anseios e que necessitam de maior atenção devido à sua diferença de gênero.

O debate em torno da colonialidade é também uma forma de pensar acerca de como nós, pesquisadores e pesquisadoras, líderes e membros de grupos de pesquisas em gênero e sexualidades, acessamos as teorias, muitas delas, construídas no Norte Global. Há que se observar a situacionalidade das teorias e dos sujeitos envolvidos visto que elas são produzidas em contextos históricos, políticos e institucionais específicos e tentem a difundirem-se entre fluxos e traduções quase sempre ganhando contornos incontroláveis. O mesmo pode-se dizer

da(s) teoria(s) da gestão do conhecimento, que tem em suas bases teorias do Norte Global e elas não chegam até nós aqui do eixo Sul-Sul sem um debate cheio de disputas e contextualizações necessárias.

Durante a conversa com os/as pesquisadores/as, solicitei que apresentassem algumas categorias teóricas e/ou operadores com os quais estavam trabalhando em seus contextos de pesquisa a fim de ter uma visão mais ampla do campo epistêmico no qual operavam, além de observar contingências e afinidades temáticas entre os grupos. O quadro a seguir mostra a predominância de duas categorias que vêm ganhando importantes investimentos nos projetos e ações dos pesquisadores, mas que reverberam na produção dos grupos: **decolonialidade e interseccionalidade**. Elas apareceram com muita força nos discursos de todos/as os/as líderes dos grupos, ou indiretamente repercutem em outros momentos de suas produções tanto acadêmicas quando na articulação de saberes com as comunidades de práticas com as quais dialogam.

O quadro que apresentarei abaixo demonstra ainda uma multiplicidade de perspectivas teóricas dentro desse macrocampo que são os estudos de gênero e diversidade sexual. Nesse sentido, temos, de um lado, categorias mais genéricas de sentido mais abrangentes, consequentemente compartilhadas por outros campos disciplinares, mas que também são estruturantes do debate em torno das desigualdades e diferenças, da defesa e das justiças em todas as suas dimensões. Com isso, apareceram categorias/operadores como “direitos humanos”, “estudos culturais”, “cidadania”, “subjetividade”, “engajamento” e “agência”; e por outro lado, conceitos mais específicos de outras áreas aplicados ao feminismo como, por exemplo, “crítica feminista ao direito”, “etnomusicologia feminista”, “justiça de gênero”, “biocolonialidade”, “integralidade do cuidado na pesquisa feminista” etc., sem contar as (re)invenções conceituais, como a própria modelagem conceitual do Pesquisador(a) Encarnado(a). Vejamos o quadro:

Quadro 7 – Quadro-síntese do campo teórico-epistemológico dos/as pesquisadores/as

Pesquisador/a	Categorias/Conceitos/Operadores
Ana Cristina Givigi	Feminismo decolonial , feminismo negro, interseccionalidade , ancestralidade, mulheres de terreiros, saberes ancestrais, biocolonialidade.
Carlos Henrique de Lucas	Estudos culturais, gênero, sexualidade, literatura brasileira, literatura comparada, educação em direitos humanos, estudos decoloniais , cultura brasileira, cultura latino-americana, estudos sobre a contemporaneidade, estudos sobre as subjetividades.
Claudia Pons	Gênero, raça/etnia, interseccionalidade , racismo patriarcal heteronormativo, decolonialidade , pensamento de mulheres negras.

Cardoso	
Felipe Fernandes	Subjetividade, engajamento, agência, alteridade, ponto de vista.
Fran Demétrio	Transgeneridade, travestilidade, itinerário terapêutico, direito humano epistêmico, integralidade do cuidado na perspectiva feminista, sexualidades, decolonialidade .
Laila Rosa	Etnomusicologia feminista, sagrado feminismo, ativismo feminista, pedagogia feminista, epistemologias feministas decoloniais , racismo sistêmico, estudos <i>queer</i> , dissidências.
Leandro Colling	Performatividade de gênero, abjeção, dissidências sexuais, cisnormatividade, cisgeneridade, transfeminismos, decolonialidade , interseccionalidade.
Marcos Lopes	Diferenças, gênero, sexualidade, relações étnico-raciais, formação docente.
Salette Maria da Silva	Critica feminista ao Direito, cidadania ativa e subjetiva, empoderamento jurídico, justiça de gênero, decolonial , feministas populares e diversas.
Suely Aldir Messeder	Sexualidades, masculinidades, gestão do conhecimento, relações de gênero, corpo, relações étnico-raciais, <i>queer</i> , feminismo decolonial , pesquisador(a) encarnado(a).
Zuleide Paiva	Lesbianidade, pensamento de mulheres lésbicas, pedagogias feministas, formação docente, intreseccionalidade , racismo.

Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda que essa visão panorâmica tenha sido apresentada pelos líderes, não deixa de ser uma amostra dessa produção no âmbito dos grupos os quais coordenam haja vista que existe certa tendência de adesão teórica por parte dos/as outros/as pesquisadores/as vinculados/as a eles, às linhas teórico-metodológicas adotadas pelo coordenador. Evidentemente, essa é uma amostra pequena, uma análise mais circunstanciada da produção de cada um/a pode ser mapeada a partir de teses, dissertações, artigos e capítulos de livros e pode apontar outros desdobramentos em conceitos mais situados nos próprios “objetos” de pesquisas que são relativos ao próprio avanço do conhecimento no campo. Dito isso, ao que tudo indica, os grupos teórica e epistemologicamente mais abertos para múltiplas abordagens em geral é mais democrático e tende a se organizar de forma mais horizontal e dialógica. É provável que os grupos mais fechados em torno de identidades tendem a ser também mais fechados teórica e epistemologicamente, mas essa é uma hipótese que precisa ser melhor verificada.

Além da decolonialidade e da interseccionalidade que aparecem como categorias estruturantes e moleculares, é possível observar um movimento de reinvenção de categorias outras que também emergem de realidades mais situadas e motivadas pela necessidade de inserção de novos saberes como demanda dos processos de subjetivação, um movimento

totalmente implicado no processo de tradução do conhecimento. A emergência de novas categorias atende a uma demanda empírica, mas, acima de tudo, **é fruto do atravessamento encarnado desse desejo de um saber corporificado que é próprio do Pesquisador(a) Encarnado(a) como potência dos afetos**. Na gestão epistêmica, temos o desafio de fazer a tradução do conhecimento com os quais operamos. Vejamos como se posiciona Zuleide Paiva, líder do Diadorim, grupo que como vimos tem um diálogo bastante estreito com os movimentos sociais, especialmente lésbico:

A sofisticação teórica pode ser rasurada, pode ser minimizada nos encontros com o diferente porque se você faz um evento para os mesmos, não vai para lugar algum, agora vá para os movimentos sociais, vá falar da sua pesquisa para os movimentos sociais, vá organizar eventos que você reúna movimentos sociais e academia. Ai sim... se você não mudar a linguagem, não fizer uma tradução do que (da universidade para o movimento e do movimento para a universidade) porque são campos diferentes, mas que dialogam. Mas tem que haver algum tipo de tradução. Essa tradução quem faz são os/as pesquisadores/as. (excerto da entrevista).

Na experiência tanto individual quanto coletiva de grupo de pesquisa dessa pesquisadora, superar a sofisticação teórica é um movimento necessário à difusão democrática do conhecimento e um gesto de rasura que acontece via linguagem. Problematizar a sofisticação teórica das teorias importa como **gesto de transdução do pensamento feminista para realidades mais imediatas e diversas**. Para ela, é necessário abrir mais canais de difusão do conhecimento para que se possa comunicar com um público mais mediano e, conseqüentemente, próximo de um público mais comum, em decorrência da sofisticação teórica.

Segundo Macedo (2018), a tradução é um processo que revela um movimento dinâmico entre o dentro e o fora, o idêntico e o diferente, a proximidade e a distância, revelando, assim o aspecto fundamental do saber que se realiza não no exterior do objeto. Ilustra bem essa discussão o depoimento de Kiki Givigi sobre o giro teórico-epistemológico vivenciado no contexto do Centro de Formação de Professores de Amargosa, unidade na qual ela está vinculada na UFRB. Desse modo, fazer a tradução, para ela, é deixar a(s) teoria(s) fazerem sentido no diálogo com as comunidades de práticas:

[...] eu chego aqui (Amargosa) e eu tenho uma guinada de demanda porque eu venho para uma cidade de interior, preta, uma universidade de mulheres. O Centro de Formação de Professores é o campus mais feminino e mais negro, com a menor renda per capita da UFRB. Quando eu digo menor renda per capita, eu estou falando de 420,00 por família, uma universidade nova, eu estou falando de 89% de pretos e as meninas pretas, especialmente mulheres pretas, me obrigam a fazer uma envergadura no que eu estou estudando, então, para

mim, o funcionamento político militante, teórico, discursivo é muito potente. *Por que eu não me senti violada? Porque eu entendo um movimento político do conhecimento a partir disso, desse movimento da realidade que é o que move os discursos, os discursos não são oralidades, os discursos são tecnologias de controle, são práticas. Então, para mim tudo que eu estudava era muito vivo, muito potente no meu corpo e nos cursos. Eis que emerge daí raça, gênero e sexualidade como uma demanda do CFP.* (excerto da entrevista).

Observa-se no depoimento da pesquisadora que o manejo/tradução das teorias/categorias analíticas foi se deslocando das teorias *queer* porque a sua experiência com o mestrado, naquele contexto, passa a alterar as ações do grupo de pesquisa Capitu em torno de demandas que são, muitas vezes comuns e não somente do mestrado, mas do grupo de pesquisa como uma orientação política. Com a urgência de novos operadores, deflagra-se a emergência de um novo léxico que possa dar conta dos sujeitos e suas demandas existenciais e epistêmicas. Outro exemplo do giro teórico-epistemológico pode ser ilustrado através da experiência trazida por Leandro Colling no âmbito do NUCUS:

O CUS em um primeiro momento é um grupo de estudos sobre textos mais conhecidos sobre teoria queer produzida nos Estados Unidos, basicamente. Alguma coisa em outros lugares, mas, basicamente, para entender essa produção, ali não se estudava só Judith Butler, estudava também Eve Sedwick, Tereza de Lauretis, David Halperin, Jeffrey weeks eram pessoas dos Estados Unidos, especialmente. Hoje, o NUCUS, na verdade, está muito mais estudando perspectivas decoloniais ou algumas pessoas chamam de pós-coloniais e um feminismo negro do que qualquer texto mais conhecido dos estudos queer que continua sendo produzido nos Estados Unidos. Eu vejo que o pessoal está estudando muito, e eu acho muito bacana, que estejamos estudando feministas negras, não necessariamente negras, mas racializadas da América latina e do Brasil. Se você pegar a programação das leituras das linhas, você vai ver exatamente isso. Também esses estudos que às vezes pode até ser dos Estados Unidos, mas que já são inscritos dentro de uma pegada transfeminista. O queer hoje nem é mais hegemônico, claro ele está na nossa formação, a gente lê algumas coisas, mas as pessoas estão muito mais interessadas, do CUS e eu inclusive, nos feminismos negros, nas perspectivas decoloniais latinoamericanas e brasileiras. Isso é uma diferença brutal do início do grupo. E acho que tem uma coisa crítica que o NUCUS recebia, à época CUS apenas, teve várias críticas que recebeu que eu sempre discordei, eu sempre reagi contra elas. Achava as críticas injustas, mas uma delas fazia sentido de que nós não incorporávamos nenhuma reflexão sobre questões étnico-raciais. Isso hoje já não é mais verdade. (excerto da entrevista, grifos nosso).

O pesquisador relata uma virada temática promovida no grupo em função dos novos sujeitos que passaram a integrá-lo e passaram a reivindicar pautas específicas, pertencimentos, visibilidades e protagonismos. São tensionamentos geradores de outras inflexões epistêmicas não previstas originalmente, mas que é parte do próprio processo de insurgências macro e micropolíticas. Nos casos apresentados, a virada decolonial acontece através do deslocamento de maior ênfase na temática do *queer* para as discussões sobre decolonialidade e

interseccionalidade como experiências subjetivas e políticas que passam a reverberar na (re)composição do campo epistêmico.

No caso do grupo de pesquisa Enlace, o alargamento do campo problemático e teórico do grupo se deu no diálogo com os programas de pós-graduação nos quais sua líder, a pesquisadora Suely Messeder, está inserida, mas, por outro lado, não somente ela, como grande parte dos integrantes do grupo que são dos programas de pós-graduação em Crítica Cultural da UNEB e do PPGDC. De modo que, embora esses programas não se reconheçam como programas específicos em gênero e sexualidades, ainda assim carregam como força analítica os desafios da complexidade e a interdisciplinaridade.

Além disso, há que se reconhecer a força dos ativismos em suas diversas configurações e articulações que passaram a dialogar com os espaços acadêmicos de produção de conhecimento que são os grupos de pesquisas. No entanto, não é nem nunca foi um processo tranquilo, sem conflitos nem disputas. A abertura que acontece nos grupos para pensar os processos de resistência e luta foi viabilizada pelas acadêmicas que transitam também nos movimentos sociais, tudo isso possibilitou a existência das perspectivas lésbicas, transfeministas, *queer*, dentre outras nesses espaços. O encontro de Fran Demétrio com as teorias de gênero e sexualidade modifica a sua forma de olhar os conceitos da saúde na formulação do LabTrans e na sua prática docente nos cursos e disciplinas de saúde que ministra na UFRB.

Essas experiências nos mostram que, no plano epistêmico, mobilizamos um corpo de conhecimento de diversas ordens que a experiência encerra em sua potencialidade cognitiva (MAFFESOLI, 2010). A gestão epistêmica é um pressuposto para a gestão organizacional visto que diz respeito a processos de articulação e mobilização de capacidades e capilaridades organizacionais, compreensões de certos códigos e normas próprios de uma cultura científica escrutinada ao revés de agenciamentos e que, muitas vezes, promovem insurgências e subversões em um devir ético coletivo e criativo.

Entre a dimensão ontológica e a dimensão organizacional/institucional, temos a gestão epistêmica. Nesse movimento, se impõe a presença da dimensão epistemológica, sem abandonar ou desprender-se da dimensão ontológica que é interna e ao mesmo tempo externa. O Pesquisador Encarnado como (re)invenção de bases teóricas agrega, potencializa e adensa a condição de sujeito encarnado, pois ele entra no território acadêmico carregado de epistemologia, de uma corporalidade que de uma forma ou de outra requer certas ousadias para insurgir desde dentro. Para tanto, ele irá se deparar com exclusões da academia. No entanto, conforme coloca Pocahy (2016, p. 229):

[...] a visualidade da pesquisa e do fazer acadêmico, é, desde sempre, posicionado na trama dos dispositivos de gênero, classe, sexualidade e de raça. De modo que, diante disto, não se pode jamais desconsiderar a própria experiência corporal do agente pesquisador como alguém também assujeitado por uma produção discursiva que porta as marcas da inteligibilidade social, que são recitadas cotidianamente e legitimadas por instituições excludentes, racistas, sexistas e classistas.

O diálogo com o campo dos estudos feministas e *queer* que aqui queremos promover vem nos mostrar justamente que a existência epistêmica de um/a Pesquisador/a Encarnado/a é motivada por um projeto emancipador que se adensa e se complexifica na medida que ele se compromete com uma cosmovisão decolonial encarnada em campos de resistência e rebeldias. Do mesmo modo, não se pode perder de vista que esse giro está a acontecer no interior da universidade, instituição que perdura um padrão verticalizado do conhecimento há séculos, modelo que estamos tentando desconstruir. Por outro lado, é sempre um desafio falar do coletivo sem abandonar projetos pessoais, ou seja, como bem coloca Judith Butler (2015b, p. 24) “ainda que tenhamos que lutar por liberdades individuais, temos que pensar o lugar de corpos movendo-se livremente dentro de uma democracia.”

Não se pode prescindir de determinadas diretrizes postas pelo jogo da cientificidade. Nesse sentido, por responsabilidade e compromisso, entende-se um esforço de conciliação entre autonomia e planejamento estratégico. Ou seja, estar ao mesmo tempo dentro do jogo, jogando o jogo da cientificidade, aprofundando um conhecimento comum, uma comunicação comum e poder ver de fora, a fim de sobreviver a sua lógica interna, em um movimento sempre tenso de (re)conciliação estratégica sob pena de ser sucumbido como sujeito-pesquisador que não consegue dialogar com a academia tampouco com os outros saberes, que não consegue fazer a gestão epistêmica, um modo “próprio e apropriado” de articular academia e ativismo.

Em muitos casos, no plano das atitudes concretas e efetivas, a gestão epistêmica se realiza a partir de ações que visam a consciência das relações de poder e das correlações de forças discursivas em enunciados que são um convite a práticas reflexivas e tomada de consciência sobre um problema social que está a nos afetar diretamente ou ao outro como participe dessa relação dialógica. Compreende-se assim um conjunto de estratégias em práticas discursivas encarnadas que dão forma àquilo que estou denominando de **gestos pedagógicos**.¹²⁷

¹²⁷ No âmbito do ativismo, é interessante destacar o movimento Rolezinho das Caras Pretas, Coletivo de mobilização impulsionado pela professora, ativista, pesquisadora e, também, membro do grupo Enlace,

Salete Maria, líder do grupo Jusfemina, em nossa conversa, nos apresenta um exemplo concreto no plano das atitudes de como a gestão epistêmica se faz através de algumas ações no âmbito acadêmico como, por exemplo, via constrangimento, um constrangimento que é pedagógico. Salete nos ensina que o termo “constrangimento pedagógico”, muito embora não tenha sido cunhado por ela, é utilizado como uma ferramenta com grande potencial de, politicamente, problematizar racismo, sexismo, lgbtfobia para cobrar coerência em determinados gestores com relação às políticas, como também **mobilizar outras demandas, inclusive na universidade em relação à produção do conhecimento e às políticas internas**. A pesquisadora relata que a primeira vez que teve contato com o termo foi em São Paulo, ainda adolescente, na voz de um militante durante um debate sobre favela. De lá para cá, ela vem mobilizando “essa história de constranger pedagogicamente” em outros espaços de poder, especialmente no que tange à produção do conhecimento.

Considerado um termo *open access*, o “constrangimento pedagógico” é mobilizado pela linguagem, é uma prática política, ideológica, uma estratégia linguística. Mas ela é também performativa, segundo Salete Maria da Silva “*porque a gente constrange com atos*”, reforça Salete. Ela nos mostra ainda que os constrangimentos pedagógicos são pequenos gestos que vão desde uma pergunta inconveniente a uma cobrança por uma resposta do Estado, passando por questões teórico-metodológicas. Nesse caso, a simples presença na universidade de sujeitos que não preenchem *scripts* hegemônicos, a exemplo de negros, pessoas LGBTQIA+, nordestinos, pessoas com necessidades especiais, ou seja, aquelas para quem historicamente a universidade não foi produzida, de modo que, mesmo estando em silêncio já constitui um constrangimento pedagógico. Em nossa conversa, esclarece Salete Maria:

Nós poderíamos colocar no guarda-chuva do constrangimento pedagógico vários atos, várias palavras, performances, um conjunto de ações e presenças, práticas, enfim que nos convidam, nos tiram das zonas de conforto, deslocam. [...] agora eu acho que ele tem uma potência maior porque envolve as falas, as demandas, as necessidades e a própria presença dos subalternizados, e aí eu gosto de usar para dizer, olha é educativo, mas é um educativo que exige uma mudança de comportamento. (excerto da entrevista, grifos nosso).

Amanaiara Conceição Miranda. Após ouvir um comentário racista em uma loja do Salvador Shopping, localizado na capital baiana, ela resolveu tomar uma iniciativa de convidar os seus pares para debater o conforto da branquitude e realizar o “constrangimento pedagógico.” Criado há pouco mais de dois anos, o grupo já realizou mais de dez atos em locais onde as vítimas sofreram racismo. Segundo Amanaiara, “esse é um trabalho educativo, para chamar atenção. A vítima não precisa estar no lugar, quem precisa somos nós para falar por ela. Porque as vítimas somos todos nós.” Essa é uma ação que poderíamos assim chamar de gesto pedagógico. Ver em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/207965-rolezinho-das-caras-pretas-ato-contra-racismo-surpreende-salvador-shopping.html>.

O constrangimento pedagógico, conforme proposto por Salete Maria, nos convida a um exercício crítico discursivo em contextos de pós-verdade, é uma estratégia contradiscursiva. É, acima de tudo, um gesto de insurgência, por vezes até blasfêmico, um convite ao pensamento crítico, uma provocação, uma convocação, um gesto de afirmação de uma existência científica e epistêmica, muito embora têm sido cada vez mais comum, manifestações de radicalismos, a exemplo da “cultura do cancelamento”.¹²⁸ O constrangimento se faz também tensionando as formas canônicas de produzir eventos acadêmicos.

Os caminhos traçados por cada pesquisador/a dependem de vários fatores. O ponto de partida consiste em analisar os sujeitos em seus contextos, tanto o mais imediato quanto o pano de fundo histórico, político e social mais amplo. Pelo menos, a produção de conhecimento, que, em tese, depende de quem produz, o que produz, como produz, onde produz e para que produz o conhecimento. Ochy Curiel (2020) mostra que a historicização do pesquisador, aspecto já debatido por Donna Haraway (1995) em suas reflexões sobre os saberes localizados, precisa partir de uma ética que transcenda a autodefinição, ou seja, não basta evidenciar o lugar de enunciação, mas precisa levar em conta elementos como a geopolítica, a raça, a sexualidade, o capital social, dentre outros atenuantes. Para Ochy Curiel, além disso, ainda é necessário considerar como produzimos nosso conhecimento, qual o projeto político que está subjacente a essa produção, além dos quadros políticos e institucionais que estamos produzindo.

Aqui um esclarecimento parece oportuno, sem o risco de digressão desnecessária. Cabe destacar que a perspectiva do Pesquisador Encarnado não deve ser confundida com a ideia de um lugar de fala, ou seja, com algo essencializado. Para começar a enfrentar esse debate, considero fundamental problematizar e não polemizar a própria ideia de “lugar”, etimologicamente em suas movências de sentido. Claudia de Lima Costa (2009) tece duas importantes considerações para o entendimento do conceito de lugar tanto como uma categoria analítica quanto como um dispositivo político. O primeiro diz respeito à sua dimensão ontológica que não pode ser tomada como algo reificado. O segundo refere-se à compreensão de que, quando falamos em lugar, estamos diante do múltiplo, fraturado por diferenças e tensões. Assim sendo, torna-se impossível de ser representado através de modelos binários de relações de poder.

¹²⁸ Apenas me refiro à cultura do cancelamento como um movimento bastante radical de se fazer um certo constrangimento. Não estou aqui fazendo defesa a favor ou contra a cultura do cancelamento, mas exemplificando como um movimento ideológico complexo em tempos de interações mediadas por redes telemáticas.

No âmbito da Análise do Discurso, operamos com a ideia de condições de produção dos discursos, princípio basilar para entendermos o papel ideológico dos enunciados. Conforme colocamos no capítulo sobre as questões metodológicas, neste estudo, levamos em consideração as condições de produção desses discursos – pessoal e institucional –, em contextos variados, além dos operadores que mobilizam o campo comum de cada grupo de pesquisa. O campo teórico-epistemológico e metodológico no qual o pesquisador enuncia dentro de um campo de forças tende a produzir pontos de vistas próprios, particulares. No entanto, esse comum partilhado em um grupo, intrínseco à própria concepção de grupo de pesquisa, não pode, sob pena de exclusão do outro, do dissenso, ser capturado como propriedade de alguns. O plano do comum não deve ser confundido com um consenso acrítico, mas um abrir-se para as relações interpessoais, intergrupais. Pensado dessa forma, produziremos “coletivos identitários por meio dos quais podemos criar condições para o acesso do sujeito ao seu plano de subjetivação.” (KASTRUP; PASSOS, 2014, p. 26).

A experimentação, princípio da experiência, é uma dimensão que atravessa o saber fazer do Pesquisador Encarnado, acontece no entrelaçamento do plano coletivo e público. Ninguém detém o poder de um conceito ou uma teoria acerca de qualquer que seja o objeto investigado, ainda que ela esteja inclusive orientada pela lógica da paixão. Segundo Larrosa (2016), não se pode captar a experiência a partir da lógica da ação, mas a partir do sujeito com sua agência, uma reflexão sobre isso enquanto sujeito passional. Desse modo, a paixão é uma modelagem pedagógica na qual se desprende uma epistemologia e uma ética, talvez inclusive uma política ou movimentos políticos, que de certo modo, é uma modelagem pedagógica. No entanto, conforme coloca Kastrup e Passos (2014, p. 24, grifos nosso):

Embora seja importante para a pesquisa contar com a participação daqueles que podem falar de dentro da experiência, limitá-las àqueles que possuem essa precondição não é de modo algum garantir seu sucesso. A aposta da cartografia é na construção coletiva do conhecimento por meio de uma combinação que pode parecer, à primeira vista, paradoxal: *acessar e, ao mesmo tempo, construir um plano comum entre pesquisadores e pesquisadoras.*

Assim, a força do/a Pesquisador/a Encarnado/a é uma força performativa que não se fecha em uma identidade unívoca e acabada, portanto, em lugares fixos. O lugar de fala é o lugar do Pesquisador Encarnado porque a ele se atribui voz e agência, mas é também o lugar de escuta, porque como movimento performativo, ele se “instaura” no diálogo. Nesse sentido, o sujeito Pesquisador/a Encarnado/a se abre para experimentações e elaborações teórico-práticas provisórias, porém com o potencial de promover torções e deslocamentos na produção de um conhecimento científico, até então pautado em narrativas hegemônicas.

O/A Pesquisador/a Encarnado/a é uma espécie de cartógrafo/a movido/a pelo desejo de reinvenções criativas. Desse modo, a cartografia do/a pesquisador/a) é produzida nas aberturas para “desaprendizagens” e modelagens éticas e estéticas “próprias e apropriadas”, conforme coloca Galleffi (2014), bem como nas experimentações teórico-epistemológicas orientadas pelo compromisso com a mudança social e as justiça, um movimento que produz certas insurgências na escrita, ainda que a escrita acadêmica seja produzida dentro de normas próprias.

A escrita também compreende um gesto encarnado nesse modo “próprio e apropriado” de produzir e difundir conhecimento. O agenciamento da escrita é um agenciamento epistêmico. Podemos dizer que a escrita é ela mesma tomada como experiência, como gesto através do qual ele se faz reconhecer e conduz deslocamentos de lugares, em qualquer forma de agenciamento possível, toda a sua forma de existência é confrontada a todo tempo com um modelo de capitalismo predador e o recrudescimento dos regimes totalitários e neoliberais. A escrita é um gesto encarnado de existência – ontológica e epistêmica –, como também de resistência.

Ilustra bem essa discussão o depoimento de Maira Kubík Mano publicado em sua página pessoal no Facebook,¹²⁹ ela é pesquisadora do NEIM com quem também conversamos. Na postagem, ela relata sua inquietação com a escrita acadêmica no atual contexto, mergulha nas memórias de suas experiências com a escrita desde a infância, sua passagem pelo jornalismo e a posterior mudança de profissão com a sua entrada na carreira acadêmica. O relato da pesquisadora nos convida a uma reflexão sobre a perda da voz no tempo presente:

[...] perdi a minha voz. Justo em uma época de afirmações de si, onde emerge a necessária busca por identidades há muito subalternizadas. Exatamente agora, em um momento de fasticização social, em que é urgente declarar humanidade e afirmar a vida. Tornei-me de novo a criança que fica retraída diante de uma nova dinâmica e que precisa de tempo para acostumar-se aos enquadramentos que se exige dela para, após compreendê-los, conseguir, outra vez, ganhar a liberdade, reinventando o seu entorno (lecionar epistemologias feministas é uma coisa, aplicá-las é outra). (excerto da entrevista).

Muito embora os sentidos de grupo foram sendo discutidos desde o primeiro capítulo quando apresentei a perspectiva do Pesquisador Encarnado e nela me inseri como parte de uma modelagem coletiva, essa discussão foi se ampliando ao longo da tese. No próximo capítulo, passaremos a discuti-la de modo mais sistematizado, agregando autores e autoras de vários campos do conhecimento, além de serem subsidiadas com a incorporação das sínteses conclusivas da análise contrastiva dos grupos e os horizontes da gestão já devidamente

¹²⁹ Ver: <https://www.facebook.com/mairakubik>.

apresentados como formas de existências e resistências dos grupos: existência ontológica, epistêmica e, a seguir, **a existência coletiva**, pensada a partir da ideia de grupo.

Conforme vimos nas seções anteriores, quando o/a pesquisador/a assume a gestão do conhecimento com todas as suas implicações políticas, institucionais e organizacionais, há pelo menos dois caminhos a seguir. O primeiro deles é se associar com outros pesquisadores/as em um grupo de pesquisa já existente com projetos em andamento, seja produzindo ações coletivas e/ou eventos em parceria. Ainda assim, essas alianças não acontecem sem a existência de afinidades pessoais e interesses temáticos, teóricos, metodológicos e políticos, ou como forma de viabilizar projetos e atender a certas exigências institucionais ou de agências de fomento que cada vez mais têm incentivado o associativismo. Outro caminho, mais comum e desejado, é quando o/a pesquisador/a cria “o seu próprio grupo de pesquisa”, no qual ele pode exercer um certo protagonismo visto que é o proponente do grupo, detendo certo controle sobre o andamento das ações, viabilizando-as visto que detém a autoria do grupo como um projeto individual, mas que ganha forma no âmbito coletivo.

No entanto, a análise em curso dos grupos de pesquisa que aqui se desenvolve, aponta para uma outra ideia de gestão do conhecimento. Para tanto, teremos que promover desvios em suas rotas morfológicamente seguras porque pretendem-se calculáveis e previsíveis. Além disso, precisaremos repensar o próprio papel de gestor do conhecimento que na condição de líderes de grupos detêm o poder de decisão, de liderança e a autoridade textual dentro de um grupo, ainda que consideremos as nuances dessas relações quando se mostram mais dialógicas e horizontais em alguns casos. Por outro lado, eu mesmo enquanto Pesquisador Encarnado e membro de um grupo de pesquisa, tento me investir dos desafios do/a Analista Cognitivo que se debruçará não somente sobre a complexidade dos processos, mas principalmente dos sujeitos em um movimento de *trans*-formação que, segundo Messeder e Galeffi (2019, v. 1, p. 9, grifos nosso) pressupõe:

[...] o estabelecimento de outro *plano de imanência e outro plano de referência*, outra concepção filosófico-epistêmico-científica, outro plano de composição e suas aberturas éticas e estéticas diferenciais. É preciso agora lidar com as novas dinâmicas da sociedade global instituída e suas redes intermináveis de semióticas múltiplas, sem, entretanto, pretender *homogeneizar os processos produtivos apenas para melhor, dominar, submeter e controlar*.

O/A Pesquisador/a Encarnado/a em seu devir insurgente realiza experiências cognitivas na medida em que a complexidade que se quer alcançar se projeta na dimensão ética, estética, política de modo articulado. Desse modo, o pensar efetivamente de modo complexo dialoga com a ideia de teoriação polilógica galeffiana (GALEFFI,-2009) ao sugerir

um movimento crítico acerca de quaisquer dicotomias, especialmente mente/corpo, conhecimento/ação, razão/emoção. Na epistemologia galeffiana, a teoriação polilógica, cujo nome já aponta para esse múltiplo enquadre de teoria-ação (prática), perspectivação, desterritorialização e apropriação de potências, pode ser entendida como um metaponto de vista que opera para além dos limites da razão monológica e das especializações disciplinares. Esse movimento poliético vai exigir novos agenciamentos e novas fissuras no conhecimento sedimentado, aciona outras reverberações epistêmicas, outras conectividades e um *ethos* sempre renovado do e da analista.

Nessa perspectiva, o Analista Cognitivo deverá ter sempre uma atitude de abertura. A Análise Cognitiva não se furta a uma crítica ao conhecimento científico produzido na academia cuja formação consiste em perceber o mundo em sua complexidade, e perceber-se nessa condição de analista. O Analista Cognitivo não pode se furtar a uma crítica e essa racionalidade de que é preciso homogeneizar para atingir as metas da ciência capitalista, quer seja, dominar, submeter ou controlar.

CAPÍTULO IV

5 O PESQUISADOR ENCARNADO E A GESTÃO ORGANIZACIONAL NA E DA ACADEMIA BAIANA DOS ESTUDOS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E *QUEER*: GRUPOS E SUAS EXISTÊNCIAS

O Pesquisador Encarnado entra nas tramas da grupalidade de/da gestão organizacional

Neste capítulo, iremos nos debruçar sobre a gestão organizacional, dimensão já apontada como constitutiva dos horizontes da gestão encarnada, mas que será adensada a partir do diálogo com o campo empírico que são as existências orgânicas e inorgânicas dos dez grupos de pesquisas selecionados para compor o *corpus*. Se vamos acolher os grupos de pesquisas como organizações, que tipo de organização é forjada em grupos de pesquisas? Como essa organização se estrutura? Quais são as suas especificidades e como se relaciona com os outros horizontes da gestão? Para tentar responder a essas perguntas, iremos inicialmente discutir os sentidos da grupalidade a partir de múltiplas referências como as pistas do método cartográfico, as teorias feministas e do referencial teórico sobre grupos evocando categorias como experiência, subjetividade e a própria modelagem do Pesquisador Encarnado no/com o Grupo Enlace. Com isso, passo a ampliá-la para grupo de pesquisa e grupo de pesquisa feminista e *queer*. Primeiro, trataremos de grupo enquanto grupo para em seguida nos debruçarmos sobre grupo no âmbito de uma racionalidade científica e de uma racionalidade feminista. Na segunda parte, iremos apresentar os dez grupos que tratam da temática do gênero e diversidade sexual acolhendo a modelagem do CNPq para, em seguida, agregar outras informações necessárias ao reconhecimento de suas existências. Por fim, faremos uma análise contrastiva dos grupos apresentados circunscrevendo os aspectos organizacionais da gestão.

5.1 EXISTÊNCIAS COLETIVAS: A IDEIA DE GRUPO, GRUPO DE PESQUISA, FEMINISTA E *QUEER*¹³⁰

A entrada do sujeito encarnado no plano comum da pesquisa...

¹³⁰ Esta seção é uma versão bastante ampliada e adaptada aos propósitos da tese do artigo publicado na *Revista Espaço Acadêmico* durante o processo da pesquisa. Conferir em: Nascimento (2020b).

Figura 7 – Ilustração inspirada na logomarca do Grupo Enlace



Fonte: elaborada pelo autor.

No primeiro capítulo, acessei o plano da pesquisa – da cena enunciativa e da ação – considerando a possibilidade de existência do Pesquisador Encarnado, ou seja, de um sujeito da experiência produzindo conhecimento científico-encarnado. Com esse gesto, me expus e propus, com os riscos que há de se ter, a uma aposta de produção de conhecimento científico com as implicações éticas e políticas deflagradas no acontecer experiencial e experimental do núcleo de pesquisa Enlace, até aqui, meu lugar de pertencimento, para pensar uma espécie de cartografia da grupalidade, que espero adensar no diálogo com os demais grupos.

Partindo desse ponto, após ter me debruçado sobre as gestões da vida e epistêmica, iremos problematizar mais fortemente a ideia de grupo e, mais especificamente, a ideia de grupo de pesquisa levada a cabo no percurso da tese, sempre tendo em vista um olhar contrastivo entre a modelagem do CNPq e aquela que se faz-fazendo no dia a dia de cada corpo múltiplo e no ser-sendo que é sempre um processo de experimentação e encontro de múltiplas experiências. Para tanto, passarei a mobilizar conceitos, experiências e transingularidades¹³¹ que sustentam uma ideia de **gestão organizacional encarnada**.

A imersão nas experiências nesses dez grupos de pesquisa me levou a (re)pensar a noção de grupo como organização nos seus aparatos constitutivos, fluxos, vetores e

¹³¹ A ideia de transingularidade aqui colocada vem de Macedo (2018). Para esse autor, as compreensões experienciais não se adequam a estudos comparativos e sim contrastivos, nos quais não perdemos os termos da singularidade. Nesse sentido, os resultados precisarão ser avaliados a partir de seus contextos, a partir de experiências transingulares. Isso porque reconhece-se que os saberes da experiência são irredutíveis, não simplificáveis, nem se acomodam às naturalizações.

movências de sentidos, mas também me colocou diante dos desafios e limitações do próprio estatuto do que seja uma “pesquisa participativa” com um devir cartográfico. Com isso, me coloquei no âmbito da problematização na medida em que:

[...] ela elabora para suas propostas as condições nas quais possíveis respostas podem ser dadas; define os elementos que constituirão aquilo que as diferentes soluções se esforçam para responder. Essa elaboração de uma dada questão, essa transformação de um conjunto de complicações e dificuldades em problemas para os quais as diversas soluções tentarão trazer uma resposta é o que constitui o ponto de problematização e o trabalho específico do pensamento. (FOUCAULT, 2010, p. 48).

Nessa trama do sujeito encarnado tal qual venho ensaiando algumas de suas possíveis pistas, não cabe a ideia de indivíduo nos termos que tem sido colocado historicamente por uma leitura ainda individualista de grupo, abordagem muito comum na Psicologia tradicional. Nesse sentido, compreender as estratégias de grupo que se deixam entremear entre os discursos e as ações capturáveis no per(curso) do saber fazer da pesquisa com/sobre pesquisadores/as é o ponto de partida.

No dicionário *Dicio: dicionário on-line de Português*, vamos encontrar o verbete “grupo” definido como “conjunto de pessoas ou de objetos reunidos num mesmo lugar, que formam um todo. Conjunto de pessoas que apresentam o mesmo comportamento e a mesma atitude, e a mesma atividade, e com um objetivo comum que condiciona a coesão de seus membros”. Como podemos observar, essa definição de grupo reserva alguns sentidos, na minha leitura, problemáticos, na medida em que evoca uma mesma espacialidade, “num mesmo lugar”, operando com a homogeneidade, unidade e idealização de comportamentos e atitudes, além de trazer a ideia do “comum” como condição para a coesão em termos de grupo. Esses pontos serão discutidos ao longo desta seção e, evidentemente, se ampliarão para a seção seguinte na qual cotejaremos os grupos a partir da modelagem institucional que é o CNPq e suas outras existências para além dela.

Para Anderson Ferrari,¹³² “*um grupo de pesquisa é um envelope em branco.*”¹³³ Ao fazer essa analogia, o pesquisador nos convida a pensar a polissemia da construção discursiva “grupo de pesquisa” nos situando no debate a partir de nossas múltiplas experiências enquanto espaço e tempo da coletividade, das relações de pertencimentos e formação de um “corpo” grupal. Por isso mesmo, ao trazer a metáfora do “envelope em branco”, Ferrari sugere uma

¹³² Professor e pesquisador do campo de gênero e sexualidade da UFJF com mestrado e doutorado em Educação.

¹³³ Fala pública proferida no V Seminário do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidades cujo tema foi “As pesquisas em Relações Étnicas: discriminações e proposições”, evento realizado na cidade de Jequié (BA), no *campus* da UESB (22 a 24 de março de 2019). A palestra intitulada “A formação da(o) pesquisador(a) nos cursos de pós-graduação: produção intelectual e inserção nos grupos de pesquisas” foi apresentada em 22 de março de 2019.

visada para a complexidade, precariedade e potência inventiva presentes da ideia de grupo para pensar mais acertadamente os processos.

Assim, ao dizer “envelope em branco”, tem-se no horizonte um projeto, uma rede de sentidos em uma formulação desejante de “ser grupo”, um desejo que é um saber-poder que opera na produção das subjetividades, uma aposta, uma proposta, um investimento e uma promessa. Um grupo no seu acontecer constitutivo é um fazer-se permanente cuja força geradora de grupalidade emana princípios éticos e composições entre relações e poderes (DELEUZE, 2002). Pensando a ética como composição, Pelbart (2007, p. 2, grifos nosso) coloca que:

Num *plano de composição*, trata-se de acompanhar as conexões variáveis, as relações de velocidade e lentidão, a matéria anônima e impalpável dissolvendo formas e pessoas, estratos e sujeitos, liberando movimentos, extraindo partículas e afectos. É um *plano de povoação e de contágio*. Num *plano de composição* o que está em jogo é a *consistência* com a qual ele reúne elementos heterogêneos, disparatados.

Assim, o sentido de um grupo não estará na suposta unidade, mas na sua **consistência coexistente diversa** de movimentos de ocupação e afetação. A ideia de um corpo grupal nunca será algo pronto e acabado, mas sempre um vir a ser, uma espécie de “corpo sem órgão”¹³⁴ para dialogar com Deleuze e Guattari (2012). Para acessar a ideia de grupo, faz-se necessário compreendê-lo em sua gênese, no movimento mesmo de produção interna e externa ao indivíduo. De toda forma, um grupo não deve ser pensado apenas pela noção de indivíduo porque são categorias que se mostram insuficientes para explicar sua complexidade e multiplicidade. Dessa forma, retomando a definição do dicionário *Dicio: dicionário on-line de Português*, é no mínimo simplista reduzir a ideia de grupo a uma reunião de indivíduos, tampouco imaginar o mesmo comportamento e a mesma atitude.

Nessa dinâmica, o envelope em branco como metáfora é um fulcro que dará espaço ao acontecimento, pelo sujeito que deixa ser afetado, ser tocado, ou seja, que tem a capacidade da experiência nos termos propostos por Larrosa (2016, p. 25, grifos nosso):

[...] A experiência, a possibilidade de que algo aconteça ou nos toque, requer *um gesto de interrupção*, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, para olhar, para escutar, pensar mais devagar, olhar mais

¹³⁴ Corpo Sem Órgão ou CsO não é exatamente um conceito, mas um modo de ser, um modo de se produzir e produzir a existência. Essa formulação aparece na obra de Antonin Artaud *Os escritos de Antonin Artaud* (1983). No entanto, vai ser posteriormente explorado por Gilles Deleuze e Felix Guattari em *O anti-intelectualismo nazi-capitalista emergente e o papel do conhecimento científico, filosófico, artístico como resistência crítica e criadora na difusão social do conhecimento* (2020) e *Mil Platô: capitalismo e esquizofrenia* (2012).

devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Dialogando com Peter Pál Pelbart (2007, p. 1) “[...] somos um grau de potência, definido por nosso poder de afetar e de ser afetado, e não sabemos o quanto podemos afetar e ser afetados, é sempre uma questão de experimentação.” Estar em um grupo preenchendo coletivamente esse espaço que é o envelope em branco requer abertura ao outro, às diferenças, um aprender a colocar-se nessa zona de experimentação que é harmonia, mas, acima de tudo, conflito, isto é, implica operar com os consensos e dissensos. Isso significa que envolve paixões como a tristeza, a raiva, a competição, afetos negativos que diminuem a potência do agir, mas também a alegria como aumento da potência de agir. A constituição de um “corpo múltiplo” pressupõe relações de velocidade e de lentidão, no entanto, **a consistência desse conjunto é produzida na condição aprendente.**

Vamos aprendendo a selecionar o que convém com o nosso corpo, o que não convém, o que com ele se compõe, o que tende a decompô-lo, o que aumenta sua potência de existir. O que a diminui e, por conseguinte, o que resulta em alegria, ou tristeza. Vamos aprendendo a selecionar os nossos encontros e a compor, é uma grande arte. (PALBERT, 2007, p. 1).

Com isso, um grupo de pesquisa como composição e decomposição que se realiza a partir de encontros que proporcionam uma estética da existência é também (com)formado por aqueles sujeitos que não se expõem devido a uma “incapacidade” de ser passagem, de ser experiência. Como bem nos lembra Larrosa (2016, p. 26), incapaz é aquele “[...] que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se ‘ex-põe’.” Pensando com a cartografia, um grupo é um acontecimento que só terá espaço via experiência, um movimento que está aquém e além do indivíduo. É, portanto, nesse intermédio que se produz o coletivo de forças que é um efeito do plano individual com o plano coletivo. Para Kastrup e Passos (2014), a noção de coletivo precisa superar a visão dicotômica entre esses dois planos. Segundo as autoras, essas relações são estabelecidas entre o plano das formas e o plano das forças, zona de criação na qual se processam as mudanças.

Sobre isso, é necessário dizer, também, que o plano de forças é produtor de zonas de ruptura e cisão, de linhas de fuga, da impossibilidade de coexistência no âmbito grupal quando não se permite aberturas múltiplas nas quais as afetividades estão presentes de maneira viva e pulsante. Com isso, o que se busca é uma arrumação do campo no sentido de

tensionar essa dicotomia que organiza toda uma concepção dominante de grupo, ainda estruturada pelos pares forma/conteúdo, processo/produto, individual/coletivo.

Segundo Virginia Kastrup e Passos (2014), um grupo no seu devir cartográfico, está para além das formas hegemônicas de organização das instituições, ou seja, da verticalidade que hierarquiza e da horizontalidade que iguala. O elemento desestabilizador desses eixos é a transversalidade, funcionando para demolir fronteiras e promover um campo comum. Nesse aspecto, segundo Kastrup e Passos (2014), a transversalidade desestabiliza o campo disciplinar na medida em que promove atravessamentos de diferentes domínios do conhecimento, provoca interlocuções e diálogos entre saberes. Esse movimento grupal favorece a formação do Analista Cognitivo na medida em que se abre para a multiplicidade e a complexidade. Assim, nesse “envelope em branco” vai se produzindo essa noção de comum a todos os envolvidos com o duplo sentido de partilha e pertencimento. Por isso mesmo:

[...] não sendo algo que possa supor já dado, o comum se produz por procedimentos que vão a jusante da experiência, acompanhando as práticas concretas que ‘*comunam*’, uma vez que realizam partilha de um bem comum e, conseqüentemente, criam o efeito de pertencimento. É comum o que na experiência, é vivido como pertencimento de qualquer um ao coletivo. Trata-se de um conceito político por excelência, já que comum é a experiência de ‘decisão concertada’ a que somos convocados e mesmo forçados a fazer na partilha do coletivo. (KASTRUP; PASSOS, 2014, v.1, p. 20, grifo do autor).

Sendo assim, ao menos no interior desta leitura, teríamos de admitir que o plano comum se distancia das abstrações e abre-se para concretudes que são compartilhamentos múltiplos, práticas, gestos, vetores de relações de afeto e pertencimento. Virginia Kastrup e Passos, (2014) chama a atenção para os riscos desse comum ter o seu sentido capturado como território privado de alguns, transformando a linha de partilha em uma barreira excludente. Nesse sentido, apostar em pontos de vista próprios e pessoais é uma forma de confundir o comum com o homogêneo. É, portanto, nos interstícios das conexões produzidas a partir do cotidiano de forças que um grupo é produzido. Seguindo essa mesma lógica, uma reunião de pesquisadores/as, qualquer que seja a sua configuração, área de atuação, qualquer que seja a formação, não é inequivocadamente um grupo. Um grupo de pesquisa é um acontecimento no sentido de construção coletiva, formação, articulação de processos de des(re)aprendizagens múltiplas. Segundo Virginia Kastrup e Passos (2014), para você transformar um conjunto de indivíduo em um grupo há um processo a ser feito, uma dimensão externa a ele que deve ser considerada.

Assim sendo, um grupo de pesquisa é sempre uma idealização, mas com um devir utópico-producente como força propulsora de ser grupo em algum momento. Grupo é assim um significante em disputa, eivado de possíveis interpretações e intensidades, inclusive nos seus objetivos e eixos nos quais se estruturam. Grupo de pesquisa é, portanto, o lugar onde se espera encontrar uma certa unidade na diversidade, um conjunto solidário. Com isso, privilegiar os processos em detrimento da forma, como um modo de gestar, de produzir conhecimento, é uma dimensão estruturante de processualidade do coletivo.

Conforme ressalta Kastrup e Passos (2014), em um coletivo mobilizado pelo fazer cartográfico a ideia de grupo vai precisando da ideia de grupalidade, assim como a noção de sujeito foi também precisando da noção de subjetividade,¹³⁵ tirando de cena a forma para entrar os processos que produzem formas. Além disso, objetivamente, outras problemáticas precisam ser aventadas como a própria experiência de pertencimento. Em muitos casos, a racionalidade para as pessoas se juntarem em grupos de pesquisas acontece em função de variados fatores, dentre eles, **as afinidades temáticas, preferências teóricas e ou metodológicas, relações afetivas**. Grupos de pesquisas são, de alguma forma, comunidades epistêmicas, aqui pensadas como comunidades cognitivas específicas que mantêm uma relação direta com o conhecimento.

O comum em um grupo não pode ser confundido com um desejo de totalidade e univocidade, mas sugere uma aptidão para conectar visões parciais que formarão um coletivo complexo. Um grupo de pesquisa é uma organização que tem uma cultura própria com suas normas e acordos institucionais e produz-se no cotidiano de práticas sociais nas universidades públicas. Tudo isso acontece sem desconsiderar o plano macro da cultura científica comum e de sua organizacionalidade que informa a produção científica nas universidades brasileiras, regulamentada pelos núcleos de pesquisas das universidades, nas coordenações nacionais a exemplo do CNPq, dos organismos de fomento como as fundações estaduais de amparo à pesquisa e da própria Capes.

Entretanto, a melhor definição de grupo de pesquisa será sempre aquela produzida no acontecer das práticas, de sujeitos que vivenciam cotidianamente essa experiência, é aquela tecida nas afetações e diálogos, no ser sendo de cada ajuntamento, nas relações de forças e no modo de tornar possíveis existências e resistências. O líder de um grupo com o qual dialoguei, interlocutor desta pesquisa, define grupo de pesquisa como sendo:

¹³⁵ Cabe ressaltar que para se entender a problemática da evolução do sujeito, pelo menos em Foucault, há que se considerar uma abordagem histórica da questão da subjetividade. Nessa direção, Foucault (2004) entende que o sujeito não é uma substância, mas uma forma. Com isso, Foucault tenta levar a cabo “uma história do sujeito” ou dos modos de subjetivação que atravessam grande parte da sua obra.

[...] *uma* equipe produtora de conhecimento, que compartilha etapas, angústias e saberes, que tem consensos e dissensos, *mas que tem um* núcleo comum de conhecimento. *Esse* conjunto de pesquisadores e pesquisadoras dos mais variados níveis, da graduação à pós-graduação que produzem conhecimento juntos, *dialogam, compartilham conceitos, métodos, visões de mundo, mas eu estou falando nos seus consensos e dissensos, não precisa todo mundo concordar.* (excerto de entrevista, grifos nosso).

Da fala do pesquisador, depreende-se algumas considerações que me parecem relevantes de serem comentadas e, em certa medida, relativizadas e suspeitadas em suas significações. E aqui me lanço meramente na construção de sentidos dos enunciados, sem qualquer juízo de valor sobre o que foi discursivamente produzido. Etimologicamente, o substantivo “equipe” refere-se a um conjunto de pessoas que se dedicam à realização de um mesmo trabalho, mas que também de forma ambígua, joga com o sentido de competição, principalmente nos usos como sinônimo de “time”, como em “um time de vendedores”, “um time de colaboradoras”, “time de futebol” relacionado a uma empresa. É preciso pensar na construção de sentido contaminado por uma ideologia capitalista de grupo. Nesse caso, a ideia de time transborda do campo semântico dos esportes para a área da administração e gestão de pessoas.

Não se pode perder de vista que estamos falando de um **campo do conhecimento específico, ou seja do acadêmico** que se difere de tantos outros como, por exemplo, o religioso e o político. O campo¹³⁶ científico, conforme coloca Bourdieu (2004), possui certas propriedades específicas, ou seja, o mundo da ciência assim como o mundo econômico é marcado por relações de forças, que são de certo modo, relações que implicam em uma apropriação dos meios de produção e de reprodução. Pertencer a um grupo de pesquisa é estar em uma organização na qual nos defrontamos com construções sociais concorrentes, ou seja, com:

[...] representações realistas que se pretendem fundadas numa ‘realidade’ dotada de todos os meios de impor seu veredito mediante o arsenal de métodos, instrumentos e técnicas de experimentação ‘coletivamente acumulados e coletivamente empregados, sob a impossibilidade das disciplinas e das censuras do campo e pela virtude invisível da orquestração dos *habitus*’. (BOURDIEU, 2004, p. 33, grifo do autor).

¹³⁶ É importante destacar que, para Bourdieu (2004, p. 20), “a noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou subcampos) científicos será precisamente acerca do grau que eles usufruem.”

Segundo Vinck (2007), durante o século passado, predominaram pelo menos duas formas de organização institucional da ciência: a da comunidade científica e a dos núcleos ou grupos de pesquisa. Para ela, a primeira forma foi incapaz de produzir de maneira significativa a ciência que ela propunha, como também foi incapaz de manter a sua reprodução; enquanto a segunda forma – os grupos de pesquisa – foi responsável por um desenvolvimento acelerado tanto da pesquisa básica como da pesquisa aplicada. Ainda para Vinck (2007), desde algum tempo, a imagem do pesquisador solitário, trabalhando numa condição individual, parece cada vez mais rara no cenário da produção científica mundial. Os grupos ou núcleos de pesquisa se impuseram como arranjo privilegiado da organização da ciência, gerando e apoiando, inclusive, uma nova forma da produção científica.

A questão ética é importante nesse debate. Para deixar claro, estamos chamando de ética, para Deleuze “modos de existência” e para Foucault “estilos de vida”. Deleuze (2010) entende que esses modos de existência não podem ser apenas do âmbito da estética, mas também da ética. Se por um lado a moral diz respeito a regras coercitivas que consiste em julgamento de ações como certo e errado, em função de um modo de existência, a ética tem a ver com regras facultativas encarregadas de avaliar o que fazemos e dizemos, tudo isso está implicado nos modos de existência.

Do diálogo com Mãe Stella de Oxóssi, Messeder (2015) e Messeder (2020b) propõe ainda uma leitura de compromisso que dialoga com a ancestralidade e vice-versa e nos ajuda a ética grupal. Na sua leitura, Mãe Stella estaria nos mostrando um caminho de conciliação entre aliança e compromisso na medida em que, por um lado, respeita a tradição sem romper com a base hierárquica estruturante da sua comunidade de pertença, e, por outro lado, procura garantir sua autonomia como um modo de existência, mostrando assim a sua capacidade de operar na complexidade e nos processos de coexistência.

Após tratarmos do grupo de modo mais geral e introduzir a discussão sobre grupo de pesquisa, imaginamos que quando o Pesquisador Encarnado fala a partir do campo dos feminismos, acrescentamos novos recortes sobre o debate. O que acontece quando adicionamos as adjetivações feministas e/ou *queer* a esse debate? Ao adicionarmos ao significante grupo de pesquisa à qualificação “feminista”, grupo de pesquisa *queer*, grupo de pesquisa em gênero e sexualidades dentre outras nomeações, estamos diante de adjetivações que importam. Nesse caso, dizendo mais do campo teórico-epistemológico sobre o qual operam os seus membros do que efetivamente das práticas de pesquisas subjacentes a essas existências e produções. Como se dá esse modo de fazer que é do e no coletivo e como essa tal dinâmica de produção

grupar permitiu o avanço na produção desse campo cuja marca é **a indissociabilidade do que se conhece com o como se conhece**.

Ao partir desse entendimento, dois esforços são mobilizados: a) o primeiro no sentido de entender a **natureza do grupo**, ou seja, a sua organização em termos do que se cria (daí as variações e funções que desempenham, as razões/motivos porque estão reunidos em grupo), quer seja a denominação grupo de pesquisa, grupo de estudo, grupo de ação política, coletivo, dentre outras; b) a construção de **sentidos dos grupos**, isto é, aquilo que se faz do grupo/no grupo/com o grupo, pelo grupo, aquilo que o grupo deseja enquanto alianças e projetos, aquilo que concretiza como ação que dá um significado a ideia de grupo.

Creio que nessa alquimia entre a natureza e o sentido do grupo, podemos nos debruçar sobre os objetivos de cada um na relação entre o desejo de grupo¹³⁷ e a emergência das ações intencionais ou não, como isso tudo produz uma rede afetivo-cognitiva, um modo de pensar e produzir movimentos políticos no/pelo coletivo, sem com isso atribuímos um juízo de valor. Sem, contudo, mensurar essa produção usando a mesma métrica na qual estamos querendo questionar (a métrica da produtividade científica, a métrica do lucro). É preciso nos atentar para uma produção do conhecimento cuja dinâmica de saberes se entrelaçam para produzir uma prática acadêmico-científica que se caracteriza por um fazer-fazer, ou seja, teoria e prática de modo indissociável se fundem em uma práxis ativa e vibrante que se processa na dinâmica mesma de produção de afetos.

Estamos diante de uma produção de conhecimento que não se separa do afeto, caminham juntos, não como complemento, mas advém de uma certa economia afetiva, de uma política dos afetos, um certo afeto feminista. De certo que estamos entendendo afetos como política, afetos políticos que geram alianças e compromissos. Fran Demétrio,¹³⁸ líder do LabTrans, em nossa conversa, fez uma relevante reflexão acerca do entendimento do que seja um grupo de pesquisa:

Quando a gente descobriu que ali não era um núcleo de pesquisa, mas um núcleo de afeto, de acolhimento, mudou. Eu diria que hoje a gente primeiro gera o acolhimento. A maioria são estudantes LGBTs, passando pelas opressões estão se revisitando nas suas perspectivas, nas suas resistências, o respeito um pelo outro, pela diversidade, pela diferença de cada um, a cooperação é um dos eixos, um cooperar com o outro na medida do possível, participação nos processos de implicação, envolvimento, não desenvolvimento, não retira o desenvolvimento,

¹³⁷ Estou usando aqui a expressão “desejo de grupo” pensando com Suely Rolnik (2014, p. 37), isto é, desejo como produção de artifício, isto é “a diferença nela mesma”, como movimento de afetos e simulação desse artifício, de encontro de corpos, movimento de uma produção de energia (intensidades) e semiótico (de sentidos) que surgem dos agenciamentos.

¹³⁸ Fran Demétrio coordena o LabTrans da UFRB.

mas, a gente trabalha mais com a noção de envolvimento. *Digo isso porque eu acredito que desenvolver é capitalizar, agora envolver é humanizar.* (excerto da entrevista, grifos nosso).

Como podemos observar no depoimento de Fran Demétrio, a função de grupo de pesquisa está projetada para o lugar do cuidado, zona de implicação e negociação, lugar da experiência, essa forma histórica de constituição de sujeitos do conhecimento que se instaura na relação do sujeito consigo mesmo e com os outros. Para Maira Kubik Mano, uma das nossas entrevistadas que é a atual coordenadora do NEIM, destacou que **“um grupo de pesquisa pressupõe um posicionamento político, um vínculo entre as pessoas, afeto, construções cotidianas que implicam na transformação da realidade, mas nesse caso teria que vir com a palavra ‘feminista’ junto.”** É preciso, contudo, ter em mente que a denominação “feminista” não forma uma unidade, um campo homogêneo, mas remete à fragmentação, é eivado de disputas, múltiplo e cheio de clivagens teóricas e epistemológicas. Como bem coloca Sônia Alvarez (2016, p. 20):

Os fluxos do campo feminista resultam das suas interações dinâmicas com os campos de poder nos quais ele se insere em uma determinada conjuntura histórica. E tais contextos mais amplos, por sua vez, permitem, facilitam, ou até incentivam certas expressões, discursos, e práticas feministas, ao mesmo tempo em que sempre limitam, disciplinam, circunscrevem, reprimem ou até criminalizam outras. Contudo, os campos erguem-se, se estabilizam, reconfiguram-se, reconstróem-se, e periodicamente, se desconstróem e/ou desembocam ou geram novos e distintos campos. As (re)configurações do campo feminista também são produto de mudanças nas alianças e disputas internas e das transformações nas coligações e conflitos com outros campos movimentistas.

Para Safatle (2016), as transformações políticas efetivas não mudam somente os modos de circulação de bens, mas principalmente interferem nos regimes das economias psíquicas e nas dinâmicas dos vínculos sociais. Ou seja, as transformações políticas, ainda de acordo com Safatle, modificam também o circuito dos afetos¹³⁹ que produzem corpos políticos, individuais e coletivos. Dessa forma, para vivenciar as transformações de acontecimentos que começam a se fazer-sentir, esse movimento encarnado que estamos falando, é necessário nos deixar afetar por novas corporeidades e formas de ser. Para tanto,

¹³⁹ É importante destacar que que “afeto” é uma palavra polissêmica. Espinosa divide os afetos em ações e paixões, primitivos e compostos, bons e maus. Para Espinosa, os afetos primitivos se reduzem a três: o desejo, a alegria e a tristeza. No entanto, quando aqui utilizado, o conceito de afeto dialoga com o pensamento de Gilles Deleuze e Felix Guatarri, com desdobramentos na obra de Suely Rolink (2018). Assim como o percepto não deve ser confundido com a percepção, o afeto não deve ser também confundido com emoção psicológica – afeição, carinho e ternura –, sentido muito usual nas línguas latinas. Trata-se, portanto, de uma “emoção vital”, diz respeito ao vivo em nós e fora de nós, “um saber intensivo, distinto dos conhecimentos sensível e racional próprios do sujeito.” (ROLNIK, 2018, p. 54).

vamos precisar de colocar em questão o modo de reconhecimento que determina os sujeitos como indivíduos e pessoas.

Com isso, conclui-se que assim como o sujeito do feminismo e *queer*, o sujeito encarnado é da ordem do coletivo, é visceral e fracassa em sua ilusão de se manter vivo, autossuficiente, não se sustenta na tentativa de ficar preso a uma ordem pessoal estritamente, ele transborda e precisa do outro, dos outros, da coletividade para relatar e criar significado de si mesmo e do/sobre o outro. Na gestão da vida, assim como na gestão epistêmica, o diálogo é inerente ao movimento de encarnar-se. Ele se revela no processo, se rende no inacabamento, se produz e é produzido na dúvida e na provisoriidade. Ele é a costura e não o tecido.

Até aqui empreendemos um esforço de pensar os horizontes da gestão nas suas dimensões ontológicas e epistêmicas. De forma indireta, também introduzimos o debate sobre a organização ao trazer a ideia de grupalidade, elemento estruturante da existência organizacional dos grupos. Nesse caminho, vimos que primeiramente temos o pesquisador como embrião de proposta de montagem de um grupo para em seguida, a formação do grupo. Na próxima seção, investiremos nos aspectos relacionados mais diretamente a gestão organizacional, sem desconsiderar as dimensões já apresentadas na medida que se entrelaçam entre instituições e subjetividades.

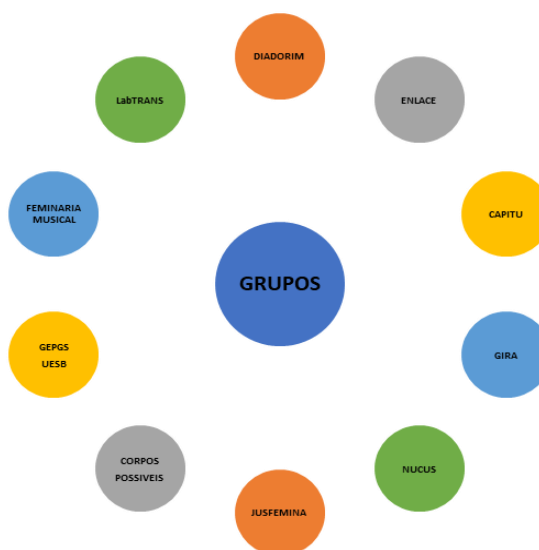
5.2 OS GRUPOS DE PESQUISAS: DA MODELAGEM DO CNPQ A OUTRAS (RE)EXISTÊNCIAS

Nesta seção, iremos adensar a ideia de grupo a partir do diálogo com o campo empírico. Para tanto, irei **apresentar os dez grupos de pesquisa selecionados** e situados na capital e interior do estado da Bahia que versam em suas linhas de pesquisas sobre os temas/campos/áreas/estudos de gênero, sexualidades e teoria *queer*. É oportuno lembrar que o que estamos denominando de campo compreende um vasto espectro de estudos que vêm se consolidando como tributários das teorias e epistemologias de base feminista e engloba diferentes áreas do conhecimento. Ademais, inclui-se as experiências inter/multi/transdisciplinares, além de incluir temas como diferença sexual, diversidade sexual, transfeminismos, masculinidades, relações de gênero, temas que consolidam o legado de estudos que incorporaram o conceito de gênero, bem como aquilo que poderíamos denominar de subtemas ligados à sexualidade e estudos das subjetividades, como os denominados de *queer* ou das dissidências sexuais e de gênero. Soma-se a isso, outras denominações que comungam de repertórios e referenciais teóricos afins, seja no diálogo desses estudos com o pensamento decolonial, seja na intersecção desses temas com outros

marcadores sociais das diferenças, como classe, raça/etnia, religião, instrução, idade/geração, dentre outros.

Os dez grupos estão situados na capital e no interior do estado da Bahia e essa escolha decorre das trajetórias dos grupos, da disponibilidade e abertura dos/as líderes e ou vice-líderes em compartilhar suas experiências que em grande medida convergem para vivências coletivas nos grupos os quais coordenam, da necessidade de aglutinar grupos de diferentes áreas do conhecimento, de diferentes instituições públicas e diferentes regiões do estado. E, especialmente, que possuam diferentes tempos de existência, observando-se aqueles que surgiram e se consolidaram na última década. Vejamos quais são eles, por ordem de fundação¹⁴⁰: 1) Diadorim (2003); 2) NUCUS (2007); 3) Enlace (2011); 4) Capitu (2011); 5) Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (2011); 6) Feminaria Musical (2012); 7) GIRA (2015); 8) LabTrans (2015); 9) Jusfemina (2018); e 10) Grupo de Pesquisa Corpus Possíveis (2018). A ilustração a seguir mostra o circuito dos grupos:

Figura 8 – Circuito dos grupos de pesquisa acessados



Fonte: elaborado pelo autor.

Nesta apresentação, acolhemos a modelagem dos grupos elaborada pelo *Diretório de grupo de pesquisas do CNPq* ([2014]), uma vez que entendemos ser este um dos principais órgãos gestores das pesquisas realizadas em território brasileiro, juntamente com a Capes que é responsável pela gestão dos programas de pós-graduação.

¹⁴⁰ Apesar de alguns grupos existirem antes mesmo do cadastramento de modo mais informal, estou considerando aqui a data informada no CNPq, exceto no caso do grupo Feminaria Musical que não possui registro no CNPq, mas dispõe de uma produção significativa, por isso mesmo resolvi mantê-lo incorporado ao *corpus*.

Dessa forma, por reconhecermos a importância desse órgão, apresentaremos os grupos considerando esse diretório e a modelagem de grupos de pesquisa por ele desenvolvida, mediante o controle das informações agrupadas nas seguintes categorias: Identificação; Endereço/Contato; Repercussões dos trabalhos do grupo; Participação em redes de pesquisa; Linhas de pesquisa; Recursos humanos; Egressos; Instituições parceiras relatadas pelo grupo; Indicadores de recursos humanos do grupo; Equipamentos e *softwares* relevantes.

Para tanto, esta seção será desenvolvida em duas grandes partes. Na primeira, apresentaremos os dez grupos selecionados em um olhar individualizado e verticalizado, acompanhando as categorias explicitadas no diretório, conforme já descrito. Na seção seguinte, investiremos em uma análise mais horizontalizada e contrastiva dos grupos já devidamente apresentados anteriormente para tentar entender como se estruturam do ponto de vista organizacional.

Na primeira parte, a apresentação dos grupos será feita em duas subseções. No primeiro momento, traremos uma representação do grupo tal como apresentada no *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]). A segunda subseção, intitulada de “Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas”, é uma tentativa de alargar a modelagem depreendida nesse diretório considerando outras fontes de informações acessadas, principalmente as entrevistas com os/as líderes. Dialogando com Macedo (2018), nesse movimento de produção do conhecimento, estamos desafiados a compreender um constructo de pesquisa perspectivado, relacional, de múltiplas experiências e transingular em um esforço compreensivo de uma heurística contrastiva.

Assim, as informações que foram aglutinadas de outras fontes são geradoras de categorias derivativas que ampliam as ações e a produção dos grupos, podendo contribuir para a compreensão da produção, gestão e difusão do conhecimento, observando: a) projetos de pesquisa; b) publicações; c) eventos; d) atividades extensionistas de formação de “recursos humanos”; e) diálogos com os movimentos sociais; e) ensino; g) produções artísticas, dentre outras.

Esse panorama mais abrangente dos grupos, conseqüentemente, voltado para o cotidiano e experiências coletivas, contou com dados e informações complementares, que como mencionei anteriormente, não foram relatadas no Diretório dos grupos no CNPq por várias razões que serão discutidas mais adiante. As ações não relatadas nessa plataforma compõem um esforço de sistematização das trajetórias dos grupos e seus desdobramentos, pois referem-se a informações relevantes para entender a dinâmica e o funcionamento dos mesmos, entendendo que **as práticas de pesquisas são institucionalizadas, ainda que, como**

veremos mais adiante, se originem e se alimentem de laços afetivos. Para tanto, recorreremos a fontes diversas já vastamente descritas no capítulo dedicado às questões metodológicas, mas, ainda assim vale lembrar: as entrevistas com os/as líderes e/ou vice-líderes, informações disponíveis nos *sites*, *blogs* e páginas tanto pessoais como dos grupos nas redes sociais – Facebook, Instagram e YouTube –, bem como em outros documentos, artigos e publicações científicas dos/as líderes dos grupos, em suas falas públicas, anais de eventos etc. Depois de passar por esses dois momentos, faremos as considerações finais de cada grupo com base nos dados e informações apresentadas.

Na segunda seção, já com a modelagem dos grupos devidamente ampliada, verticalizada e analisada individualmente, faremos uma abordagem contrastiva dos grupos considerando o que sugere Macedo (2018, p. 30):

Se quisermos aproximar compreensivamente realidades, imaginando que são construções relacionais e, ao mesmo tempo, singulares, o que temos que construir como compreensão são aproximações por identificação, complementarismos analíticos, distâncias por diferenças marcantes e em disputa, ou mesmo hibridações, construindo diferenças outras pela forma generativa com que as relações se efetivam.

Destaco ainda que, para compor esta seção, as entrevistas foram de fundamental importância, pois trouxeram com mais intensidade a voz dos/as coordenadores/as, além disso contribuíram para compor a representação do grupo, que é, muitas vezes do/a coordenador/a, mas que passa a ser compartilhada também pelos membros dos grupos nessa complexa teia na qual se tece a ideia de grupalidade.

Ainda que essa seja uma visão parcial, ajuda-nos a entender suas dinâmicas deixando evidenciar as narrativas dos líderes dos grupos visto que na primeira parte dispomos apenas da frieza dos dados disponíveis do CNPq. Por fim, encerraremos esta seção com algumas considerações depreendidas desse diálogo com os grupos a fim de aprofundar nos aspectos organizacionais da gestão, sem deixar de articular com a gestão da vida e a gestão epistêmica, dimensões serão de alguma forma retomadas para dar sentido à ideia de organização aqui defendida.

Antes de iniciar a apresentação dos grupos, faz-se necessário também esclarecer algumas compreensões do CNPq em seu repertório acerca de uma melhor compreensão conceitual como linha de pesquisa. Para o CNPq ([2015]),

[...] representa temas aglutinadores de estudos científicos que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos com início e final definidos, fundamentada em objetivos específicos, visando à obtenção de resultados, de causa e efeito, ou à colocação de fatos novos em evidência

Esclarece o CNPq ([2015, grifos nosso]) acerca de quem é o/a líder de um grupo, suas atribuições, bem como quem são os pesquisadores e estudantes referidos em sua definição de grupo e na seção de recursos humanos:

O pesquisador ou líder do grupo é o personagem que detém a liderança acadêmica e intelectual naquele ambiente de pesquisa. Normalmente, tem a responsabilidade de coordenação e planejamento dos trabalhos de pesquisa do grupo. Sua função aglutina os esforços dos demais pesquisadores e aponta horizontes e novas áreas de atuação dos trabalhos.

Pesquisadores são os membros graduados ou pós-graduados da equipe de pesquisa direta e criativamente envolvidos com a realização de projetos e com a produção científica, tecnológica e artística do grupo. Estagiários pós-doutores são considerados pesquisadores.

São *estudantes* (bolsistas ou não) em iniciação científica e pós-graduação (exceto os estagiários em nível de doutoramento, que devem ser considerados pesquisadores), que participam ativamente das linhas de pesquisa desenvolvidas pelo grupo, como parte de suas atividades discentes, sob a orientação de pesquisadores do grupo.

De posse dessas informações, avancemos na apresentação dos grupos. Verificamos que o grupo mais antigo dentre os selecionados é o Diadorim (2003), vejamos a sua modelagem no diretório, considerando cada categoria e as observações depreendidas pelas informações preenchidas pelos/as coordenadores/as-líderes no formulário eletrônico. Quando assentamos o nosso olhar sobre o cotidiano do grupo e cotejamos com esta representação, nos deparamos com algumas informações desatualizadas e algumas inconsistências em relação a algum tipo de discordância com os dados do CNPq. Isso se aplicará a todos os grupos. Para o Diadorim e os demais grupos, após cada categoria do diretório, me deterei em comentar apenas aqueles itens que suscitam algum tipo de observação relevante para o desdobramento que se situa entre a modelagem dos grupos nesse diretório e sua individuação.

5.2.1 Grupo de pesquisa Diadorim

a) Dados do CNPq:

Quadro 8 – Identificação Diadorim

Nome do grupo	Diadorim – Núcleo de Estudos de gênero e Sexualidades
Ano de formação	2003
Situação	Certificado
Líder e vice-líder	Oswaldo Ribas Lobos Fernandez ¹⁴¹ e Claudia Pons Cardoso
Área predominante	Ciências Humanas/Antropologia
Instituição	Universidade do Estado da Bahia Departamento de Educação (DEDC), <i>campus I</i>

¹⁴¹ Oswaldo Ribas Fernandez foi coordenador do grupo em outras gestões (2003-2005; 2005-2007; 2007-2009; 2013-2015) e vice-coordenador na gestão de 2018-2020.

Endereço	Ladeira do Carmo, nº 37, Santo Antônio, Salvador
Website	https://nugxdiorim.wordpress.com
Contato do grupo	(71) 99918-6466 / ofernandez@uneb.br
Localização geográfica	Não consta

Fonte: dados do *Directório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Neste item “dados de identificação”, podemos observar informações não coincidentes e/ou ausência de outras em alguns campos. O nome do líder do grupo, por exemplo, não confere com as observações obtidas no Currículo Lattes do coordenador e vice-coordenadora cadastrados, respectivamente Osvaldo Ribas Fernandez e Claudia Pons Cardoso. Na pesquisa realizada com base no Currículo Lattes dos envolvidos, chegamos à informação de que Zuleide Paiva seria a coordenadora do Diadorim. Sendo assim, identifiquei-a como sendo líder do grupo e a acessei como minha interlocutora para realizar a entrevista.

Nota-se que o grupo é regularmente certificado, tem todos os campos preenchidos do formulário, exceto o campo “localização geográfica”. Chama também a atenção o fato de a UNEB ser uma universidade de multicampia, no entanto, o endereço cadastrado está relacionado ao departamento de educação (DEDC), *campus* I em Salvador. Isso sugere tanto as limitações da própria plataforma do CNPq no cadastramento de determinadas informações ao lidar com a realidade da multicampia de uma universidade como a UNEB, como do próprio modo de fazer a gestão do conhecimento no interior de seus grupos de pesquisas através dos seus Núcleos de Pesquisas e Extensão (NUPE), que são as instâncias responsáveis pela pesquisa e extensão nos departamentos como também a articulação ou ausência destes. Ressalta-se também que o grupo optou pelo sistema líder e vice-líder, muito embora o CNPq ofereça a possibilidade de cadastramento de apenas um líder ou mais de um líder, caso seja essa a opção do grupo.

O *website* fornecido pelo grupo não se encontrava em funcionamento. Isso foi observado durante todos os momentos da pesquisa, ou seja, no início e novamente na reta final para fazer atualização das informações. Isso, provavelmente demonstre uma dificuldade do grupo em mantê-lo atualizado devido às próprias limitações de recursos humanos e orçamentárias. Chama a atenção também o fato do contato do grupo (*e-mail*) estar disponível em conta pessoal do líder e não em uma conta institucional. As demais subcategorias conferem com as informações relatadas por seus líderes.

Quadro 9 – Participação em redes de pesquisas Diadorim

Associação Brasileira da Homocultura, Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Associação Brasileira de Antropologia, GT de História da ANPUH, Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero.

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Nesse item, o grupo relatou diversas parcerias de redes de pesquisas, no entanto, não temos como prever a intensidade, a efetividade e a duração dessas parcerias apenas pelo diretório.

Quadro 10 – Repercussão dos trabalhos do grupo Diadorim

O Diadorim da UNEB foi formado por professores, de ambos os sexos e diferentes orientações sexuais, oriundos de diferentes *campi* da UNEB e com alguns eminentes pesquisadores da UFBA. Esses pesquisadores vêm de diferentes áreas do conhecimento, mas há um predomínio das áreas de Antropologia, História, Letras entre outras. O projeto de criação do núcleo como “órgão suplementar” desta Universidade foi aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) e Conselho Universitário da UNEB, em março de 2003. Esse grupo de excelência tem como missão desenvolver esse campo científico nessa universidade e região. Há mais de 17 anos, esses pesquisadores vêm desenvolvendo suas atividades em conjunto e realizaram uma série de eventos acadêmicos com grande impacto social na região no: Festival da Livre Expressão Sexual (2003, 2005), Simpósio Estética da Existência, Enlaçando Sexualidade (I e II) e Redor (2019).

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Observa-se nesse campo que as informações são relatadas de modo bastante sucinto e foi dado ênfase na formação do grupo e sua composição, além de especial destaque ter sido dado aos eventos que o grupo participa/participou. Outras repercussões do grupo não foram relatadas, muito provavelmente, pelo pouco espaço reservado para tal. Por ser um campo de escrita livre a ser acrescentado sobre o grupo, o que se coloca como “repercussão” depende muito das escolhas de quem preenche e daquilo que se considera como prioridade relatar.

Quadro 11 – Linhas de pesquisas Diadorim

Linhas de pesquisas	Descrição	Pesquisadores	Estudantes
Educação e interseccionalidade (gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social e nacionalidade)	Objetiva-se pesquisar a educação e os marcadores sociais de forma interseccional no cotidiano escolar tais como: gênero, sexualidade, cor/raça, etnia e classe social, numa perspectiva complexa e interseccional que possa pensar os sujeitos multifacetados nas suas variadas expressões identitárias e sua relação com práticas discursivas que delineiam diferentes posições de sujeitos e de relações de poder, no processo formativo e na reprodução social.	10	20
Gênero, linguagens e sexualidade	Estudar: as relações de gênero e seus construtos em diferentes linguagens artísticas; os textos críticos produzidos sobre as questões de gênero, publicados por mulheres e homens; a produção literária sobre o erotismo, em especial sobre homoerotismo; as relações entre subjetividade, sexualidade, e homossexualidade nas artes, nas diferentes expressões artísticas e na cultura. Compreende também a reflexão teórica acerca do gênero e sexualidades para a crítica cultural.	04	10
Homossexualidade (saúde, cultura, política e direitos humanos)	Estudar: 1 – a construção social da homossexualidade na cultura ibero-americana; as narrativas, testemunhos, modos de vida e o movimento LGBT; 2 – a discriminação, o estigma, o preconceito e a violência contra homossexuais na mídia, nos espaços urbanos e nas instituições de ensino, saúde e segurança pública; 3 – teorias sobre sexualidade, teorias antropológicas e direitos, com vistas ao estudo da cultura e da sociedade, e pela promoção da saúde coletiva e da igualdade social.	07	13

Fonte: dados do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

As três linhas de pesquisas são descritas normalmente com seus objetivos e número de participantes. Identifiquei a presença de três eixos estruturantes: educação, linguagens e homossexualidade atravessados por temas como raça/cor/etnia, religião, gênero e sexualidades em todas elas. A quantidade de membros por linha é bastante variada, sendo que a linha de Educação chama a atenção pelo maior número de integrantes, enquanto a linha de Linguagens fica com número bem mais reduzido.

Quadro 12 – Indicadores de Recursos humanos Diadorim

Recursos humanos	Total	Indicadores de nível de treinamento	
Pesquisadores/as	24	Graduação	18
		Especialização	06
		Mestrado	00
		Doutorado	00
Estudantes	08	Graduação	00
		Especialização	01
		Mestrado	06
		Doutorado	01
		Especialização	00
		Mestrado	01
		Doutorado	00
Sem formação em andamento	00		
Técnicos	02	Graduação	01
		Especialização	00
		Mestrado	01
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	00
Professores/as Colaboradores/as Estrangeiros	02		
Egressos	00	Não há registro	

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

No quadro acima, os dados sobre recursos humanos revelam uma presença bem maior de pesquisadores e pesquisadoras (24), número três vezes maior que o de estudantes, apenas oito cadastrados. O grupo relata a presença de dois técnicos e dois professores colaboradores estrangeiros. Chama a atenção o fato de não haver registro de egressos uma vez que o grupo tem 17 anos de formação. Também não há registro de equipamentos de *software*.

b) Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas:

Conforme anunciado, nesta subseção, traremos os projetos coletivos e individuais dos/as pesquisadores/as, os canais de difusão do conhecimento utilizados – eventos, *blogs*, redes sociais – atividades extensionistas e de ensino relativas ao grupo. No quadro a seguir, sistematizamos essas informações.

Quadro 13 – Informações aglutinadas sobre o Diadorim

Projetos de pesquisa	Crimes homofóbicos na Bahia (2000 a 2007), Crimes homofóbicos no Brasil (2000 a 2007), Laboratório Interdisciplinar de políticas LGBT (atual)
Canais de difusão do conhecimento	Redes sociais Página no Facebook - Cegresdiadorim UNEB. Ver em: https://www.facebook.com/nugsexdiadorim .
Atividades extensionistas	A UNEB combatendo a homofobia: Trio Diadorim de prevenção ao HIV/AIDS – formação de professores e promoção dos Direitos sexuais.
Principais eventos organizados	Campanha 16 dias de ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres; Encontro de Lésbicas e Mulheres bissexuais da Bahia.
Ensino	Curso de Especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades na formação docente.
Outras	Cartilha sobre o Nome Social na UNEB.

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Da conversa com a líder e vice-líder e das fontes acessadas e já mencionadas no item anterior, levantei alguns dos principais projetos e ações do grupo. Dentre os quais, destacam-se três voltados para os crimes homofóbicos, conforme listados anteriormente. Além disso, algumas atividades de extensão foram relatadas como a Campanha anual dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, a campanha contra homofobia e ações voltadas para pessoas LGBT. Na área de ensino, destaca-se o curso de especialização em Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades na formação docente, um projeto de ensino a distância, de formação continuada, voltado para professores e professoras com reserva de vagas para ativistas e professores da Educação Básica, coordenado pelo professor Marcos Martins, integrante do grupo, e pela professora Claudia Pons Cardoso.

E, por fim, destaca-se a iniciativa de implantação do nome social para pessoas trans, projeto que culminou na produção de cartilha intitulada de *Nome social na UNEB*, projeto que tive a oportunidade de participar da elaboração durante a minha breve passagem pelo grupo

entre 2015 e 2016. Evidentemente, outras ações devem existir, muito embora não evidenciadas nem no currículo dos/as líderes nem nas informações reportadas na entrevista e no material acessado.

Abaixo, à esquerda, apresentamos a logomarca do grupo, criação cuja imagem visual descreve o sentido de grupo. À direita, a logomarca que representa o Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade.

Figura 9 – Logomarca do grupo Diadorim



Fonte: página do grupo no Facebook.¹⁴²

Figura 10 – Logomarca do Centro Diadorim



Fonte: página do grupo no Facebook.¹⁴³

c) Considerações sobre o grupo:

Fundado em 2003, o grupo agrega pesquisadores e pesquisadoras de diferentes *campi* da UNEB, muito embora tenha como sede oficial o DEDC, *campus* I sediado em Salvador. No entanto, apesar de o grupo está cadastrado como sendo das Ciências

¹⁴² Ver em: <https://web.facebook.com/nugsexdiadorim/>.

¹⁴³ Ver em: <https://web.facebook.com/nugsexdiadorim/>.

Humanas/Antropologia, ele se configura como interdisciplinar haja vista a multiplicidade de áreas do conhecimento dos membros cadastrados.

Estruturado em três linhas de pesquisas, não fica claro nem nos dados do CNPq, nem na forma como as atividades acontecem como é a vinculação das atividades a cada uma das linhas, da mesma forma como acontece o diálogo entre elas. No entanto, se tomarmos as informações disponíveis e considerando as próprias limitações de cadastramento dos grupos no CNPq, não foi possível observar articulação entre as três linhas seja no que diz respeito às propostas, seja nas ações desenvolvidas.

Com relação aos recursos humanos, o grupo é formado majoritariamente por pesquisadores/pesquisadoras (24), um menor número de estudantes (oito), e apenas dois técnicos, consta também de dois professores colaboradores. No entanto, não fica claro como se dá essa participação dos pesquisadores colaboradores estrangeiros no grupo, bem como o grau de envolvimento. Com relação ao item “egressos”, não há registro algum, apesar de ser um grupo com quase duas décadas de fundação, o que sugere, naturalmente, a existência de egressos. Esse dado pode significar tanto a falha no preenchimento do formulário quanto um entendimento de que essas informações sejam dispensáveis e, conseqüentemente, não precisam ser relatadas.

A maioria dos membros está alocada na primeira linha (Educação e interseccionalidade). A segunda, que trata das Linguagens e os marcadores sociais da diferença, detém o menor número de participantes (14), já a terceira linha com 20 participantes, está voltada para a temática da homossexualidade em seus desdobramentos (narrativas, saúde e direitos humanos).

O *website* indicado no *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]) esteve inativo nos vários momentos que tentei acessá-lo, isso dificultou o acesso a informações importantes sobre o grupo, ficando assim mais difícil fazer um mapeamento com mais precisão de todas as atividades realizadas. Além disso, fui alertado que esse *website* estaria bastante defasado com bastante tempo sem atualização. E foi o que aconteceu, não sendo possível utilizá-lo como fonte de informações sobre o grupo.

Ainda assim, pude observar uma maior atuação nas atividades de extensão, ou seja, um diálogo constante e estreito com o ativismo e movimentos sociais, a exemplo das campanhas anuais dos 16 dias de ativismo contra a violência contra as mulheres, uma das mais longevas aqui na Bahia. O combate à homofobia também merece destaque e, no que se refere aos eventos, destacam-se os encontros de ativismo lésbico como o Encontro de Lésbicas e Mulheres bissexuais da Bahia (Enlesbi). Ademais, foi relatada a parceria com o

NEIM na organização do XX Encontro da Redor¹⁴⁴ que aconteceu de 5 a 7 de dezembro de 2018 em Salvador. Esteve sob a responsabilidade do grupo Diadorim a organização da 1ª edição do Enlaçando Sexualidade que desde a sua primeira edição teve como uma das suas principais características as parcerias com movimento social e a Educação Básica.

Com relação à produção científica do grupo, não temos registro sistematizado de uma produção considerada como sendo do grupo. Essa dificuldade se dá em função da forma como é feito o cadastramento dos membros do grupo que na maioria das vezes não faz referência ao grupo nos currículos.

Segundo Zuleide Paiva, uma das líderes do grupo, com quem conversei, o grupo Diadorim ocupa dentro da UNEB “uma dupla posição”, ou seja, trata-se de um grupo de pesquisa com cadastro no CNPq e, também, um centro de mesmo nome dentro da organização hierárquica e estruturante desta universidade, coordenada por um colegiado. O Diadorim foi promovido à condição de centro no âmbito da estrutura organizacional da UNEB através de aprovação pelo Consepe e Conselho Universitário, o Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade,¹⁴⁵ fato esse que gera uma certa ambiguidade na sua identidade tanto enquanto grupo quanto como centro. Diante disso, nossa análise está voltada para o Diadorim como grupo de pesquisa, muito embora essa dupla condição fique evidentemente entrelaçada, tornando difícil separar o que é o grupo e o que é o centro. Além disso, não temos clareza quais a(s) competência(s) e atribuições do grupo e do centro e como essas duas instâncias dialogam em alguma medida.

Nesse sentido, Zuleide Paiva, em nossa conversa, questiona qual o lugar e papel do Diadorim dentro da universidade na medida em que os centros são criados através de portaria específica. Em sua análise, o Diadorim estaria ocupando:

um não lugar, não há um cargo de coordenador no Diadorim, por exemplo, não há um quadro de funcionários, então os professores que constituem o Diadorim são professores que estão lá pela temática, pelo que é o Diadorim, pela potência que ele é. Mas não há um lugar,

¹⁴⁴ O Encontro foi organizado pela Redor e pelo NEIM da UFBA, tendo com parceiros o GEM/UFBA (Centro de Estudos e Pesquisas sobre Mulher, Gênero, Saúde e Enfermagem), o NUCUS/UFBA, o Diadorim/UNEB, o Poiéticas/UFRB, o Coletivo Angela Davis/UFRB, o grupo Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias anti-hegemônicas (Fempos) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e Círculo Palmarino. Todas as instituições envolvidas na organização fomentaram a divulgação do evento em suas redes de pesquisadores. Evento realizado na UFBA e patrocinado pelo CNPq e Defensoria Pública do Estado da Bahia e apoio das seguintes instituições: UNEB, UFRB, Unilab, Secretaria de Políticas para as Mulheres do estado da Bahia, Edufba. Informações do Relatório Técnico Científico disponibilizadas pela organização da XX REDOR.

¹⁴⁵ Na hierarquia institucional da UNEB, os centros estão alocados na Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa. Na pesquisa realizada no *website* da UNEB, o Centro Diadorim não consta na lista dos outros centros. Muito provavelmente, isso acontece por uma falta de atualização das informações.

não há esse vínculo institucional porque a UNEB não conseguiu dar conta disso. (excerto da entrevista).

Explica a pesquisadora, segundo ela, essa dupla identidade são coisas distintas. Como centro, é constituído por um colegiado que tem aproximadamente dez professores e professoras. Ainda segundo a minha interlocutora: *“cada um com seus projetos, cada professor desenvolvendo suas ações. Na verdade, o Centro reúne pesquisadores e pesquisadoras que trabalham com essa perspectiva”*. (excerto da entrevista). Assim, cada professor/a-pesquisador/a filiado/a ao centro atua em seus programas de pós-graduação orientando dissertação e/ou teses. O que torna difícil definir o que é uma produção própria do grupo ou pessoal do pesquisador.

Ainda segundo Zuleide Paiva, o Diadorim se estrutura em torno de dois eixos temáticos: os projetos de pesquisa e extensão “Crimes homofóbicos na Bahia (2000 a 2007)” e “Crimes homofóbicos no Brasil: panorama e erradicação de assassinatos de violência contra LGBT (2000-2007)” – os projetos mais antigos em desenvolvimento desde a sua criação, coordenado pelos pesquisadores Osvaldo Fernandez e Marcos Antônio Martins. No entanto, apesar desse projeto em andamento aparecer no Diretório do CNPq, não fica claro em qual linha ele está alocado e qual a articulação com as outras duas linhas. Outra ação de cunho extensionista é o trio do Diadorim na parada da diversidade de Salvador. Além disso, o grupo desenvolve o projeto da campanha de 16 dias que é coordenado por Zuleide Paiva e Amélia Maraux, há quase 20 anos.

Com relação à dinâmica de funcionamento dos encontros, identificou-se as seções de estudos e reuniões deliberativas, mas sem uma regularidade. Essa agenda fica atrelada, na maioria das vezes, às demandas existentes e à urgência dos pontos de pauta. Com relação ao espaço físico, dispõem de um espaço designado para o grupo, no entanto, as instalações ainda necessitam de melhorias com relação ao mobiliário, funcionamento de computadores, infraestrutura tecnológica e de um modo geral. Soma-se a isso a própria localização que dificulta o acesso pelo fato de ficar fora e distante do *campus* universitário, dificultando assim o deslocamento de estudantes e pesquisadores.

5.2.2 Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS)

- a) Dados do CNPq:

Quadro 14 – Identificação Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS)

Nome do grupo	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades
Ano de formação	2007
Situação	Certificado
Data de atualização	13/12/2018
Líder	Leandro Colling
Vice-líder	Não consta
Área predominante	Ciências Humanas/Antropologia
Instituição	Universidade Federal da Bahia
Unidade	Não consta
Endereço	Rua Barão de Jeremoabo, PAF III, sala 307, Ondina, Salvador (BA). CEP: 40170115. Caixa Postal: 40130020.
Website	www.politicasdocus.com
Contato do grupo	(71) 3283 6198 e leandro.colling@gmail.com
Localização geográfica	Latitude: 13.0059755 Longitude: 38.5097308

Fonte: dados do *Directório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Nesse item, encontramos alguns campos em aberto, sem preenchimento, de forma que não consta informação sobre a unidade na qual o grupo está vinculado, nem o nome do vice-líder. Chama a atenção ainda a última data de atualização do grupo (13 de dezembro de 2018),¹⁴⁶ o que sugere a ausência de atualização. De acordo com o CNPq, o grupo encontra-se sem atualização há mais de dois anos. Podemos observar também que o contato do grupo está registrado em *e-mail* pessoal do seu líder. Os demais campos foram completados normalmente e não observamos ausência ou inconsistência de dados.

Quadro 15 – Repercussões dos trabalhos de grupo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS)

O NUCUS é resultado de uma ampliação do grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade (CUS), criado em 2007 na UFBA. A ampliação ocorreu em 2018, a partir da criação de quatro linhas de pesquisa. O objetivo é produzir pesquisas e atividades de extensão a partir e com os estudos *queer*, decoloniais e da subalternidade. Integram o grupo mestrandos/as e doutorandos/as, a maioria do Pós-cultura, e estudantes de graduação da UFBA. O grupo tem trabalhado em várias frentes: publicação de livros, edição de uma revista acadêmica – *Periódicus* –, produção de várias teses de doutorado e dissertações de mestrado. Seus integrantes já publicaram dezenas de artigos em revistas acadêmicas e apresentados em congressos nacionais e internacionais. Além disso, o grupo realizou grandes eventos sobre diversidade sexual e de gênero na UFBA.

Fonte: dados do *Directório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

¹⁴⁶ Dados acessados pela última vez em 5 de novembro de 2020.

Nesse campo, “Repercussões dos trabalhos do grupo”, foi dada ênfase a mudança de grupo para núcleo, ampliação que aconteceu em 2018 com a criação de quatro novas linhas. Na descrição, ficamos sabendo que o grupo agrega pesquisadores e estudantes do Pós-Cultura e estudantes da graduação, bem como a sua produção encontra-se disponível em diversas publicações, dissertações e teses defendidas por seus membros. Além disso, o grupo gerencia uma revista acadêmica, a revista *Periódicus*,¹⁴⁷ uma publicação semestral totalmente dedicada aos temas do gênero e da sexualidade. Além disso, foi relatado diversos eventos organizados sobre a diversidade sexual e de gênero.

Quadro 16 – Linhas de pesquisas Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS)

Linhas de pesquisas	Descrição	Nº Pesquisadores	Nº Estudantes
Arte, gêneros e Sexualidades	Estudar as relações entre as artes e as dissidências sexuais e de gênero.	07	16
Corpos, cidades e territórios dissidentes	Congrega pesquisadores/as interessados/as em investigações a respeito dos corpos dissidentes nas cidades em intersecção com as questões de gênero, raça, sexualidade, meio ambiente, mobilidade, dentre outros assuntos. O foco investigativo está nas urbanidades que se estabelecem pelos conflitos que derivam dos diversos modos de ser e de estar de sujeitos na cidade, ou modos de acontecer em público dos sujeitos corporificados, aqueles que desviam as regras verticais do jogo urbano.	02	07
Estudos trans, travestis e intersexo	Estudar as vivências de pessoas transexuais, travestis e intersexo na sociedade.	01	07
Gêneros, sexualidades e educação	Estudar as dissidências sexuais e de gênero no campo da educação.	04	14
Lesbianidades, interseccionalidades e feminismos	Estudar as lesbianidades e suas interseccionalidades com os demais marcadores sociais das diferenças.	01	12
Processos de subjetivação, raça, gênero e	Estuda as relações entre subjetividades, raça, gênero e sexualidade.	03	06

¹⁴⁷ Revista do Núcleo de Pesquisa CUS, criado em 2007 e vinculado à Universidade Federal da Bahia, ao IHAC, ao Pós-Cultura e ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT).

sexualidade			
-------------	--	--	--

Fonte: dados do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Aqui os campos encontram-se preenchidos normalmente com as seis linhas de pesquisa e os objetivos de cada uma delas. Todas as linhas possuem tanto pesquisadores/as como estudantes, além disso, observa-se algum equilíbrio entre o número de participantes em cada uma dela, com destaque para a linha de Arte, gêneros e sexualidades que possui o maior número de participantes. Os temas das linhas recobrem diversos subtemas do campo sendo que o eixo principal delas são as dissidências de gênero e sexuais,¹⁴⁸ conforme pode ser evidenciado, questões problematizadas a partir dos corpos, territórios, estudos trans, travesti e intersexo, passando ainda pela educação, pelos estudos das lesbianidades, pelos feminismos e pelas questões raciais bem como os processos de subjetivação que atravessam os diversos temas.

Quadro 17 –Indicadores de Recursos humanos Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS)

Recursos humanos	Total	Nível de treinamento	
Pesquisadores/as	18	Graduação	00
		Especialização	00
		Mestrado	03
		Doutorado	15
		Sem formação em andamento	00
Estudantes	33	Graduação	00
		Especialização	02
		Mestrado	12
		Doutorado	19
		Sem formação em andamento	00
Técnicos/as	00	Graduação	00
		Especialização	00
		Mestrado	00
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	00
Professores/as Colaboradores/as	01	01 doutor (República Portuguesa)	

¹⁴⁸ O pesquisador Leandro Colling junto ao NUCUS tem realizado diversos projetos e publicado diversos trabalhos junto aos integrantes do núcleo utilizando a designação “dissidências sexuais e de gênero”, conforme podemos conferir na descrição das linhas de pesquisas. Segundo ele, essa tem sido uma forma de diferenciar a ideia de diversidade sexual e de gênero de outras formas que ocultam a produção das diferenças. Por outro lado, concordando com outros autores com os quais ele é afetado nos seus exercícios “etnograficos processuais” (COLLING, 2021), expressão dele, que remete ao movimento de fazer pesquisa por ele experimentado, a exemplo do chileno Felipe San Martins, “o termo diversidade sexual se tornou muito institucional e normalizado, muito próximo do discurso da tolerância, demasiado multicultural e neoliberal” (COLLING, 2021, p. 244) reitera o autor. Nesse sentido, ao falar de dissidências, é inevitável fazer alguma aproximação com o campo dos estudos *queer* e os estudos da decolonialidade. Essa denominação é também utilizada por outros pesquisadores que participaram da pesquisa, a exemplo de Carlos Henrique Lucas de Lucas, do grupo Corpus Possíveis, do qual falaremos em maiores detalhes mais adiante.

Estrangeiros		
Egressos		Não há registro

Fonte: dados do *Diratório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Nesse quadro referente aos recursos humanos, vemos que o grupo é formado 18 pesquisadores/as, 33 estudantes e um professor colaborador estrangeiro da República Portuguesa. Não há registro de técnicos ou técnicas de qualquer nível de formação ou egressos no grupo. No que concerne a egressos, chama a atenção essa inexistência de informações considerando que o grupo tem 13 anos de formado o que sugere que o grupo possivelmente já disponha de egressos formados. Não há registros de redes de pesquisas, nem de equipamento de *software* relevantes.

b) Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas:

Dentre as atividades mapeadas e/ou relatadas pelo coordenador do grupo, em nossa conversa e levando-se em conta o cotejamento do material disponível, destacam-se:

Quadro 18 – Informações aglutinadas no NUCUS

Principais projetos	1) Políticas para o respeito às diferenças sexuais e de gênero na ibero-américa: conquistas e tensões atuais entre movimentos LGBT e o ativismo <i>queer</i> (2007-2013); 2) A representação de personagens não heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo (2007-2013); 3) Outras políticas para o respeito às diferenças sexuais e de gênero no Brasil hoje – As artes e as políticas das dissidências sexuais e de gênero na atualidade (2016-atual); 4) Categorias de análise da cena artística das dissidências sexuais e de gênero (2019-atual).
Canais de difusão do conhecimento	Redes sociais: Facebook – Página do NUCUS https://www.facebook.com/grupocusbahia NUCUS Pod – YouTube Livros publicados: <i>Stone Wall 40+ o que no Brasil?</i> , Organizado por Leandro Colling (Edufba); <i>Estudos e Políticas do CUS</i> , organizado por Leandro Colling e Djalma Thurler (Edufba). Revista <i>Periodicus</i> .
Atividades extensionistas	TVNUCUSPOD – Cultura, Gênero e Sexualidades. Ver em: https://www.youtube.com/channel/UC1ygHNIhA_XWVKs2kGdGDJg . (Canal no YouTube disponibiliza 15 PODCAST no canal do grupo TVNUCUS – Cultura, Gênero e Sexualidades).
Principais eventos	II Encontro do grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade (ENCUS),

organizados	<p>2018. (Congresso). I Mostra CUS, 2017. (Festival). II Seminário Internacional Desfazendo Gênero, 2015. (Congresso). Ciclo de Palestras Subjetividades, Sexualidades e Culturas, 2013. (Outro). VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, 2012. (Congresso). VII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2011. (Congresso). Stonewall 40+ o que no Brasil?, 2010. (Outro). VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2010. (Congresso). V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), 2009. (Congresso). Identidade, ética e subjetivação no mundo contemporâneo, 2009. (Outro). IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008. (Congresso).</p>
Ensino	<p>a) Curso de especialização em Gênero e Sexualidade, ofertado em 2018, financiado pela UAB/Capes (108 alunos), com polos nas cidades de Esplanada/Lauro de Freitas, Vitória da Conquista, coordenado por Leandro Colling. b) Cursos de curta duração abertos à comunidade em geral: curso de introdução ao pensamento de Judith Butler. Duração: 15 horas (aberto à comunidade e ministrado cada bloco de três horas por um membro do grupo).</p>

Fonte: dados do *Directório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

A seguir, as duas logomarcas do grupo, a primeira, antes da reformulação e reorganização do grupo e com o nome de CUS, inclusive com a sua passagem para a condição de núcleo; e a segunda, já criada para atender à demanda de núcleo.

Figura 11 – Logomarca do CUS



Fonte: Facebook.com/grupocusbahia

Figura 12 – Logomarca do NUCUS



Fonte: Facebook.com/NUCU

c) Considerações gerais sobre o grupo:

Conforme os dados apresentados, o NUCUS é um grupo cadastrado no CNPq como núcleo. Criado em 2007 com o nome de CUS, o grupo sofre uma reformulação em 2018 para abrigar quatro novas linhas de pesquisa e se reorganizar frente às novas demandas. O grupo possui 52 membros cadastrados no CNPq entre pesquisadores e estudantes, especialmente mestrandos/as, doutorandos/as, a maioria vinculado ao Pós-cultura, e estudantes de graduação da UFBA, mas também de outras instituições, de formações outras. O grupo também possui uma expressiva produção tanto no que diz respeito à produção científica (publicações científicas, dissertações, teses, monografias e artigos científicos assinados pelos seus membros). Além disso, o NUCUS vem investindo tanto nas formas mais tradicionais de difusão do conhecimento produzido – periódicos, livros, publicações em parceria com o CULT e com a Edufba –, além de publicação de pesquisas oriundas de dissertações e teses dos seus membros tanto na Editora Devires¹⁴⁹ como em outras editoras.

O grupo também tem investido em novas formas de comunicação e difusão científica mais informais como os canais mais imediatos de difusão do conhecimento e formação, a exemplo das redes sociais (Facebook, YouTube, Instagram). Essas redes sociais são importantes veículo de divulgação das atividades do grupo e da produção científica e artística.

Por outro lado, é possível observar um investimento na área de ensino e formação tanto dos recursos humanos do grupo como da comunidade externa em atividades abertas como minicursos e cursos de especialização. Após a reestruturação do grupo, que aconteceu em 2018, as linhas de pesquisas passaram de três para seis, sendo implantado também o papel do coordenador de linha. Assim, cada linha passou a ter um coordenador, essa informação também não está disponível no CNPq, muito provavelmente devido à própria modelagem desse diretório, que não disponibiliza espaço para essas informações. Destaca-se também o investimento do grupo em formação continuada através de cursos de curta duração oferecidos à comunidade externa ao grupo, com blocos temáticos ministrados pelos próprios membros. Além disso, em 2018, passou a oferecer também o curso de especialização em Gênero e Sexualidades com polos de ensino distribuídos pelas cidades baianas de Esplanada, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista.

¹⁴⁹ Editora especializada em textos acadêmicos e/ou literários produzidos no campo dos gêneros, sexualidades, classe, raça e que dialoguem com os estudos *queer*, pós-coloniais, subalternos, crip e transfeministas. Segundo os editores, a Devires foi criada em 2017 com objetivo de suprir uma lacuna no mercado editorial no Brasil de publicações com essa temática. Para maiores informações sobre a editora e suas publicações, ver: <https://editoradevires.com.br/quem-somos/>.

Ressalta-se também a vinculação do grupo com a linha de Cultura e Identidade do Pós-Cultura, através do qual o coordenador atua como docente e orientador de dissertações e teses, também participa do grupo Djalma Thurler, professor e pesquisador, membro do núcleo. Além disso, alguma vinculação se faz com o PPGNEIM devido à presença de integrantes do grupo pertencerem a esse programa, como também a própria vinculação de Leandro Colling na condição de pesquisador colaborador.

O grupo realiza pesquisas, atividades artísticas, criativas e espetáculos, promove também atividades em defesa de direitos humanos. Os seus integrantes têm trabalhado em várias frentes: publicação de livros, edição de uma revista acadêmica – a *Periódicus* –, além de publicação de dezenas de artigos em revistas acadêmicas e trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Vale ressaltar que o grupo realizou grandes eventos sobre diversidade sexual e de gênero na Bahia, reunindo centenas de pesquisadores e pesquisadoras de várias partes do Brasil, bem como convidados de outros países, especialmente da ibero América.

Na obra *Políticas do CUS: grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade* (2013),¹⁵⁰ uma das principais publicações do grupo lançada em 2013, Leandro Colling enfatiza a dimensão política na produção e difusão do conhecimento no âmbito do grupo e os desdobramentos para além dele na vida das pessoas. Falando em nome do NUCUS, Colling (2013) considera ser impossível pensar em produção acadêmica sem pensar em política(s). Para ele, “a própria produção acadêmica é política, pois ela interfere em inúmeras instâncias e pessoas.” (COLLING, 2013, p. 14). A produção do grupo tem sido disponibilizada no seu *site*,¹⁵¹ um importante canal de informações do grupo, bem como nos anais de congressos nacionais e internacionais.

Além das formas tradicionais de fazer a comunicação acadêmica e sua consequente disseminação, o grupo vem investindo em outras estratégias de difusão e popularização do conhecimento, a exemplo do *blog* Cultura e Sexualidade. Esse é um espaço criado em 2012 no iBahia, um portal de notícias e informação da Rede Bahia com a proposta de apresentar conteúdos sobre gênero, sexualidades, subjetividades e temas afins, usando uma escrita mais acessível, menos acadêmica com o objetivo de difundir esses temas para além da universidade. Em 2017, os principais textos desse *blog* foram selecionados e publicados em uma coletânea intitulada *Crônicas do CUS: cultura, sexo e gênero*, organizada por Leandro

¹⁵⁰ Coletânea de artigos desenvolvida por integrantes do NUCUS e do grupo Gênero, Narrativas e Políticas Masculinas (GENI), coordenado por Djalma Thurler, também pesquisador do NUCUS e, naquele momento, coordenador da linha Artes, gênero e sexualidades.

¹⁵¹ Ver: www.politicasdocus.com.

Colling e Gilmaro Nogueira, através da Editora Devires. O NUCUS Pod é outro projeto do grupo que tem buscado outras linguagens e formas de dar visibilidade para as pesquisas e pesquisadores/as. O NUCUS também buscou garantir representação no Conselho Nacional LGBT, Conselho Nacional de Políticas Culturais, Conselho Estadual de Cultura da Bahia, conferências estaduais e nacionais, dentre outros fóruns de participação política.

Outra importante inflexão do CUS no sentido de ampliar os canais de difusão do conhecimento foram os investimentos em projetos extensionistas que incluiu cursos de introdução aos estudos *queer*, a exemplo do Cineclube sexualidades, ciclo permanente de palestras sobre subjetividades, sexualidades e culturas.]

5.2.3 Núcleo de pesquisa Enlace

a) Dados do CNPq:

Quadro 19 – Identificação Enlace

Nome do grupo	Enlace
Ano de formação	2011
Situação	Em preenchimento
Data de atualização	13/12/2018
Líder	Suely Aldir Messeder
Vice-líder	Alfredo Eurico Rodrigues Matta
Área predominante	Ciências Humanas/Antropologia
Instituição	Universidade do Estado da Bahia
Unidade	Não consta
Endereço	Rua Silveira Martins, nº 2555, Cabula, Salvador (BA). CEP: 41150000. Caixa Postal: não consta.
Website	Não consta
Contato do grupo	suelymesseder@gmail.com
Localização geográfica	Latitude: -12.956.2555 Longitude: -38.465.2777

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Nesta seção, chama a atenção algumas informações pendentes no preenchimento do formulário do diretório e/ou conflitantes em relação a outras fontes disponíveis sobre o grupo. Não constam informações sobre a unidade na qual o grupo está veiculado. Verificou-se também que o grupo não dispõe de um *website*, e que é a forma de contato com o grupo é realizada através de um *e-mail* pessoal da líder e não um *e-mail* institucional. No item

“Situação do grupo”, aparece como “em preenchimento”. Para o CNPq,¹⁵² esse *status* sugere duas coisas: ou se trata de grupo novo cujas informações ainda não foram enviadas pelo líder e completada ou um grupo existente cujo formulário foi editado pelo líder para a atualização e não foi reenviado ainda. Por se tratar de um grupo criado em 2011, a segunda opção é a mais provável. Além disso, o grupo encontra-se desatualizado de acordo com as normas do CNPq.¹⁵³ Chama também a atenção o fato de o grupo estar registrado como sendo da área predominante Ciências Humanas, muito embora seja um grupo interdisciplinarmente orientado na sua própria formação.

b) Repercussões dos trabalhos do grupo:

Quadro 20 – Repercussões do grupo Enlace

Em 2014, o grupo consolida-se como núcleo emergente, através do edital Fapesb/CNPq nº 009/2014 do Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEM). A multi/trans/interdisciplinaridade é seguramente o desafio mais instigante e complexo no campo científico, sobretudo, quando não a dissociamos das relações políticas e dos poderes coexistentes nas relações com os saberes disciplinares. Nessa senda, buscamos nos construir, enquanto uma rede de coalizão através da produção, gestão e difusão de conhecimento científico que se inter cruzam e se enlaçam nos seguintes temas: crítica cultural, análise cognitiva, design cognitivo, políticas públicas, sexualidades, direitos humanos, relações de gênero, relações raciais, interseccionalidade, práticas culturais, ancestralidade e mundo do trabalho.

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

No campo “Repercussões do grupo”, optou-se por ressaltar a sua condição de núcleo consolidada através de edital do PRONEM em 2014. Além disso, são ressaltados os desafios do grupo no campo científico e o compromisso com a inter/tran/multidisciplinaridade, a necessidade de construção de redes de coalizão e, por fim, são apresentados os temas de interesse do grupo.

¹⁵² Ver em:

http://lattes.cnpq.br/web/dgp/glossario?p_p_id=54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_struts_action=%2Fwiki_display%2Fview&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_nodeName=Main&_54_INSTANCE_QoMcDQ9EVoSc_title=Grupo+em+preenchimento.

¹⁵³ Segundo as regras do CNPq, um grupo está como não-autorizado quando já foi “certificado”, mas permaneceu mais de 12 meses sem sofrer atualização alguma. Nesse caso, o líder do grupo terá até 12 meses para atualizá-lo. Findo esse prazo, a situação do grupo mudará para “excluído” e não poderá mais ser recuperado pelo líder ou dirigente na base de dados. Quando isso acontece, para o CNPq um grupo *desatualizado* não participa dos censos do Diretórios e ficará indisponível para consulta pública.

c) Participação em redes de pesquisas:

Quadro 21– Participação em redes de pesquisas do Grupo Enlace

Não há registro de participação em redes de pesquisas.
--

Fonte: dados do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Muito embora no item “Repercussões dos trabalhos do grupo” especial ênfase tenha sido dada à necessidade de construção de redes de coalizão, neste campo, não há registros de redes de parceria do grupo.

Quadro 22 – Instituições parceiras Enlace

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (UFBA). Superintendência de Estudos Socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA)

Fonte: dados do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

No campo acima, são listadas três instituições consideradas parceiras do grupo. No entanto, não fica claro como funciona essa parceria. Essa lacuna talvez se deva ao espaço limitado para o registro das atividades nesse banco de dados.

Quadro 23 – Linhas de pesquisas Enlace

Linhas de pesquisas	Descrição	Nº Pesquisadores	Nº Estudantes
Conhecimento sobre/com interseccionalidade e direitos humanos	Estudar caminhos investigativos que vislumbrem a multirreferencialidade dos nossos objetos de estudos e rompam com as fronteiras disciplinares e metodológicas entre as diferentes áreas do conhecimento. Esse movimento pressupõe experimentações e reconhecimento de conceitos e operadores que ultrapassem as disputas de poderes hierarquizados e promovam trocas epistemológicas mais efetivas e dialógicas que exigem um esforço coletivo de criação de princípios para a construção de redes colaborativas.	08	08
Corpos, gêneros e Sexualidades na literatura e textualidades da cultura	Investiga questões sobre dissidências sexuais em diversas expressões de sujeitos, direitos, moralidades, éticas, corpos e identidades de gêneros na literatura, em escritas de si, nas artes e em demais configurações de	01	13

	linguagens com a proposta de refletir as epistemologias Sul-Sul e outras, como também de considerar documentos das culturas.		
Difusão e gestão do conhecimento	Investigar processos de difusão do conhecimento na sociedade, através da análise cognitiva e da modelagem do conhecimento.	08	02
Educação e trabalho	Estudar a educação entrelaçada com o mundo do trabalho, levando em conta mediações epistemológicas que dão informação das tensões dos processos de cognição pela: transversalidade, interseccionalidade, diversidade, descontinuidade, diferenças, rupturas, transformações, não regularidades que são constitutivas da cognição humana em cada espaço de produção do conhecimento.	04	02

Fonte: dados do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

O grupo se organiza em quatro linhas de pesquisa. A primeira, com oito estudantes e oito pesquisadores/as, trata dos direitos humanos e interseccionalidade. A segunda, com um pesquisador e 13 estudantes, investiga corpo, sexualidades e suas dissidências a partir de diferentes linguagens e expressões artísticas. Na terceira, busca-se articular gestão e difusão na produção do conhecimento a partir da Análise Cognitiva e da modelagem do conhecimento. E, por fim, a quarta linha dedica-se a investigar a educação com o mundo do trabalho através da transversalidade, interseccionalidade e diversidade. No entanto, não fica explicitada como acontece essa articulação entre as quatro linhas.

Quadro 24 – Recursos humanos Enlace

Recursos humanos	Total	Indicadores de nível de treinamento	
Pesquisadores/as	16	Graduação	00
		Especialização	02
		Mestrado	00
		Doutorado	14
		Sem formação em andamento	00
Estudantes	24	Graduação	04
		Especialização	01
		Mestrado	05
		Doutorado	08
		Sem formação em andamento	07
Técnicos/as	01	Graduação	01
		Especialização	00
		Mestrado	00
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	00

Professores/as Colaboradores/as Estrangeiros	02	02 doutores (República Portuguesa)	
Egressos	17	Pesquisadores/as	02
		Estudantes	15

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Segundo dados do CNPq ([2014]), o Grupo Enlace é composto de 59 membros, sendo 16 pesquisadoras, 24 estudantes, uma técnica, sete estudantes sem formação em andamento e dois colaboradores doutores estrangeiros. Entre os/as estudantes estão graduandos/as, mestrands/as e doutorands/as. No grupo, há ainda o registro de 17 egressos.

b) Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas:

Quadro 25 – Informações aglutinada do Grupo Enlace

Projetos	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalhador por conta própria e o empreendedor/a por necessidade: um estudo sobre práticas e percursos de vida de microempreendedores/as sociais em situação de vulnerabilidade no Brasil e em Portugal (2018); - O Disque 100 e o Ministério Público do estado da Bahia: um estudo sobre os tipos de denúncias de violência registradas no Disque 100 correlata às pessoas LGBTs no âmbito de estado brasileiro (2016); - A baianidade e o/a empreendedor/a em seu fazer cotidiano: um estudo sobre os/as microempreendedores/as e seus estabelecimentos na cidade de Camaçari (2014); - A construção da tecnologia social com as microempresárias e os Centros Técnicos de Educação Profissional (Ceteps): um estudo sobre as microempresárias baianas e o <i>ethos</i> do cacete armado em Alagoinhas (2013); - Conexões na produção e na aplicação do conhecimento colaborativo na interface com setores desfavorecidos da sociedade (2012); - Masculinidades em corpos femininos e suas vivências: um estudo sobre os atos performativos masculinos reproduzidos pelas mulheres nas cidades de Alagoinhas, Camaçari e Salvador. - Masculinidades e turismo: um estudo sobre os atos performativos masculinos reproduzidos pelos microempresários da região.
Eventos	<ul style="list-style-type: none"> - I Encontro de Produção, Gestão e Difusão do conhecimento científico no estado da Bahia, 2018; - I workshop em Difusão do Conhecimento: empreendedorismo social, tecnologia social e economia criativa, 2017; - Seminário Enlaçando Sexualidades, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017;

	- Seminário e Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Sexualidades, Relações de Gênero e Direitos Humanos, 2012, 2016; - II Seminário Interno do Grupo Enlace, 2020.
Blogs e documentários	- <i>Fio das masculinidades</i> (2014); - <i>Fio das masculinidades</i> (2013); - <i>Mulheres Cientistas na/da Bahia</i> (2011).
Livros publicados	- <i>Enlaçando Sexualidades I</i> (Suely Messeder e Marco Antônio Matos Martins - organizadores), volumes 1 e 2 Eduneb, 2010. - <i>Enlaçando Sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero</i> . Edufba, 2016. - <i>Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências</i> . (Suely Messeder e Clebemilton Nascimento - organizadores). Edufba, 2020.

Fonte: dados do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

No quadro acima, podemos vislumbrar a presença de produção científica através do registro de diversos projetos que se desdobraram na produção de artigos, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses. Podemos observar que o grupo não fica restrito a produzir conhecimento, estritamente sobre às temáticas relativas ao gênero e à sexualidade, mas tem se envolvido em assuntos contemporâneos outros que segundo Suely Messeder, coordenadora do grupo, têm estreita relação com o objeto de estudo dos discentes pesquisadores, suas experiências e a necessidade de adensar na complexidade e multirreferencialidade. Isso muito se deve às parcerias do grupo com o Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da UNEB e do PPGDC. Toda essa produção não está deslocada da organização de inúmeros eventos que da mesma forma atravessam uma suposta exclusividade dos temas do gênero e sexualidades. O grupo registra ações também em outros canais de difusão do conhecimento, a exemplo de *blogs* e publicação de livros. O Grupo Enlace foi promovido à condição de centro dentro da hierarquia da UNEB, instituição a qual está filiado.

A seguir, apresento a logomarca do Grupo Enlace e o cartaz do II Seminário Interno do grupo cuja imagem pretende destacar as aberturas para novas alianças, conexões e compromissos, temática norteadora das discussões que pautaram os três dias do evento que marcou os dez anos do grupo.

Figura 13 – Logomarca do Grupo Enlace



Fonte: folder de divulgação do II Seminário Interno do grupo

Figura 14 –Logo comemorativa dos dez anos do Grupo Enlace



Fonte: folder de divulgação do II Seminário Interno do grupo

d) Considerações sobre o grupo:

Apesar do grupo aparecer como sendo formado em 2011, de acordo com os dados acessados no Diretório do CNPq, a sua líder e fundadora, Suely Messeder, reconhece que a data de fundação seja um pouco antes, ou seja, seu nascedouro se deu durante a primeira edição do Seminário Enlaçando Sexualidades que aconteceu em 2009. Nesse evento, foram plantadas as primeiras sementes do grupo que somente foi certificado pela UNEB e na plataforma de grupos do CNPq em 2010 como sendo grupo de pesquisa Enlace (MESSEDER, 2020c).

O próprio nome Enlace causa certo estranhamento e ambiguidade porque diferentemente de outros grupos não tem como nome uma sigla. Apesar de ter sua gênese no Seminário Enlaçando Sexualidades, um evento com foco nas questões de gênero e sexualidades, o Grupo Enlace buscou articular essas discussões com outras expressões de conhecimento. Uma prova disso são os eixos temáticos do próprio seminário que se espalharam para suas linhas de pesquisas na sua formação inicial – saúde, reprodução,

migração, direitos humanos, literatura, mídia, raça, etnicidade, movimentos sociais, políticas públicas e trabalho – e nos projetos de pesquisas individuais dos seus membros, seja para o mestrado em Crítica Cultural da UNEB ou para o PPGDC.

A bem da verdade, com a sua mudança para núcleo, o grupo foi se rearrumando para melhor dialogar com esses dois programas de pós-graduação, suas instituições parceiras, que a propósito não estão registradas no formulário do CNPq, bem como suas áreas de concentração e linhas de pesquisas. Isso tudo passou a se refletir na formulação das linhas de pesquisas que passaram a enfatizar a produção, gestão e difusão do conhecimento. Com isso, o grupo foi se desvincilhando do rótulo de grupo de gênero e sexualidade, sem, entretanto, abandoná-lo.

5.2.4 A Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros

A Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros, criado e coordenado pela professora, pesquisadora e musicista Laila Rosa da UFBA, não tem registro no CNPq, apesar de existir desde 2012. Por essa razão, esse grupo será apresentado apenas através das informações obtidas junto à sua coordenação¹⁵⁴ a saber: artigos, teses e relatos de experiências, além das informações obtidas através da entrevista com a coordenadora. No entanto, tentei apresentar essas informações o mais próximo possível da modelagem dos demais grupos. Conforme nos explica a coordenadora, o cadastramento do grupo ainda não aconteceu, embora esse seja um desejo.

Isso se explica porque de acordo com as normas da UFBA, esse cadastramento está atrelado à exigência de duas pesquisadoras doutoras da instituição, no entanto, isso não foi possível. Apesar de o grupo já ter formado doutores e doutoras e esses pesquisadores/as permanecerem vinculados/as ao grupo, eles/as não fazem parte do quadro institucional efetivo da UFBA. O grupo se apresenta da seguinte forma: A Feminaria Musical faz parte do PPGMUS da UFBA e também integra a linha de pesquisa Gênero, Arte e Cultura do NEIM. No entanto, a partir de 2019, cada linha de pesquisa virou um grupo de pesquisa e essa linha se tornou GAC – Gênero, Arte e Cultura do NEIM.

Sem o cadastramento do grupo no CNPq, não temos uma modelagem disponível para que possamos, comparativamente, proceder da mesma forma que estamos tratando os demais

¹⁵⁴ Como o grupo não está registrado no CNPq, optei por não o enquadrar nessa modelagem. Acredito que com isso eu não esteja deixando de perseguir um rigor metodológico, mas um rigor outro, sem recriar uma modelagem que não existe.

grupos. A ausência de um banco de dados formalizado nos colocou diante de informações dispersas sobre o grupo. Dentre as principais fontes de informações que tivemos acesso destaca-se a narrativa da coordenadora e a tese de doutorado de Anni Carneiro, intitulada *Saúde, ativismo e pedagogia feminista: a feminaria musical no contexto da Universidade Federal da Bahia* (2019),¹⁵⁵ defendida no PPGNEIM em 2019, outra importante fonte de informação sobre o grupo. No entanto, esse ajuntamento de informações nos coloca diante de, pelo menos, duas perspectivas sobre o grupo, a visão da sua idealizadora e coordenadora, Laila Rosa, e a visão de Anni Carneiro, que é integrante do grupo e traz uma compreensão a partir da perspectiva dos discentes-pesquisadores. É Laila Rosa quem nos conta como surgiu o grupo, acontecimento que data da sua entrada na UFBA como professora efetiva através de concurso público:

Quando eu entrei na universidade, eu escrevi o projeto da Feminaria, que era Feminaria Musical ou epistemologias feministas em música no Brasil, como se vê nada ambicioso (risos). Esse era o projetão com três planos de trabalho. Um plano de trabalho era de mapear as compositoras atuantes em Salvador, o outro era fazer uma revisão bibliográfica do banco digital de teses e dissertações e tudo que tivesse de gênero e música, e o terceiro, de anais de eventos. Em 2012, eu inscrevi o mesmo projeto para o Permanecer e foi aprovado com três planos de trabalho aí nasceu a Feminaria. O grupo nasceu com estudantes cotistas, duas meninas e um menino negros, os três. Na geração seguinte, 2013-2014, entraram outras pessoas do Bacharelado em gênero e diversidade daqui da UFBA que está até hoje e é muito lindo porque tem gente de música, do Bacharelado Interdisciplinar de Artes e de outros espaços. E isso é que legal, tem gente de várias áreas. Tem mais gente que não é da música que trabalha com gênero e feminismo. Considerando que a música é uma área de conhecimento quanto mais elementos você tiver, mais rico, mais musical vai ser o seu trabalho. (excerto da entrevista, grifos nosso).

Na esteira desse processo, Laila Rosa criou disciplinas sobre música e feminismos, relações étnicos raciais, corpo e música para serem oferecidas nos programas de pós-graduação nos quais atua. Isso fortaleceu o campo teórico-epistemológico da etnomusicologia feminista no grupo. O grupo vem trazendo importantes contribuições para uma área relativamente nova que são as interlocuções entre música e marcadores sociais das diferenças atravessados pelas epistemologias feministas, articulando o artístico, o teórico e o político na produção de conhecimento sobre mulheres no Brasil.

¹⁵⁵ Em sua tese de doutoramento, a autora se propõe a investigar as trajetórias das participantes do grupo no que tange à produção de conhecimento sobre mulheres e música no Brasil. Anni Carneiro parte da hipótese de que o grupo tem uma potente experiência de pedagogia feminista, criando um espaço de poder, mas também de reconhecimento da universidade como espaço de potência, crescimento e relações saudáveis, mas também de experiências densas nutridas pelo racismo, sexismo e LGBTQI+fobia. Os dados da referida pesquisa foram fundamentais para compor uma individualização e modelagem do grupo, mesmo sem o registro do mesmo no CNPq.

O Feminaria Musical é composto por cerca de 25 integrantes, sendo que a grande maioria são mulheres negras com diversas formações como teatro, jornalismo, psicologia e discentes dos bacharelados interdisciplinares em arte e humanidades da própria UFBA, além de discentes do curso de bacharelado em gênero e diversidade. Não há subdivisão do grupo por linha de pesquisa. Laila Rosa relatou várias parcerias com pesquisadores e pesquisadoras de várias partes do Brasil, no entanto, vale ressaltar que essas parcerias não são institucionalizadas.

Em sua tese de doutorado, Anni Carneiro descreve a Feminaria Musical a partir da sua experiência no/com o grupo e como produtora de conhecimento científico sobre o grupo. Descreve Anni Carneiro (2019, p. 28):

A Feminaria Musical é um território de construção de outras realidades dentro do universo acadêmico, espaço de prática de relações horizontalizadas e afetivas, de práticas de uma pedagogia feminista, antirracista, decolonial. As principais discussões e experimentações atualmente tangenciam decolonialidade, ancestralidade, gênero, sexualidade, racismo e branquidade.

O grupo vem desenvolvendo pesquisas sobre as epistemologias feministas em música no Brasil e compositores atuantes em Salvador (BA). Integra essa produção diversas ações que vão desde performances em eventos envolvendo, música, corpo, expressões corporais, atos públicos, rodas de conversas, *workshops*, oficinas, escritas coletivas de artigos, organização de eventos, além de participar de eventos tanto na área de etnomusicologia como em eventos multidisciplinares. Além disso, destaca-se a produção individual dos discentes pesquisadores que estão vinculados ao grupo. O nome do grupo já implica dizer que tem uma configuração bastante singular e híbrida, alia pesquisa com muita militância. Os vários pertencimentos do grupo e, por consequência, dos seus membros revelam esse pendor para a interdisciplinaridade e experimentação. Por outro lado, destaca-se as intervenções e interlocuções com os movimentos sociais enquanto grupo feminista. Segundo Laila Rosa, a grande contribuição da Feminaria Musical tem sido de contribuir de forma significativa para a pesquisa e para pensar novas propostas que unam pesquisa e produção artística coletivas. Como rotina do grupo, destaca-se a realização de encontros semanais para discutir textos sobre músicas e feminismos em geral, questões concernentes à área da etnomusicologia, além da condução das pesquisas em andamento.

O Feminaria Musical vem experimentando práticas encarnadas de produção do conhecimento ao realizar diversas formas de fruição da produção no âmbito do grupo. As

performances são apresentações públicas, realizadas pela Feminaria Musical que vêm acontecendo desde o início da jornada no grupo. É um momento de transbordamento do que o grupo vive para outras pessoas, a possibilidade de contaminar com o desejo de fazer arte e do não julgamento, da não autorização para se nomear, se reconhecerem como fazedoras de arte. É o momento de exercício do que é chamado como “ativismo”.

Abaixo apresento um quadro-síntese com apenas algumas das atividades desenvolvidas pelo grupo. Conforme já anunciado, esta seção mescla dados apresentados por Anni Carneiro e outras recolhidas do diálogo com a coordenação do grupo. Como podemos conferir, destacam-se as performances em eventos, as rodas de conversas, as seções de escritas criativas, ensaios etc.

Quadro 26 – Informações aglutinadas do Grupo Feminaria Musical

Ações	Descrição	Nome/local/data
Encontros do grupo	Ordinariamente, os encontros acontecem semanalmente quando acontecem trocas afetivas, teóricas, experiências, experimentações, planejamento de ações, socialização dos processos criativos e investigações, de pesquisas em andamento (teses, dissertações, orientações grupais, planejamento de intervenções junto à comunidade.	Escola de Música, NEIM ou em outros espaços a combinar
Performances	O grupo realizou mais de 30 performances em variados espaços tanto dentro quando fora dos muros das universidades entre 2012 e 2019.	Algumas das principais performances: a) Encontro Novembro Negro nas Artes: diálogos sobre raça, gênero e sexualidade nas artes visuais, educação, literatura, moda e música, entre 29 de novembro a 12 de dezembro de 2013, na Escola de Música, no Canela; b) Performance poético-musical: Chamaram-me Negral – III Bienal da Bahia: é tudo Nordeste? 31 de julho. Arquivo Público, Projeto Quinta nas Quintas julho de 2014; c) I Congresso Internacional sobre o Pensamento das Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana e I Workshop Mulheres Negras Pensando as Práticas Sociais, em 11 de dezembro de 2014, na Escola de Medicina da UFBA, no Pelourinho.

Oficinas	Atividades com ênfase no corpo, espaços de criação, experimentações sonoras. Em geral, são mediadas por convidadas externas.	Registro da Oficina performática —O que me move! com a Prof. ^a Dr. ^a Nadir Nóbrega, no dia 5 de novembro de 2015, realizada na Escola de Música da UFBA.
Rodas de conversas	Espaços nos quais são convidadas pessoas externas ou internas para partilhas, experiências e investigações. Atividades abertas à comunidade.	Roda de conversa: —Protagonismo das mulheres em Salvador com a convidada Josy Garcia, na Escola de Música da UFBA, no dia 13 de julho de 2017.
Ensaios	Espaços de experimentação e improvisação. Momentos de criação para fins específicos de apresentações programadas e agendadas.	Atividades frequentes, porém, atreladas a apresentações e performances.
Escritas coletivas	Exercícios que contemplam música e textos, artigos científicos coletivos, músicas autorais que, em geral, são usadas em performances e apresentações do grupo.	A seguir, duas experiências de escritas coletivas: <i>Feminaria musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros</i> , apresentado no Fazendo Gênero 10. A segunda foi escrita no ano seguinte, para o evento Enecult, por Laila Rosa, Jorgete Lago, Rebeca Sobral, Ítalo Araújo, Cristiane Lima, Ellen Carvalho, Laura Cardoso, Maiara Amaral e Neila Alcântara, intitulada <i>Rompendo com os silenciamentos: cantando gênero, raça e sexualidade na produção de conhecimento sobre mulheres e música no Brasil</i> .
Parcerias e relações intergrupos	Conforme relatou Laila Rosa, não são parcerias institucionalizadas, mas parcerias afetivas e espontâneas.	- Programa de Extensão de comunidades indígenas (PET Indígena UFBA); - Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (Grumap); Programa de Extensão de Comunidades Indígenas (PET Indígena/UFBA), com o Grumap e com o coletivo KIU: Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual, bem como existem as colaboradoras permanentes: Carol Barreto, moda-artivista, pesquisadora, professora; Deusi Magalhães, atriz-artivista; e Adriana Gabriela, artista, atriz, poetisa e pesquisadora.
Projetos de pesquisas		- Feminaria Musical ou epistemologias feministas no Brasil: etnografias e saberes e vivências (série de projetos de I a V Desde 2012 até hoje).

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]), currículo Lattes e informações fornecidas pela líder do grupo.

Abaixo apresento a logomarca usada pelo grupo como identidade visual:

Figura 15 – Logomarca do grupo Feminaria Musical



Fonte: página do grupo no Facebook.¹⁵⁶

5.2.5 CAPITU – Núcleo de Pesquisa em Gênero, Diversidade e Sexualidade

a) Dados do CNPq:

Quadro 27 – Identificação Núcleo Capitu – Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

Nome do grupo	Núcleo Capitu – Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades
Ano de formação	2011
Situação	Certificado
Data de atualização	02/04/2020
Líder(es)	Priscila Gomes Dornelles e Ana Cristina Givigi
Vice-líder	Não consta
Área predominante	Ciências Humanas/Educação
Instituição	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Unidade	Centro de Formação de Professores
Endereço	Rua Nestor de Melo Pita, nº 535, Centro, Amargosa (BA). CEP: 45300-000. Caixa Postal: não consta
Website	Não consta
Contato do grupo	(75) 36343042 prisciladornelles@gmail.com
Localização geográfica	Não consta

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

b) Repercussões dos trabalhos do grupo:

Quadro 28 – Linhas de pesquisas Núcleo Capitu – Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

Linhas de pesquisas	Descrição	Nº	
		Pesquisadores	Estudantes
Cultura, Raça, Gênero e Educação do campo	Esta linha aciona os conceitos de cultura, raça, gênero, classe e suas intersecções para dialogar com as experiências que se circunscrevam no espaço político	07	11

¹⁵⁶ Ver: <https://www.facebook.com/feminariamusical/>.

	construído pelo campesinato e pelos povos e comunidades tradicionais, como os movimentos de luta pela terra, de agricultorxs, de militantes da agroecologia, militantes de movimentos contra barragens, de povos indígenas, de terreiro do campo (de religiões afro-brasileiras), comunidades quilombolas, de marisqueiras, dentre outros.		
Gênero, Sexualidade e Educação	Referencia-se nas teorizações dos estudos feministas, culturais, gays e lésbicos e teoria queer com foco na problematização do corpo, do gênero e da sexualidade como construções discursivas e políticas que constituem a cultura, destacando os modos de subjetivação acionados em distintos espaços educativos. Evidencia a produção dos femininos no contexto do campo como expressão do gênero normativo, da homo/heteronormatividade, da sexualidade e do que conta como humano.	03	02

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

c) Indicadores de Recursos humanos

Quadro 29 – Indicadores de recursos humanos do grupo Capitu

Recursos humanos	Total	Nível de treinamento	
Pesquisadores/as	18	Graduação	00
		Especialização	00
		Mestrado	06
		Doutorado	03
		Sem formação em andamento	00
Estudantes	13	Graduação	09
		Especialização	00
		Mestrado	06
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	07
Técnicos/as		Graduação	00

	00	Especialização	00
		Mestrado	00
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	00
Professores/as Colaboradores/as Estrangeiros	00	Não consta	
Egressos		Não há registro	

Fonte: dados do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

d) Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas:

Quadro 30 – Informações aglutinadas Núcleo Capitu – Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

Projetos de pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Mukanda, o que nos mostra as cartas? Branquitude na educação do campo e as escritas negras da terra (2020- atual); - Gênero e sexualidade em Interseccionalidades nos/com os cotidianos da educação e(m) saúde: carto-genealogias da diferença (2018-atual); - Cartografias num terreiro de candomblé: mulheres de terreiro, terras e suas lutas ontológicas (2019); - Pibic: Formação em Educação Física: da natureza às marcas (des)construtoras de gênero e sexualidade e ancestralidade (2017-2018); - Pibic: Gêneros e sexualidades nordestinos, biocolonialidade e o espaço político do esporte: cartografias da formação em Educação Física (2016- 2017); - Políticas públicas da inclusão social e transversalidade de gênero: ênfases, tensões e desafios atuais (2014-2018); - Projeto Resistência e estratégias às regulações da sexualidade: cartografias de uma equipe de esportistas de amargosa (BA) (2014-2015); - Ateliê de Mapas das Desigualdades: cartografias das intersecções culturais e a construção de culturas e a construção de conhecimento no Vale do Jequiriçá e Bahia de todos os Santos (2011-2013);
Eventos	<ul style="list-style-type: none"> - XII Conferência da Negritude e Educação, 2017; - V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2017. - Plenária de Construção do Manifesto Múltiplas Sexualidades; - Campanha 16 dias de ativismo/babadinhos gênero e raça, sexualidade e gênero/Babado Acadêmico: a construção do gênero e suas

	implicações/Babado Acadêmico: masculinidades e feminilidades: desafios acadêmicos no II Festival Anual de Múltiplas Sexualidades, 2013. - I Conferência Territorial LGBT do Vale do Jiquiriçá, 2011.
Publicações	- <i>Babado Acadêmico Baiano: universidade, gênero e sexualidade</i> . 1ª ed. Salvador: Edufba. 2017, Ana Cristina Nascimento Givigi e Priscila Dorneles (orgs.); - <i>O Recôncavo sai do armário. Universidade, gênero e sexualidade</i> . 1ª ed. Cruz das Almas, Bahia: Editora da UFRB, 2013.

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

A seguir, na figura abaixo, apresenta-se a logomarca do grupo inspirada na personagem Capitu da obra de Machado de Assis.

Figura 16 – Logomarca do Núcleo Capitu



Fonte: adaptada do *blog Núcleo Capitu*.¹⁵⁷

e) Considerações gerais sobre o grupo:

O Núcleo Capitu foi fundado em 2011 e está sediado no CFP da UFRB na cidade de Amargosa. Agrega estudantes do curso de Educação Física, da graduação e do Mestrado Profissional em Educação do Campo. As reuniões ordinárias são bimestrais e reúnem orientandos das pesquisadoras vinculadas ao grupo. Nelas, acontecem apresentação de pesquisas em andamento, de TCCs e de dissertações, socialização dos resultados, partilhas do

¹⁵⁷ Ver: <http://nucleocapitu.blogspot.com/>.

estado da arte. Nessa dinâmica, cada um apresenta suas pesquisas e os demais opinam sobre elas gerando interação entre alunos e alunas de TCC e da pós-graduação.

Kiki Givigi, coordenadora do grupo, narrou a sua chegada em Amargosa e o seu encontro com as outras pesquisadoras que junto com ela impulsionaram a criação do grupo, motivadas pelas demandas da pós-graduação como forma de fortalecer a produção do programa. Kiki explica como surgiu o nome do grupo que, por consequência, deu origem à logomarca, representação visual do grupo:

[...] quando eu venho para cá (UFRB/Amargosa-BA) eu encontro a professora Priscila, depois apareceram Diana, Maira, outras pessoas e a gente forma esse Núcleo chamado Capitu que na época a gente pensava em chamar de Tieta, a gente pensou em outros nomes, mas ficou sendo Capitu, porque tinha uma pessoa que já foi embora daqui que trabalhava com mulheres e não com sexualidade e a gente achou que Capitu era um nome que contemplava, aquele olhar oblíquo, duvidoso, mas uma mulher. Achou que esse nome nos reunia melhor e começamos. Daí começamos a ir para congressos, escrever em gênero e sexualidades. Em seis meses, o grupo virou um grupo de CNPq aconselhado pela pós-graduação para que a produtividade estivesse anexada a esse exercício. (excerto de entrevista).

5.2.6 Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

a) Diretório CNPq:

Quadro 31 – Identificação Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

Nome do grupo	Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades
Ano de formação	2011
Situação	Certificado
Data de atualização	07/11/2020
Líder(es)	Marcos Lopes de Souza
Vice-líder	Não consta
Área predominante	Ciências Humanas; Educação
Instituição	Universidade do Sudoeste da Bahia
Unidade	Não Consta
Endereço	Rua José Moreira Sobrinho, nº 873, Jequezinho, Jequié (BA)
Website	Não consta
Contato do grupo	mlopessouza@hotmail.com
Localização geográfica	Latitude: -13.8679844 Longitude: -40.074894099999995

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Observa-se neste item, “Identificação”, que as informações não foram fornecidas integralmente. De acordo com o formulário, não constam o nome de vice-líder, não menciona qual a unidade institucional a qual o grupo está vinculado, como também não consta o

endereço de *website*. Destaca-se também o fato de não haver endereço de *e-mail* institucional e sim pessoal, fato esse que denota um vínculo mais pessoal do que institucional.

Quadro 32 – Repercussões dos trabalhos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

O Grupo tem como objetivo estudar, pesquisar e discutir as questões de gênero e sexualidades, principalmente no ambiente escolar. Já tem desenvolvidos projetos como: Curso de formação para educadoras(es) nas temáticas relativas às questões de gênero e sexuais; e o Seminário do Dia mundial de luta contra a homofobia.

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Em “Repercussões dos trabalhos do grupo”, foi dada ênfase nas ações e projetos no campo da Educação envolvendo estudos, investigação e formação de educadores através de cursos e seminários. Dentre as ações relatadas, estão o curso de formação de educadores/as e o Seminário como ação do Dia mundial de luta contra homofobia.

b) Diretório do CNPq:

Quadro 33 – Linhas de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

Linhas de pesquisas	Descrição	Nº Pesquisadores	Nº Estudantes
Diversidade de gênero e sexual no espaço escolar	Investigar e discutir como o espaço escolar lida com a diversidade de gênero e sexual, tanto em seus processos de reiteração das normas quanto na sua desconstrução.	04	13
Diversidade de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais	Investigar os processos discriminatórios na interface entre gênero, sexualidade e etnia-raça e as formas de escape e superação ao sexismo, racismo e lesbo-homo-bi-transfobia.	02	11
Formação docente e as questões de gênero	Analisar como as relações de gênero e as questões da sexualidade são discutidas nos espaços de formação docente.	01	06

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

O grupo está organizado em três linhas de pesquisa, todas elas têm o objetivo de discutir as questões de gênero e sexualidades, seja no cotidiano escolar, na formação docente e/ou na intersecção com outros marcadores sociais da diferença.

c) Recursos humanos

Quadro 34 – Recursos humanos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

Recursos humanos	Total	Indicadores de nível de treinamento	
Pesquisadores/as	04	Graduação	00
		Especialização	00
		Mestrado	01
		Doutorado	03
		Sem formação em andamento	00
Estudantes	30	Graduação	02
		Especialização	04
		Mestrado	04
		Doutorado	03
		Sem formação em andamento	17
Técnicos/as	00	Graduação	00
		Especialização	00
		Mestrado	00
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	00
Professores/as Colaboradores/as Estrangeiros	00	Não há registro	
Egressos	01	Pesquisadores/as	00
		Estudantes (graduação)	01

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

No que se refere aos recursos humanos, destaca-se a presença de 30 estudantes e quatro pesquisadores/as. Não há registro da existência de técnicos nem de professores colaboradores estrangeiros cadastrados.

d) Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas:

Apresentaremos abaixo algumas ações mais específicas não contempladas no Diretório do CNPq sobre o grupo.

Quadro 35 – Informações aglutinadas sobre o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

Projetos de pesquisa	1) Formação docente para as discussões sobre diversidade de gênero e sexual (2014-2017);
-----------------------------	--

	2) O que dizem os livros didáticos de ciências sobre as identidades de gênero e sexuais? (2011-2014);
Atividades extensionistas	1) Seminário do Dia mundial de luta contra a homofobia (seis edições: 2009- 2014); 2) Núcleo de Estudos em Diversidade de Gênero e Sexual.
Eventos	1) IX Congresso Internacional da ABEH (2018); VII encontro Regional de Ensino de Biologia (Erebio) – Regional (Nordeste) 2017; 2) II Seminário do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e contemporaneidade e XII Encontro de combate à Discriminação Étnica e Racial (2016).

e) Considerações gerais sobre o grupo:

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades, coordenado pelo professor Marcos de Souza Lopes, destaca-se pelo conjunto de ações voltadas para esse campo no sudoeste da Bahia. Sediado na UESB no *campus* de Jequié, o grupo tem realizado atividades próprias voltadas para o tema do gênero e da sexualidade como também vem experimentando parcerias exitosas com o ODEERE,¹⁵⁸ que é um Órgão de Educação e Relações Étnicas, com forte inserção na comunidade tanto acadêmica como em geral. Foi fundado em 2005 por um grupo de professores-pesquisadores, dentre eles, o próprio Marcos Lopes e a Prof.^a Dr.^a Marise de Santana.

No que diz respeito à modelagem do CNPq, encontramos algumas informações ainda sem preenchimento no diretório como a ausência do vice-líder, a unidade a qual está vinculada, a ausência de *e-mail* institucional no campo “contato do grupo”, além disso, não dispõe de *website*. Com relação às repercussões do grupo, observamos que este tem suas ações voltadas, preferencialmente, para o campo da Educação seja ela formal através de experiência no ambiente escolar seja na formação docente. Isso se reflete nas três linhas de pesquisas cadastradas: a) Diversidade de gênero e sexual no espaço escolar; b) Diversidade de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais; e c) Formação docente e questões de gênero. Pela própria trajetória do seu líder que vem de movimentos sociais, especialmente o

¹⁵⁸ O ODEERE objetiva incentivar as pesquisas e as reflexões acerca dos processos educativos voltados para o conhecimento de matrizes culturais africanas, afro-brasileiras e indígenas. O órgão também busca coletar informações a cerca dessas populações a fim de ampliar os conhecimentos e subsidiar políticas públicas. Além disso, o órgão suplementar da UESB atua na reformulação de currículos e atividades de formação continuada.

movimento LGBT em São Paulo, o grupo tem desenvolvido inúmeras ações em prol da luta contra a homofobia e outras formas de discriminação.

De acordo com a modelagem do CNPq, o grupo é relativamente pequeno, contando com a presença de quatro pesquisadores e 30 estudantes. Chama a atenção a presença de um número relativamente grande de estudantes “sem formação em andamento”, mais de 50%, denominação do CNPq para membros dos grupos que não estão vinculado nem à graduação nem à pós-graduação. A divisão por linha é relativamente equilibrada, sendo que predominam as duas primeiras linhas, Diversidade de gênero e sexual no espaço e Relações étnico-raciais.

Além de dois importantes projetos de pesquisas voltados para a formação docente, ensino de ciências e livro didático, o grupo desenvolve ações extensionistas dirigidas ao enfrentamento à homofobia, como por exemplo as seis edições do Seminário Mundial de luta contra a homofobia e o Núcleo de Estudos em Diversidade de Gênero e Sexual. Este último está voltado para o enfrentamento do preconceito e da discriminação por gênero e orientação sexual, mais concretamente através da realização de oficinas e campanhas de sensibilização da comunidade em geral para aos temas e no fortalecimento dos trabalhos de investigação na área.

5.2.7 GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação

a) Dados do CNPq:

Quadro 36 – Identificação GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação

Nome do grupo	GIRA-Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação
Ano de formação	2015
Situação	Certificado
Data de atualização	14/08/2020
Líderes	Felipe Bruno Martins Fernandes e Mariângela Nascimento
Vice-líder	Não há registro
Área predominante	Ciências Humanas/Educação
Instituição	Universidade Federal da Bahia
Unidade	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Endereço	Estrada de São Lázaro, nº 197, Casarão da FFCH, Sala dos professores Felipe Fernandes e Mariângela Nascimento, Federação, Salvador (BA). CEP: 40.210.930. Caixa Postal: não consta
Website	http://generoesexualidade.ffch.ufba.br
Contato do grupo	fernnades.felipe@ufba.br
Localização geográfica	Latitude: -13.0079321 Longitude: -38.509955699998

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 37 – Repercussões dos trabalhos do grupo GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação

Em 2014, realizamos estudos e pesquisas sobre gênero, política e educação, atividades registradas na Pró-Reitoria de Extensão. Em 2015, os líderes coordenaram dois projetos de pesquisa: um sobre mulher migrante e outro sobre a trajetória da socióloga Zahidé Machado Neto (1931-1983). Além disso, manteve projetos de extensão e supervisionou bolsistas permanecer e monitoria. Em 2016, mantém a pesquisa sobre Zahidé Machado Neto e conclui a pesquisa sobre Mulher Migrante. No que tange à extensão, dá continuidade ao projeto em escolas do subúrbio ferroviário de Salvador e lança uma Rádio Web. Tem produção apresentada em congressos e divulgada em revistas científicas. Edita, juntamente com o Fempos/UNILAB, a revista *Cadernos de Gênero e Diversidade*.

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 38 – Participação em redes de pesquisas GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação

Não há registro

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 39 – Linhas de pesquisas GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação

Linhas de pesquisas	Descrição	Nº Pesquisadores	Nº Estudantes
Antropologia feminista e estudos <i>queer</i>	Esta linha reúne pesquisas para as quais a construção e dinâmicas de gênero e sexualidade são refletidas a partir do olhar antropológico. De caráter interdisciplinar, busca refletir sobre as problemáticas contemporâneas – afetos e conjugalidades, políticas, saúde, diversidades, subjetividades desigualdade social, dentre outras –, a partir da etnografia ou em diálogo com reflexões antropológicas feministas e <i>queer</i> .	01	09
Educação para a igualdade e a produção de conhecimento	Têm como meta pesquisas e intervenções no campo da Educação, nas quais as dimensões de gênero, diversidade e subjetividades tenham centralidade, produzindo conhecimento engajado com processos de transformação e justiça social. Preocupa-se	04	03

	também com a difusão do conhecimento em suas múltiplas possibilidades e com processos de interação dentro e fora da universidade.		
Movimentos e lutas sociais em contextos de mudança	Trata de conhecer, explicitar e oferecer ferramentas conceituais para o entendimento das mutações operadas no movimento social e dos resultados delas decorrentes. A nova configuração de poder do capitalismo pressupõe novos paradigmas sociológicos para identificar as novas formas de resistência. Além disso, busca identificar as novas relações de trabalho e produção em um contexto de mobilidade humana em busca de novos territórios.	02	00

Fonte: dados do *Directório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 40 – Recursos humanos GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação

Recursos humanos	Total	Indicadores de nível de treinamento	
Pesquisadores/as	03	Graduação	00
		Especialização	00
		Mestrado	00
		Doutorado	03
		Sem formação em andamento	00
Estudantes	06	Graduação	00
		Especialização	00
		Mestrado	05
		Doutorado	02
		Sem formação em andamento	00
Técnicos/as		Graduação	01
		Especialização	00
		Mestrado	00
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	00
Colaboradores/as Estrangeiros		Sem registro	
Egressos		Pesquisadores/as	03
		Estudantes (graduação)	35

Fonte: dados do *Directório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

- b) Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas

Quadro 41 – Ações aglutinadas GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação

Projetos de pesquisa	1) Zahidé Machado Neto: uma pioneira nos estudos sobre a mulher na Bahia (2015-2016); 2) Olhares imigrante: subjetividade e resistência (2016-2017); 3) Olhares antropológicos: gestantes universitárias (2017); 4) AIDS e ação: prevenção e luta contra preconceitos e discriminações (2017-2019).
Extensão	1) Observatório Feminista da política (2014-2015); 2) Gira – circulando a diversidade na Escola do subúrbio com comunidades de Salvador (2014); 3) Radio Web GIRA (2016); 4) Discutindo gênero, sexualidade, Raça e Religião com comunidades de Salvador (BA) (2015-2016); 5) Pensamento lésbico contemporâneo (2017 - atual); 6) <i>Fala Gênero – Programa Close da Favela 87,9 FM</i> (2017).
Eventos	1) II Fórum GIRA (2016); 2) Jornada Pensamento Lésbico (2017); 3) III Fórum GIRA (2018);
Canais de difusão	<i>Cadernos de Gênero e Diversidades</i>

Fonte: elaborado pelo autor.

A seguir, apresentamos a logomarca do grupo trazendo a ideia de movimento e avanço do conhecimento que se pretende construir enfatizando as trocas, a diversidade, a ênfase nos estudos teóricos e metodológicos de teorias feministas, antropologia feminista e *queer* e ação política.

Figura 17 – Logomarca do grupo GIRA



Fonte: adaptada do site Gênero e Sexualidade.¹⁵⁹

c) Considerações gerais sobre o grupo

¹⁵⁹ Ver: <http://generoese sexualidade.ffch.ufba.br/>.

O GIRA foi criado em 2014, muito embora tenha sido cadastrado no CNPq em 2015 como GIRA: Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação. O grupo é coordenado por Felipe Bruno Martins Fernandes e Mariângela Nascimento e tem como área predominante as Ciências Humanas, mais especificamente, a Educação. Situado na FFCH da UFBA, o grupo está regularmente certificado e atualizado e dispõe de um *website* no qual constam importantes informações sobre o mesmo que ajudou a compor essa modelagem que não está contemplada pelo Diretório do CNPq. O GIRA vem mantendo diversos projetos de pesquisas e extensão, além de acolher estudantes da graduação através de bolsas de monitoria de extensão e do Programa Permanecer.

O grupo está estruturado em três linhas de pesquisa. A primeira, Antropologia feminista e estudos *queer*, que parte de um olhar antropológico e interdisciplinar para refletir sobre as problemáticas contemporâneas em temas como subjetividades, desigualdades sociais, conjugalidades, política, saúde e afetos. A segunda linha entrelaça educação com produção do conhecimento em gênero, sexualidade e diversidade. A linha também vislumbra a difusão do conhecimento em suas múltiplas possibilidades, com processos de interação dentro e fora da universidade. Os movimentos e lutas sociais em contextos de mudança ganham centralidade na proposta da terceira linha que se dedica a observar as mudanças operadas nos movimentos sociais e dos resultados delas decorrentes. Com isso, dedica-se a analisar as novas configurações do capitalismo, as novas relações de trabalho e produção.

O grupo é composto por sete pesquisadores e 12 estudantes distribuídos nas três linhas de pesquisas. A linha de Antropologia detém o maior número de estudantes vinculados, mas tem o registro de apenas um pesquisador. A linha 2 possui um equilíbrio maior entre pesquisadores e estudantes, quatro e três, respectivamente. Já a terceira é menor em número de participantes, dois pesquisadores, e não há registro de estudantes. Com relação aos discentes vinculados, destacam-se alunos de graduação com bolsas de monitoria de extensão e que desenvolvem um plano de trabalho junto aos líderes, além de bolsistas do Programa Permanecer da UFBA, além de alunos e alunas oriundos dos programas de pós-graduação aos quais os pesquisadores e líderes do grupo estão vinculados.

Além disso, o grupo registra a presença de um técnico com graduação e uma relação de egressos que inclui tanto pesquisadores como estudantes. Assim, são três pesquisadores egressos e 35 estudantes, todos registrados com seus respectivos períodos de participação no grupo que vai de 2015 a fevereiro de 2021.

Dentre os principais projetos do grupo, destacam-se o projeto sobre Zahidé Machado Neto, pioneira nos estudos sobre a mulher na Bahia, os projetos sobre imigrantes e mulheres

gestantes universitárias, além de um projeto sobre AIDS focalizando a prevenção e a luta contra o preconceito e discriminação. A ainda breve trajetória do grupo acumula também diversos projetos extensionistas como o Observatório Feminista de Política, o projeto GIRA circulando a diversidade na escola, projeto executado em comunidades do subúrbio de Salvador com atividades que tratam de raça e religião, além da Rádio *Web Gira* e do *Fala Gênero*, um programa de rádio denominado *Close da Favela* que são também canais de difusão de conhecimento. Dentre os espaços e canais de difusão do conhecimento produzidos no grupo, temos a Revista *Caderno de Gênero e Diversidade*, criado e editado pelo grupo. Dentre os eventos realizados, destacam-se o II e III Fórum GIRA e a Jornada Pensamento lésbico.

Com relação às parcerias, o grupo registra redes de parceria com o Canadá através do Chaire de recherche sur l'homophobie; do Laboratório ibero-americano para el estudio sócio-histórico de las sexualidades (LIESS); da Rede de pesquisa: instituto de estudo de gênero (UFSC); Redução das desigualdades extremas e duráveis; e da Universidade Nômade Brasil. No entanto, não fica claro qual a intensidade dessas parcerias e de que modo elas acontecem.

5.2.8 LabTrans – (Co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade do Cuidado em Saúde e Nutrição

a) Dados do CNPq:

Quadro 42 – Identificação LabTrans

Nome do grupo	(Co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisas e Extensão Transdisciplinares em Integralidade Interseccionalidade no Cuidado em Saúde e Nutrição, Gêneros e Sexualidades
Ano de formação	2015
Situação	Certificado não atualizado há mais de 12 meses
Data de atualização	07/11/2019
Líder(es)	Fran Demétrio
Vice-líder	Não há registro
Área predominante	Ciências da Saúde/Saúde Coletiva
Instituição	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Unidade	Centro de Ciência da Saúde
Endereço	Av. Carlos Amaral, nº 1015, Cajueiro, Santo Antônio de Jesus (BA). CEP: 44.574.490. Caixa Postal: 44.570.000
Website	Não há registro
Contato do grupo	(71)99164-3579 fdemetrio@ufrb.edu.br
Localização geográfica	Latitude: -12.9787112 Longitude: -39.25183670000001

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 43– Repercussões dos trabalhos do grupo LabTrans

O LabTrans da UFRB é um Laboratório de estudos, pesquisa e extensão colaborativo que visa construir e envolver discussões e investigações transdisciplinares sobre integralidade e interseccionalidade no cuidado em saúde e nutrição, de modo a possibilitar aos integrantes um olhar e agir crítico-reflexivo sobre os fenômenos socioculturais, de saúde e nutrição integrado às questões de gêneros e sexualidades que perpassam as dimensões da vida humana. O LabTrans da UFRB consiste, assim, em potente espaço epistêmico com caráter de ensino, pesquisa e extensão, no contexto do Centro de Ciências da Saúde da UFRB, que pode contribuir com a transformação de profissionais comprometidos com as necessidades e expectativas dos sujeitos e comunidades com os quais se relacionarem/relacionarão na práxis, construindo olhares transdisciplinares, sensíveis e transformadores em relação às dimensões de gêneros e sexualidades e outros marcadores sociais da diferença, por um prisma interseccional e decolonial.

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 44 – Linhas de pesquisas LabTrans

Linhas de pesquisas	Descrição/objetivos	Nº Pesquisadores	Nº Estudantes
Etnia, raça, gênero e sexualidade	Campo sem preenchimento.	05	05
A mulher no processo saúde-doença: a vivência e o cuidado	Produzir conhecimento e ações que sejam úteis ao cuidado à saúde das mulheres.	03	00
Alimentação e saúde do homem	Produzir discussões e conhecimentos sobre integralidade do cuidado em saúde e nutrição, gêneros e sexualidades, e envolvimento com atividades de ensino e ações extensionistas que versem sobre essas temáticas no contexto acadêmico-científico, comunitário e do SUS.	06	01
Alimentação: natureza e cultura	Campo sem preenchimento.	03	00
Cuidado, integralidade e humanização das práticas de saúde	Proporcionar o desenvolvimento do pensamento e do agir crítico-reflexivo no processo saúde-doença-cuidado e a produção de conhecimentos que possam ser úteis à formação profissional em saúde e ao cuidado ampliado em	07	04

	saúde e nutrição.		
Cuidados à saúde, gênero e diversidade	Contribuir com a trans-formação discente, docente e profissional em ensino, pesquisa e extensão transdisciplinares, crítico-reflexiva e sensível em integralidade do cuidado em saúde e nutrição, gêneros, sexualidades, para atuação com humanização integral e senso político nos âmbitos da vida, acadêmico-científico, comunitário e do SUS.	12	07
Cultura e segurança alimentar e nutricional	Campo sem preenchimento.	03	00
Epistemologias da saúde	Investigar as pluralidades epistêmicas no campo dos estudos e produção de conhecimentos em saúde.	03	00
Etnoepidemiologia	Campo sem preenchimento.	02	01
Filosofia da saúde	Campo sem preenchimento.	02	00
Saúde da população trans	Campo sem preenchimento.	01	00
Saúde de LGBTI	Promover estudos e pesquisas sobre saúde da população LGBTI.	02	00
Transexualidades e saúde coletiva	Contribuir com a trans-formação discente, docente e profissional em ensino, pesquisa e extensão transdisciplinares, crítico-reflexiva e sensível em integralidade do cuidado de pessoas travestis e transexuais, para atuação com humanização integral, respeito à diversidade de existências e senso político nos âmbitos da vida, acadêmico-científico, comunitário e do SUS.	07	01

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 45 – Recursos humanos LabTrans

Recursos humanos	Total	Indicadores de nível de treinamento	
Professores/as		Graduação	02
		Especialização	01
		Mestrado	06
		Doutorado	10
		Sem formação em andamento	00
Estudantes		Graduação	02
		Especialização	00
		Mestrado	00
		Doutorado	01

		Sem formação em andamento	08
Técnicos/as		Graduação	00
		Especialização	00
		Mestrado	00
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	00
Colaboradores/as Estrangeiros		Não há registro	
Egressos		Professores	04
		Estudantes	10

Fonte: dados do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 46 – Instituições parceiras relatadas pelo grupo LabTrans

UFBA, UNIVASF.

Fonte: dados do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

b) Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas:

Dentre as ações e atividades registradas pelo grupo, destacam-se as organizadas no quadro a seguir.

Quadro 47 – Quadro de ações do grupo LabTrans

Projetos de pesquisa	1) Itinerário terapêutico de famílias de baixa renda com crianças acometidas por infecções parasitárias: estudo em um bairro popular do município de Santo Antônio de Jesus (2013-atual); 2) Direitos Humanos Epistêmicos (2018-atual); 3) Diversidade sexual e de gênero na atenção básica: um estudo nos contextos do Recôncavo e do extremo oeste baianos (2019-atual).
Extensão	1) Café dissidente (2017-atual); 2) Transcine: cinema, gênero, sexualidade e saúde.

Eventos e minicursos	<p>3) I Colóquio do LabTrans da UFRB: O novembro da luz: a saúde do homem para além do novembro azul, 2015;</p> <p>4) II Colóquio do LabTrans da UFRB: entre o rosa e o azul, o roxo! Políticas do corpo, gênero e saúde nas campanhas sanitárias, 2016;</p> <p>5) III Colóquio do LabTrans da UFRB/CNPq: Direitos humanos, Políticas Públicas para LGBTI, Racismo, Gêneros, Sexualidades e Saúde.</p> <p>6) I Mostra e Debate de cinema e Saúde com o filme Para além dos seios, 2016.</p> <p>7) I Minicurso Arte, discursos hegemônicos e transformação social, 2016.</p> <p>8) Roda de conversa(x)a do LabTrans /UFRB/CNPq: Gêneros, Feminismos e Terreiro, 2017.</p> <p>9) I Roda de conversa(x)a do LabTrans /UFRB/CNPq: gênero, sexualidades e sofrimento psíquico e emocional, 2017.</p>
Difusão (publicações e outros canais)	<p>1) O grupo publicou artigos, trabalhos em anais de eventos, além de participação tanto da coordenadora quanto de membros do grupo em publicações em capítulos de livros e atuação em eventos, jornais impressos, programas de TV, além da presença tanto da coordenadora quanto de membros do grupo em mesas redondas etc.</p>
Outras atividades	<p>1) Redes sociais: Página do Facebook https://www.facebook.com/labtransufrb (2016); Integralidade do cuidado em Saúde e Nutrição LabTrans;</p> <p>2) Produções técnicas: Capacitação em Acolhimento e cuidado integral considerando as dimensões de gênero e sexualidades para profissionais de saúde de Mairi (BA), 2017.</p>

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]), do currículo Lattes e informações fornecidas pela líder do grupo.

c) Considerações sobre o grupo:

Registrado no CNPq como (Co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão transdisciplinares do Cuidado em Saúde e Nutrição, Gêneros e Sexualidades, o grupo é afetivamente reconhecido como LabTrans. É sediado na UFRB no Centro de Ciência da Saúde, localizado na cidade de Santo Antônio de Jesus (BA), coordenado pela pesquisadora Fran Demétrio. Os dados de identificação seguem de acordo com a modelagem do CNPq e mostram que o grupo é certificado e não atualizado há mais de 12 meses de acordo com a última consulta realizada em 15 de janeiro de 2020.

O grupo tem como áreas predominantes as Ciências da Saúde e Saúde Coletiva, muito embora nas repercussões do grupo esteja explícito a intenção de construir e estreitar diálogos inter/transdisciplinares. As atividades realizadas buscam articular ensino, pesquisa e extensão, a exemplo dos colóquios, rodas de conversas, minicursos e mostras de cinema com debates que interseccionam gênero, sexualidades, saúde, políticas públicas, racismo e integralidade do cuidado em saúde com especial ênfase nas experiências de pessoas trans.

De acordo com a modelagem do CNPq o grupo está estruturado em treze linhas de pesquisa. No entanto, não fica claro como são feitos os diálogos entre as linhas e como isso impacta na produção. Ainda sobre a modelagem do CNPq, chama a atenção alguns campos em aberto nos quais lê-se “sem o preenchimento”. É o que acontece no item “Descrição de linhas de pesquisa”. Muito provavelmente, o elevado número de linhas de pesquisa no grupo dificulta essa operacionalização, ademais pode significar um momento de (re)organização do grupo.

Com relação aos recursos humanos, o grupo conta com a participação de 19 pesquisadores/as e 11 estudantes. Dentre os recursos humanos informados, figuram graduados, mestres e doutores. Nesse contingente, destaca-se o maior número de doutores/as (10). Outro dado que também chama a atenção é a quantidade de estudantes que se encontra sem formação em andamento (08) em relação àqueles/as em formação (03). Quando situamos esse contingente para as 13 linhas de pesquisa catalogadas, verificamos um certo descompasso entre o número de participantes de cada uma delas. Chama a atenção a existência de uma linha com apenas um integrante e outras com um número bastante reduzido de participantes. Se consideramos o fato de que o pesquisador ou estudante pode estar vinculado a mais de uma linha, ainda assim fica evidente um certo desequilíbrio na relação entre recursos humanos e linhas de pesquisas existentes.

Fran Demétrio, coordenadora do grupo, destacou o caráter colaborativo do grupo, inclusive explicando o sentido do nome atribuído: “*É um (Co)laboratório, não é só laboratório*”. Essa ideia de laboratório expressa o sentido de colaboração que o grupo busca enquanto projeto coletivo.

A seguir, destacamos a logomarca do grupo como parte dessa modelagem ampliada do CNPq.

Figura 18 – Logomarca do LabTrans



Fonte: site Arte Central.¹⁶⁰

5.2.9 Jusfemina – Grupo de pesquisa e extensão em gênero, direito e políticas para igualdade

a) Dados do CNPq:

]

Quadro 48 – Identificação Jusfemina

Nome do grupo	Jusfemina – Grupo de pesquisa e extensão em gênero, direito e políticas para a igualdade
Ano de formação	2018
Situação	Certificado
Data de atualização	11/09/2020
Líder(es)	Salete Maria da Silva e Sônia Jay Wright
Vice-líder	Não há registro
Área predominante	Ciências Sociais Aplicadas/Direito
Instituição	Universidade Federal da Bahia
Unidade	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Endereço	Estrada de São Lázaro, nº 197, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Federação, Salvador (BA). CEP: 40.210-730 Caixa Postal: 40110170
Website	Não há registro
Contato do grupo	(71) 3283 6431 salete.maria@ufba.br
Localização geográfica	Não consta

¹⁶⁰ Ver: <https://artecentral.org/portfolio-item/logotipo-para-lab-trans/>.

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

b) Repercussões dos trabalhos do grupo:

Quadro 49 – Repercussões do grupo jusfemina

Não há registro neste campo

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 50 – Linhas de pesquisas Jusfemina

Linhas de pesquisas	Descrição	Nº Pesquisadores	Nº Estudantes
Gênero, arte e cultura	Desenvolver pesquisas e projetos de extensão que abordem a interface entre gênero, manifestações artísticas e culturais.	02	00
Gênero, direito e sistema de justiça	Campo sem preenchimento.	02	02
Gênero, direitos humanos e políticas públicas	Campo sem preenchimento.	04	01

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 51 – Indicadores de Recursos humanos Jusfemina

Recursos humanos	Total	Nível de treinamento	
Professores/as	03	Graduação	01
		Especialização	02
		Mestrado	00
		Doutorado	05
		Sem formação em andamento	00
Estudantes	02	Graduação	00
		Especialização	00
		Mestrado	00
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	02
Técnicos/as	00	Graduação	00
		Especialização	00
		Mestrado	00
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	00
Professores/as Colaboradores/as Estrangeiros	00	Nenhum registro cadastrado	
Egressos		Nenhum registro cadastrado	00

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 52 – Instituições parceiras relatadas pelo grupo Jusfemina

Nenhum registro cadastrado.

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 53 – Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas – Jusfemina

Projetos de pesquisa	(2020) Gênero y (Des)proteccion estatal em tiempos de pandemia: un analisis de las acciones del gobierno frente a la violência y la desigualdade de gênero em tempos de COVID em Mexico y Brasil (2018- 2020) Gênero e Justiça: uma análise feminista das percepções e ações da comissão de proteção aos direitos das Mulheres da OAB – seção Bahia; (2018-2020) Assédio Moral no trabalho em universidade: conhecendo e visibilizando a realidade laboral de docentes servidores/as técnicos/as e terceirizados/as da UFBA.
Extensão	Diálogos abertos: papo e poesia sobre Direitos Humanos das mulheres.
Minicursos	Curso multidisciplinar sobre gênero, acesso à justiça e violência contra as mulheres
Difusão (publicações e outros canais)	Página do Facebook: https://www.facebook.com/advocacyfeminista/

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

A logomarca do grupo criada por ocasião da sua fundação deseja expressar as intersecções propostas como campos complementares e integrados. Assim, há nela o desejo de pesquisa e ação, direito e políticas públicas. No centro, uma figura feminina para mostrar que a condição da mulher na sociedade, no direito e na política tem um lugar central nas ações do grupo.

Figura 19 – Logomarca do grupo Jusfemina



Fonte: página do Facebook do grupo Jusfemina.¹⁶¹

c) Considerações gerais sobre o grupo:

O Jusfemina é cadastrado no CNPq e encontra-se atualizado conforme as normas do diretório. No entanto, é possível verificar que esse cadastramento não foi completado até então, ficando assim alguns campos pendentes. No campo “Identificação”, as informações de localização geográfica estão em aberto e o campo “Repercussões dos trabalhos dos grupos” também se encontra sem preenchimento. Além disso, a respeito das linhas de pesquisas, não constam as descrições de duas delas, cadastradas, respectivamente como Gênero, direito, sistema de justiça e Gênero, direitos humanos e políticas públicas.

Sobre os recursos humanos, podemos verificar que se trata de um grupo bem pequeno, composto pelas duas coordenadoras, oito pesquisadoras e dois estudantes. Não há registro da participação de técnicos e nem de professores colaboradores estrangeiros como também não há registro de egressos e nem de instituições parceiras.

Ao acessar as informações complementares, não constantes do CNPq, podemos observar a presença de três projetos de pesquisas, um deles inclusive em parceria com uma instituição estrangeira. Na conversa que tive com Salete Maria da Silva, uma das coordenadoras e idealizadoras do Jusfemina, ela fala das circunstâncias que culminou na formação do grupo:

O Jusfemina tinha surgido como um coletivo em 2015, eu era membro do NEIM e membro de um Coletivo e era nesse coletivo que a gente discutia teoria, que discutia atuação. É tanto que o jusfemina é um grupo de pesquisa e ação porque a gente não quer chamar de extensão, a

¹⁶¹ Ver: <https://pt-br.facebook.com/advocacyfeminista/>.

gente chama de ação justamente porque se o Jusfemina um dia sair da universidade a gente não quer que ele seja apenas extensão. Ação é a política. (excerto da entrevista).

Segundo a coordenação, o grupo tem enfrentado dificuldades básicas como espaço físico para realização das atividades, situação essa que também é vivida por sete outros grupos que estão alocados na FFCH da UFBA. Com isso, o grupo tem perdido oportunidades, ainda segundo Salete Maria. Diante dessa situação, o Jusfemina tem se reunido em salas de aula, e como estratégia política e de sobrevivência, as reuniões têm sido públicas, são abertas tanto às bolsistas dos projetos como do público em geral. Foi dessa forma, por exemplo, que aconteceram até antes da pandemia de coronavírus os encontros do projeto chamado “Diálogos abertos”. Salete explica que o grupo baixa um calendário de reunião semestral, faz busca ativa, cria-se um banco de *e-mails* com as pessoas presentes e posteriormente é feito um comunicado avisando dos encontros seguintes. Para Salete, O Jusfemina ainda se comporta como um coletivo. Essa formalização do grupo no CNPq aconteceu muito em função dos alunos precisarem de estar vinculados a um grupo formal. Isso foi uma demanda que aconteceu quando o grupo se desvinculou de outro grupo. Com isso, foi feita a formalização junto à Pró-Reitora de Pós-Graduação e gerado o cadastro no CNPQ no Diretório de grupos.

5.2.10 Grupo de Pesquisa Corpus Possíveis

a) Dados do CNPq:

Quadro 54 – Identificação do grupo Corpus Possíveis

Nome do grupo	Grupo de Pesquisa Corpus Possíveis
Ano de formação	2020
Situação	Certificado
Líder e vice-líder	Carlos Henrique de Lucas
Área predominante	Ciências Humanas/Antropologia
Instituição	Universidade Federal do Oeste da Bahia Centro de Humanidades
Endereço	Rua da Prainha, nº 1326. Morada Nobre, Barreiras (BA)
Website	Não consta
Contato	(77) 36143159
Localização geográfica	Não consta

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 55 – Instituições parceiras relatadas Corpus Possíveis

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Fundação Universidade do Rio Grande (FURG)

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 56 – Linhas de pesquisas Corpus Possíveis

Linhas de pesquisas	Descrição	Nº Pesquisadores	Nº Estudantes
Corporalidade e diferença	Discutir as relações entre corpo e diferença; desenvolver pesquisas e ações visando a combater as desigualdades calcadas nas distintas capacidades do corpo.	03	03
Cultura, gênero e sexualidade	Desenvolver investigações sobre gênero e sexualidade a partir de perspectivas culturais; promover e alargar os saberes sobre os estudos <i>queer</i> ; estabelecer parcerias com movimentos sociais e ativistas LFBTQI interessados na desconstrução das normas sociais que impedem a livre expressão da sexualidade e de gênero; refletir sobre formas artísticas que promovem dissidência sexual e de gênero; investigar a produção das subjetividades minoritárias.	03	03
Raça, territorialidade e linguagem	Abordar raça, gênero e sexualidade desde uma perspectiva interseccional; propor ações nos diversos campos disciplinares de interesse do grupo que auxiliem no cumprimento da Lei nº 10.639/03; assessorar a Educação Básica no entendimento da violência contra sujeitos minoritários.	02	01

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 57 – Repercussões dos trabalhos do grupo Corpus Possíveis

O grupo de pesquisa Corpus Possíveis é resultado da reestruturação de grupo de nome similar, Corpus Possíveis – Educação, Cultura e Diferenças, criado em 2016 junto ao centro das Humanidades da UFOB. Com a aprovação do projeto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCHS) em 2018, o grupo se reestrutura e passa a receber estudantes de mestrado do referido programa e professores das áreas de letras e linguística, bem como estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em

Humanidades da UFOB. O grupo tem produzido livros e artigos/ensaios nos últimos anos. Em 2020, o grupo criou a revista *Sul-Sul* de Ciências Humanas e Sociais que consta com corpo científico internacional e periodicidade quadrimestral.

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 58 – Indicadores de Recursos humanos Corpus Possíveis

Recursos humanos	Total	Indicadores de nível de treinamento	
Pesquisadores/as		Graduação	00
		Especialização	00
		Mestrado	03
		Doutorado	03
		Sem formação em andamento	00
Estudantes		Graduação	01
		Especialização	00
		Mestrado	02
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	00
Técnicos/as		Graduação	01
		Especialização	00
		Mestrado	00
		Doutorado	00
		Sem formação em andamento	01
Professores/as Colaboradores/as estrangeiros		Não há registro	
Egressos		Não há registro	

Fonte: dados do *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]).

Quadro 59 – Ampliando a modelagem do CNPq com outras informações aglutinadas Corpus Possíveis

Projeto de pesquisa	1) 2020-atual: As políticas da linguagem e a linguagem da política; 2) 2020-atual: Webnário – Debates sobre desigualdades sociais; 3)2020-atual: TV Humanidades.
Extensão	1) 2018-2018 PET Humanidades.
Canais de difusão	Eventos: 1) Fórum Sociedade Crítica (FSC), 2019; Seminário Nacional Corpus, 2016-2018; 2) Possíveis – educação, cultura e diferenças; 2015-2018; Re(ex)istência LGBT; Publicações: 3) <i>A vida reimaginada: pensamento e transformação do presente</i> . 1ª ed, Salvador, Editora Devires, 2019. Revista Revista <i>Sul-Sul</i> de Ciências Humanas e

Fonte: dados do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]), do currículo Lattes e informações fornecidas pelo líder do grupo..

Figura 20 – Logomarca do Grupo Corpus Possíveis



Fonte: página do grupo no Facebook.¹⁶²

b) Considerações gerais sobre o grupo:

Muito embora no Directorio do CNPq o ano de formação do grupo conste como 2020, o que aparentemente escaparia ao recorte dado ao estudo de 2009 a 2019, há que se considerar que o grupo já era cadastrado em 2016 e passou por um período de inatividade de cerca de uns dois anos, com esparsas ou nenhuma atividade. Segundo o seu líder, esses ajustes aconteceram devido à necessidade de estreitar os laços com o PPGCHS recém-criado na UFOB¹⁶³ e com as suas linhas de pesquisas, abrindo-se assim espaço para as discussões

¹⁶² Ver: <https://www.facebook.com/corpuspossiveis/photos/a.551006058405149/1481450405360705/>.

¹⁶³ O PPGCHS tem uma mirada inter-multi-transdisciplinar e reúne uma extensa equipe de professores não só da UFOB, mas também da UNEB de Barreiras, IFBA de Barreiras, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), FURG e UFBA. A área de concentração é Sociedade e cultura em duas linhas de pesquisa: a) Linguagem, cultura e poder; e b) Sociedade, políticas públicas e sustentabilidade. “A área de concentração é descrita como sendo sensível aos “temas fundantes da vida em sociedade e, mais do que isso, com questões que cobram relevância sobretudo devido a seu caráter cultural. Parte, essa área de concentração, da grande área de pesquisa denominada de Estudos Culturais, porquanto privilegia os textos da cultura/textualidades culturais em suas análises da sociedade. E por textos da cultura entendemos toda a produção do ser humano feita em sociedade, tais como a literatura, o cinema, as artes visuais, a música e até mesmo o corpo, aqui compreendido como uma tela na qual se inscrevem os sentidos e os próprios acontecimentos. A subjetividade, o corpo, as desigualdades, a sexualidade e o gênero, a raça/etnia, e outras questões a esta área de concentração relevantes encontram sentido e ganham materialidade por meio da

vinculadas às teorias críticas na intersecção das ciências sociais e dos estudos da linguagem. Com essas mudanças e adequações, o grupo extrapola um suposto rótulo de grupo de pesquisa exclusivamente sobre os temas do gênero, sexualidades e *queer* e se abre para problemáticas contemporâneas outras que não deixam de serem lidas a partir das lentes de gênero, raça e outros marcadores sociais.

O grupo foi reestruturado em três linhas de pesquisa: 1) Corporalidade e diferença, composta por três pesquisadores e três estudantes; 2) Cultura, gênero e sexualidades, também formada por três pesquisadores e três estudantes; e 3) Raça, territorialidade e linguagem, esta última é composta por três pesquisadores e um estudante.

No entanto, as atividades foram retomadas e o grupo foi registrado novamente na plataforma do *Directorio de grupos de pesquisas do CNPq* ([2014]) com alguns ajustes. Ao longo desse curto espaço de tempo, o grupo já realizou uma série de atividades. Dentre as quais, destaca-se a organização do Senacorpus em 2018, evento internacional que aconteceu na cidade de Rio Grande (RS) em parceria com a Fundação Nacional de Rio Grande e com a Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em 2019, organizou junto ao PPGHCS o Fórum Sociedade Crítica, um evento que contou com o financiamento da Capes no valor de R\$ 60 mil. Em 2020, lançou a revista *Sul-Sul* de Ciências Humanas de Sociais, trata-se de um periódico acadêmico editado pelo grupo e que tem no seu conselho editorial pesquisadoras tanto do Brasil quanto do exterior. “*Nosso grupo de pesquisa se localiza na intersecção interdisciplinar entre as ciências sociais e esse grande campo de conhecimento que é são os estudos da linguagem*”, relata Carlos Henrique de Lucas.

Mais recentemente, o Corpus Possíveis passou a investir em ações voltadas para a produção de material audiovisual para ser disponibilizado no YouTube e mantém sempre com atualizações as páginas no Facebook e Instagram que em geral têm superado as mil visualizações. Apesar dos estragos da pandemia, o grupo tem conseguido se aproveitar desse momento para potencializar as suas ações no âmbito da universidade através de atividades remotas como o evento “As políticas da linguagem e a linguagem da política”, uma série de webnário que compõe o painel de debates teóricos sobre discurso, linguagem, política e sociedade, a partir de temáticas diversas que atravessam as práticas sociodiscursivas e impactam os estudos sociológicos, culturais, linguísticos, políticos etc. Esse e outros eventos têm chamado a atenção pelos números alvissareiros.

Após essa apresentação verticalizada dos grupos, nos dedicaremos, na próxima seção, a uma análise contrastiva mais horizontalizada cujos pontos principais nos remetem aos horizontes da gestão que estamos defendendo ao longo da tese. No entanto, daremos ênfase aos aspectos organizacionais da gestão, dimensão ainda pouco discutida nos capítulos anteriores. O que estamos chamando de gestão organizacional nas experiências desses grupos? Como ela se articula com as outras dimensões para a sustentação da ideia de uma gestão de conhecimento encarnada?

5.3 UM OLHAR CONTRASTIVO SOBRE OS GRUPOS

De uma forma geral, este capítulo nos permitiu um olhar crítico e ampliado sobre a modelagem de cada um dos grupos de pesquisa tomando como ponto de partida as informações constitutivas do Diretório do CNPq. Para tanto, acolhemos oito categorias: 1) “Identificação”; 2) “Endereço/Contato”; 3) “Repercussões dos trabalhos do grupo”; 4) “Participação em redes de pesquisa”; 5) “Linhas de pesquisa”; 6) “Recursos humanos”; 7) “Egressos”; 8) “Instituições parceiras relatadas pelo grupo”; 9) “Indicadores de recursos humanos do grupo”; e 10) “Equipamentos e *softwares* relevantes”.

A modelagem de grupo do CNPq ajudou-nos a perceber que no mundo da vivência dos grupos tais categorias são insuficientes para abarcar o que acontece em torno das atividades desenvolvidas por eles. Da mesma forma, nada diz dos afetos e das potências de cada arranjo organizacional, de suas reinvenções e redes de apoio, ainda que imaginárias a circunscrever as trajetórias de pesquisa. Joan Scott nos lembra que a experiência é um evento linguístico, mas não pode ser reduzido a ele, não está confinada a uma ordem fixa de significados já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual.

A experiência como categoria analítica possibilita um reordenamento das noções de subjetividade exigindo assim mudanças metodológicas e epistemológicas. Scott define experiência como processos através dos quais os sujeitos são forjados, ou seja, situações e posições são conferidas aos sujeitos ao longo da história. Em suma, para Scott, experiência é uma história do sujeito (SCOTT, 1999).

Dialogando com essa autora, podemos entender a experiência como uma história ou histórias dos grupos. Para fazer essa análise contrastiva, focalizarei alguns aspectos da gestão organizacional, que conforme vimos no capítulo anterior, não pode ser dissociada da gestão da vida e epistêmica. Ainda assim, farei um esforço analítico no sentido de apreendê-la nos

seguintes eixos: 1) “A gestão da informação”; 2) “Da modelagem do CNPq a outras (re)existências”; 3) “Formas de organização”; 4) “Formas de liderança”; 5) “A gestão da produção”; 6) “Os/as Participantes/’recursos humanos””; 7) “Rotinas”; 8) “Infraestrutura e recursos materiais”; 9) “Financiamento”; e, por fim, proponho tensionar a própria ideia de organização aplicada aos grupos de pesquisas no item 10) “Redefinições da gestão organizacional”.

1) A gestão da informação

O *modus operandi* dos grupos ao lidar com a informação e o conhecimento revela certo despreparo na implantação de processos que gerem, armazenem e organizem informações para que sejam disponibilizadas não apenas para a comunidade científica interna, mas para toda a sociedade. Por outro lado, a difusão do conhecimento através da comunicação científica é, quase sempre, bastante precária nos grupos analisados e, também, enfrenta inúmeras dificuldades em quase todos eles. Enfim, todos/as vivenciam essa problemática com maior ou menor intensidade.

Diante disso, a análise aponta para um cenário de pouco investimento no sentido de salvaguardar a memória dos grupos e de aperfeiçoar os processos de gestão organizacional como forma de chegar a melhores resultados. E aqui eu estou chamando de “investimento”, não na perspectiva do capitalismo que exacerba a competição, mas como aperfeiçoamento do modo como produzimos o nosso conhecimento. Isso vale para o aproveitamento de estruturas disponíveis como as tecnologias para fazer a gestão a partir do uso de dados e informações coletadas e disponibilizadas para atender às demandas informacionais dos grupos, facilitando assim a transferência de conhecimento.

Chama a atenção nos grupos a ausência de um *website* próprio. Se considerarmos o avanço das tecnologias da informação e comunicação, apenas três deles lançam mão desse recurso importante como canal de informação que serve de apoio para o próprio grupo. Vale ressaltar ainda que os grupos foram monitorados no diretório ao longo da pesquisa, e de forma mais sistemática em dois momentos principais, no início da pesquisa e na reta final quando foram atualizadas as informações. Nesses *websites*, as informações ora estavam desatualizadas ora estavam sem manutenção, ficando fora do ar a maior parte do tempo. Desse modo, acessá-las exigiu um esforço de escavação devido ao fato de estarem dispersas e pouco sistematizadas. Diante disso, foi necessário um consenso em torno de quais

informações considerar de fato relevantes na modelagem final dos grupos que mescla os dados do CNPq com outras fontes disponíveis.

Se no campo da gestão de empresas o conhecimento produzido através das melhorias dos processos tem refletivo positivamente na melhora da governação empresarial, no âmbito dos grupos analisados, as pesquisas precisam também proporcionar um conhecimento que seja útil a uma existência proativa e reativa dos grupos. Concordando com Radha D'Souza (2010, p. 163), quando ressalta que enquanto convivemos com a precariedade, “as organizações internacionais, as agências de desenvolvimento e demais reformadores neoliberais parecem terem-se apropriado da pesquisa de melhor qualidade para colocarem a serviço da reestruturação neoliberal.”

Muito provavelmente, isso aconteça porque a gestão da informação¹⁶⁴ não é levada a cabo como uma ação coordenada, considerada prioritária e essencial de gestão, ou porque diante de tantas outras urgências e pautas, os recursos de pessoas ou materiais mostram-se insuficientes, desencorajando assim projetos como o de memória e acervo da documentação. Há que se considerar o fato de os grupos serem bastante novos e estarem em processo de consolidação, talvez por isso muitas ações ainda não foram implementadas. No entanto, isso tem muito a dizer sobre esse *modus operandi* no qual, como ficou evidenciado, prevalece o imprevisto e a precariedade.

No Diretório do CNPq, é possível acessar um banco de dados corrente e outro censitário que é atualizado bimestralmente. Contudo, conforme vimos na análise individual de cada grupo, existe uma defasagem enorme entre as informações registradas nesse diretório e a situação real dos grupos. Isso aconteceu, muito provavelmente, por ser uma plataforma sempre aberta para atualizações e, na maioria dos casos, não refletiu com precisão a situação “real” dos grupos.

Depreende-se que é de fundamental importância a manutenção dos dados atualizados não só no diretório, mantendo os campos completos e preenchidos de forma correta, mas também como forma de organização que facilita o trabalho com o conhecimento. Na busca realizada no diretório, nos deparamos com formulários de cadastramento sem preenchimento ou incompletos, ficando assim por longos períodos, levando a imprecisões e lacunas na geração de informações consistentes.

¹⁶⁴ Valentim (2002) define a gestão da informação como sendo um conjunto de estratégias com a finalidade de mapear as necessidades informacionais e os fluxos formais da informação em todos os ambientes da organização, para que os dados possam ser analisados e coletados, e posteriormente filtrados e armazenados, ou disseminados, de acordo com as necessidades e interesses da instituição, facilitando e apoiando o desenvolvimento e o aprimoramento das atividades cotidianas.

O Diretório dos grupos do CNPq disponibiliza uma série de informações importantes sobre a identificação dos grupos, número de participantes, nível de treinamento, linhas de pesquisa em atividade, especialidades do conhecimento, setores de aplicação envolvidos, produção científica, tecnológica e artística, além das parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições. No entanto, a ausência de dados que gerem informações consistentes compromete o autoconhecimento nos/sobre (d)os grupos analisados.

2) Da modelagem do CNPq a outras (re)existências coletivas

Quando direcionamos o olhar para além da modelagem do CNPq, certamente podemos imaginar outras configurações que transbordam suas categorias modulares de grupo. Na ampliação dessa modelagem, aglutinamos outras informações para fazer emergir outras categorias como os canais de difusão do conhecimento utilizados, atividades extensionistas, de ensino e formativas. Mas, ao mesmo tempo, vimos que manter atualizadas essas informações no diretório é um problema que envolve diversos fatores como a precarização do trabalho nos grupos e a ausência mesma de políticas de gerenciamento dessas informações e transferência do conhecimento conforme já vimos.

Nesta análise, nos deparamos com pelo menos duas formas coexistentes de ser grupo. Fazendo uma analogia com o vocabulário das tipologias dos relevos operados pela leitura de Deleuze e Guattari em *Mil Platôs*, uma é a **molar**, categoria cuja estrutura é mais dura, engessada, com suas bordas bem colocadas, tendendo para a unificação; a outra é **molecular** cuja afecção territorial é fugidia, lisa e voltada para a multiplicidade e a diferença. Uma é técnica, a outra é orgânica, uma é formal a outra é viva, às vezes até concorrentes, mas sempre complementares. A primeira é o CNPq com sua modelagem de grupo na qual acontece o registro no diretório. O registro de um grupo no CNPq é a certidão de **existência científica** de um grupo, um selo de autorização que não garante a sua sobrevivência.

No entanto, esse é apenas o primeiro passo para uma longa caminhada, que ao que se observou é natural a todos os grupos, muito embora nem todos eles sigam esse *script*. A adesão a uma modelagem científica como é o CNPq coloca o grupo diante de um conjunto de normas e regramentos que prescrevem um certo **comportamento científico**, orienta modos de ação e organização, prevê habilidades, competências e qualificações necessárias para a obtenção de resultados esperados.

Do outro lado, na prática, temos os grupos existindo e se reinventando, em parte à revelia daquilo que consta no CNPq como comportamento e resultados esperados. No campo

das experiências concretas e das práticas, os grupos de pesquisas constroem outras formas de organização muitas vezes não previstas, tanto se projetando de modo insurgente como reproduzindo formas de organização mais ortodoxas. Considerar essas **duas existências** – uma inorgânica, outra orgânica – é buscar uma forma de reconexão da ordem científica atribuindo a isso um significado para além da geração, sistematização e compartilhamento de informações.

Essa modelagem padronizada e disponibilizada pelo CNPq não se destina apenas ao registro de grupos de pesquisas exclusivamente acadêmicos. Conforme pode observar, trata-se de uma plataforma que supostamente deve ser utilizada para toda e qualquer área do conhecimento, uma estratégia de busca de homogeneização, inclusive para institutos de pesquisas científicas não necessariamente vinculados a universidades. Desse modo, estão aptos a utilizá-la os institutos tecnológicos, laboratórios tecnológicos tanto públicos como privados desde que apresentem comprovação de atividades permanentes de pesquisa.

Ao cadastrar um grupo seja qual for a área, o responsável por ele irá encontrar os mesmos itens a serem preenchidos no processo de registro. Pelo que podemos perceber, essa padronização compromete um melhor detalhamento das ações do grupo, pelo menos no que se refere aos grupos observados. Por outro lado, essa lacuna evidenciada não permite o registro de informações que descrevem e singularizam outras experiências e vivências dos/nos grupos.

Essas limitações também impedem a construção de uma modelagem mais próxima da realidade e do cotidiano. Conforme já apontado, para tentar mitigar essas insuficiências e as restrições dessa plataforma, ampliamos as informações sobre os grupos, gerando um tópico com a finalidade de apresentar ações e projetos relevantes em andamento ou concluídos. Com isso, o que ficou foi um olhar sobre os grupos marcado pela incompletude, pelo menos no que diz respeito ao diretório. Ao fim e ao cabo, não dispomos de um mergulho mais denso sobre as vivências e sobrevivência deles, ou seja, o cotidiano de encontros e ações coletivas. Isso somente seria possível através de uma imersão etnográfica. No entanto, esse não foi o objetivo proposto e nem a metodologia utilizada foi capaz de dar conta.

Contudo, partindo do que foi feito, o cotejamento dos grupos, levando-se em consideração tanto essa modelagem como as categorias que foram aglutinadas a cada um deles individualmente, foi possível perceber certas repetições de padrão que estamos tratando nos pontos elencados aqui. Apesar dos problemas relacionados, ainda assim, essa é a principal fonte de informação sobre grupos de pesquisas de que dispomos.

O Diretório de grupos do CNPq compreende um inventário dos grupos de pesquisa em científica e tecnológica em atividade no país, uma base de dados que tem como condição prévia para o cadastramento a existência de atividade permanente de pesquisa na instituição de origem do grupo proponente. O processo de criação e a implantação de um grupo de pesquisa não começam pelo diretório, mas dentro da própria universidade, passando antes pelas instâncias superiores como os conselhos. Antes de chegar ao CNPq, os grupos pleiteantes precisam atender a critérios internos que podem variar de instituição para instituição.

O Diretório de grupos de pesquisa é um órgão instituído há quase 30 anos pelo CNPq e que segue uma tendência que é mundial, de incentivo à criação, formalização e registro dos grupos de pesquisa em todas as áreas científicas no país. Por se tratar de um modelo único e padronizado para todas as áreas do conhecimento, há muita informação sobre os grupos que ficam de fora ou porque não são preenchidas ou porque não há espaço ou não se aplica a uma determinada área, como é o caso, por exemplo, de registro de equipamento de *software*. A hipótese que temos é de que como se trata de uma base de dados comum e de preenchimento opcional, isso não implica em um controle de checagem das informações por parte do CNPq, de forma que muitos acabam ficando incompletos.

Dos grupos apresentados, apenas um não existe para o CNPq, ou seja, não possui registro. Trata-se do grupo A Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros, coordenado pela professora, musicista e etnomusicóloga Laila Rosa. A ausência desse grupo no diretório acontece devido à falta de requisitos para uma exigência interna da UFBA. No entanto, o fato de o grupo não estar cadastrado não impediu que o mesmo reverberasse uma dinâmica grupal que não fica restrita apenas a uma produção do conhecimento científico dissociada da vida, das redes de apoio que se constroem entre seus integrantes, mostrando a importância de estar psicologicamente organizados para a experiência de uma ética do cuidado e para uma vivência de uma pedagogia feminista que promove o bem-estar geral do grupo, conforme destaca Anni Carneiro (2019) em sua tese de doutorado sobre o grupo Feminaria.

Isso tudo acontece sem o grupo deixar de ter reconhecimento dentro da sua universidade e, principalmente, entre os membros do grupo, o que é mais importante; além disso, a existência científica do grupo não é minorada. O trabalho de Anni carneiro em sua tese nos apresenta uma perspectiva de grupo voltada para a percepção das participantes. Através dos relatos dos membros do grupo Feminaria Musical, ela mostra como essas vivências produzem uma potência de síntese grupal marcada por experiências corporais,

artísticas e criativas, ao passo que também têm garantido um aporte teórico transgressor e potente, “[...] além do grupo se constituir como um espaço para a vivência de vinculação, de expressão e construção de narrativas de si através dos encontros e dos ativismos realizados” (CARNEIRO, 2019, p. 311), reitera a autora e membro do grupo.

A principal limitação do CNPq parece mesmo estar no fato de não permitir uma visão mais qualificada dos grupos, como por exemplo o que fazem, como produzem o conhecimento, para que e para quem. Da mesma forma, não mostra os impactos dessa produção científica na formação dos discentes e nas formas de compartilhamento de informações. É importante a percepção de que, apesar das práticas de pesquisas serem institucionalizadas, elas possuem motivações bastante subjetivas, são narrativas preche de experiências, princípios organizadores de movimentos de alianças e (re)conexões motivadas por agendas.

Como podemos observar, não só na experiência do grupo Feminaria como dos demais grupos, a atuação se mostra muito mais pelo filtro da afetividade do que pela efetividade das ações, dentre outros aspectos como a eficiência e a regularidade de uma produção cujos impactos são subjetivos na vida das pessoas tanto de quem produz esse conhecimento como para a sociedade de modo mais amplo. Isso principalmente se levamos em conta os critérios de avaliação da Capes, órgão que avalia a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, dentre outras atribuições.

3) Formas de organização

Ao considerarmos um grupo de pesquisa como uma organização, convém problematizar as formas de organização como pressuposto para entender as dinâmicas internas e externas a eles. A quem essa organização atende? Como ela se organiza? Quais as atividades que ela desenvolve? Qualquer análise nesse sentido precisa levar em conta as especificidades do contexto da organização e dos sujeitos por ela engendrados. Parece razoável não partir de uma essencialização, tampouco considerá-lo como algo exterior a uma cultura específica.

Os grupos de pesquisas analisados promovem uma cultura científica específica, apesar de fazer parte da mesma instituição. De acordo com os grupos analisados nesta seção, fica bastante evidente que eles não se prestam apenas a desenvolver projetos de pesquisas científicas, mas fundam territórios de afeto, experiências coletivas e envolvimento político em torno de causas sociais e agendas próprias. Mais do que a produção de uma ciência des-

engajada, eles mantêm uma produção bastante expressiva e diversificada que inclui desde performances, rodas de conversas, ativismos, ciclo de palestras, atividades extensionistas como cursos de formação, se ocupam da organização de eventos, realizam ações de intervenção, se dedicam a estudar textos teóricos, constroem parcerias com movimento sociais, dialogam com organismos estatais e discutem metodologias.

Ainda que os grupos estejam de alguma forma atrelados aos programas de pós-graduação, conforme podemos observar, seja pela participação dos/das docentes líderes de grupos, com seus subprojetos e de discentes desenvolvendo projetos individuais, a existência dos grupos cria um espaço com algum agenciamento cuja autonomia não deixa de ser preservada e a identidade própria é defendida e assegurada. Suas existências como grupo, seja ela organizacional, institucional e profissional, tem na sua formulação espontânea outros afetos que transbordam a orientação molar do CNPq.

Felipe Fernandes, um dos interlocutores da pesquisa, ao ser convidado a expressar sua compreensão acerca da visão sobre grupo de pesquisa com base na sua experiência coordenando o grupo de estudo e pesquisa GIRA acena com algumas pistas:

[...] No caso do Grupo GIRA, por exemplo, às vezes eu me pergunto o que une essas pessoas que estão nesse grupo comigo, eu acho que o GIRA tem sido mais um grupo de pesquisa no sentido metodológico, do uso de uma etnografia engajada do que propriamente teórico, que as teorias estão articulando autores e autoras, que se diferem, apesar da gente ter linhas, uma linha mais de educação, a gente tem uma linha mais de etnografia feminista, mas a gente compartilha mais a coisa do método, da forma de registrar a realidade social em diários de campo. Por exemplo, uma pessoa que está estudando educação com uma pessoa que está estudando obstetrícia, apesar de parecer coisas muito diferentes, elas conseguem compartilhar a sua forma de registrar a realidade, que eu acho que é um pouco específica nossa. A gente tem uma maneira de fazer pesquisa para além dos objetos, apesar da gente estudar como fazer essa pesquisa para cada objeto a gente tem esse compartilhamento com mais ou menos intensidade. (excerto da entrevista, grifos nosso).

Na sua fala, com base nas suas experiências, o pesquisador aborda uma noção de processualidade do coletivo que está “para além dos objetos” de pesquisa de cada um individualmente. Visto dessa forma, produzir conhecimento consiste em entender e acompanhar processos e sempre vai perseguir um campo comum. Nesses casos, a transversalidade que produz esse plano comum presente na ideia de grupo acontece via metodologia, em outros casos, essa transversalidade pode acontecer pela própria subjetividade corpórea de cada pesquisador/a em uma cultura científica através dos circuitos dos afetos.

Alguns grupos se organizam inicialmente com o propósito de produzir conhecimento, mas não é apenas isso, a ação política atravessa quase todos eles de forma intensa que impõe a necessidade de busca por ações concretas. Essa análise mais vertical dos grupos dá uma ideia

dessa variedade das formas de nomeação e de atribuir sentido aos grupos. Dessa forma, os grupos carregam em seus nomes denominações bastante sugestivas como “experimentos”, “grupo de estudos”, “pesquisa e extensão”, “estudos e pesquisas”, “(co)laboratório humano”, “grupo de pesquisa” e “ação política”.

Alguns grupos se comportam como coletivos. A designação “coletivo” pressupõe quais mudanças nos modos de produção e ação? No campo das Artes, a ideia de coletivo é muito comum, já a nomeação “grupo de pesquisa” pressupõe um envolvimento, de acordo com o CNPq “envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa”. Os coletivos se reúnem de forma mais livre e em uma dinâmica mais aberta. É o que nos mostra Salete Maria com a experiência do Jusfemina: *“Alargamos a ideia de grupo, realizamos reuniões abertas. Nesse sentido, as pessoas não precisam estar vinculadas, ter um casamento conosco”*. Ao que parece, o coletivo tem uma estrutura mais fluída e aberta, mas também implica em envolvimento, dedicação e compromisso.

A comparação de Verônica Veloso (2008) parece fazer algum sentido quando compara grupo a um casamento, e coletivo a um namoro na medida em que estaria se referindo a enlances mais temporários, sujeitos a repetições e (re)organizações de tempos em tempos. A percepção de Moraes e Farias (2018) parece corroborar com colocação de Salete Maria, só que diferente do que pensam essas autoras, há uma posição assumida acerca da compreensão de coletivo. Segundo elas:

É sintomático observar que mesmo em estruturas tradicionais, como os registros de grupos de pesquisa do CNPQ, é cada vez mais frequentes encontrarmos a denominação coletivos no caso de grupos que discutem gênero. Isso nos leva a desconfiar que algumas acadêmicas têm se engajado em formas de fazer pesquisa, arte, política ou intervenção claramente diferenciadas. No entanto, no espectro das ações docentes para lidar com gênero e com o feminismo no ambiente universitário, as estratégias de atuação que podemos perceber nos coletivos ainda não é muito assumida. Isso não quer dizer que não existam *coletivos transversais*, com mulheres em diversas etapas de sua trajetória acadêmica. (MORAES; FARIAS, 2018, p. 215, grifos nosso)

Outra questão que me parece importante é que, ao pensar outras formas de organização, somos também provocados a pensar outras formas de liderança. É o que veremos no tópico a seguir.

4) Formas de liderança

Parece não haver dúvida de que os grupos de pesquisas são organizações fundadas no espaço social acadêmico com variados arranjos e intensidades, isso se estamos entendendo essa organização para além de uma racionalidade técnica. Apesar de ter observado certas insurgências, de um modo geral, no *corpus* analisado, os grupos se apresentam de uma forma bastante próxima daquilo proposto pelo CNPq, a saber:

[...] um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças cujo fundamento organizador dessa hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico; no qual existe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa; cujo trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa que se subordinam ao grupo (e não ao contrário); e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos. O conceito de grupo admite aquele composto de apenas um pesquisador e seus estudantes. (CNPQ, [2015], grifos nosso).

Em linhas gerais, a forma de liderança predominante nos grupos informa um modo de organização na qual o/a líder é o/a coordenador/a, portanto, o/a responsável e na maioria dos casos, o proponente do grupo. Em outros casos, há ainda a presença de dois líderes ou de um/a líder e um/a vice-líder, isso porque como vimos, a modelagem do CNPq prevê também essa variedade. Na maioria dos casos, a forma de organização mais frequente é aquela que se caracteriza pela presença de “um pesquisador e seus estudantes”, ou mais de um pesquisador e estudantes. Fora isso, percebemos pouquíssimas formas de ordenamento diferentes dos previstos.

Conforme vimos neste capítulo, na prática, essa forma de organização é, de certo modo, subvertida em experiências como a do NUCUS. Em 2018, o grupo realizou um rearranjo interno que aumentou o número de linhas de pesquisas e instituiu a gestão colegiada. Nesse modelo de gestão, cada linha de pesquisa tem um coordenador, além disso, nas bordas do instituído, outras formas de coordenação começaram a se insurgir, abrindo espaço para mais de um nome à frente da coordenação das linhas.

Creio que essa estratégia do NUCUS tem contribuído sobremaneira para “descentralizar” ações e funções concernentes ao líder. Contudo, essas formas experimentais de organicidade não eliminaram a figura do coordenador-geral, que é quem responde oficialmente pelo grupo, conforme está previsto no Diretório do CNPq. Em outros grupos, outras estratégias de escapar desse modelo centralizador também foram experimentadas como a experiência do núcleo Capitu, em que a coordenadora e a vice se revezam na liderança, ambas proponentes do grupo. Ou como se organizou o grupo Jusfemina, no qual duas coordenadoras dividem a “liderança”.

Todo grupo carrega uma forma de dizer de si que é a forma como se organiza. É comum que o líder, também fundador e proponente de um grupo de pesquisa, se mantenha na função de coordenador desde a criação. Pelo menos nos grupos analisados, esse roteiro não foi modificado, prevalecendo o sentido de grupo como sendo “propriedade de alguém”. Nessa estrutura, mesmo que se tente negar, a figura do coordenador fica colada ao grupo como na construção discursiva “*o grupo da professora fulana de tal*”, uma forma muito comum de associação do grupo ao líder e sua forma de fazer a gestão. Cabe destacar ainda que, embora reconheça as especificidades do campo que estamos analisando, é possível afirmar que esse é um fenômeno que acontece também em outras áreas, em maior ou menor proporção.

Quando isso acontece, o pesquisador que é fundador do grupo e que segue líder desde sempre, acaba por imprimir essa marca própria, sendo assimilada como um traço da cultura do grupo, definindo assim comportamentos, práticas, atitudes e o modo como as relações se processam. Nesses casos, é comum quando acontece do/da líder se ausentar temporariamente por algum motivo, o grupo se desestabiliza, ficando até inativo devido a uma relação instável de dependência criada em torno da forma de coordenar.

Ainda nesses casos, ou algum integrante é escolhido/a para substituí-lo ou se busca o caminho da autogestão, uma prática estimulada no âmbito de alguns grupos como o Enlace, por exemplo, mas que ainda é pouco praticada de fato. Suely Messeder (2020a, 2020c), coordenadora do grupo, com base em sua experiência com o Pesquisador Encarnado e nas experimentações com o grupo, propõe uma reelaboração da ideia de grupo que se modela a partir de valores como consentimento, presença, colaboração, compromisso, ancestralidade, afetações, potências, movimento de aliança, reconhecimento e redistribuição. Para Messeder (2020c), há que se fazer um giro epistemológico a fim de assegurar uma ética no grupo que viabilize a decolonização de práticas e favoreça movimentos geopolíticos. Além disso, a autogestão é uma forma de estimular agenciamentos, autonomia e criatividade entre os membros do grupo.

Um grupo de pesquisa é uma comunidade epistêmica, mas também é um espaço multirreferencial de aprendizagem, uma espécie de comunidade de prática naquilo que representa de diálogo com a sociedade e o Estado. No entanto, há que se considerar uma espécie de Aprendizagem Organizacional, um conceito e uma prática que envolve a realização de processos que permitem o compartilhamento de informações e conhecimentos no sentido de instituir e contribuir para acentuar uma cultura de gestão do conhecimento (FRÓES BURNHAM, 2012d).

Uma cultura científica organizacional é formada e forjada a partir de certos processos grupais, consensos em torno de uma coletividade *in process* que precariamente estamos denominando de “grupo”, (na falta de palavra mais apropriada e menos desgastada).

Nesse paradigma, interessa compreendermos o modo como nos tornamos grupo no cotidiano de nossas práticas (nossa forma de ser, agir, reagir e representar coisas do mundo). Interessa, portanto, nessa relação no/com o conhecimento, um certo modo de “gestão de conhecimento” na solução de problemas complexos que não estão circunscritos a um conjunto de propostas e modelos aplicáveis e/ou pre(vistos) para atender às expectativas do mercado ou da universidade empresa, mas em um lugar onde o saber da experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. Com Teresinha Fróes Burnham e Jailton Santos Reis (2012, p. 379), estamos vislumbrando uma ideia de cultura que tem como princípio:

[...] o desenvolvimento de um ambiente que possibilite *relações mais horizontais*, em que não prevaleça uma estrutura administrativa que determine posições fragmentadas em superiores, intermediárias e subalternas. Assume-se *que essa cultura só pode ser instituída gradual e colaborativamente*, levando em conta um *contexto sócio-histórico mais amplo*, vez que é uma construção sociocultural que *não se restringe a organizações isoladas, nem somente a dimensões práticas da Gestão do Conhecimento*; ao invés, tem potencial de articular o que ocorre nesses limites da prática com elementos teóricos para contribuir com uma compreensão mais complexa e multirreferencial dessa atividade humana, assim como as relações com o ambiente e outras organizações nele situadas.

Para os feminismos, a teoria nunca esteve dissociada da prática. Em uma de nossas conversas encarnadas, essa pesquisadora que prefere não se identificar, chama a atenção para a persistência de uma cultura hierárquica e autoritária que insiste em perpetuar em grupos de pesquisas e dificulta a abertura de espaços para pensar política e pensar teoria. Na sua opinião essa configuração é incompatível com o próprio pensamento feminista, portanto, uma configuração problemática na medida em que destoa de modelos democráticos.

A líder de um grupo que prefere não se identificar chamou a atenção para os riscos de se reproduzir no interior dos próprios grupos de pesquisa de orientação feminista uma lógica externa patriarcal e hierárquica que se está pretendendo combater. Ao narrar sua experiência, essa pesquisadora avalia que:

Isso faz parte da própria, (mas eu não gosto da palavra natureza), da própria alma, o espírito, o paradigma, o modus operandi, a forma de se organizar e de gerir conhecimentos e relações. É um modo muito parecido com instituições patriarcais, principalmente quando você trata de políticas, então quando a gente começou a se enfrentar com uma forma de

gestão que silenciava as pessoas, que boicotava novos projetos, outros olhares dissonantes *principalmente quando você trata de políticas*. (excerto da entrevista, grifo nosso).¹⁶⁵

A partir das suas vivências em grupos de pesquisa, ela narra como essa experiência escancarou a impossibilidade de diálogo e a dificuldade de coexistência entre pontos de vistas dissonantes, uma impossibilidade de ser diferente, de pensar diferente dentro dessa construção coletiva, mas que, muitas vezes passa a ser propriedade de uns. Certas inclinações para radicalismos teóricos e epistêmicos tendem a reproduzir “gestos microfascistas” de apagamento de existências outras no modo de ser e agir dentro da coletividade. Com isso, a existência epistêmica, ou seja, a condição para produzir leituras próprias e apropriadas tanto teórica quanto politicamente ficam comprometidas.

Por fim, ao que parece, configurações pouco democráticas de organização tendem a inviabilizar o diálogo e acirrar os conflitos. Dessa forma, o único modo de existência fora de um regime de relações de poder assimétricas é a reinvenção de novos espaços que possam acolher a diversidade como riqueza, sempre motivados pelo desejo de ser e fazer diferente. A própria ideia de grupo é na prática ressignificada.

5) A gestão da produção

Fazer a gestão da produção científica em grupos de pesquisas exige um trabalho sistemático não só para organizá-la como para fazer a difusão do conhecimento produzido. Nesta investigação, investi na sistematização da produção dos grupos, no entanto, essa tarefa mostrou-se bastante complexa em virtude da precariedade das informações. Na análise vertical dos grupos, aglutinamos informações outras sobre essa produção que foram disponibilizadas em tabelas conforme vimos na apresentação de cada grupo. Foram incluídos nelas não somente a produção científica publicada em canais de difusão da área, mas atividades outras como os eventos, atividades extensionistas e os próprios canais de difusão utilizados.

Há alguns estraves relativos à gestão dessas informações que precisam ser evidenciados porque informa o modo precário e de improviso com que acontece essa produção de conhecimento. Na tentativa de minimamente sistematizar essas informações, esbarrei em uma série de entraves, especialmente no que diz respeito às publicações. Na maioria dos casos, fica bastante comprometida a identificação dessa produção tanto no

¹⁶⁵ Fala de uma líder de grupo cuja identidade foi preservada.

Diretório do CNPq como na Plataforma Lattes. Primeiro, porque o Diretório dos grupos não é um espaço para se fazer esse registro. Segundo, porque a Plataforma Lattes, que é um espaço para se fazer o registro da produção acadêmica também não possui uma modelagem voltada para o registro de atividades de grupos de pesquisas.

Além disso, os grupos não desenvolveram estratégias de documentação de tais informações, a exemplo dos *sites* próprios ou de outro tipo de banco de dados sobre o grupo como os que podemos observar no NUCUS e no Gira cujos *sites* são estruturados de forma organizada com importantes informações sobre o grupo.

Ademais, nos deparamos com a dificuldade de definir o que pode ser considerada como produção coletiva de um grupo. O primeiro ponto a considerar é que os/as pesquisadores/as não registram as atividades como sendo coletivas, mas apenas como sendo individuais ou de coautoria com outro/a pesquisador/a que pode ou não ser integrante do grupo. Ademais, há pesquisadores que relataram participar de mais de um grupo de pesquisa como também de programas de pós-graduação.

Com isso, ao mapear os Currículos Lattes dos pesquisadores, não é possível determinar uma publicação registrada como sendo de um determinado grupo. Ou seja, como considerá-la como uma produção coletiva? O fato de ser realizada por um membro do grupo configura como sendo do grupo? O que dizer das publicações que em geral são registradas com os nomes dos autores e autoras membros do grupo, em geral um ou dois? Elas configuram como uma produção do grupo?

A separação entre produção individual e coletiva não está muito clara, tampouco posta como discussão no interior dos grupos, pelo menos nos grupos acessados. No entanto, tive acesso a informações sobre publicações declaradamente coletivas como é o caso de algumas coletâneas do grupo Enlace e do NUCUS, nas quais figuram artigos assinados pelos/as seus integrantes.¹⁶⁶ Mesmo nesses casos citados, são muito poucos os textos assinados por vários autores, membros dos grupos que se juntam com esse objetivo.

A necessidade de documentação das atividades próprias de cada do grupo ficou bastante evidenciada em quase todos os casos, especialmente nos grupos mais novos que ainda estão buscando uma consolidação no campo. Se não há essa menção ao grupo quando do registro da informação no Currículo Lattes, a tendência é apenas referendá-las quando são explicitamente colocadas. Esse foi o critério utilizado por mim e adotado no âmbito desta

¹⁶⁶ Ver: Messeder e Nascimento (2020).

O mesmo pode ser dito com relação a algumas publicações coletivas do NuCus que reúne artigos de membros do núcleo. Como exemplo dessa experiência, temos Colling e Thürler (2013).

investigação ao somente aglutinar informações ao grupo nos casos em que os líderes relataram ser um projeto coletivo.

Os projetos de pesquisas ou extensionistas também seguem a mesma lógica, porém com a possibilidade de registro do grupo e da agência de fomento. Na maioria dos casos, essa informação não fica explícita. A mesma coisa acontece quando se trata de informação relativa ao financiamento dos projetos e ações decorrentes das pesquisas como publicações, organização dos eventos, atividades formativas. Nesses casos, foram consideradas as informações declaradas nos currículos no espaço reservado para o registro das agências de fomento e integrantes dos projetos. Exceto nos casos em que essas informações foram relatadas na entrevista pelos líderes. Na modelagem do Currículo Lattes, no campo reservado para os projetos de pesquisa, é disponibilizado um espaço para o registro das agências de financiamento quando há esse apoio. Por fim, o levantamento da produção dos grupos revelou fragilidades na forma de fazer a gestão das informações que tratam dessa produção.

6) A composição: “recursos humanos”

A construção discursiva “recursos humanos” – na ausência de outra denominação menos contaminada pelos discursos capitalistas – muito vinculada às empresas é outra categoria depreendida da modelagem do CNPq que descortina outros sentidos nessa configuração de grupo de feição neoliberal. Quem são os participantes desses grupos? De acordo com o CNPq, os “recursos humanos” dos grupos são os/as pesquisadores/as, estudantes e pessoas sem formação em andamento, técnicos/as e colaboradores/as estrangeiros/as. Em grande parte dos casos, os/as participantes dos grupos são estudantes da graduação que possuem planos de trabalhos de bolsas de iniciação científica, em programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) ou o Programa de Educação Tutorial (PET), além de outras bolsas de assistência estudantil que eventualmente façam parte da política institucional e que prevê algum tipo de envolvimento do discente com a pesquisa acadêmica, mas, principalmente, estudantes bolsistas da pós-graduação ou aspirante a uma vaga nos programas de pós-graduação.

Apesar de ser uma configuração muito comum a todos eles, essa relação mais instintiva com os programas de pós-graduação acontece com maior ou menor intensidade a depender do vínculo e envolvimento dos líderes. Em alguns casos, esses vínculos com os programas de pós-graduação potencializam as ações do grupo e são vitais para a formação de enclaves

teóricos, que em muitos casos encontram pouco espaço nas linhas de pesquisas, na maioria das vezes, não tão abertas às temáticas de gênero, sexualidade e *queer*.

Os participantes são majoritariamente estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação aos quais os/as líderes dos grupos são também orientadores/as e/ou coordenadores/as de linhas de pesquisas, mas como vimos agregam pessoas militantes, sem necessariamente uma formação acadêmica em andamento ou um vínculo oficial com a universidade. No entanto, há pouquíssimos registros de técnicos/as e de colaboradores/as estrangeiros/as.

Laila Rosa, líder do grupo a Feminaria Musical, relata que embora este esteja localizado na capital, há dificuldades de permanência de estudantes de graduação no grupo devido às vulnerabilidades socioeconômicas. A maioria dos/as pesquisadores/as relata a necessidade de criar políticas de permanência estudantil por meio de bolsas e outras iniciativas que possam assegurar o vínculo e a continuidade das pesquisas. Conforme relata Laila Rosa, essa é uma questão que impacta principalmente as mulheres negras, maioria no grupo que coordena:

Grande parte do grupo é composto majoritariamente de mulheres negras, da periferia, algumas não são daqui, são mulheres que têm uma demanda econômica. Então quem perdeu a bolsa, por exemplo, acaba se ausentando, a bolsa não saiu, é outra dificuldade. Ou, em alguns casos tem a bolsa, que é sempre um valor bem baixo, mas precisa correr atrás de outras coisas para se manter. (excerto da entrevista).

Mas o trabalho voluntário, muito comum nos grupos, conforme o relato dos/as líderes, se deve muito devido ao caráter militante desses grupos. Quando se pensa em militância, o que nos vem em mente é o trabalho voluntário de ajuda de levar a cabo um projeto que se acredita, uma agenda de luta por justiça e defesa da vida que deve ser alcançada pelo grupo. Constatou-se que o trabalho voluntário é fundamental para que os grupos consigam realizar ações como organização de eventos, publicações – manter o funcionamento de revistas majoritariamente marcado pelo trabalho voluntário –, assim como uma série de encaminhamentos cotidianos de ordem burocrática, um volume de trabalho em geral invisibilizado.

A continuidade das atividades de um grupo depende muito do envolvimento dos seus membros. Esse é um dos principais problemas relatados pelos/as líderes e tem a ver, em parte, com a grande rotatividade dos participantes. Está relacionada com a dificuldade de manutenção da vinculação dos egressos, o que interfere no andamento e na regularidade das atividades bem como na continuidade de algumas ações. Aliás, o item “egresso” não teve a

mesma atenção na maioria dos grupos, ficando sem preenchimento, sendo desconsiderado no Diretório dos grupos.

Ao deixar o grupo, geralmente, após a conclusão dos cursos – estudantes de graduação, mestrado e doutorado –, o grupo perde em competências formadas pela junção de conhecimentos e experiências de todos/as os/as pesquisadores/as e em investimentos colocados sobre essa formação. É muito comum quando o pesquisador está formado sentir-se encorajado a criar o seu próprio grupo desde que tenha credencial para isso. Esse foi um movimento bastante comum nas narrativas ouvidas pelos/as pesquisadores/as, líderes dos grupos de pesquisas.

O trânsito permanente de pesquisadores/as se por um lado tem um sentido de renovação, por outro, interfere na transferência de conhecimento que é pautada na comunicação, ou seja, na transferência cotidiana de informações, segundo Davenport e Prusak (2003). Apesar dos avanços tecnológicos e de infraestrutura, quando existe de forma satisfatória, prevalece a transferência de conhecimento através de relacionamentos pessoais que acontecem, por exemplo, através de conversas nas quais há trocas de experiências. De certo modo, teremos que considerar que a descontinuidade das atividades dos grupos impacta na continuidade de projetos e na produtividade do grupo aqui pensada a partir da perspectiva de produtividade da Capes com relação à publicação de trabalhos em canais qualificados de difusão do conhecimento.

A permanência de egressos nos grupos acontece, na maioria dos casos, a partir de outros vínculos com a instituição ou com os líderes, vínculos afetivos e disposição para seguir com pesquisas iniciadas no mestrado ou doutorado. A presença de participantes voluntários/as não vinculados/as formalmente às instituições que sediam os grupos acontece não só por afinidade temática, mas como um investimento interessado, um espaço de amadurecimento para futuros projetos de mestrado e doutorado, ou apenas como trampolim para garantir uma vaga em programas de pós-graduação nos quais o/a coordenador/a e líder do grupo é orientador/a ou algum professor orientador participante.

Quando nos voltamos para a subjetividade corpórea desses sujeitos, temos uma multidão no sentido depreendido por Paul Preciado – mulheres negras, pessoas LGBT, pessoas trans, corpos abjetos e existências precárias. São modelagens próprias e singulares que tendem a rotular os grupos em mais LGBT, mais feminista, mais *queer* que significa dizer de existências precárias. Nessa perspectiva, observamos que quando se modela um campo, um fica visível e outro não tão evidente, exclui-se. De modo que as modelagens excluem uma parcela. Assim, o modelo ideal é sempre aquele que nós podemos participar o máximo

possível. Corpos atravessados por regimes perversos de desigualdades, ser importante na estrutura e não somente na representação.

7) Rotinas

Como é o cotidiano dos grupos? Como eles fazem a gestão do tempo? Com que frequência realizam os encontros? Quais as atividades desenvolvidas? Como são desenvolvidas? O mapeamento do cotidiano dos grupos revela rotinas bastante comuns a todos eles. Nesse sentido, é muito comum um cotidiano que se caracteriza por encontros semanais, quinzenais, mensais e até bimensais, ou, em outros casos, simplesmente não obedecem à rotina alguma na medida em que se reúnem a partir de convocações pontuais em torno de demandas específicas e pautas urgentes.

Assim, os encontros giram em torno de estudos de questões metodológicas, referenciais teóricos, socialização de pesquisas em andamento – geralmente projetos de TTC, mestrado, doutorado –, vinculadas à orientação do líder ou de outro pesquisador integrante do grupo. Outras experimentações também acontecem em razão da natureza do grupo, como as aulas abertas do grupo Jusfemina.

Conforme já apontamos, a modelagem do CNPq não permite acessar a dinâmica cotidiana dos grupos em termos de atividades realizadas, as dificuldades enfrentadas e as relações interpessoais e subjetivas, as complexas vivências de cada experiência singular. Tudo isso é sempre bem distante de uma definição formal, homogênea e idealizada tanto pelo CNPq, quanto por qualquer outro órgão acerca do que seja grupo. Teremos que considerar as condições de manutenção e continuidade das ações dos grupos sediados no interior. No caso dos grupos situados no interior da Bahia, os desafios são ainda maiores, conforme nos deixa saber o relato de Kiki Givigi em entrevista, líder do núcleo Capitu, grupo que coordena na UFRB no CFP na cidade de Amargosa:

[...] É muito difícil a regularidade de um grupo de pesquisa no interior, muito, muito difícil. Estou falando isso porque não quero falsear, dificuldade de reunião, de dar a continuidade a pesquisa dessas meninas que se formam e vão embora e a vinculação dos egressos é muito difícil, fora os que ficam para o mestrado, o restante é superdifícil. (excerto da entrevista).

Além da rotina de reuniões e encontro de estudos de textos, há um grande investimento em torno da organização de eventos, conforme veremos no próximo capítulo.

8) Infraestrutura e recursos materiais

A realização de atividades de pesquisa em grupos acadêmicos depende também de infraestrutura física, uma dificuldade apontada pelos líderes dos grupos. Nesse item, foram relatados casos de total ausência de espaços físicos ou instalações bem precárias. Em geral, compõem as queixas, ausência de material de uso contínuo como material de escritório até recursos destinados à pesquisa como computadores adequados para as atividades.

Em geral, como pude perceber, os grupos de pesquisas em análise nasceram de um projeto pessoal do/a pesquisador/a, ou seja, nasce das mãos de um alguém, que detém a qualificação necessária para viabilizar sua criação. No entanto, um grupo que é capturado por pautas e agendas específicas, muito voltado para interesses pessoais, sem abrir espaço para o amplo debate de ideias e dissensos, proporcionando uma organização mais democrática tende a reproduzir relações assimétricas e gestos microfascistas, ainda que inconscientemente. Não é de estranhar que a nossa cultura de grupos de pesquisas está alicerçada em modelos mais verticalizados com concentração de poder na figura do seu líder. Daí é comum ouvirmos enunciados do tipo “o grupo de pesquisa de fulano de tal”. Evidentemente que se o grupo se abre para um projeto mais coletivo terá de ser reestruturado para atender a uma expectativa e outros quereres.

A análise contrastiva dos grupos revelou alguns pontos fortes, como, por exemplo, a institucionalização dos grupos, fator que incide em uma certa profissionalização, impactando assim em mudanças de práticas de pesquisa e *habitus*, como a forma de comunicação que deve proceder a partir, por exemplo, de uma comunicação mais institucionalizada a começar pelo uso de *e-mail* institucional. A existência de editais de projetos na área de Gênero alavancou diversos projeto que tiveram o apoio de financiamento, isso tem uma relação direta com a interiorização e internacionalização.

9) Financiamento

Impossível pensar em produção do conhecimento sem recursos financeiros. De onde vem esses recursos? Como eles são administrados? Como são distribuídos? Eles são distribuídos igualmente em todas as áreas do conhecimento? Quais os critérios adotados para alocação desses recursos?

O tema do financiamento das pesquisas não constituiu um tópico específico da nossa entrevista, mas ele apareceu como tema periférico em alguns momentos. No entanto, ele é essencial para a produção do conhecimento em nossa área, não só de projetos como de eventos. Para além das entrevistas, essas informações foram obtidas informalmente pelos/as próprios líderes ou quando elas foram mencionadas no Currículo Lattes no campo projetos de pesquisa em um campo reservado para o registro da fonte de financiamento. É importante ressaltar que não há recurso específico destinado à manutenção de grupos, e sim para determinado projeto de pesquisa em específico, ou ação extensionista quando há previsão orçamentária para tal no plano de trabalho dos/as pesquisadores/as e da universidade.

Quando falamos de financiamento de grupos de pesquisas, não estamos nos referindo apenas ao financiamento de projetos de pesquisas, mas a toda uma gama de atividades, como as atividades desenvolvidas pelos grupos como a realização de eventos, cursos de formação, publicações de livros e uma série de outras atividades vinculadas ao ativismo.

Não podemos deixar de registrar que historicamente o funcionamento de grupos de pesquisas na nossa área acontece com pouquíssimos ou quase nenhum recurso financiamento. Isso varia muito pouco de grupo para grupo. Em alguns casos, conforme foi possível constatar, conta apenas com o trabalho voluntário de estudantes e pessoas militantes que se dedicam a estudar temas considerados menores ou pouco importantes, principalmente porque não impactam diretamente no lucro e na competitividade.

O que pudemos também apurar em alguns casos é que os poucos recursos são repassados de forma indireta. Desse modo, eles são oriundos de bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado. A capacidade de concessão de bolsas está atrelada diretamente à produção do/a docente proponente do projeto e sua classificação no *ranking* de produtividade em pesquisas do CNPq. No entanto, os critérios para progressão exigem uma regularidade na produção através da publicação em diversos periódicos científicos qualificados pela Capes, estar entre outras coisas em atividade contínua de pesquisa, ser orientador de doutorado e estar submetido à avaliação do mérito científico da pesquisa e de uma série de outros fatores de impacto de suas produções.

Isso torna muitas vezes uma posição quase inalcançável, especialmente nessa área que estamos tratando. O levantamento realizado entre os/as líderes dos grupos acerca dessa classificação revela que apenas um possui produtividade em pesquisa ainda distante do topo

que é o nível 1 A,¹⁶⁷ ou seja, apenas um pesquisador possui bolsa de produtividade em pesquisa nível 2.

O financiamento das atividades dos grupos vem, na maioria dos grupos, de recursos destinados à concessão de bolsas de iniciação científica.¹⁶⁸ Com relação à realização de pesquisas, eles são oriundos principalmente de auspícios da Fapesb através de editais de projetos de pesquisa que prevê bolsas de iniciação à pesquisa e realização de eventos. Outro caminho de obtenção de recursos são os projetos de pesquisas financiados pelo CNPq que, em geral, são dirigidos a pesquisadores seniores ou com carreira acadêmica consolidada no campo da pesquisa.

Outra via de recursos internamente são os recursos da pós-graduação, na qual os grupos estão vinculados, através de seus pesquisadores e coordenadores como o Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) ou editais como os da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia (Sepromi) e do Ministério da Educação (MEC) através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) que financiou diversos projetos na área de educação durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente no governo de Dilma Rousseff. Em geral esses auspícios são designados a projetos pontuais e não financiam, geralmente, atividades e projetos a longo prazo.

10) Redefinindo a gestão organizacional a partir da perspectiva encarnada

No campo etimológico, a palavra “gestor” refere-se àquele/a que realiza gestos. O gesto diz respeito à esfera da ação, agir (*agere*), fazer (*facere*). Aqui, estou tomando os gestos como meios dirigidos a um fim. No plano da intencionalidade, a intenção verdadeira seria aquilo que se concretiza em atos. A intuição seria falsa, afetada, quando se contenta com gestos. Sabemos que é primordial que a troca de informações dentro das organizações gere a construção de novos conhecimentos, daí a importância de uma cultura de gestão do conhecimento. A partir do momento em que a organização entende existir dentro dela um potencial que não é visível e que pode proporcionar o seu desenvolvimento, reconhece a relevância de gerir esse bem intangível que é o conhecimento com propósitos estratégicos bem definidos (FLEURY; OLIVEIRA JUNIOR, 2001).

¹⁶⁷ O CNPq concede tais bolsas a pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, divididos em nível 1 e 2. No nível 1 existe ainda uma gradação A, B, C e D. O enquadre do pesquisador/a nessa gradação passa por Comitês Assesores.

¹⁶⁸ Muito embora temos observado uma redução drástica no quantitativo de bolsas para a produção científica que financia projetos, especialmente nas áreas das Ciências Sociais e Humanas.

Essa é uma concepção de gestão do conhecimento bastante corrente, ou seja, a gestão como estratégia para o desenvolvimento que propõe o controle de meios para a consecução de um objetivo delimitado. Nessa perspectiva de organização, não se busca o conhecimento de algo, mas o conhecimento para se alcançar um objetivo específico. Trata-se de uma busca interessada pelo conhecimento que muitas vezes entra em conflito com o papel e a função da universidade como instituição social. Essa concepção de organização teria sido capturada para dentro das práticas de pesquisas nas universidades públicas.

A análise empírica dos dez grupos de pesquisa nos colocou diante da necessidade de redimensionar não só a noção de gestão e de gestão do conhecimento, como também da própria ideia de organização e de gestão da organização. Isso tem exigido um esforço teórico e epistemológico no sentido de ampliá-la para acolher a dimensão ontológica (gestão da vida) e epistêmica (gestão epistêmica). No entanto, essa reorganização do campo precisa levar em conta não só as especificidades dos grupos, dos contextos, das práticas e das formas de organizar o conhecimento produzido. Para tanto, teremos que superar os limites impostos pela lógica produtivista que modela a ideia de uma universidade operacional,¹⁶⁹ conforme colocado por Marilena Chaui (2016). É curioso observar que a modelagem dos grupos de pesquisa do CNPq segue uma lógica muito próxima da Plataforma Lattes que é uma plataforma de currículos e que alimenta a modelagem dos programas de pós-graduação na mesma lógica produtivista.

A proposta de uma gestão organizacional encarnada nos processos de gestão da vida, orientada pela dimensão epistêmica parece não ser compatível com a perspectiva de pesquisa dentro da ideia de universidade operacional. Segundo Chaui (2016), tanto a ideia de docência quanto a de pesquisa precisa se voltar para a criação e o pensamento crítico, ou seja, precisa deixar de ser transmissão do conhecimento no caso da docência e de delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle, no caso da pesquisa.

Marilena Chaui (2016) chama a atenção para o fato de a universidade ter sido capturada pela ideia de organização e essa dobra produz alguns efeitos que precisam ser considerados aqui no momento que estamos lançando esforços para pensar uma ideia de

¹⁶⁹ Para Marilena Chaui (2016), as mudanças ocorridas na universidade pública brasileira abriram espaço para a consolidação da **universidade operacional**. Essas mudanças, segundo Chaui (2016), aconteceram em três fases sucessivas, já sob o modelo neoliberal, **durante a ditadura militar**, a universidade voltou-se para a formação de profissionais qualificados para a mão de obra, para o mercado. A segunda fase teria ocorrido já na **Nova República** quando a universidade se voltou para a geração de resultados, exacerbando a separação de docência de pesquisa e valorizando a segunda em detrimento da primeira. Nesse momento, entrou em cena a produtividade, eficácia e competitividade, adotando modelos de mercado para determinar a qualidade das pesquisas. E, por fim, a universidade se consolida como universidade operacional entre 1994-2002. Esse momento foi crucial para que a universidade se voltasse para si mesma.

organização justamente desapartada dos apelos neoliberais. Chaui avalia que a universidade como instituição social passou a ser encarada como organização e isso tem implicações. A principal delas é pensar essa instituição pela lógica da administração. Segundo Chaui, a ideia de administração é inseparável do modo de produção capitalista na medida em que o capitalismo estabeleceu uma mercadoria como equivalente universal e isso permitiu o aparecimento da prática da administração que se constitui como um conjunto de regras e princípios formais para todas. Essa ideia de gestão carrega em seu bojo alguns pressupostos como planejamento, previsão, controle e êxito.

Quando nos debruçamos para pensar esses grupos de pesquisas, observamos que a ideia de gestão posta sob uma ideia de organização nos moldes colocados por Marilena tem apenas a si como referência e a competição é o diferencial. Para Chaui (2016), “[...] a instituição está orientada para o espaço público; a organização é determinada pela privatização dos conhecimentos.” Penso que em qualquer tentativa de pensar a gestão organizacional teremos que enfrentar o debate proposto por Chaui sobre a universidade operacional que é o modelo em vigência.

Uma gestão organizacional potencialmente viável é definida pela sua capacidade de recuperar o valor da docência e o papel social da pesquisa. Conforme vimos nas análises, a docência tem um papel fundamental no modelo de cultura científica própria desses grupos de pesquisa pois não se limita apenas a fazer pesquisa “qualificada” para atender aos interesses da universidade empresa, mas se lança em movimentos políticos em defesa da vida e da democracia.

Por outro lado, uma outra ideia de gestão organizacional terá que se desprender de uma modelagem estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional. No campo dos estudos de gênero e *queer*, pensar a organização é desconstruí-la por dentro a partir de lógicas próprias porque ela precisa ser capaz de pensar criticamente a si mesma. Pensando com Chaui (2016), consiste em um posicionamento na luta contra a universidade operacional, enfrentando os desafios diferentes temporalidades da pesquisa e da ação política, da fragmentação de todas as esferas da vida social. Uma ideia de gestão integrada com a vida é incompatível com a ideia de fragmentação. Nos moldes que estamos entendendo a gestão da vida e por prolongamento a gestão organizacional, ela terá que operar no plano da multiplicidade, heterogeneidade e da diferença, da abertura e da cognição como política inventiva. Isso porque é inviável pensar a gestão organizacional apenas no plano da pesquisa sem considerar outras existências para além do controle da produtividade.

As pesquisas de interesses do campo dos estudos de gênero e *queer* estão situadas em uma perspectiva política que não dissocia a pesquisa, da docência e do ativismo político. Assim, uma perspectiva de gestão encarnada precisa levar em conta a indissociabilidade de todas essas dimensões. Para enfrentar o drama da universidade operacional, a gestão organizacional precisa de ser pensada desde dentro de um modo complexo e integrado, sem perder de vista o contexto mais amplo no qual os grupos de pesquisas estão inseridos que é a universidade, aqui entendida como instituição social e, de modo mais específico, consideraremos o contexto mais imediato, os grupos de pesquisas em análise, que operam no campo da ação política.

Como escapar das garras da universidade operacional (CHAUI, 2016)? Ao fazer a análise dos dez grupos, percebemos que não é possível fazer uma análise desse contexto apenas a partir de uma perspectiva meramente organizacional que é a do CNPq. Observamos que a subjetividade e a experiência são dimensões desconsideradas nessa modelagem que privilegia a produtividade e eficácia. Para tanto, opera com as categorias de grupo de pesquisa apenas como uma dimensão profissional, sem considerar outros afetos.

Qual o lugar dos grupos de pesquisas dentro do modelo da universidade operacional? O que significa fazer a gestão organizacional na perspectiva encarnada? Como operar com a gestão organizacional no campo da universidade operacional? Conforme ficou evidenciado, os grupos se organizam, em arranjos à revelia do que supostamente foi relatado no CNPq, o que nos permite supor que nessas vivências predomina um saber-fazer que reflete outras experiências, heranças de outros pertencimentos, como o aprendizado com antigos orientadores e grupos de pesquisas nos quais os/as pesquisadores/as foram formados em outros momentos da vida acadêmica. Por outro lado, há que se pensar em uma certa clivagem que paira sobre a crença de que a gestão como alguma coisa do campo administrativo e a ciência são coisa inconciliáveis, ou você é um bom gestor ou um bom pesquisador, as duas coisas parecem incompatíveis.

Um movimento verdadeiramente encarnado de gestão organizacional deve levar em consideração os processos de subjetivação como estruturantes da complexidade que se deseja alcançar. Se a gestão da vida opera no campo da política, e a política é o aqui e agora, portanto, sem planejamento definido a curto, médio e longo prazo. Qual o tempo da política?

A manutenção de um grupo de pesquisa depende muito dos processos de gestão que estão subjacentes ao seu funcionamento e à realização das atividades. Esse processo requer algumas competências e habilidades que são desenvolvidas no cotidiano das práticas, podem ser aprendidas de diversas formas em alguns momentos formativos como os eventos internos

aos grupos ou em parceria com outras instituições. Por certo, fazer a gestão de um grupo de pesquisa requer abertura para novas aprendizagens, um conhecimento que resulta da troca de experiências e a capacidade de agregar pessoas, gerenciar processos, construir redes colaborativas, buscar canais produtivos de diálogo com agências de fomento, com comunidades, promover diálogos com os movimentos sociais. Mas, acima de tudo, espera-se que tudo isso aconteça através de laços afetivos e de pertencimento fortalecidos entre os membros. O pesquisador não se desencarna na gestão da organização que é a gestão do grupo.

No próximo capítulo, nos debruçaremos sobre os processos de difusão do conhecimento, especialmente a partir da experiência com importantes eventos do campo, bem como as redes internas e externas ao grupo. Na sequência e para concluir, trataremos da roda, uma alegoria, um recurso linguístico acionado para sustentar a discussão acerca dos diálogos, redes e conexões, ou até mesmo a ausência delas.

CAPÍTULO V

6 O PESQUISADOR ENCARNADO E AS EXISTÊNCIAS EM REDES: CONEXÕES, ALIANÇAS E A GESTÃO DA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-ACADÊMICO

Este capítulo é, em alguma medida, uma continuação dos capítulos III e IV, na medida em que pretende retomar as análises já iniciadas nesses capítulos sobre a gestão da difusão do conhecimento. No capítulo anterior, apresentei os canais de difusão utilizados pelos grupos e diversas iniciativas no sentido de ampliá-los utilizando alguns meios digitais como *blogs*, redes sociais, *podcasts*, dentre outros. No entanto, não há como tratar da difusão do conhecimento dos grupos em análise sem antes recuar um pouco para entender como as pioneiras foram construindo suas estratégias de difusão do conhecimento produzido a partir dos principais canais disponíveis naquela conjuntura: os eventos e as publicações científicas. Apesar de o feminismo no Brasil já dispor de uma vasta bibliografia,¹⁷⁰ nos seus primórdios, as principais formas de difusão escrita das ideias eram os folhetos, cartilhas e *folders*, formas de divulgação que tinham um alcance relativamente pequeno e restrito se comparadas com os meios digitais que foram sendo incorporados às nossas práticas na última década. Apesar disso, eles tiveram um papel de grande relevância na disseminação das ideias do feminismo entre as décadas de 1960 a 1980, principalmente.

Na Bahia, o principal acervo que se conhece desse tipo de documento encontra-se hoje no Centro de Documentação, Informação, Acervo e Memória Zahidé Machado Neto no NEIM da UFBA. Após um audacioso projeto de recuperação coordenado pela professora e pesquisadora Ivira Iracema Duarte Alves, financiado pelo CNPq e SPM, o material encontra-se hoje disponível em repositório digital.¹⁷¹ Durante os anos de 2010 e 2011, eu tive a

¹⁷⁰ Constância Lima Duarte (2017) considera a história do feminismo de uma forma geral ainda pouco conhecida, a bibliografia ainda limitada e fragmentada com análises focadas nos anos 1930 (luta pelo voto), anos 1970 e as conquistas mais recentes. Se considerarmos que esse movimento atravessou décadas, fica evidente que os demais períodos ficaram relegados a notas de rodapé. Ainda segundo Constância Lima, as décadas de 1820, 1870, 1920 e 1970 foram as mais evidentes. No entanto, considero que nos últimos anos, tem havido um considerável esforço de resgate dessa(s) história(s), principalmente através de projetos de dissertações e teses que têm buscado leituras para além do cânone feminista da história. A coleção *Pensamento feminista* capitaneada por Heloisa Buarque de Hollanda e publicada pela Editora Bazar do tempo tem dado visibilidade a textos seminais da história do feminismo no Brasil e no mundo, mas para além de iniciativas como essas, outras falas e vozes à margem de uma suposta narrativa do feminismo canônico e hegemônico têm feito emergir outras leituras, outros olhares sobre a história do feminismo e outras matrizes do conhecimento.

¹⁷¹ Acervo disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/centro-de-documentacao/>. Trata-se de um vasto acervo de documentos que inclui os dez anos do grupo feminista Brasil Mulher, da Federação Baiana pelo progresso feminino, além do acervo pessoal da historiadora Ana Montenegro com o objetivo de descentralizar e difundir

oportunidade de participar da equipe de pesquisadores/as do projeto “Memória do Feminismo na Bahia: acervo de documentação do NEIM”. Nessa primeira etapa do projeto, nos dedicamos à recuperação de documentos impressos referentes ao período de 1970 a 1990, um material que estava totalmente disperso, correndo o risco de se perder devido às péssimas condições em que se encontrava o espaço físico que abrigava essa documentação, à época, desativado por falta de recursos para a manutenção do acervo e sem recursos humanos e financeiros para mantê-lo em funcionamento. Em um depoimento que homenageia a professora e pesquisadora Ana Alice Costa, feminista histórica e fundadora do NEIM e do PPGNEIM publicado na *Revista Feminista Labrys*, Ivia Alves (2015, grifos da autora), também integrante do NEIM, rememora esse momento:

Em 2010, sentindo que o acervo e biblioteca do NEIM com documentos desde 1980 era uma preocupação de Ana Alice, e seu receio em perder este rico acervo, não aceito pela biblioteca por ser uma coleção de textos de periódicos, recortes de jornais, datiloscritos, e a rede criada pelas feministas de vários lugares do país e do mundo, documentos históricos que marcavam o itinerário das lutas feministas desde a criação do grupo Brasil Mulher até os primeiros anos de fundação do NEIM, resolvi desenvolver um extenso projeto que foi não só incentivado como também apoiado por ela, buscando editais institucionais para alocação de recursos financeiros para dar a partida ao projeto. Tais recursos vieram pela SPM/CNPq para seu desenvolvimento através do título *Memórias do feminismo: acervo de documentos do NEIM/1970/80- 1990*, realizado entre 2011 e 2013, e entre 2013 e 2015 com o título *Memórias dos estudos feministas na Bahia (1990-2010)*, ambos já com bolsistas de Iniciação científica do curso de bacharelado em estudos de relações de gênero e diversidade (BEGD).¹⁷²

O objetivo do projeto era a recuperação e catalogação desse importante acervo a fim de ser digitalizado e disponibilizado a um público mais amplo em um repositório digital. A pesquisadora, que é originalmente da área da Literatura e com estudos voltados para o resgate de escritoras baianas fora do cânone literário, se reinventa e propõe esse projeto que, certamente, terá um grande impacto para as outras gerações. Além disso, a pesquisadora é responsável pela criação da área de Gênero, Linguagem e Cultura, pioneira no Brasil, um importante eixo formativo na organização curricular em todos os cursos do NEIM desde os cursos livres de formação docente ao doutorado. No trecho seguinte do depoimento de Ivia Alves, vemos como esses espaços são movidos pela vontade política e muita determinação, de como o feminismo é, ou deveria ser, um espaço de colaboração e aprendizado de um saber-fazer que se estrutura no coletivo:

as informações existentes quebrando assim o isolamento entre as instituições acadêmicas, pesquisadores e pesquisadoras e a todos aqueles interessados na temática.

¹⁷² Homenagem a professora e pesquisadora Ana Alice Costa.

Aprendi a admirar o esforço, a persistência em buscar recursos financeiros para projetos institucionais para ampliar o conhecimento do feminismo para que ele não ficasse limitado ao espaço acadêmico com Ana Alice. A sua visão ideológica buscava, a todo custo, criar condições para divulgar os estudos sobre as mulheres. Do Simpósio, ela partiu para a criação de uma coletânea publicada pelo NEIM e denominada de 'Coleção Bahianas' com o objetivo de registrar em livro artigos, pesquisas, resultados de Simpósios e de pesquisas do grupo, incluindo os produtos de trabalhos de várias integrantes de grupos feministas não só da Bahia, mas também de pesquisadoras do país. (ALVES, 2015).

A escolha por trazer esse depoimento para dentro dessa discussão não é um mero adorno conforme veremos. Antes de adentrar nas experiências dos demais grupos, ele serve de ponto de partida para alguns atravessamentos e indicadores que considero relevantes para o estabelecimento das ideias que passo a discutir nesse tópico dedicado a pensar as estratégias de difusão do conhecimento feminista, de gênero e sexualidade na Bahia nos primórdios do feminismo acadêmico e no esforço de aprimorar essas estratégias de difusão e comunicação científica nesse campo do conhecimento que se desdobra nos dias atuais.

Em primeiro lugar, porque diz da importância do NEIM na formação do movimento feminista na Bahia, do feminismo acadêmico e na articulação dessas duas vertentes em prol de uma terceira via que foi o diálogo com o Estado e as agências de financiamento. Em segundo lugar, falar do significado de duas feministas decanas e de suas ações projetadas para a difusão do conhecimento e da importância do resgate da memória dessa luta. Outro aspecto, não menos importante, refere-se ao acesso a recursos provenientes de editais e órgãos financiadores que favoreciam a produção e difusão das pesquisas, recursos estes que no atual contexto estão cada vez mais escassos.

Para além disso tudo, a intenção é mostrar como as feministas pioneiras sempre investiram em canais de difusão desde os primórdios, apesar de todas as dificuldades. Por trás dessas ações, sempre houve um desejo de que o projeto feminista pudesse sair do seu próprio círculo, para me reportar aqui à metáfora da roda, e se abrisse para um maior número possível de público, aumentando o seu raio de alcance e contribuindo para a formação feminista de várias gerações.

O movimento feminista foi um movimento contestatório que atravessou todo o regime militar (1964-1986) no seu momento de maior efervescência, suas ideias foram censuradas nos principais canais de informações (jornais, revistas, rádio e televisão¹⁷³). No entanto, a via de escape foram as artes, com destaque para o teatro e o cinema. Com a entrada do feminismo

¹⁷³ Lembrando que a televisão no Brasil teve seu início comercialmente em 18 de setembro de 1950, quando foi inaugurada a TV Tupi em São Paulo, com equipamentos trazidos por Assis Chateaubriand, fundando assim o primeiro canal de televisão e até a década de 1970 o acesso ainda era muito restrito.

nas universidades e formação dos primeiros grupos e núcleos de pesquisas datados do início dos anos 1980, o feminismo acadêmico passou a utilizar os canais de difusão tradicionais mais utilizados no meio científico-acadêmico até porque a construção de uma nova narrativa de ciência precisava coexistir com outras redes de conexão.

Antes de adentrar nas estratégias de difusão do conhecimento dos grupos atuais com os quais estamos dialogando, muita coisa já havia sido feita na Bahia pelos primeiros grupos de feministas. Dizer desses sujeitos e ações é um compromisso histórico e um gesto de reconhecimento desse legado. Com isso, penso que o desejo da difusão do conhecimento é um gesto encarnado no compromisso dos núcleos e grupos de viés feminista e *queer*. A função emancipatória da difusão do conhecimento feminista e *queer* não pode ser menosprezada. Não se trata de uma ação que visa o lucro, nem tampouco pretende atender exclusivamente às expectativas/exigências das agências de avaliação e de fomento às pesquisas porque estamos falando de universidade e universidade significa pesquisa e pesquisa significa divulgação, do contrário, estaremos a fortalecer uma rede que se conecta internamente entre nós previsíveis, uma produzida de pares e para pares.

Tudo isso importa para a sobrevivência dos grupos e não deve prescindir de uma autoavaliação permanente, bem como o ajustamento às constantes e complexas transformações do mundo contemporâneo e das condições dessa produção no contexto atual. Por outro lado, trata-se de um dever público devolver o que se faz para a comunidade.

O Simpósio ao qual a pesquisadora Ivia Alves se refere em sua fala é o Simpósio Baiano de Pesquisadores/as sobre Mulheres e Relações de Gênero que surge dessa necessidade de estreitar os laços entre as profissionais atuantes no estado da Bahia nas diversas áreas. Por outro lado, a Coleção Baianas¹⁷⁴ é também pioneira na Bahia no campo das publicações. Trata-se de uma publicação totalmente dedicada aos estudos feministas e de gênero, dando continuidade a um antigo sonho do núcleo de criar um vínculo de divulgação de reflexões críticas sobre o feminismo, mulheres e relações de gênero. “Porque *privilegiamos as baianas enquanto objeto e sujeito de estudos e como produtoras de conhecimento*”, lema reafirmado pelas editoras da coleção em todas as orelhas de todos os volumes da referida coleção.

¹⁷⁴ A Coleção Baianas é uma iniciativa do NEIM que tem como objetivo mostrar a diversidade das perspectivas disciplinares que norteiam a produção acadêmica do PPGNEIM, além de contribuir para a consolidação dos estudos feministas na Bahia. Trata-se de uma coleção pioneira que é totalmente dedicada aos estudos feministas. Até o momento já foram publicadas 22 edições. Para acessar os volumes já disponíveis *on-line*, ver em: <http://www.neim.ufba.br/wp/publicacoes/>.

De lá para cá, os problemas de divulgação científica continuam desafiando a criatividade e a capacidade de cada grupo, para além do improvisado faltam políticas institucionais mais assertivas. A maioria dos grupos e núcleos não desenvolveu estratégias mais eficientes de comunicação científica seja internamente entre os grupos da área tampouco para fora dos seus círculos, e aqui estou me referindo a políticas efetivas de internacionalização. Até nos grupos mais estabilizados, essa infraestrutura ainda é muito precária e insuficiente para manter em atividade seus projetos de publicação que alimentam o desejo e a necessidade da difusão desse conhecimento produzido. Segundo Wilson Bueno (2010, p. 5):

A comunicação científica visa, basicamente, à disseminação de informações especializadas entre os pares, com o intuito de tornar conhecidos, na comunidade científica, os avanços obtidos (resultados de pesquisas, relatos de experiências etc.) em áreas específicas ou a elaboração de novas teorias ou refinamento das existentes. A divulgação científica cumpre função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica.

Diante das dificuldades encontradas para fazer a difusão do conhecimento produzido pelos grupos, alguns grupos têm buscado criar espaços próprios para não só fazer a divulgação científica como também abrir espaços para publicação na área. Nesse sentido, o NUCUS, criou a revista *Periódicus* para preencher uma lacuna no campo dos estudos *queer* e das dissidências sexuais e de gênero tanto na Bahia como no Brasil. Além de ser uma publicação declaradamente *queer*, a *Periódicus* é uma revista semestral cujo objetivo é divulgar, traduzir e fomentar os estudos *queer* realizados especialmente no Brasil, no restante da América Latina e nos países da Península Ibérica. De acordo com os editores, são também objetivos específicos:

Criar um local de produção, divulgação e fomento de textos que tenham como objetivo pensar uma perspectiva *queer* a partir da América Latina e da península ibérica; 2. Traduzir alguns dos artigos centrais dos estudos *queer* produzidos no mundo, especialmente aqueles que guardam relação mais direta com as realidades da América Latina e da península ibérica; 3. Divulgar a produção acadêmica realizada por meio de uma perspectiva multi-inter-transdisciplinar sobre a diversidade sexual e de gênero que seja influenciada pelos estudos *queer*. (grifos nosso)¹⁷⁵

Assim, cada número da revista é composto por um dossiê temático com um tema norteador de relevância social para os estudos de gêneros e sexualidades, além de conter uma seção de temática livre de fluxo contínuo, independente dos dossiês. No entanto, são várias as

¹⁷⁵ Ver: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>.

dificuldades relatadas para manter uma publicação como esta. Em geral, a divulgação e comunicação científica dos grupos de pesquisas, quase sempre estão atrelados à dinâmica da pós-graduação. No entanto, conforme destaca Djalma Thurler, pesquisador membro do NUCUS da linha de Artes, gênero e sexualidades e coordenador adjunto acadêmico da câmara II, sociais e humanidades da área interdisciplinar da Capes, há um problema maior que envolve toda a pós-graduação brasileira no que diz respeito à comunicação científica que é comum à maioria dos programas de pós-graduação e, por desdobramento, afeta os grupos de pesquisas.

Para Thurler, a divulgação científica nos centros de produção das universidades normalmente se volta mais para o ensino e para a extensão. Atualmente, há um agravante que é a escassez de recursos, por um lado e por outro, a política de distribuição dos recursos. Prevalece uma política do governo atual de valorizar as produções de excelência – programas com notas 6 e 5 –, isso por entender que os impactos gerados pelas ciências duras são maiores do que os impactos gerados pelas Ciências Humanas. Essa política de educação é uma política fragmentada, porque ela tem essa questão de valorização dos programas que já são estáveis. Ainda para Thurler, prevalece a cultura do improviso, muitas vezes como uma prática institucionalizada. Isso implica em dizer que os grupos assim como os programas de pós-graduação precisam atender a determinados critérios exigidos pela Capes e pelas agências de fomento. Complementa o pesquisador:

De maneira geral essa política de divulgação científica, ela é invisível, não merece prioridade das universidades. Quando eu falo de uma política de divulgação, eu não estou falando apenas do whatsapp que a gente joga no grupo e diz: publiquei isso aqui. Do programa e da universidade, é pensar o que a Pró-Reitoria de pesquisa está pensando como política de divulgação científica.¹⁷⁶

Quando reunimos informações dos principais eventos da área, observamos que os recursos vêm do PAEP que é um Programa de Apoio a Eventos no País, programa de incentivo a eventos. No entanto, há segundo Djalma Thuler, indicação interna na própria Capes de não se aprovar eventos locais, mas somente eventos internacionais. No entanto, como sabemos, os eventos internacionais se caracterizam pelo público que é internacional, mas apenas os programas mais estáveis conseguem fazer evento internacional. Dessa forma, os programas nota 3, que em grande parte são do interior, têm mais dificuldade de buscar essa

¹⁷⁶ Fala proferida no painel "As novas tecnologias e formação de professores/ciência e difusão do conhecimento", (grifos nosso) que aconteceu em 10 de setembro de 2019 no Fórum Sociedade Crítica, no campus da UFOB em Barreiras, evento promovido pelo grupo de pesquisa Corpus Possíveis e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais.

estabilidade acadêmica. Com isso, fica fácil de perceber que essa política de educação sacrifica os programas e, por consequência, os grupos que não têm notas 6 e 7, ou seja, de excelência.

Seminários, simpósios, encontros, congressos, feiras e festivais, qualquer que seja o nome que costumamos dar, são alguns dos eventos realizados pelos grupos de pesquisa (ver Anexo B). Dentre os principais canais difusores do conhecimento produzido no âmbito dos grupos de pesquisa, destacam-se os eventos que recebem essas várias denominações. Nesse aspecto, a participação em eventos específicos sobre as temáticas de gênero e sexualidade destaca-se como momentos importantes que promovem experiências diversas na trajetória dos/as pesquisadores/as. A imersão de pesquisadores e pesquisadoras nesses espaços acontece de diversas formas, seja na condição de ouvinte, coordenando grupos de trabalhos, compondo mesas redondas ou na condição de painelistas, rodas de conversas, participando de fóruns de discussões e reuniões plenárias.

Os eventos não são apenas um espaço para simples transferência de conhecimento têm uma presença muito forte na cultura dos grupos de pesquisas. Há casos de grupos que se reúnem apenas para planejar eventos. Conforme podemos observar no quadro do Anexo B, todos os líderes já tiveram algum tipo de experiência na concepção e organização de encontros de diferentes proporções. Desde pequenos encontros restritos à comunidade acadêmica interna até encontros mais abertos à comunidade externa. Os eventos possuem uma centralidade muito grande no conjunto das ações dos grupos, núcleos e redes de pesquisas feministas, bem como naqueles mais voltados para os estudos *queer*.

Inicialmente, os eventos eram voltados para a apresentação do estado da arte dos estudos sobre mulher e gênero com o objetivo de agregar e tornar conhecidos os estudos de pesquisadoras brasileiras sobre o feminismo, mulheres e relações de gênero. Até a década de 1980, os eventos específicos da área eram muito mais esparsos do que o *boom* que se viu a partir dos anos 2000, (novamente ver Anexo B). A partir de 1970, foram criados espaços nos eventos de algumas associações nacionais de áreas do conhecimento como os das Ciências Sociais e Letras, os conhecidos GT ou grupos de trabalho/estudo.

Celi Pinto (2003), importante estudiosa do campo, lembra que naquele período, mais especificamente entre 1978 e 1998, foram muito importantes as parcerias com as Fundações FORD e Carlos Chagas com a dotação de recursos para seminários e publicações. Vale ressaltar que naquele contexto foram criadas as principais redes, a Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (RedeFem) e, no Nordeste, a Redor. Segundo Esmeraldo (2010), as

décadas de 1970, 1980 e 1990 foram cruciais para organizar e consolidar a malha interna de grupos e núcleos existentes.

A partir dos anos 2000, os eventos tornaram-se mais frequentes e proliferaram em número, em quantitativo de participantes e atividade conforme já referido anteriormente, no entanto, os recursos foram minguando na última década. Nos últimos anos, e me refiro aos últimos cinco anos, os grupos têm enfrentado dificuldade de conseguir apoio. O Enlaçando Sexualidades, por exemplo, concebido e executado pelo Grupo Enlace¹⁷⁷ se consolidou durante esse período através das cinco edições (2009 a 2017) sempre com o apoio das agências de fomento. Na última edição (2017), o evento aconteceu unicamente com os recursos das inscrições. Segundo Suely Messeder (2016b), a natureza historicamente construída no/pelo Enlaçando possui duas grandes características, a interdisciplinaridade e rede de coalizão entre pesquisadores/as. Havia um desejo de que o Enlaçando suplantasse a ideia de um espaço meramente de difusor de conhecimento, mas que agregasse também gestão e difusão como dinâmicas entrelaçadas na qual se vislumbrava discutir e buscar solução para problemas complexos através de um diálogo efetivo entre os diferentes saberes e o saber científico.

No fundo, segundo Messeder (2020a), havia a crença de que as comunidades epistêmicas e de práticas precisavam dialogar porque acredita-se que os grupos de pesquisas em especial de gênero e sexualidades congregam e põem em sintonia as duas comunidades, por vezes, se confundindo umas com as outras, isso porque, segundo Messeder,

buscamos o reconhecimento e a reconção do mundo, por investirmos e/ou acionarmos nosso conjunto de *modus operandi* do saber-fazer científico nos estudos e atividades que versam sobre gênero e sexualidades. Produzir, gestar e difundir tais conhecimentos, certamente, não se situa à margem de implicações éticas e políticas.¹⁷⁸

Após trazer o relato de Suely Messeder, acadêmica e mentora do evento, tendo coordenado ao longo de sua jornada, penso ser interessante dialogar com o depoimento de Barbara Alves, uma das pioneiras do Seminário Enlaçando Sexualidades, cuja fala ressalta a importância do evento na articulação com a militância e rememora como se deu essa interlocução:

¹⁷⁷ O evento Enlaçando Sexualidades, um dos mais consolidados e longevos da área, aconteceu em sua primeira edição ainda quando a sua mentora, a professora Suely Messeder, integrava o Diadorim. Com a sua saída do grupo e consequente criação do Enlace, o projeto passou a ser gestado nas edições seguintes pelo Enlace já que se tratava de um projeto pessoal e não coletivo do grupo Diadorim. Muito embora, há que se destacar que o Diadorim continuou participando das demais edições seja propondo Enlaces temáticos seja participando de fóruns de pesquisadores/as e professores/as da Educação Básica através da representação de seus membros.

¹⁷⁸ Texto do Projeto do V Enlaçando encaminhado a Fapesb para buscar financiamento, grifos do original.

Quando a gente chegava na universidade a gente queria fazer o curso, ir embora e trabalhar, ou na sua área ou em uma área melhor para se manter com empregabilidade, mas o Enlaçando Sexualidades trouxe outra perspectiva para nós do Fórum Baiano LGBT. A gente construiu uma perspectiva de que a academia também é um espaço de militância, um espaço de luta e de construção de alianças. Foi a partir do Enlaçando que a gente avançou ajudando a construir, não só o grupo Enlace como outros grupos, como no meu caso o GIRA, que é um grupo também da UFBA no qual eu também faço parte. A gente começa a adentrar nesse espaço dizendo: nós podemos, quem quer ser acadêmica vai ser acadêmica, quem não quiser tem a academia como esse espaço de luta e de aliança. A gente tem que dar essa possibilidade e o Seminário possibilita isso quando ele faz uma formação tanto para professoras da educação básica que foi uma formação superpotente para atender todo um público vulnerável, não só LGBT como também a questão racial, a questão de pessoas com deficiência, a questão das mulheres, que dialoga com uma formação para o movimento social que comece a produzir os seus relatos de experiências. E é entre esses relatos de experiência e a construção de artigos, dos trabalhos acadêmicos que a gente consegue ver que os nossos relatos de experiências também é um trabalho acadêmico, não é menor, ele na realidade é um diálogo, um diálogo para construir uma academia onde não a gente veja que não é para nós, como até então nós víamos a academia, como lugar que não é para nós, que nos usava para suas produções, para as pessoas se tornarem mestres, doutoras, pós-doutoras. A nossa impressão é que nós éramos vistos como objeto de estudo, aquele objeto que não tem voz. O Enlaçando traz uma resposta para nós do movimento LGBT, para o racismo, nós podemos não só ser ouvidas, mas podemos escrever, podemos ser acadêmicas, podemos ser o que quisermos. Na realidade e então o grupo Enlace se constituiu com essa categoria sujeito encarnado que é o sujeito que dialoga com a teoria e a prática para a construção tanto de uma academia como de um mundo melhor.¹⁷⁹

Figura 21 – Cartaz da 5ª edição do Seminário Enlaçando Sexualidades em 2017



Fonte: adaptada do site da Editora Realize.¹⁸⁰

¹⁷⁹ Depoimento de Barbara Alves, lésbica, negra, ativista do Fórum Baiano LGBT e integrante dos grupos de pesquisas Gira e Enlace. Fala proferida na seção intitulada “Alianças, conexões e compromissos: narrativas e subjetivações” que aconteceu no II Seminário Interno do grupo de pesquisa Enlace em dezembro de 2020. Ver em: <http://www.youtube.com/watch?v=v0RffqEMA9A>.

¹⁸⁰ Ver: <http://www.editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-v-enlacando>.

Esse cartaz produzido para divulgar a 5ª edição do Enlaçando Sexualidades traz a diversidade mencionada por Barbara Alves nas imagens, bem como sugere as aberturas para os diálogos e conexões necessárias para a construção de redes efetivas. Os eventos, em sua vocação para os encontros, trocas e afetações através dos grupos de trabalhos, os já conhecidos GTs, ou enlaces como são chamados no âmbito do Enlaçando Sexualidades, muitas vezes produzem interlocuções bastante promissoras capazes de trazer impactos concretos no cotidiano dos grupos e na forma de organização dos pesquisadores, seja nos grupos ou nos programas de pós-graduação aos quais estão vinculados. Vejamos o depoimento de Kiki Givigi, sobre os desdobramentos do Enlaçando para a reestruturação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da UFRB:

Nós estamos para institucionalizar agora na próxima reunião de colegiado a linha 3 que se chama Cultura, Raça e Gênero. Agora deixa eu te falar que coisa mais interessante para você ainda. A ementa dessa linha, ela surge do Enlaçando sexualidades. Eu e Priscila (coordenadora e vice coordenadora do Capitu), fizemos um Enlace denominado Ancestralidade, gênero e práticas da terra. Desse Enlaçando nós decidimos travar uma luta política exterior também a UFRB da nossa existência no mestrado. Então nós abandonamos um pouco a possibilidade de fazer um enlace, por exemplo, sobre teoria queer, que também nós trabalhamos para pensar um pouco a partir dessas experiências femininas no campo. E as experiências feministas no campo estão muito mais entrelaçadas, as interconexões, a cosmologia ancestral e ao feminismo negro porque elas advêm de práticas políticas que são coisas que a gente já vem estudando. Eu trabalho com o pós-estruturalismo e o decolonialismo, então eu já venho desse encontro entre feministas negras e feministas decoloniais e pós estruturalistas que para mim estão em Preciado com o aparato sexocolonial que ele fala, então eu venho fazendo esse diálogo já no Mestrado desde algum tempo e já na graduação. Ai nós levamos para o Enlaçando Sexualidades o Enlace que acabou virando, com algumas reformas, a ementa porque chama Cultura, raça, gênero e educação no campo que ai é a nossa linha 3: Essa linha aciona conceitos de cultura, raça, gênero, classe e suas intersecções para dialogar com as experiências que se circunscrevem no espaço político construído pelo campesinato, pelos povos de comunidades tradicionais, com os movimentos de luta pela terra, agricultores, militantes de agroecologias, militantes de movimentos contra barragens, povos indígenas, de terreiro do campo, quilombolas, quebradeiras de coco de babaçu, marisqueiras, pescadoras, dentre outras que nos importam orientar que os discursos estratégicos coletivos com saberes ancestrais para além do sujeito ontológico da política ocidental.... Então essas são as experiências desses femininos no campo. (excerto de entrevista, grifos nosso).

Os eventos têm esse potencial de produzir novas dobraduras e deslocamentos necessários para atender às demandas dos sujeitos em seus contextos e urgências. Nos últimos anos, os eventos se consolidaram como espaços para (re)pensar o contexto atual das pesquisas e a sobrevivência dos grupos e as redes. Esses espaços também têm servido para pensar cenários futuros para os estudos de gênero e sexualidades e pautar temas que os/as líderes dos

grupos reconheceram como demandas para um novo momento. De forma geral, podemos afirmar que os encontros possibilitam:

- ✓ discussão, valorização e mobilização de agendas políticas;
- ✓ socialização/divulgação de resultados de pesquisas concluídas;
- ✓ compartilhamento de pesquisas em andamento visando a qualificação e aprofundamento teórico-metodológico a partir da colaboração;
- ✓ relatos e trocas de experiências que aliam docência com pesquisa e militância;
- ✓ avaliação do potencial crítico desses territórios;
- ✓ criação de espaços de construção de redes;
- ✓ espaço de reflexão sobre práticas de pesquisas;
- ✓ espaço de interlocução entre o ativismo e a produção acadêmica;
- ✓ fortalecimento das redes de coalizão.

Com relação aos eventos e seus formatos, alguns aspectos precisam ser observados. Primeiro, a forma como temos subvertido a própria finalidade dos eventos na forma de fazer, tensionando aquilo que tradicionalmente vem se chamando de “eventos acadêmicos/científicos”. Dessa forma, a finalidade desses espaços não fica restrita aos debates e publicação de trabalhos, de pesquisas concluídas ou que estejam em andamento. Assim, a experiência do Grupo Enlace em sua natureza historicamente construída nas cinco edições do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, realizadas entre 2008 e 2017, o credencia no sentido de reiterar a ideia de que não é meramente um difusor, mas também um território estruturado e estruturante da promoção e gestão do conhecimento científico que vem do diálogo com outros saberes, quer seja da Educação Básica, do movimento social, quer seja dos gestores públicos, quer seja dos/as educadores/as.

Na V edição do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Suely Messeder, mentora e coordenadora-geral do evento nas cinco edições, reafirma que a experiência com o Enlaçando comprova que os eventos acadêmicos, outros “nem tão acadêmicos assim”, são zonas de intersecção que colocam em movimento a produção, gestão e difusão do conhecimento. A tênue fronteira entre produção acadêmica e difusão é certamente complexificada na própria construção e constituição dos eventos. Além disso, cabe destacar que as experiências de participar, organizar, coordenar eventos atravessam as narrativas de praticamente todos/as os/as pesquisadores/as ouvidos/as.

O quadro no anexo B, mostra como cada líder de grupo em sua trajetória já teve algum envolvimento com essas atividades, seja organizando, seja participando como convidado. Para além da difusão, esses são espaços político-formativos nos quais se articula produção/geração e processos de gestão de conhecimentos implícitos ou explícitos. Trata-se de espaços onde se aprende a fazer a própria gestão da difusão dos próprios eventos, *fazer fazendo*, já que não existe formação para isso. Zuleide Paiva, em nossa conversa, destacou a importância dos eventos como canais não só de produção, mas também de difusão de conhecimento:

Nossos principais canais de difusão hoje são as redes sociais, as revistas, os periódicos, são os canais tradicionais mesmo, os encontros que organizamos. Acredito que os eventos estão nessa zona fronteira entre produção, gestão e difusão do conhecimento. Reconheço os encontros como espaços de produção e difusão do conhecimento. Pode até não ser um espaço de sistematização porque o conhecimento pode ser produzido e não ser sistematizado. Cabe ao pesquisador/a, a quem se interessa pegar o espaço e transformá-lo, sistematizar o que você produziu ali. Os eventos foram minhas fontes na tese. Falo da minha experiência, eu fiz as entrevistas, mas os espaços, os eventos para mim foram fundamentais, toda essa imersão. Em uma reunião de uma organização lésbica, por exemplo, ali está o pensamento, está colocado, está sendo produzido na fala de uma que se articula com a fala da outra. Se eu como pesquisadora, sujeita pesquisada e pesquisadora estou ali e não enxergar isso, eu não vou perceber o evento como espaço de produção e difusão. É um espaço vivo, pulsante, então são esses espaços que eu acho que a gente tem que potencializar mais. (excerto da entrevista)

Figura 22 – Logomarca do Festival Anual Múltiplas Sexualidades promovido pelo Núcleo Capitu/UFRB/Amargosa



Fonte: Anais do evento

Atentos às dinâmicas do campo, os eventos da última década foram incorporando paulatinamente a dimensão interseccional em seus programas. Um exemplo disso é a inflexão realizada pelo XVII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulheres e relações de

gênero que aconteceu em 2012 no *campus* da UFBA em Salvador (BA), promovido pelo NEIM. Esse evento teve como temática central a intersecção entre racismo, sexismo e lesbo-homofobia:

Figura 23 – Cartaz do evento



Fonte: adaptada do caderno de programação do evento.

No campo dos estudos de gênero e diversidade sexual, os eventos são momentos de reconciliação entre a gestão da vida, a gestão epistêmica e a gestão organizacional. Em nossa conversa, Leandro Colling relata sua experiência junto ao NUCUS na coordenação da 2ª edição do Seminário Desfazendo Gênero que aconteceu em Salvador:

Nós do NUCUS, depois avaliando foi isso: a gente gostaria que os eventos da nossa área fossem como o Desfazendo Gênero foi em sua edição aqui de Salvador, uma multiplicidade de gente e um evento menos careta possível, problematizando a maneira de fazer evento acadêmico e tal. As pessoas ficaram muito felizes, eu acho que foi um momento no qual desembocou aquela meia dúzia de bichas e sapatonas e que queriam estudar Judith Butler e estudar e fazer uma outra coisa, uma intervenção na Universidade Federal da Bahia que não estudava muito essas coisas. (excerto da entrevista).

Os eventos acadêmico-científicos, que também possuíram, em muitos casos, um diálogo com as artes, contribuíram, sobremaneira para a reinvenção, diversificação das

temáticas, ampliação dos diálogos institucionais e ampliação do espectro das pesquisas. No entanto, para alguns pesquisadores e pesquisadoras, a questão dos eventos nos remete à metáfora da roda, mostrando que o sentimento que se tem é de que, inicialmente foi importante investir nos eventos especializados para marcar território e fortalecer laços internos entre grupos que dialogavam com as mesmas temáticas ou temáticas afins. Por outro lado, os eventos também contribuíram para ampliar o debate sobre mulheres negras e dissidências sexuais, por exemplo, temas que não tinham tanta visibilidade.

6.1 RODAS E OUTRAS (RE)INVENÇÕES: ALEGORIAS PARA PENSAR GRUPOS DE PESQUISAS

Na análise contrastiva dos grupos, ficou evidente a dificuldade apontada no artigo “Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?”, de Albertina Costa, Barroso e Sarti (2019), texto, publicado ainda na década de 1990 no qual as autoras fizeram um balanço dos estudos sobre a mulher no Brasil. Naquele contexto, estávamos diante da disputa do campo entre os estudos sobre a mulher e o conceito de gênero. Segundo as autoras, os estudos estavam “narcisicamente centrados” e teve dificuldade de se relacionar com o conhecimento de outras áreas, como as Ciências Sociais, por exemplo.

Com isso, as autoras destacaram que a discussão sobre as “vantagens” – afirmação de identidade, espaço próprio, legitimação e apoio institucional – e “desvantagens” – o isolamento e excessiva autorreferência – foi precipitada, pois surgiu antes que estivesse garantida a sua institucionalização. Para Albertina e demais autoras, ali já estava colocado um dilema que perdura ainda hoje com outras nuances atenuadas pelo contexto histórico atual. As autoras chamavam à atenção para um paradoxo, isto é, “reivindicar o reconhecimento institucional de espaço próprio, exclusivo, que mal se começava a ter e do qual se precisa e, ao mesmo tempo ter a necessidade de se voltar para fora e expandir esse espaço restrito.” (COSTA; BARROSO; SARTI, 2019, p. 131)

Para Cláudia Pons Cardoso, em nossa conversa para esta pesquisa, a introdução do conceito de gênero no Brasil na década de 1980 representou um esforço de fazer uma interlocução com o Estado e com as agências de financiamento. Dentre as vantagens postas sobre o conceito de gênero, estava a necessidade de tecer diálogos, fortalecendo os laços entre a universidade e a sociedade civil. Era tempo de um giro para fora da roda:

[...] *No início dos 1990 já tínhamos que colocar a palavra ‘gênero’, principalmente dependendo de algumas agências financiadoras, tanto que a gente fazia curso de formação com outras agências financiadoras para conseguir recursos. Então a gente fazia curso de formação para elaboração de projetos, essas coisas e às vezes a gente recebia indicação, a linguagem ou como transformar esse conteúdo palatável. Sim, fazíamos isso. As estratégias de existência e subsistência. Porque tinha agenda de gênero e o que era incluído dentro dessa agência de gênero né, então realmente a gente, eu lembro, eu participei de duas formações no Rio de Janeiro, uma bem extensa onde no final a gente produzia um projeto de captação em gênero, para gênero e, mas isso foi lá pelos anos 1990 já quando nós estávamos já bem institucionalizadas, já éramos uma organização, já éramos uma ONG.* (excerto da entrevista).

Creio que hoje já chegamos a um outro nível de institucionalização e saímos, parcialmente, do limbo, mas ainda não conseguimos, em muitos casos, um nível de profissionalização exigido para dialogar com os organismos de fomento, sem a informalidade que muitas vezes nos alija e nos impede de entrar no jogo da ciência, sem jogar fora a nossa ancestralidade, sem nos render aos apelos capitalistas e da lógica do mercado. Muito embora o estado da Bahia tenha sido pioneiro nesses estudos, bem como seu protagonismo na tentativa de construção das redes feministas.

Um exemplo dessas redes é a Redor, fundada por Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg, pesquisadoras baianas e fundadoras do NEIM. Segundo essas mesmas autoras, nunca se conseguiu, de fato, construir uma rede efetiva de coalizão, por vários motivos. Naquele contexto, houve várias tentativas de construção de redes no sentido de consolidar o projeto feminista na academia, no entanto, apesar das várias tentativas anteriores. A bem da verdade é que mesmo na década de 1990 nunca conseguimos consolidar redes efetivas, nem mesmo a nível de Bahia.

Na maioria dos casos, fazemos nossas pesquisas a partir de recortes de nossos interesses e costuradas por laços afetivos, afinidades teóricas e, em algumas vezes, apenas diálogos institucionais. Fortalecer as redes é fortalecer todos os nós que a compõem. No entanto, a institucionalização ainda é um caminho a se fazer. Pensando mais especificamente no atual contexto, os pesquisadores e pesquisadoras em gênero e sexualidades na Bahia não dialogam de modo mais efetivo, e, em muitos casos, não se reconhecem nessa produção do conhecimento local. Isso porque conforme nos adverte Esmeraldo (2010, p. 96):

Uma rede não se fortalece se as suas malhas estão circunscritas a nível pessoal, social, político e institucional em relações estreitas, limitada e segregadas. Nesse sentido, analisar os cenários possíveis de cada núcleo, suas ações, os temas trabalhados, as pesquisas realizadas, os projetos em curso, a atual formação dos professores/pesquisadores/estudantes, a sua produção científica, seus vínculos com os departamentos e com os programas de pós-graduação e com as variadas instâncias da universidade, são preocupações permanentes para se desvelar sua força e fragilidade dentro do cenário institucional.

No cenário recente da última década, várias foram as tentativas de coalizão que vêm sendo impetradas como, por exemplo, o Fórum de Pesquisadores/as do V Seminário Enlaçando Sexualidades, sem muito sucesso. A impressão que fica é que estamos isolados em pequenos nichos, por afinidade teórica e epistemológica, institucional. Isso ficou bastante evidente no Fórum de pesquisadores e pesquisadoras em gênero e sexualidades no V Enlaçando Sexualidades (2017) e na 1ª edição do Seminário Gênero Ameaçado (2017). Durante o período da pesquisa, entre agosto de 2016 e julho de 2020, tive a oportunidade de acompanhar esses dois momentos como relator nesses dois fóruns. O debate acerca da institucionalização nunca deixou de existir, de tempos em tempos ele volta com mais força, como foi o caso das discussões que aconteceram nos referidos fóruns. O tom do debate era a dificuldade de pautar a sociedade civil, quando na verdade não conseguimos, muitas vezes, nem pautar a própria universidade; ficou a impressão de que os grupos e núcleos de pesquisas não conseguem ou não têm força para pautar esses acontecimentos. O que tem sido feito coletivamente enquanto movimento de coalizão para fortalecer as ações do campo, a dificuldade de unificação das agendas, segundo alguns pesquisadores, isso fortaleceria as ações em defesa do campo e formação de uma rede de coalizão entre as pessoas que atuam nela.

Para Suely Messeder, “quando abrimos nossos horizontes na perspectiva das relações de gênero e sexualidades, somos interpeladas pela interdisciplinaridade, multidisciplinaridade ou a transdisciplinaridade. O samba nos inspira também, porque ele é protagonizado por mulheres,¹⁸¹ muito embora no cotidiano das festas e celebrações em comunidades, todos indistintamente – adultos, crianças, homens, mulheres, jovens – entram na roda para celebrar. Essa contatação é colocada para que possamos pensar que as lutas não podem ser sectarizadas, pelo menos, no atual contexto, pensar relações de gênero é pensar também o privilégio dos homens, discutir homossexualidades é principalmente desnaturalizar a própria heterossexualidade compulsória.

Michel Maffesoli em *O conhecimento comum* (2010) ressalta o valor das metáforas na produção do conhecimento. Segundo esse autor, a experiência cotidiana é fragmentada, polissêmica, feita de sombras e luz. Dessa forma, para que possamos estabelecer vínculos, reconhecer conexões, correspondências e proceder a certas comparações, faz-se necessário utilizar tanto os conceitos quanto as tantas metáforas que a linguagem pode acionar nossa

¹⁸¹ Com a espetacularização do samba de roda e a sua adaptação a um formato mais mercadológico, próprio das apresentações em palcos e festivais culturais, o protagonismo da roda fica por conta das mulheres sambadeiras.

memória inventiva. No desenrolar desta tese, especialmente no estabelecimento do Pesquisador Encarnado (Capítulo I), acredito ter deixado algumas pistas do meu pendor pelas figuras de linguagem, especialmente as metáforas.

Através delas, podemos criar abstrações para contribuir na cartografia tanto da malha interna – processos grupais internos, práticas, posições de sujeito e afetos – tanto da malha ampliada – aproximações entre grupos de pesquisas, redes, diálogos e conexões com a comunidade externa, sociedade civil, agências de fomento e o Estado –, além de poder pensar a própria inserção social das pesquisas e a difusão do conhecimento por nós produzido. Para avançar na discussão, sigo perseguindo essa potência das metáforas para pensar uma produção de conhecimento colaborativo que busca nos acontecimentos do cotidiano, da vida vivível a sua energia renovadora de comunidade e coexistência no âmbito das organizações e para além delas.

Nesse exercício, aposto no valor das metáforas não só como atitude estética, como estratégia discursiva constitutiva da força da vida viva, do (des)aprender, do “empreender”¹⁸² e desprender-se, como linguagem da experiência, “lógica do acontecimento” (LARROSA, 2016). Mas também como uma construção **alegórica**¹⁸³ **de gestos que produzem atos políticos, éticos e estéticos** direcionando toda essa reflexão para o cotidiano dos grupos de pesquisas.

Nesse aspecto, o sentido de movimentos grupais não só tem a ver com a ideia de atualidade segundo os múltiplos processos que os constituem, movimentos de forças, diagnóstico da realidade, mas dialoga com a concepção foucaultiana de “acontecimento”, como trabalho arqueológico que promove gestos de abertura, de mutação de uma episteme para outra, de processos arqueológicos (FOUCAULT, 1985).

Para Maffesoli (2007), as metáforas não só permitem sentir o gosto da vida, dos fatos, em toda sua concretude como também apontam, sublinham, põem em relevo as características da vida social sem, contudo, constrangê-las. Nessa direção, proponho a modelagem alegórica do samba de roda não somente como uma representação simbólico-utópico-producente que

¹⁸² Deixo em suspenso essa construção discursiva haja vista o esvaziamento e dispersão de sentidos que o termo vem sofrendo nos últimos tempos em função de uma investida capitalista perversa de precarização, neoliberal do trabalho em meio à crise política e econômica em curso no Brasil que banaliza o ato de empreender, especialmente no campo das relações sociais do trabalho. Acerca das contribuições em torno desse debate, sugiro ver Messeder (2015, 2016a, 2016b, 2017), mas também Safatle (2020). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. Ver: Safatle, Silva Junior e Dunker (2020).

¹⁸³ Cabe fazer aqui uma breve distinção entre metáfora e alegoria. No campo dos estudos da linguagem, enquanto a metáfora é usada de forma mais pontual, a alegoria ocorre na totalidade do texto e dos processos. De forma geral, podemos dizer que a alegoria é um conjunto de metáforas, ou seja, de diversas metáforas interligadas entre si.

serve para problematizar um saber fazer compreensivo, mas como uma criação inventiva que permite adensar na complexidade, multidimensionalidade e transdisciplinaridade do conhecimento em uma “emergência poliética planetária” (GALEFFI, 2020) que nos permite descrever conceitos, aproximar compreensivamente realidades e analisar práticas sociais. Para nos aproximar do samba de roda, vejamos o relato de Dona Nicinha, sambadeira do Recôncavo da Bahia:

*Meu grupo de samba de roda é Nicinha raízes de Santo Amaro. Eu não faço samba só, eu vou sambar só? Não posso, então eu tenho que respeitar minhas amigas, minhas companheiras e meus meninos que tocam para eu sambar. Eu estou dizendo para você que meu grupo é uma família, meu filho, uma família.*¹⁸⁴

O depoimento de Dona Nicinha do samba é um convite a pensar **os sentidos do coletivo evocados através do samba de roda**, bem como toda a **força ancestral e a dinâmica comunal**. A potência dessa experiência do/no/com o samba de roda nos coloca diante de elementos fundamentais à nossa coexistência como grupos de pesquisa, tais como **a sociabilidade, a experiência vivida na/com a coletividade**, valores essenciais para pensar estrategicamente, como uma alegoria, o saber-fazer ciência em **chave colaborativa encarnada nos princípios éticos, políticos e estéticos ou clave colaborativa para pensar o próprio samba de roda como lugar do conhecimento e de uma ética própria**, bem como daquilo que se busca na prática da pesquisa encarnada. O relato da sambadeira nos inspira a fazer essa aproximação entre a dinâmica organizacional do samba de roda com uma produção de conhecimento cujos eixos estruturantes são **os sentidos da complementariedade, da colaboração, a economia do cuidado de si e do outro, bem como os processos grupais**.

O samba de roda é uma das mais importantes tradições culturais do Recôncavo Baiano cujas principais características são a sua organização circular, a roda, e a presença marcante do canto responsorial. Nessa dinâmica, corpo, voz e ancestralidade se impõem e se entrelaçam de forma articulada pois, nesse contexto, existe uma complementariedade na qual “a música não se separa da dança, o corpo não está longe da alma, a boca não está suprimida do espaço onde se acha o ouvido.” (SODRÉ, 1998, p. 61). Muniz Sodré (1998) destaca que nas danças que se caracterizam pelo conjunto, como é o caso do jongo, do coco e do samba, dentre tantas outras, **a roda, o coro e o solo de dançarinas/os** são elementos constitutivos.

O samba de roda faz parte dessa tradição afrodiaspórica. Diz respeito a uma denominação genérica para, pelo menos, dois subtipos outros, o samba corrido e o samba

¹⁸⁴ Dona Nicinha do Samba, líder do grupo Samba Raízes de Santo Amaro.

chula. O primeiro, conforme o próprio nome já indica, é mais rápido, mais solto e sem paradas entre o canto e a dança. O samba chula, por sua vez, caracteriza-se por ser mais lento, pela presença marcante da viola, por ter certa interdependência entre canto e dança, como se houvesse um tempo-espço de protagonismo entre um e outro. Nessas experiências de conciliação comunal, as vozes ecoam enquanto as sambadeiras aguardam respeitosamente para entrar na roda. No momento em que somente se escuta o som dos instrumentos, elas se revezam sambando, uma a uma, no centro da roda.

Segundo a pesquisadora Clécia Queiroz (2019), a principal diferença entre os dois subtipos de samba reside nos procedimentos musicais e coreográficos. No caso do samba corrido, por exemplo, mais livre e sem muitas regras pré-determinadas, o solista canta junto com os instrumentos. Nessa dinâmica, a sambadeira pode ocupar a roda com o seu solo ou mesmo com a presença de mais pessoas. Para a pesquisadora, além dos aspectos apontados, as performances das mulheres sambadeiras na cerimônia do samba de roda têm um caráter de grande relevância na sua cenografia, não podendo ser vistos de forma separada. Clécia Queiroz destaca ainda que a performance está atrelada a outros sentidos, como religiosidade na qual a música, a dança, a indumentária, a expressão cênica compõe um todo que coloca em associação o psíquico e o somático, guardando assim o caráter integral e holístico da arte africana.

Dessa forma, o samba de roda, seja na sua expressão de samba corrido ou de samba chula tem muito a nos ensinar sobre a dinâmica de funcionamento organizacional de nossos grupos e coletivos de pesquisa. Voltemo-nos, portanto, aos grupos de pesquisas e, muito provavelmente, a alegoria do samba de roda, ou seja, a sua figuração em roda não seja muito adequada para pensar as relações intergrupais – redes interorganizacionais – haja vista as nossas dificuldades de nos constituir enquanto rede, pensando aqui que não há rede sem algum tipo de convivência, seja ela no plano macro ou micro. Nesse caso, a alegoria do samba de roda serve muito mais para representar **as relações, a comunicação e os processos de subjetivação intragrupais** (relação interpessoais de sujeitos que compõem o mesmo grupo). Dessa forma, além do samba de roda, outras figurações nos ajudam a mapear outros pontos de conexão – sejam elas políticas, afetivas, sociais e institucionais –, bem como as relações de poder e os mecanismos de funcionamento no campo de forças.

No caso do samba de roda, o plano alegórico aqui acionado produz uma aproximação, um esforço analógico do ato de dançar com o ato de produzir conhecimento científico-acadêmico em grupos de pesquisas. A alegoria do samba de roda se aproxima do seu referente que é a produção do conhecimento científico colaborativo que será tratado e definido a partir

da construção sucessiva de metáforas que ilustrarão essa ideia em todas as suas dimensões, implicações e possibilidades.

Como vemos, o samba de roda pode servir de lente através da qual é possível traduzir de forma mais complexa interpelações várias na dinâmica existencial e social que se organiza para além de valores individualistas e competitivos, modos de dominação mais evidentes nas sociedades modernas a exemplo do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. Além disso, o samba de roda compreende um sistema integrado de linguagens que conjuga em sua figuração transdisciplinar, pelo menos três expressões artísticas basilares e complementares: a dança, a performance e a música. Sobre a música, em especial, é interessante considerar que:

No ocidente, com o refinamento (capitalista) da consciência individualizada, a música, enquanto prática produtora de sentido, tem afirmado a sua autonomia com relação a outros sistemas semióticos da vida social, convertendo-se na *arte da individualidade solitária*. Na cultura tradicional africana, ao contrário, a música não é considerada uma função autônoma, mas uma forma ao lado de outras – danças, mitos, lendas, objetos – encarregadas de acionar o processo de interação entre homens e entre o mundo visível (o *aiê*, em *nagô*) e o invisível (o *orum*). (SODRÉ, 1998, p. 20, grifos nossos)

Assim, é possível que **a metáfora da roda nos inspire a pensar a nossa ancestralidade** como espaço de memória e a memória como corpo ancestral, uma tessitura na qual existe tanto a harmonia quanto o conflito¹⁸⁵ conforme destaca Eduardo Oliveira (2020). Partindo desse entrelaçamento entre harmonia e conflito, é possível ler a ancestralidade em nossas práticas encarnadas em duas dinâmicas: a interna e a externa ao grupo. No primeiro caso, pensemos a dança como movimento, ou a ausência dele, ou seja, o movimento dentro de um grupo, o movimento entre grupos, o movimento entre os grupos com os quais precisamos dialogar.

O samba de roda funciona como uma espécie de pedagogia da roda, um movimento **aprendente partilhado de uma ética** (GALEFFI, 2020) que inspira **novas aprendizagens no plano da vida, das epistemes**, mas também expõe os limites e tensões em nossos arranjos organizacionais. Visto dessa forma, podemos vislumbrar um círculo de potência(s) que se (re)desenha a partir de uma **espiral de acontecimentos**. A dinâmica do samba em sua intencionalidade metafórica proporciona alguns giros conceituais na ideia de grupalidade e de colaboração como complementariedade, partilha e solidariedade epistêmica como pressuposto do cuidado e da coexistência. Nessa perspectiva, tensiona **o protagonismo, a competitividade e celebra a ética e a estética**.

¹⁸⁵ Eduardo Oliveira (2020) nos lembra que a “ancestralidade” é um termo em disputa nos movimentos negros organizados, nas religiões de matriz africana e até nas políticas de governo.

Pensemos então em uma roda ampliada e projetada para fora que aspira conexões com outros mundos, com a exterioridade. A modelagem do CNPq, conforme podemos observar na análise contrastiva dos grupos, não permite observar as conexões entre grupos, pensando essas conexões como um modo de cartografar tanto os movimentos externos aos grupos de pesquisa, isto é, os diálogos e aproximações com outros grupos. A roda também pode parecer limitadora como metáfora que busca captar as relações entre diferentes áreas do conhecimento e diferentes percepções teóricas, exacerbando os riscos de uma espécie de guetização ao nos fecharmos em nossa própria roda como também de nos perder em ações isoladas sem impactos práticos e consequentes.

Por fim, a configuração espacial e organizativa do samba de roda nos interessa como modelagem exemplar. Nesse sentido, parto do plano ideacional para pensar uma problemática no plano empírico das experiências, ou seja, dos acontecimentos. Com isso, é interessante pensar o modo como se dança e se produz atos performativos. Por se tratar de uma experimentação, ela produz e reproduz em uma ética partilhada o protagonismo dos sujeitos envolvidos, é conhecimento em movimento entre avanços e recuos. O samba agrega, congrega, na sua dinâmica acontecimental, porque ele joga com espacialidades e complementaridades de gestos em sua cena performativa e evolutiva.

O pinicado do samba de roda nos inspira atos encarnados do cotidiano. As palavras de Dona Nicinha do samba, transcritas anteriormente, parecem expressar muito bem uma certa impossibilidade de se fazer samba de roda sozinho. A roda como expressão coletiva depende de uma rede de elementos, sujeitos e ações que dão vida a essa existência. Assim, a roda promove uma “acontecimentalização”, um modo foucaultiano em diálogo com Deleuze de proceder análises, por meio de dois aspectos:

Em primeiro lugar, por uma *ruptura*: fazer surgir a singularidade ali onde se está tentando fazer referência a uma constante histórica, a um caráter antropológico ou a uma evidência que se impõe a mais ou menos a todos [...]. Em segundo lugar, caracteriza-se também por encontrar conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias que permitiram formar, em um momento dado, o que depois se apresentará como evidente. (CASTRO, E., 2016, p. 26).

Ele flagra o conflito e os gestos dão conta do quando o ato é produto (seus efeitos finais, sua finalidade objetiva e concreta). Visto nessa perspectiva:

O gesto nada mais é que o ato considerado na totalidade de seu desenrolar, percebido enquanto tal, observado, captado. O ato é o que resta de um gesto cujos momentos foram esquecidos e do qual só se conhecem os resultados. O gesto se revela, mesmo que sua intenção seja prática, interessada. O ato se resume em seus efeitos, ainda que quisesse se mostrar espetacular ou gratuito. Um se impõe com o

caráter perceptível de sua construção; o outro passa como uma prosa que transmitiu o que tinha a dizer. O gesto é a poesia do ato. (GALLARD, 2008, p. 27).

As metáforas tornam-se ainda mais potentes quando estão interessadas menos em dar respostas definitivas e soluções generalizantes, mas de nos levar a duvidar de nossas crenças, de colocar em suspeita nossas verdades. Concordo que é através da linguagem que podemos buscar a “singularidade irreduzível das realidades pesquisadas.” (MACEDO, 2018, p. 45). O trabalho com as metáforas, alegorias e outras figuras têm a ver com aquilo que Larrosa (2016) denomina de “desejo de linguagem”, desejo de ficção de um mundo “novo”, mais precisamente as linguagens da experiência, “uma vez que estão feridas de realidade, feridas de vida. Mas também querem constituir experiência. Por isso em busca da realidade da vida.” (LARROSA, 2016, p. 112).

Assim, esse conjunto de gestos converge para uma dinâmica grupal que serve para acompanhar processos na medida em que:

- 1) promove sociabilidades, diálogos, negociações, intercâmbios, afetações;
- 2) produz uma quebra do ciclo de competitividade predatória através da promoção do espetáculo do outro na qual todos igualmente são interpelados a performar de modo festivo, leve e em elevada autoestima;
- 3) possibilita uma pluralidade constitutiva na qual vive-se uma horizontalidade polifônica que só fará sentido no conjunto;
- 4) na roda, as perspectivas são multiplicadas ao infinito, amplia-se para um sem-fim de combinações de aberturas e possibilidades;
- 5) em sua organização utópica viabiliza diálogos, agencia redes, põe em presença o corpo e a ancestralidade;
- 6) a roda é uma celebração e, assim como o candomblé e a capoeira, situa-se em uma zona de proibições, portanto, um campo de força da (re)existência criadora;
- 7) na roda, vivenciamos dinâmicas territoriais e comunais, éticas de coexistência (conjunto de princípios, valores, visão de mundo, modulações).

Para tanto, para lograr enfrentar os desafios dessas conexões encarnadas, conexões possíveis, alianças encarnadas, compromissos encarnados, vamos precisar investir na qualidade das conexões e das alianças e dessas ressonâncias em nós.

7 CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

Finalizo confessando que não tenho como escapar das lamentações e justificativas, talvez injustificáveis, do pesquisador que tenta se esquivar da sua reponsabilidade com o conhecimento que produziu e dos resultados apresentados à comunidade científica. Não é possível deixar de considerar uma produção de conhecimento cujo pano de fundo é uma crise “humanitária” e sanitária sem precedentes que temos vivido nos quase dois anos de uma pandemia de SARS-CoV-2 que assola o mundo e, de modo mais avassalador, o Brasil. No momento que finalizo a escrita deste texto ultrapassamos a marca das 500 mil vítimas, junto a isso soma-se uma conjuntura de polarizações e dualidades que coloca a defesa da vida e da economia em disputa.

De fato, vivemos em tempos de muitas incertezas e instabilidades, de temporalidades complexas que vem impondo novas demandas na intersecção de várias outras crises como a política, a ética e de valores. Eu nunca achei que seria fácil, muito embora, desde o início, eu estivesse em concordância com Renato Janine Ribeiro (1999) quando nos alertou que não se produz conhecimento em terra firme, ou quando Jorge Larossa (2016) nos mostrou que quando estamos produzindo conhecimento com/desde a experiência “a vida treme, quebra ou desfalece” (p. 13).

Nós que pesquisamos esses temas ainda passamos por muitos desafios, temos enfrentado dificuldades em ter nossos projetos aprovados, enfrentamos obstáculos na busca de financiamento para nossas pesquisas, dentre outros motivos por que nossas pesquisas supostamente não atendem aos critérios de avaliação impostos pelas agências tanto nacionais como a CAPES, quanto as internacionais, tampouco atendem aos interesses da universidade operacional. Além disso, enfrentamos cotidianamente o racismo, o sexismo e a homolesbotransfobia estruturais e institucionais.

Esta investigação representou um esforço de promover um diálogo entre dois campos do conhecimento aparentemente dispares e que não dialogavam entre si, nem do ponto de vista teórico, nem metodológico: os estudos de gênero/sexualidade/*queer* e a gestão do conhecimento. Para este trabalho, construí um campo problemático com o objetivo de cartografar os processos de produção, gestão e difusão do conhecimento nos dez grupos de pesquisas selecionados e atuantes nesse campo no estado da Bahia.

Quando iniciei esta investigação, fiz uma busca exploratória no banco de dados da Capes e da *web of science* e descobri que nada existia sobre esse tema, como eu já suspeitava.

Eu estava diante de uma abordagem experimental e motivada pela alquimia de três experiências que me atravessavam: minha trajetória como pesquisador nos estudos de gênero e sexualidades, meu encontro com o conceito de gestão do conhecimento no DMMDC e meu diálogo com o Pesquisador Encarnado no âmbito do grupo de pesquisa Enlace. Coloquei-me diante de horizontes complexos e de problemáticas existenciais urgentes que, conseqüentemente, afetaram tanto o desejo de conhecer sobre o tema quanto a força de sustentação da tese, trazendo com isso significativas modulações sobre o modo de ler e interpretar o constructo de pesquisa.

No traçado apresentado na tese, apostei em alguns momentos na lógica de *Kairós* em detrimento de *chronus* ao acionar o tempo e aboli-lo quando necessário se fez. Regressemos, para concluir e nos voltarmos para a proposta colocada na introdução e que tentei levar a cabo no percurso da investigação. Com isso, o material discursivo acessado e analisado demonstra que, pelo menos nos grupos de pesquisa observados, não há qualquer tipo de filiação, seja teórica, seja prática, à gestão do conhecimento como um campo de investigação.

Para produzir esta tese, reitero a minha aposta no Pesquisador Encarnado, essa modelagem teórica, metodológica, ética e estética que me tomou de modo próprio e apropriado e resolvi adensá-la neste estudo a fim de propor um modo de produção de conhecimento que denominei de encarnado. Essa perspectiva foi sendo apresentada, adensada e problematizada ao longo de toda pesquisa em um exercício permanente de experiência inventiva e de esforço transdisciplinar, de deslocamentos de sentido, compromissos e alianças.

O Pesquisador Encarnado foi o eixo estruturante através do qual os capítulos da tese foram se organizando para mostrar a emergência de uma outra ideia de gestão do conhecimento acadêmico em que o conhecimento é visto não como um meio para alcançar lucro, produtividade, rentabilidade e eficácia, mas como uma forma de promover vidas e justiça social, de gênero, racial e erótica. Por outro lado, observei que os grupos de pesquisas promovem vias de intersecção entre as dimensões ética e epistêmica dando sentido a gestão da vida e gestão epistêmica, modificando assim a forma de fazer a gestão organizacional.

Do diálogo com as experiências individuais e coletivas dos pesquisadores e pesquisadoras, interlocutores da pesquisa, chegamos a uma ideia de gestão com três eixos depreendidos que se interligam e se completam, promovendo (re)conexões entre sujeitos e contextos: a gestão da vida, a gestão epistêmica e a gestão organizacional. Nesse sentido, a gestão encarnada do conhecimento científico-acadêmico precisa superar a universidade

operacional, na medida em que esse modelo de universidade operacional entende a docência como transmissão de conhecimento e a pesquisa como um campo de intervenção e controle.

A história desse constructo de pesquisa com suas experimentações e apostas foi sendo narrada demoradamente como um exercício de **automodelagem de um sujeito-pesquisador encarnado**. Para que ele pudesse entrar em cena, precisei de um investimento teórico, metodológico e analítico, tudo isso para propor um diálogo com os pesquisadores e pesquisadoras líderes dos grupos investigados, uma produção coletiva. Assim, em sintonia com o saber fazer do cartógrafo, essa categoria analítica foi fundamental para tecer os fios de uma trama envolta em processos. Para captá-los, me lancei nas incertezas de uma escritura em abismo para colocar em cena uma escrita encarnada, ou pelo menos o desejo dela, um gesto de insurreição à escrita acadêmica.

O Pesquisador Encarnado como existência epistêmica e política, conforme vimos, não é autoexplicativo e precisou de uma problematização. Sem uma teoria, ele parece ser o óbvio, mas no decorrer da tese fui chegando à conclusão de que precisamos dar respostas para fora, sem correr os riscos de esvaziá-lo conceitualmente. O Pesquisador Encarnado não é uma entidade romântica, exótica e sobrenatural. Portanto, acredito ter mobilizado o Pesquisador Encarnado para pensar questões teóricas, metodológicas e epistemológicas candentes sobre os modos de pesquisar e como essas implicações se modelam no constructo de pesquisa que são os grupos de pesquisas através de suas dimensões éticas, estéticas e políticas.

A tese foi o espaço-tempo de avançar na forma como experimentei diferentes tons de encarnado, adensando a forma de ler, de refinar o olhar, interpretar e viver o Pesquisador Encarnado. Creio que a partir desse exercício com os grupos de pesquisas eu poderia selecionar algumas pistas de como colocar o Pesquisador Encarnado em rota de coalizão. A primeira consiste em apostar na potência do Pesquisador Encarnado que faz um trabalho com as memórias, experiências e acontecimentos. Vimos que o ato de conhecer atravessa essa modelagem como acontecimento de aprendizagem e se faz por inscrição corporal e não por adesão teórica. A segunda pista nos remete à construção de um campo comum como princípio ético e político em seu desejo de ser grupo se movendo em uma zona de tensão, nos entrelugares, entre rupturas e descontinuidades.

Esta análise me permitiu chegar à premissa de que a escrita encarnada é um espraiamento da pesquisa encarnada, é uma forma de existência científica, um ato de gestão epistêmica dentro dos limites impostos pela linguagem que produz, organiza e subverte conceitos. Um gesto mobilizado por uma urgência enunciativa em uma trama existencial e política que exige um envolvimento permanente e imediato com a defesa da vida e das

justiças. Além disso, o Pesquisador Encarnado é uma celebração epistêmica cuja subjetividade não pode ser reduzida aos sujeitos, mas que coloca a ênfase nos processos.

Como modelagem metodológica, investi na bricolagem, um resultado de invenções, deslocamentos e articulações entre conceitos e operadores que inclui a cartografia e o próprio Pesquisador Encarnado. Entre reelaborações conceituais e metodológicas, penso que fazer uma cartografia é sempre uma ousadia diante da sua imprevisibilidade, mas com uma potência que se abre para infinitas aberturas e motivações. No ímpeto de fazer uma cartografia, muito provavelmente, eu tenha deslizado na experimentação que ora se aproxima das pistas deixadas nos escritos de Gilles Deleuze e Felix Guattari em *Mil Platôs*, ora escapa para outras (re)invenções que, muitas vezes, se distanciam de uma ideia de cartografia mais afinada com a perspectiva do Pesquisador Encarnado, o ponto de convergência e dispersão de modelos supostamente canônicos de pesquisar.

Assim, fortemente influenciado pelos desdobramentos das pistas do método cartográfico desenvolvido pelo grupo de professores do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro coordenado por Virginia Kastrup, passei a explorá-lo na construção argumentativa da defesa da tese. Se uma das pistas da cartografia é “habitar território”, muito provavelmente entre o desejo de uma modelagem mais fluída de tese e os desafios impostos sobre o tema de investigação e a escrita acadêmica, o território mais fértil e encarnado tenha sido as narrativas dos/as pesquisadores/as compartilhadas em conversas encarnadas. Tenho a convicção dos riscos e limitações deste trabalho para afirmar com propriedade que estamos diante de uma cartografia. Se o desafio foi de “investigar processos sem deixá-los escapar entre os dedos” (KASTRUP *et al.*, 2015, p.8), alguns estilhados tenham sido lançados ao longe.

Chego ao fim desta escrita, mas não deste estudo e reconheço ousadias produtivas e entraves que podem ter comprometido a fluidez da pesquisa e alcançado resultados mais assertivos. Muito provavelmente o grande número de grupos pode ter sido uma dessas ousadias que gerou uma dificuldade de mergulho mais intenso no campo. Nesse sentido, acredito que estudos de casos mais verticalizados possam ajudar a apreender/compreender com mais profundidade o cotidiano de cada grupo, mas isso fica como sugestão para futuras investigações. Ao que parece, essa abordagem se torna inviável com um número extremamente ampliado de grupos, como no meu caso, os dez.

No momento de fechamento deste trabalho, é preciso deixar claro que o arcabouço metodológico não permitiu um mergulho mais contínuo e permanente nas vivências dos

grupos. Salvo algumas exceções, o acesso aos grupos se deu via pesquisador/a-líder/a, ou através de alguns eventos organizados pelos grupos, o que permitiu algum tipo de aproximação proporcionado pelos encontros. Muito provavelmente, o modo de acessar as informações e acompanhar os processos grupais pode ter dificultado o acesso a outras paisagens compostas pelas linhas de conflito, alianças, tensões, desejos e afetos.

Sem esse mergulhar mais denso, que reitero, não foi a pretensão desde o início, mesmo a despeito de flertar com a cartografia e suas pistas metodológicas, trabalhar com dez grupos não foi uma escolha simples, especialmente em tempos de distanciamento social em que os grupos ou estão paralisados ou reduzidos a comunidades que vivem suas dinâmicas em encontros virtuais, sem muita regularidade. Com isso, chegamos a outra importante pista da cartografia, conforme propõe Passos e demais autores (2015), que é “acompanhar processos”. Assim, quais processos são passíveis de serem acompanhados utilizando os modos de informações e compreensões utilizados nessa investigação a exemplo das entrevistas, análise documental e documentos da cultura.

Muito provavelmente, eu tenha chegado mais próximo do campo representacional e menos de uma proposta de cartografia, a mostrar os limites e ajustes do método, as intenções e querereres do pesquisador com o fazer-fazer em seu processo único de aprendizagem que é a busca incessante de respostas para problemas que afetam não só o exercício da produção do conhecimento como algo apartado da realidade, mas um gesto de compromisso com a defesa da vida e as justiça.

É preciso chamar a atenção para o fato de que, nesta análise, eu mobilizei os discursos dos líderes dos grupos, ou seja, uma visão muito próxima da representação. Por isso mesmo, insisto que o modo de acompanhar os processos grupais em sua dinâmica cotidiana é limitado e limitante pelas próprias condições da pesquisa. Ainda assim, é possível perceber nesses discursos e práticas sociais narradas, certas insubordinações nas rotas, produzindo zonas interseccionais, desvelando caminhos outros, reinvenções e agenciamentos a mostrar que nem sempre nos colocamos de forma tão dócil e racional na espiral na cultura científica, a saber um modelo dominante e hegemônico.

Observou-se que antes dos grupos se formarem, prevalece a figura do/a pesquisador/a cujas agendas políticas e temas de pesquisas são fatores que motivam a criação de um grupo sob sua liderança. Nesses casos, isso torna plausível a ideia de que o gesto de inserção do/a pesquisador/a em um grupo, pelo menos nesse campo, acontece de duas maneiras: aqueles casos em que o/a pesquisador/a se mobiliza para a criação do grupo porque tem as credenciais necessárias para tal e se sente motivado, ou pode acontecer de o/a pesquisador/a ingressar em

um grupo já constituído como é o caso do NEIM e do Diadorim que são grupos mais antigos e já consolidados.

Em alguns casos ainda, o/a pesquisador/a tem sua formação acadêmica e política dentro de um grupo e a partir do momento que ganha autonomia e independência como pesquisador/a parte para a criação de um novo grupo, um caminho bastante comum, e isso se dá, pelo menos nos grupos cartografados, geralmente com a entrada na universidade e início de uma carreira acadêmica como pesquisador e docente. Com isso, forma-se o seu próprio grupo com as demandas e motivações próprias, inclusive a partir de um recorte temático particular e que, posteriormente, passa a ser de interesse de outros que se juntam na proposta.

A análise apontou para a necessidade de investir em práticas de autogestão, ou seja, do pesquisador tomar para si o gerenciamento das decisões e apostar no grupo como potência, fortalecer a dimensão política no sentido de produção de uma geopolítica do conhecimento. A análise mostrou ainda a importância de se construir uma ambiência que valorize a horizontalidade na circulação das vozes que enunciam no coletivo dos grupos. Nesse sentido, o/a coordenador/a do grupo precisa deixar de ser a autoridade textual na construção dos sentidos sobre os conhecimentos na estrutura organizacional, um modo de resistência aos processos centrípetos e centralizadores.

O *modus operandi* dos grupos observados permite afirmar que temos pela frente o desafio de explorar uma ambiência de grupo e em grupo, ou seja, de uma cultura científica na qual as ações deixem de ser menos competitivas e mais colaborativas. Em uma cultura organizacional cujo paradigma é a colaboração, não há espaço para protagonismo de sujeitos envaidecidos/as. Nesse esforço de abarcar os dez grupos, alguns aparecem com mais força nas análises, enquanto outras foram menos visibilizadas. Isso pode explicar até qual a intensidade de suas ações e visibilidade dentro desse próprio circuito dos grupos.

Desse modo, na construção coletiva, se há protagonismo e, penso que deve haver, afinal de contas todos/as precisam ser reconhecidos em suas potencialidades, será um protagonismo em rotação, em rede, em movimento, como microrredes de poderes pensadas ao modo foucaultiano, temporário, momentâneo, porém necessário para impulsionar os outros a seguirem, mas que se encontram e se afetam.

O trabalho coletivo de produção do conhecimento nos grupos analisados mostrou que é necessário que abduquemos da autoria na perspectiva da autoridade e poder. Há sempre algo não só a dizer como, principalmente, a aprender com nossos arranjos institucionais, criar pressupõe aberturas para o desconhecimento, para a multiplicidade de visões, para o contraditório e o dissenso no sentido produtivo e positivo.

Por fim, o conceito de gestão do conhecimento tem seus limites, alcances, convergências e divergências que foram apontados na medida que ampliamos os seus horizontes para pensá-lo como uma prática de modelagem e não como um modelo(s). Nesse percurso, recusei propor um modelo de gestão do conhecimento expresso por fórmulas matemáticas que é muito comum nos estudos da gestão, seja ele prescritivo ou ilustrativo.

Dito isso, entendo que a gestão do conhecimento precisa ser/ter também um movimento decolonial/ou de descolonização. Acredito que todo e qualquer **esforço decolonial** nesse sentido deverá dirigir-se a três dimensões que se convergem, ampliando os horizontes da gestão: a gestão da vida como forma de **descolonização do ser e do poder** e a gestão epistêmica como forma de **descolonização do saber**, no sentido de lograr, criticar teorias e métodos. Tudo isso implica em um giro decolonial que parte do (re)conhecimento de que não há conhecimento universal; **descolonizar o poder** da ação criativa no esforço de superação desse conhecimento universalizante, isto é, assumir a potência de criação teórica e metodológica local por meio do constante questionar da fragmentação disciplinar, do reducionismo e da visão monológica e suas imposições. Assim, esse movimento teórico-epistemológico precisa abarcar as potencialidades da comunhão de saberes e do “conhecimento comum” (MAFFESOLI, 2010), das experiências “próprias e apropriadas” (GALEFFI, 2017) de cada comunidade epistêmica e de prática (FRÓES BURNHAM, 2012b), esse movimento envolve crítica, agenciamentos e criação de conhecimento.

E, por fim, fico a me perguntar, será que, ao fim e ao cabo, eu não estou tentando enquadrar tanto o Pesquisador Encarnado quanto a gestão encarnada do conhecimento científico-acadêmico em normas e regras. Será que não há aí um excesso de explicação, classificação? Talvez tudo isso não seja tão encarnado assim, parece enquadrar nesse ou naquele paradigma. Ao propor esse diálogo do Pesquisador Encarnado com os grupos, eu me coloco em um movimento de autocrítica permanente na qual possamos confrontar as nossas próprias contradições intra e intergrupos. Nesse sentido, será necessário conviver com a(s) instabilidade(s), precariedade da perspectiva do Pesquisador Encarnado como potência, abertura à criatividade e perspicácia na invenção de novos modos de produzir conhecimento, construir e tra(ns)duzir teorias.

Assim, a perspectiva encarnada é um gesto de resistência à destruição da ciência no Brasil, um desafio a todos/as nós que fazem ciência. Não se trata mais de algo posto sobre algumas áreas do conhecimento tidas como menores, como os estudos de gênero e sexualidades, mas de toda a comunidade científica está sem risco.

Encarnado é o conhecimento, mas também é a gestão. A gestão encarnada do conhecimento científico-acadêmico depreendida nos grupos analisados, é acima de tudo uma ontologia crítica de nós mesmos, sobre nós mesmos enquanto sujeitos no mundo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia literária: Elefante, 2016.
- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo?. *Outra travessia*, Londrina, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Consultado em 21/07/2015. Acesso em: 4 fev. 2020.
- ALAVI, M.; LEIDNER, D. E. Knowledge management and knowledge management systems: Conceptual foundations and research issues. *MIS Quarterly*, Bloomington, v. 25, n. 1, p. 107-136, 2001.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALVARENGA NETO, R. C. D. *Gestão da informação e do conhecimento nas organizações: análise de casos relatados em organizações públicas e privadas*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- ALVARENGA NETO, R.C.D. *Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo*. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. v. 1, p. 131-149.
- ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2019.
- ALVES, Í. I. D. Ana Alice, dos projetos às conquistas. *Revista Labrys-Estudos Feministas*, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys27/analice/ivia.htm>. Acesso em: 5 fev. 2020.
- ANDRADE, C. D. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- ANGELONI, M.T. (org.). *Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologia*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- AQUINO, E. M. L. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, n. 40, p. 121-132, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/yhMyCFTPLkMM8VKrHpJjTtj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 abr. 2019.

ARGOLO, F. *O golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba, 2018.

ARRUDA, Â. Novas subjetividades na pesquisa histórico feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista brasileiro: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 335-354.

ARTAUD, A. *Os escritos de Antonin Artaud*. [S. l.: s. n.], 1983.

AZEVEDO, M. Dialeto do gueto: periferia adota vocabulário próprio. *A tarde*, São Paulo, 18 ago. 2015. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1704059-dialeto-do-gueto-periferia-adota-vocabulario-proprio#:~:text=Morador%20do%20Nordeste%20de%20Amaralina,dores%20do%20povo%20do%20gueto.&text=Suaviza%20nosso%20sofrimento%20com%20o,o%20nosso%20falar%20marca%20isso%22>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. In: HOLLANDA, H. B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. P. 206- 214

BANISKI, G. M. *Gestão intercultural do conhecimento e capacidades dinâmicas: uma proposta conceitual para competência de resposta*. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Positivo, 2018.

BARRAGÁN, A. M. A. *et al.* Pensar a partir do feminismo. In: HOLLANDA, H. B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 216- 239

BARROS, M. *Meu quintal é maior que o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BARRY, J.; DJORDJEVIC, J. Que sentido tem a revolução se não podemos dançar?. EUA: Fundo de Ação Urgente pelos Direitos das Humanos das mulheres, 2007.

BARTHES, R. *Aula*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

BEDIN, R. C. *A História do Núcleo de sexualidade e sua trajetória do conhecimento sexual na UNESP*. 2015. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

BEDIN, R. C. *A institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades brasileiras a partir das ações de Grupos de Pesquisas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010;

BEDIN, R. C. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. *Revista Florestan*, São Carlos, ano 1, n. 2, p. 46-66, 2014. Disponível em: http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25. Acesso em: 21 dez. 2017.

BENISTE, J. *As águas de Oxalá*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BENISTE, J. *Mitos Yorubás: o outro lado conhecimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BENTO, B. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: Edufba, 2017.

BLOCH, A. *A Lei de Murphy – primeira parte*. Rio de Janeiro: Record, 1977.

BOURDIEU, P. *Os usos da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BRAGA, C.; GUIMARÃES, R. Vidobras dissidentes na música pop brasileira. *Revista CULT*, Caracas, n. 226, p. 28-31, 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/vidobras-dissidentes-na-musica-pop-brasileira/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plataforma Sucupira*. Versão 3.43.3. Brasília, DF: Capes, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 5 mar. 2019.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/seer/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRUM, Eliane. *Meus desacontecimentos; a história da minha vida com as palavras*. 2.ed. Porto Alegre: Arquipélago editorial, 2017.

BUTLER, J. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. (org.). *Diddidências sexuais e de gênero*. Salvador: Edufba, 2016. p. 19-42.

BUTLER, J. *Cuerpos que importan*. Barcelona: Paidós Editorial, 2010.

BUTLER, J. Judith Butler: a performatividade de gênero e do político. [entrevista concedida a] Carla Rodrigues. *Revista Cult*, São Paulo, n. 205, p. 20-26, 2015a. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/performatividade-de-genero-e-do-politico/>. Acesso em: 3 set. 2019.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, J. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

CARDOSO, C. P. C. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos)

– Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARNEIRO, A. N. *Saúde, ativismos e pedagogia feminista: a feminaria musical no contexto da Universidade Federal da Bahia*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

CARVAJAL, J. P. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 194-204.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CASTRO, M. Prefácio. In: MESSEDER, S. A; NASCIMENTO, C.G. (org.). *Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências*. Salvador: Edufba, 2020. p. 261-290.

CHAUI, M. Contra a universidade operacional e a servidão voluntária. *UFBA*, Salvador, 2016. Intervenção realizada no Congresso da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/conhe%C3%A7a-palestra-contr-a-universidade-operacional-e-servid%C3%A3o-volunt%C3%A1ria. Acesso em: 10 set. 2016.

CITELLI, M. T. *A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1090-2002): revisão crítica*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CNPQ. *Diretório de grupos de pesquisas do CNPq*. Brasília, DF: CNPq, [2014]. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CNPQ. *Glossário*. Brasília, DF: CNPq, [2015]. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/glossario/>. Acesso em: 11 ago. 2018.

COLLING, L. *A vontade de expor: arte, gênero e sexualidade*. Salvador: Edufba, 2021.

COLLING, L. Estudos e políticas do CUS: Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade. In: COLLING, L.; THURLER, D. Título. Salvador: Edufba, 2013. p.

COLLING, L. Muita produção e pouca influência: o conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero e seus impactos no Brasil. In: CAETANO, M.; SEFFNER, F. (org.). *Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero*. Rio Grande: Ed. FURG, 2015a. p. 127-140.

COLLING, L. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: Edufba, 2015b.

COLLING, L. O que é Queer? Entenda a palavra que dá nome ao novo site LGBTQIA+ do iG. [Entrevista cedida a] Pedro Jordão. *Queer IG*, São Paulo, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2020-12-17/o-que-e-queer-entenda-o-termo-que-da-nome-ao-novo-site-do-ig.html?fbclid=IwAR0IJ85n-9xtKiCCgeG3IoNS4r9m-E2PkxPGPnD3ImWsTUB0HtoLPc5XXOQ>. Acesso em: 22 dez. 2020.

COLLING, L. *Stonewall 40+ o que no Brasil*. Salvador: Edufba, 2011.

COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of Empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

COLLING, L.; THLEÜRR, D. (org.). *Estudos e políticas do CUS*. Salvador: Edufba, 2013.

CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V.(org.). *Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Ed., 2007. p. 103-127.

CORAZZA, S. M. Manual infame... mas útil, para boa tese de dissertação. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (org.). *A bússula do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de tese e dissertações*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.

COSTA, A. A. A.; RODRIGUES, T. R; VANIN, I. M. (org.). *Ensino e gênero: perspectivas transversais*. Salvador: UFBA: NEIM, 2008.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B.; VANNIN, I. M. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. In: BRASIL. Presidência da República. *Pensando Gênero e Ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2009, 2010*. Brasília, DF: Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p.

COSTA, A. O. Campo de Estudos de gênero e suas duas revistas: uma pauta de pesquisa. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 131-132, 2008.

COSTA, A.O.; BARROSO, C.; SARTI, C. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?. In: HOLLANDA, H. B. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 109-134.

COSTA, C. L. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 254-264, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dGNpLSy7GyXcMGCSGGxHdWf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2019.

COSTA, C. L. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 43-48, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11918#:~:text=Diante%20das%20forma%C3%A7%C3%B5es%20contempor%C3%A2neas%20p%C3%B3s,conceitos%20fundacionais%20viajam%20nas%20Am%C3%A9ricas%3F>. Acesso em: 22 mar. 2019.

COSTA, C. L. O Leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 2, p. 141-174, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1715#:~:text=Nesse%20trabalho%20a%20autora%20discorre,vem%20influenciando%20de%20maneiras%20distintas>. Acesso em: 22 mar. 2019.

COSTA, C. L.; FUNCK, S. B. O Antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 903-908,

2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-. Acesso em: 4 fev. 2020.

COSTA, C. L. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 127-140, 1998.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634468>. Acesso em: 11 jan. 2020.

COUTO, M. Murar o medo. *Papo de Homem*, [s. l.], 2011. Disponível em:

<https://papodehomem.com.br>. Acesso em: 3 jul. 2017.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.

D' SOUZA, R. As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da globalização. In: SANTOS, B. S. (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 145-171.

DAVENPORT, T. H. Thinking for a Living. *Notes*, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 599-603, 2005.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital*. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DELEUZE, G. *Conversações (1972-1990)*. Tradução de Peter Pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G. *Espinosa, filosofia prática*. São Paulo: Ed. Escuta, 2002.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Claudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004. v. 1.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Claudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004. v. 3.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Claudia Leão e Suely Rolnik. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012. v. 3.

DEMÉTRIO, F.; BENSUSAN, H. N. O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos. *Revista do CEAM*, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 110-124, 2019.

Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/22296/23162>. Acesso em: 13 jun. 2021.

DÍAS-BENÍTEZ, M. E. Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p.

DIJK, T. V. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, H. B. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-47.

DUARTE, E. N. *Análise da produção científica em gestão do conhecimento: estratégias metodológicas e estratégias organizacionais*. 2003. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. UNESP: Boitempo, 1997.

ESMERALDO, G. G.S. L. Marcas de Novas Institucionalidades nas Universidades criadas por Núcleos e Redes Acadêmicas e Feministas. In: BRASIL. Presidência da República. Pensando Gênero e Ciência. *Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas* – 2009, 2010. Brasília, DF: Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 91-102.

EVARISTO, C. Da calma e do silêncio. In: EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017. p. 121-122.

EVARISTO, C. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de “Desaprendizagem”: redescrições em curso. In: FABRÍCIO, B. F. et al. (org.). *Por uma linguística Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 45-63.

FACCHINI, R.; DANILIUS, M.; PILON, A. C. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando os estudos sobre sexualidades e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 161-193, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/833>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FALUDI, S. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, F. B. M; DANTAS, M. M; PEREIRA, M.D.A. Zahidè Machado Neto: uma pioneira dos Estudos sobre a Mulher na Bahia. *ACENO*, [s. l.], v.3, n.5, p. 108-124, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3708>. Acesso em: 22 mar. 2020.

FERNANDEZ, G. N. P. *Teresinha Fróes Burnham, sujeito encarnado: subjetividades corpóreas em sua vida e obra*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FISHER, B. Guilt and Shame in the Women's movement: the radical ideal of action and its meaning for feminist intellectuals". *Feminist Studies*10, [s. l.], p. 185-212, 1984.

FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA JUNIOR, M. M. (org.). *Gestão Estratégica do Conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências*. São Paulo: Atlas, 2001.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 277-293.

FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, M. Ditos e escritos. Ética, estratégia, poder-saber. In: MOTTA, M. B. (org.). *Título*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4, p.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Tradução de Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19. ed. São Paulo: Graal, 1988. v. 1.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, M. "Polêmica, política e problematizações". In: FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.225-233.

FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. In: MOTTA, M. B. (org.). *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 240-251.

FOUCAULT, M. Polêmica, política e problematizações. In: FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 225-233.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FRANÇA, E. S.C. *As relações de sociabilidade e as (re)interpretações de gênero e masculinidades de jovens no contexto escolar*. 2018. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2018.

FRANCO, M. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasma. In: RUBIM, L.; ARGOLLO, F. *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018. p. 117-126. (Coleção Cult).

FRASER, N. Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [s. l.], n. 63. p. 7-20, 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 3 maio 2020.

FREIRE, N. Apresentação. In: BRASIL. Presidência da República. *Pensando Gênero e Ciência*. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2009, 2010. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 09-10.

FRÓES BURNHAM, T. A emergência da Análise Cognitiva. *Poesis*, Tubarão, v. 5. n. 9. p.173-195, 2012a. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poesis/article/view/970>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FRÓES BURNHAM, T. Análise Cognitiva, um campo multirreferencial do conhecimento? Aproximações iniciais para sua construção. In: FRÓES BURNHAM, T. *et al. Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem*. Currículo, educação à distância e gesto/difusão do conhecimento. Salvador: Edufba, 2012b. p. 19-58.

FRÓES BURNHAM, T. Análise cognitiva: reconhecendo o antes irreconhecido. In: FRÓES BURNHAM, T. *et al. Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem*. Currículo, educação à distância e gesto/difusão do conhecimento. Salvador: Edufba, 2012c. p. 59-98.

FRÓES BURNHAM, T.; CARNEIRO, T. K. G.; RIOS, J. A. Construção colaborativa de um curso de gestão do conhecimento na modalidade a distância. In: FROES, B. *et al. Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem*. Currículo, educação à distância e gesto/difusão do conhecimento. Salvador: Edufba, 2012. p.9-19.

FRÓES BURNHAM, T.; REIS, J. S. Gestão conhecimento. In: FROES BURNHAM, T. *et al. Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem*. Currículo, educação à distância e gesto/difusão do conhecimento. Salvador: Edufba, 2012. p. 349-378.

GALARD, J. *A beleza do gesto: uma estética das condutas*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EdUSP, 2008.

GALEFFI, D. A. A arte como território de resistência: uma perspectiva polilógica. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales*, Sevilla, v. 8, p. 22-25, 2017. Disponível em: <http://iberoamericasocial.com/arte-territorio-resistencia-una-perspectiva-polilologica>. Acesso em: 30 out. 2018.

GALEFFI, D. A. Moralidades: quando a heterogênesse ética se mostra criadora e livre de juízos de valor bipolares. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. *Enlaçando Sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: Edufba, 2016.p. 287-308.

GALLEFI, D. A. A ética partilhada como construtora de novos caminhos do mundo do trabalho e do bem viver: figuração utópica de uma ética polilógica. In: MESSEDER, S. A.;

NASCIMENTO, C. G. (org.). *Pesquisador(a) encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências*. Salvador: Edufba, 2020. p.71-103.

GALLEFI, D. A. Criatividade como transformatividade humana própria e apropriada. In: MACEDO, S.; GALLEFI, D.; BARBOSA, J. *Criação e devir em formação: mais-vida na educação*. Salvador: Edufba, 2014. p. 11-61.

GALLEFI, D. A. *Didática filosófica mínima: ética do fazer-aprender a pensar de modo próprio e apropriado como educar transdisciplinar*. Salvador: Quarteto, 2017.

GALLEFI, D. A. O anti-intelectualismo nazi-capitalista emergente e o papel do conhecimento científico, filosófico, artístico como resistência crítica e criadora na difusão social do conhecimento. *Revista Sul-Sul de Ciências Humanas e Sociais*, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 7-24, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/648>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

GALLEFI, D. A. O rigor nas pesquisas: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. In: PIMENTEL, Á. G.; GALEFFI, D. A.; MACEDO, R. S. *Um rigor Outro: a questão da qualidade na pesquisa qualitativa – Educação e Ciências Humanas*. Salvador: Edufba, 2009. p. 13-73.

GATTI, B. *et al.* O modelo de avaliação da CAPES. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 137-144, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 dez. 2020.

GROS, F. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, M.; VEIGA-NET, A. *Figuras de Foucault*. 2ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONZALEZ, R. V. D.; MARTINS, M. F. Um estudo teórico das características organizacionais que influenciam a gestão do conhecimento nas organizações. *Perspectivas em Gestão e Conhecimento*, Brasília, DF, v. 5, p. 14-34, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/648/911>. Acesso em: 21 jun. 2019.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodenidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 18 out. 2018.

GRUPO. In: DICIO: dicionário online de Português. [S. l.]: 7 Graus, [2016]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/grupo/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica*. Cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GUEDES, L.; DORDEVIC, J. *Cuidado entre ativistas: tecendo redes para a resistência feminista*. Cartilha. Brasília, DF: CEFEMEA, 2015.

[HÁ alguma coisa]. [S. l.], 2018. Facebook: Loka de Efavirenz. Disponível em <https://www.facebook.com/LokadeEfavirenz/posts/675885332776609>. Acesso em: 2 maio 2021.

HALL, S. Quem precisa de identidade?. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, T. T.; HALL, St.; WOODWARD, K. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 103-133.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

HARAWAY, D. Saberes localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 2 jan. 2018.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>. Acesso em: 2 fev. 2020.

HATJE, L. F.; PEREIRA, L. T.; SILVA, M. V. T. Análise dos grupos de pesquisa cadastrados na plataforma lattes do CNPQ com produção científica relacionada com a transgeneridade. *Revista Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 7, n.1, p. 92-120, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9037/5985>. Acesso em: 2 jan. 2018.

HATJE, L.F.; PEREIRA, L. T.; SILVA, M. V. T. Análise dos Grupos de Pesquisa cadastrados na Plataforma lattes do CNPQ com produção científica relacionada com a transgeneridade. *Revista Diversidade e Educação*, Rio Grande, v.7, n. 1, p. 91-120, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9037>. Acesso em: 20 maio 2020.

HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HOLLANDA, H. B. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOMEM, M. L. *No limiar do silêncio e da letra: traços de autoria em Clarice Lispector*. São Paulo: Boitempo: EdUSP, 2012.

HOOKS, B. *Eros, erotismo e o processo pedagógico*. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.p. 113-123.

INÁCIO, E. Manifesto para uma crítica poética de uma possível existência do corpo na diferença. In: GARCÍA, P. C.; THÜRLER, D.(org.). *Erotização da política e a política do desejo: narrativas de gênero e sexualidades em tempos de cólera*. Salvador: EdUNEB,2016. p. 135-146.

IRINEU, B.A. Resistir e (re)existir entre margens e centros: sobre pesquisar gênero e sexualidades em um estado da região norte. In: IRINEU, B. A. *Diversidades e políticas da diferença: intervenções, experiências e aprendizagens em sexualidade, gênero e raça*. Palmas: EdUFT, 2016. p.121-142.

JAGGAR, A. M. Amor e conhecimento na epistemologia feminista. In: BORDO, S. R; JAGGAR, A. M. *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 157-185.

KARAM-FILHO, J. Princípios básicos da modelagem. In: MESSEDER, S. A; CAMBUI, E. C. B. (org.). *Analista Cognitivo: uma profissão interdisciplinar*. Salvador: Edufba, 2019. p. 15-41.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. In: PASSOS, E; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. H. (org.). *Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2014. v. 1, p. 15-41.

KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LARROSA, J. *Tremores: escritos sobre a experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LATOURETTE, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (org.). *Objetos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Porto Afrontamento, 2007. p. 40-61.

LATOURETTE, B. *Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise*. São Paulo: Ed. N-1, 2020.

LEHER, R. *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEITE, F. C. L. *Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico: proposta de um modelo conceitual*, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

LIMA, A. S. M. *Enlace entre governança universitária e gênero: trajetórias de mulheres reitoras nas Universidades Estaduais da Bahia*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

LIMA, C. H. L. *Linguagens pajubeyras: re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade*. Salvador: Ed. Devires, 2017.

LIMA, C. H. L.; NASCIMENTO, C. G.; FERNANDES, F. Estranhas telas de sentido: a escrita de si e do outro na/pela linguagem. *Scripta*, Pisa, v. 23, n. 48, p. 83-92, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/19785>. Acesso em: 13 ago. 2020.

LISPECTOR, C. *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOUGHRIDGE, B. Knowledge management, librarians and information managers: fad or future?. *New Library World*, [s. l.], v. 100, n. 1151, p. 245-253, 1999. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/03074809910290486/full/html>. Acesso em: 2 abr. 2018.

LOURO, G. L. Teoria Queer: Uma Política Pós-identitária para a Educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 2 abr. 2018.

LUCAS LIMA, C. H. *Linguagens pajubeyras: (re)existência cultural e subversão da heteronormatividade*. Salvador: Ed. Devires, 2017.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: *In: HOLLANDA, H. B. (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 52-84.

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MACEDO, R. S. *A pesquisa e o acontecimento: como compreender situações e saberes acontecimentais*. Salvador: Edufba, 2016.

MACEDO, R. S. *Pesquisa contrastiva e estudos multicascos. Da crítica à razão comparativa ao método contrastivo em ciências sociais e educação*. Salvador: Edufba, 2018.

MACEDO, R. S. *Pesquisar a experiência: compreender/mediar saberes experimentais*. Curitiba: CRV, 2015.

MAFFESOLI, M. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAFFESOLI, M. *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MAIA, S. Identificando a branquidade inominada: corpo, raça e nação nas representações sobre Gisele Bündchen na mídia transnacional. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 38, p. 309-341, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/DkHpDvCymFxv3BNcVmf7m9K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2020.

MALUF, S. W. As edições eletrônicas da REF (e a democratização do acesso à produção acadêmica e científica). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 123-128, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100012>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MARIA, S. O caso 'Eliza Samudio' e o machismo total. *Cordelirando Blog*, [s. l.], 8 jul. 2010. Disponível em: <http://cordelirando.blogspot.com/search/label/Mulher>. Acesso em 8 ago. 2020.

MATTA, A. E. R.; ROCHA, J. C. (org.). *Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento*. Salvador: EdUNEB, 2016.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEIRA, R. B. Texto encarnado: uma estratégia de descolonização. *Ouvirouer*, Uberlândia. v. 13, n. 1, p. 148-161, 2017.

MELLO, A. G.; FERNANDES, F. B. M.; GROSSI, M. P. Entre pesquisar e militar: engajamento político e construção da teoria feminista no Brasil. *Revista Ártemis – Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades*, v. 15, n. 1, p. 10-29, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/16635>. Acesso em: 17 fev. 2019.

MESSEDER, S. A. A construção da perspectiva multidisciplinar nas ciências sociais: um estudo sobre microempreendedores na cidade de Camaçari. In: MATTA, A. E. R.; ROCHA, J. C. (org.). *Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento*. Salvador: EdUNEB, 2016a. v. 1, p. 225-242.

MESSEDER, S. A. A construção do conhecimento científico blasfêmico, ou para além, disso, nos estudos de sexualidades e gênero. In: IRINEU, B. A. *Diversidades e políticas da diferença: intervenções, experiências e aprendizagens em igualdade, gênero e raça*. Palmas: EdUFT, 2016b. p. 263-286.

MESSEDER, S. A. A crítica da razão baiana e a economia informal: os/as barraqueiros/as como microempreendedores. In: GONÇALVES, C. R.; GOMES, J. D.; MUNIZ, K. S. (Org.). *Pensando Áfricas e suas Diásporas: aportes teóricos para a discussão negro-brasileira*. Belo Horizonte: Nandyala, 2015. v. 1, p. 304-325.

MESSEDER, S. A. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020a. p. 14-171.

MESSEDER, S. A. Aliança e compromisso. *Revista Cult*, São Paulo, n. 262, 5 out. 2020b. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/alianca-e-compromisso/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

MESSEDER, S. A. Em cena o(a) pesquisador(a): um conceito e/ou um instrumental teórico-metodológico em seu devir ético e estético. In: MESSEDER, S. A.; NASCIMENTO, C.G. (org.). *Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências*. Salvador: Edufba, 2020c. p.45-70.

MESSEDER, S. A.; GALEFFI, D. A. Introdução. In: MESSEDER, S. A.; GALEFFI, D. A. (org.). *Analista Cognitivo: uma profissão interdisciplinar*. Salvador: Edufba, 2019b. p. 7-22.

MESSEDER, S. A. Memórias e cenas narradas sobre a infância e as relações de gênero na linha da vida da professora universitária e da pesquisadora encarnada. *Revista Periódicus*, Salvador, v.1, n. 9, p. 122-135, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25717>. Acesso em: 28 maio 2019.

MESSEDER, S. A; MARTINS, M. A. M. (org.). *Enlaçando Sexualidades*. Salvador: EdUNEB, 2009.

MESSEDER, S.; NASCIMENTO, C. Cine Blasfêmia: uma narrativa de censura, enfrentamentos e (re)existências. *Revista Observatório*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 118-143, 2018.

MESSEDER, S. A; NASCIMENTO, C.G. (org.). *Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências*. Salvador: Edufba, 2020.

MESSEDER, S. O processo alquímico entre o conhecimento localizado, a subjetividade corpórea e o compromisso: um movimento do poder direcionado às justiças. In: CAETANO, M.; SEFFNER, F. (org.). *Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas*. Rio Grande: EdFURG, 2015. p. 165-183.

MESSEDER, S. *Ser ou não ser: uma questão para pegar a masculinidade*. Salvador: EdUNEB, 2008.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-234, 2008.

Disponível em:

http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

MINELLA, L. S. *et al.* Feminismos e publicações: pulsações de teorias e movimentos.

Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, p. 7-13, 2004. Número especial. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 fev. 2020.

MIRANDA, A. C. S. *As experiências/aprendizagens com/sobre as crianças no cotidiano escolar: a infância e as relações de gênero narradas por uma hermenêutica*. 2018. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2018.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica EdUFPO, 2012. (Série Cadernos da Diversidade, v. 6).

MISKOLCI, R. Estética da existência e pânico moral. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. *Figuras de Foucault*. 2ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MORIN, E. “Estamos caminhando como sonâmbulos em direção à catástrofe”. *Pensar Contemporâneo*, [s. l.], 5 nov. 2019. Disponível em:

<https://www.pensarcontemporaneo.com/edgar-morin-estamos-caminhando-como-sonambulos/>. Acesso em: 4 jul. 2020.

MOUTINHO, L. Cooperação internacional, parcerias acadêmicas e afeto na perspectiva Sul-Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-9, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n367310/42281>. Acesso em: 23 abr. 2020.

NASCIMENTO, C. G. Acerca da ideia de grupo e a produção de conhecimento científico encarnado. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 20, n. 223, p. 24-34, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54581> 5. Acesso em: 1 ago. 2020.

NASCIMENTO, C. G. Experimentações, apostas, conexões teóricas e pessoais de um pesquisador encarnado. In: MESSEDER, S. A.; NASCIMENTO, C. G. (org.). *O(A) Pesquisador(a) Encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer das ciências*. Salvador: Edfuba, 2020b. p. 261-290.

NASCIMENTO, C. *Pagodes baianos: entrelaçando sons, corpos e letras*. Salvador: Edufba, 2012.

NETO, I. R. Gestão do conhecimento e complexidade. GEP- Revista de Gestão e Projetos, São Paulo, v.3, n.1, jan/abr. 2012. p. 94-126.

NICHOLSON, L. “Interpretando o gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 2 set. 2019.

NOGUEIRA, I. [Voz é corpo]. [S. l.], [2018]. Facebook: Izabel Nogueira. Disponível em:

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

OLIVEIRA, A. *Produção de conhecimento feminista em universidades brasileiras*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação da em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, E. Conhecimento e Cultura: a propósito dos regimes subjetivos. In: MATTA, A. E. R.; ROCHA, J. C. (org.). *Cognição: aspectos contemporâneos da construção do conhecimento*. Salvador: EdUNEB, 2016. p. 269-308.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: OLIVEIRA, R. C. *O trabalho antropológico*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p.

PASSOS, E. Impacto da perspectiva de gênero e dos estudos sobre mulher na Universidade Federal da Bahia. In: PASSOS, E.; ALVES, I.; MACEDO, M. (org.). *Metamorfozes: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA-Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998. v. 3, p. 37-71. (Coleção Bahianas)

PASSOS, E. Um paradigma estético nos estudos da cognição. In: KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p.

PASSOS, E.; KASTRUP, V. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. H. (org.).

Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2014. v. 1, p. 203-237.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do Método da Cartografia.* Pesquisa – intervenção e produção de subjetividade. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009. v. 1.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia.* pesquisa – intervenção e produção de subjetividade. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2015. v. 1.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum.* Porto Alegre: Sulina, 2014.

PAZ, A. M. *Pedrinha Miudinha em Aruanda ê, Lajedo: o modo de vida da Umbanda.* 2019. Teses (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2019.

PEDRO, J. M. Militância feminista e academia: sobrevivência e trabalho voluntário. *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 87-95, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dPNw4CKfpFFsqG7XXGhPndG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

PELBART, P. P. Elementos para uma cartografia da grupalidade. In: GARCIA, S.; SAADI, F. *Próximo Ato.* São Paulo: Itaú Cultural, 2007. p.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89>. Acesso em: 4 abr. 2020.

PEREIRA, M. M. S. Os labirintos da visibilidade. In: OLIVEIR, M.P.; CARRASCOSA, M. M. D. *Cartografia da subalternidade: diálogos no eixo sul-sul.* Salvador: Edufba, 2014. p.

PEREIRA, P. P. G. Queer nos Trópicos. *Contemporânea – Dossiê Saberes Subalternos*, v. 2, n. 2, p. 371-394, 2012. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/88>. Acesso em: 4 abr. 2020.

PERUCCHI, J. Reflexões sobre justiça científica e produção do conhecimento: mulheres lésbicas nos espaços de saber/poder da academia. In: SEFFNER, F.; CAETANO, M. (org.). *Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagógicas e políticas públicas.* Rio Grande: Ed. FURG, 2015. p. 249-262.

PINDUR, W.; ROGERS, S. E.; KIM, P. S. The history of management: a global perspective. *Journal of management principles and practices. Journal of Management History*, Bradford, v.13, n. 2, p. 192-210, 2007. Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/13552529510082831/full/html>. Acesso em: 6 abr. 2020.

PISCITELLI, A. “Recriando a (categoria) mulher?”. In: ALGRANTI, L. (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, L. (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. p. 7-42. (Textos Didáticos, nº 48). Disponível em:

<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

PIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

POCAHY, F. (Micro) políticas Queer. In: MESSEDER, S.; MOUTINHO, L.; CASTRO, M. G. *Enlaçando sexualidade: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e relações de gênero*. Salvador: Edufba, 2016. p. 223-234.

POLANYI, M. *Personal Knowledge: towards a post-critical philisophy*. Chicago: University of Chicago, 1958.

POLANYI, M. *The tacit dimension*. London: Routledge: Kegan Paul, 1976.

POZZANA, L. A formação do cartografo é o mundo: corporificação e afetabilidade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 42-65.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 19, n. 1, Apr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000100002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 30 Mar. 2019.

PRECIADO, P. “La Izquierda bajo la piel: um prólogo para Suely Rolnik”. In: ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições, 2018. p. 11-21.

QUERO mais. Compositora: Ângela Ro Ro. In: ÁLBUM Escândalo de 1981. Compositora: Ângela Ro Ro. Local: Gravadora, 1981. 1 CD.

QUEIROZ, C. M. A. *Aprendendo a ler com minhas camaradas; seres, cenas, cenários e difusão do samba de roda através das sambadeiras do Recôncavo Baiano*. 2019. Tese (Doutorado Multidisciplinar e Multiinstitucional em Difusão do conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Difusão do conhecimento, Salvador, 2019.

RAGO, L. M. O feminismo acolhe Foucault. *Labrys Estudos feministas*, [Rio de Janeiro], 2014. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys26/foucault/margaok.htm>. Acesso em: 4 mar. 2020.

RAGO, L. M.; AMBRÓZIO, A. “Uma trilogia possível: entre as tramas invisíveis e o jogo micropolítico”. *Viso: Cadernos de estética aplicada*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 26-52, 2020. Disponível em: <http://revistaviso.com.br/article/357>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

RAMALHO, V. *Análise do discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.v.1.

RAMOSE, M. B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 175-220.

RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Tradução de Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

REISDOEFER, H. Capes publica relatório sobre pesquisa no Brasil Motivada pela divulgação, FURG apresenta dados de sua produção científica. *Universidade Federal do Rio Grande*, Rio Grande, 11 out. 2019. Disponível em: <https://www.furg.br/noticias/noticias-institucional/capes-publica-relatorio-sobre-pesquisa-no-brasil>. Acesso em: 7 fev. 2020.

REVEL, J. *Dicionário Foucault*. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011,

RIBEIRO, N. M.; MENEZES, A. M. F.; CAMPOS, M. F. H. Difusão do conhecimento: conceitos, analogias, convergências e divergências. In: MATTA, A. E. R.; ROCHA. J. C. (org.). *Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento*. Salvador: EdUNEB, 2016. p. 151-194.

RIBEIRO, R. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 189-195, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12300>. Acesso em: 5 maio 2020.

RICOUER, P. *A metáfora viva*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

ROBREDO, J. Filosofia da ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. B. (org.). *Para entender a ciência da informação*. Salvador: Edufba, 2007.p. 35-74.

RODRIGUES, S. G. C. *Questões de dialogismo: o discurso científico, o eu e os outros*. Recife: Ed. UFPE, 2010.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina: EdUFRGS, 2014.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cefetinada*. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

- ROSA, A. R.; ALVES, M. A. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português?. *Revista Administração de Empresas*, São Paulo, v. 51, n. 3, p. 255-264, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902011000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jan. 2020.
- SAFATLE, V. *Bem-vindo ao estado suicidário*. São Paulo: N-1 Edições, 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/004>. Acesso em: 13 set. 2020.
- SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SAFATLE, V. P. O que resta da Universidade?. *Revista Cult*, São Paulo, v. 1, 6 set. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/vladimir-safatle-o-que-resta-da-universidade/#:~:text=Para%20al%C3%A9m%20de%20um%20conjunto,social%20ou%20simplesmente%20sobreviv%C3%A2ncia%20econ%C3%B4mica>. Acesso em: 11 maio 2020.
- SAID, E. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais e uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B.S.; MENEZES, M. P. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.
- SANTOS, D.; TAKAHASHI, A. Strategic process and organizational knowledge: Towards a pattern of strategic knowledge management. *Tourism & Management Studies*, Faro, v. 9, n. 1, p. 64-71, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4788925>. Acesso em: 11 maio 2020.
- SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. *Falas de gênero*. Florianópolis. Ed. Mulheres, 1999. p.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, B. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p.49-80
- SEDGWICK, E. *Tendencies*. Londres: Routledge, 1990.
- SILVA, S. M. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2011. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SILVEIRA, R. M. H. A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In: COSTA, M. V. (org.). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina Ed., 2007. p. 117-138.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. *Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. *Na trilhado arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

SNOWDEN, D. A nova forma de ser simples. São Paulo: HSM Management, ano 4, n.39. p. 98-106. -jul-ago, 2003.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SOUZA, P. O sujeito fora de si: movimentos híbridos de subjetivação na escrita foucaultiana. *In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, J. (org.). Figuras de Foucault*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 205-214.

SOUZA, R. R.; ALVARENGA NETO, R. C. D. A construção do conceito de gestão do conhecimento: práticas organizacionais, garantias literárias e o fenômeno social. *In: KNOWLEDGE MANAGEMENT BRASIL*, 2003, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2003. 1 CD-ROM.

SOUZA, R. R.; ALVARENGA NETO, R. C. D.; MENDES, H. C. I. Mapeamento semântico através da análise de ocorrência de descritores sobre a gestão do conhecimento. *TransInformação*, Campinas, v. 19, n. 1, p.19-30, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/PHFLYXGhQBYCgD4GPR4k4XQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2020.

SOVIK, L. *Tropicália Rex: música popular e cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TUDO doí. Intérprete: Caetano Velozo. *In: RECANTO*. Compositora: Gal Costa. [Brasil]: Universal Music, 2011. 1 CD (faixa 4) (2 min).

VALENTIM, M. L P. Inteligência competitiva em organizações: dado, informações conhecimento. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 1-12, 2002. Disponível em: https://biblioufal.files.wordpress.com/2013/10/inteligencia-competitiva-em-organizacoes_-dado-informacao-e-conhecimento1.pdf. Acesso em 14 jul. 2020.

VELOSO, V. G. Grupo ou coletivo: uma questão de tempo. *In: CONGRESSO DA ABRACE*, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Abrace, 2008. p. 1-4. Disponível em: <http://www.portalabrace.org/vcongresso/textos/pedagogia/Veronica%20Goncalves%20Veloso%20-%20Grupo%20ou%20Coletivo%20uma%20questao%20de%20tempo.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2016. Dissertação

(Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIAGEM passageira. Intérprete: Gal Costa. Compositor: Gilberto Gil. *In: A PELE do futuro.* Intérprete: Gal Costa. [S. l.]: Gege Edições: Preta Music, 2018. 1 CD, faixa 8 (4 min).

VIDARTE, P. *Ética marica*. Proclamas libertarias para uma militância LGBTQ. Barcelona-Madri: Ed. Egales, 2007.

VIEIRA BARALLE, L. *O conhecimento tácito e o movimento humano: a epistemologia de Michel Polanyi*. 2016. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

VIEIRA, R. M. *Gestão do conhecimento: introdução e áreas afins*. Rio de Janeiro: Interciência, 2016.

VOGT, C. A espiral da cultura científica. *COONTEC*, São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.confea.org.br/media/conteccarlosvogt_Trilha.pdf. Acesso em 12 jan. 2019.

WALLERSTEIN, V. Feminismo como pensamento da diferença. *Labrys*, [Rio de Janeiro], n. 5, 2004. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys5/textos/valeskafeminismo.htm>. Acesso em: 3 jul. 2019.

ZERBINATTI, C. D.; NOGUEIRA, I. P.; PEDRO, J. M. A emergência do campo de música e gênero no Brasil: reflexões iniciais. *Descentrada*, Buenos Aires, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2018. Disponível em: <http://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe034>. Acesso em: 3 jul. 2019.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

DOUTORADO MULTI-INSTITUCIONAL E MULTIDISCIPLINAR EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

LINHA 2: Difusão do conhecimento – Informação, Comunicação e Gestão

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Líder e/ou vice-líder de grupo e/ou linha de pesquisa

Dados do entrevistado(a):

Pesquisador(a): _____

Nome do grupo: _____

Universidade: _____

Data da entrevista: _____

BLOCO I – A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

- a) O/A PESQUISADOR/A SUA TRAJETÓRIA, INSERÇÃO NO CAMPO E NA PÓS-GRADUAÇÃO

O que motivou sua formação acadêmica?

Como se deu a sua inserção (formação) no campo dos estudos de gênero e sexualidades? Fale um pouco dessa trajetória.

Como se deu a sua entrada na pós-graduação?

Fale um pouco sobre o programa de pós-graduação ou linha de pesquisa na qual você pertence.

- b) FORMAÇÃO E HISTÓRICO DO GRUPO DO PROGRAMA E OU LINHA

Fale sobre o contexto de fundação/formação do grupo e/ou linha de pesquisa.

Quanto tempo tem o grupo/programa? Fale um pouco sobre essa história.

Quantas pessoas (pesquisadores/as) participam do grupo e/ou integram a linha?

Quem são essas pessoas?

Qual a formação e de que forma atuam dentro do grupo/linha de pesquisa?

BLOCO II – GESTÃO: MODOS DE PRODUZIR CONHECIMENTO, PRÁTICAS INVESTIGATIVAS E AÇÕES DE INTERVENÇÃO

Quais são as atividades realizadas?

Qual(is) o(s) objetivo(s) do grupo?

Como é a dinâmica (funcionamento)? Com que frequência acontecem essas atividades? (semanalmente/quinzenalmente/mensalmente).

Fale um pouco sobre as pesquisas realizadas.

Realiza pesquisas em parceria com outros/as pesquisadores/as?

Como se dá relação do grupo (diálogo) com outros grupos e pesquisadores dentro da sua universidade (outros departamentos, cursos de graduação e/ou programas de pós-graduação) e fora dela?

Quais as principais dificuldades (problemas) enfrentadas pelo grupo e/ou programa? Fale sobre os desafios enfrentados pelo grupo (tensões, embates, alianças).

Existe diálogo com coletivos, movimentos sociais? Fale um pouco sobre essa relação.

Qual o futuro dos estudos de gênero e sexualidades no Brasil, em particular na Bahia? O gênero está ameaçado? De que forma?

Quais as estratégias de resistências que o grupo tem utilizado para manter a sua produção?

O CAMPO TEÓRICO-EPITEMOLÓGICO

Quais os principais conceitos/categorias com as quais opera (Elencar):

BLOCO III - ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

Quais os canais de circulação/comunicação do conhecimento produzido pelo grupo? (pesquisas/experiências extensionistas).

Quais as estratégias utilizadas para a difusão desse conhecimento?

Que outras fontes de informação sobre o grupo você indica? (*blogs, sites, publicações, anais de eventos, teses, dissertações, TCC, outros...*)

BLOCO IV – INDICAÇÃO DE POSSÍVEIS FONTES DE PESQUISA E ACESSO A DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PESQUISADOR(A) E/OU GRUPO/NÚCLEO DE PESQUISA

BLOCO V – ANOTAÇÕES DE CAMPO: IMPRESSÕES SOBRE A ENTREVISTA, OUTROS DADOS RELEVANTES NÃO PREVISTOS

Fonte: elaborado pelo autor

ANEXO B – QUADRO DOS/AS PESQUISADORES/AS E O ENVOLVIMENTO NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS DA ÁREA

<p align="center">Ana Cristina Givigi</p>	<p align="center">XII Conferência da Negritude e Educação. 2017.</p> <p align="center">V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2017.</p> <p align="center">Plenária de Construção do Manifesto Múltiplas Sexualidades - Campanha 16 dias de ativismo/babadinhos gênero e raça, sexualidade e gênero/Babado Acadêmico: A construção do gênero e suas implicações/Babado Acadêmico: masculinidades e feminilidades: desafios Acadêmicos no II Festival Anual de Múltiplas Sexualidades. 2013.</p> <p align="center">I Conferência Territorial LGBT do Vale do Jiquiriçá. 2011.</p>
<p align="center">Claudia Pons Cardoso</p>	<p align="center">Com Ana Claudia Pacheco e Lucia Leiro. II Congresso sobre Pensamento de Mulheres Negras no Brasil, V kizomba. 2016. (Congresso).</p> <p align="center">Com Amélia Tereza Maraux, Marco Antônio Martins. I Jornada da Diversidade: enfrentamento a homofobia. 2015. (Outro).</p> <p align="center">Com Clebemilton Nascimento. II Encontro de Diálogos Interseccionais - EDI. 2015.</p> <p align="center">Com Jurema Werneck, Laila Rosa. I Congresso Internacional sobre o Pensamento das Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana e I Workshop Mulheres Negras - Pensando as Práticas Sociais, Culturais e Políticas. 2014.</p> <p align="center">Com Clebemilton Nascimento. I Encontro de Diálogos Interseccionais - Perspectivas críticas sobre gêneros e sexualidade na educação. 2014.</p> <p align="center">Com Meire Reis, Vania Vasconcelos, Daniela Martins, Lícia Barbosa e Zuleide Paiva. Seminário Interdepartamental Gênero: raça e diversidade. 2007.</p>
<p align="center">Carlos Henrique de Lucas</p>	<p align="center">Com Murillo da Silva Neto, Fabio Fernandes at all. I Fórum Sociedade Crítica. 2019.</p> <p align="center">Com Marcio Caetano, Amanda Castro, Murilo Neto Silva, Fabio Fernandes. Senacorpus - Seminário Internacional Corpus Possíveis no Brasil Profundo. 2018.</p> <p align="center">Com Leriane Cardozo, Tania Kuhnen, Cajavilka e Erick Cajavilka. I Seminário de Ciências Humanas e Sociais - A Vida Reimaginada:</p>

	pensamento e transformação do presente. 2018.
Fran Demétrio	I Colóquio do LabTrans/UFRB: O novembro da luz: a saúde do homem para além do novembro azul. 2015.
Laila Rosa	<p>Com Anni Carneiro at all. Fórum Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros. PAF 3, Universidade Federal da Bahia. 25/04/2019. 6h duração. 2019. (Outro).</p> <p>IV Encontro Novembro Negro nas Artes (ENNA), Tema: A Arte na perspectiva do autocuidado. Carga Horária: 6h. Sede do Grupo Nzinga de Capoeira Angola, Alto da Sereia, Salvador, 24/11/2018. (Outro).</p> <p>Com Carol Barreto e Maíra Kubik Mano. Coordenação geral do 3º Encontro Novembro Negro nas Artes: reflexões sobre o racismo e (trans)feminicídios epistêmicos e musicais. Parcerias: Feminaria Musical, PPGMUS, PPGPROM, Curso de Música Popular, e NEIM-UFBA e Terreiro do Gantois. Salvador: Terreiro do Gantois, 12-14/12-2017. Produção vinculada ao projeto Feminaria Musical ou Epistemologias feministas em Música no Brasil. 2017. (Outro).</p> <p>Com Musical Musica. Encontro Protagonismo da mulher na cidade de Salvador - um bate papo com Josy Garcia. 2017. (Outro).</p> <p>Organização do Encontro Música, Poesia e composição: um bate papo com Tatiana Nascimento. 2017. (Outro).</p> <p>Com Feminaria Viviane Vergueiro at all. Encontro Transfeminismos e música: um bate papo com Viviane Vergueiro. Escola de Música da UFBA. 26/02/2017. Produção vinculada ao projeto Feminaria Musical ou Epistemologias feministas em Música no Brasil. 2017. (Outro).</p> <p>Paulo Lima Costa, ROBATTO, L.; LUHNING, A. E.; SCHWEBEL, H. K.; Paralaxe - I Festival de Pesquisa em Música da UFBA. 2016. (Festival). 2016. (Festival).</p> <p>Com Darlane Andrade, Rosângela Araujo, Antonia Garcia, Carol Barreto. XVIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) Sobre Mulher e Relações de Gênero - Territorialidades: Dimensões de Gênero, Desenvolvimento e Empoderamento das Mulheres. 2015. (Congresso).</p> <p>Com Nadir Nobrega. II Encontro Novembro Negro nas Artes com a oficina. 2015.</p> <p>Com Jorgete Lago, Rebeca Sobral at all. Novembro Negro nas artes: diálogos sobre raça, gênero e sexualidade em artes visuais, educação, literatura, moda e música. Dias 29/11 e 12/12/2013. Escola de música, UFBA, Salvador, BA. Carga Horária 20h. 2013. (Outro).</p> <p>Com Aline Bonetti, Antônia Garcia, Maria de Lurdes Scheffler, Rebeca Sobral. I Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre mulheres e relações de gênero. 2012. (Outro).</p> <p>Com Angela Luhning, Tiago Carvalho. III Encontro Regional Nordeste e I Encontro Regional Norte da ABET. 2012. (Congresso).</p>

	<p>II Encontro Nacional da ABET (Associação Brasileira de Etnomusicologia). 2004. (Congresso).</p> <p>VII Encontro Anual da ABEM (Associação Brasileira de Educação Musical). 1998. (Congresso).</p>
<p>Leandro Colling</p>	<p>II Encontro do grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade - ENCUS. 2018. (Congresso).</p> <p>Com Tiago Santanna, Marcelo de Troi, David Souza Jesus. I Mostra CUS. 2017. (Festival).</p> <p>II Seminário Internacional Desfazendo Gênero. 2015. (Congresso).</p> <p>Ciclo de Palestras Subjetividades, Sexualidades e Culturas. 2013. (Outro).</p> <p>VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. 2012. (Congresso).</p> <p>Com Lindinalva Rubim. VII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 2011. (Congresso).</p> <p>Stonewall 40+ o que no Brasil?. 2010. (Outro).</p> <p>VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 2010. (Congresso).</p> <p>V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). 2009. (Congresso).</p> <p>Identidade, ética e subjetivação no mundo contemporâneo. 2009. (Outro).</p> <p>IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 2008. (Congresso).</p>
<p>Marcos Lopes</p>	<p>IX Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH). 2018. (Congresso).</p> <p>VII Encontro Regional de Ensino de Biologia - EREBIO - Regional 5 (Nordeste). 2017. (Congresso).</p> <p>II Seminário do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade e XII Encontro de Combate à Discriminação Étnica e Racial. 2016. (Congresso).</p> <p>Encontro de Pesquisadores em Arte, Cultura Visual e Educação. 2015. (Congresso).</p> <p>V Congresso Baiano de Pesquisadores Negros; IV Encontro Estadual de Educação e Relações Étnicas, XI Semana de Educação da Pertença Afro-brasileira e II Seminário do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. 2015. (Congresso).</p> <p>II Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade, VI Seminário Nacional Corpo, Gênero e Sexualidade e II Encontro Gênero e Diversidade na Escola. 2014. (Congresso).</p>

	<p>X Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira. 2014. (Congresso).</p> <p>III Encontro Estadual de Educação e Relações Étnicas e VIII Semana de Educação da Pertença Afro-brasileira. 2012. (Congresso).</p> <p>Comissão organizadora da VII Semana de Educação da Pertença Afro-brasileira: Educação, Relações Étnicas e Gênero. 2011. (Outro). Coordenador do ENLACE EDUCAÇÃO no II Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2011. (Outro).</p> <p>Comissão Organizadora da Semana de Biologia 2008. (Congresso).</p> <p>Comissão Organizadora da Semana de Biologia 2007. (Congresso).</p> <p>II Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas - II EPEA. 2003. (Congresso)</p>
<p>Salete Maria da Silva</p>	<p>XVIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) Sobre Mulher e Relações de Gênero-. 2015. (Outro). Escuta Pública sobre violência contra as mulheres na UFBA. 2015. (Outro).</p> <p>GRANJEIRO, C. R. P.; QUEIROZ, Z. F. Seminário Assédio Moral e Precarização do Trabalho Docente na URCA: esse silêncio todo me adoce. 2013. (Outro).</p> <p>LEITE, J. L. O Direito como instrumento de combate aos preconceitos. 2011. (Outro). Com Ana Alice A. Costa. Colóquio Nacional sobre as Mulheres e a Constituição: reflexões feministas sobre o legado do lobby do batom. 2008. (Outro). Com Sammyra de Alencar Santana. I Seminário Regional sobre Direito e Cidadania. 2008. (Outro).</p> <p>I Colóquio de Direitos Humanos do Cariri. 2006. (Outro).</p>
<p>Suely Aldir Messeder</p>	<p>Com RIBEIRO, Silvar; SALES, K. M. B. I Encontro da Comunidade Epistêmica do DMMDC/DCHT/CAMPUS XIX. 2019.</p> <p>Com NASCIMENTO, C. G.; SANTOS, L. B. I Seminário Interno do Núcleo de Pesquisa Enlace. 2019. (Outro).</p> <p>Souza, Elias Ramos; GALEFFI, D. A.; CONCEICAO, S. H.; HANAQUE, F.; Menezes, Ana Maria F.; Adriana dos Santos Marmori Lima. I Encontro em Produção, Gestão e Difusão do Conhecimento Científico no estado da Bahia. 2018. (Congresso). V Seminário Enlaçando Sexualidades. 2017. (Outro).</p> <p>HANAQUE, F.; Correa, Maria Inês Marques. I Workshop em Difusão do Conhecimento: Empreendedorismo Social, Tecnologia Social e Economia Criativa. 2017. (Outro).</p> <p>HANAQUE, F.; Correa, Maria Inês Marques. I Workshop em Difusão do Conhecimento: Empreendedorismo Social, Tecnologia Social e Economia Criativa. 2017. (Outro).</p>

	<p>Teixeira, M; BARBOSA, N. L. 8 de Março Dia Internacional da Mulher. 2016. (Outro).</p> <p>Com II Seminário e Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Sexualidades, Relações de Gênero e Direitos Humanos. 2016. (Outro).</p> <p>Com Teixeira, M; MOUTINHO, L.; Garcia, P.C.S.; Mayorga, Cláudia; CASTRO, M. G. IV SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES. 2015. (Outro).</p> <p>III Seminário Enlaçando Sexualidades. 2013. (Outro).</p> <p>Com Teixeira, M. Seminário Metodologia de Pesquisa em Sexualidades, Gênero e Direitos Humanos. 2012. (Outro).</p> <p>Colling, Leandro; LIMA NETO, D. R.; Garcia, P.C.S.; NUSSBAUMER, G. M. VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. 2012. (Congresso).</p> <p>I Seminário e Treinamento de Metodologia em Pesquisa em Sexualidades, Relações de Gênero e Direitos Humanos. 2012.</p> <p>II Seminário Enlaçando Sexualidades. 2011.</p> <p>Seminário Enlaçando Sexualidades. 2009. (Outro).</p> <p>Com Cruz, Hilton; Alves, Barbara. I Simpósio Direitos Humanos e Diversidades 2009. . (Outro).</p> <p>Com Paiva, Eide; Maraux, A. 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Mulheres. 2008. (Outro).</p> <p>Com Mattos, Wilson. Colóquio Internacional Descolonização do pensamento: novas perspectivas para as humanidades. 2007</p>
<p>Zuleide Paiva</p>	<p>Com TERRA, J. O.; LIMA, V. Roda de conversa no Julho das Pretas: pensamento da mulheres negras como ato de resistência. 2019. (Outro).</p> <p>Com ARAÚJO, Rosângela Costa. Roda de Conversa sobre Pedagogia da Ginga. 2019. (Outro).</p> <p>ALMEIDA, M. G. R. Roda de Conversa sobre Currículo, professoralidades e sexualidades. 2019. (Outro).</p> <p>Maraux, A.T.S.R.; CARDOSO, C. P.; FERNANEZ, O. Roda de Conversa: Pedagogias Feministas e Decoloniais para uma Educação Libertária. 2018. (Outro).</p> <p>IV Encontro Estadual de Ensino de História - ANPUH-BA. 2018. (Outro).</p> <p>Com SANTOS, J. S. Agenda Feminista maio da Diversidade. 2018. (Outro).</p> <p>Com Maraux, A.T.S.R.; SIMOES, A. ; Cordonidlo, V.N. . VI ENLESBI - Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia. 2018. (Outro).</p>

	<p>Com Maraux, A.T.S.R. X SENALESBI - Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. 2018. (Outro).</p> <p>Com Maraux, A.T.S.R. Agenda Feminista Março Lésbica. 2017. (Outro).</p> <p>Maraux, A.T.S.R. Agenda Feminista Maio da Diversidade. 2017. (Outro).</p> <p>Com Maraux, A.T.S.R.; Cordonidlo, V.N. IV ENLESBI - ENCONTRO DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUIAIS DA BAHIA. 2016. (Outro).</p> <p>Maraux, A.T.S.R. Campanha 16 dias de ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres. 2016. (Outro).</p> <p>Com Maraux, A.T.S.R.; Cordonidlo, V.N. V ENLESBI - Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia. 2016. (Outro).</p> <p>Com Maraux, A.T.S.R.; Cordonidlo, V.N. III ENLESBI - ENCONTRO DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUIAIS DA BAHIA. 2015. (Outro).</p> <p>Com Maraux, A.T.S.R. Campanha 16 dias de ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres. 2015. (Outro).</p> <p>Com Maraux, A.T.S.R.; Cordonidlo, V.N. . II ENLESBI - ENCONTRO DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUIAIS DA BAHIA. 2014. (Outro).</p> <p>Com Maraux, A.T.S.R. Campanha 16 dias de ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres. 2014. (Outro).</p> <p>Seminário Reflexões, propostas e ações para o enfrentamento à violência contra LGBT no Estado da Bahia. 2013. (Outro).</p> <p>Com Maraux, A.T.S.R.; Cordonidlo, V.N. I ENLESBI - ENCONTRO DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUIAIS DA BAHIA. 2013. (Outro).</p> <p>Maraux, A.T.S.R. Campanha 16 dias de ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres. 2013. (Outro).</p> <p>Maraux, A.T.S.R.; MARTINS, M. A. M. Campanha 16 dias de ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres. 2012. (Outro).</p> <p>MARTINS, M. A. M.; Cordonidlo, V.N. Seminário Mais lésbicas no poder. 2012. (Outro).</p> <p>Maraux, A.T.S.R. Campanha 16 dias de ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres. 2011. (Outro).</p> <p>Maraux, A.T.S.R. Campanha 16 dias de ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres. 2010. (Outro).</p> <p>SILVA, A. L. G. Março Mulher na Uneb: Mulheres na Ciência. 2009. (Outro).</p> <p>SILVA, A. L. G.; Maraux, A.T.S.R. Campanha 16 dias de Ativismo na Uneb pelo fim da violência contra as mulheres. 2009. (Outro).</p>
--	---

	<p>II Encontro de Bibliotecárias/os da Universidade do Estado da Bahia. 2008. (Outro).</p> <p>Campanha 16 Dias de Ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres. 2008. (Outro).</p> <p>Seminário Diálogos Possíveis e Pré-Jornada Internacional de Cinema na Bahia. 2008. (Outro).</p> <p>XIV Simpósio Baiano de Pesquisadoras(res) sobre a Mulher e Relações de Gênero. 2008. (Outro).</p> <p>I Seminário Consciência Coletiva: homens e mulheres combatendo a violência contra as mulheres na Região Sisaleira-BA. 2007. (Outro).</p> <p>I Seminário do Sistema de Bibliotecas Uneb e Comunidade do cabula. 2007. (Outro).</p> <p>I Seminário Interdepartamental Gênero, Raça e Diversidade. 2007. (Outro).</p> <p>Maraux, A.T.S.R. Campanha 16 dias de ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres. 2007. (Outro).</p> <p>III Varal Poético A mulher na mira da poesia: uma vida sem violência é um direito das mulheres. 2006. (Outro).</p> <p>Maraux, A.T.S.R. Campanha 16 dias de ativismo na UNEB pelo fim da violência contra as mulheres. 2006. (Outro).</p> <p>II Varal Poético-Campus XIV. 2005. (Outro).</p> <p>Mesa-Redonda: Mulher em debate: a inserção da mulher no desenvolvimento rural. 2004. (Outro).</p> <p>I Varal Poético do Campus XIV. 2004. (Outro).</p> <p>I Seminário do Sistema de Bibliotecas da UNEB. 2003. (Outro).</p> <p>XII Encontro Nacional de Centros de Informação e Bibliotecas da área de Comunicação. 2002. (Congresso).</p>
--	--

Fonte: elaborado pelo autor.